



Universidad de Granada

Departamento de Didáctica y Organización Escolar

Saberes, Percepções e Atitudes dos Docentes do Concelho de
Mafra, Relativamente à Temática dos Maus-tratos Infantis

Autor: Cristina Rosa Ferreira da Costa Vieira Gonçalves

Directores: Professor Doutor Tomás Sola Martínez

Doutor Francisco Javier Hinojo Lucena

Doutor Jose Antonio Pareja F. de la Reguera

2012

Editor: Editorial de la Universidad de Granada
Autor: Cristina Rosa Ferreira da Costa Vieira Gonçalves
D.L.: GR 3111-2012
ISBN: 978-84-9028-232-8

**Saberes, Percepções e Atitudes dos Docentes do Concelho de Mafra, Relativamente à Temática
dos Maus-tratos Infantis**

D

Cristina Rosa Ferreira da Costa Vieira Gonçalves



DDOE

2012

“Falámos muito ao longo destes últimos anos (e felizmente continuamos a falar) dos direitos humanos; simplesmente deixámos de falar de uma coisa muito simples, que são os deveres humanos, que são sempre deveres em relação aos outros, sobretudo. E é essa indiferença em relação ao outro, essa espécie de desprezo do outro, que eu me pergunto se tem sentido numa situação ou no quadro de existência de uma espécie que se diz racional. Isso, de facto, não pode entender, é uma das minhas grandes angústias.”

José Saramago,

in “Diálogos com José Saramago”

Agradecimentos

Para a execução de todo e qualquer trabalho de investigação, a prestação e auxílio de várias entidades, públicas e individuais, torna-se imprescindível para a realização do mesmo.

Neste âmbito, não poderei deixar de referenciar e de prestar a minha homenagem aos vários professores que numa primeira fase, ainda aquando das aulas, contribuíram com os seus conhecimentos e ideias, as quais muito auxiliaram para o nascimento deste projecto, dos quais saliento, sem desmerecimento dos demais, o Dr. Lorenzo e o Dr. Antonio Ortiz.

Numa fase posterior, já durante o período de elaboração do projecto para suficiência investigadora (*Tesina*), foram de grande utilidade os conselhos do Dr. Lopez Nuñez.

Transversalmente a toda a acção desenvolvida, as sábias e encorajadoras palavras do Professor Doutor Tomás Sola Martínez, bem como do Doutor Francisco Hinojo Lucena e do Doutor Reguera, foram vitais e profícuas.

A abertura demonstrada pela Comissão de Crianças e Jovens do Concelho de Mafra, bem como pelos quatro Agrupamentos de Escolas nos quais o nosso estudo prático teve lugar, personificado na figura dos seus directores, merece uma palavra de destaque da nossa parte.

A participação dos vários docentes, que de forma abnegada e muitas vezes fora do seu horário de trabalho, caso dos participantes nas entrevistas e no grupo de discussão, terá que ser por nós alvo de sincero agradecimento, já que sem eles todo o nosso trabalho estaria comprometido.

Por último, não poderei deixar de referenciar o apoio incondicional de toda a minha família, nomeadamente do meu marido Renato e dos meus pais, nomeadamente da minha mãe, a qual não raras vezes assumiu o papel de super avó para com os seus netos, em resposta aos vários momentos de “ausência forçada” da sua filha, enredada nas complexas redes do seu trabalho. A todos e para todos, o meu mais sincero obrigada!

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL.....	I
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	XI
ÍNDICE DE TABELAS.....	XIII
SIGLAS.....	XV
RESUMEN EN ESPAÑOL	1
INTRODUCCIÓN	1
1. PRESENTACIÓN DEL TRABAJO	3
2. DISEÑO E ITINERARIO METODOLÓGICO DE LA INVESTIGACIÓN	5
2.1 METODOLOGÍA	5
2.2 PRESENTACIÓN DEL PROBLEMA.....	5
2.3 OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN	6
2.4 DISEÑO DEL ESTUDIO.....	7
2.5 CONTEXTUALIZACIÓN DEL ESTUDIO	8
2.6 MUESTRA	10
2.7 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOPIACIÓN DE DATOS	12
2.7.1 Encuesta en lugar de Cuestionario.....	13
2.7.2 Técnicas cualitativas: Entrevistas y Grupo de Discusión.....	17
3. CONCLUSIONES E IMPLICACIONES DEL ESTUDIO	25
3.1 NIVEL DE FORMACIÓN DE LOS DOCENTES EN LA TEMÁTICA DE LOS MALOS TRATOS INFANTILES	25
3.2 IDENTIFICACIÓN DE SITUACIONES DE MALOS TRATOS	26
3.3 SÍNTOMAS/SEÑALES ASOCIADOS A LOS MALOS TRATOS.....	27
3.4 POTENCIALES FACTORES ASOCIADOS A LOS MALOS TRATOS	29
3.5 DENUNCIA DE SITUACIONES DE MALOS TRATOS	30
3.6 RECONOCIMIENTO DE CASOS DE MALOS TRATOS	32
3.7 CAMINO A SEGUIR EN CASOS DE MALOS TRATOS.....	34
3.8 LIMITACIONES DEL ESTUDIO.....	35
3.9 IMPLICACIONES	37
3.10 FUTURAS LÍNEAS DE INVESTIGACIÓN.....	40
INTRODUÇÃO.....	43

REVISÃO DA LITERATURA	47
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	52
PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	57
1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE INFÂNCIA E A PROBLEMÁTICA DOS MAUS - TRATOS INFANTIS.....	59
1.1 OS PRIMÓRDIOS DO CONCEITO DE CRIANÇA	59
1.1.2 A fase do infanticídio.....	59
1.1.3 A fase do abandono	60
1.2 A CRIANÇA COMO OBJECTO DE PREOCUPAÇÃO SOCIAL.....	62
1.2.1 A fase da ambivalência	62
1.2.2 A visão libertária do Tratado de Erasmo.....	63
1.2.3 Locke e os Direitos da criança.....	64
1.2.4 A fase intrusiva: Contos de fadas versus Émile.....	65
1.2.5 Rousseau e a apologia da identidade própria da criança	69
1.2.6 A fase da socialização	70
1.3 O SÉCULO XX E O DESPERTAR DO CONCEITO DE MAUS TRATOS.....	72
1.3.1 A fase da ajuda	73
2. CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA	79
2.1. DEFINIÇÃO DOS MAUS-TRATOS.....	79
2.2 TIPOLOGIA DOS MAUS-TRATOS.....	80
2.2.1 Maus-tratos Físicos	80
2.2.2 Maus-tratos Psicológicos.....	83
2.2.3 Negligência Física e Psicológica	85
2.2.4 Maus-tratos sexuais.....	87
2.2.5 Síndrome de Münchausen por Procuração	91
2.2.6 Exploração laboral	93
2.2.7 Corrupção	98
2.2.8 Mendicidade.....	100
2.2.9 Maus-tratos Pré-Natais.....	101
2.2.10 Maus-tratos institucionais	103
2.3 “BULLYING”: VIOLÊNCIA ENTRE PARES EM CONTEXTO ESCOLAR.....	104
2.4 CYBERBULLYING: UMA NOVA ARMA PARA AGRESSORES	108
2.5 OS MAUS-TRATOS NO SEIO DA FAMÍLIA E A EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	109

2.6 FACTORES RELACIONADOS COM OS MAUS-TRATOS DA CRIANÇA	118
2.7 TEORIAS EXPLICATIVAS.....	124
2.7.1 Teoria Sociológica	124
2.7.2 Teoria da psicologia social	125
2.7.3 Teoria da Aprendizagem Social.....	126
2.7.4 Teorias Patológicas	127
2.7.5 Teoria Sistémica	127
2.7.6 Teorias Psicodinâmicas	128
2.8 SÍNTESE DAS TEORIAS APRESENTADAS	129
2.9 CONSEQUÊNCIAS DOS MAUS-TRATOS NAS CRIANÇAS	132
2.9.1 Efeitos Imediatos dos Maus-tratos Activos e Passivos	132
2.9.2 Efeitos a Longo Prazo dos Maus-tratos e da Negligência	134
2.9.3 Consequências dos Abusos Sexuais	137
2.10 O DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE MAUS-TRATOS....	140
2.11 OS MAUS-TRATOS E A SATISFAÇÃO PARA COM A VIDA	144
2.12 OS MAUS-TRATOS E OS PREJUÍZOS COGNITIVOS.....	147
3. PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	153
3.1 A CRIANÇA COMO SER PORTADOR DE DIREITO	153
3.2 O RISCO: NOÇÃO E AVALIAÇÃO.....	156
3.3 ASPECTOS DO SISTEMA LEGAL PORTUGUÊS.....	162
3.4 QUADRO LEGAL DE PROTECÇÃO.....	164
3.5 MECANISMOS DE PREVENÇÃO	167
3.6 ENQUADRAMENTO DA INTERVENÇÃO.....	169
3.6.1 Evolução das Estruturas de Intervenção	169
3.7 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO.....	172
3.7.1 Intervenção Informal.....	174
3.7.2 Intervenção Formal	175
3.7.3 Detecção dos Maus-Tratos	178
3.7.4 Denúncia	179
3.7.5 Avaliação e Investigação	182
3.7.6 Diagnóstico	184
3.7.7 Estratégias de Promoção dos Direitos e de Protecção	184
3.7.8 Mecanismos de Acompanhamento	185
3.8 COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS E DAS ESTRUTURAS DE PROTECÇÃO.....	185

3.8.1 Profissionais da Educação e Ensino.....	186
3.8.2 Técnicos de Saúde.....	193
3.8.3 Psicólogos	196
3.8.4 Assistentes Sociais	196
3.8.5 Instituições de Acção Criminal	197
3.9 ENTIDADES COM COMPETÊNCIA EM MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	198
3.9.1 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.....	198
3.9.2 Tribunais	199
3.10 RESILIÊNCIA E MAUS-TRATOS	200
3.10.1 Evolução do Conceito.....	200
3.10.2 Algumas Definições	201
3.10.3 Contributo do Conceito para o Estudo dos Maus-tratos.....	202
4. PERSPECTIVAS E ESTUDOS RELATIVOS À TEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS	209
4.1 ESTUDOS SOBRE A INCIDÊNCIA E A PREVALÊNCIA DO FENÓMENO DOS MAUS-TRATOS INFANTIS	209
4.2 MAUS-TRATOS INFANTIS: QUADRO DA SITUAÇÃO MUNDIAL	217
4.3 CARACTERIZAÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL	223
4.4 INVESTIGAÇÕES SOBRE OS MAUS-TRATOS INFANTIS E O PAPEL DOS DOCENTES	230
5. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE DOCÊNCIA EM PORTUGAL	243
5.1 OS EDUCADORES DE INFÂNCIA.....	243
5.2 OS PROFESSORES	247
5.3 A FORMAÇÃO DOS DOCENTES E A PROBLEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS INFANTIS	249
PARTE II: ESTUDO EMPÍRICO.....	255
6. METODOLOGIA	257
6.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	261
6.2 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	262
6.3 DESENHO DO ESTUDO.....	263
6.4 FASES DO ESTUDO	264
6.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	266
6.5.1 O Concelho de Mafra.....	267
6.5.1.6 Escolaridade e Instituições Escolares	273
6.5.2 Os Agrupamentos escolares.....	274

6.6 AMOSTRA	285
6.7 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	292
6.7.1 Inquérito por Questionário	293
6.7.2 Técnicas qualitativas: Entrevistas e Grupo de Discussão	299
7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	311
7.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS	311
7.1.2. Caracterização Geral: Formação na área dos maus-tratos infantis.	312
7.1.3 Caracterização Geral: Situações – Maus-tratos.	314
7.1.4 Caracterização Geral: Sinais – Maus-tratos.	319
7.1.5 Caracterização Geral: Factores – Maus-tratos.....	324
7.1.6 Caracterização Geral: Situações a denunciar.	330
7.1.7 Caracterização Geral: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.	335
7.1.8 Caracterização Geral: Conhecimento dos procedimentos.....	341
7.1.9 Caracterização por Níveis de Ensino: Formação na área dos maus-tratos infantis.....	343
7.1.10 Caracterização por Níveis de Ensino: Situações – Maus-tratos.....	344
7.1.11 Caracterização por Níveis de Ensino: Sinais – Maus-tratos.....	349
7.1.12 Caracterização por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.	354
7.1.13 Caracterização por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.....	359
7.1.14 Caracterização por Níveis de Ensino: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.....	366
7.1.15 Caracterização por Níveis de Ensino: Conhecimento dos procedimentos.	368
7.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS: ENTREVISTAS ..	369
7.2.1 Dimensão: Percepções e Representações	372
7.2.2 Dimensão: Referenciação	376
7.2.3 Dimensão: Experiências em sala de aula	381
7.2.4 Dimensão: Procedimentos em caso de maus-tratos	382
7.2.5 Síntese	389
7.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS: GRUPO DE DISCUSSÃO.....	390
7.3.1 Dimensão: Percepções e Representações	391
7.3.2 Dimensão: Referenciação	393

7.3.3.Dimensão: Experiências em sala de aula.....	395
7.4 TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS	399
7.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	405
7.5.1 Comparação dos resultados obtidos com o estudo original.....	412
8. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO.....	419
8.1 NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES NA TEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS INFANTIS	419
8.2 IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE MAUS-TRATOS.....	420
8.3 SINTOMAS/SINAIS ASSOCIADOS AOS MAUS-TRATOS	421
8.4 POTENCIAIS FACTORES ASSOCIADOS AOS MAUS-TRATOS.....	423
8.5 DENÚNCIA DE SITUAÇÕES DE MAUS-TRATOS.	424
8.6 RECONHECIMENTO DE CASOS DE MAUS-TRATOS.....	426
8.7 ENCAMINHAMENTO A PRESTAR EM CASOS DE MAUS-TRATOS.....	428
8.8 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	429
8.9 IMPLICAÇÕES	430
8.9.1 Proposta de acção de formação	434
8.10 FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	438
8.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	440
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	444
ANEXOS	479

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A

Questionário..... 481

ANEXO B

Questões do Questionário Original..... 486

ANEXO C

Carta de Apresentação do Trabalho de Investigação 491

ANEXO D

Guião da Entrevista 493

ANEXO E

Protocolos da Entrevista..... 499

ANEXO F

Transcrição das Entrevistas (I, II, III, IV, IV, VI, VII, VIII e IX) 501

ANEXO G

Guião do Grupo de Discussão 525

ANEXO H

Transcrição do Grupo de Discussão 529

ANEXO I

Tabelas de Frequência: Geral 537

ANEXO J

Tabelas de Frequências- Níveis de ensino 551

ANEXO K

Cruzamento dos Níveis de Ensino 591

ANEXO L

Allcode das entrevistas.Rtf 599

ANEXO M

Allcodes do Grupo de Discussão. Rtf 615

ANEXO N

Cartilha Epidemiológica..... 625

ANEXO O

Declaração dos Direitos da Criança..... 631

ANEXO P

Constituição da República Portuguesa (Excertos) 635

ANEXO Q

Código Penal Português (Excertos) 639

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Percentagem de crianças, entre os 5-14 anos de idade, envolvidas no trabalho infantil (UNICEF, 2009)	97
Figura 2: Violência Doméstica: <i>Roda do poder e controlo</i>	112
Figura 3: Níveis de identificação de casos de maus-tratos.....	209
Figura 4: Percentagem de crianças, entre os 2-14 anos, que experienciam castigos físicos, agressões psicológicas e ambas as formas de agressão (UNICEF, 2009)...	219
Figura 5: número anual de nascimento não registados, por região, 2007	220
Figura 6: Percentagem de crianças entre 2-9 agredidas na face, cabeça ou ouvidos, repetidamente ou de forma violenta, devida à sua condição de deficiente, em 15 países onde esses dados foram disponibilizados (UNICEF, 2009).....	221
Figura 7: Análise do impacto dos processos Transitados, Instaurados e Reabertos no volume processual global por Região /Distrito (CPCJ, 2008)	224
Figura 8: Distribuição das crianças ou jovens acompanhados em função do sexo e escalão etário (CPCJ, 2009)	226
Figura 9: Problemáticas mais relevantes no total de processos instaurados (CPCJ, 2009)	229
Figura 10: Procedimentos inerentes às fases do estudo.....	266
Figura 11: Mapa do Concelho de Mafra	267
Figura 12: Evolução da População Residente no Concelho de Mafra	269
Figura 13 : Distribuição das empresas, de acordo com os sectores de actividade	271
Figura 14: Sinalizações efectuadas pelos estabelecimentos escolares do Concelho, com base em dados da CPCJ de Mafra (elaboração própria).....	272
Figura 15: Unidades Escolares do Agrupamento da Ericeira	276
Figura 16: Unidades escolares do Agrupamento de Mafra	278
Figura 17: Unidades Escolares do Agrupamento da Malveira.....	280
Figura 18: Unidades escolares do Agrupamento da Venda do Pinheiro	283
Figura 19: Totalidade da População Docente do Concelho de Mafra	286
Figura 20: Relação da amostra face à população	292
Figura 21: Percentagem relativa à formação dos docentes sobre o tema dos maus-tratos.	313
Figura 22: Situações de maus-tratos infantis.	319

Figura 23: Sinais de maus-tratos infantis.	324
Figura 24: Factores de risco.	329
Figura 25: Situações a denunciar.....	334
Figura 26: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.	335
Figura 27: Caracterização geral: Suspeita/situações de maus-tratos.....	340
Figura 28: Caracterização geral: Formas de actuação.....	340
Figura 29: Procedimentos perante situações de maus-tratos.....	343
Figura 30: Caracterização por Níveis de Ensino: Formação na área dos maus-tratos infantis.....	344
Figura 31: Comparação por níveis de ensino: Situações – Maus-tratos.	347
Figura 32: Comparação por níveis de ensino: Sinais – Maus-tratos.	352
Figura 33: Comparação por níveis de ensino: Factores – Maus-tratos.	357
Figura 34: Comparação por níveis de ensino: Situações a denunciar.....	362
Figura 35: Comparação por níveis de ensino: Reconhecimento de vivência de situações.....	366
Figura 36: Caracterização por níveis de ensino: tipologias/modalidades de maus-tratos observadas.....	367
Figura 37: Níveis de Ensino: Formas de actuação.	367

ÍNDICE DE QUADROS

Cuadro 1: Entrevista: constitución del panel de participante	19
Cuadro 2: Grupo de Discusión: constitución del panel de participantes	24
Quadro 3: Dissimulação dos Maus-tratos infantis nos contos de fadas.....	67
Quadro 4: Marcas de queimadura (Johnson, 1990)	81
Quadro 5: Marcas de objectos (Johnson, 1990)	82
Quadro 6: A violência Doméstica: potencial impacto ao longo de diferentes etapas de desenvolvimento	114
Quadro 7: Síntese das tipologias de Maus-tratos.....	117
Quadro 8: Sintomas frequentes exibidos por crianças sexualmente abusadas	138
Quadro 9: Síntese dos estudos entre os maus-tratos e os prejuízos cognitivos	148
Quadro 10: Sistemas de Avaliação do Risco	160
Quadro 11: Indicadores /Manifestações dos maus-tratos nos alunos passíveis de ser observados em contexto escolar (Adaptado de Horton e Cruise, 2001).....	189
Quadro 12: Indicadores dos pais passíveis de ser observados em contexto escolar	190
Quadro 13: Situações a observar pelos profissionais de saúde para anamnese....	194
Quadro 14: Princípios Orientadores da Intervenção das Comissões de Protecção	199
Quadro 15: Estudos epidemiológicos relativos à incidência dos maus-tratos.....	212
Quadro 16: Estudos epidemiológicos relativos à prevalência dos maus-tratos (Adaptado de Faleiros, 2006)	217
Quadro 17: Fluxo Processual nas CPCJ (2002/2009)	223
Quadro 18 : Processos Instaurados: caracterização por sexo e idade das crianças/jovens	225
Quadro 19: Processos Instaurados: entidades sinalizadoras das situações de perigo CPCJ (2006/2009)	227
Quadro 20: Processos Instaurados: tipos de famílias com quem vivem as crianças e jovens.....	228
Quadro 21: Medidas aplicadas às crianças /jovens por sexo e escalão etário (CPCJ, 2009)	230
Quadro 22: Caracterização da formação/profissionalização dos docentes em Portugal nos últimos 30 anos (Pereira et al, 2007).....	248
Quadro 23: Acções de formação para pessoal docente facultadas pelos centros limítrofes ao Concelho de Mafra, em 2011 (exemplos).....	254
Quadro 24: Sistema de organização da metodologia de trabalho	260
Quadro 25: Cronograma das actividades de investigação	265
Quadro 26: Volume de Processos de Promoção e Protecção do Distrito de Lisboa	272
Quadro 27: Níveis de escolaridade a nível nacional e local INE, Censos de 2001	273

Quadro 28: Agrupamento de Escolas da Ericeira: População estudantil e docente - 2010/2011.....	277
Quadro 29: Agrupamento de Escolas de Mafra: População estudantil e docente - 2010/2011.....	280
Quadro 30: Agrupamento de Escolas da Malveira: População estudantil e docente - 2010/2011	282
Quadro 31: Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro: População estudantil e docente - 2010/2011.....	284
Quadro 32: Quadro síntese das Técnicas de amostragem.....	287
Quadro 33: Entrevista: constituição do painel de participantes.....	302
Quadro 34: Grupo de Discussão: constituição do painel de participantes	306
Quadro 35: Situações e forma de actuação.....	339
Quadro 36: Grelha de categorização das entrevistas.....	372
Quadro 37:Caracterização por níveis de ensino: entrevistas.....	388
Quadro 38: Triangulação de resultados.....	404
Quadro 39: Plano de estrutura para acção de formação relativa aos maus-tratos infantis.....	437

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Relação entre relato de maus tratos, psicopatologia e satisfação com a vida: correlação de Spearman	146
Tabela 2: Distribuição dos Questionários obtidos por Agrupamento	312
Tabela 3: Participação dos docentes em formação relativa à temática dos maus-tratos	314
Tabela 4: Caracterização geral: Situações de maus-tratos.	317
Tabela 5: Caracterização geral: Sinais de maus-tratos.....	322
Tabela 6: Caracterização geral: Factores potencializadores de maus-tratos.	327
Tabela 7: Caracterização Geral: Situações a denunciar	332
Tabela 8: Detecção de maus-tratos em situações reportadas pelos docentes.	339
Tabela 9: Conhecimento dos procedimentos.....	341
Tabela 10: Entidades e Instituições referenciadas para encaminhamento de situações de maus-tratos.....	342
Tabela 11: Procedimentos perante situações de maus-tratos.	343
Tabela 12: Caracterização por Níveis de Ensino: Situações – Maus-tratos.....	346
Tabela 13: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Situações – Maus tratos.	348
Tabela 14: Caracterização por Níveis de Ensino: Sinais – Maus-tratos.....	351
Tabela 15: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Sinais – Maus tratos.	353
Tabela 16: Caracterização por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.	356
Tabela 17: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.....	358
Tabela 18: Caracterização por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.	361
Tabela 19: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.	363
Tabela 20: Nível de Ensino - Crosstabulation: Conhecimento dos procedimentos.	368
Tabela 21: Qui-Quadrado -Nível de Ensino: Conhecimento dos procedimentos.	368

SIGLAS

BSI - Brief Symptoms Inventory

CANT- Child Abuse and Neglect Teacher Questionnaire

CCPFC – Conselho Científico – Pedagógico da Formação Contínua

CFAFA- California Family Assessment Factor Analysis

CNPCJR – Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CTQ- Childhood Trauma Questionnaire

CTS- Conflict Tactic Scale

DEB- Direcção do Ensino Básico

ECMIJ- Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude

FRAAN- The Michigan Family Risk Assessment of Abuse and Neglect

HHA - Hipotálamo-Hipófise- Adrenal

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS- Instituições Portuguesa de Solidariedade Social

MRD – Modelo de Recolha de Dados

NIDA- National Institute on Drug Abuse

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT –Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

SBP- Sociedade Brasileira de Pediatria

SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SPSS-Statistical Package for Social Sciences

TIC- Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNFPA- United Nations Population Fund (Fundo de População das Nações Unidas)

UNICEF – United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime

WRAM-Washington Assessment of Risk Matrix

RESUMEN EN ESPAÑOL

RESUMEN EN ESPAÑOL

INTRODUCCIÓN

Nadie dudará de que una de las principales funciones de toda sociedad dicha democrática y solidaria es la protección de sus miembros, dando especial énfasis a aquéllos que en ésta podrán ser considerados sus más frágiles elementos, susceptibles de sufrir riesgos y daños – los niños.

La familia asume, en este contexto, un papel primordial como célula primera y básica de la socialización y educación del individuo, debiendo estar las funciones parentales asientes en un poder funcional, promotoras del bien estar físico y psicológico de sus hijos.

De forma a garantizar la necesaria protección de los menores, así como la defensa de sus derechos en toda su plenitud, fueron criados principios normativos, que, aunque tardíos en el largo trayecto de la historia de la humanidad, posibilitan una nueva perspectiva sobre los niños, los cuales pasan a ser vistos no como los miembros más débiles de la familia, sino como seres con derechos específicos e identidades propias (Convención de los Derechos de los Niños, 1989).

El papel de la Psicología, en sus variadas áreas, y de las restantes Ciencias Sociales se ha hecho fundamental para esta nueva construcción del niño y del papel parental a desempeñar en la educación, queriendo el bien estar y el desarrollo del menor.

Anclada a este cambio, la problemática de los malos tratos ha ganado terreno aumentando el interés por todas las situaciones que puedan poner en riesgo el bien estar idealizado de los niños.

En Portugal, a pesar del relato casi diario de los medios de comunicación y la mayor sensibilización de la opinión pública, aún no existe una tradición de investigación en este área (Magalhães, 2004).

Además, muchos casos siguen perteneciendo al ámbito familiar y comunitario, no llegando siquiera algunos de ellos al conocimiento público, no existiendo cualquier encaminamiento para los diversos servicios (CPCJ, 2009).

Sin embargo, peor aún que este hecho parece ser la fragilidad de los servicios de protección a la niñez, los cuales parecen no lograr dar respuesta al problema, lo que no es exclusivo de nuestra realidad nacional (UNICEF, 2009).

Estos servicios deberían estar preparados para identificar este tipo de situaciones, considerándose imprescindible que se conozcan los procedimientos que hay que llevar a cabo, siendo cualquier actitud de silencio intolerable, teniendo en cuenta un bien más grande, ya que estos profesionales contactan con situaciones de riesgo potencial de la integridad psicológica, física o moral del menor, que en casos extremos pueden tener como límite la muerte (Vieira, 1998).

En este ámbito, se reviste de gran utilidad el estudio de los “contextos educativos y sociales” del problema, por la importancia que estos presentan a nivel de los procesos explicativos de los riesgos de malos tratos, así como en la obtención de estrategias polifacéticas, queriendo clarificar e intervenir, focalizando la atención en la intervención comunitaria de cariz preventivo (Olds & Henderson, 1989; Wolf, 1991). La Psicología Social Comunitaria tiene aquí un importante papel, debiendo establecer puentes entre el conocimiento técnico y el de índole científica (Thompson, 1995).

Los educadores y profesores, como agentes de educación y trabajando en el mismo sentido, tienen como principal escenario de actuación a los niños y todo lo que ello conlleva. Por esta razón, se convierten en elementos vitales en toda la cadena de los malos tratos y una diana especial en lo que respeta su actuación y papel hacia esta problemática.

De esta forma, el estudio de sus saberes, ideologías y métodos de actuación es extremadamente importante (Mendonça, 2008).

En este contexto, el papel y función del docente se convierte en algo de mucho valor, tocándole tareas tan distintas e importantes como identificar situaciones y encaminarlas, o incluso escuchar y acoger a las familias, en una acción realmente interdisciplinaria (Ferriani, 2007), lo que no siempre se concreta en realidad o a veces se

omite, sea por miedo a represalias, al involucrarse uno en conflictos considerados de forma equivocada como “particulares” o por el desconocimiento del real e importante papel en toda esta problemática (Assis, 1991).

Por la necesidad de conocer mejor esta realidad y el papel que este grupo profesional ocupa, nació este trabajo y todas las acciones desarrolladas por nosotros a lo largo del mismo.

1. PRESENTACIÓN DEL TRABAJO

Con el objetivo de una mayor comprensión de esta temática, y partiendo del principio de que solamente podremos comprender realmente el presente cuando observamos el pasado, en el Capítulo I, el trabajo ofrece una perspectiva histórica, en la que se presentan las ideas relativas a la noción de niño y a las prácticas que a lo largo de los siglos de evolución social del hombre estuvieron en la raíz del fenómeno de los malos tratos, apoyando y promocionando actitudes socialmente toleradas y buscando descubrir los fenómenos que estuvieron en el origen del sistema experimentado en gran parte de las comunidades actuales.

En el capítulo II, buscamos hacer un planteamiento teórico de esta temática, presentando los conceptos necesarios para una comprensión más profunda de la misma, los cuales pasan por aspectos como abordar diferentes definiciones del concepto, las distintas tipologías de este fenómeno, la objetividad en reconocer los factores de riesgo que podrán estar en la base de este tipo de situaciones, las teorías explicativas y las posibles y múltiples consecuencias (a nivel orgánico y de naturaleza psicosocial, proporcionadas por el contacto, de intensidad y periodicidad distintas, con vivencias de malos tratos durante la niñez, juventud y reflejos en la edad adulta).

Con el capítulo III, se exploran hechos relativos al plano de protección de niños y jóvenes, en el cual varios aspectos son objeto de análisis, tales como la noción de niño en *riesgo*, el conocimiento del sistema legal portugués (imprescindible para la comprensión del papel que la actual sociedad, a través de su mecanismo judicial y legislativo, determina para esta realidad), el encuadramiento de la intervención (la cual se explana partiendo de la evolución de los mecanismos de la misma, hasta las actuales fases del proceso), y también las competencias y atributos que determinados grupos

profesionales, de los cuales destacaremos a los profesores, y entidades que viven con esta problemática. Se encuentra del mismo modo introducido el concepto de *resiliencia* como realidad capaz de fomentar la autoprotección y superación ante situaciones adversas.

A lo largo del Capítulo IV, enfocaremos algunos estudios sobre la incidencia y la prevalencia del fenómeno de los malos tratos infantiles, tanto a nivel nacional como a nivel mundial, siendo presentado, igualmente, todo un conjunto de trabajos elaborados en los últimos años, en lo que respecta a la importancia e implicación de los docentes en esta realidad.

A través del Capítulo V, se hace una caracterización de los grupos de docencia, la población objeto de nuestro estudio, en Portugal, en el ámbito del pasado y presente de nuestro país, en sus diferentes particularidades y a nivel de su formación.

La presentación de la metodología a desarrollar en el Capítulo VI, se enuncian los objetivos de la investigación, procediendo a su contextualización y caracterización, presentación de una muestra, instrumentos de recopilación de datos y presentación de los procedimientos adoptados.

La presentación, análisis y discusión de los resultados obtenidos, se registra a lo largo del Capítulo VII, siendo a continuación presentada la conclusión y discusión de los resultados, etapas donde además de pretender efectuar una síntesis de los puntos más importantes de este trabajo, también buscamos contribuir con algunas reflexiones de naturaleza personal y posibles orientaciones futuras de estudio.

Este trabajo finaliza con la necesaria inclusión de las referencias bibliográficas utilizadas en el transcurso del trabajo y anejos considerados útiles al lector.

2. DISEÑO E ITINERARIO METODOLÓGICO DE LA INVESTIGACIÓN

2.1 Metodología

En esta parte del trabajo, además de que busquemos establecer una sintonía con todo aquello que fue tratado en el encuadramiento teórico del mismo, pretendemos estudiar, de forma práctica, un determinado aspecto de la realidad social, en el caso específico de esta investigación, los malos tratos infantiles, recurriendo a un conjunto de técnicas y de procedimientos, con el objetivo de encontrar respuestas a un determinado problema planteado (Leite et al, 2001).

Es en esta dicotomía que asienta la metodología, la cual tiene como principal objetivo reflexionar, poseer una nueva visión del mundo que nos rodea, basada en una mirada curiosa y que levanta indagaciones, a las cuales se busca dar respuesta a través de una investigación. Para que ésta se pueda revestir de carácter positivo, no solo es imprescindible elegir las vías adecuadas, sino también los instrumentos para alcanzar los objetivos propuestos en el momento de la investigación (Silva & Menezes, 2001).

2.2 Presentación del problema

La temática de los malos tratos infantiles aparece como algo demasiado complejo, acompañando a raja tabla la evolución del ser humano, y pudiendo ser entendida como una de las muchas manchas a la supuesta completa sociabilización de los tiempos modernos.

Cabe a los educadores y profesores un importante papel, no solo ante la ley, sino también a nivel moral en toda esta problemática, la interacción de estos con esta realidad fue algo que nos llamó la atención por su interés.

Para la definición de este contenido de investigación, no fue ajeno el hecho de ser una maestra que imparte clases a los primeros cuatro cursos de enseñanza primaria, que asistió en los últimos tiempos a la discusión de este tema, del cual no creo gozar de un verdadero conocimiento del mismo, es decir, de sus especificidades y consecuencias.

En este sentido, se convirtió en algo demasiado atractivo centrar como problema de este estudio la relación existente entre los profesionales de educación, insertos en una determinada área geográfica, trabajando con diferentes grupos etarios, con la realidad de los malos tratos infantiles.

Con la realización de este estudio, tenemos la oportunidad de conseguir obtener, además de un mejor conocimiento en lo que respecta a las prácticas y saberes del grupo en análisis, futuras líneas de actuación para el mismo, partiendo de la interpretación de sus actitudes y creencias relativas a este tema.

2.3 Objetivos de la Investigación

A pesar de que la promoción de la salud y de los estados de bienestar forme parte de la responsabilidad de la familia del individuo y, de forma general, de la comunidad, no parecen existir dudas de que el colegio surja como principal institución capaz de reunir en si misma la mayor parte de la población (en términos teóricos la totalidad de ésta, en un determinado grupo etario y espacio de tiempo).

En ese contexto, el docente y su institución poseen, de manera inevitable, una grande y activa influencia relacionada con los cuidados y protección de los niños, siendo que su acción se verá influida de forma directa por el grado de conocimiento que poseen en relación a las temáticas que caracterizan o pueden surgir, el universo infantil y juvenil (Mello, 1994).

Basándose en esa premisa, surge como *objetivo general* de este trabajo, caracterizar las competencias que los educadores infantiles, los profesores de primero y de segundo de primaria, que imparten clases en el Grupo de Colegios del Municipio de Mafra, poseen sobre los malos tratos infligidos a los niños, teniendo como punto de origen el contexto familiar, permitiendo que se distinga entre sus distintas formas y particularidades.

Partiendo de este encuadramiento, y como *objetivos específicos*, nos centraremos en conocer y comparar las estrategias utilizadas por esos profesionales en la detección de los malos tratos; y también en percibir los recursos utilizados en su acción de denuncia de los procesos de esta naturaleza. Así nos proponemos a:

1. Evaluar el nivel de formación relacionada con la temática en causa;
2. Identificar cuáles las situaciones susceptibles de ser entendidas como malos tratos;
3. Averiguar sobre las sintomatologías consideradas como relevantes y merecedoras de ser incluidas en la realidad tratada;
4. Determinar cuáles los factores clasificados como potenciadores de situaciones anómalas;
5. Apurar el origen de posibles procesos de denuncia;
6. Identificar qué indicadores hay que tener en cuenta para reconocer un caso de malos tratos;
7. Evaluar el grado de conocimiento ante el encaminamiento que hay que dar a los casos de malos tratos;
8. Verificar cuál el valor de la experiencia profesional, inherente a cada grupo de docentes, en el desarrollo de las actitudes a tomar.

2.4 Diseño del estudio

Este trabajo sufrió gran influencia del estudio realizado por la Universidad Hebrea de Jerusalén, por Shor y Haj-Yahia (1996), el cual tuvo como base la temática estudiada por nosotros, fue aplicado a estudiantes de varias ramas de la ciencia, es decir, de Psicología, Educación, Medicina y Asistencia Social, con vistas a evaluar la percepción, el estado de alerta y el conocimiento de estos respecto a los malos tratos infantiles.

Sin embargo, además de cambiar el objeto de estudio, quisimos enriquecerlo utilizando no solo una técnica de investigación, como sea la cuantitativa (como el original), sino ampliando y dándole un carácter cualitativo (entrevista y grupo de discusión), convirtiéndole en uno de carácter mixto, posibilitando la obtención de ventajas de diferentes métodos, intentando sobrepasar las limitaciones propias a cada uno de ellos (Coutinho & Chaves, 2002).

Por otro lado, preferimos centrar esta investigación en una determinada área geográfica, atribuyendo a la investigación un perfil de *estudio de caso*.

Esta forma de planteamiento metodológico de investigación se vuelve particularmente útil cuando deseamos investigar, comprender o proceder a la descripción de fenómenos y contextos, con factores múltiples, que según Yin (1994) es un planteamiento que está apto para proceder a la investigación en escenarios de índole educativa, siempre que el investigador se encuentre ante situaciones de naturaleza compleja, en el que éste desee averiguar interacciones entre los factores considerados de suma importancia, intentando dar respuesta a ¿cómo?.

Según Coutinho & Chaves (2002), casi todo puede ser estudiado como un “caso”, estemos o no trabajando en un determinado individuo, un grupo o comunidad específica.

En este sentido, para Ponte (2006), ésta es una investigación que se impone como siendo de naturaleza particular, basándose en una determinada situación específica, buscando descubrir en ella lo esencial, con vistas, de esa manera a posibilitar la comprensión general de un fenómeno considerado interesante.

Por todas estas características, esta modalidad de investigación ha sido, sobre todo, en las últimas décadas, bastante utilizada por la Ciencias Sociales, con especial énfasis en las Ciencias de Educación (Yin, 1994).

La utilización de este recurso es, sobre todo, preferido ante dominios y cuestiones nuevas o con un historial de investigación algo limitado. Por esta razón consideramos que el conocimiento de los malos tratos infantiles, en contextos específicos, son objeto de enfoque en esta situación.

2.5 Contextualización del estudio

Este trabajo sufrió gran influencia del estudio realizado por la Universidad Hebrea de Jerusalén, por Shor y Haj-Yahia (1996), el cual tuvo como base la temática estudiada por nosotros, fue aplicado a estudiantes de varias ramas de la ciencia, es decir, de Psicología, Educación, Medicina y Asistencia Social, con vistas a evaluar la percepción, el estado de alerta y el conocimiento de estos respecto a los malos tratos infantiles.

Sin embargo, además de cambiar el objeto de estudio, quisimos enriquecerlo utilizando no solo una técnica de investigación, como sea la cuantitativa (como el

original), sino ampliando y dándole un carácter cualitativo (entrevista y grupo de discusión), convirtiéndole en uno de carácter mixto, posibilitando la obtención de ventajas de diferentes métodos, intentando sobrepasar las limitaciones propias a cada uno de ellos (Coutinho & Chaves, 2002).

Por otro lado, preferimos centrar esta investigación en una determinada área geográfica, atribuyendo a la investigación un perfil de *estudio de caso*.

Esta forma de planteamiento metodológico de investigación se vuelve particularmente útil cuando deseamos investigar, comprender o proceder a la descripción de fenómenos y contextos, con factores múltiples, que según Yin (1994) es un planteamiento que está apto para proceder a la investigación en escenarios de índole educativa, siempre que el investigador se encuentre ante situaciones de naturaleza compleja, en el que éste desee averiguar interacciones entre los factores considerados de suma importancia, intentando dar respuesta a ¿cómo?.

Según Coutinho & Chaves (2002), casi todo puede ser estudiado como un “caso”, estemos o no trabajando en un determinado individuo, un grupo o comunidad específica.

En este sentido, para Ponte (2006), ésta es una investigación que se impone como siendo de naturaleza particular, basándose en una determinada situación específica, buscando descubrir en ella lo esencial, con vistas, de esa manera a posibilitar la comprensión general de un fenómeno considerado interesante.

Por todas estas características, esta modalidad de investigación ha sido, sobre todo, en las últimas décadas, bastante utilizada por la Ciencias Sociales, con especial énfasis en las Ciencias de Educación (Yin, 1994).

La utilización de este recurso es, sobre todo, preferido ante dominios y cuestiones nuevas o con un historial de investigación algo limitado. Por esta razón consideramos que el conocimiento de los malos tratos infantiles, en contextos específicos, son objeto de enfoque en esta situación.

2.6 Muestra

Después de establecidos nuestros objetivos, justificado y contextualizado este estudio, hace falta una definición de la población y muestra dentro del cual el mismo tiene lugar. En este contexto, es importante definir quién y cuáles las características que deben de tener los elementos objeto de interés (Torres, 2006).

Desde la perspectiva de Fracica (1988), la población es la totalidad de todos los elementos en relación a los cuales se refiere la investigación.

Para Levin & Rubin (2004) “Una población es el conjunto de todos los seres que estamos estudiando, sobre los cuales se pretende obtener conclusiones”.

Con Cadenas (1974), la población debe encerrar en si una característica común a todos los involucrados.

El tamaño que tiene una determinada población surge como un factor importante en el proceso de investigación estadística y este tamaño resulta del número de elementos que la componen (Levin & Rubin, 2004). Según este número, la población se puede clasificar de *infinita* (siempre que el número de elementos nos surge como demasiado grande, de dimensiones de difícil o imposible cuantificación) o *finita* (formada por un valor limitado de elementos).

En el caso específico de esta investigación, estamos ante una población de naturaleza finita, compuesta por todos los docentes de los tres niveles de enseñanza del municipio de Mafra, que imparten clases en las agrupaciones escolares de la región presentada anteriormente por nosotros.

Las técnicas de muestreo, o sean, los métodos para seleccionar una muestra, se pueden dividir en dos grupos principales, que son de índole *no probalística* (basados en el análisis subjetivo del investigador, que elige los elementos que se incluyen en la muestra, hecho que se puede traducir en buenas estimativas relacionadas con las características de la población, no permitiendo evaluar con objetividad la precisión de los datos) y *probalística*, siendo que en esta situación todos poseen alguna probabilidad de formar parte de la muestra, permitiendo realizar proyecciones e inferencias relacionadas con la población de la cual la muestra se extrajo (Blázquez, 2001).

En el actual estudio, utilizamos una muestra elegida con base en una *técnica probabilística estratificada*, que consiste en dividir la población objeto de estudio en estratos o grupos, que poseen características comunes, realizando en cada uno de los grupos una elección al azar de los participantes (Blázquez, 2001). Creemos que esta técnica de muestreo se asume como siendo la más recomendada para esta situación y que podría así garantizar la representatividad de la muestra.

En relación a la selección interna dentro de cada estrato tuvo como base, en gran mayoría, la disponibilidad e interés de los miembros en participar en el estudio. Este se dio a conocer en cada agrupación, a través del director, y a continuación a sus coordinadores de área en la reunión del Consejo Técnico Escolar. Estos coordinadores, en reunión con los distintos profesores de cada grupo, dieron el feedback de la investigación a los distintos docentes, expresando los interesados su deseo de formar parte de esta investigación, eligiéndose de manera aleatoria a los participantes.

En este contexto, la población docente de las varias agrupaciones escolares que componen el municipio de Mafra, se dividió en tres grupos, es decir, los profesionales de educación infantil, los de primero a cuarto de primaria y los de quinto y sexto de primaria, siendo un total de 331 docentes, provenientes de las cuatro agrupaciones escolares (495 docentes) considerados (es decir, tenemos una muestra del 66,87% de la totalidad).

Véase que al utilizar una muestra con base en una técnica probabilística estratificada, en la que la población se divide en estratos y, a continuación, se selecciona una muestra aleatoria de cada uno de los estratos, se deben considerar números de muestras diferentes en cada uno de los estratos considerados (educación infantil, primero a cuarto de primaria y quinto y sexto de primaria). Este tipo de muestreo por lo general se aplica cuando el evento estudiado en una población tiene características distintas para diferentes categorías que dividen esta población, que es el caso de este estudio.

Con el objetivo de cumplir todos los requisitos en términos de representación de la población, el tamaño de la muestra es esencial. Así, intentamos ser rigurosos, trabajando con un nivel de confianza del 95%, y un margen de error del 0,05 (error

máximo del 5%), verificando la necesidad de aplicación del estudio según el siguiente cuadro¹:

Nivel de Enseñanza	N	$Z_{\alpha/2}$	P	q	E	n	Lo que tenemos
Enseñanza Infantil	108	1.96	0.22	0.78	0.05	77	80
1 ^{er} a 4 ^o de Primaria	222	1.96	0.45	0.55	0.05	140	140
5 ^o y 6 ^o de Primaria	165	1.96	0.33	0.67	0.05	111	111
Total	495					328	331

2.7 Técnicas e instrumentos de recopilación de datos

La palabra **técnica** tiene su origen en el morfema griego *tékhne*, significando, según el diccionario de lengua portuguesa, un “conjunto de procesos basados en conocimientos científicos, y no empíricos, utilizados para obtener un determinado resultado” (Infopédia).

Para Pardal y Correia (1995) la técnica es “un instrumento de trabajo que viabiliza la realización de una pesquisa”, la que basada en la ejecución de un método, y de las operaciones de éste, permite efectuar una verificación empírica. En este contexto, los autores definen las técnicas de recopilación de datos, utilizados en la “investigación social” como siendo: cuestionario de observación, entrevista, análisis de contenido, escalas de actitudes y opiniones, semántica diferencial y análisis documental.

En lo que respecta a **instrumento**, el diccionario de lengua portuguesa lo define como “todo lo que sirve para ejecutar algún trabajo alguna observación (Infopédia).

Con Moresi (2003), un tratamiento directo en el dominio de la investigación, la *técnica de recopilación de datos surge* como “el conjunto de procesos e instrumentos elaborados para garantizar el registro de las informaciones, el control y el análisis de los

¹ Los datos obtenidos de la educación infantil son un poco superiores a lo estadísticamente exigido, habiendo sido aceptados ya que la diferencia entre lo exigido y el material recaudado era escaso (nada más que tres), no siendo susceptible de generar daños en la representatividad deseada.

datos". De este modo, se destaca un determinado grado de ambigüedad y poca consistencia, en la diferenciación entre técnicas e instrumentos.

En el contexto de este trabajo, recurrimos al término *técnica* como un conjunto de acciones operativas para la recopilación de información. Por otro lado, utilizaremos la palabra *instrumento* como realidad, objeto concreto presente en diferentes técnicas para la obtención de datos.

Teniendo como base la temática de este estudio y según las técnicas y los instrumentos más utilizados para la recopilación de datos en los estudios de casos, elegimos utilizar *encuestas en lugar de cuestionarios, entrevistas* y hemos recogido a un *grupo de discusión* con el objetivo de obtener información. Analizaremos las características y la aplicación de cada uno de estos instrumentos.

2.7.1 Encuesta en lugar de Cuestionario

Para Quivy y Campenhoudt (2003) la encuesta en lugar de cuestionario surge como un conjunto de cuestiones, planteadas a un grupo de encuestados, quienes representan una población, de cuestiones que se relacionan con su situación familiar, social y/o profesional.

Por otro lado, los mismos autores defienden que este instrumento de recopilación de datos se utiliza frecuentemente, siempre y cuando se pretenda tener conocimiento de los modos de vida, sus condiciones y comportamientos, en lo que respecta a una determinada muestra.

En este ámbito, para Pardal y Correia (1995), el cuestionario surge como un conjunto de cuestiones, elaboradas según una determinada estructura, con el objetivo de obtener datos relacionados con las personas a las que se encuentra dirigido.

Así, se considera como un instrumento de trabajo que posibilita, de forma rápida y con un coste reducido, la obtención de información específica (Bell, 2002).

Igual que otros instrumentos, también éste posee ventajas, pero también problemas y limitaciones (Quivy y Campenhoudt, 2003). Sin embargo, la posibilidad de cuantificar una diversidad de datos, la reducción de la posibilidad de sesgo por parte del investigador, el hecho de que la producción escrita de las respuestas (sobre todo las que

producen más consternación) evite la inhibición del encuestado, son seguramente, argumentos favorables a su utilización.

En el estudio realizado por nosotros recurrimos a una encuesta en lugar de cuestionario (Anejo A), el cual tuvo por base el utilizado por los investigadores Shor y Haj-Yahia (1996) de la Universidad Hebrea de Jerusalén (Anejo B). Estos autores, reconociendo el problema social de los malos tratos infantiles, con incidencia en los que tienen su origen en el seno familiar, en la sociedad israelí, y con el objetivo de averiguar el papel que los profesionales de distintas áreas del conocimiento (en el caso específico de los estudiantes de servicio social, psicología, medicina y profesores) gozan de esta realidad, realizaron un largo estudio, con alrededor de 1302 elementos, entre la población estudiantil de estas diferentes áreas.

Con el objetivo de validar el instrumento de análisis, fue anteriormente elaborado por los autores de un estudio piloto, en la primera versión del cuestionario, aplicada a una muestra formada por treinta estudiantes (diez de los cuales con experiencia en el trabajo con niños maltratados) en la cual se pretendió aclarar y ordenar cada uno de los ítems presentes en el instrumento, de manera a permitir la comprobación y mejoría de su estructura. Para eso, fueron presentadas cuestiones relacionadas con cada una de las partes, habiendo sido también pedido a los participantes que dieran su opinión en relación con la necesidad y relevancia de cada uno de los ítems presentes en el instrumento.

Estos procedimientos fueron considerados suficientes para asegurar la validez del cuestionario y la aplicación del mismo, según lo preconizado en la literatura (e.g. Kerlinger, 1996).

Con las alteraciones consideradas necesarias, la cuales se basaron, sobre todo en cuestiones de semántica y pequeñas alteraciones contextuales, el presente trabajo mantuvo la estructura esencial del cuestionario, constituido por cuarenta y seis preguntas cerradas, siendo posible tres posibilidades de respuesta: "Sí", "No" y "Indeciso". Se encuentra dividido en cuatro partes fundamentales, abarcando las áreas principales utilizadas por los profesionales, con vistas a determinar casos de malos tratos.

Así, en la primera parte del cuestionario, se trató el tema de la *percepción de los malos tratos*, compuesto por alrededor de 10 viñetas que describen distintos cuadros. Las frases incluían situaciones que abarcan acciones representativas de las principales categorías de abusos y negligencia discutidas en la literatura (Magalhães, 2004).

La sensibilización relacionada al *reconocimiento de señales de malos tratos* infantiles fue evaluada en la segunda parte del cuestionario, que contenía una lista de doce señales tratados en la literatura (Besharov, 1990), estando presentes categorías de exteriorización frente a las de internalización del comportamiento.

El conocimiento de los *factores de riesgo* probablemente asociados a este tipo de situaciones fue objeto de análisis en la tercera parte, estando presentes un listado de 12 factores seleccionados en cuatro categorías utilizadas por el modelo ecológico de los malos tratos perpetrados a menores, que se reparten en individuales, familiares, sociales y culturales (Belsky, 1980).

El deseo de los docentes en *denunciar* los varios tipos de malos tratos fue estudiado en la cuarta parte, que incluía 12 situaciones, ante las cuales los participantes narraban o dudaban en hacerlo.

Se introdujo una novedad, a través de la presencia de preguntas abiertas. Éstas surgían de modo a que el cuestionario no se presentase totalmente directivo, dándole alguna libertad en las opiniones de los encuestados, permitiendo también, la obtención de datos importantes, como la formación efectuada en el área, si los encuestados, en el espacio de tiempo referido (dos años), pensaban haber estado ya ante una situación de malos tratos, así como del conocimiento (o falta de éste) ante los trámites que hay que seguir cuando se está delante de una situación.

Después de entregar los cuestionarios, se pidió a cada profesor que rellenara individualmente el suyo, pasando lo mismo en las reuniones de coordinación de docentes, que ocurrieron en los meses de noviembre (Agrupación de Venda do Pinheiro) y de diciembre (Agrupaciones de Mafra y Malveira) de 2010. Se solicitó que no existiera diálogo o intercambio de opiniones entre los participantes.

No existió tiempo predeterminado para rellenar el cuestionario, habiendo, con todo, sido pedido que contestaran al máximo de preguntas, y que lo hicieran de forma espontánea a cada una de ellas.

Cuando surgió alguna duda, hecho muy poco frecuente, se debió a la parte reservada a la identificación (en relación con la terminología a utilizar en lo que respecta al centro escolar o agrupación).

Después de rellenar el cuestionario, no hubo posibilidad de posibles cambios de respuestas, ya que no había nuevo acceso al instrumento.

Teniendo en cuenta el anonimato, los cuestionarios se numeraron de manera a facilitar la organización de los datos.

Éstos se trataron informáticamente a través del programa estadístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) en su versión 18, siendo que muchas tablas de frecuencias y gráficos presentados se generaron con el SPSS.

Para el tratamiento estadístico de los datos, al principio se recurrió a la estadística descriptiva (análisis univariada), teniendo en cuenta la naturaleza de las variables involucradas: variables cualitativas nominales (variable cuyos valores no tienen relación de orden entre ellos). Se pretende así con base en los objetivos de pesquisa, presentar de forma descriptiva los resultados más relevantes a través de las frecuencias obtenidas, representadas en tablas y/o en forma gráfica.

Enseguida, se cruzaron las variables a través de las tablas de contingencia, y algunas representaciones gráficas. En este punto, se buscaba analizar la independencia entre las distintas variables y el nivel de enseñanza y para eso, se aplicó la prueba de Ji-Cuadrado. Ésta es una prueba de hipótesis que se destina a encontrar un valor de “dispersión” para dos variables nominales y evaluar la asociación entre variables cualitativas. Es una prueba *no paramétrica*, es decir, no depende de parámetros poblacionales, como sea la media o la varianza. El principio básico de este método es comparar proporciones, es decir, las posibles divergencias entre frecuencias observadas y esperadas para un determinado evento. Por supuesto, se puede decir que dos grupos se comportan de manera semejante si las diferencias entre las frecuencias observadas y las esperadas en cada categoría son muy pequeñas, cercanas a cero.

Se hizo también el análisis del contenido de las preguntas abiertas.

2.7.2 Técnicas cualitativas: Entrevistas y Grupo de Discusión

Si el paradigma cuantitativo, del cual anteriormente dimos el ejemplo, se encuentra directamente relacionado con la estadística, con variables o cuestiones de medida, en el caso del paradigma de índole cualitativa, gana relieve los principios de la descripción, de la interpretación e inducción (Doyle, 1987).

Varios autores defienden que los procesos de investigación que no tengan como base la objetividad que proviene de los números, no puede ser considerada fiable o científica, no permitiendo generalizaciones, teniendo en cuenta su carácter eminentemente subjetivo.

Con todo, y en oposición a esta corriente de pensamiento, Bogdan y Biklen (1994) defienden que más que comentar la posibilidad de generalizar datos, debemos tener como principal preocupación que los contextos y sujetos objetos de investigación puedan ser generalizados.

En este ámbito, el principal objetivo de esta metodología de trabajo tiene como principio la capacidad de profundizar y desarrollar el conocimiento relacionado a una situación precisa, en un determinado contexto.

Con el propósito de obtener estos objetivos, el recurso a la entrevista, surge como uno de los dispositivos con mayor utilización en la recogida de datos (Tuckman, 2000).

Quivy y Campenhoudt (2003) entienden que la entrevista es un proceso que se reviste de gran riqueza, permitiendo el contacto, de forma directa, entre el sujeto objeto de investigación y el investigador, estando en ella concentradas, todo un conjunto de importantes informaciones, convirtiéndose necesario dar una especial atención de parte del investigador, con el objetivo de que las intersecciones realizadas permitan producir el mayor número de elementos posible, para que en futuro sean analizados.

Para Dias (2004) la entrevista se tiene como una conversación en la que subsisten distintas perspectivas, puntos de vista e incluso ideas relacionadas con un determinado asunto.

En lo que concierne a la entrevista semidirigida, o semidirectiva, tipología utilizada en este trabajo, Quivy y Campenhoudt (2003), consideran ser el recurso más utilizado en investigaciones de naturaleza social. En ellas, el investigador formula un conjunto de cuestiones, por lo general abiertas, en las que el entrevistado tiene la libertad de respuesta. Toca al investigador dar rumbo y organizar la entrevista, con el intuito de alcanzar los objetivos propuestos.

El análisis del contenido obtenido debe de ser siempre realizado a través de procesos técnicos precisos, ya que existe una intervención directa del investigador, y sus valores y representaciones no deben nunca tenerse en cuenta en los procedimientos que adopta. (Quivy y Campenhoudt, 1992).

Sin embargo, se sabe de antemano que la entrevista semidirigida posee una cara un tanto limitativa, ya que se trata de una técnica que implica algún tiempo, siendo la ausencia de anonimato destacada (resultado de la interacción que se establece, hecho que puede provocar un cierto grado de inhibición en el sujeto, y también dar respuestas que pretendan ser socialmente correctas). Fueron tenidas en cuenta estas limitaciones, pero buscando alcanzar las ventajas anteriormente referidas de esta forma de trabajo, optamos por recurrir a la entrevista semidirigida como mecanismo de recopilación de datos, la cual a la vez nos permitía una mejor interpretación del material obtenido teniendo en cuenta la encuesta en lugar de cuestionario, lo que fue realizado en primer lugar.

Los participantes en las entrevistas se seleccionaron teniendo como principal requisito el hecho de no haber tenido ningún contacto con el cuestionario, hecho que se garantizó porque se trataban de docentes que habían faltado a la reunión donde había sido aplicado anteriormente. Esta preocupación se relacionaba con el hecho de desear eliminar cualquier posible sugestión a la hora de contestar, con base en el recuerdo de las varias situaciones, factores o señales presentes en el instrumento.

Así, se contactó por teléfono con los posibles participantes, de los tres niveles de enseñanza, dándose a conocer en qué consistía el trabajo e insistiendo en el valor de la participación de cada uno, habiendo todos accedido contribuir. Después de este contacto, pusimos una fecha para realizar las entrevistas, teniendo en cuenta la disponibilidad de los elementos, eligiendo como lugar, el colegio donde cada uno de los

profesores impartía clases a excepción de un sujeto que pidió que la entrevista se realizara en su casa.

Se realizaron nueve entrevistas, individualmente, a los siguientes participantes:

Nivel de Educación	Fecha	Sexo	Edad	Caracterización
Educación Infantil	17/12/2010	M	38	Educadora infantil, con alrededor de 14 años de experiencia, con formación inicial.
	17/12/2010	M	49	Educadora infantil, con alrededor de 20 años de servicio, con formación inicial.
	21/12/2010	M	47	Educadora infantil, hace más de veinte años, habiendo ejercido funciones relacionadas con la educación (sindicales), además de impartir clases. Realizó máster después de la formación básica.
1 ^{er} a 4 ^o de Primaria	14/12/2010	M	40	Profesora que imparte clases en los cuatro primeros cursos de primaria, con 16 años de servicio. Hizo una licenciatura en Filología Portuguesa e Inglesa, después de la formación inicial.
	20/12/2010	M	38	Profesora que imparte clases en los primeros cuatro cursos de primaria, con 15 años de servicio. Hizo una licenciatura en Educación Física, después de la formación inicial.
	20/12/2010	M	37	Profesora que imparte clases en los primeros cuatro cursos de primaria, con 17 años de servicio. Hizo una licenciatura en Filología Portuguesa e Inglesa, después de la formación inicial.
5 ^o y 6 ^o de Primaria	6/12/2010	M	26	Profesora que imparte clases a 5 ^o y 6 ^o cursos de primaria, con 4 años de servicio. Hizo una licenciatura en Matemáticas y Ciencias Naturales, como formación de base.
	6/12/2010	M	27	Profesora que imparte clases a 5 ^o y 6 ^o cursos de primaria, con 6 años de servicio. Hizo una licenciatura en Matemáticas y Ciencias Naturales, como formación de base.
	6/12/2010	M	30	Profesora que imparte clases a 5 ^o y 6 ^o cursos de primaria, con 8 años de servicio. Hizo una licenciatura en Deporte como formación de base.

Cuadro 1: Entrevista: constitución del panel de participante

La construcción del guión de la entrevista fue elaborado, con base en las orientaciones de autores como Perrenoud (2001) o Carneiro (2003), recurriendo a cuestiones organizadas en una perspectiva secuencial, con el objeto de conseguir datos que nos posibilitaran dar respuesta a los objetivos definidos en este proyecto (Anejo D).

El guión se encuentra dividido en ocho bloques esenciales:

1. Justificación de la entrevista y motivación del entrevistado;
2. Identificación de situaciones relacionadas con los malos tratos;
3. Reconocimiento de señales/indicadores de malos tratos;
4. Referencia de factores potenciadores de situaciones de malos tratos;
5. Constatación de posibles situaciones de denuncia;
6. Percepción de los profesores, en el contexto del aula, de situaciones de malos tratos;
7. Conocimiento relativo a los trámites relacionados con la ocurrencia de malos tratos;
8. Sugerencias.

La totalidad de las entrevistas fue realizada con el recurso a una grabadora, para facilitar la fluencia y secuencia del diálogo, evitándose así las interrupciones. El tiempo medio de cada entrevista fue de aproximadamente 30 minutos.

Enseguida, se transcribieron todas las entrevistas (Anejo F), habiendo sido entregadas a cada uno de los entrevistados una copia, dándoles la posibilidad de verificar si era fiel a lo que habían dicho y hacer alguna sugerencia en cuanto a alguna alteración (hecho que no se produjo).

El análisis del contenido obtenido se hizo recurriendo al programa informático *Atlas.ti*. Este surge como un *software* que permite realizar el análisis de los datos cualitativos, facilitando su tramitación e interpretación.

El proceso de análisis que condujo a la creación de las categorías, posteriormente esquematizadas en un cuadro, fue el resultado de un tratamiento mixto que, por un lado, permitió hacer un análisis deductivo o *Top-Down*, fundamentado en

un cuadro teórico anteriormente desarrollado y a través del cual fue ideado también el guión de la entrevista. Por otro lado, se hizo un análisis inductivo o *Bottom-up*, que sigue los principios de la *Grounded Theory* (Teoría Fundamentada en los Datos, Ghiglione, 1998). En el análisis deductivo los fundamentos se desarrollaron alrededor de los conceptos enunciados, siendo que el análisis de los datos esté basado en la existencia de un cuadro conceptual desarrollado a lo largo del trabajo.

En el análisis inductivo, las categorías son fruto del análisis de los datos, apareciendo *a posteriori* (Ghiglione, 1998).

Basándose en los tres polos cronológicos ideados por Bardin (1979) – pre análisis, explotación del material y el tratamiento de los resultados, inferencia e interpretación – es en la fase de la explotación del material cuando se procede a la codificación de los datos del *corpus* del trabajo. En el proceso de codificación, teniendo en cuenta las opciones metodológicas referidas arriba, se seleccionan las unidades de registro, la selección de las reglas de enumeración y la elección de categorías (clasificación y agregación).

Después de la conclusión de las entrevistas, empezamos la última técnica de investigación, es decir, el *grupo de discusión*.

Autores como Ortega (2005) llevan intentando dar significación y valor a esta realidad, como técnica para la obtención de información, sobre todo, en el estudio de situaciones que poseen alguna complejidad.

Considerada en su esencia en una técnica de conversación, perteneciente a la familia de las investigaciones de naturaleza cualitativa y encontrando similitudes con las entrevistas en grupo (grupo focal) tiene, con todo, características distintas de ésta. Así, la peculiaridad del grupo de discusión se basa en el hecho de que, a lo largo del diálogo establecido, siempre que cotejados con un tópico objeto de discusión, cada uno de los presentes en el grupo tiene a su alcance la posibilidad de presentar, construir, defender o demostrar sus perspectivas, basándose en una interacción entre los elementos (Callejo, 2001).

Sin embargo, la proximidad entre ambas técnicas se asume como un problema que se basa en su complejidad en términos de terminología, hecho que puede acarrear

dificultades, sobre todo, a nivel de la definición e incluso de la propia comprensión de los que se entienden por grupo de discusión, ya que, por ejemplo, en determinadas traducciones en castellano, hechas a partir del inglés o francés, la noción de grupo de discusión y la de grupo focal, son sinónimas. (Callejo, 2001).

Apartando alguna controversia en términos de definición terminológica, Fabra y Domènech (2001), nos presentan una caracterización del grupo de discusión, basada en los siguientes aspectos:

- Su constitución se basa en un número reducido de personas;
- El objetivo primordial consiste en interactuar en una conversación relacionada con los temas objeto de la investigación;
- Permite recoger un conjunto de opiniones que pueden ser objeto de un tratamiento extensivo;
- Se observa el control de la interacción, dada la situación del grupo, se desplaza desde el investigador hasta los involucrados;
- Permite profundizar los temas objeto de discusión.

La necesidad de compartir las características comunes entre los participantes del grupo de discusión, de manera a que no ocurran inhibiciones y posibiliten que se compartan las ideas, es una condición fundamental en la organización de esta técnica (Callejo, 2001).

Igual que otras modalidades de recopilación de datos, también a ésta se encuentran asociadas limitaciones, de las que se destacan las siguientes (Santos, 2009):

- Inconvenientes a nivel de la selección relativamente a:
 - Intervenientes;
 - Espacio.
- Características de índole personal de los elementos;
- Papel desempeñado por el investigador/moderador;
- Formación y capacidad por parte del investigador/moderador;
- Posibles dificultades de generalizar y analizar los datos;
- Dificultad de prever el transcurso de la discusión;
- Dificultades a nivel de la gestión del tiempo.

Cabrá al investigador saber gestionar estos elementos, buscando incrementar las potencialidades de la técnica, conjugándola preferentemente con otras modalidades de pesquisa (Santos, 2009).

En el caso específico de esta investigación, el diseño del grupo de discusión fue estructurado de la siguiente manera:

1. Delimitación de los objetivos;
2. Elaboración de un guión;
3. Elección y convocatoria de los elementos;
4. Determinación del lugar y fecha para la realización de la acción;
5. Recopilación, transcripción y análisis de los datos producidos.

Buscamos que todos los involucrados representaran los niveles de enseñanza sobre los cuales se hizo el estudio, siendo que de los seis elementos participantes, cada dos pertenecía a un determinado nivel.

Al contrario de lo que ocurrió con la elección de los elementos para la realización de las entrevistas, anteriormente explicado por nosotros, en este caso la mayoría de los sujetos (cuatro) había rellenado el cuestionario, eligiéndose entre aquéllos que refirieron haber tenido alguna formación y/o contacto con situaciones, por eso recibieron la propuesta para participar en el grupo de discusión (a la que todos acudieron). Los demás elementos, dos, fueron objeto de interés ya que en su agrupación escolar, realizaban o ya habían realizado trabajo en este ámbito.

Observemos la constitución del panel de participantes (identificados entre paréntesis con las nomenclaturas utilizadas en la transcripción del texto), que se reunió el día 29 de marzo de 2010.

Nivel de Enseñanza	Participantes	Caracterización
	Moderadora (MD)	
Educación Infantil	Ana (AN)	Docente con 16 años de servicio, que contactó con situaciones de malos tratos.
	Margarida (MA)	Docente con 19 años de servicio, que contactó con situaciones de malos tratos y con formación especializada, inserto en los contenidos de una asignatura impartida en pos-grado.
1er a 4º de Primaria	Cristina (CR)	Docente con 20 años de servicio, que tuvo contacto con situaciones de malos tratos.
	Carla (CA)	Docente con 14 años de servicio, que tuvo contacto con situaciones de malos tratos.
5º y 6º de Primaria	Maria (MA)	A pesar de nunca haber tenido contacto con situaciones de malos tratos, participó en iniciativas y coloquios sobre la temática.
	Sónia (So)	Docente con 12 años de servicio. Observó de cerca una situación de malos tratos y el posterior proceso de denuncia.

Cuadro 2: Grupo de Discusión: constitución del panel de participantes

El papel del moderador fue asumido por mí misma, teniendo en cuenta lo defendido por Burgess (1997), que defiende la importancia de la creación de relaciones entre el investigador y los que forman parte del objeto de la investigación (con el objetivo de conquistar la confianza y generar estímulos), considerándose fundamental que el investigador lleve a cabo esa tarea, en lugar de asignarla a personas que cobren por ello, que probablemente no solo no se sentirán familiarizados con los intervinientes y sino también con el contexto (Santos, 2009).

Toda la secuencia del diálogo se basó en cuestiones orientadoras, para que se obtuvieran los objetivos coincidentes con los propuestos en este trabajo (Anejo G).

Igual que ocurrió con las entrevistas, toda la discusión se grabó, con el permiso de los presentes, habiendo sido el contenido de las mismas objeto de registro y posterior análisis del programa informático *Atlas.ti*.

3. CONCLUSIONES E IMPLICACIONES DEL ESTUDIO

En el capítulo final de nuestro trabajo, buscamos, en primer lugar, presentar y aclarar las conclusiones que en él se destacan y que nosotros hemos considerado, en búsqueda de los objetivos que estuvieron en la base de nuestro trabajo. Éstos, de manera específica, versaron sobre:

3.1 Nivel de formación de los docentes en la temática de los malos tratos infantiles

Con base en los diferentes instrumentos y técnicas por nosotros utilizadas, o sea, cuestionario, entrevista y grupo de discusión, se demostró que éste es un tema ante el cual los profesionales de la educación poco han invertido, en lo que concierne a la búsqueda de formación en la misma. En este contexto, solamente una escasa parte de la muestra estudiada (7,9%), que representa todo un municipio, reconoció haber tenido algunos contenidos formativos en el área.

Varios motivos pueden ser planteados para justificar este cuadro, siendo, con todo, la falta de oferta, la más evidente, tanto a nivel de formación continua como en el currículo de base (como explanamos en el capítulo anterior).

En este ámbito, importa referir que algunos docentes declararon que el tema había sido tratado en el centro de enseñanza superior en el que habían cursado su carrera (aunque de forma fugaz e impartido en uno de los capítulos de una determinada asignatura). Este hecho, a pesar de insuficiente, debido a los pocos elementos que abarcó, tiene su lado positivo, dándonos una visión de la autonomía curricular de estos centros en particular, que gestionaron sus currículos, intentando abarcar el tema, a pesar de que éste no forme parte del currículo básico para la formación de profesionales de la educación, sea cual sea el nivel de enseñanza.

Al intentar individualizar los resultados obtenidos, dando respuesta a uno de nuestros objetivos de investigación y cruzando los mismos con los que pretendía reconocer la especificidad de cada grupo de docencia, fue posible verificar que los profesionales de la enseñanza primaria (1^{er} a 4^o curso) y educación infantil (según este

orden de grandeza) tuvieron más contacto a nivel formativo en esta área, que los profesores del nivel de enseñanza siguiente.

La justificación para este hecho, quizás se deba al esfuerzo realizado por algunas entidades con responsabilidad en el dominio infanto-juvenil, en realizar acciones de sensibilización en algunos centros de enseñanza. Con todo, si en lo que concierne a los niveles iniciales, la misma se aplica a los docentes, posteriormente, ésta comienza a ser dirigida hacia los alumnos y de participación facultativa.

3.2 Identificación de situaciones de malos tratos

De los resultados obtenidos por nosotros, se asume como aceptable reconocer la existencia de un consenso de los varios grupos, en lo que respecta a la definición de los malos tratos.

En esta definición, parece ser particularmente amplia la noción de que éstos implican sufrimiento por parte de la víctima, ganando supremacía todas las acciones de *violencia física y de abuso sexual*, además de las que envuelven *abandono severo de las responsabilidades parentales*, convirtiéndose como las principales fuerzas motrices de este concepto.

Nos congratulamos con el hecho, y discrepando con lo que ocurrió en el estudio anterior y en otros realizados, como hemos demostrado en el capítulo IV, que la negligencia sea una situación claramente reconocida como malos tratos (la segunda en términos porcentuales – 93,9 %), incluso sin que en el cuadro presentado se vislumbre el resultado inmediato del acto perpetrado, habiendo sido enormemente referida por los participantes en las técnicas cualitativas.

Creemos que la explicación para este resultado, puede tener origen en el intenso debate que este asunto ha suscitado en la sociedad en general, y en la portuguesa en particular (donde pululan numerosas situaciones), permitiendo a los profesionales una mayor concienciación y una ampliación de horizontes, valorando nuevas situaciones, hasta entonces postergadas en las investigaciones realizadas (Pardeck's, 1988).

En este contexto, ambos grupos objeto de estudio, parecen encontrarse atentos a esta problemática, permitiendo, con todo, que sea posible observar determinados

matices entre los tres departamentos, teniendo como telón de fondo el grupo etario de sus alumnos, enfocando, de esta manera, la particularización dada a sus respuestas.

Esta última constatación, se reviste de características muy particulares, ya que algunos de los docentes involucrados, están, en términos académicos, habilitados para impartir clases en más de un nivel de enseñanza, pudiendo elegir, al empezar el curso, su preferencia por el nivel que desea enseñar.

En este contexto, y teniendo algunos la misma formación, y encontrándose la diferencia en la elección del área de enseñanza (un profesor que imparta clases a los primeros cuatro años de primaria podrá impartir clases también a los dos últimos, si su licenciatura incluye la rama de enseñanza de un área específica), no deja de ser curioso que según las características de los alumnos que tienen delante, así se orientan sus respuestas. Es ilustrativo de esta premisa que el caso de los abusos de naturaleza psicológica y de negligencia de las condiciones de vida, que tienden a ser valoradas cuando los docentes tienen como escenario de su acción niños muy jóvenes y marginados en una fase posterior.

3.3 Síntomas/señales asociados a los malos tratos

La exteriorización de los síntomas/señales surge de la forma más comúnmente aceptable por los docentes, en el momento en el que se identifican los casos de malos tratos. Así, las marcas visibles, presentes en el cuerpo del niño/joven, aparecen como la mejor prueba de la perpetración de cuadros abusivos.

Este resultado encuentra correspondencia en otros estudios ya realizados con docentes (Mendonça, 2008), hecho que alerta para una visión reducida del fenómeno de los malos tratos infantiles.

Así, paralelamente al no reconocimiento de importantes señales, que incluyen descripciones de actitudes en contexto de clase, demasiado preocupantes, o de retroceso en el proceso de maduración del individuo, caso de la regresión en el control de los esfínteres (Gaona, 2010), se asistió a una desvalorización de las señales de índole implícita o de una elevada incertidumbre en la elección de los mismos.

Esta constatación nos lleva a reflexionar sobre el hecho de que los docentes no hayan presentado grandes dudas en lo que respecta al momento de la delimitación de lo que se debe o no considerar como situación de malos tratos, sin embargo, la misma seguridad, el mismo saber no aparece consolidado cuando se detectan las señales. De esta forma, más que hablar de un problema de catalogación de fenómenos de naturaleza abusiva y negligente, parece ser que nos enfrentamos a un déficit a nivel del reconocimiento de indicadores.

En esta perspectiva, la ausencia de formación que tenían casi todos los participantes, puede considerarse como el problema de fondo de toda esta cuestión, dejando a los docentes carentes de los conocimientos necesarios para una total identificación de los síntomas de alerta, siempre que éstos se ubiquen mucho más allá de lo obvio y lo palpable.

Pareciendo confirmar nuestra perspectiva, los resultados obtenidos por el panel compuesto por los elementos del grupo de discusión, en el que la mayoría de los participantes había recibido alguna información o había tenido un anterior contacto con la temática (habiendo sido obligados a desarrollar todo un conjunto de prácticas, las cuales, les trajeron, naturalmente, saberes), fue lo que reportó todo un conjunto de síntomas/señales más amplios (Alario & Birnkrant, 2010).

Indudablemente muchas señales consideradas como menos evidentes, pueden ser resultado de todo un abanico de situaciones que no sean solamente las de la exposición a la violencia familiar o a la de ser víctima directa de dicha violencia. Sin embargo, cuando está instruido cualquier docente no podrá renunciar a la sospecha de las señales, siempre que éstas resulten en acciones que ganen matices de peligro físico para el niño y/o los que les rodean, se transformen en algo tan intenso que intervenga en la cotidiana adaptación del niño a las actividades que se les proponga, no responda a las estrategias consideradas básicas y usuales en la superación de determinado comportamiento (caso de la inquietud en el aula), bien como si los mismos síntomas se prolongaran por un tiempo considerado intolerable. En este contexto, y a modo de ejemplo puede ser tolerable que un niño se duerma ocasionalmente en el aula (demostrando un normal cansancio ante el trabajo desarrollado, alguna fragilidad física, el preceder un cuadro de enfermedad...), con todo, es altamente sospechoso si ocurre repetidamente y persiste en el tiempo (Muñoz et al, 2003).

Las particularidades inherentes a cada uno de los grupos de docencia también dejaron trasparecer algunas divergencias, las cuales no divergiendo de la general corriente de opiniones, permiten percibir, una vez más, que los docentes potencialicen determinadas señales partiendo de la base de su población, estrechando su visión sobre el problema.

3.4 Potenciales factores asociados a los malos tratos

Los estudios realizados nos indican que la identificación y el conocimiento de los factores que potencian el riesgo de ocurrencia de malos tratos, puede ser una ventaja en la forma de hacer frente a este problema (Pires & Miyazaki, 2005).

En este ámbito, los docentes involucrados en la investigación, demostraron primacía por las condiciones asociadas al agresor, encontrándose en un nivel superior los que describen cuadros de tóxico dependencia y el hecho de no sentir amor por el niño.

En sentido contrario, fueron despreciados casi la mayoría de los factores que contenían en si mismas condiciones asociadas a la víctima, tales como ésta ser del sexo distinto del deseado (claramente descartado por los participantes, con una expresividad de aproximadamente del 90%), o ésta ser portadora de condiciones de salud, que pueden requerir mayor grado de cuidados (incapacidad del menor).

De la misma forma, más de la mitad de los docentes no parecen tener en cuenta los factores de riesgo que se encuentran en la estrecha relación con el medio social y la comunidad.

Todos los métodos de búsqueda utilizados, parecen corroborar esta tendencia reduccionista de elección de los factores, por lo menos la elección de los mismos, siendo estas leves diferencias observadas únicamente a nivel del grupo de discusión, aunque de forma muy discreta y poco significativa.

Por otro lado, y demostrando que los docentes no poseen una concienciación común sobre este importante elemento, el cual se reviste con importante valor en la prevención de situaciones efectivas de malos tratos, impidiendo así la concretización de

un mal mayor, surge la presencia significativa de respuestas que se encuentran dependientes del nivel con el cual los docentes concretizan su práctica lectiva.

El elevado índice de indecisión, en los cuadros propuestos sin incisión en el perpetrar de los actos, es también un elemento que denota alguna ambigüedad y duda importante en la señalización de las respuestas.

En este contexto, y tal como ocurrió cuando se hizo referencia a las señales potencialmente involucradas en esta temática, no existe una correspondencia directa entre la claridad demostrada en el momento de la identificación de situaciones, y el conocimiento y valoración de factores que hipotéticamente podrían potenciar las mismas.

3.5 Denuncia de situaciones de malos tratos

Según los autores como Webster, O'Tolle y Lucal (2005), al dedicarse a la cuestión de la denuncia, concluyeron a través de sus investigaciones, que alrededor de un tercio de los docentes que sospechan o incluso identifican un caso de malos tratos, no proceden a señalar/denunciar el mismo.

En el presente estudio, los profesionales de educación consideran las situaciones que envuelven el abuso sexual como las prioritarias para el inicio de una acción de denuncia.

Respecto a las demás categorías, tanto a nivel de la negligencia como de los malos tratos físicos, éstos deben ser de grado acentuado/severo, evidenciándose una predilección en la denuncia de cuadros que produzcan resultados visibles y sin solución posible.

Los datos obtenidos surgen en la línea de lo defendido por autores como Piñon (2008), el cual considera que los profesores, siempre que no entienden que la integridad, la salud y, en primera instancia, la vida de los niños se encuentran en riesgo, tienden a catalogar esos casos como “no tan importantes”, no atribuyendo a los mismos el valor debido, ni efectuado la denuncia de éstos.

Con todo, son estos mismos cuadros considerados como menos importantes, ante los cuales nada se hace, que producen en los niños que de ellos son víctimas, graves consecuencias (comparadas con los que no experimentaron tales situaciones). Como ejemplo de esos resultados tenemos la predominancia de situaciones de disturbios graves del comportamiento, actitudes destructivas, baja autoestima o fragilidad en la autorregulación (Piñon, 2008).

En este ámbito, señálese que algunas respuestas de los docentes (a pesar de que no alcancen valores tan expresivos como los de las tipologías arriba descritas), revelaron alguna “madurez” en esta área, permitiendo vislumbrar una preocupación en señalar/denunciar casos de malos tratos (envolviendo experiencias de naturaleza psicológica y/o emocionales), impidiendo que las mismas alcancen niveles de gravedad superior.

Sin embargo, la elevada indecisión revelada, ante cuestiones con características preocupantes, aunque envueltos en matices de aparente subjetividad y no exteriorizados, nos dejan algo aprensivos en lo que respecta a la seguridad de los resultados obtenidos y efectiva expresividad del acto de denuncia.

Así, y según Yanowitz Monte y Tribble (2003), los profesores que efectúan una denuncia, fundamentan su decisión teniendo como base principal las sospechas y en menor medida, evidencias concretas. Por el contrario, los docentes que tienden a no señalar los cuadros de los que sospechan, parecen necesitar ocurrencias expresivas, antes de plantearse la realización de una notificación.

En relación al valor de la experiencia y posible especificidad profesional, asociada a los tres grupos de docencia en análisis, constatamos que, una vez más, todo ello tiende a influir en las respuestas, teniendo como base las características y el grupo etario involucrado en el trabajo de los profesionales.

En este contexto, los docentes de la enseñanza infantil, tienden a revelar una posición extremadamente protectora y de cierto modo “maternal”, en el trato con sus pupilos, indefensos ante acciones perpetradas por los adultos/cuidadores.

Los docentes de los primeros cuatro cursos de enseñanza primaria valoran, de forma significativa, situaciones que perjudican el desarrollo escolar del alumno (absentismo recurrente y sin causa aparente).

Los profesores de quinto y sexto curso de enseñanza primaria, asumen sus posiciones de forma más uniforme, acompañando, en términos generales, la tendencia mayoritaria, en las situaciones en las que hay que realizar una denuncia, no revelando un sentido particular de elección.

3.6 Reconocimiento de casos de malos tratos

Relativamente a la tasa de prevalencia de situaciones reconocidas por los docentes, referida a los malos tratos, en los dos últimos cursos escolares, en el espacio comprendido por la Agrupación de Centros Escolares del municipio de Mafra, ésta se asume como baja (20,1%). Este hecho, aunque positivo pone en relieve algunas consideraciones.

Así, no dejará de ser cuestionable si los casos detectados fueron la totalidad de las ocurrencias, o si éstos solo traducen la minoría que, en un primer momento, fueron identificados, y, de manera aún más reducida, terminaron por ser denunciados. Al corroborar nuestras dudas, se encuentra el hecho de que de los casos asumidos, casi la mitad de éstos explicaron cómo hicieron la detección de los mismos.

En este contexto, se presume, que el bajo índice registrado, no refleje la totalidad de la situación, aún más estando ante un conjunto de elementos con notable carencia a nivel formativo en el área en cuestión, elemento que es especialmente determinante en el momento de una correcta identificación de situaciones y, aún más, de potenciales indicadores (Piñon, 2008), habiendo sido llevados a cabo los casos referenciados, de manera representativa, por los docentes que experimentan alguna modalidad formativa.

Las situaciones que implican repercusiones a nivel físico, sea resultado de malos tratos, sea por negligencia de esta naturaleza, se asumen como las más referenciadas por la generalidad de los participantes, presentando siempre un cuadro de exteriorización física.

Este resultado es compartido por los datos obtenidos en estudios realizados en distintas áreas geográficas, tales como España, Argentina, Inglaterra o Canadá (Faleiros, 2007).

Haciéndose un paréntesis, obsérvese que aunque la negligencia física sea una de las más referenciadas, regístrese que durante un largo periodo de tiempo, los estudios que abarcaron la misma fueron infravalorados, habiendo ganado fuerza el hecho, con base en el número de ocurrencias que de forma progresiva se fueron identificando, tocando a los docentes una importante contribución en esta materia. (Faleiros, 2007).

Los malos tratos envolviendo situaciones emocionales/psicológicas, fueron los menos referenciados. Importa referir que éste es, por norma, poco notificado, relacionándose la razón para esta ocurrencia en el difícil reconocimiento del mismo (UNICEF, 2009).

Regístrese el hecho de que no fue detectada cualquier situación de abuso sexual, no obstante, ha sido referenciado, solo en el periodo de tiempo (2009/2010), a la CPCJ del área en causa, casos de elevada sospecha, aunque tenga como origen del reconocimiento de la misma, entidades que no son los docentes (CPCJ, 2009). La justificación para ese hecho, podrá estar asociada, por un lado, al hecho de que esta tipología sea sustancialmente menos dominante que otras (Bringiotti, 2000), por otro lado, es difícil para un docente detectar o hacer una denuncia (al contrario de lo que afirman, sea en nuestro cuestionario, en las entrevistas o en el grupo de discusión), dado que es un acto todavía revestido de elevado tabú, ante el cual se sabe que un paso en falso, en el momento de un falso reconocimiento, puede traer consecuencias desastrosas, prefiriendo, en caso de duda, esperar por nuevos indicadores, los cuales, de concretarse, solo producen un empeoramiento de la situación.

En relación a la variación de las modalidades, en lo que respecta al grupo de docencia (y teniendo en cuenta los escasos números obtenidos) la negligencia de origen física fue notada, sobre todo a nivel de la enseñanza infantil (suciedad generalizada, aspecto deplorable...), indicadores evidentemente externos y valorizados en un periodo de elevada dependencia del adulto.

Los malos tratos de índole física fueron los más identificados en los niveles siguientes, siendo también destacable que, a nivel de los dos últimos cursos de

enseñanza primaria, hayan sido registrados casos de negligencia psicológica/emocional. Ésta se manifiesta, sobre todo, al nivel de la descripción de situaciones que envuelven un fallo en el control parental (Tourigny et al., 2003), el cual se materializa en absentismo o rechazo permanente de los padres a asistir a cualquier reunión para la que hayan sido convocados. Esta falta de monitorización de los niños/jóvenes por parte de los adultos responsables, terminan, muchas de las veces, en la manifestación de problemas de conducta.

3.7 Camino a seguir en casos de malos tratos

Sea ante una experiencia vivida en el papel de docente o cuando se cuestiona en relación a los procedimientos a adoptar ante una posible situación de malos tratos, la Comisión de Protección de Niños y Jóvenes, asume como órgano claramente más aludido. Ésta surge individualmente, como si estuviera presente en innumerables combinaciones, en las cuales se involucran entidades con poder judicial y legislativo (existiendo en ese último caso, alguna confusión en lo que respecta al poder de actuación de estos órganos, los cuales, en el caso del juzgado, solamente será llamado a intervenir en una fase posterior).

La figura del Tutor de grupo, observando por sectores de enseñanza los datos obtenidos, se reviste de elevada importancia para los docentes de los dos últimos cursos de enseñanza primaria, no dejando de ser curioso cómo los profesionales de este nivel personalizan en la figura de éste su propio deber, surgiendo como una especie de intermediario, a quien tocará desencadenar todo un conjunto de mecanismos que partieron de la sospecha o detección de indicadores realizada por otro docente. No dejará este hecho de acarrear que el profesor no se responsabilice, bien como un alejamiento ante sus propias obligaciones.

En los demás niveles, impartidos en régimen de unidocencia, esta situación no tiene lugar, asumiendo el profesional de la enseñanza infantil y de los cuatros primeros cursos de primaria la función de dar (o no), el seguimiento a las situaciones de las que tuvo conocimiento o de las que venga a constatar.

Si la gran mayoría de los docentes no duda en referir que sabe dónde o a quién dirigirse en caso de malos tratos, no deja de ser peculiar que la respuesta a la

especificación de cómo llevar a cabo esa actuación, surge como despreciada por un número significativo de participantes.

Contrariando los resultados de determinados estudios (Vagostello et al., 2003), en los cuales, incluso cuando los docentes tienen conocimiento de los órganos o entidades con competencia en la protección infantil, la gran mayoría prioriza como acción inmediata el diálogo con la familia y/o los potenciales responsables, buscando encontrar la menor situación para el problema (procedimiento que puede empeorar la situación vivida por la víctima); en nuestra investigación tal solución es completamente preterida, atribuyendo siempre ese papel a terceros y entidades, las cuales, con más o menos funciones, desempeñan competencias en el dominio infanto-juvenil.

3.8 Limitaciones del estudio

Cualquier trabajo de investigación, pese al esfuerzo desprendido, y su deseo de alcanzar los mejores resultados posibles, nos surge siempre como sugestivo encerrar en sí todo un conjunto de puntos débiles y limitaciones, las cuales deben de ser observadas, buscando una actitud de autocrítica y de reflexión sobre éstos.

En este contexto, juzgamos que la misma temática de nuestro trabajo, es ella misma altamente compleja, generando en la sociedad y en los que participaron en él, toda una abanico de sentimientos, los cuales se van intercambiando entre la repulsa ante los temas abordados (éstos se tienen como despreciables), y el sentimiento de tener que responder según lo socialmente establecido.

De esta forma, no podemos descuidar el hecho de que los encuestados, al ser involucrados en un estudio relativo al tenebroso mundo de los malos tratos infantiles, principalmente cuando confrontados con todo un conjunto de situaciones revestidas de enorme delicadeza e incómodas (como las que les fueron presentadas en el cuestionario), tenderán a responder según lo que ellos entiendan como “lo más normal” y lo esperado por norma.

Así siendo, y no obstante, el carácter anónimo que todo el cuestionario (el cual surge como un garante de protección de la entidad de cada participante), no podemos desechar la posibilidad de no poder existir diferencias entre lo que los profesores

refirieron como lo que harían ante determinada situación hipotética, los hechos y las condiciones que los motivaron; y sus reales y efectivas actitudes.

Con todo, creemos que ésta es una cuestión que se reviste de características casi existenciales en todas las pesquisas que tratan sobre importantes temáticas sociales.

En este ámbito, y con vista a controlar los efectos de esta atracción por lo socialmente correcto, y sus consecuentes limitaciones a nivel de la interpretación de los datos obtenidos, juzgamos que se volvería útil la inclusión en el cuestionario de una escala que evaluase esa misma apetencia social.

Por otro lado, no podemos ignorar que estamos ante un cuestionario en el que mayormente, los ítems presentados surgían sobre la forma de cuestiones de naturaleza cerrada, presentando respuestas cuya elección era limitada y sin gradación de intensidad. Esta realidad podrá haber condicionado los elementos involucrados, los cuales podrán no haber reflejado todas las percepciones y estados de alerta ante la cuestión de los malos tratos infantiles.

De esta forma, opinamos que en una futura investigación, podría ser enriquecedora la introducción de un mayor escalonamiento a nivel de la posibilidad de respuestas a presentar.

En lo que respecta a la aplicación de las técnicas de naturaleza cualitativa, o sea, la entrevista y el grupo de discusión, el hecho de la propia investigadora encierra en si el papel de conductora/moderadora de todo el diálogo producido, podrá, no obstante, todo el esfuerzo desarrollado en la limitación de esa variable, haber provocado algún sesgo en las respuestas, teniendo las mismas, hipotéticamente, recibido alguna especie de sugestión con vista a satisfacer o alcanzar los objetivos propuestos (Quivy y Campenhoudt, 1992). Por otro lado, la total falta de anonimato, sobre todo en el momento de la respuesta ante las actitudes a adoptar, o el deseo de efectuar una denuncia, pueden carecer de algún distanciamiento, una vez más, en relación a las reales acciones a desarrollar (esta situación, si se verifica, podrá tener características más difuminadas a nivel del grupo de discusión, en el cual, la mayoría de los casos, más que idear posibilidades, los participantes expusieron situaciones prácticas de las cuales tuvieron conocimientos o en las que se encontraron directamente involucrados).

3.9 Implicaciones

Incluso antes de analizar las posibles implicaciones directas, consecuencia de los resultados obtenidos por nuestro estudio, regístrese en primer lugar, que una de las principales virtudes, punto fuerte, fue el hecho de permitir a los docentes y a los colegios, individualmente o en grupo (teniendo por base el tipo de técnica utilizada), debatir y reflexionar relativamente a la temática de los malos tratos infligidos a niños/jóvenes.

Este debate se pudo observar en distintos momentos. Así, tuvo lugar de forma que podemos titular “espontáneas” justo después de rellenar el cuestionario (en los casos en los que la investigadora hizo la recogida inmediata en el momento en el que terminaron el mismo), dialogando los participantes en relación al contenido del cuestionario, intercambiando ideas y puntos de vista relativamente al contenido expuesto en las viñetas, o prolongando el tema abordado incluso después de que hubiese terminado la entrevista y el grupo de discusión (este último en diálogo abierto durante un largo período de tiempo). Por otro lado, en dos colegios participantes, los docentes organizaron una convivencia con los padres (invitando para el mismo elementos con responsabilidad en el área de la protección y salud infantil, cuya una de las temáticas abordadas (en el tema de los niños en riesgo), eran los malos tratos.

Uno de los aspectos más referenciados por los participantes, ya sea en las técnicas utilizadas por nosotros o en el debate subsecuente, se centró en las limitaciones sentidas, particularmente en lo que concierne a la formación en el área.

En este contexto, se revestirá de extrema importancia reflexionar sobre la preparación de estos profesionales, en dos momentos importantes, o sea, en la fase de formación (convirtiendo obligatoria la inclusión en los currículos de estos contenidos que traten esta temática, de manera efectiva y extensiva a todos los diseños curriculares de formación de docentes), sea de los que se encuentran impartiendo clases.

En este último grupo, la organización de acciones de formación, impartidas por formadores que busquen, más que la transmisión empírica de saberes, busquen transmitir conocimientos y actitudes prácticas, buscando responder a cuestiones que a veces hacen la diferencia entre la inercia y la actitud responsable y de intervención ante

esta cuestión, será un área que hay que apostar en un futuro que se desee que sea presente (Mendonça, 2008).

Esa experiencia en la cuestión de los malos tratos infantiles, más que formar parte de posibles hipótesis de formación, facultadas por los variados centros de formadores distribuidos por el país, los cuales el docente está obligado a frecuentar y de esa manera progresar en su carrera (pero cuyas temáticas a elegir casi nunca abordan este tema); debería ser llevado a los colegios, con carácter regular, de cariz obligatorio pero realizadas de forma natural, contribuyendo a una actualización del docente como ser humano y profesional de la educación (Webster et al., 2005). Éstas deberían ser satisfactoriamente patrocinadas y ampliamente divulgadas por el organismo competente (Ministerio de Educación) a semejanza de otras acciones ya ocurridas en ámbitos como el *Plano Nacional de la Lectura y de la Escritura* o el *Plano Nacional de las Matemáticas*. Así, tras analizar los resultados observados por los estudiantes portugueses en estas dos áreas, denotaban una potencial carencia sentida por los docentes en estas temáticas (las cuales colocaban a Portugal lejos de la cabeza en comparación con otros países), también el elevado número de niños víctimas de malos tratos debería servir como señal de alerta para la necesidad de apostar en la formación de uno de los principales grupos de profesionales con posibilidades efectivas de actuar en esta área, o sea, los docentes.

En nuestro trabajo, presentamos una propuesta para una futura acción de formación, por nosotros elaborada, con vista a ser presentada a los varios centros de formación del área geográfica de nuestro estudio, bien como de zonas limítrofes.

Otro de los importantes aspectos que ciertamente traerían ventaja en esta temática, sería el incremento del apoyo prestado a los docentes, de forma real y no exclusivamente prevista en directrices ministeriales, por equipos multidisciplinares (psicólogos, asistentes sociales, pediatras...), las cuales, no solo podrían interaccionar con el profesional de la educación, bien como permitirían facilitar a la víctima el necesario apoyo, con mucha más celeridad y eficacia, para lo cual ningún docente recibe instrucción efectiva y no estará, seguramente, habilitado.

De esta forma, la necesaria integración de estas unidades de grupos de trabajo, en todas las agrupaciones de colegios, podrían contribuir para evitar el alejamiento del

niño del centro escolar (cuando ésta no está preparada para incluir en su núcleo; y no cuando la ley así lo exige), bien como el resultado de este acto. Esta situación se reviste de superior importancia y mejoraría en mucho la inclusión y recuperación del niño víctima de malos tratos (Kenny, 2001).

Con todo, el constante agravar de las condiciones socioeconómicas del país, con los severos recortes previstos en los presupuestos del estado, en los cuales el sector de la salud y de la educación, surgen, trágicamente, como los dos más sacrificados (Presupuestos del Estado, 2011), no nos dejan antever nada prometedor en esta área, donde, al contrario de asistir a un incremento del número de profesionales disponibles, los mismos están siendo concentrados para un número cada vez mayor de instituciones, o simplemente alejados, dejando a las mismas y a sus docentes, y por orden creciente de intereses, a los alumnos, más desvalidos.

Si la formación de los docentes parece asumirse de vital importancia, consideramos que la misma debería ser extendida a los propios niños/alumnos. Así la posible introducción de contenidos en los programas a impartir, basados esencialmente en la vertiente de la prevención, transmitidos de forma interdisciplinar y transversal (abarcando áreas como el Área de Proyecto, la Formación Cívica o la Educación Sexual), teniendo como principal objetivo dotar a los alumnos de competencias de autoprotección, surge como un importante recurso a ser utilizado por el profesor como importante elemento en toda esta cadena (Faleiros, 2008).

En paralelo con la necesaria formación que es necesaria facilitar, y la creación de normas de actuación, surge como vital la transmisión de conocimientos de índole práctica y de instrumentos sobre esta temática, permitiendo a los docentes poseer todo un conjunto de saberes y prácticas que les permitieran tener una actitud confiada y activa (Yanowitz, et al., 2003).

Dadas las dificultades sentidas para una global detección de fenómenos de malos tratos, juzgamos que una acción válida a realizar pasaría, a semejanza de lo ya utilizado en países como España (en las regiones de Andalucía y Cataluña), Argentina o Brasil, por la utilización de instrumentos como la *Cartilla Epidemiológica*, desarrollada a través de trabajos de autores como Bringiotti (2000).

Ésta surge como un instrumento, de confianza y considerado sencillo, que al rellenar no da lugar a dudas, con el fin de conocer la prevalencia de malos tratos, teniendo como objetivo los docentes.

Si el aislamiento a que algunos docentes, esencialmente a nivel de la educación infantil y de los cuatros primeros cursos de enseñanza primaria estaban asignados, fue efectivamente reducido con la creación de las Agrupaciones Escolares, si el carácter de unidocencia fue reducido con el surgimiento de las Actividades de Enriquecimiento Curricular, poco se cambió a nivel de estos grupos, es decir, la estrecha relación, casi de exclusividad, con sus niños, las familias de éstas y el medio circundante, pudiendo así de las desventajas sacar provechos. En este contexto, la acción educacional del profesor puede ser más fácilmente extendida a la propia familia, informando y disuadiendo para la negatividad de las prácticas punitivas, indicando alternativas y beneficios de prácticas no abusivas (Abrahams, Casev & Daro, 1992).

De esta forma, el propio comportamiento del profesor, deberá ser adecuado, buscando solucionar conflictos originados en el seno de su aula, a través de modelos no violentos y de regulación no coaccionada de comportamientos.

3.10 Futuras líneas de investigación

Siempre que estamos en la fase final de un proyecto de investigación, el cual nos costó muchas horas de esfuerzo, oportunidades y también algunas angustias, nace en nosotros el deseo de idear nuevas líneas de trabajo y horizontes que alcanzar. No escapará la pesquisa por nosotros realizada a esa fuerte tendencia, creyendo, plenamente, que este tema está lejos de agotarse.

De esta forma, juzgamos que sería extremadamente interesante, dada la carencia sentida a nivel formativo, averiguar, con el mayor número de participantes posible, el grado de satisfacción de los profesionales de educación en relación con sus saberes, en lo que respecta a la temática de los malos tratos infligidos a menores. Juzgamos que solamente un estudio profundo y amplio en esta área, podría conllevar a un cambio de conductas y líneas orientadoras por parte de los responsables de la educación en Portugal.

A este trabajo lo podríamos titular “Informando para formar – la formación de los docentes en la lucha contra los malos tratos”.

La utilización de un instrumento para buscar situaciones de prevalencia de malos tratos (caso de la *Cartilla Epidemiológica*) en una determinada área geográfica, y la comparación de los resultados por ésta obtenidos con el número de denuncias registradas, teniendo como origen los docentes, se revestiría de gran utilidad, permitiendo cotejar el grado de concordancia entre la realidad detectada y aquello que es efectivamente denunciado.

Teniendo en cuenta que solamente es objeto de denuncia las situaciones que ponen a la víctima en riesgo (de mayor o menor intensidad, de consecuencias más o menos graves), sería útil evaluar la noción que aquéllos que ejercen funciones directamente relacionadas con los niños, poseen de la realidad. En este contexto, profesionales como los docentes, los auxiliares de educación, psicólogos escolares y terapeutas, se convertirían en la población elegida para nuestro estudio.

Con el instrumento de trabajo, y dada la pertinencia del mismo, nos gustaría utilizar el *Modelo predictivo de identificación de situación de peligro y medios de evaluación* (Reis, 2009), ya comprobado y aplicado a nivel de una población con características algo distintas, aunque pretendiéramos mantener, igualmente, en la variable experiencia profesional, la principal premisa.

Dado nuestro estudio tratar exclusivamente situaciones que se limitan a los malos tratos perpetrados en el seno de la esfera familiar, el ampliar de éste a otros tipos de violencia sería extremadamente interesante, sobre todo en lo que concierne a la violencia entre pares, personificada en la denominación de *bullying*. Éste tiende a tener como lugar preferencial de ocurrencia, como describimos en el capítulo anterior, el espacio escolar y/o las áreas cercanas. Luego, el papel del docente y del centro escolar en general, se vuelve extremadamente importante a nivel de la profilaxis, detección y actuación ante este fenómeno.

Esta sería una investigación con características muy actuales, dado el creciente número de casos, algunos de los cuales con desenlaces fatales, de los que tenemos conocimiento a través de los medios de comunicación.

Dado ser para nosotros un área inexplorada, visto que hemos centrado toda la investigación en la figura del docente, creemos que la misma se revestiría de gran interés si se focaliza en el alumno/niño, buscando averiguar sus concepciones, conocimientos, miedos y dudas sobre el tema. El cruce de datos por diferentes grupos etarios, en búsqueda de similitudes y/o divergencias, surgiría como uno de los puntos que estructurarían la investigación.

Por último, y tal vez más difícil, creemos que escuchar a los padres/familia, asume características de gran interés. En esta perspectiva, poder delimitar lo que éstos consideran como frontera que separa los malos tratos, de las necesarias imposiciones a una buena educación, del tolerable entre un “descuido” y un acto de negligencia, nos surge como altamente aliciente y apremiante en términos de investigación.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O flagelo dos maus-tratos infligidos à criança e ao adolescente surge como uma das principais causas de mortalidade na faixa etária compreendida entre os 5 e os 19 anos (Junqueira e Deslandes, 2003), apresentando-se como uma das mais preocupantes situações que afectam a saúde pública (Cavalcanti, 2001).

Contudo, ninguém duvidará que uma das principais funções de qualquer sociedade dita moderna, democrática e solidária, seja a protecção dos seus membros, ganhando especial destaque, aqueles que nesta poderão ser considerados como os seus mais frágeis elementos, susceptíveis de sofrerem riscos e danos.

A família assume neste contexto papel primordial, como célula primeira e básica da sociabilização e educação do indivíduo, devendo ser as funções parentais assentes sobre um poder funcional, promotoras do bem-estar físico e psicológico dos seus filhos.

De forma a garantir a necessária protecção dos menores, bem como a defesa dos seus direitos em toda a sua plenitude, são criados princípios normativos, os quais, ainda que tardios no longo percurso da história da humanidade, possibilitam a criação de uma nova perspectiva sobre as crianças, as quais passam a ser vistas não como o membro mais fraco da família, mas como seres com direitos específicos e identidades próprias (Convenção dos Direitos da Criança, 1989).

Na sociedade portuguesa, fortemente influenciada pela personagem titular do poder paternal (Canha, 1987), onde populares provérbios como: “ Quem dá o pão, dá a educação” ou “ De pequenino se torce o pepino”, têm ainda expressão objectiva em algumas mentalidades, subsiste resquícios da tradição do carácter inviolável da família, sendo a violência tida como integrante do processo educativo de correcção (Pereira e col., 2001). Estes princípios distanciam-se do moderno sentimento de infância (Ariès, 1960), das necessidades e valores das crianças (Chombart de Lauwe & Feurhahn, 1989), para além das obrigações e das tarefas que as sociedades, nomeadamente as famílias e os pais, deverão ter para com estas.

O papel desempenhado pela Psicologia, nas suas variadas valências, e pelas restantes Ciências sociais, tornou-se fundamental para esta nova construção de criança e

do papel parental a desempenhar na educação, com vista à felicidade e desenvolvimento da mesma.

Foi alicerçada nesta mudança e no interesse por todas as situações que possam pôr em risco o bem-estar idealizado, que a problemática dos maus-tratos tem ganho terreno.

No nosso país, não obstante o relato, quase que em ritmo diário pelos meios de comunicação, e a maior sensibilização por parte da opinião pública, não existe ainda uma tradição de investigação nesta área (Magalhães, 2004).

Assim, grande parte das situações não saem ainda da esfera familiar e do domínio comunitário, não chegando sequer alguns casos a tribunal, dado julgar-se não se possuir dados suficientes para progressão do inquérito (Magalhães, 2004).

Este contexto leva a um agudizar das situações, acarretando que grande parte das mesmas seja somente detectada após a sua consumação, denotando a fragilidade dos processos de intervenção social e comunitária, os quais poderiam servir como elementos atenuantes e dissuasores.

No entanto, pior do que este facto parece ser a fragilidade aparentada pelos próprios serviços de protecção à infância, os quais parecem não conseguir dar resposta ao problema (Calheiros et al. 1996), situação essa que não é exclusiva da nossa realidade nacional (Thompson, 1995).

O grande aumento registado no número de situações de maus-tratos, pode ser uma justificação para o facto anteriormente descrito, levando a que o sistema, quantas vezes desamparado pelo poder institucional, na investigação e consumação das ocorrências; atribua pouca valorização aos recursos de intervenção e à testagem da sua eficácia (Thompson, 1995).

Neste âmbito, reveste-se de grande utilidade o estudo dos “ contextos educativos e sociais” do problema, pela importância que estes apresentam ao nível dos processos explicativos dos riscos de maus-tratos, bem como na obtenção de estratégia multifacetadas, visando clarificar e intervir nos problemas, colocando a tónica na intervenção comunitária de cariz preventivo (Olds & Henderson, 1989; Wolf, 1991). A

Psicologia Social Comunitária tem nesta matéria um importante papel, devendo estabelecer elos de ligação entre o conhecimento técnico e o de natureza científica (Thompson, 1995).

A abordagem multidisciplinar do problema, necessária e enriquecedora surge dificultada pelas diferentes noções de maus-tratos, sobre as práticas parentais abusivas e os comportamentos parentais adequados, na posse das diferentes áreas que abordam este problema (Gelles, 1982), privilegiando-se como elementos de definição ora os danos ou ameaças de danos para a criança (no caso dos serviços e entidades ligadas à protecção de menores), o aparecimento de situações contrárias ou ofensivas ao preconizado na lei (como sucede nas ciências jurídico - legais) ou em que não sejam seguidos os preceitos médicos recomendados (de acordo com a perspectiva médico – sanitária).

Desta multiplicidade de perspectivas, sobressai a necessidade de clarificar conceitos, procurando um consenso entre as várias áreas técnicas, ainda que certos autores considerem que o facto de cada uma das diferentes disciplinas buscar diferentes objectivos, levará sempre à permanência de várias definições da mesma realidade (Giovannoni, 1989).

Não obstante os aspectos aparentemente tidos como certos e de senso comum, muitos autores consideram que a investigação na área da avaliação/ detecção e intervenção em casos de maus-tratos, continua a ser regida pela ausência de informação específica sobre que factores dos técnicos e que factores das famílias podem influenciar a sinalização do abuso, a respectiva programação da intervenção e o impacto que os serviços têm em populações específicas (e.g. Thompson, 1995).

Estas carências, a falta de debate científico, a qual é por demais reconhecida no estrangeiro, nas diferentes áreas do serviço de protecção, é uma realidade que se estende ao nosso território, levando a que, mesmo nos locais onde a investigação é feita há já longo tempo, não exista um contributo ao nível da implementação de soluções dos problemas práticos dos técnicos, ainda que muitas vezes os estudos sejam concebidos para esse fim. Em resultado desta situação, as recomendações dos estudiosos não são tidas em conta pelos técnicos que trabalham com casos precisos. Para Thompson (1995), para que esta realidade possa ser ultrapassada, com reais vantagens para as vítimas, será necessário que os investigadores, forneçam conhecimentos que possam vir

a ser utilizados, em todas as fases do processo de maus-tratos, só podendo tal ser efectuado se existir um esquema de duas vias na construção e propagação de conhecimento na intervenção comunitária, a saber, dos investigadores para os técnicos e destes para os investigadores.

As questões apresentadas, remetem-nos para as duas perspectivas teóricas que mais se têm debruçado sobre o assunto, buscando soluções, a saber as perspectivas ecológico-transaccionais, e a perspectiva sociocognitiva da parentalidade.

Nas perspectivas ecológicas e transaccionais, a prevenção e intervenção nos maus-tratos envolvem mudanças simultâneas nos vários sistemas de interacção: os pais, a criança, a família, o meio e a cultura em que estão envolvidos (e, g., Belsky, 1980, 1984; Cicchetti, 1989; Cicchetti & Rizley, 1981; Wolfe, 1987, 1981).

No que concerne às perspectivas sociocognitivas, a natureza da informação de que dispomos, sendo solta, resulta tanto da experiência directa, como da transformação da informação científica e das ideias com que os indivíduos se deparam nos seus grupos sociais (Goodnow & Collins, 1990). Para além disso, a relação entre as concepções sobre a criança e a educação parece ser pautada por convenções sociais. Assim, se a cultura impõe um conjunto particular de significações, as crenças do senso-comum sobre a natureza da criança e da educação dão o contexto e os limites da compreensão sobre o problema.

Neste âmbito, sendo a família uma das fontes mais importantes da socialização da criança, a par da articulação das concepções formais e científicas sobre esta e a educação, o papel dos pais e as suas funções parentais devem ser compreendidas a partir da história do seu desenvolvimento pessoal (McGillicudy-DeLisi, & Sigel, 1992) e da história que é partilhada pelos indivíduos da sua cultura de pertença.

Todas estas perspectivas, a par dos pontos de vista trazidos pela Psicologia sobre a natureza humana, ajudam-nos a enfrentar melhor este complexo problema, a intervir perante ele e, fundamental para o presente trabalho, a tentar evitá-lo e reconhecer os seus diferentes contornos.

Os educadores e professores, enquanto agentes de educação e trabalhando em prol da mesma, têm como principal palco de acção as crianças e tudo o que as circunda,

tornando-se elementos vitais em toda a cadeia que pode envolver os maus-tratos. Estes deverão encontrar-se preparados para a identificação de situações desta natureza, sendo necessário conhecer os procedimentos a adoptar, sendo qualquer atitude de silêncio intolerável, tendo em conta o bem maior, já que estes profissionais se depararam com situações de potencial risco da integridade psicológica, física ou moral do menor, os quais, em casos extremos, podem atingir o risco de morte deste (Vieira, 1998).

Desta forma, o papel e função do docente torna-se extremamente valioso, cabendo-lhe tarefas tão distintas e importantes como sejam o identificar de situações e encaminhamento das mesmas, ou a audição e acolhimento das famílias, numa acção verdadeiramente interdisciplinar (Ferriani, 2007), a qual nem sempre é cabalmente efectuada ou por vezes é omissa, quer com base no receio de represálias, no envolvimento em conflitos tidos erradamente como “particulares” ou pelo desconhecimento do seu real e importante papel em toda esta problemática (Assis, 1991).

É da necessidade de melhor conhecer esta realidade e o papel que este grupo profissional ocupa no mesmo que nasceu este trabalho e todas as acções desenvolvidas por nós ao longo do mesmo.

Revisão da Literatura

Não obstante todos os aspectos negativos que qualquer guerra acarreta para a vida dos seres humanos, não poderemos ignorar que foi exactamente a partir da I Guerra Mundial, pelos efeitos na população civil e na infância, que a temática dos maus-tratos infligidos às crianças começa a ser vista como matéria de estudo, passando por acções como a criação da “ União Internacional de Socorros às Crianças”, formada por Gebbs, em Genebra, em 1920, na qual são aflorados os primeiros princípios que permitirão, mais de quarenta anos depois (1959), a “ Declaração dos Direitos das Crianças”.

Em 1960, Altman e Smith, colocaram em relevo, pela primeira vez, a importância da “*prevenção e controlo da criança espancada*” (Gallardo, 1994).

Contudo, o verdadeiro acordar de consciências, teve certamente lugar com os trabalhos realizados por Kempe, o qual, juntamente com os seus colaboradores, publicou um artigo sobre crianças maltratadas, considerando esta situação como uma

síndrome clínica, “The Battered- Child Syndrome” (Kempe et al.1962). Este trabalho teve um enorme impacto na imprensa, surgindo propostas legislativas, nos Estados Unidos da América, colocando a tónica na importância da denúncia, provocando a sensibilização da opinião pública e da comunidade técnico-científica, relativamente a estes casos.

Na Europa, produziu-se um fenómeno semelhante, sobretudo em Inglaterra, França, Alemanha e países Nórdicos.

Em 1963, foi introduzido por Fontana o conceito de “ criança maltratada”, incluindo não só a violência física mas, também, a violência emocional e a negligência (Gallardo, 1994).

Nos finais dos anos 60, surge o primeiro modelo explicativo dos maus-tratos e da negligência, através do modelo psiquiátrico, segundo o qual se assume como principais causas dos maus-tratos físicos, a imaturidade e psicopatologia dos progenitores.

A partir da segunda metade dos anos 70, esta matéria beneficiou, através de movimentos de libertação feminina, de uma nova mobilização, nomeadamente face à questão dos abusos sexuais (Brownmiller, 1975). Nasce o modelo sociológico, procurando-se realizar estudos epidemiológicos, onde se documenta a incidência e prevalência das situações sinalizadas, com o objectivo de posteriormente serem estudados os factores sociais envolvidos no abuso.

Os modelos multifactoriais, os quais começam a fazer a sua aparição nos finais dos anos 70, início dos anos 80, centram-se na investigação ao nível das características dos sistemas e níveis de interacção, nos quais as crianças e a restante família estão envolvidas e participam, tendo na sua base de estudo, factores de ordem psicológica, sociais e culturais (Ancel, 1981).

Não olvidando os enormes avanços observados, as diversas tentativas para se desenvolverem modelos teóricos integrados e integradores deste complexo fenómeno, têm sido alvo do levantar de questões por todas as áreas envolvidas (Pianta et al. 1989). A escassez de investigação experimental, o uso de modelos conceptuais e a falta de

fundamentação teórica, com base em estudos empíricos prévios, são algumas das questões mais colocadas na literatura (Azevedo & Maia, 2006).

Intimamente relacionadas com estas questões, surge-nos a dificuldade de obter uma definição consistente de maus-tratos, o que nada contribui para a rápida integração e revisão do tema ao nível da literatura existente (Matos, 2007).

De forma a ultrapassar esta dificuldade, a acção de alguns investigadores tem sido centrada na área da definição, outrora deixada exclusivamente aos técnicos que estudavam esta matéria, visando a construção de instrumentos de medida, permitindo agir sobretudo nas áreas de risco e consequências das diferentes formas de abuso.

Directamente implícitos no processo de definição de maus-tratos infantis, estão os sentimentos, as ideias pré-concebidas, sobre as situações potencialmente perigosas para as crianças, os requisitos considerados indispensáveis para um adequado desenvolvimento destas, para além dos aspectos considerados fundamentais e que cabem à sociedade proteger (e.g., Gelles, 1973; Giovannoni & Becerra, 1979; Snyder & Newberger, 1986; Sani, 2006).

Neste contexto, a formação profissional que cada indivíduo recebe, representa um peso efectivo na forma como este definirá o conceito de maus-tratos, para além do papel que lhe julga caber no debelar das situações (Snyder & Newberger, 1986).

A definição de maus-tratos é assim algo que varia grandemente de acordo com as várias profissões, (Giovannoni & Becerra, 1979, Wolfe, 1987). Esta realidade foi perceptível em estudos nos quais a membros de vários grupos profissionais envolvidos na protecção de crianças, entre eles professores, enfermeiros e assistentes sociais, era requisitado que designassem se certos actos descritos, deveriam ou não, serem caracterizados como maus-tratos (e.g., Gelles, 1982; Nalepka, O'Toole, & Turbett, 1981; Snyder & Newberger, 1986). As diferenças entre os vários grupos, ocorridas ao longo dos vários estudos, surgiam, essencialmente nas situações de aspecto mais ambíguo, cometidas por parte dos pais, para além de poderem ser observáveis nos casos em cujos efeitos na criança não se tornavam óbvios. Todas as ocorrências consideradas ultrajantes e que provoquem violentações gravosas, tendem a reunir consenso, independentemente do grupo profissional em questão.

Este ponto de análise, torna-se bastante interessante de ser observado, sendo objecto de investigação no presente trabalho, caracterizando um dos objectivos do mesmo.

Autores como Besharov (1990) discutiram a importância de conhecer os sinais do abuso e da negligência na determinação de casos de maus-tratos, colocando a tónica no facto de muitas destas situações não serem reportadas ou então menosprezadas, devido às dificuldades ou inabilidade no reconhecimento dos mesmos. A familiaridade com as sintomatologias, nas suas diferentes valências, em especial quando presentes sobre a forma de subtis e não específicos indicadores, é fundamental na sua detecção (Ximenes et al., 2009). Profissionais com pouca experiência em reconhecer estas tipologias, são igualmente levados a não identificar padrões emocionais de resposta, bem como comportamentos indicadores de maus-tratos (Kalichman, 1993).

A constatação desta realidade, põe em foco a necessidade de saber sobre que factores devem os profissionais, neste caso preciso os docentes, estar alerta, se são possuidores do necessário conhecimento, quer por via empírica, quer provindo da sua formação académica, da necessária bateria de elementos esclarecedores destes fenómenos (Kenny, 2004).

Neste contexto, a existência de instrumentos de natureza técnica, devidamente adequados, para a identificação, triagem e diagnóstico deste fenómeno é alvo de forte argumentação e defesa (Chaffin & Valle, 2003).

Para além da necessária definição e identificação de sintomatologias, Finkelhor (1984), defende que existe grande dificuldade na automatização dos factores de risco que poderão estar relacionados com temática em análise, por parte dos profissionais em contacto com a mesma, nomeadamente o pessoal docente. Segundo o autor, uma das razões defendidas para estes entraves, prende-se, não obstante os estudos desenvolvidos nesta área, pela inexistência de uma listagem completa e abrangente, de todos os factores de risco envolvidos. No entanto, têm sido realizadas algumas tentativas, com vista a superar esta carência, da qual se ressalva os modelos de orientação ecológica (e.g., Belsky, 1980, 1984; Peltola, C., & Testro, P. 2007). Estes modelos apresentados incluem níveis de factores de risco ao nível individual, familiar, social e cultural.

A familiaridade com os factores apresentados poderá ser fulcral na identificação, tratamento e prevenção dos maus-tratos.

Mesmo quando todas as premissas estão reunidas, em que existe um conhecimento da matéria em causa, em que se está na posse dos elementos para a sua identificação, são reconhecidos os factores que a propiciam; nenhuma luta triunfará com vista à derrota de situações de maus-tratos, se não existir uma forte aderência face à conduta da denúncia.

De acordo com os estudos efectuados, existem diferenças significativas entre os diferentes grupos de profissionais, quando questionados sobre as suas intenções de relatar, perante as autoridades competentes, as situações por eles previamente identificadas.

Assim, e tomando por exemplo os estudos de autores como Williams, Osborne e Rappaport (1987), verificamos que não existe uma homogeneidade no delatar das situações de maus-tratos, sendo esta realidade efectuada de acordo com as tipologias de cada grupo, não sendo uniforme as decisões, nem as formas de acção escolhidas. Cada amostra parece responder segundo certas regras ontológicas do seu grupo profissional, primando diferentes aspectos em detrimento de outros.

Desta forma, se para alguns a simples suposição de ocorrência de abusos é motivo suficiente para despoletar situações em que se recorra à intervenção das autoridades, caso preciso do pessoal de enfermagem, dos médicos psiquiátricos e dos padres, de acordo com o que foi referenciado nos trabalhos de Kalichman, Craig & Follingstad (1988); para outros, surge como fundamental a prova irrefutável do acto de maus-tratos, a sua evidência e comprovação, para que seja possível avançar para situações de denúncia, a qual nunca se poderá fazer sobre “ simples” indicadores ou elementos suspeitos. Incluem-se neste grupo todos os trabalhadores ligados ao ramo da saúde, na sua vertente não mental, como sejam os médicos de família.

Todas estas conceptualizações relativas aos maus-tratos, a partir do momento em que está alicerçada a ideia da sua multiplicidade, da complexidade de fenómenos que lhe estão adjacentes, dos esforços conjuntos que são necessários operar, com vista à sua erradicação, permitiram a criação de modelos que operam em diversas direcções,

estando orientados para tentar dar explicação ao processo em estudo, de forma integrada e multivariada (Cicchetti & Rizley; 1981).

Apresentação do Trabalho

Trabalhando directamente com crianças, enquanto professora do 1º ciclo, e estando sensibilizada para a questão dos maus-tratos infligidos a menores, a vontade de aprofundar esta temática e aferir sobre o conhecimento da mesma junto da população em que me incluo e extrapolando a mesma para grupos de ensino inferiores e superiores, foi algo que nos surgiu como muito apelativa.

Com base na literatura existente, sobre o contacto e posterior compreensão que os profissionais detêm desta realidade, a mesma não poderá ser entendida sem serem considerados os seus antecedentes educacionais e profissionais (Snyder & Newberger, 1986). Estes componentes podem desempenhar um importante papel na forma de actuação de cada profissional, a qual se poderá distinguir em quatro aspectos fundamentais, aquando do relato dos casos de abuso e negligência e do influenciar da forma como determinam casos de maus tratos.

Assim, há que ter em linha de conta, numa primeira fase, as suas percepções sobre as várias situações de risco. Seguidamente, o seu conhecimento acerca dos sinais físicos e comportamentais envolvidos. O alerta relativo aos factores de risco que poderão estar presente e, em última análise, a sua posterior predisposição para relatar os casos suspeitos e/ou identificados (Shor e Haj-Yahia, 1996).

O encontrar de similaridades entre o que se pretendia investigar e o trabalho realizado pelos investigadores anteriormente referenciados da Universidade Hebraica de Jerusalém, tornou-se o ponto-chave para dar resposta aos objectivos propostos no trabalho, os quais foram concebidos com base nos pressupostos apresentados no estudo anterior.

Desta forma, pretendeu-se, tendo como população a estudar os educadores de infância e os professores do primeiro e do segundo ciclo do ensino básico, a leccionarem em instituições radicadas no concelho de Mafra, identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos (focalizando a sua origem

na esfera familiar), procurando-se desta forma descortinar sobre o real conhecimento que estes grupos possuem sobre esta temática, nomeadamente:

Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada;

Analisar quais os factores classificados como indicadores e potencializadores de situações anómalas;

Constatar a origem de possíveis processos de denúncia, enquanto reflexo de situações consideradas como gravosas;

Compreender o grau de conhecimento perante o “ modos operandos” face a casos de maus-tratos previamente identificados e comprovados;

Verificar se os diferentes graus de ensino, a vivência profissional inerentes a cada um destes, surgem como elementos de distanciação e diferença de opinião entre a população escolhida.

Com a aplicação de diferentes instrumentos de investigação, a saber *questionário*, *entrevista* e *grupo de discussão* pretendeu-se descortinar sobre o real sentimento de uma população, inserida num espaço geográfico específico, o conhecimento desta, o estado de alerta e a vontade de intervir, perante uma realidade tão sensível como a dos maus-tratos infantis, partindo das premissas anteriormente descritas, tidos como fundamentais para um verdadeiro e concreto método de actuação por parte de qualquer indivíduo (Besharov, 1990), face a esta crítica situação.

Com vista a uma maior compreensão desta temática, e partindo do princípio de que só poderemos realmente compreender o presente quando perspectivamos o passado do mesmo, no Capítulo I, o trabalho apresenta uma abordagem histórica, na qual são dadas a conhecer as ideias relativas à noção de criança e às práticas que ao longo dos séculos da evolução social do homem estiveram na base do fenómeno de maus-tratos, apoiando e promovendo actos socialmente tolerados e procurando descortinar os fenómenos que estiveram na origem do sistema vivido em grande parte das comunidades actuais.

No capítulo II, procuramos realizar um enquadramento teórico desta temática, apresentando conceitos necessários para uma mais profunda compreensão da mesma, os quais passam por aspectos como a abordagem às diferentes definições do conceito, as diversas tipologias deste fenómeno, a pertinência de reconhecer os factores de risco que poderão estar na base deste tipo de situações, as teorias explicativas e as possíveis e múltiplas consequências (a nível orgânico e de natureza psicossocial, proporcionadas pelo contacto, de intensidade e periodicidade diversa, com quadros de maus-tratos, ao nível da infância, juventude e reflexos na vida adulta).

Com o Capítulo III, são explorados os factores relativos ao quadro de protecção de crianças e jovens, dentro do qual vários aspectos são alvo de análise, tais como a noção de criança em *risco*, o conhecimento do sistema legal português (essencial para uma compreensão do papel que a actual sociedade, através do seu mecanismo judicial e legislativo, prevê para esta realidade), o enquadramento da intervenção (a qual se explana partindo da evolução dos mecanismos da mesma, até às actuais fases do processo), bem como as competências e atributos que certos grupos profissionais, dos quais destacaremos os professores, e entidades possuem relativamente a esta problemática. Encontra-se igualmente introduzido o conceito de *resiliência*, enquanto realidade capaz de fomentar a auto-protecção e superação perante situações adversas.

Ao longo do Capítulo IV, focaremos alguns estudos sobre a incidência e a prevalência do fenómeno dos maus-tratos infantis, quer a nível nacional quer mundial, sendo apresentado, igualmente, todo um conjunto de trabalhos, elaborados nos últimos anos, relativamente a importância e envolvimento dos docentes nesta realidade.

Através do Capítulo V, é feita uma caracterização dos grupos de docência, a população alvo do nosso estudo, em Portugal, nomeadamente no quadro passado e presente do nosso país, nas suas diferentes particularidades e ao nível da sua formação.

A apresentação da metodologia a desenvolver é apresentada no Capítulo VI, enunciando-se os objectivos da investigação, procedendo à sua contextualização e caracterização, apresentação da amostra, instrumentos de recolha de dados e apresentação dos procedimentos adoptados.

A apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos, regista-se ao longo do Capítulo VII, sendo subsequentemente apresentada a conclusão e discussão dos

resultados, etapas onde apara além de se pretender efectuar uma síntese dos pontos mais fulcrais deste trabalho, também procuramos contribuir com algumas reflexões de natureza pessoal e possíveis linhas futuras de estudo.

Este trabalho termina com a necessária inclusão das referências bibliográficas utilizadas no decorrer deste trabalho e anexos considerados úteis ao leitor.

PARTE I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE INFÂNCIA E A PROBLEMÁTICA DOS MAUS - TRATOS INFANTIS

1. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE INFÂNCIA E A PROBLEMÁTICA DOS MAUS - TRATOS INFANTIS

1.1 Os Primórdios do Conceito de Criança

1.1.2 A fase do infanticídio

A problemática dos maus tratos infligidos às crianças revela uma triste e trágica parceria com a evolução humana e com a sua respectiva socialização (Mulford, 1983).

Ser conhecedor das práticas e das ideias que apoiavam e sustentavam muitos dos actos socialmente aceites em determinada época, relativamente à infância, e que hoje nos parecem brutais, pode contribuir para uma primeira incursão nesta temática e possível compreensão da mesma.

DeMause (1991) considera que através dos tempos, a criança esteve sempre intimamente relacionada com os mais básicos instintos da condição humana, funcionando como verdadeiros “receptáculos de veneno”, dos perpetradores desses actos. Nesta curiosa interpretação dos factos, o autor vê os mais pequenos membros da sociedade como objectos de projecção dos desajustes físicos e mentais dos seus agressores, os quais podem sobre estes depositar todas as suas angústias e frustrações.

Do ponto de vista histórico, esta triste utilização das crianças como escape das ansiedades e mal-estar dos adultos (DeMause, 1991), sem provocar danos na sua própria pessoa, foi algo rotineiro ao longo dos tempos e de carácter universal. Alguns exemplos da História demonstram como à criança era pedido que agisse como verdadeiro filtro absorvedor das más sensações daqueles que eram responsáveis por ela. Às crianças era assim atribuído o mérito de fazer desaparecer os maus instintos, a “Má Hora” que era natural qualquer adulto ter. Infelizmente, esta virtude inata, só acarretou como “presente envenenado” a justificação dos mais hediondos crimes cometidos sobre as crianças. Quanto mais novas, menos intocadas, mais desejados alvos de tirania se viam as crianças, assumindo-se os recém-nascidos, como vítimas perfeitas dessas

acções culminando, em grande parte das vezes, com sacrifícios em massa de bebés (DeMause, 1991).

Com vista a uma melhor percepção de todos estes processos inerentes à história da evolução da criança, DeMause (1991), considera a mesma susceptível de ser dividida em seis fases distintas, a saber, a fase do *infanticídio*, do *abandono*, da *ambivalência*, da *intrusão*, da *socialização*, e da *ajuda*.

Estas fases corresponderam a etapas distintas da história humana, na qual as crianças foram sendo espelhos dos ideais sociais, políticos, religiosos e culturais dessa mesma humanidade, tantas vezes desprovida de indicadores humanos. Passemos então a analisar cada um destes momentos e os vários aspectos pelos quais se caracterizaram.

1.1.3 A fase do abandono

Com o advento do Cristianismo, e não obstante o decréscimo visível em práticas infanticidas assumidas e a reprovação das mesmas (basta para tal lembrar o profeta Jeremias, o qual nos transmite o horror e o castigo emanado por Deus perante a execução sumária de crianças e jovens, por parte dos povos da Judeia e de Israel, Ferreira, 2001), o *abandono* é elemento constante desta fase da evolução do conceito de criança e das necessidades desta. Esse abandono assumia várias valências, as quais poderiam passar pela saída da criança do seu lar, para que esta fosse criada por amas ou nos mosteiros, bem como a venda desta para criadagem em casas abastadas.

A igreja, principal baluarte da sociedade pós-romana assumia como principais bandeiras a luta e condenação de práticas como o uso de contraceptivos e do aborto (ambos amplamente divulgados durante o império romano). Esta situação, defendida por teólogos como São Jerónimo, provocou um aumento de nascimentos, com a sua entrega em instituições monásticas, as quais se transformam em verdadeiros infantários, onde pululavam inúmeras crianças que aí eram “oferecidas” ou abandonadas (Renaut, 2002).

A oblação (oferenda) de crianças é assim algo usual, estando, desta forma, as crianças mais protegidas (nomeadamente da fome), ainda que esta não passasse de uma nova forma de abandono e de negligência dos deveres parentais, sendo pouco dignificante para a condição das crianças, implicando para estas uma clausura forçada,

já que não poderiam, por sua livre vontade, abandonar o mosteiro onde havia sido “depositada” (Renaut, 2002).

Na Idade Média, fortemente influenciada por todo um catolicismo e pelos “rigores da alma”, a agressão física da criança ganhou novo impulso, dignificada pela necessidade de afastamento de demónios e do “mal original”. Muitas obras da época, traduzem o quanto é impossível suportar o simples choro de uma criança, o qual parece trazido do próprio inferno.

Como exemplo desta constatação, basta centrarmo-nos nos conteúdos teológicos defendidos por um dos maiores teólogos da doutrina cristã, Santo Agostinho, o qual, através das suas “*Confissões*”, apresenta face à criança e ao que esta representa uma dupla perspectiva. Assim, se por um lado ela é vista como um ente novo e casto perante o qual o adulto deverá manter observância, por outro não poderemos esquecer a sua primitiva procedência, fruto do pecado original, fazendo pôr em causa a sua aparente e enganadora candura (Le Gal, 2005).

Estes ideais foram fortemente influenciadores de várias doutrinas e diversos foram os autores que encarnaram em si esta visão conflituosa da natureza das crianças (Becchi & Dominique, 1998).

A necessidade de disciplinar a criança, à mercê daqueles a quem seus pais haviam destinado a sua “educação”, fez surgir uma panóplia de verdadeiros instrumentos de tortura infantil (rodas de ferro, instrumento cortantes...), dos quais os próprios professores, maioritariamente monges a leccionar em mosteiros e abadias, faziam largo uso (Miquel, 1982). Não havia opinião contrária a estas acções, sendo os únicos reparos efectuados quando se punha em causa a vida humana, a quem só Deus cabia tirar. A própria lei era completamente omissa, sendo linguagem corrente a expressa por um legista do século treze, citado por Demause (1994, pp.9) ” Se alguém bater numa criança até que sangue, então ela não esquecerá, mas se alguém lhe bater até que ela morra, a lei age”.

As condições de vida das crianças, nomeadamente nesta Europa medieval e de contornos feudais (de onde existem maior número de registos), eram verdadeiramente severas, sendo comum a sua inclusão no árduo mundo do trabalho. Este, em média, ocorria por volta dos cinco anos de idade, nos campos dos nobres, em artesanato ou no

pastoreio. Nesta última actividade, caso um dos animais se perde-se ou fosse apanhado a comer vegetação ou cereal pertencente a um senhor alheio, tal situação acarretava fortes castigos físicos para as crianças “descuidadas”, os quais, muitas vezes, culminavam em mutilações ou mesmo na morte destas (Ferreira 2001).

As habitações, a par de métodos de higiene inexistentes, favoreciam a propagação de doenças e de epidemias, sendo a promiscuidade algo comum (partilhando a criança o leito com os restantes membros da casa), traduzindo-se em diferentes formas de abuso de natureza sexual (Ferreira, 2001).

Neste contexto, noção de criança e dos direitos das mesmas é algo profundamente envolto em “trevas”, esquecido e abandonado, sendo das primeiras vítimas das inúmeras guerras, pestes e fomes que tornaram este período da história tão célebre e negro.

1.2 A Criança como Objecto de Preocupação Social

1.2.1 A fase da ambivalência

No início do século XIV, o abandono das crianças, como forma de oferenda a Deus e a sua entrega a fins menos espirituais aos claustros dos mosteiros e a senhores de terras, foi sendo progressivamente posta de parte, começando a surgir gestos de desaprovação contra actos de pedofilia e tratados sobre a infância. A conjugação destes factos, resultou na anteriormente referida fase da *ambivalência* face às crianças.

Nesta perspectiva, a criança já não é vista como inatamente portadora do pecado original, como obra impura, sendo, contudo, algo potencialmente desvirtuado, caso não seja convenientemente moldado (DeMause, 1994).

A par de outros avanços científicos, assiste-se ao aparecimento dos primeiros pediatras e de filósofos da educação, os quais sugerem a possibilidade de ser proveitoso para a criança ser criada pelos seus pais biológicos, aos invés de ser destinada a engrossar as fileiras de um qualquer exército, ordem religiosa ou desafeiçoadas amas de criação.

1.2.2 A visão libertária do Tratado de Erasmo

Um dos primeiros eruditos a teorizar sobre a necessidade de dotar as crianças de instrução, de forma precoce e liberal foi o teórico Erasmo.

Na sua visão, só através da educação o ser humano poderá ser diferenciado dos restantes seres. A tarefa do educador, quer na esfera familiar quer fora desta, é dotar a criança da máxima formação possível.

Esta abordagem, ainda que imbuída daquilo que podemos denominar de espírito cristão, afastava-se significativamente do preconizado na época, podendo ser considerado como uma verdadeira “pedrada no charco”. Assim, ainda que o ser humano, e naturalmente toda e qualquer criança, seja vista como dádiva de vida facultada por Deus, é da natureza humana, e da sua condição de liberdade e arbítrio, dar a este o melhor encaminhamento possível (Léon, 2004).

Neste contexto, a formação adequada dos professores e dos próprios pais é questionada sendo defendida uma humanização da mesma.

Desta forma, os castigos corporais são pela primeira vez questionados, quer no que diz respeito à sua eficácia quer ao grau de severidade dos mesmos.

Ainda que dando primazia à formação de natureza cristã, Erasmo considera que existem diferentes filosofias as quais poderão levar à plenitude do ser, devendo essa ser extensível a toda e qualquer criança, independentemente da sua condição de nascimento, raça ou sexo (Léon, 2004).

Erasmo aconselha ainda que a pedagogia se faça com base no jogo, com vista a que cada etapa seja entendida como uma hipótese de aprendizagens múltiplas, com vista a uma preparação para um futuro que se entende como aberto e não predestinado ou subserviente a dogmas.

Esta posição, não obstante condenar o laxismo excessivo, o qual poderia gerar nas crianças más formações e comportamentos reprováveis, apela, acima de tudo à tolerância para com as crianças e ao respeito pela sua integridade mental e física (Léon, 2004).

O surgimento destas transformações serão certamente elementos influenciadores das reformas humanísticas, religiosas e políticas que foram possíveis observar durante o período do Renascimento (Sá, 1998). Nesta fase, a própria aparência da criança passa a merecer especial atenção, passando esta a apresentar indumentárias próprias da sua faixa etária, contrariando o que havia sucedido ao longo da História (em que durante os primeiros tempos de vida apenas lhe eram colocadas faixas à volta do corpo, as quais eram posteriormente substituídas por roupas de adulto, simplesmente reduzidas às dimensões do seu corpo).

É durante o século XVI que a criança surge pela primeira vez retratada no seio da família, revelando uma noção até então inexistente, a saber, a ideia de elemento fundamental da estrutura familiar, que tal como todos os outros deverá ser lembrado no presente, passado e futuro (Charpentier, 1967). O sentimento de ternura surge associado à ideia de criança e os direitos da mesma (Ariés, 1997)

1.2.3 Locke e os Direitos da criança

Nunca como até este período se teorizou sobre a problemática dos deveres dos progenitores no que concerne aos seus filhos, e por consequência dos seus direitos.

Através de Locke, surgiu uma nova ideologia relacionada com o vínculo atribuído à família.

Desta forma, assiste-se ao surgimento da noção de autoridade parental, a qual considera como inconcebível, seguindo o princípio de igualdade que assiste a todos os seres humanos, que qualquer autoridade, mesmo a paternal, possa representar um valor absoluto face a outro ser.

Nesta perspectiva, Locke considera que a função principal dos pais deverá ser tornar livre os seus filhos. Esta liberdade era atingida quando a criança alcançasse a plenitude do seu discernimento. Após esta fase, somente às leis do Estado, tal como o que sucederia com os seus pais, se deveria subjugar (Renaut, 2002).

Amar os filhos não é mais tido como algo acessório, mas como um dever dos pais, devendo estes, bem como os educadores deixar transparecer nas suas atitudes esse

mesmo amor, o qual gerará, no primeiro caso, o amor dos seus descendentes, e no espaço-escola, a aprendizagem efectiva dos conteúdos que lhe são transmitidos.

O direito de honrar os pais surgia como o principal dever dos filhos face aos pais e não, como até então, a subserviência e o temor.

Dentro deste âmbito, a criança passa a revestir-se como um ser com identidade própria, com direitos, pelo menos aparentemente, iguais aos restantes membros da sociedade em que se insere

Paulatinamente, são assim cimentados os fundamentos, ainda que arcaicos, da modernidade do conceito de criança e questionadas as situações de maus-tratos (Renaut, 2002).

1.2.4 A fase intrusiva: Contos de fadas versus Émile

Ao longo do século XVII, DeMause considera ser possível observar um modelo de educação infantil de natureza *intrusiva*, particularmente observado em países franco desenvolvimento. A característica fundamental a reter será a progressiva inclusão ou alternância, do castigo físico severo, pelos abusos de natureza psicológica, colocando por vezes as crianças sobre situações de grande pressão (como o encerramento, por largos períodos de tempo, nos chamados “quartos escuros”).

Esta dupla tipologia de maus tratos acarretava danos enormes na criança, a qual era frequentemente acometida de pesadelos, ausências de fala, audição e outras sequelas. Enfrentar o medo com o próprio medo era a receita a prescrever como modelador de personalidade. Uma das mais “pitorescas” sessões de terror a que as crianças eram expostas, era às de enforcamento, realizadas em praça pública, as quais tinham por objectivo a prevenção de males futuros e o reforço do carácter.

A literatura dita “infantil”, desta época, com base em contos tradicionais trazidos pelos jograis da Idade Média, é bem ilustrativa desta situação, mormente ter originado alguns dos maiores clássicos, os quais perduram até aos nossos dias, ainda que sofrendo alguma “suavização” no que concerne aos seus conteúdos e mensagens. Observemos alguns exemplos, tendo por base o trabalho realizado por Ferreira (2001), o qual se assume verdadeiramente interessante.

Quase todos os grandes autores ligados com este tipo de literatura, caso de Perrault, Jacob ou Grimm, situam-se neste período da história (séculos XVII/XVIII), como excepção do escritor de origem dinamarquesa, Andersen, o qual surge num período mais tardio, ainda que seguindo a linha dos seus antecessores. A maioria das histórias nasce de princípios bem simples, contudo, resvalando para situações em que, na maioria dos casos a vítima é quase sempre uma criança ou um jovem adolescente, sujeito a todo o tipo de maldades, negligências, situações de abandono, perversões e formas de encarceramento. Todas estas formas de sofrimentos a que os pequenos “heróis” eram sujeitos, eram perpetrados quer por membros do seu círculo familiar, caso de pais vingativos, madrastas enciumadas ou avozinhas maléficas, quer por criaturas de contornos mágicos (duendes, gnomos, animais hediondos...).

Sempre que nos vários textos a criança era alvo de ajuda, esta não era operacionalizada por nenhuma força representante da lei ou qualquer entidade terrena à qual o pequeno ouvinte de tão terríveis aventuras pudesse fazer uma associação com a instauração de boas práticas ou qualquer sistema de protecção (Ferreira, 2001).

A humilhação, os trabalhos forçados, a exploração sexual, o abandono e os maus tratos de natureza física, o sentimento de angústia e terror constante, desfilam pelos vários contos de forma descarada, sendo decididamente uma das mais eficazes formas de educação, através do terror, desta forma intrusiva de educar.

De forma a melhor exemplificar esta situação, lembremos alguns clássicos, sintetizados por Ferreira (2001) e por nós adaptados, no qual é visível a apologia que os mesmos efectuam, a toda uma vasta e terrível panóplia de maus tratos.

Conto	Autor	Personagem	Tipo de Exploração/Maus tratos
<i>Branca de Neve</i>	Irmãos Grimm	A mesma	Abandono, ameaça de morte, uso de mão-de-obra gratuita
<i>Rapunzel</i>	Charles Perrault	A mesma	Ressarcimento de dívida do adulto (filha entregue a uma “bruxa” por infracção de um familiar), encarceramento, abandono
<i>Cinderela</i>	Irmãos Grimm	A mesma	Coacção psicológica, uso de mão-de-obra gratuita
<i>Joaozinho e Maria/ Hansel e Gretel</i>	Irmãos Grimm	Um menino e uma menina	Abandono, negligência, encarceramento, coacção psicológica, indução ao crime (autoria de um assassinato, da vilã, por parte dos menores protagonistas)
<i>Pele de Bicho/A princesa pele de burro</i>	Irmãos Grimm	Uma princesa	Assédio sexual e indução ao incesto (por parte do progenitor), coacção psicológica, uso de mão-de-obra gratuita

Quadro 3: Dissimulação dos Maus-tratos infantis nos contos de fadas

(Ferreira, 2001)

Contudo, este período da história humana permitiu, igualmente, alcançar aspectos muito significativos e contraditórios face aos elementos até então apresentados. Assim, na opinião de autores como Ariès (1960) a noção de criança, suas características intrínsecas e inatas ganham novo advento durante o século das luzes, realçando-se o carácter de pureza que toda a criança encerra em si.

Dentro desta perspectiva, e segundo este autor, assiste-se ao aparecimento de duas formas de sentimentos que até então eram desvalorizados ou inexistentes. Assim, surge-nos a vontade de “paparicar” (mimar) a criança, fenómeno que nasce no seio da célula familiar, a par da consciência de que esta não deverá ser vista como um objecto de entretenimento dos adultos (pensamento este defendido por legisladores e pensadores ligados à moral). Para o surgimento destes ideais, a consolidação da burguesia enquanto classe social emergente e cada vez mais implementada na sociedade, afastando-se do chamado “povo”, revelou-se essencial (Renaut, 2002).

Esta conquista de direitos por parte das crianças, ainda que digna de nota, estava longe de um estado perfeito, revelando em si muitas deficiências e situações difíceis de descrever aos olhos dos nossos dias.

Desta forma, os historiadores relatam que no século XVIII em França, pátria de grandes nomes como Voltaire, apesar das regulações e decretos das autoridades, o assassínio de crianças aumentou. Alguns bebés eram atirados para os esgotos, outros eram abandonados nas estradas, sendo os mais afortunados deixados às portas dos hospitais e dos orfanatos os quais sofreram um grande incremento em termos de número e de presenças nos mesmos. (Mulford, 1983).

Como exemplo desta situação, refira-se o caso de Paris, cidade onde, aquando da criação das primeiras instituições (em 1640), se registava o número de trezentas e quinze crianças acolhidas, tendo este subido para uns alarmantes sete mil seiscentos e setenta e seis frequentadores, na sétima década do ano de 1700 (período no qual a Europa se viu mergulhada numa série inflação económica, acompanhada por guerras e falta de alimentos (Ferreira, 2001).

Nesta época de grande instabilidade económica, e como quase sempre acontece nestas situações, assistiu-se a um aumento da repressão exercida sobre os mais fracos e desprotegidos, sendo também neste caso os menores as vítimas mais fáceis. Assim, alargou-se a responsabilidade legal pela prática de todo e qualquer acto ilícito, à precoce idade dos sete anos, sendo às mesmas aplicadas sanções em muitos dos casos mais desumanas, do que aos adultos (como forma de dissuasão), bem como a pena capital, a qual arrastou, por exemplo, para a forca dos cadafalsos ingleses, um número superior a cerca de duzentas crianças, somente no ano de 1780 (Ferreira, 2001).

No século das luzes, só a nível ideológico a situação mudou. Destacaram-se neste período os trabalhos de autores como Pestalozzi e, principalmente, Rousseau, personificado na figura do seu *Émile*.

1.2.5 Rousseau e a apologia da identidade própria da criança

Com a publicação do seu famoso “*Émile*”, em 1762, o período da infância surge pela primeira vez, como uma realidade psicológica bem definida, não entendíveis à luz dos quadros de referência dos adultos, com valor e ritmos próprios, os quais terão que ser respeitados de forma a proporcionar felicidade e bem-estar.

Para este autor, um pouco à semelhança do que Locke já havia defendido, é preciso definir uma nova concepção do período da infância, afastando, definitivamente, a ideia enraizada de etapa inútil e subserviência na evolução do ser humano, sendo esta possuidora de uma identidade que lhe é própria e única. Mais do que tentar encontrar nas crianças as características que são próprias dos adultos, algo se torna inconcebível para o autor e era tido como norma pelos “eruditos” da infância, dever-se-á equacionar sobre o que a criança representa e do que necessita, muito antes de se tornar um adulto (Renaut, 2002).

Tendo por base a defesa da liberdade das crianças, Rousseau condena todas as acções que possam ameaçar as mesmas, mesmo as aparentemente inocentes e tida como prática corrente, como seja o enfaixamento de que eram alvo as crianças francesas (e não só), após o nascimento, advogando que estas representavam uma forma de limitação e tolhimento dos movimentos e acções das crianças, logo algo deplorável e a abandonar (Renaut, 2002).

Os princípios enunciados por Rousseau, inevitavelmente, trarão consequências no que concerne à pedagogia vocacionada para as crianças, a qual, deverá centrar-se na liberdade do aluno, na sua vontade para aprender e jamais pela obrigação nesse acto. Actividades como brincar, correr ou saltar deve ser entendido como parte dessa educação, já que o autor considera que divertir-se faz parte do desenvolvimento humano e não poderá ser entendido como actividade de menor importância ou reprovável. O papel do adulto, porque a criança é um ser “frágil” deverá ser o de pedir e não ordenar, o cumprimento de acções que sejam favoráveis a esta.

Não obstante os valores inegáveis dos princípios de Rousseau, no que se refere à protecção da criança face aos maus tratos de que eram alvo, continua a apresentar lacunas, nomeadamente traduzidas no facto de que ao alertar para a vulnerabilidade da crianças, não especifica quais os mecanismos que deverão ser despoletados, em termos sociais, de forma a dar resposta à mesma (Léon, 2004).

1.2.6 A fase da socialização

Com a Revolução Industrial, ocorrida durante o século XIX um pouco por todo o lado e com principal fulgor em Inglaterra, berço do movimento, os escassos triunfos conseguidos em relação aos direitos das crianças foram postos de lado, com a necessidade de angariar mão-de-obra o mais barata possível ou mesmo escrava. Assim, surgiu a situação de tráfico de crianças para os trabalhos mais desumanos e perigosos, os quais consistiam, por exemplo, em descer ao fundo das galerias das minas (algumas com apenas 45cm de altura), e rastejar para ir buscar o “precioso” carvão; ou ainda trabalhar catorze horas por dia nas fábricas de fiação, nas quais as crianças tinham que rastejar por baixo dos teares para atar os fios partidos (com os riscos de mutilações inerentes a tal actividade). Durante este largo período de intenso trabalho, realizado em pé, as crianças descansavam, exclusivamente, durante um pequeno período de tempo, no qual ingeriam a sua parca refeição, por volta do meio-dia (Mulford, 1983).

A inalação do pó das fibras vegetais, as quais provocavam infecções de natureza pulmonar, a predisposição para situações de tuberculose, insónias e tosse, eram somente algumas das muitas consequências destas actividades.

Paralelamente a este quadro, as crianças eram ainda sujeitas a toda a espécie de brutalidades, perpetradas por parte dos seus contramestres. Estes, exerciam este tipo de acções, não só como forma de aumentar a produção, como de manter os seus pequenos operários atentos ao trabalho a desenvolver. Os pais, dada a sua grande fragilidade económica, interiorizavam esta situação como algo inevitável, sendo a sua atitude conivente (Ferreira, 2001).

Como nos descreve Pierre Miquel:

...A Europa de 1850 era jovem, os pais não os podem manter em casa. Não tinham lugar e para mais não estavam lá. Os pequenos criavam-se em bandos, ao acaso,

ao sabor da sua fantasia. ...Infelizmente os bandos “turbulentos” eram demasiado cedo dispersos: a partir dos oito ou dos dez anos, as crianças tinham que ir trabalhar. Os que se dirigiam para a escola eram os menos numerosos. O tempo das brincadeiras não durava nada (Miquel & Porier, 1980).

Como podemos observar por esta descrição, as instituições escolares nada pareciam fazer, limitando-se a contemplar a necessidade das instituições empregadoras, facto que levava a que, por exemplo, na grande urbe Londrina, para onde confluíam milhares de camponeses, em pleno ano de 1840, somente 20% da sua população infantil, fosse detentora de algum tipo de instrução. Nesta capital, tida como a mais desenvolvida do século XIX, as escolas abriam as suas portas somente ao Domingo, único dia em que a frequência escolar não se antepunha face ao dever de trabalhar (Ferreira, 2001).

Não obstante este quadro negro, e possivelmente devido a ele, observa-se a necessidade da protecção infantil (Magalhães, 2004), iniciando-se, progressivamente, a fase da *socialização*, legislando-se ao encontro da necessidade de regular os excessos de brutalidade.

Muitas dos actos legislativos que haviam sido emanados, contudo sem aplicação prática, começam a fazer-se sentir. Contudo a resistência aos mesmos é elevada e nem sempre pacífica. Neste contexto, refira-se o caso da radical agitação operada por elementos evangélicos, no ano de 1831, a qual nada mais exigia do que a proibição dos menores de 11 anos, trabalharem mais de dez horas. A luta, ainda que não completamente alcançada permitiu algumas conquistas, as quais, à luz da nossa actual compreensão, se assumem ainda inconcebíveis (12 horas de trabalho máximo para menores entre os 11 e os 18, 9 horas para idades compreendidas entre os nove e os onze, com a total proibição de laboração para faixas inferiores).

Estas medidas de amparo e segurança a menores, foram, por imitação à lei inglesa espalhadas a outros países da Europa industrializada, nomeadamente à Alemanha e à França, permitindo o afastamento de milhares de crianças da frente da força bruta das máquinas e o seu regresso à escola e ao lar (Ferreira, 2001).

A mãe passa a ser alguém a quem lhe caberá treinar o seu filho, sendo função do progenitor, assegurar protecção e providenciar a subsistência material. Muitas das

práticas abusivas começam a ser reduzidas no seio da casa. Os actos incestuosos são mais velados e menos numerosos, mas a socialização ainda não é perfeita, sendo por vezes esses mesmos actos tentados nos colégios para onde as crianças serão enviadas e onde a erotização dos castigos físicos a aplicar é norma (DeMause, 1994).

Em 1874, nos Estados Unidos, poderemos situar o nascimento verdadeira preocupação com os quadros de abandono e mau trato infantil, perante o caso de Mary Ellen Wilson. Esta, após a morte do pai na Guerra Civil, viria a ficar a cargo da sua madrasta e do futuro marido, sendo seriamente maltratada e negligenciada. Como na altura não existia qualquer entidade que pudesse defender os seus direitos, esta foi entregue, chocantemente, à Sociedade Americana para Prevenir a Crueldade contra os Animais (Barry & Collins, 1999), situação vergonhosa e insustentável.

Em França, Tardieu surge como o primeiro a utilizar o conceito de “criança espancada”, através do estudo efectuado relativamente a 18 casos de morte entre crianças de tenra idade, cujos sinais apresentados surgiam incompatíveis com os relatos apresentados pelos progenitores (Minayo, 2001).

1.3 O Século XX e o Despertar do Conceito de Maus Tratos

Para muitos autores, as raízes da preocupação actual com os maus tratos infligidos às crianças, surge já a meio do nosso século, quando um artigo foi publicado e no qual se alertava que muitas das injúrias vistas pelos pediatras podiam ser fruto da acção dos pais (Caffey & Silverman, 1945 *in* Starr, 1988).

Ainda que esta seja uma triste realidade, conhecida de todos nós e tida como certa, na altura os especialistas procuravam atribuir as injúrias detectadas a doenças estranhas e desconhecidas (Caffey, 1946 *in* Starr, 1988). Embora estas e outras publicações clarificassem o papel das acções parentais nos fenómenos observados nas crianças, a atenção pública e profissional não foi direccionada para o abuso da criança.

Com a aprovação, a 20 de Novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração dos Direitos da Criança, assistiu-se a uma globalização das premissas que devem, pelo menos em teoria, ser inerentes a qualquer criança, tornando estes seres portadores de realidades legalmente alienáveis, independentemente do seu sexo, raça, cor, cultura ou religião.

Desta forma, só após a década de 60 se poderá falar numa tomada de consciência pública pelo fenómeno da criança maltratada. Para este facto contribuiu fortemente a introdução do conceito de “síndrome de criança batida”, introduzido por autores como Kempe (1962). Este termo chamava a atenção para o número crescente de crianças que eram atendidas por clínicos pediatras, as quais apresentavam lesões de cariz não acidental e de difícil explicação.

As consequências a este artigo não se fizeram esperar, reflectindo-se numa conferência realizada em 1963, sobre crianças “espancadas” e na qual foi delineado um modelo de legislação nesta área, passando, nos diferentes estados americanos, à adopção de leis de protecção à criança, no ano de 1967 (Starr, 1988). Este novo poder legislativo teve como “triunfo”, em 1974, a criação de uma agência federal, a saber, a “National Center of Child Abuse and Neglect”.

Esta nova consciência política e social do fenómeno da criança vítima de abuso, encontrou apoio na comunidade científica, a qual criou neste um vector importante de estudo, tentando alcançar todos os factores que envolvem esta problemática, bem como explicar quais as causas da mudança de atitudes por parte da sociedade actual.

Assim sendo, para autores como DeMause (1991), a grande mudança de atitudes ficar-se-á a dever a factores essencialmente psicológicos. Segundo ele, a mudança registou-se como resultado das gerações sucessivas de pais tentarem ultrapassarem o abuso que sofriam quando eram crianças. Os pais funcionam assim de modo empático, procurando conhecer as necessidades dos seus filhos, limitações e anseios. Situamo-nos, assim no que o autor denominou como fase da *ajuda*.

1.3.1 A fase da ajuda

Na opinião de Bakan (1971), três evoluções científicas são precursoras da preocupação actual de banir o mau trato infantil, a saber:

1. A invenção do Raio x (o qual tornou possível aos profissionais terem a certeza que certas lesões apresentadas pelas crianças, foram infligidas com intencionalidade);

2. O fornecimento, por parte da ciência, de métodos de controlo de nascimento (Bakan, 1971 in Starr, 1988);
3. O aumento das fontes disponíveis, por parte da ciência.

Para Bakan, só a conjugação destes factores tornou possível ao homem encarar a problemática dos maus tratos infantis, ganhando tempo e consciência para a necessidade de eliminação dos mesmos.

Segundo Philippe Ariés (1960), as transformações ocorridas na sociedade, em relação aos abusos de que são vítimas as crianças, têm a sua explicação na própria alteração do conceito de criança e do discurso sobre a infância.

Assim serão lembrados, mas acima de tudo tidos em conta, princípios alguns deles há muito enunciados mas sempre encarados como secundários ou excessivamente “modernistas” (basta para tal recordar as novas linhas preconizadas por Rousseau e já por nós explanadas).

Para outros autores, a possível explicação em relação ao novo enquadramento e preocupação da sociedade, no que diz respeito a esta realidade, é fruto da relação entre o progresso económico registado, o sucesso académico e as condições do desenvolvimento psicológico. Aspectos estes que possibilitam todo um discurso voltado para o respeito dos direitos ou necessidades das crianças, e perfeitamente enquadrado na racionalidade inerente à maioria dos sistemas sociais actuais.

Este discurso tende a funcionar como suporte ideonormativo das práticas que melhor se ajustam ao equilíbrio económico das comunidades de hoje.

Na perspectiva de Santos (s/d), é sobre este prisma que deveremos descortinar a crescente importância que se atribui à problemática do mau trato infantil, questão tão antiga como o próprio ser humano, mas, complexa e de contornos e justificações difusas.

Todos estes dados, de natureza verdadeiramente animadora na luta contra este flagelo, parecem em desmoronamento quando observamos o último relatório, divulgado pela UNICEF, referente à situação infantil no mundo (UNICEF, 2009), ao qual posteriormente dedicaremos um olhar mais atento, no qual se registam números

assustadores de crianças existentes no mundo, as quais vivem na pobreza, facto que lhes acarreta a privação de muitos dos direitos há muito consagrados pela lei internacional, tais como a saúde, educação, protecção ou ainda o trabalho infantil. Os números de mortes infantis vítimas de palcos de guerra, ocorridos um pouco por todo o mundo, quer de forma passiva, quer como participantes activos nas acções de natureza bélica é algo que nos faz pensar e provoca sérios atentados ao nosso “intocado” grau de maturação social actual. Não serão estes resultados, números que continuam a espelhar formas de infanticídio continuado e desnecessário e, contudo, instituído aos olhos dos regimes totalitários que os praticam? E o que dizer do assombroso número de crianças que engrossam as estatísticas do tráfico e exploração sexual infantil?

Por mais que se tenha evoluído, por todas as leis, princípios e teorias já enunciados, por todas as instituições e campanhas criadas; sempre que a existência das mesmas tenha que ser lembrada, é sinal de que alguém passou sobre aquele que, ainda que sendo o garante do futuro, é certamente a mais antiga vítima que a história humana criou.

CAPÍTULO II

CONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2. CONCEPÇÃO TEÓRICA

2.1. Definição dos Maus-tratos

Se durante séculos, e até há bem poucas décadas, a ocorrência de maus-tratos era tido como uma prática aceite, nomeadamente no interior do núcleo familiar, ninguém duvidará que hoje é tido como algo inaceitável (López-Zafra & Martos, 2006).

A questão dos maus-tratos infantis surge como uma problemática que tem sido abordada por vários autores e à luz de diversas perspectivas teóricas, sendo igualmente sujeita a variações de ordem social e cultural (Tavares 2003)

Assim, existe uma falta de concordância sobre qual a noção “correcta” de maus tratos, procurando-se nos diversos estudos realizados, identificar as causas e testar métodos de intervenção, e não tanto buscar uma definição do conceito ou dos processos de avaliação (Giovannoni, 1989), pecando pela falta de modelos integradores de todo o problema.

Neste contexto, autores como Brandt Steele (1987) consideram que os maus-tratos infantis são fenómenos essencialmente humanos. Nega que o stress actualmente vivido nas sociedades modernas ou as transformações por estas sofridas, tenham qualquer papel em todo o processo, justificando para tal o facto de sempre terem existido.

Este autor inclui sobre a designação de maus tratos, várias realidades, tais como o abuso físico, negligência de cuidados à criança, abusos sexuais e emocionais.

Halpering (1979), propõe uma classificação de maus tratos a qual englobará o abuso físico e sexual, colocando uma tónica no papel atribuído à negligência.

Para Magalhães (2004), o mau trato surge como uma realidade na qual se produzem formas de tratamento de natureza física ou emocional (podendo subsistir em simultâneo), as quais são resultado de falhas ou carências ao nível das relações que são estabelecidas, nomeadamente nas que envolvem poder, confiança e responsabilidade.

As tipologias de maus-tratos, podem ser caracterizadas como activas (caso dos de violência física ou o abuso sexual) ou passivas (como são exemplo as situações de negligência), sendo estas últimas caracterizadas por situações de omissão (López-Zafra & Martos, 2006).

Para o Comité Internacional permanente sobre a infância maltratada (I.S.C.C.A., 1982), são quatro as formas principais de maus tratos, a saber, a violência física, descuido da criança (negligência), abuso sexual e de carácter psicológico.

Esta tipologia, graças aos constantes estudos desenvolvidos, tende a encerrar em si outras noções, como a síndrome de Munchausen e acrescentando-lhe facetas diversas, como a da exploração laboral, da corrupção, mendicidade, do mau trato pré-natal e de natureza institucional (Canha, 2000).

Assim sendo, a realidade dos maus tratos apresenta-se como uma situação de carácter heterogéneo, com variadas formas e tipologias, as quais, como tentaremos demonstrar serão passíveis de diferenças quer ao nível da sua forma, etiologia, sequelas e respostas ao tratamento; sendo de realçar o facto de que na maioria dos casos, a criança abusada é vítima de mais do que um tipo de mau trato (Bonner et al.1992). Estes revestem-se de características relativamente bem definidas e serão o alvo seguinte da nossa análise e apreciação.

2.2 Tipologia dos Maus-tratos

2.2.1 Maus-tratos Físicos

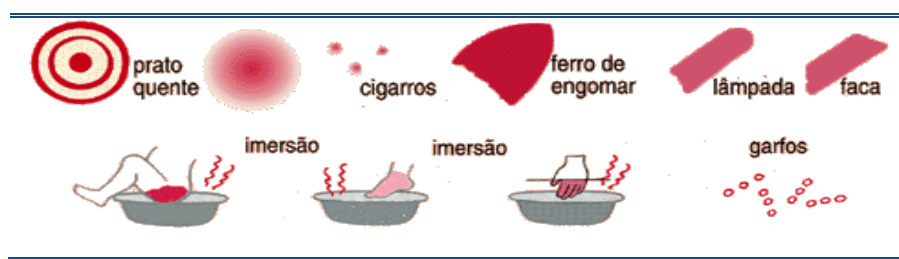
Sendo a forma de mau trato físico a mais notória e perceptível ao olhar do comum mortal, a nível histórico esta tipologia surgiu como a pioneira no que concerne ao despertar das consciências públicas e do interesse dos investigadores.

Pode ser definido como um acto levado a cabo pelos pais ou educadores, revestindo-se de disciplina excessiva, bater ou qualquer outras formas de violência física visível, das quais resultam lesões para a criança e que podem incluir fracturas, contusões, lacerações, queimaduras ou lesões internas (Friedman, et al., 1981; in Bonner, et al., 1992).

Estas lesões podem se espelhar de diferentes formas, desde uma lesão mínima às de grande perigosidade ou mesmo fatais. Muitos dos sintomas e sinais podem aparecer simultaneamente na mesma criança, em variadas circunstâncias.

As várias modalidades desta forma de mau trato, caracterizam, normalmente, diferentes etapas da vida da criança (Fernandes, 1987).

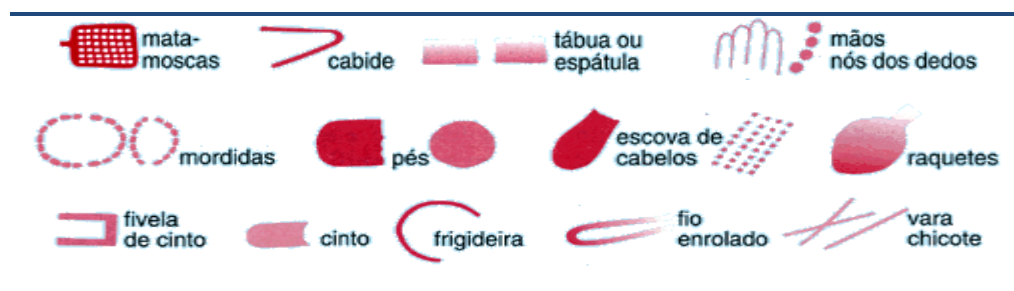
Assim, situações como queimaduras ou “escaldadelas” (“scald burns”) ou traumatismos, não acidentais, ocorridos na cabeça, são típicas das crianças em idade lactente ou com a idade média de 16 meses (Tennat & Davidson, 1991) sendo outras formas de agressão, como os espancamentos, situações mais observadas numa fase posterior.



Quadro 4: Marcas de queimadura (Johnson, 1990)

Os registos hospitalares confirmam valores elevados, resultantes de maus tratos físicos infligidos às crianças, situação essa que se pode observar em países como os EUA, onde se chegaram a apontar valores de lesões corporais na ordem de 1.200 por ano, dos quais 10% em crianças com idades inferiores a 5 anos, (Hyden & Gallagher, 1992); quer mesmo no nosso país.

A agressão é a forma por excelência desta modalidade de mau trato, sendo, na maior parte dos casos, resultado das pessoas que convivem mais de perto com a criança, tais como os pais, os educadores de infância, o “amigo/a” da mãe ou do pai, a “baby-sitter”, os filhos do padrasto ou da madrasta, entre outros.



Quadro 5: Marcas de objectos (Johnson, 1990)

Os agressores são, em regra, pessoas com baixa cultura ou instrução, baixo nível social, mal remuneradas ou desempregadas, com tendências para o alcoolismo ou alcoólicas, com personalidades agressivas e cuja família se acumula promiscuamente em habitações degradadas, em zonas habitacionais carenciadas (Almeida et. al.1999).

A caracterização anteriormente apresentada, corresponde à tipologia mais comum nestas situações. No entanto, os casos de maus tratos encontram-se noutros estratos sociais e o fenómeno não se circunscreve às condições de baixo nível cultural e social, mas em meios de nível cultural mais elevado é dificultada a sua avaliação correcta.

O castigo físico é ainda culturalmente aceite em grande parte das sociedades e utilizado em alguns estratos sociais como método educativo de rotina. (Reis, 1993), bastando para tal lembrar o caso de países considerados e ditos desenvolvidos, como a Inglaterra, na qual o castigo corporal foi e ainda continua a ser usado em colégios de todos os níveis sociais.

As mutilações intencionais, outra das valências deste tipo de mau trato, têm sido praticadas ao longo dos séculos, estando em grande parte ligadas a actos de feitiçaria e outros rituais, profundamente enraizados na culturas Africana, os quais são alvo de incredulidade pelas mentes ocidentais, as quais assistem, contudo a iguais situações (principalmente nas grandes cidades), ainda que ocultas sobre aparente acidentes sofridos por crianças, as quais se encontram ligadas a situações de mendicidade, na qual a mutilação de dedos ou membros é executada com vista à estimulação da piedade e obtenção de benefícios monetários por parte dos agressores (Lynch, 1992). Por vezes, mesmo quando a mutilação sofrida pela criança não foi intencional, esta é prolongada e

não curada, com vista à exposição pública da criança e ao conseqüente causar de compaixão, num total desconsideração pela natureza humana.

2.2.2 Maus-tratos Psicológicos

Se durante muitos anos o abuso físico foi considerado a forma máxima, logo mais importante e mais estudada de mau trato infantil (Giovannoni & Becerra, 1979); actualmente, atribui-se um forte papel ao mau trato psicológico, sendo por muitos considerado como o mais destrutivo e com conseqüências mais nefastas para a criança e a futura vida desta (Garbarino, 1990).

O mau trato psicológico, pode ser definido como um conjunto de acções ou omissões parentais, as quais são consideradas ofensivas para uma criança. Estudos levados acabo ajudaram a clarificar a natureza do mau trato psicológico. Brassard & Hart (1989 *in* Bonner, Kaufman, Harbeck & Brassard, 1992) usaram uma combinação de categorias de abuso psicológico, identificando e definindo, através de uma escala multidimensional, sete sub-tipos de maus tratos psicológicos, os quais passaremos a enunciar e caracterizar brevemente.

Assim, surge-nos a atitude de *desprezar* ou *rejeitar*, a qual se poderá entender como uma forma de “bater verbal” na qual se combina a rejeição e a degradação hostil. Os pais podem recusar-se, activamente, ajudar a criança ou ignorar o seu pedido de ajuda.

Rebaixar a criança surge como outra das modalidades utilizadas, envolvendo acções que a depreciem, incluindo a inferiorização da mesma.

Todas as formas de *aterrorizar* são também consideradas, as quais poderão incluir o ameaçar magoar fisicamente, matar ou abandonar a criança (se esta não fizer ou não se comportar de determinada forma). Esta categoria também inclui expor a criança à violência ou pessoas que ela gosta e não lhe prestar atenção.

Caracteriza-se, igualmente, por um *isolar* da criança, a qual poderá ser fechada num cubículo ou quarto, durante um longo período de tempo, ou ser limitada, por parte do adulto, a interagir com os seus pares ou com outros elementos fora da família.

O acto de *não socializar* a criança é também entendido como um acto de mau trato do foro psicológico, os quais acarretam uma crescente “corrupção” da mesma, no sentido de potencializar nestes comportamentos anti-sociais, destrutivos para os outros ou para si própria (por ex: incutir na criança valores racistas).

Situações onde se verifiquem actos que visem *explorarem* a criança, na qual esta é usada em proveito de outro sujeito, o qual a encara como se de um subordinado se tratasse, inserem-se perfeitamente neste domínio de estudo. Por último, há que referir, como elemento constitutivo dos abusos psicológicos infligidos às crianças, todo e qualquer acto de *negação emocional*. Este fenómeno poder-se-á caracterizar como a acção, levada a cabo pelo educador, na qual se pode constatar uma “ falha em providenciar as respostas educativas necessárias para facilitar o bem-estar físico, a saúde e o desenvolvimento social e emocional” (Hart et al. 1987). Os educadores que se comportam deste modo comunicam, através de actos de omissão que não estão interessados na criança e não estão emocionalmente disponíveis.

Para a criança ser identificada como maltratada psicologicamente, os profissionais devem estabelecer três componentes, a saber, o comportamento parental que pode causar prejuízo deve ser identificado; o prejuízo para a criança deve ser demonstrado e deverá ser estabelecida uma relação causal entre o comportamento parental e o prejuízo para a criança (Duquett & Faaller, in Bonner,B., Kaufman, K.; Harbeck,C. & Brassard,M,1992.).

Na opinião de McGee e Wolf (Santos, s/d), o universo abrangido por esta categoria de fenómenos, diz respeito a todos os padrões de comunicação verbal e não verbal, os quais tendem a afectar o processo de desenvolvimento da criança.

Neste contexto, são potencialmente designáveis na classe dos acontecimentos maltratantes, os tipos de interacção social cujas características tendem a favorecer o curso normal da evolução cognitiva ou colocam obstáculos à resolução adequada de tarefas de desenvolvimento importantes, como por exemplo, as relacionadas com a organização dos comportamentos de vinculação, a construção do sentido de autonomia, a integração no grupo de pares, bem como, a adaptação à escola.

De forma muito objectiva, Tavares (2003) considera que toda e qualquer atitude operada por um adulto em relação a uma criança, que venha a originar nesta um clima

de medo, vergonha, frustração ou angústia, deverá, necessariamente, ser catalogada como violência de natureza psicológica.

2.2.3 Negligência Física e Psicológica

Ao analisarmos o conceito de negligência, este surge-nos definido como “uma falha crónica dos pais ou do educador em fornecer à criança as necessidades básicas, tais como: comida, roupa, segurança, cuidados médicos, oportunidades educativas, protecção e supervisão” (Bonner et al., 1992).

Neste contexto, a negligência é entendida em termos de actos de omissão. Contudo, o perigo que resulta destas omissões (Garbarino et al., 1986) bem como a intenção (Rohner & Rohner, 1980), são igualmente tidos em conta.

Esta modalidade de mau trato infantil surge como uma das mais comuns, bastando para tal lembrar o caso dos E.U.A., onde, num estudo estatístico realizado em 1991, do total de relatórios recebidos pelas comissões de protecção de menores, 44% envolviam actos negligência (cit in Manly et al., 1994).

De acordo com Daro (1988, in Bonner, Kaufman, Harbeck & Brassard, 1992), as várias formas de negligência incluem:

- Negligência física (considerada por diferentes autores como mais difícil de definir do que o mau trato físico, visto não se dispor de critérios para avaliar a intencionalidade e para determinar se a criança está a experienciar perigo ou se simplesmente foi colocada numa situação de risco (Manly et al., 1994; Starr et al., 1988);
- Privação de necessidades (as necessidades, tanto de ordem fisiológica, quer afectivas, não são satisfeitas, facto que acarreta situações de carência. Nestes casos, nomeadamente numa fase inicial da sua vida, a criança poderá ser alimentada de forma irregular, ou tal é efectuado de forma irresponsável.
- Privação ou negligência educacional (as crianças faltam frequentemente à escola, ou pura e simplesmente não se encontram inscritas no sistema educacional);
- Negligência de cuidados médicos (colocando em risco a própria vida das crianças ou o agudizar de situações inicialmente simples, a criança é privada de

cuidados de saúde ou a eles soó tem acesso numa fase tardia da doença, logo mais penosa ou mesmo fatal);

- Fornecimento intencional de drogas à criança (por puro prazer ou com vista a atingir algum fim, como seja o silenciar da criança, são fornecidas substâncias às crianças, caso do álcool, as quais, naturalmente trarão consequências danosas);
- Abandono ou falha de supervisão (a criança poderá ser deixada por longos períodos de tempo sozinha, ou, pelo contrário, transportada para todo e qualquer local, não se respeitando o seu ritmo de vida.)
- Falha em fornecer cuidados básicos;
- Fomento da delinquência (são geradas condições nas quais as crianças são envolvidas em actos de natureza ilícita, o que poderá condicionar o seu futuro em liberdade).

Podemos verificar, através da análise da tipologia apresentada, que a noção de negligência abarca duas realidades essenciais, a saber, a de natureza física e psicológica.

Na distinção entre estas, considera-se a primeira tendo em conta as omissões que podem levar ao risco, ou as consequências físicas para a criança (Knutson, 1995); ao passo que a segunda (psicológica) é definida por actos de omissão os quais podem resultar em consequências psicológicas negativas para a criança (Wolf & McGee, 1994).

Na nossa sociedade actual, sem tempo para as mais essenciais necessidades, são facilmente identificáveis situações de negligência psicológica. Diversos são os cuidadores que maltratam verdadeiramente aqueles que estão ao seu cuidado, não correspondendo às suas necessidades de ordem afectiva, humilhando e/ou menosprezando, gerando nas crianças um sentimento de mal amadas, não encontrando correspondência no seu afecto (Tavares, 2003).

Alguns autores, como Garbarino (1990), não estabelecem qualquer diferença entre negligência psicológica e mau trato psicológico, visto considerarem não existir distinção nas consequências que estes acarretam para as crianças.

2.2.4 Maus-tratos sexuais

Uma das formas de mau trato mais “repudiada” pela sociedade actual, é, sem dúvida, o abuso sexual, sendo, contudo, uma das mais frequentes.

Assim, e de acordo com estudos realizados esta é uma modalidade de maus-tratos com taxas de incidência muito elevadas, podendo atingir os cerca de 25% em países como os EUA, ou mesmo a impressionante taxa de 81,5% da África do Sul, na qual em cerca de 140 crianças maltratadas, assistidas em Joanesburgo, 114, sofreram abuso sexual (Reis, 1993).

No trabalho realizado por Fausto Amaro, conclui-se que o abuso sexual tem em Portugal importante expressão (Amaro, 1989) e não obstante o espaço temporal que nos distancia deste estudo, posteriormente verificaremos como, infelizmente, este dado e as suas terríveis consequências ainda se tornam actuais, mais de dez anos volvidos sobre o estudo.

Não obstante a sua incidência e especificação nas molduras legislativas dos diferentes países, não existe grande consenso sobre os actos sexualmente abusivos (Starr, 1988).

Para Hartman e Burgess (1989), o abuso sexual surge como a exploração da criança por parte de um adulto, o qual a utiliza como fonte de prazer sexual, podendo se expressar de diferentes formas (por exemplo: consumação do acto sexual, exibicionismo, produção de filmes ou material pornográfico com crianças, bem como todas as modalidades de pedofilia).

Segundo o relatório apresentado no IV Colóquio Criminológico de Estrasburgo (1980), a definição de mau trato sexual surge como “toda a violência imposta à criança, não respeitando o seu direito de livre consentimento”. Engloba-se nesta noção, o uso de força física, repressão moral, chantagem afectiva, que paralisam a livre vontade da vítima.

Com esta noção surge-nos um problema, a saber, a idade, na perspectiva de que os adolescentes reclamam o direito de se amarem fisicamente, tendo relações sexuais mais ou menos completas.

Assim, para Russel (1983), deverá ser considerado abuso sexual das crianças, pelos seus pares, irmãos ou outras crianças, sempre que a diferença de idade entre elas seja inferior a cinco anos, revelando uma posição mais extrema que Finkelhor e Hotaling (1984), os quais aceitam uma diferença de idade de cinco anos, entre o agressor e a vítima, se esta tiver menos de doze anos; e de dez anos, quando a criança tem entre treze e dezasseis anos.

Para além da variável da idade, estes autores avaliam outros factores como sendo determinantes para a classificação de abuso sexual, os quais passam pela natureza do acto praticado e força utilizada, o sexo e a relação entre o abusador e a criança, as consequências para esta, bem como o grau de informação que a criança possui sobre atitudes sexuais (de particular importância quando a vítima sofre de qualquer perturbação mental ou física).

A definição apresentada por Sanmartín (2005), surge-nos como facilmente entendível, colocando a tónica na assimetria da relação. Assim, falamos de abuso sexual quando este envolva actos de natureza sexual nos quais se envolvam um adulto e um menor, bem como em situações de desigualdade entre dois adultos, sempre que exista assimetrias no que respeita à idade ou ao poder. Estas desigualdades podem ser aferidas em diferentes factores, tais como: os papéis desempenhados, a força física, a inteligência, o desenvolvimento, o tamanho, a idade ou a força física (Ochotorena, 1996).

No nosso Código Penal, identifica-se o “abuso sexual de crianças” como qualquer acto sexual de relevo praticado com menores de catorze anos. O estabelecimento desta idade legal, relaciona-se com a ideia de uma criança de idade inferior não terá capacidade de autodeterminação, quanto à conduta sexual, pelo que resulta que mesmo perante a ausência de meios de violência ou coacção da vítima, o acto a que foi sujeita é altamente susceptível de lhe provocar danos ao nível do seu desenvolvimento futuro (Carmo, 2000).

Uma das formas mais frequentes de maus tratos sexuais é o incesto. Esta realidade é tradicionalmente definida como um acto de agressão, cometido por um adulto mentalmente perturbado, sobre uma pequena vítima. Tal sucede quando o acto

incestuoso é assimilável à violação. No entanto, de forma mais frequente, a situação revela contornos diferentes.

Para Noguero, (1997) o incesto surge como a ligação sexual, de diversa natureza, entre consanguíneos (criança/pais, irmãos, avós/netos; tios/sobrinhos). As práticas registadas poderão ir do simples voyeurismo no seio familiar, passando por contactos genito/orais, masturbação, até à relação sexual propriamente dita.

Fora do Ocidente, a molestação sexual das crianças é prática rotineira em grande número de famílias. De acordo com alguns observadores, a infância na Índia começa com a rotina da masturbação repetida da criança, por parte da sua mãe, baseando-se em razões como a necessidade das crianças dormirem melhor ou de terem comportamentos mais calmos (DeMause, 1994).

Em países com níveis de desenvolvimento tão assinaláveis como é o caso do Japão, estas práticas incestuosas registam frequência assinalável, quer através de acções como as assinaladas na Índia, quer através da troca de carícias no leito.

No Médio Oriente, onde o papel social atribuído à mulher na sociedade é tão reduzido, as raparigas são utilizadas, de forma incestuosa, com maior frequência que os rapazes. Um relatório efectuado, demonstrou que cerca de 80% das mulheres estudadas, reclamavam terem sido forçadas a praticar sexo oral, entre os três e os seis anos de idade, com os seus irmãos mais velhos, primos, tios ou professores. A denúncia era extremamente rara, dada que muitas das situações ainda poderiam acabar em castigos sobre elas próprias (DeMause, 1994).

De acordo com os dados dos inquéritos de vitimação realizados, aproximadamente, ao longo dos últimos vinte anos (e.g., Russel, 1983, Haugaard, 2000), é reforçada, de forma alarmante, a prevalência do abuso sexual (entre 59% -60%) nas raparigas, principalmente devido a não ter sido especificados os actos tidos como abusivos, e ter sido alargada a faixa etária até à maioridade (Machado, 2003). Um dos estudos mais referenciado na bibliografia e tido como um dos mais representativos nos Estados Unidos da América (Finkelhor, Hotaling, Lewis & Smith, 1990 cit. Wolfe & Birt, 1997), no qual foi utilizado como critério o “intercurso concretizado ou na forma tentada, cópula oral ou sodomia, carícias, fotografias da criança nua e exibicionismo”

(p.570), revelou 28% de respostas positivas dadas pelas mulheres contra 16% dos homens.

Esta variação de resultados, tende a gerar alguma confusão e por vezes desvalorização das situações de abuso de natureza sexual, facto que alerta para a urgente necessidade de definições mais operacionais (Machado, 2002) e de apoio às vítimas, mesmo que aceitemos como verídicas somente as mais baixas percentagens obtidas (Conte, 1991).

No que concerne ao contexto em que é praticado, este pode ser *intrafamiliar*, *extrafamiliar* e *institucional* (Pires & Miyazaki, 2005). A primeira tipologia surge como o mais usual e diz respeito a actividade sexual estabelecida entre uma criança ou adolescente, com alguém de filiação ou familiaridade directa (como pai ou irmão), com parentes próximos, caso de tio ou avô, bem como com parentes que a criança considera da sua família (como seja um padrinho). Sempre que surge esta forma de abuso no seio de uma família, estamos perante casos de disfunção familiar, os quais costumam ser crónicos, recorrentes, e onde não se geram grande violência (Jones, 2002).

Relativamente ao abuso sexual *extrafamiliar*, este ocorre sempre que é perpetrado por alguém exterior à célula familiar da criança ou adolescente, ainda que, maioritariamente, o agressor tenda a ser conhecido e tenha acesso fácil à criança, como é o caso de um vizinho, padre, educador...). Normalmente é a família quem denuncia estas situações (Seabra & Nascimento, 1997).

Este processo de abuso raramente nasce de uma acção directa de violação. Assim, o mais usual é o agressor despender algum tempo no planeamento da sua actuação, seduzindo, progressivamente a criança, até à consumação do acto propriamente dito (Oliveira, 2010).

Neste contexto, o aliciamento e sedução emocional da vítima surge como a primeira arma do agressor. Estes mecanismos têm lugar quer através da escolha da família, com vista a possibilitar um acesso à criança, quer através da aproximação directa a esta, tendo por objectivo a conquista da sua amizade e confiança. Estes sentimentos em relação à criança e desta para com o agressor, podem ocorrer quer fruto de contactos pessoais, quer através de subterfúgios como a criação de falsas identidades na internet, situação muito em voga e altamente perigosa (Sanderson, 2005).

A escolha da vítima tem por base as preferências etárias do “predador” sexual e outras que poderão funcionar como verdadeiros fetiches de índole sexual (cor dos olhos, pele e /ou cabelo, raça, robustez/fraqueza física...).

De acordo com estudos de autores como Baltieri (2005), a grande parte dos agressores que efectivam os seus actos fora da célula familiar, tendem a fazê-lo de forma recorrente e exclusiva sempre sobre o mesmo sexo, encontrando-se uma prevalência sobre o sexo masculino.

Sempre que o abuso sexual tem lugar numa instituição, onde a vítima se encontra recolhida, este classifica-se como *institucional*, e pode ter origem em colegas de idade superior à vítima, bem como pelos próprios funcionários ou professores (Santoro, 2002)

Todos estas situações de abuso sexual, tratam-se de práticas para as quais a vítima é incapaz de dar o seu consentimento informado e que violam a lei, os tabus e normas sociais estabelecidas, e cujos os efeitos futuros são certamente devastadores.

2.2.5 Síndrome de Münchausen por Procuração

Uma das tipologias mais complexas de maus-tratos é sem dúvida a representada pela Síndrome de Münchausen por Procuração. Centremo-nos um pouco nesta modalidade, relativamente rara, pouco compreendida e de causas de conhecimento obscuro.

A denominação desta síndrome surge-nos da literatura, através da figura do Barão de Münchausen, de nome verdadeiro Hieronymus Karl Friedrich von Münchausen (1720-1797), de nacionalidade alemã, o qual ganhou popularidade com as suas muitas mentiras, as quais gostava de contar aos seus ouvintes, nomeadamente nos muitos bares que frequentava. As histórias por ele contadas eram ricas em fantasias, com vários detalhes, levando a que acreditassem nas mesmas. Estas características de personalidade, foram, numa fase inicial, tipificadas em adultos, os quais imaginavam quadros de doença para si mesmo. Mais tarde, no ano de 1977, o autor Meadow tipificou um quadro no qual os pais com alterações de natureza psiquiátrica, desenvolviam nos seus filhos quadros de doença. Neste contexto, originou-se o conceito de Síndrome de *Münchausen by proxi*, ou também denominada de por procuração.

Esta tipologia de mau trato também é conhecida como síndrome de *Polle* (Varity, 1977) em honra do filho do Barão Münchhausen, o qual terá sofrido uma doença, ao ano de idade, projectada por seu pai

Assim sendo, esta é uma forma de abuso infantil na qual um dos pais, por norma a mãe, induz na criança sintomas reais ou aparentes de uma enfermidade (Rubio, 1997). Os recursos de que é feito uso para a formulação de todo um quadro de sintomas, são muito diversificados e de natureza surpreendente, podendo considerar-se os sistemas de produção e quadros clínicos quase ilimitados. Quanto aos métodos, o mais usual é a simples alegação e o exagero de sintomas, ansiando o agressor por medicações que façam parar a dor, de forma que através destes possa ocasionar, directamente, consequências várias tais como situações traumáticas, de intoxicação ou lesões. Certas situações implicam por parte do perpetrador formas mais elaboradas de actuação, como seja a criação de sinais vários de ferimento.

As situações clínicas registadas na criança podem ser muito variados, incluindo casos como: sintomatologia de ordem neurológica, urológica e digestiva (por ex: juntando sangue a urina ou fezes para deturpar resultados de exames), respiratórios, síndromes febris, diabetes, hipoglicemias, traumatismos, infecções, desidratação ou problemas cutâneos. Tudo depende da maior ou menor imaginação do agressor e dos seus conhecimentos médicos nos quais, por vezes, investe conhecimento (Rubio, 1997).

Neste quadro, as crianças são muitas das vezes hospitalizadas, por apresentarem um conjunto de sintomas que tendem a não ajustar-se a nenhuma enfermidade clássica, sendo sujeitos a exames, cirurgias e outros procedimentos desnecessários.

Na unidade hospitalar, a mãe da criança em causa costuma apresentar-se muito colaboradora, sendo muito apreciada pelo pessoal de enfermagem pelo cuidado prestado à criança, pela sua devoção e abnegação rara; tornando pouco provável que o pessoal médico suspeite do diagnóstico verdadeiro. As suas visitas frequentes também lhe permitem o acesso para a inclusão de mais sintomas.

A síndrome de Münchhausen surge como fruto de problemas psicológicos do adulto, sendo em regra um comportamento que visa chamar a atenção sobre a sua personalidade, com vista a provocar nos outros sentimentos de admiração e enternecimento perante a sua dedicação extrema a outrem. A criança é tratada como

figura de referência afectiva, por parte do agressor, que a considera como um doente, gerando-se uma dicotomia baseada na preocupação relativa ao estado de saúde do filho e o desejo de manutenção da sua “doença”, com vista a compensar os seus próprios conflitos intra ou extrapsíquicos. Com a persistência da situação clínica o perpetrador dos actos perde a capacidade de distinguir se os sintomas são reais, imaginários ou induzidos pelos outros (Rubio, 1997). Sem dúvida que este síndrome pode pôr em risco a vida da criança que neste se encontra envolvido, podendo chegar ao ponto de provocar danos físicos graves e mesmo a morte.

Uma vez reconhecido o problema, torna-se necessário proteger a criança e retirá-la do contacto directo com o agressor, a quem se deverá, mais do que simplesmente acusar, prestar ajuda psicológica. Contudo, dado se tratar de um transtorno raro, pouco se conhece sobre o sucesso dos tratamentos para os perpetradores desta incisiva e dramática forma de maus tratos, a qual, quanto mais precocemente for detectada, mais antecipadamente porá termo a exames médicos desnecessários, dolorosos e potencialmente perigosos (Rubio, 1997).

2.2.6 Exploração laboral

Dentro das tipologias de maus-tratos, para além das anteriormente referidas e mais comumente aceites e debatidas, não poderemos deixar de referir, sendo o nosso ainda país um triste representante dessa situação, não obstante os progressos assinalados nos últimos dez anos (UNICEF, 2009), a exploração laboral, reflectida através do trabalho infantil.

Refira-se que nem todo o trabalho realizado por crianças está associado à exploração, podendo as suas actividades serem vistas como formadoras e de integração na sociedade (como é o caso do trabalho desde cedo efectuado na escola). Assim haverá que descortinar o que pode ou não ser aceite como trabalho realizável por parte das crianças, tendo esta temática sido alvo de uma crescente teorização e de acalorado debate público, em praticamente todas as sociedades ditas civilizadas.

Para autores como Fyfe (1989), será necessário realizar a distinção entre trabalho infantil e emprego infantil, de forma a evitar possíveis confusões e a priorizar formas de actuação. Neste âmbito, reforça-se a ideia anteriormente apresentada de que

nem todo o trabalho é negativo para as crianças, sendo necessário perceber que muitas destas encaram o ingresso no mundo do trabalho como um rito de passagem, sendo um elemento positivo no seu desenvolvimento. Este não afectará a realização de outras actividades tidas como fundamentais para a criança, como seja o caso da diversão ou da educação, não sendo por isso passível de ser considerado como emprego infantil (Fyfe, 1989).

Numa tentativa de ultrapassar a dicotomia criada entre estabelecer a diferença de trabalho e emprego, White (1996), apresenta-nos um ponto de vista centrado no indivíduo, através da “teoria do *continuum*”. Seguinte a este, o trabalho irá ter resultados de índole variável no processo de desenvolvimento das crianças, dependendo de factores como a sua duração, intensidade, idade e características da própria criança. Todas as variáveis envolvidas no processo devem ser entendidas através de um *continuum*, assente em dois vectores, a saber, o das modalidades completamente intoleráveis de realização de trabalho por parte de crianças; e o das formas entendidas como toleráveis e consentidas (caso da efectuação de tarefas domésticas ajustáveis). Neste âmbito, não é só certos trabalhos que se deverão considerar inaceitáveis, mas igualmente as características desse trabalho para determinada criança.

Entre as várias tipologias, a que continua mais em voga, não obstante já alguma distanciação temporal, contudo tendo como origem trabalhos de investigação ligados à Organização Internacional do Trabalho (OIT), surgiu pela mão de Roger & Standing (1981), caracterizando a totalidade das actividades em que as crianças poderão estar envolvidas em 10 tipos (Sarmiento, 2000). Assim, surge-nos:

1. Trabalho doméstico;
2. Trabalho não-doméstico;
3. Trabalho não remunerado (voluntário);
4. Trabalho forçado ou escravo;
5. Trabalho assalariado ou à peça;
6. Actividades económicas marginais
7. Frequência escolar;
8. Inactividade e desemprego;

9. Recreação e lazer;
10. Actividades reprodutivas.

Não obstante a validade desta tipologia, a mesma não permite, com clara distinção, separar as actividades que pelas suas características possam ser tidas como aceitáveis ou não, pelo que a tipologia trazida à luz por Bouhdiba (1982), produziu, neste âmbito, progressos, combinando o contexto em que o trabalho ocorre (dentro ou fora do contexto familiar), com a entidade empregadora, permitindo uma tipologia de 8 tipos (Sarmiento, 2000):

- Trabalho realizado em família:
 - a. sem intermediário:
 - i. Agricultura familiar;
 - ii. Artesanato familiar;
 - b. com intermediário:
 - iii. Artesanato realizado à tarefa;
- Trabalho realizado fora da família:
 - a. sem intermediário:
 - iv. Trabalho realizado por conta própria;
 - b. com intermediário:
 - v. Trabalho assalariado realizado por conta de outrem;
 - vi. Trabalho sazonal na agricultura;
 - vii. Aprendizagem;
 - viii. Sweatshop System (trabalho intensivo em minas ou fábricas).

Se por um lado esta tipologia permite uma maior definição das actividades realizadas pelas crianças, ainda não cobre a totalidade das mesmas, nomeadamente no que concerne a todas aquelas de exploração extrema, como seja o caso do trabalho sexual, de natureza bélica ou escravo (Sarmiento, 2000)

Com a tipologia de Morrow (1994), as categorias apresentam um carácter mais vasto, e assentam em propostas que operam in loco, como a UNICEF. Neste contexto surge-nos (Sarmiento, 2000):

- Trabalho assalariado (a criança trabalha dentro de um espaço de tempo determinado, auferindo rendimentos por parte de pessoas exteriores ao núcleo da sua família);
- Actividades económicas marginais (de natureza precária e não regular);
- Trabalho não doméstico no quadro familiar (entidades empregadoras de natureza familiar agrícolas, industriais ou de serviços);
- Trabalho doméstico.

Não obstante as diferenças entre autores e correntes ideológicas, de uma forma geral, considera-se como aceitável as actividades que permitem a cada criança garantir a autonomia do seu desenvolvimento físico, psicológico e social, não contrariando ou impedindo o normal fruir dos seus direitos inatos. Como inaceitável, teremos que considerar todos os trabalhos que levam a uma exploração, de natureza diversa, do resultado obtido pelas crianças, em benefício estrito de um adulto (Sarmiento, 2000).

A inclusão da exploração económica das crianças como maus-tratos nem sempre se encontra devidamente valorizada, não obstante o defendido pela Convenção dos Direitos da Criança, a qual considera esta prática como uma grave violação das condições de vida (com prejuízo para o desenvolvimento biológico, psicológico e social, impedindo a realização de actividades de aprendizagem e lazer); e pelos trabalhos desenvolvidos por vários autores (e.g. Almeida et al., 1999).

Normalmente surge como uma patologia social, assente no facto de se ter constituído um consenso social alargado em torno da priorização da frequência escolar pelas crianças e da recusa do trabalho de menores, tendo-se assim contribuído, de forma significativa, para essa classificação (Meillassoux, 1996).

Apesar da exploração do trabalho infantil aparecer frequentemente referenciada como própria de países periféricos ou subdesenvolvidos, ela é uma realidade presente em praticamente todo o mundo, sendo especialmente propícia a áreas económicas menos sujeitas à regulação das relações de trabalho, menos permeáveis ao controlo das

instâncias de inspecção e mais permissivas face à utilização de mão-de-obra não qualificada e com baixa remuneração).

A UNICEF, no seu relatório de 2009, relativo à protecção infantil, estima que aproximadamente 150 milhões de crianças, com idades situadas entre os 5-14 anos, encontram-se sujeitas a situações de trabalho inadequado à sua faixa etária.

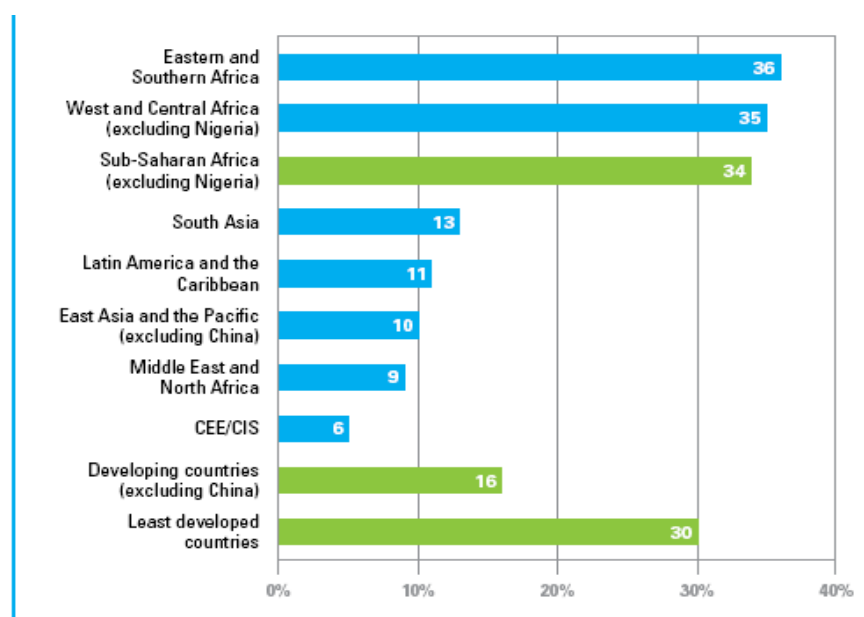


Figura 1: Percentagem de crianças, entre os 5-14 anos de idade, envolvidas no trabalho infantil (UNICEF, 2009)

Neste contexto, saliente-se a crescente quota de responsabilização a atribuir ao mundo ocidental, líder isolado da economia e aparente perfeição social, o qual mantém, com as suas políticas economicistas e de lucros desmedidos, os maiores e mais grotescos centros de exploração laboral infantil de que todos somos sabedores, em países como a Índia, a Tailândia ou o Vietname. Directamente relacionada com a subjugação económica destes países, surge toda uma forma de imperialismo de índole cultural, o qual parece apresentar, de maneira implícita, que as crianças do Primeiro Mundo são protegidas, alimentadas, libertas da pobreza, do abuso e da exploração, face às restantes (Sarmiento, 2000).

Para além de todos os compromissos futuros que a prática de uma actividade laboral pode provocar nas crianças, não poderemos esquecer que estas, devido à sua especificidade, são alvo fácil de diversos acidentes e doenças de trabalho quando em comparação com os adultos, perante iguais condições; por outro lado ainda não

conseguem perceber e ter consciência os prováveis perigos a que estão sujeitas no manuseamento do seu trabalho e dos próprios locais. Face a este quadro, um elevado número de crianças é alvo de todo o tipo de infortúnios, podendo atingir valores superiores a dois terços (UNICEF, 2009).

Através da realização de inquéritos no nosso território, verificou-se que um significativo número de crianças sofreu acidentes ou foi alvo de doenças relacionadas com o seu trabalho. Nos acidentes registado englobam-se: ferimentos, fracturas, amputações, perda da acuidade auditiva e visual, doenças do foro respiratório e digestivo, estados febris ou cefaleias. Destas, várias precisaram de assistência médica, outras faltaram, tendo certo número ficado incapacitado, de forma permanente, para o trabalho. De uma forma geral, os rapazes são mais alvo destas situações. No entanto, de acordo com o tipo de actividade realizada, existem situações nas quais as raparigas se tornam mais vulneráveis e vítimas de acidentes, do que os aqueles (OIT, 2005), fazendo desta problemática um fenómeno não circunscrito a um determinado sexo.

2.2.7 Corrupção

Se a utilização das crianças para exploração económica é algo que facilmente nos incomoda, a prostituição infantil surge como uma das suas mais degradantes aplicações, encontrando-se expressa em acções tão variadas como o oferecimento de favores sexuais explícitos (mais ou menos consentidos) até à participação em pornografia infantil (Drauker, 2000), a qual, ainda que punida pelas leis internacionais, encontra, actualmente e cada vez mais, grande porto de abrigo nesse verdadeiro manancial para a actividade ilícita representado pelos circuitos da Internet, sendo potencializada pela crescente crise económica que se abate sobre todos os países (Laparra, 2010).

O relatório sobre a população mundial do Fundo das Nações Unidas para a população, com publicação em 2003, calcula que o número de mulheres e crianças, que anualmente, são objecto de tráfico para o comércio do sexo e trabalhos de índole ilegal, os quais podem passar por comportamentos de natureza anti-sociais, particularmente de natureza agressiva (caso de roubos), varia consideravelmente, calculando-se entre 700 000 a 4 milhões. O grande grupo de potenciais vítimas tem a sua principal origem em países como a Moldávia, Roménia, Ucrânia, Federação Russa, Bulgária e Lituânia; bem como de outras partes do mundo como o Sudoeste Asiático, a África Subsariana e

Ocidental e a América Latina, sendo que estamos, usualmente, perante países desfavorecidos do ponto de vista económico em relação ao Ocidente.

Todos os anos, são vendidas cerca de 120 mil crianças da Europa Oriental na Europa Ocidental. Muitos dos menores traficados para a Alemanha, por exemplo, são explorados sexualmente e/ou forçados a exercer actividades criminosas, como roubar e vender droga -algumas cidades grandes deparam-se com miúdos especializados em roubar carteiras.

Raparigas de 13 e mais anos (sobretudo da Ásia e da Europa oriental) são traficadas como "noivas encomendadas por correio". Na maior parte dos casos, estas raparigas ficam enfraquecidas, isoladas, sendo vítimas perfeitas das maiores atrocidades e de todos os tipos de desvios sociais.

Com vista a combater este quadro, em 2002, o Conselho de Ministros da EU aprovou uma Decisão-Quadro relativa à luta contra o tráfico de seres humanos com base nas definições da ONU. Em 2004, foi adoptada uma Decisão-Quadro do Conselho relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, com base na Convenção da ONU sobre os direitos da Criança.

Contudo, atacar as verdadeiras causas, a longo prazo, implica combater o desemprego, a pobreza, a discriminação com base no sexo e na idade, factores que estão na base das mais variadas formas de corrupção. Estas práticas são facilitadas pela fraqueza ou mesmo ausência de mecanismos de assistência social à infância, triste realidade ainda presente em largo número de países, facto que alerta para a necessidade de desenvolver um mecanismo transnacional de protecção (não só nos países de origem, mas também naqueles mais apetecíveis pelos fomentadores destas acções), desenvolvendo-se assim uma política de cooperação transnacional no domínio da assistência social à infância (Reisen, 2004).

É essencial considerar a criança como um participante e não apenas como um objecto que não tem influência sobre si próprio. A observação de comportamentos específicos e de interações individuais permite compreender muitos aspectos do ambiente social em que as crianças se encontram.

2.2.8 Mendicidade

Quando lemos uma das obras mais populares de Charles Dickens, *Oliver Twist*, dificilmente podemos deixar de ser contagiados pelas descrições magníficas e pungentes das fantásticas aventuras vividas pelo principal herói, na Inglaterra Vitoriana.

Particularmente interessante para este trabalho, são os relatos da existência de redes criminais, espelhando situações de bolsas de marginalidade e corrupção (aspectos anteriormente abordados), bem como de mendicidade organizada.

Não obstante o espaço de tempo que nos separa desta obra substancial, das redes de apoio social (em grande parte do mundo) já nada terem de comum com as expressas na obra; algo continua bem actual, a saber a propagação da mendicidade infantil, a qual, naturalmente não poderá deixar de ser vista como mais uma tipologia de maus tratos infantis (Canha, 1986)

Esta situação pode ocorrer quer por vontade própria da criança, revelando toda a fragilidade das redes sociais de apoio e da protecção que destas é esperado (Ayala & Cantó, 2009) ou através da sua utilização por parte de terceiros (esporádica ou repetidamente).

Em ambos os casos as consequências para o normal desenvolvimento da criança são gravosas, já que esta é exposta a perigos vários, como seja o contacto com estranhos, o deambular pelas grandes metrópoles (sujeita aos mais variados acidentes de viação), bem como ao absentismo severo a nível escolar ou mesmo ao abandono total da actividade educativa.

Quando “amestradas” para a mendicidade, as crianças são instruídas a manifestarem comportamentos e atitudes cujo objectivo principal será o de gerar compaixão por parte dos transeuntes, sendo, em grande parte das vezes descuidada, de forma intencional, a sua higiene, aparência geral, ou continuadas maleitas físicas (caso de feridas). A exploração de deficiências e malformações, com fins financeiros, é também prática usual desta forma de mau trato.

O fluxo migratório entre os vários países, tem facilitado o proliferar destas situações, das quais o nosso país tem sido receptor, fazendo engrossar o número de

casos observáveis. Neste contexto, destaca-se os casos protagonizados pelos cidadãos oriundos da Roménia, os quais mantêm verdadeiras redes organizadas de tráfico de mulheres e crianças com o principal objectivo de promoverem a actividade da mendicidade. Funcionam como uma verdadeira *Máfia*, com regras e punições severas, e cujos líderes se podem situar a vários quilómetros dos locais de actuação. Para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), este é um crime diluído, em que muitas das vezes os seus actantes, na maioria crianças, são deixados em pontos estratégicos das grandes urbes (caso dos semáforos e terminais de transportes), regressando ao fim do dia à célula do seu chefe, ao qual é obrigada a entregar todos os proveitos da sua actividade diária, providenciando este o seu débil sustento (OIT, 2005).

2.2.9 Maus-tratos Pré-Natais

Quanto mais se aprofundam os conhecimentos relativos à temática dos maus tratos, mais tendemos a perceber o alcance e dimensão dos mesmos, os quais poderão ser extensíveis até a um período ainda há bem pouco tempo relativizado ou mesmo ignorado, a saber o espaço de tempo passado pela criança no ventre materno.

A questão se as mulheres grávidas deveriam ser legalmente responsabilizadas pelos seus actos voluntários, tais como fumar, uso de bebidas alcoólicas ou de estupefacientes é algo que tem gerado algum debate e está longe de adquirir consenso. Na base desta questão talvez esteja o facto de as pessoas não serem responsabilizadas por fazerem mal a elas mesmas, havendo dificuldades em avaliar que no caso particular destas mulheres, o ser que transportam encontra-se à sua responsabilidade, tanto ou mais como após o seu nascimento.

Se para alguns de nós será difícil lidar com situações nas quais as vítimas são de tenra idade e por isso alvo fácil da acção discriminada de terceiros e reduzida capacidade de alerta; que dizer dos actos ocorridos aquando da gestação pelas mais vulneráveis e silenciosas das vítimas?

Dentro desta tipologia de maus tratos, enquadram-se todas as actividades e características de estilo de vida, as quais, irão, de forma mais ou menos gravosa, de cariz transitório ou definitivo, prejudicar o desenvolvimento do feto e, em determinados casos, comprometer a vida futura da criança.

Neste contexto saliente-se, quer pelo número de casos quer pelos efeitos registados, o tabagismo durante a gravidez., o qual, de acordo com vários estudos e organizações, da americana NIDA (National Institute on Drug Abuse), acarreta compromissos sérios ao nível da criança e no desenvolvimento desta. Não se fala “apenas” de compromissos ao nível da função respiratória, diminuição do peso esperado e fragilidade física geral desses bebés, apresentando-se várias correlações entre a exposição pré-natal ao tabaco e o surgimento de comportamentos negativos na criança, os quais poderão passar por uma maior impulsividade, défices na fala e atitudes rebeldes.

De acordo com Brook (2000), após estudo realizado em 99 mães fumadoras e nos filhos destas, com idade de dois anos, foi possível concluir que das 52 inquiridas que responderam ter continuado a fumar durante o período de gestação, todas estas referiam observar um maior índice de comportamento negativos nas suas crianças, facto que permite especular parecer existir distúrbios nas funções neurofisiológicas do feto das mães fumadoras, os quais precipitam determinados comportamentos observados.

Para Cornelius (2000), existe um risco acrescido para as crianças expostas a esta forma de mau trato, a saber, a elevada taxa de probabilidade de virem elas mesmas a ser tabagistas. Assim, num estudo realizado pelo autor em crianças de 10 anos, as quais haviam sofrido de exposição pré-natal ao tabaco, conclui-se que estas apresentavam um índice de maior probabilidade de virem também elas a ser fumadoras, do que aquelas em que as mães eram fumadoras frequentes, mas que não fumavam aquando da gestação ou haviam interrompido esta prática. Desta forma, a experimentação precoce do tabaco, poderá ser algo, mais do que uma vulnerabilidade genética, o fruto de um efeito fisiológico, resultante da exposição pré-natal ao tabaco.

Igualmente estudados e comprovados, encontram-se os efeitos da ingestão de álcool durante a gestação, traduzindo-se num quadro de consequências conhecidas como *síndrome alcoólico fetal*. Uma forma mais suave desta situação é conhecida como *efeito alcoólico fetal*. Ambos os casos afectam todas as classes sociais e grupos raciais.

Os sintomas da primeira situação apresentada, incluem malformações ósseas, no coração ou outros órgãos; diminuição da acuidade visual e auditiva, débil coordenação e atrasos, de grandeza variável, ao nível mental. De um modo geral são bebés que

apresentam baixo peso, podendo crescer e desenvolver-se de um modo mais lento que o normal. O impacto físico é maior durante o primeiro trimestre, quando a formação dos órgãos e dos tecidos é mais intensa. As condicionantes de natureza emocional e os problemas comportamentais, são mais susceptíveis de ocorrerem aquando dos últimos três meses de gravidez, numa fase crucial de desenvolvimento cerebral (Gallardo, 1994).

Factores como a idade da mulher, a sua saúde física, dieta, a história de bebida, o stress e a combinação ou não de outras drogas, irão intensificar ou minimizar os efeitos sofridos.

O não acompanhamento médico durante o período da gravidez, com todas as consequências que desse acto poderão advir, revelando uma falta de cuidados em relação a um normal e adequado desenvolvimento do novo ser que está para nascer, surge como mais uma valência desta tipologia de maus tratos (Matos & Sá., sd), quiçá a mais silenciosa, mas, contudo, com uma” assinatura “ tristemente bem marcada .

2.2.10 Maus-tratos institucionais

No âmbito do mau trato institucional poderemos englobar as situações que tendem a ter lugar no seio das instituições que têm por finalidade o acolher de menores e dentro das quais, quer pela prática ou ausência de determinadas condutas, não exercem o que delas se esperava, no que concerne a diferentes princípios como seja a protecção, cuidados ou estimulação do desenvolvimento dos seus membros.

A orientação da institucionalização como forma de dar resposta às necessidades assistenciais da sociedade, é algo já de longa tradição, ligado, na sua fase mais inicial, à necessidade de protecção dos seus membros, primeiramente, portadores de deficiência (Carvalho, 2000). Esta dimensão tende a ser progressivamente alargada, abrangendo na sua alçada crianças abandonada e abusadas. Em paralelo com a necessária protecção cabe agora às instituições promover a função educativa, com vista ao seu desenvolvimento global (Carvalho, 2000).

Contudo, e contrariando tudo o que se pode esperar dum porto de abrigo, perspectiva que deverá ser inerente a toda e qualquer instituição, estas poderão traduzir-se em fontes de continuação de sofrimentos, podendo não ser capazes de garantir

sequer a sua função básica de protecção (quem poderá esquecer os recentes casos trazidos ao conhecimento público, no qual uma importante e secular célula institucional continha nas sua história recente práticas de pedofilia, violações e de lenocínio, dentro e fora dos seus limites?).

A par desta situação, o convívio nestas unidades poderá acarretar para a criança a criação de um sentimento de punição, já que esta estabelece um paralelo entre aqueles que transgridem os códigos legais da sociedade, sujeitos a instituições prisionais e ela mesma, privada que está do comum convívio social.

Progressivamente, ainda que de forma não intencional, a criança poderá ser vítima de estigmatização e discriminação social. Neste âmbito, a criança sobre a alçada da instituição é alvo de todo um conjunto de quadros sociais e de rotulagem por parte do exterior, as quais quando não controladas ou combatidas no núcleo de instituições sabedoras e conscientes desta realidade, poderão acarretar a própria auto-desvalorização e auto-descriminação dos indivíduos institucionalizados (Dias, 1998).

Numa sociedade em fluxo de mutação, e a qual se deseja alerta, assiste-se à tomada de consciência de novas fontes de consumação da realidade dos maus tratos, descortinando-se conceitos e alertando para situações.

Atentemos em algumas destas conceptualizações e nas suas características.

2.3 “Bullying”: Violência entre pares em contexto escolar

Que as crianças sejam vítimas de maus tratos por parte de adultos, mais ou menos próximos, os quais deveriam funcionar como fontes de protecção e facultadoras de plataformas de saudável desenvolvimento, é algo que, maioritariamente, a todos repugna; contudo que esses mesmos actos sejam uma realidade no espaço escola ou em locais a esta associados, perpetrados pelos seus pares, é de facto preocupante, e que, particularmente, enquanto docente, me angustia.

O *bullying* escolar, ou violência entre pares, é um fenómeno tão antigo quanto prejudicial, que pode deixar marcas profundas na vida dos alunos. Apesar de os educadores terem consciência da problemática existente entre agressor e vítima, poucos

esforços foram despendidos para o seu estudo sistemático até princípios dos anos setenta.

A terminologia desta forma de abuso nem sempre for geral (Pereira, 2002), sendo conhecida, inicialmente, em territórios do Norte da Europa como *mobbing*, em Itália como *prepotência*, ou *intimidación* em Espanha. No nosso país ainda não foi criada uma forma de tradução comumente aceite, preferindo-se a forma de natureza anglo-saxónica.

Um das principais dificuldades para a tradução consensual do conceito, prende-se, principalmente, pela dificuldade dos autores em estabelecer uma base comum quanto à sua operacionalização, nomeadamente no que respeita aos comportamentos abrangidos (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001).

Para Olweus (1993), o *bullying* escolar, é um novo conceito, sobre uma velha realidade, de maltrato e de intimidação entre pares. Esta surge-nos como uma tipologia de violência que encerra em si contornos de natureza psicológica (caso das situações de insulto, as alcunhas cruéis e a gozação constante), as ameaças (as quais têm lugar, preferencialmente, no recreio escolar e ao sair da escola), e a exclusão; em conjunto com toda uma panóplia de diferentes formas de violência física.

Segundo Fante (2001), o *bullying* não pode ser entendido como algo normal, inerente a qualquer criança, às suas brincadeiras ou tentativas de socialização, sendo algo de extrema violência, que ocorre em todos os espaços escolares, do qual resulta sofrimento para as suas vítimas.

Na opinião de Pereira (2002), para além de todos os aspectos referenciados nas definições anteriores, a *bullying* encerra em si todo um quadro de intencionalidade, quanto ao desejo claro de magoar, prejudicar alguém, que é escolhida como vítima, sendo uma escalada sempre em ritmo ascendente quanto ao grau de agressividade e ao perpetuar da mesma.

Para a ocorrência de situações *bullying* surge como necessário dois elementos fundamentais, a saber, o alvo da acção, vulgo vítima e o operador da mesma (agressor).

Quanto às características dos elementos desta dicotomia, os estudos parecem referir que aos rapazes apresentam uma maior predisposição para a participação em actos de natureza violenta, já que a própria sociedade espera destes um comportamento mais interventivo (Costa, 2003).

Neste contexto, os rapazes são mais facilmente alvo daquilo que os estudiosos denominam de *bullying* directo (agressões de natureza física), sendo as raparigas mais susceptíveis às formas de *bullying indirecto*, do qual faz parte atitudes não menos ofensivas, como sejam os insultos, as ofensas verbais, os falsos testemunhos, a colocação de dados falsos em meios de comunicação... (Olweus, 1993). As raparigas demonstram assim predilecção pelas diferentes nuances de violência de natureza psicológica.

As vítimas desta tipologia, surgem, quando comparadas com os restantes colegas, mais inseguras, com choro fácil, revelando baixa auto-estima. Para Olweus (1993), as vítimas poderão ser divididas em *passivas* ou também designadas de *submissas* e *provocadoras*. Se às primeiras é facilmente atribuídas características como a insegurança e a ansiedade, às segundas assiste toda uma miscelânea de reacções, as quais vão desde a ansiedade, a forte irritabilidade e agressividade.

Normalmente, a vítima é mais fraca fisicamente e mais nova que o seu agressor podendo apresentar algum *handicap* (Ramirez, 2001).

Para além destas características de índole individual, certos estudos comparam as mesmas com determinadas características das famílias em que as vítimas se inserem, chamando a atenção que tende a ter progenitores de natureza pouco sensível e muito controladores dos seus actos (Santrock, 2004).

No que concerne às características dos agressores estes tendem a ter uma imagem exacerbada de si mesmos, tendo necessidade de dominar as suas vítimas, por quem revelam pouco interesse ou piedade (Olweus, 1993). Normalmente possuem mais idade que as suas vítimas, apresentam baixo rendimento escolar, sendo muitas vezes alvo de retenções, ainda que por vezes surjam como líderes no seu grupo de turma (Ramirez, 2001). Provém de famílias onde não é usual manifestações de carinho e, por norma, permissivas, sendo a agressividade a forma primordial de comunicação (Carvalhosa, Lima & Matos, 2001).

Algumas informações e relatos extraídos de jornais ou de estudos realizados podem anunciar a extensão e magnitude do problema. Tornou-se quase rotineiro nos nossos dias assistir, através dos meios de comunicação social a este tipo de situações, as quais se no caso particular de Portugal, ainda não atingem a severidade de realidades como a dos Estados Unidos da América (quem poderá esquecer casos como o do liceu de Columbine, no Colorado, no qual dois estudantes, munidos de arsenal pesado provocaram a morte a doze dos seus colegas?), não poderão ser ignoradas, já que, na maioria dos casos estamos perante realidades caracterizadas por sofrimento repetido e muito penoso.

De forma a descortinar algumas respostas sobre o tema, ao nível da realidade nacional, e comparando a mesma com os dados de outros estudos, foi realizado uma investigação (Matos & Carvalhosa, 2001) baseado em inquéritos a 6903 alunos de escolas escolhidas de forma aleatória. Os inquiridos tinham idades de 11, 13 e 16 anos, tendo sido analisada a violência entre as vítimas, os seus provocadores (incentivo às diferentes formas de insulto e gozação perpetradas por alunos mais velhos e fisicamente mais fortes) e outros (em simultâneo possíveis vítimas e provocadores).

Os resultados obtidos focam aspectos já adquiridos noutras realidades e de acordo com a literatura sobre a matéria (Olweaus, 1993).

Desta forma, parece existir uma ligação entre os jovens provocadores de violência e os hábitos de consumo de tabaco, álcool e mesmo de embriaguez. A comunicação com as figuras parentais é difícil, existindo predominância de elementos de família estruturalmente instáveis. O excesso de horas passadas frente ao televisor, com especial “apetite” por emissões de carácter agressivo é também de registar como factor possivelmente desencadeador destas acções (Matos & Carvalhosa, 2001).

No que concerne às vítimas desses actos são maioritariamente masculinas, demonstrando uma baixa auto-estima, fomentada pela pouca simpatia e préstimo, bem como pela rejeição por parte dos colegas de turma, a dificuldade em obter novas amizades e a ausência quase total de amigos íntimos.

Alvo de reflexão parece ser o resultado obtido aquando da investigação da imagem que ambos os grupos, vítimas e agressores possuem dos professores. Assim, ambos consideram que estes não os encorajam a expressar os seus pontos de vista, não

os tratam com justiça, não os ajudam quando eles precisam e não se interessam por eles enquanto pessoas.

Os comportamentos violentos na escola possuem sempre a intenção de magoar a vítima, quer física quer psicologicamente, podendo ser determinados de fora para dentro (como é possível observar nos bairros de baixas condições sócio-económicas, caracterizados por situações de precariedade e pela toxicodependência), podem resultar de violência contra a escola (em que os chamados “alunos problema” assumem um verdadeiro desafio face à ordem e à hierarquia escolares, destruindo material e impondo um clima de desrespeito permanente); ou são simplesmente comportamentos violentos na escola (os quais têm lugar quando instituição, não consegue construir em si mesma, espaços e situações que permitam a construção de um clima harmonioso e pacífico, como deve ser seu apanágio).

Neste contexto, mais do que falarmos em problemas de violência escolar, relacionados exclusivamente com determinadas atitudes agressivas de certos alunos, há que considerar o papel decisivo da cultura de escola, das atitudes e das normas sociais que legitimam a existência de determinado problema, no núcleo dos grupos escolares (Almeida, 2000).

Pela variada tipologia de maus tratos existentes, a qual, como observamos não possui características estáticas e fechadas, podendo, em qualquer altura assumir novas modalidades, de acordo com o aprofundamento cognitivo e experimental deste tema. É claramente exemplo desta prerrogativa, o surgimento de formas tão devastadoras de provocar dano, sofrimento, logo mau trato, como é o caso do fenómeno de *cyberbullying*.

2.4 Cyberbullying: uma nova arma para agressores

Ainda que não exclusivo da faixa etária a que se dedica o nosso trabalho, dos três aos doze anos, mas pela incursão que o mesmo faz no grupo que podemos classificar como pré-adolescentes, não poderemos ignorar esta nova forma de ataque, principalmente por esta ter o seu campo de acção nas novas tecnologias, as quais são de cada vez mais fácil e precoce acesso (basta lembrar a institucionalização do projecto do governo português, com a realização do Programa e-escolinhas, materializado no computador portátil

Magalhães, distribuído, de forma quase gratuita a todas as crianças com idades dos 6 aos 10 anos) e do completo domínio por parte das novas gerações, das tecnologias de informação e comunicação (vulgo TIC).

Nesta forma de violência, a mesma caracteriza-se por ser operada por um grupo ou indivíduo, utilizando tecnologias electrónicas, como sejam telemóveis e/ou computadores como forma de enviar mensagens, imagens ou informações, maldosas, obscenas ou cruéis sobre a sua vítima (Manson, 2008).

Ao invés do *bullying*, o qual acontece, preferencialmente no espaço escolar, o *cyberbullying* não tem limites territoriais, continuando a vítima, a sofrer com o envio de material.

Contudo, não é só a não existência de barreiras que distinguem esta nova forma de agressão, já que esta também se distingue por (Li, 2008):

- Surge como invisível e propensa ao anonimato, já que o agressor não confronta fisicamente a vítima, criando nele uma perigosa sensação de impunidade;
- O público das agressões perpetradas pelo ofensor é incalculável;
- Não existem fronteiras territoriais, nem o próprio lar é um ambiente seguro;
- É duradouro pois permite o armazenamento das diferentes formas de agressão, a sua gravação e preservação;
- É rápido e cómodo pois não necessita de qualquer esforço físico para ser efectuado e disseminado;
- Quebra-se a tradicional necessidade de superioridade física do agressor;
- Dada a necessidade de dominar, pelo menos de forma razoável, as novas tecnologias, estamos perante agressores que, por norma, possuem índices aceitáveis de resultados escolares e até de boa convivência com os seus docentes.

2.5 Os Maus-tratos no Seio da Família e a Exposição à Violência Doméstica

O conceito de família deverá ser entendido pela maior parte das pessoas como um lugar caracterizado antes de qualquer aspecto, pelo amor, o afecto, no qual seja

possível a criação do eu, a partilha de experiências e valores básicos ao ser humano, aceites no respeito entre as várias gerações que compõe a mesma.

Actualmente, segundo Patterson, mais do que encararmos a família como um grupo de natureza distinta formado por uma mãe e um pai (cuja principal função consiste na educação da criança), há que entendermos essa importante realidade de forma mais ampla, formada por um determinado grupo de elementos, os quais vivem juntos ou em grande proximidade, os quais prestam entre si cuidados e orientam os membros que lhes são dependentes.

Neste âmbito, Azevedo e Maia (2006) argumentam que é através da família que a criança irá consolidar a imagem de si mesma, com base na observação das atitudes dos seus progenitores em relação aos seus comportamentos e aos dos demais elementos.

Para Alarcão (2002), a família experiencia contacto constante com duas formas de *pressão*, a saber de índole *interna*, relacionada com a evolução dos diferentes elementos da mesma, e a de natureza *externa*, referente à exigência de adequação dos respectivos elementos às distintas instituições sociais a que estes pertencem e mantém ligações.

Graças à *plasticidade estrutural* inerente à célula familiar (Azevedo & Maia, 2006), esta tem a faculdade de adequar de forma sustentável e equilibrada, sempre que tenham lugar alterações na sua estrutura, nunca perdendo a sua estruturação inicial. No entanto, certas famílias podem não ser tão hábeis, não conseguindo uma eficaz adaptação face a determinadas alterações, situação que degenerará em crises, desestruturação familiar e possível ocorrência de actos de maus-tratos.

O núcleo familiar é, muitas vezes, palco privilegiado de certas tensões, as quais podem incluir quadros de separação dos progenitores, pobreza, alcoolismo, desemprego ou situações de habitação precária (Aramburo, 2010).

Para Magalhães (2004), a violência com origem no seio da família é a que pode acarretar consequências mais graves e permanentes para a criança, já que ao existirem condições para perpetração de maus-tratos entre pais e filhos, ocorre uma quebra no sentimento de confiança, uma falha na segurança tida como certa pelo menor, o que acarreta sérios prejuízos no que concerne ao desenvolvimento geral deste. Esta

violência doméstica consegue transformar qualquer lar num centro gerador de perigo, o qual faculta à criança um ambiente de medo e confusão (Machado e Gonçalves, 2002).

Outro importante elemento a ter em conta consiste na exposição das crianças a situações de violência doméstica, subsistindo durante largo período de tempo, a ideia errada de que, por alguma forma, estas podiam sair incólumes a essa confrontação, não existindo uma consequência desta, desde que a criança não fosse a vítima directa da mesma (Jordan, 1997).

Quando falamos em violência doméstica deveremos ter presente que este é um fenómeno que tem lugar em todos os grupos etários, raças, níveis socioeconómicos, culturais e religiosos, tendo como espaço de actuação contextos de relacionamento íntimos (Baker et al., 2002).

A sua realização tem lugar como objectivo de intimidar, provocar humilhação ou medo nas vítimas, de forma sistemática e continuada, com vista à manutenção de um quadro de controlo e poder sobre estas.

As acções desenvolvidas pelo abusador podem ser de natureza variada, tais como de ordem física, psicológica, emocional, bem como económicas, envolvendo, na grande maioria dos casos, a utilização das crianças.

Com vista a uma melhor clarificação e sistematização da problemática da violência doméstica, Baker et al (2002), apresenta-nos o que podemos denominar como *roda do poder e controlo*.



Figura 2: Violência Doméstica: *Roda do poder e controlo*

Sempre que uma criança seja forçada a assistir, a ouvir ou tão simplesmente ser conhecedor de actos de violência perpetrados sobre o seu pai ou a sua mãe, haverá nesta impactos e consequências muito gravosas, quer de natureza emocional, quer comportamental.

Neste âmbito, para Osofsky et al. (2000), as crianças revelam reacções de natureza traumática, associadas ao quadro de stress em que vivem. Estas podem caracterizar-se por situações de pânico, alterações no sono e/ ou medo constante.

Estes menores encontram-se ainda em maior risco de desenvolverem sentimentos de “insensibilidade” face à violência, procurando imitar e desenvolver as atitudes do agressor, revelando uma poderosa ambivalência perante o progenitor que desenvolve a violência, a saber, a coexistência de um sentimento de afectividade em paralelo com o desapontamento (Baker et al., 2002).

Para além destas consequências, os menores podem ainda ser utilizados pelo agressor como instrumento de controlo das suas vítimas, através de uma série de acções tais como (Schechter et al., 1995):

- Tornar reféns ou raptar os filhos (com vista a punir a vítima adulta ou alcançar uma condescendência);
- Referir que o comportamento da criança é a causa das agressões desenvolvidas;
- Realizar ameaças de execução de actos violentos sobre os filhos e sobre aquilo ou aqueles que estes gostam (ex: animais de estimação);
- Relatar à criança factos negativos e muitas das vezes fantasiosos, relativamente ao progenitor que se encontra a ser abusado.

Dependentemente da idade da criança face à exposição a contextos de violência doméstica, Baker et al. (2002), defende que os mesmos produzem sobre esta diferentes impactos:

Etapa do desenvolvimento da criança	Aspectos do desenvolvimento	Impacto da Violência Doméstica
Do nascimento até à fase do gatinhar/marcha.	Retém informações relativas ao meio que as envolve, com base nos seus sentidos.	Sons e imagens fortes, em resultado da violência, podem ser tidas como perturbantes.
	Criam ligações de natureza segura.	Os progenitores dificilmente podem dar resposta às necessidades afectivas, emocionais e por vezes físicas dos seus filhos, dado o clima de instabilidade vivida no seio da família.
	Começam a explorar, de forma activa, o seu mundo, aprendendo com base na imitação	O clima de medo que as envolve, inibe o seu espírito de descoberta e a visualização constante da agressividade, poderá moldar as suas aprendizagens.

Fase Pré-escolar	A criança aprende a exteriorizar, apropriadamente, sentimentos como a agressão e a raiva.	Exprimem, de forma irregular, a raiva e a agressão.
	O seu pensamento é de natureza egocêntrica.	A criança pode considerar a violência como um fenómeno decorrente da sua acção.
	Atribuem papéis aos sexos.	As mensagens sociais captadas levam à aprendizagem dos papéis com associação à violência e a fenómenos de vitimização.
	Desenvolvimento da autonomia física	A instabilidade vivida na esfera familiar poderá provocar atrasos ou retrocessos no seu processo de independência.
Fase escolar (6-11 anos)	Desenvolvimento da consciência emotiva de si e dos que o rodeiam.	Consciencialização mais intensa das suas reacções aos fenómenos de violência e da consequência desta.
	Realização de julgamentos face ao bem e ao mal, à necessidade de justiça e de intenção na realização das acções.	Maior susceptibilidade em adoptar princípios justificativos da violência (por ex: a vítima era merecedora da agressão, ingerir álcool provoca acções violentas...)
	O sucesso a nível escolar e social gera consequências no auto-conceito.	O impacto da violência pode diminuir a capacidade para adquirir conhecimentos (por ex: devido à distração), bem como levar à selecção e fixação exclusiva de conceitos de natureza negativa.
	Mais intensa identificação com os pares pertencentes ao mesmo sexo.	A aprendizagem relativa aos papéis de cada género, pode ser influenciada pela violência familiar (mulheres \Rightarrow vítimas <i>versus</i> homens \Rightarrow agressores)

Quadro 6: A violência Doméstica: potencial impacto ao longo de diferentes etapas de desenvolvimento

Neste contexto, e não obstante a diversidade de impactos sobre a criança que a exposição à violência familiar acarreta, existem autores que questionam se esta deverá

ser tida como uma forma de maus-tratos (Edleson, 2000), sendo nesta indefinição possível encontrarmos quer elementos benéficos, quer prejuízos (Kerig e Fedorowicz, 1999).

Assim, uma das principais vantagens residirá, certamente, no facto de quanto mais atenção esta problemática merecer, mais serão as leis geradas para as crianças que se encontram a vivenciar essas situações. É desse caso exemplo a acção desenvolvida em países como os Estados Unidos da América, no qual foi criado todo um sistema de protecção aos menores expostos a situações de violência familiar (Edleson, 2000).

Por outro lado, pode ser tido como negativo a inclusão deste fenómeno nesta temática, especialmente para quem se dedica ao estudo do mesmo com a preocupação em diferenciar os efeitos decorrentes de um testemunho, daqueles que são produzidos pela vitimização directa sobre a criança, podendo criar alguma confusão sobre estas duas variáveis (Kerig e Fedorowicz, 1999).

Contudo, mais do que uma questão de terminologia, relativamente a aferir se estamos perante casos de *crianças maltratadas* ou *crianças expostas a situações de maus-tratos*, interessa efectuar, acima de tudo, uma avaliação cuidadosa do potencial de risco, com vista a proporcionar respostas adequadas (Sani, 2004).

Se há dúvida que não subsiste em toda esta temática, é que estamos perante ocorrências que têm como palco famílias que perderam a sua estruturação e não são mais *porto de abrigo seguro* para os seus entes mais frágeis.

De forma a possibilitar uma maior compreensão das várias categorias de maus-tratos apresentadas, procederemos à apresentação de um quadro síntese das mesmas.

Tipologia	Definição
Maus-tratos Físicos	Toda e qualquer tipo de acção, de carácter não accidental, perpetrada por parte dos progenitores ou por parte de quem tem responsabilidade, confiança ou poder sobre a criança, provocando nesta danos de natureza física.
Maus-tratos psicológicos	Acção realizada de forma intencional, na qual a criança é confrontada com pressão de natureza psicológica, onde se assiste a uma ausência ou falta de adequação de estratégias afectivas. Pode-se caracterizar por actos tais como: críticas, abandono temporário, ameaça, humilhações...
Negligência Física e Psicológica	Omissão regular, realizada pelo(s) cuidador(es) do menor, em relação à satisfação das necessidades, nomeadamente básicas, deste, respeitante a aspectos como a saúde, a alimentação, educação, afecto ou estimulação. Pode surgir de forma voluntária (sempre que seja efectuada com objectivos prévios de danos) ou de carácter involuntário (como resultado da incapacidade do(s) cuidador(es)).
Maus-tratos Sexuais	Relação baseada em práticas sexuais estabelecidas com um menor, o qual, dada a sua faixa etária, não permite a este o seu consentimento de forma informada, facto que viola a lei e coloca toda a gratificação dos actos praticados na pessoa perpetradora do acto. Pode ocorrer em contextos internos ou externos à célula familiar e ser de carácter único ou recorrente.
Síndrome de Münchausen por procuração	Efectivação de práticas sobre a criança com vista à criação de falsos quadros clínicos ou à agudização de sintomas, provocando na criança práticas hospitalares desnecessárias, invasivas e sofrimento potencialmente danoso.
Exploração laboral	Toda e qualquer situação na qual o menor é forçado a efectuar acções laborais, as quais vão muito além das suas capacidades físicas, podendo neste provocar consequências imediatas (ex: abandono escolar) e/ou futuras (danos no seu crescimento, lesões...)

Tipologia	Definição
Corrupção	Práticas desencadeadas por adultos com vista à realização de condutas por parte dos menores, provocando nestes acções de índole anti-social e de desvio da norma, potencializando situações geradoras de agressividade, crime, tráfico de estupefacientes ou sexo.
Mendicidade	A criança é utilizada, de forma esporádica ou regular, em actividades que visem a angariação de dinheiro através da criação de sentimentos de piedade em terceiros.
Maus-tratos Pré-Natais	Qualquer situação, evitável (consumo de álcool e/ou de estupefacientes, tabaco, ausência de vigilância médica...) gerada pela mulher, durante o período de gravidez, a qual provocará consequências negativas na formação do seu bebé e na vida futura do mesmo.
Maus-tratos institucionais	Toda e qualquer ocorrência a ter lugar nas instituições que acolhem os menores, a qual, por omissão ou acção, não permite o respeito dos direitos elementares relativos à protecção estímulo ou cuidado dos seus elementos.
(Entre pares)	Definição
Bullying	Conjunto de comportamentos de natureza agressiva, repetitiva e intencional, operada por um ou mais alunos, contra outrem. Operacionaliza-se através de actos como os apelidos cruéis, as humilhações, as piadas, comentários insultuosos, as agressões físicas e demais situações abusivas e atentatórias da dignidade humana.
Cyberbullying	Acto realizado por uma criança ou adolescente, com base nas novas tecnologias da informação, com vista à humilhação, à ameaça ou um outro qualquer desejo nefasto, tendo como alvo um seu par.
(Vitimização externa)	Definição
Exposição à Violência Doméstica	Acção decorrente da audição e /ou visualização por parte da crianças, da perpetração de actos de violência cometidos no seio da sua célula familiar (normalmente de um progenitores sobre o outro).

Quadro 7: Síntese das tipologias de Maus-tratos

2.6 Factores Relacionados com os Maus-tratos da Criança

Na opinião de Tavares (2003), todos os espaços de vivência social são potencializadores de situações de mau trato, contudo é na célula familiar, pelos mais diversos motivos, que eles mais tomam forma.

Visando compreender a problemática e elementos que se encontram associados às situações de maus-tratos nas crianças, Germain (1988) apresenta-nos três abordagens relativas a esta realidade, a saber, os factores relativos ao abusador da criança ou jovem; factores relativos à família; bem como os que envolvem o contexto da comunidade e da cultura.

Assim sendo, no que diz respeito ao primeiro aspecto, o estudo efectuado tende a revelar ser este um grupo de características heterogéneas; embora algumas investigações tenham encontrado diferenças no funcionamento da personalidade dos abusadores em comparação com os não abusadores (Gaines et al., 1978; Milner & Wimberly, 1980; Spinetta, 1978, in Germain, 1988); existindo mesmo estudos em que se demonstra características de personalidade explícitas, tais como problemas de autoritarismo e poder, auto-estima baixa, emoções depressivas, relações não empáticas ou necessidade de dependência (Smith, 1984 in Germain, 1988).

Se para alguns investigadores os traços de personalidade são o ponto central da sua investigação, outros debruçam-se nas características cognitivas.

Neste contexto, os abusadores tendem a possuir expectativas mais altas e anormais em relação às crianças, dos seus comportamentos (por ex: vêem o comportamento como um problema, enquanto os outros o vêem com aceitável, ou fazem atribuições internas e estáveis de mau comportamento), bem como uma falta de consciência das necessidades destas (Larsen & Twentyman, 1983; Mash et al., 1983; Spinetta & Rigler, 1972; Steele & Pollock, 1968; in Germain, 1988).

Os pais que cometem maus-tratos, podem não ser capazes de reconhecer evoluções positivas no comportamento das suas crianças e como consequência não se tornam capazes de alterar os seus actos punitivos.

Os estudos apresentados partem do princípio da existência de uma deficiência de carácter ou de personalidade nos abusadores, a qual leva à prática de maus-tratos (Bell & Harper, 1977; Egeland & Sroufe, 1981; in Germain, 1988). Os avanços dos factores ecológicos são secundários aos factores comportamentais, motivacionais, afectivos, cognitivos e individuais.

Esta linha de investigação tem sofrido algumas críticas dado dois aspectos essenciais. Assim, ainda que os estudos tenham revelado certas diferenças com algum valor, os resultados revelam que somente 5% dos abusadores mostram sinais de desordens observáveis de natureza significativa (Friedman et al., 1981; Kempe, 1973; Spinetta & Rigler, 1972; Starr, 1979; in Germain, 1988).

Por outro lado, enfatizando esta investigação o aspecto individual, tende a ignorar o importante papel representado pela família e a comunidade (Garbarino, 1982; Ross & Zigler, 1980; cit in Germain, 1988).

Desta forma, muitos autores vêem o mau trato como estreitamente relacionado com factores ligados à família, como resultado de uma disfunção que ocorre no seio desta (Germain, 1988), como numa interacção entre o nível de competência parental e as exigências de uma dada situação.

Autores como Belsky (1984; cit in Germain, 1988), centram-se na interacção entre as fontes psicológicas pessoais dos pais, as características da criança, e as fontes contextuais de stress e apoio.

Os pais sem grande capacidade para lidar com as características desenvolvimentais associadas à criança ou adolescente, podem fazer experiência de um stress maior do que aquele vivido pelos pais eficientes. Ao contrário destes, costumam ser pessoas que apresentam dificuldades no que respeita a sua interacção com o meio social e com os restantes adultos (Sanmartín, 2005).

Para Moreira (2007), os cuidadores que cometem agressões tendem a demonstra uma débil capacidade em resistir perante qualquer frustração, facto que os leva a uma diminuta auto-estima, a impulsividades e a diferentes formas de toxicodpendência.

Outras investigações têm-se centrado sobre a influência do comportamento da criança relativamente ao comportamento dos adultos.

Embora existam estudos que não encontrem diferenças no comportamento de crianças abusadas e não abusadas, outros existem que evidenciaram que as primeiras eram mais disruptivas que aquelas crianças com famílias sem problemas de abuso (Minayo, 2001).

Deve-se ter em consideração que alguns autores têm diferenciado pais abusadores de pais negligentes, sugerindo que os comportamentos específicos das crianças sejam contributos importantes para o comportamento parental nas famílias abusivas e não o sejam nas famílias de características negligentes.

Por outro lado, os pais ditos negligentes tendem a lidar de forma inadequada com as situações, falhando ao não assumir as suas responsabilidades básicas e em conhecer as suas próprias necessidades emocionais (Germain, 1988).

Apesar dos pais negligentes interagirem de forma menos frequente com a sua família, que os pais abusadores, os dois grupos não diferem com respeito ao seu conhecimento de como cuidar de crianças, bem como na versão das suas interações, sendo altamente prevalente em ambos os grupos (Germain, 1988).

Para além dos factores psicológicos dos pais, fontes de stress têm sido identificadas e relacionadas com a realidade do abuso, a saber: características de famílias confusas (ou onde existe uma grande dependência sobre as relações familiares, bem como pouco apoio na família), a presença de problemas múltiplos sem acompanhamento de competências para lidar com esses problemas; indivíduos que estão livres das responsabilidades familiares; poder centrado somente num adulto (normalmente o homem); bem como o stress conjugal (Emery, 1982; Straus, 1980 in Germain, 1988).

Às vezes parece ser uma escala de poder e coerção e /ou técnicas disciplinares inapropriadas (contingências e consistências ineficazes) que resultam em prejuízo para a criança. Wolfe (1985, in Germain, 1988), concluiu que as mães abusivas e os seus descendentes parecem interagir de um modo que mantém, de forma activa, o comportamento aversivo.

Os factores externos à família, os quais aumentam o stress familiar, também contribuem para a incidência dos maus-tratos. Dentro destes, engloba-se a pobreza, desemprego (Gelles & Straus, 1979; Straus, 1980 in Germain, 1988), bem como salários diminutos ou horários de trabalho excessivos, e mudanças de residência (Justice & Duncan, 1976 in Germain, 1988).

A pobreza surge como um importante factor a ter em conta, sendo as formas de abuso físico e de negligência mais recorrentes em famílias que enfrentam condições económicas adversas (Minayo, 2001).

Apesar destes aspectos, alguns investigadores (Gaines et al., 1978; Starr, 1982; in Germain, 1988) sugerem que os abusadores podem não estar em maior desvantagem que os não abusadores, contudo algumas das situações vividas são interpretadas como mais negativas e debilitadoras pelos primeiros, os quais, mesmo quando existem apoios sociais à disposição destes, tendem a não fazer uso dos mesmos, caindo assim numa situação de completo abandono social (Garbarino, 1976, 1982 in Germain, 1988).

Neste contexto, os maus-tratos podem não ser o fruto de uma desordem psicológica ou de um ambiente excessivamente envolto em stress, mas de uma interacção do funcionamento psicológico e competências para lidar com os acontecimentos de vida geradores de stress.

No que diz respeito à última tipologia de factores, relativos ao contexto da comunidade e da cultura, se autores como Garbarino (Garbarino & Vondra, in Germain, 1988), tendem a identificar o isolamento social dentro da comunidade e o stress económico como estando directamente envolvidos no mau trato; um outro grupo de estudo centra-se sobre aspectos mais difusos da cultura, tentando primordialmente catalogar factores que levam a um maior número de indivíduos em risco de praticarem maus tratos.

Desta forma, alguns dos factores culturais e da comunidade a ter em conta são:

- Desrespeito institucional pela cultura, estilos de vida, linguagem e estilo cognitivo das minorias (Jones & Jones, 1983 in Germain, 1988).

- Adesão cultural da violência doméstica e punição corporal, numa perspectiva errónea de fortalecer o carácter e promover a aprendizagem (Hyman, 1983 in Germain, 1988).
- Socialização dos homens para verem o sexo exclusivamente como uma gratificação, para procurar companheiros inferiores em tamanho e idade, para serem totalmente dominantes perante o outro (Finklehor, 1979, 1984 in Germain, 1988).

Nesta linha de pensamento, sistemas económico-políticos baseados na desigualdade (como seja o caso de situações de escravidão, imperialismo ou totalitarismo), tendem a produzir grande número de população com necessidades desenvolvimentais inadequadas, as quais produzem um acréscimo de situações de mau trato (Gil, 1971 in Germain, 1988). Nestes sistemas, as crianças tendem a ser entendidas como propriedade parental, não possuindo direitos tidos como fundamentais. Estas condições criam um largo número de famílias as quais revelam altos níveis de stress, onde os seus elementos aprendem a utilizar a violência como escape para lidar com as diversas situações.

De acordo com a revisão bibliográfica efectuada por Musitu, Catelló, Garcia e Garcia (1987), também estes autores puderam constatar que existe um grande número de factores associados com o mau trato infantil, os quais foram por eles sintetizados em quatro categorias:

1. Factores de interacção familiar, os quais englobam variáveis como a disciplina familiar, atitudes dos pais e da criança, as quais surgem em maior ou menor escala como responsáveis do desenvolvimento cognitivo e emocional da criança (Russeel, 1974; Gath, 1978; Lewis & Coates, 1980; Musitu et al., 1985 in Musitu et al., 1987);
2. Factores pessoais e comportamentais da criança como desencadeadores ou facilitadores do mau tratamos (Fontana, 1971; Green, 1974 in Musitu et al., 1987);
3. Factores sociais, tais com, baixo estatuto social, nível de estudos, profissão, desempregam etc (Gil, 1971; Garbarino, 1976; Escarti & Musitu, 1986 in Musitu et al., 1987);
4. Factores pessoais e comportamentais dos pais biológicos, nos quais se incluem aspectos psicopatológicos (Gelles, 1973 in Musitu et al., 1987); a falta de capacidade pessoal para controlar a agressão, frustração e hostilidade (Gil, 1974 in Musitu et al.,

1987); bem como a falta de repertório social e perante os acontecimentos irritantes e menos satisfatórios.

Nesta linha, o abuso da criança envolve uma combinação de factores psicológicos e sociológicos, os quais englobam atitudes da criança, características psicológicas dos membros da família e condições sociais, as quais produzem influências negativas no comportamento dos indivíduos (Musitu et al., 1987).

A relação entre as variáveis ecológicas e o abuso de crianças encontra-se bem espelhado no trabalho realizado por Garbarino, o qual demonstrou que as características do abuso variam com o nível de pobreza e disponibilidade ou possibilidade de apoio social (Garbarino, 1990).

Dentro desta linha, as investigações realizadas por Steinberg, Catalano & Dooley (1981), parecem corroborar que situações de mudança económica disruptiva, encontram-se relacionados com situações de abuso, as quais, durante a pesquisa efectuada num período de trinta meses, eram antecedidas por períodos de altas percentagens de perda de emprego (Steinberg, Catalano & Dooley 1981 in Musitsu, Catelló, Garcia & Garcia, 1987).

Considerando o funcionamento da família desde uma perspectiva mais ampla, as influências das redes sociais sobre os pais de distintos níveis económicos (tais como o acesso à assistência material e apoio psicológico, os conhecimentos sobre os cuidados a prestar à criança ou a disponibilidade de modelos de acção), são elementos importantes, os quais poderão ter uma importante contribuição na diversificação da acção educativa dos pais.

O contexto social onde a família si insere possui uma importância máxima na explicação dos fenómenos familiares.

O modelo proposto por Belksky (1984), propões a existência de três tipos de determinantes de paternidade (características psicológicas pessoais dos pais, características da criança e elementos ambientais de tensão e apoio) pressupondo que a actividade enquanto pais, está pluralmente determinada, de modo que os elementos de tensão e apoio podem afectar a paternidade directamente ou indirectamente, através das suas influências sobre o bem-estar psicológico do indivíduo; que a personalidade dos

pais determina, em certo modo, o apoio ou a tensão que se recebe do ambiente; e que em ordem de importância, as características psicológicas pessoais dos pais são mais efectivas para eliminar conflitos e tensões da relação pais-filhos que os elementos de apoio do contexto, que são por si mesmas mais importantes do que são as características da criança (Musitu, Catelló, Garcia & Garcia, 1987).

Os esforços iniciais da investigação e da clínica nesta área, centram-se, na sua maioria, exclusivamente sobre os pais abusivos. Como resultado, existe uma vasta literatura sobre:

- Características pessoais da pessoa maltratante, tais como deficits no manejo com crianças, expectativas desenvolvimentais inapropriadas, dificuldades em controlar os impulsos... (Bonner, 2003).
- Circunstâncias situacionais e sociais da pessoa maltratante, tais como isolamento social, pobreza e desemprego, bem como famílias monoparentais (Bonner, 2003).

A enorme variedade de factores envolvidos na problemática dos maus-tratos infantis, com as suas diferentes ramificações e características, levam-nos a entender este fenómeno, não como uma realidade de aspectos lineares e de fácil compreensão, mas como fruto de uma amálgama de situações difusas, em mutação com a própria realidade.

2.7 Teorias Explicativas

Em sucessão dos factores apresentados anteriormente, os quais surgem, de acordo com as diferentes perspectivas, associados à realidade dos maus tratos infantis, passaremos de seguida a enunciar, e caracterizar brevemente, as teorias que tentam dar uma explicação para esta problemática.

2.7.1 Teoria Sociológica

De acordo com esta teoria, o abuso da criança tem como causas principais todas aquelas que se prendam com o fenómeno social, como nos atesta Resick (1979), Amaro (1986) e Gomes et al., (2002)

Nesta perspectiva, apesar da importância atribuída à motivação individual e aos comportamentos desenvolvidos por cada indivíduo, estes são sempre observados e condicionados por um campo de forças sociais. Dentro destas, poderemos encontrar cinco causas sociais do abuso da criança, a saber, a existência de eventos ambientais ocasionais, os quais poderão gerar consequências inaceitáveis; a extensão com que a força física é empregue nas diferentes classes sociais; o uso do castigo corporal, encorajado indelevelmente por meios de comunicação e algumas instituições; o largo conjunto de pressões ambientais, as quais podem levar a um enfraquecimento da capacidade do controlo da angústia, frustrações e hostilidades; sem esquecer as causas de funcionamento bio-psico-social, nas crianças, pais e famílias envolvidas no mau trato infantil.

Nesta perspectiva, não obstante sejam acrescentados factores psicológicos à mesma, estes são sempre interpretados de um ponto de vista sociológico.

Assim, é defendido que as famílias cujo no seu seio é praticado actos de maus tratos, são elas mesmas vítimas de pressões de natureza vária e privadas de apoios comunitários, sendo a sociedade muito mais violenta para estas famílias, do que estas o são para as suas crianças, não obstante os actos por estas praticados (Resick, 1979).

Na corrente sociológica é dado destaque a aspectos como a pobreza social (dentro da qual pode ser englobada a instabilidade profissional, o desemprego ou as más condições de habitação), as disfunções familiares e a falta de apoio social.

Não obstante a existência de maus tratos ser extensível a famílias sócio-culturalmente elevadas (Strauss, 1979); esta teoria destaca que as classes mais baixas e desprotegidas socialmente são mais vulneráveis devido aos vários factores de instabilidade profissional e desemprego (Deltaglia, 1977 e Alberto, 2006.).

2.7.2 Teoria da psicologia social

Nesta perspectiva, o ponto fundamental situa-se na interacção estabelecida entre o indivíduo e o ambiente no estudo do comportamento humano. Poderá ser entendida como uma ponte, um meio-termo entre as teorias que baseiam os seus estudos nos aspectos puramente individuais e as que se situam nas realidades estritamente sociais ou ambientais.

Alguns autores propuseram uma teoria multifactorial para explicarem os maus tratos da criança, com base em causas de ordem sociais e psicológicas (Alberto, 2006). Os maus tratos são explicados através de um modelo para a agressão e violência, considerando o índice de stress social como imediatamente precipitante, ainda que só em interacção coordenada com outros factores.

As teorias sócio-psicológicas trazem à discussão um aspecto curioso, a saber, a contribuição da vítima nas situações de mau trato.

É assim inferido que as crianças podem adaptar-se a interacções de natureza abusiva, durante um certo período de tempo, ficando na expectativa, ou mesmo procurando este tipo de relacionamentos (Resick, 1979).

Algumas provas experimentais, realizadas sobre o comportamento das vítimas, referem que as crianças mal tratadas mostravam comportamentos com maior carga de agressividade em comparação com as outras (Burges, 1977 cit in Resick, 1979).

2.7.3 Teoria da Aprendizagem Social

O centro desta teoria assenta no princípio de que os comportamentos são determinados por contínuas interacções recíprocas, das determinantes pessoais e ambientais (Bandura, 1977 cit in Resick, 1979).

Como nos refere Alberto (2006), através dos estudos realizados por autores como Steele (1974), nos quais foram estudados a história de vida de pais abusivos, os quais, na sua quase totalidade tinham estado também eles sujeitos a abusos e sobre uma constante exigência de seus pais, poder-se-á salientar o facto de que a existência de violência é ela mesma geradora de nova violência.

Assim, os pais que abusam dos seus filhos foram eles mesmo abusados na infância, tornando se num ciclo vicioso o qual poderá, se as circunstâncias envolventes assim o potencializarem, ser difícil de combater, podendo atingir várias gerações (Steele, 1974).

Desta forma, considera-se que grande parte dos pais abusivos possam ter aprendido os seus padrões de comportamento no seio das suas famílias, repetindo tal

facto na sua família actual, através do reforço da modelação, encarada nesta teoria como a “chave” justificativa dos maus tratos.

2.7.4 Teorias Patológicas

Nestas teorias, o fundamento dos maus tratos infligidos às crianças situam-se na personalidade perturbada de um dos pais desta ou de ambos.

Dentro das perturbações passíveis de ser observadas, salientam-se as que dizem respeito às anomalias de carácter e manifestações de psicopatía, bem como casos de esquizofrenia ou psicoses depressivas (Gersão, 1988).

Contudo, a maioria dos responsáveis por actos de maus tratos, não são portadores de doenças psiquiátricas severas, susceptíveis de transformá-los como inimputáveis perante a lei, ainda que seja possível observar personalidades portadoras de graves anomalias, as quais, por vezes, não são passíveis de serem catalogadas em nenhuma das doenças psiquiátricas conhecidas (Kreisler, 1985).

Nestes indivíduos, os maus tratos podem encerrar aspectos muito bizarros, podendo passar pela tortura da criança ou o incêndio voluntário do lar, com o objectivo de causar a morte desta. As características mais evidenciadas nestes indivíduos são todas aquelas que passam por situações de falta de afecto, intolerância à frustração ou incapacidade fundamental e permanente de investir na criança (Kreisler, 1985).

2.7.5 Teoria Sistémica

A célula familiar é o elemento primordial desta perspectiva, sendo o sujeito um mero reflexo do modo de estar desse núcleo.

Assim sendo, à luz desta teoria, o abuso das crianças surge sempre que se opera uma falha nos sistemas de controlo, nas interacções familiares, uma falha no feedback da activação dos erros; tendo como consequência que estes se tornem precursores da amplificação do desvio, para além dos sistemas de controlo, como nos explica Dugas (1985).

O mau trato é assim encarado, não como uma realidade fruto de causas unidireccionais, mas segundo um ponto de vista circular.

A autoridade nas famílias onde a violência se torna um meio de comunicação habitual, muitas das vezes o único visível, permite observar uma perturbação dos moldes da mesmas, resultando num constrangimento para as crianças e principalmente os adolescentes, assumirem uma posição de independência.

Nesta perspectiva, foram realizados estudos na qual se observou a dinâmica familiar de pais batidos pelos seus próprios filhos numa pesquisa dos limites e da autoridade, no seio das famílias onde a violência se tornou um meio de comunicação e a base relacional (Dugas et al., 1985).

A presença das ameaças e da violência física pode ser entendida como uma forma de substituição do fraco papel parental, como uma punição pela sua demissão, surgindo como a forma encontrada, para estabelecer, ainda que de forma rudimentar, com os pais (Dugas et al., 1985).

Esta reacção tirânica da criança, resulta da privação de experiências de aprendizagens a que foi sujeita, reagindo com agressividade à disfunção familiar existente

2.7.6 Teorias Psicodinâmicas

Segundo estes conceitos, o aspecto fulcral centra-se nos estados e traços de personalidade, como forma de justificar os comportamentos dos pais em relação aos seus filhos (Resick, 1979).

Os estudos realizados neste domínio demonstraram que os pais que mal tratam ou negligenciam, tiveram condições na sua infância deveras perturbantes, como seja o caso de abandono, rejeição ou carência de afecto e, em certos casos, maus tratos físicos severos.

Por outro lado, sempre lhes tinha sido exigido um nível de comportamento e de exigências, muito para além das suas capacidades, sendo as suas falhas algo difícil de aceitar, tendo que evidenciar uma atitude de permanente cooperação, em relação aos seus pais.

A falta de investimento afectivo a que foram votados os pais das crianças maltratadas surge como uma importante premissa, já que serão eles próprios incapazes

de transmitir amor, valorizando assim a repreensão, a crítica baixa auto estima e frustração (Fernandes, 1987). Este último sentimento poderá ser um dos principais potencializadores de agressividade nos adultos, a qual será projectada nas crianças

Assim, se grande parte dos seres adultos consegue encontrar formas de escape para as suas fúrias por meio da fantasia e de actos imaginados, os adultos perpetradores de maus tratos não encontram em si mesmos mecanismos para fabricar e lidar com estas realidades, pelo que se dá a passagem imediata ao acto agressivo (Deschamps & Manciaux, 1978).

Alguns pesquisadores cujos estudos assentam sobre esta teoria, encontraram características comuns à personalidade dos pais maltratantes. Neste contexto aspectos como o diminuto controlo dos impulsos, a baixa auto-confiança ou a falta de percepção da criança, são elementos observáveis como denominador comum (Resick, 1979).

No caso especial da figura materna, perante a incapacidade de receber apoio ou compreensão do seu companheiro e restante família, gera-se uma projecção sobre a criança, como forma de compensar as suas próprias necessidades., as quais, na impossibilidade de serem satisfeitas, geram actos de punição, humilhação e desprezo.

Desta forma, é exigido à criança algo que ela, pela sua falta de maturidade, jamais poderá dar, o que a torna num alvo de maus tratos e agressões (Deltaglia, 1977).

Neste contexto, a interacção entre os pais e os seus filhos encontra os seus alicerces nas experiências de infância dos seus próprios pais. Contudo, para alguns autores, mais do que falarmos em mecanismos de projecção, deveremos salientar a forma de identificação inversa (Epifânio, 1986), traduzida no facto de reflectir o seu papel de “bom pai”(maltratando como os seus progenitores já lhe haviam feito) e na hipótese de exteriorização do desejo oculto de vingança (impossível de ser cumprido quando era vítima).

2.8 Síntese das Teorias Apresentadas

Todas estas teorias explicativas são, tal como o nome indica tentativas de explicar o porquê do surgimento deste fenómeno que a todos repugna e que com dificuldade

procuramos descortinar explicações. Neste contexto, todas apresentam pontos que poderão ser alvo de análise, criando elementos de debate sobre esta temática.

Assim sendo, quando invocamos uma teoria de natureza sociológica, focamos essencialmente no fenómeno social, do stress que advém da vida em comunidade, com prevalência para a valorização dada a todos os factores associados à pobreza. Contudo, e não obstante o aumento dos níveis de miséria constituir um factor importante para o crescimento da violência (Cariola, 1995), não se poderá incorrer no erro de criminalizar a pobreza. Este facto poderá colocar determinados segmentos da sociedade como suspeitos de julgamentos prévios. Será necessário não esquecer que ao contrário das famílias mais carenciadas, as de estatuto médio/alto, têm ao seu dispor mecanismos que lhes permitem garantir o sigilo, ao inverso das mais pobres, mais numerosas e mais sujeitas a serem notificadas pelos actos praticados (Deslandes, 1994).

No que concerne à teoria da psicologia social, ainda que menos segmentada, encerra em si aspectos susceptíveis de críticas, os quais prendem-se com o facto de englobar todas as causas possíveis de maus tratos. Neste contexto, é válida enquanto meio de formular considerações de prevenção, não deixando grandes pontos de partida para abordagens de intervenção. Contudo abre caminho para o estudo de diversificadas variáveis.

O modelo reprodutivo trazido pelas abordagens da aprendizagem social e de natureza sistémica, traduzem uma perspectiva determinista do problema. Esta é reforçada pelos estudos efectuados nesta área, nos quais se evidencia que os progenitores que foram alvo de violência quando crianças, poderão apresentar um índice de violência contra os seus filhos duplamente maior, quando comparados com os que não sofreram maus tratos (Straus & Smith, 1995). A continuidade de todo um ciclo, de uma história familiar de maus tratos, é algo a que a vítima (aqui entendida como o futuro agressor), dificilmente conseguirá escapar. Contudo, como nos afirma Filho (2000), a transposição de uma ideia de risco epidemiológico nesta matéria é algo controverso a nível individual. Como poderemos entender, à luz desta teoria, os progenitores que foram alvo de violência mas que não reproduzem esta nos seus filhos? Qual a razão para tal facto? Neste âmbito, é útil reforçar o papel a atribuir às diferenças culturais, bem como à capacidade do indivíduo poder ser capaz de administrar e superar as suas vivências de natureza traumática (Deslandes, 1994).

Fazer assentar a explicação para existência de maus tratos numa análise psicológica da personalidade dos agressores, acarreta que os mesmos sejam frutos de patologias, situações de conflito ou frustrações não solucionadas por aqueles que têm a seu cargo a criança (Cariola, 1995). Apesar de condenado, o agressor passa a ser compreendido dada a sua patologia. Não obstante este facto, torna-se necessário relativizar a “classificação patológica” dos maus tratos e dos conceitos que lhe são consequentes. Autores como Bentes questionam a validade da categoria psiquiátrica “distúrbio comportamental”. Na opinião desta, existe uma justaposição de conceitos jurídico-penais e psiquiátricos, os quais são utilizados, quer para retratar actos de delinquência, como para distúrbios do comportamento (Deslandes, 1994).

A ingestão de estupefacientes e de álcool, poderá ela mesma fazer desencadear mudanças de comportamentos provocadas por efeitos psicofarmacológicos. Contudo, apesar dos estudos realizados (Cariola, 1995), persistem dúvidas quanto às explicações causais de uso de álcool e a consumação de actos violentos, na medida em que se torna quase impossível aferir se os praticantes desses actos, privados dessas substâncias, teriam cometido as mesmas acções; para além de ser, por vezes, relegado para segundo plano, o valor de factores como processos neuroendócrinos, neuroanatômicos ou de metabolismo dos indivíduos, os quais produzem diferentes resultados e atitudes, impedindo-se, assim, excessivas generalizações (Minayo & Deslandes, 1998).

Maioritariamente, as teorias existentes baseiam-se numa análise causal dos maus-tratos, facto que não permite uma visão mais complexa e global da questão.

Desta forma, valoriza-se a junção das explicações sobre a reprodução dos modelos familiares de violência com os aspectos sócio – culturais.

Na óptica de autores como Muza (1994), será necessário encontrar bases articuladas, analisando, em rede, as diversas ordens explicativas. Partindo deste princípio, o autor considera que o comportamento abusivo só poderá ser explicado com base no resultado da interacção de forças intrapsíquicas do perpetrador dos actos; como fruto de uma ambivalente e constante comunicação entre determinantes pessoais e ambientais; obra das relações entre o indivíduo e o meio; bem como resultado da compreensão dos factores de ordem social, como elementos determinantes do comportamento agressivo (Muza, 1994).

Neste contexto, e dado os maus tratos infantis serem atravessados por toda uma complexidade de factores; estes dificilmente podem ser explicados por um só modelo teórico, o qual sugira uma abordagem determinista sobre esta temática.

2.9 Consequências dos Maus-Tratos nas Crianças

Uma das faces mais expostas da problemática dos maus tratos, será a das possíveis consequências que os mesmos acarretam sobre a sua vítima. É próprio da natureza humana relativizar tudo aquilo que considera não ser susceptível de deixar qualquer marca ou efeito futuro, o que no presente caso, infelizmente, é algo pouco provável e condicionado por circunstâncias muito peculiares, como será posteriormente por nós observado

Sendo o maltrato infantil um problema crescente nas sociedades, este trará consigo consequências negativas graves para o desenvolvimento físico, intelectual, e emocional da criança, fazendo os seus efeito sentir-se ao nível desta, da sua família e em toda a sociedade (Gelles & Cornell, 1985 in Fuster et al., 1988).

Os resultados dos maus tratos poderão apresentar um efeito imediato, como sejam os casos de maus tratos físicos, ou efeitos a médio ou mesmo longo prazo, levantando a questão do que sucede às crianças maltratadas quando chegam a uma idade adulta? (Vesterdal, 1979). Será sobre estes aspectos que nos debruçaremos seguidamente.

2.9.1 Efeitos Imediatos dos Maus-tratos Activos e Passivos

Uma das piores consequências dos maus-tratos é sem sombra de dúvida a, morte da criança, incapaz de resistir aos espancamentos a que é sujeita, ou o suicídio da mesma como resposta à crueldade mental que sofre.

Para além, destes casos extremos, os quais têm como desfecho a morte, a criança pode ficar deficiente em consequência de lesões no cérebro que provocam paralisia cerebral, epilepsia ou insuficiência intelectual, com todas as suas sequelas a longo prazo.

Todas estas perturbações poderão ser acompanhadas de alterações a nível psicológico, pois ninguém duvidará que sofrer espancamentos ou qualquer outra forma de tortura, são sempre psicologicamente traumatizantes para a criança.

Um dos aspectos mais penalizantes para uma criança vítima de abusos é a destruição do seu conceito de confiança nos outros, fruto do universo de insegurança onde vive, caracterizado por uma constante imprevisibilidade nas relações que com ela são estabelecidas, as quais poderão passar, perante uma mesma situação, quer por actos de punição, indiferença ou gozo.

A criança não sabe então quais as actividades que são puníveis e as que o não são; perdendo todo o conceito de regra.

Este clima de insegurança trará naturalmente consequências no desenvolvimento da criança, quer a nível psicológico quer físico.

Assim, trabalhos realizados por autores como Blager e Martin (1976), tendo como população crianças maltratadas ou negligenciadas, confirmam registarem-se atrasos ao nível da aquisição da linguagem, em comparação com as outras crianças. Esta constatação prende-se com o facto dos pais maltratantes pouco falarem com a criança, provocando um retardamento na aquisição de conhecimentos, facto que se espelhará na sua vida escolar.

Outro efeito observável dos maus tratos, centra-se no facto que uma criança privada de afeição não regista um crescimento normal. Este facto foi alvo de estudo diversos autores, caso de Patton & Gardner (1975). Constatou-se igualmente, que recolocada num meio em que seja rodeada de ternura e afeição, a criança reencontrará um desenvolvimento normal.

Desta forma, num ambiente de afectividade e de calor humano, não só a criança tende a recuperar, mas pode apanhar os seus pares no plano da linguagem e das funções psicomotoras; reencontrando algumas um nível normal. No entanto, outras permanecerão para sempre abaixo da média.

2.9.2 Efeitos a Longo Prazo dos Maus-tratos e da Negligência

Como podemos constatar anteriormente, o atraso sofrido pelas crianças, como consequência de carências afectivas, é, de uma maneira geral, compensado logo que a criança seja colocada num clima afectivo, no qual ela encontrará o seu equilíbrio normal ou muito perto da normalidade.

Por outro lado, todos temos conhecimento de casos, mais ou menos graves, nos quais crianças maltratadas, com consequências ao nível físico, tais como paralisia cerebral ou insuficiência intelectual, conseguem sobreviver.

No entanto, as sequelas psicológicas são muito mais frequentes, sendo as consequências destas, na maioria dos casos, mais devastadoras e persistentes, espelhando-se na vida adulta e na qualidade da mesma.

São crianças que tendem a revelar comportamentos caracterizados por problemáticas alimentares, alterações nos ritmos do sono, dificuldades de linguagem e de equilíbrio, choro fácil, comportamentos fora da norma, timidez, imaturidade e problemas relacionais com os seus pares (Lopéz-Zafra & Martos, 2006). Para Magalhães (2004), as consequências podem ainda ser mais severas, incluindo hiperactividade, depressões, neuroses, podendo, inclusive, provocar alterações na personalidade e regressões face a comportamentos previamente adquiridos.

Desta forma, saliente-se o facto de que aquelas crianças que foram objecto de mau trato em suas famílias, registarem uma maior probabilidade de quando em adultos, se comportarem da mesma forma que os seus pais se comportaram com ele, mantendo assim um ciclo intergeracional da violência familiar (Tunla & Paiva, 1983; Huesman et al., 1984 in Fuster et al., 1988).

Dentro das tipologias de maus tratos, a negligência infantil surge como a mais presente, contudo, contudo os conhecimentos sobre os efeitos desta parecem ser mais desconhecidos, quando comparados com outras as modalidades conhecidas (Dubowitz & Black, 1994), podendo esta falta de conhecimento ser ela também ser vista como uma forma de negligenciar a negligência.

Um dos aspectos mais interessantes desta forma de mau trato é traduzido pelos trabalhos de alguns autores, os quais investigaram as relações entre a negligência e as aquisições escolares (Eckenrode et al., 1993). Estes investigadores descobriram que as crianças vítimas de negligência têm as mais baixas performances escolares, quando comparadas com as sujeitas a outras formas de abuso (físico, sexual...).

Para além das baixas aquisições escolares efectuadas, o percurso escolar das crianças negligenciadas, ou que tenham sofrido desta forma de mau trato, é muito menos moldável e tende a agudizar-se com o avançar dos anos, revelando a baixa capacidade de adequação destas crianças às contínuas exigências académicas. As retenções contínuas destas crianças, os problemas disciplinares e as suspensões repetidas, fazem também parte deste quadro, no qual a negligência ou a combinação desta com outras modalidades de maus tratos, influenciará de forma dramática o percurso escolar das crianças e jovens (Eckenrode et al., 1993)

Por outro lado, a literatura sobre a avaliação e tratamento de crianças maltratadas indica, com alto nível de potencial, o surgimento de adultos com maiores índices de timidez, baixa auto-estima ou depressão (Berliner, 1991), bem como perturbações de ansiedade, inclusivamente aquelas que põem ser catalogadas de Perturbações de stress Pós-Traumático (PTSD), de Somatização (Gustafson & Sarwer, 2004), bem como Perturbações Dismórficas Corporais (Fallon & Acckard, 2002).

No que concerne à ocorrência de situações de depressão, os estudos tendem a demonstrar que uma grande percentagem dos pacientes que apresentam o tipo mais gravoso desta problemática, *depressão major*, haviam sido alvo de pelo menos uma das diferentes tipologias de maus tratos (Bernet & Stein, 1999).

Para além destes autores, outros (Lewis & Shannock, 1977) tenderam a estabelecer uma relação entre o mau trato e o desenvolvimento de comportamentos desvalorizados socialmente, como a agressão, problemas de comportamento, consumo de drogas e álcool, o desenvolvimento de psicopatologias e a delinquência. Neste último aspecto, e segundo um estudo realizado pelos autores referenciados, foram comparados um grupo de 109 jovens delinquentes que compareceram perante o juiz de menores de New-Haven, com outro grupo de 109 jovens não delinquentes da mesma cidade, sendo a média de idade de 19 anos. Os autores constataram que os jovens delinquentes tinham

sido hospitalizados muito mais frequentemente que os do outro grupo, especialmente entre os 0 e os 4 anos e dos 14 anos aos 16 anos. Estes internamentos tinham-se verificado em resultado de acidentes e ferimentos domésticos. Destes dados os autores concluíram que os pais que não se tinham ocupado suficientemente destas crianças originaram situações de maus tratos, as quais mais tarde levaram a uma maior incidência de comportamentos entendidos como socialmente desviantes.

Outra área estudada sobre os efeitos dos maus tratos diz respeito ao desenvolvimento de relações eficazes com os pares, registando-se que as crianças maltratadas têm sérias dificuldades em formar relações positivas, situação que tende a prolongar-se na vida adulta (Widom, 1991).

Segundo uma perspectiva organizacional, parece que estas dificuldades podem ser traçadas dos modelos internos negativos de self e das figuras de vinculação precoces. Devido às suas experiências anteriores de cuidado as crianças maltratadas vêem os outros como hostis e/ou rejeitantes. Este pensar pode impedir a sua competência para formar e manter relações positivas com os pares. De facto, certos estudos conduzidos num contexto de “daycare”, verificaram que as crianças abusadas eram menos susceptíveis de abordar os seus professores, como também mais propícias em evitar as iniciativas dos seus professores e pares. (Eckenrode et al., 1993).

A abordagem organizacional sugere que, para além das consequências dos maus tratos às crianças, a experiência de distúrbios nas relações de vinculação pelas crianças maltratadas e as resultantes imagens negativas delas próprias e das figuras de vinculação, presidirão dificuldades ulteriores na adaptação e competência no ambiente escolar.

Neste contexto, os padrões de vinculação das crianças mal tratadas são assim seriamente afectados, já que de acordo com os diferentes estudos realizados sobre esta realidade, é sugerido que a qualidade da mesma, depende do nível de cuidados que a criança recebe. Nas investigações realizadas, é confirmado que as mães de crianças seguras, são classificadas como mais sensíveis, responsáveis, acessíveis e cooperadoras (Pearce, J. & Pezzot-Pearce, T., 1994), prolongando essas competências aos seus educandos.

A teoria da vinculação prevê que, por um lado, as crianças maltratadas formarão padrões de vinculação inseguros e que, por outro lado, as relações mantidas são abertas inconstantes e turbulentas (Cicchetti & Barnett, 1992).

Estas dificuldades colocam as crianças maltratadas em risco acentuado para problemas de comportamento, futura psicopatologia e distúrbios sociais (Widom, 1991).

2.9.3 Consequências dos Abusos Sexuais

Durante muito tempo, era hábito considerar-se que os abusos sexuais poderiam ser considerados como mais ou menos danosos para as vítimas desses actos, de acordo com as consequências, no plano físico que os mesmos poderiam causar nas suas vítimas (Lynch, 1992).

Esta perspectiva, extremamente reducionista como abordagem a esta tipologia de maus tratos, acarretou que todos os resultados que dela advém, para lá da esfera mensurável e objectiva, fossem desvalorizados ou mesmo relegados para o nível da indiferença.

Assim sendo, sabemos hoje que mesmo quando não existem consequências corporais perceptíveis, qualquer abuso sexual é sempre extremamente traumatizante, sendo as suas consequências devastadoras, sobre as mais diversas perspectivas, exteriorizando-se em variados indicadores comportamentais (Machado, 2002).

Para autores como Palácios, Moreno e Jiménez (1995), são passíveis de ser encontrados diferentes indicadores desta tipologia de maus tratos, os quais podem passar pelo de natureza estritamente fisiológica, física, comportamental ou de ambas. Consideram ainda não ser necessário que os mesmos ocorram mais de uma vez, sendo a ocorrência de um só episódio, suficiente para o despoletar de toda uma sintomatologia, a qual, por vezes, infelizmente, nem sempre se torna óbvia, encerrando em si situações que envolvem a esfera mais íntima de qualquer ser humano.

A agressão sexual pode provocar lesões corporais (partes genitais ou região anal) ou doenças venéreas, mas isso só se produz, normalmente, nos casos em que ocorrem relações com carácter de violação. As vítimas do sexo feminino, em idade de puberdade, arriscam-se também a ficar grávidas (Vesterdal, 1979).

Indicadores físicos	Indicadores comportamentais		
	<i>Externalização</i>	<i>Internalização</i>	<i>Conduta sexual</i>
Lesões genitais ou anais	Comportamento agressivo e disruptivo	Ansiedade, medos Depressão	Masturbação compulsiva
Doença venérea	Mentira compulsiva	Evitamento social	Expressão sexualizada de afecto
Dor ou prurido genital constante	Declínio do rendimento escolar	Vinculação pouco selectiva, busca indiscriminada de afecto e aprovação	Linguagem sexual precoce
Alterações do apetite	Problemas de atenção	Comportamento regressivo (e.g., enurese)	Comportamento sexual inadequado para a idade
Alterações do sono	Fugas repetidas	Auto-mutilação	Elevado número de parceiros sexuais
Queixas somáticas novas (especialmente gastrointestinais)	Abuso de drogas	Ideias suicidas e tentativas	Prostituição
Mudança significativa na aparência	Conduta anti-social		Medo e vergonha quanto ao toque ou nudez

Quadro 8: Sintomas frequentes exibidos por crianças sexualmente abusadas (Trickett & Putnam, 1998, Lutzker e tal., 1999; West, 1991; Oates, 1989; Wolfe & Birt, 1997, Everstine & Everstine, 1989, Morgan, 1995, in Machado, 2002)

Neste contexto, surgem frequentemente sentimentos de culpabilidade, o medo de ver a família dissociar-se se a criança não ceder aos desejos do adulto, para além do medo do escândalo. Se este último vier ao de cima, a experiência é ainda pior, ao mesmo tempo por causa da discórdia no seio da família e da atitude dos vizinhos, encerrando em si fortes consequências ao nível afectivo.

Num plano futuro, ao nível da vida adulta, os estudos prospectivos sobre este assunto são controversos.

Assim sendo, segundo Giaretto (1976), estatísticas americanas revelam que 29 por cento das prostitutas foram “seduzidas” pelo pai; encontrando-se iguais valores na população dos toxicodependentes.

No entanto, é sempre difícil determinar até que ponto a prostituição ou o uso da droga nestes adultos são imputáveis à agressão sexual sofrida durante a infância e em que medida se explicam pelo facto de terem crescido no seio de uma família em que a relação pais/filhos era, de um modo geral, deficiente.

Contudo, é globalmente aceite pelos investigadores que abordam esta temática, de que mais do que analisar as possíveis relações existentes entre o abuso sexual sofrido pela criança, e as possíveis futuras consequências do mesmo, há que nos debruçarmos sobre as especificidades em que ocorreram as experiências abusivas, as quais poderão ser determinantes no grau de influência futura das mesmas (Widom, 1989). Neste contexto, os autores salientam três aspectos fundamentais a ter em conta, a saber, a idade da criança, a relação com o ofensor e o tipo de acto sexual praticado (Berliner, 1991).

Assim, apesar de alguma controvérsia, parece ser comumente aceite que quanta mais velha uma criança for, quando sujeita a um abuso sexual, mais intensos os consequentes distúrbios (Tsai et. al., 1979). Aparentemente, as crianças mais novas, raramente sofrem de abusos sexuais durante um longo período de tempo (nomeadamente devido à sua debilidade física), não tendo experienciado o recurso à força (por não apresentarem resistência), factos que são mais presentes nos abusos sexuais sofridos pelas crianças mais velhas e pelos adolescentes (Gomes-Schwartz et al., 1985).

Observando o segundo aspecto referenciado, os estudos realizados parecem indicar que as crianças que são vítimas de abusos sexuais perpetrados por pessoas das suas relações, evidenciam mais patologias a longo prazo, parecendo sofrer mais do que aquelas que haviam sofrido os mesmos actos por parte de estranhos (Gagnon, 1965). Esta situação parece atingir o auge traumático, quando os actos cometidos são realizados por elementos próximos da criança, como é o caso do pai ou do padrasto (Sirles, Smith & Kusama, 1989).

No que concerne ao tipo de acto sexual sofrido, os autores referem que a severidade do mesmo condiciona as consequências sofridas, encontrando-se em destaque os incidentes que envolvem penetração. Estes são responsáveis pelas mais danosas sequelas, nomeadamente a nível mental (Mannarino & Cohen, 1987).

Relativamente aos seus comportamentos, as vítimas destes actos podem, igualmente, vir a sofrer de distúrbios de ordem alimentar (caso da anorexia e da bulimia), terrores durante a noite e ser alvo de dores abdominais de natureza inexplicável (Magalhães, 2004).

Comparado com os outros tipos de maus tratos, as vítimas de abuso sexual infantil encontram-se em situação privilegiada para serem eles mesmos futuros agressores sexuais (Lewis, 1992), o que os transforma em posição dianteira para encarceramentos em instituições correcionais e detenções, nas quais o afastamento da sociedade é mais severo, e as consequências das disfunções que desse facto surgem, ainda mais gravosas.

Perante o desenrolar deste verdadeiro “rosário de sofrimento”, de condicionalismos ao desenvolvimento da sua integridade, nas mais diferentes valências desta palavra, de que são alvo as vítimas de maus tratos, uma outra realidade se torna imperiosa desvendar, a saber, qual o papel dos principais actores sociais face a esta situação, o que a comunidade e a própria legislação destes espera.

2.10 O Desenvolvimento emocional da criança vítima de Maus-tratos

O ser humano, enquanto criatura de natureza complexa, é algo em constante desenvolvimento e que desenvolve processos de interacção. Estes ocorrem não apenas no que concerne ao ponto de vista físico ou cognitivo, mas igualmente ao nível

emocional, nomeadamente no domínio que encerra a formação da sua personalidade e a sua estrutura enquanto futuro adulto, pleno de vivências e participação plena na sociedade.

Um dos autores que mais estudou o desenvolvimento emocional das crianças foi o pediatra e psicanalista anglo-saxónico Winnicott, o qual com base nos seus estudos, baseados em observações das relações que as mães estabelecem com os seus bebés, procurou descortinar as bases em que este desenvolvimento ocorre e os mecanismos que o podem influenciar ou condicionar (Winnicott, 1960).

Assim, para este autor o “cenário” no qual a criança está inserida, surge fundamental para esta, sendo que quanto mais precoce aquela é, dada a sua estreita dependência com o meio que a cerca, mais este se torna decisivo.

Neste contexto, o autor define como sendo três os períodos que o ser humano atravessa de acordo com o seu grau de dependência face ao ambiente e às relações com os demais (Winnicott, 1960).

Desta forma, numa primeira instância encontramos o que o autor denomina de *dependência absoluta*, a qual se situa desde a fase do nascimento, até aproximadamente ao primeiro semestre de vida. Nesta, tal como o nome indica, a criança precisa de um ambiente que lhe seja votado e que dê resposta às suas muitas necessidades, se estas não forem correspondidas as consequências que provocam na construção do futuro “eu” da criança poderá ser comprometida (Winnicott, 1960).

Desta relação depreende-se que a formação de um ego forte ou débil nesta primeira etapa da vida humana, depende da comunicação, da dicotomia entre a mãe e o seu filho (Winnicott, 2001).

O suporte social que deve existir à volta da mãe surge como extremamente importante para a acção por esta desenvolvida e para a focalização da sua acção para com o bebé.

Após esta fase, entramos na chamada *dependência relativa*, sendo que esta se caracteriza pelo facto de ser acessível à criança a sua percepção face à sua necessidade de dependência, algo que até então sucedia mas sem consciência dessa situação. Em

termos cronológicos, tem lugar após os primeiros seis meses de vida, prolongando-se até aos dois anos, assistindo-se à formação da compreensão de natureza intelectual.

A relação entre a mãe (ou o principal cuidador) e o seu filho passa neste período, por um “apresentar” deste ao mundo que o rodeia, dotando-o de todo um conjunto de memórias, as quais lhe permitirão encarar o mundo exterior de forma confiante, permitindo-lhe uma progressiva autonomia, baseada nas suas descobertas e formação de certezas face a tudo aquilo que até então lhe era desconhecido. Tais aquisições levam à criação de crianças seguras (Winnicott, 1960).

Posteriormente, Winnicott (1963) defende a passagem a uma etapa apresentada como *rumo à independência*, a qual é entendida como uma realidade que abarca e se prolonga ao longo de toda a existência humana. Neste estágio, a criança é confrontada com fronteiras mais amplas da sociedade, desempenhando os seus progenitores/cuidadores importante papel de apresentação e orientação face às mesmas, vigiando que a inserção da criança nestes novos domínios se opere dentro de parâmetros normais (nem demasiado lentos nem de forma brusca) evitando situações de possível perigo, stress ou inadequação.

Quando todas as condições nas quais as crianças se encontram envolvidas ocorrem tendo em conta os seus diferentes graus de dependência, o desenvolvimento emocional da mesma tenderá a ser harmonioso e sem comprometimento futuro, realizando-se em três processos essenciais, os quais o autor apresenta como *integração*, *personalização* e *realização* (Winnicott, 1990).

No primeiro processo apresentado, este não se verifica de forma imediata mas é algo que decorre da evolução do ser e do sucesso de todo o decorrer de interações com este desenvolvido, permitindo que, progressivamente, este seja contínuo a todo o desenvolvimento. Se a mesma não tiver lugar, se o indivíduo tiver sido alvo de situações de abandono face às suas necessidades, as consequências serão nefastas, pela ausência de sentimento de integração, podendo gerar sentimentos de insanidade e de isolamento (Winnicott, 1990).

Na segunda fase de desenvolvimento emocional, assistimos à *personalização*, sendo que o ego estabelece uma relação estreita entre a esfera psicológica e corporal, gerando uma totalidade no ser humano, bem distinta de situações de despersonalização,

nas quais esse contacto não se estabelece, levando a toda uma série de distúrbios (Winnicott, 1990).

Como última etapa, tem lugar a *realização*, na qual ocorrem relações de natureza material, de interiorização do espaço e do tempo, bem como dos demais aspectos da realidade, permitindo com esta compartilhar e viver.

Neste âmbito e à luz destas concepções e dos princípios por estas defendidas, facilmente se depreenderá que o desenvolvimento emocional do ser humano é alvo de todo uma amálgama de premissas as quais surgem como fundamentais ao mesmo, sendo que toda e qualquer falha nestas, de que as variadas situações de maus tratos já por nós explanadas são exemplo claramente comprometedor, produzem acções devastadoras.

Assim, como já foi referenciado, o desenvolvimento emocional só poderá ocorrer, de acordo com contornos saudáveis, quando desde a mais tenra idade é dada *sustentação* ao indivíduo, permitindo gerar um quadro em que se seja capaz de proporcionar uma progressiva independência, com a criação do seu *self* verdadeiro. Neste contexto, o ser consegue sentir-se criativo e real (Winnicott, 1960).

Se pelo contrário, o bebé e posteriormente a criança não se inserir num ambiente tido como bom, poderemos assistir à criação de um falso *eu*, o qual surge como tentativa de adequação às condições do meio externo negativas, procurando defender o seu verdadeiro *eu* das situações adversas. Obviamente que este quadro provoca desvios no seu percurso natural, uma subversão do mesmo pela necessidade de adaptação ao meio, ainda que de forma não verdadeira. Não se assiste neste caso a qualquer processo criativo por parte do ser, nem à dignificação da sua existência, instalando-se um sentimento de inutilidade face à vida e às suas vivências, algo verdadeiramente trágico (Winnicott, 1990).

O estabelecer da personalidade assente em *self* de natureza falsa, pode ter lugar em distintos índices. Assim, num grau mais elevado, a existência deste está de tal forma implementada, que do ponto de vista do observador externo, não permanece qualquer dúvida face à veracidade do mesmo. Num estágio intermédio, observa-se uma protecção do *self* verdadeiro por parte do de natureza falsa. Quando existe uma aproximação à normalidade, procura-se criar no falso *eu*, condições que permitam o emergir do verdadeiro *self*. Por último, podemos assistir a um quadro no qual esta situação anómala

tende a ser alicerçada em identificações ditas normais, produzindo atitudes tidas como baseadas na educação e socialmente aceites (Winnicott, 1960).

O surgimento de comportamentos anti-sociais é defendido por Winnicott, como resultado de factores ocorridos durante o período da *dependência relativa*, surgindo as acções anti-sociais como reflexo da criança em poder reencontrar uma experiência positiva, entretanto perdida. Se esta situação nefasta não for detectada, se o quadro permanecer, se não se fornecer todo um quadro de *holding*, as acções tenderão a agudizar-se bem como a perigosidade dos comportamentos observados (Abram, 2000). Todo e qualquer ambiente que não surja como acolhedor, onde a violência tenha lugar, num clima de insegurança, torna-se insustentável e comprometedor da formação do sujeito.

Perante indivíduos sujeitos a estas situações, nas quais ocorreram falhas severas na satisfação das suas necessidades, aquando de períodos precoces das suas vidas, a superação deste quadro e das suas consequências passará por facultar-lhes ambientes acolhedores, os quais permitam superar os danos sofridos e possibilitar a sua integração plena.

Para Avellar (2004), a sessão de análise torna-se numa boa solução, segura, para que o indivíduo revele as suas necessidades de ordem psíquica, permitindo reconstruir o seu *eu*, a partir do ponto em que este se desmembrou.

A actuação e principalmente a protecção face ao despoletar destas situações torna-se assim algo que a sociedade e os seus representantes têm dever de contemplar, dados os severos e múltiplos danos causados.

2.11 Os Maus-tratos e a satisfação para com a vida

O estabelecer de relações directas entre a satisfação com a vida e o experienciar de situações de maus-tratos, ainda que extremamente importante, tem sido alvo de controvérsia por parte dos investigadores e dos estudos por estes conduzidos, sendo que várias denominações são dadas como sinónimo para esta realidade. Assim, surge-nos conceitos como felicidade, bem-estar ou qualidade de vida, os quais, ainda que semelhantes entre si, dificultam a sua operacionalização (Maia et al, 2007).

Desta forma, autores como Shin e Johnson (1978), consideram a satisfação para com a vida como resultado de uma apreciação geral da qualidade desta por parte de um indivíduo, tendo por base um critério específico por este eleito. Por outro lado, existem autores, como Veenhoven (2000), para os quais a satisfação em relação à vida, é ela mesma um dos aspectos essenciais da qualidade de vida.

Os estudos existentes relativamente a esta realidade, os quais têm, por exemplo, procurado estabelecer relações entre aspectos tão distintos entre factores como a felicidade obtida e o salário auferido (Hagerty & Veenhoven, 2003), os projectos pessoais operacionalizados pelos indivíduos (Palys & Little, 1983) ou o carácter individualista das actuais sociedades (Veenhoven, 2000), têm sido pouco incisivos no que concerne ao equacionar de relações entre esta realidade e alterações de natureza específica, nomeadamente as caracterizadas por quadros de ansiedade e /ou depressão.

No que concerne a esta última realidade, os dados existentes sugerem a existência de uma relação de natureza negativa relativamente à satisfação com a vida alcançada por estes sujeitos (Mowrer & Parker, 2004).

Relativamente aos quadros de ansiedade, os resultados alcançados pelas investigações tendem a estabelecer, igualmente uma relação de contornos negativos (Stein & Heimberg, 2003).

Com vista a aferir dos possíveis resultados concretos a estabelecer entre os maus tratos de que foram alvo os indivíduos, no período circunscrito entre a infância e a adolescência (tendo como idade limite os 15 anos) e o nível de satisfação para com a vida, foi realizado um estudo extremamente interessante, em Portugal, pelo Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, no qual, como instrumento de trabalho, se procedeu à aplicação do CTQ (*Childhood Trauma Questionnaire*), da autoria de Bernstein & Fink (1997).

Relativamente à obtenção de dados relativos à satisfação com a vida, utilizaram os autores uma escala de *likert*, em que aos sujeitos podiam expressar o quanto se sentiam satisfeitos para com a esta, numa escala que variava entre o “nada satisfeito” e o “muitíssimo satisfeito”,

Em complementaridade, foi igualmente utilizado o BSI (*Brief Symptoms Inventory*), com a necessária adaptação de Canavarro (1995). Este surgia como um inventário no qual se avalia sintomas de natureza psicopatológica, no que concerne a nove dimensões tidas como básicas : ideação paranóide e psicoticismo, hostilidade, sensibilidade interpessoal, somatização, ansiedade fóbica, obsessões- compulsões, depressão e ansiedade.

Os resultados que foram obtidos, permitiram apontar para uma correlação de natureza estatística significativa, entre os maus-tratos e os sintomas psicopatológicos, bem como daqueles com a satisfação para com a vida.

	BSI	Maus tratos
	r_{sp}	r_{sp}
Maus-tratos		
r_{sp}	.253***	_____
Satisfação com a vida	-.397***	-.214**
r_{sp}		

p < .01; *p < .001

Tabela 1: Relação entre relato de maus tratos, psicopatologia e satisfação com a vida: correlação de Spearman

Os resultados evidenciados pelo estudo parecem evidenciar que o indivíduo maltratado operacionaliza, mais facilmente do que um outro, modelos de natureza interna de natureza disfuncional, ou seja estruturas de relacionamento para com os outros e o mundo, tendo por base a sua visão “ameaçadora “ dos mesmos. Estes esquemas, dada a sua disfuncionalidade, levarão à produção de interações de carácter negativo, as quais, em última análise, resultarão em problemas de índole psicológica.

O estabelecer de uma relação negativa entre psicopatologias, nomeadamente perante casos de depressão e ansiedade, e a satisfação com a vida parece residir no facto de que estes indivíduos denotam, igualmente, défices no funcionamento relativamente a uma ou mais áreas da vida (caso do estabelecer de relações com o próximo), logo que seja decorrente desta situação uma menor satisfação em relação às suas vivências presentes e futuras.

2.12 Os Maus-tratos e os Prejuízos Cognitivos

De acordo com os actuais modelos teóricos, são descritas relações entre a exposição a situações de maus-tratos durante o período da infância e o impacto destas ao nível dos sistemas neurobiológicos, nomeadamente nos de resposta ao stress e do próprio desenvolvimento do cérebro, salientando-se estudos de autores como De Bellis (2005), os quais parecem evidenciar que o abuso, de carácter continuado, e a negligência, produzem efeitos de carácter devastador ao nível da maturação de um órgão tão sensível como o cérebro.

Neste contexto, a exposição perante eventos de natureza traumática, provoca a activação dos sistemas neurobiológicos associados ao stress (Borges, 2007), potencializando uma hiperfunção do sistema nervoso central periférico, imunológico e do eixo hipotálamo-hipófise –adrenal (HHA).

Estes encontram a sua correlação em vítimas de abuso sexual, de forma continuada e de contornos particularmente agressivos, sendo possível, através de exames de Ressonância Magnética e / ou Tomografia por emissão de pósitrons constatar alterações encefálicas e funcionais evidentes, quando em comparação com a restante população (Kristensen, 2005).

Estas influenciarão, directamente, a memória a curto prazo e declarativa, a atenção selectiva e as funções de natureza executiva.

No que concerne à população infantil, assiste-se a um incremento dos estudos procurando compreender, em toda a plenitude e em profundidade, a presença de alterações encefálicas e funcionais nas vítimas de maus-tratos. Passemos à síntese se alguns destes trabalhos:

Amostra	Tipologia de Maus-tratos sofrida	Alterações observadas	Autores
44 crianças vítimas de maus-tratos	Abuso sexual	.Diminuição do volume intracranial e cerebral (7.0% a 8.0%), redução no corpo caloso total, e aumento dos níveis de fluido cérebro-espinhal.	De Bellis et al. (1999)
43 crianças e adolescentes	Não especificado	Assimetria cerebral e redução do volume cerebral	Carrion et al.(2001)
28 crianças e adolescentes maltratados	Abuso sexual	Redução do volume intracranial e cerebral (6.0%) e do córtex pré-frontal.	De Bellis et al.(2002)
26 mulheres (vítimas de abuso na infância)	Abuso sexual	As examinadas que tinham sido alvo de abuso, entre os 3 e os 5 anos de idade, apresentavam redução no hipocampo.	Theicher et al. (2007)

Quadro 9: Síntese dos estudos entre os maus-tratos e os prejuízos cognitivos

Através da análise da síntese dos estudos apresentados, parecem evidenciar que a exposição perante situações traumáticas e violentas, sugerem consequências ao nível das alterações quer estruturais quer funcionais do cérebro (Oliveira, 2010).

Contudo, alguns dos aspectos sugeridos necessitam de alguma consolidação, tais como os que permitirão clarificar a relação entre os diferentes estágios do desenvolvimento neurológico e a tipologia dos défices cognitivos surgidos, bem como se os danos, quer estruturais quer funcionais podem ou não ser reversíveis (Borges, 2007).

Esta situação, segundo Danckwerts e Leathem (2003), deve-se, essencialmente, a limitações de ordem metodológica, Estes passam por aspectos como o reduzido tamanho das amostras, a inexistência de um sistema padronizado de instrumentos utilizados na avaliação neuropsicológica ou a ausência de estudos de carácter

longitudinal, facto que não possibilita o generalizar dos resultados obtidos. No entanto, ninguém poderá ficar indiferente face à gravidade dos dados obtidos, do seu grau de severidade e da necessidade de se aprofundarem estudos nesta área, os quais permitirão, certamente, a elaboração de projectos de intervenção, de natureza clínica, sobre as vítimas, minimizando assim as consequências das acções sofridas. Por outro lado, estes estudos lembram-nos que ainda há muito a desvendar relativamente às consequências dos maus-tratos, e que este continua a ser um domínio em aberto e também ele em mutação, evoluindo, passo a passo com a própria evolução humana e as técnicas científicas que estão ao nosso dispor.

CAPÍTULO III

PROTECCÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

3. PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS

3.1 A criança como ser portador de direito

Como foi possível observar durante a primeira parte do nosso trabalho, a aquisição de direitos por parte da criança e a sua configuração como própria entidade de direito, foi algo que tardou a suceder, estando dependente de várias vicissitudes, correntes de opinião e contextos. Tendo em conta que a aquisição dessa mesma consciência surge como fundamental para a sua protecção, analisemos alguns dos elementos que lhe foram inerentes e os quais funcionaram como alicerces dos mesmos.

Neste contexto, durante largo período de tempo, o estatuto da criança e a visão da mesma, nada mais era do que a última das preocupações de natureza social, política ou educativa das sociedades, sendo esta situação alterada com o advento do Renascimento e os ideais humanistas por este movimento idealizados. Nesta época, saliente-se o papel de *Erasmus*, o qual já foi por nós abordado, e que neste âmbito contribuiu, de forma decisiva, para a criação de um sentimento ligado à infância, revestido de direitos, os quais devem ser alvo de protecção, independentemente do seu credo, sexo ou estatuto. Estes princípios, ainda que bem distantes em termos temporais, voltaram, inequivocamente a ser utilizados aquando da Declaração Universal dos Direitos do Homem, produzidos em 1948 (Monteiro, 2006).

Posteriormente, no prisma *Lockeano*, o carácter déspota do poder paternal e os desmandos que estes originavam, surge condenado como nunca o havia sido, reafirmado a necessidade de conferir aos menores direitos próprios.

A diferença da sua identidade foi a “chama” trazida por *Rousseau*, sendo efectuada a apologia da necessidade de se prever as diferenças inerentes às transformações psicológicas de que as crianças são alvo e suas particularidades. Estas passam a estar previstas, promovendo, pela primeira vez, a apologia da defesa e protecção das crianças com deficiências de ordem mental e/ou motora (Monteiro, 2006).

Toda e qualquer forma de castigo corporal de que a criança possa ser alvo, passa a ser entendida como intolerável, tenha ela a origem que tiver (progenitores,

educadores, prestadores de cuidados...). Mais uma vez, esta enunciação de princípio, veio a verificar-se fundamental séculos mais tarde na Convenção de 1989, aquando do seu art.º 19, no qual todos os países assinantes se comprometeram a tomar todas as medidas necessárias para a protecção das crianças, relativamente aos diferentes focos e manifestações de violência.

Neste contexto, uma das primeiras reacções de ordem legal e proteccionista aos ideais filosóficos iluministas, bem como aos espírito subsequente à Revolução Americana, foi sem dúvida o documento aprovado em 2 de Outubro, de 1789, pela Assembleia Nacional Constituinte francesa, a saber, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na qual todos os homens, sem excepção, nascem e permanecem livres, detentores de iguais direitos.

Não obstante ser omissivo do texto qualquer espécie de sanção face à não observância deste direito, facto que teria reforçado a aplicação prática do mesmo, a proclamação deste ideal surgiu como essencial para a criação dos fundamentos dos actuais estados de natureza democrática, estando presente nas suas diferentes constituições, incluindo todos os seus cidadãos sem exclusão dos mais vulneráveis, caso das crianças.

Aspecto subsequente muito importante nesta temática, foi, sem dúvida, a criação dos Tribunais de Família, em 1790, o qual veio regular o poder paternal, criando, pela primeira vez, a idade de emancipação do jovem face ao mesmo (os vinte e um anos), e terminando com o crime de desobediência face à figura patriarcal, o qual tinha como consequência, por exemplo o fim de acções como a deserdação por desrespeito à mesma (situação que até então implicava, pelo receio de se ver desprovido de qualquer protecção/apoio de ordem financeira, a subjugação perante a família e a não denúncia de situações abusivas por parte dos menores).

Durante o império de Napoleão, através da promulgação do seu código, assistiu-se a mais uma tomada de atenção sobre a criança, materializada aquando da elaboração do seu código, sendo que passa a ser considerado o infanticídio, como crime punível com pena de morte para o seu perpetrador. Por outro lado a idade legal para uma criança/jovem responder perante a lei, passa a ser os dezasseis anos, sendo que até essa

data é inimputável, visto não possuir o discernimento necessário para a assumir a culpabilidade das suas acções (Monteiro, 2006).

Com a chegada do século XIX/XX, diversos discursos de natureza pedagógica, vieram reforçar o conceito de criança e todo o universo que deve rodear esta, quer seja sobre o ponto de vista educativo, social ou psicológico. Os teóricos do que ficou para a história como o movimento da Escola Moderna tiveram nesta mudança um papel fundamental.

Dos vários intervenientes neste movimento, do qual se salientam nomes como Froebel, Decroly ou Montessori, salientemos, pela sua pertinência com a temática, os contributos de Korczak e Frenet.

Assim, pela mão do polaco Korczak, cuja formação era a medicina, com especialização no recente ramo da pediatria, foram aprofundados os direitos de natureza activa da criança. Na sua óptica, a infância era algo pelo qual se deveria ter um respeito absoluto e inquestionável, não se limitando a teorizar sobre esse princípio, mas passando à sua aplicação prática. Assim, no Lar dos Órfãos que dirigia, na capital do seu país natal, a Polónia, era dada supremacia a todos os ideais de natureza democrática, revolucionando a forma como estas instituições eram até então concebidas e destinadas. Neste contexto, mais do que dotar as crianças abandonadas de mecanismos para o seu ingresso futuro na sociedade, tornava-se imperioso a dotação destas com princípios potencializadores da sua autonomia, de forma a encararem as suas responsabilidades futuras e dar à sociedade todo o seu potencial (LeGal, 2005).

Ao longo da sua vida, korczack, escreveu mais de mil artigos, sempre ao redor dos direitos e protecção da criança, tendo sido o seu legado fundamental, aquando da elaboração do texto da Convenção dos Direitos da Criança, sete décadas após o seu desaparecimento, nomeadamente no que concerne à apologia da necessidade de dar à criança todas as condições possíveis de forma a garantir o bem-estar emocional e físico das mesmas, bem como a sua promoção.

Com Frenet, pedagogo de origem francesa, os ideais de korczack tiveram um digno seguidor, sendo a livre expressão da criança elevada à sua máxima valorização. Os seus ideais relativamente à criança, incluíam um elevado sentido de justiça face às acções operadas com e para ela, a necessidade de oferecer a todas as mesmas condições

e oportunidades (nivelando assim as desigualdades sociais e económicas), bem como a necessidade de denúncia urgente de todas as situações de abuso, exploração ou alienação de responsabilidade.

Não obstante os seus esforços e ideais defendidos, Frenet, fez passar a consciência de que nem a todas as crianças era atribuído as mesmas condições no seio das diferentes comunidades, logo estas não podiam ser consideradas justas e nem sempre seguras. Com esta constatação, o seu legado na luta pelos interesses das crianças foi muito relevante, fazendo emergir, a necessidade urgente da definição dos seus direitos, sistemas de avaliação e posterior protecção (LeGal, 2005).

3.2 O Risco: Noção e Avaliação

Com a introdução do conceito "Sociedade de risco", com Beck (1992), a noção de perigosidade foi elevado a uma perspectiva mais consciente. No entanto, e tal como nos esclarece este mesmo autor, tal assumir de posições não significa que a sociedade actual seja potencialmente mais perigosa, com maior índice de risco do que anteriormente foi possível constatar, sendo que a preocupação e gestão face a essa mesma realidade é que sofreu franca evolução.

Como foi possível observar em capítulos anteriores, as alterações relativamente ao sentido do conceito de "risco", podem ser constatadas em etapas específicas da história humana. Mas, a noção mais recente vai muito mais além, pressupondo que uma dada decisão pode ser realizada tendo em linha de conta o objectivo de evitar situações de ameaça.

Neste contexto, para Gillingham (2006), a responsabilidade de um agente causador, a sua determinação, surgem como as premissas fundamentais do risco, fazendo que sempre que sucede um acontecimento do qual resulte consequências em outrem, haverá quem tenha que por tal ser responsabilizado.

Ao surgir como uma noção de interesse generalizado, sendo a gestão da mesma tida como central para grande parte do globo, conceitos como risco e sua avaliação, passaram a ser fulcrais para os serviços relacionados com a protecção dirigida às crianças (Ferguson, 1997). À incerteza perante o risco, estes respondem com avaliações

de natureza formal e burocrática, bem como com distintos sistemas para a gestão das situações (Kemshall, 2002).

Na prática, a implicação do pensamento actual relativamente ao risco, nas práticas da protecção ligada às crianças, traduz-se, essencialmente, na capacidade de ser capaz de prevenir o prejuízo para o menor (Lupton, 1999).

Contudo, não obstante a extensa bibliografia relativamente a esta temática, ainda se reveste de alguma ambiguidade o conceito relativo a crianças e jovens em risco (Fonseca, 2004).

Assim, inicialmente, esta expressão designava, primordialmente, indivíduos com elevadas hipóteses de se envolverem em situações (tais como abuso de drogas, actos de delinquência ou maternidade precoce), as quais encerravam em si a quebra das normas ditadas (Fonseca, 2004).

Por outro lado, certas correntes de pensadores, consideravam que este mesmo conceito se aplicava a grupos mais restritos de crianças, pertencentes a núcleos familiares que apresentavam conotações sociais de ordem negativa, inserindo-se nesta situação os filhos de reclusos, as crianças em lares ou institucionalizadas, bem como as abandonadas (Fonseca, 2004).

Esta designação era ainda apresentada como forma de referenciação perante indivíduos expostos a contextos de natureza social e económica aguda e adversa (sem acesso às mínimas condições de segurança, educação ou saúde), bem como às vítimas resultantes de situações de conflito ou de exclusão por parte da sociedade (caso das minorias étnicas).

Da análise destas diferentes correntes, sobressai um aspecto essencial, a saber o papel do núcleo familiar enquanto contexto fundamental e primário no que concerne à sobrevivência da criança.

Neste contexto, só a partir do momento em que a célula familiar não seja capaz de assegurar essas mesmas necessidades, é que a sociedade deverá accionar os mecanismos necessários para promover as necessidades e capacidades da criança (Fonseca, 2004).

Assim sendo, a presente definição associada ao conceito de *risco*, encontra-se directamente relacionado com os défices ou ausência relativamente às diferentes necessidades, independentemente da natureza destas (emocionais, físicas, educacionais...).

Com base neste pressuposto, podemos entender como crianças em situação de risco, todas aquelas que dadas as suas particularidades, de natureza biológica e /ou peculiaridade da sua célula familiar, se encontra sujeita a uma alta taxa de probabilidade de ser alvo de situações de omissão e/ou privação, as quais irão comprometer, de forma mais ou menos intensa, as suas necessidades (Fonseca, 2004).

Para Salgueiro (1999), poderemos classificar dois tipos distintos de riscos, a saber *precoces e tardios*.

Desta forma, a primeira denominação ocorre sempre que nas primeiras etapas da vida da criança, exista uma insuficiência, quer ao nível da qualidade quer da quantidade, no estabelecer de relações de vinculação, entre esta e os seus progenitores.

No que concerne à segunda tipologia, esta ocorre nas crianças, que em idade de frequência escolar, revelam dificuldades no que respeita à sua integração e plenitude das vivências inter-pessoais e de convivência. Falamos quase sempre de adolescentes, os quais vivenciaram uma fraca e insegura relação de vinculação, do qual resulta, quase sempre, jovens com grande revolta e com tendência para o cometimento de desvios.

Neste âmbito, a noção de *risco* e das crianças nesta situação, reveste-se de grande complexidade, visto tratar-se de uma realidade que deverá ser observadas a partir de multiplicidade de perspectivas, tais como educativa, médica, legal, psicológica e da assistência social.

Toda esta diversidade transforma o acto de avaliação do risco como algo complexo, existindo uma pressão crescente para que os profissionais das diversas áreas envolvidas, o façam o mais precocemente possível, de preferência de forma preditiva, sempre que estamos perante situações de maus-tratos (Reis, 2009).

A avaliação do risco pode assim ser entendida como um conjunto de informações, recolhidas de forma sistemática, com vista a determinar em que medida

uma dada criança é potencial candidata a ser vítima de abusos ou de negligência num determinado tempo mais ou menos distante (English & Pecora, 1994).

Contudo, ao debruçarmo-nos sobre os estudos efectuados no que respeita à avaliação do risco, podemos constatar que os mesmos têm crescido em termos numéricos, ainda que não tendo conseguido alcançar verdadeiros consensos no que concerne à eficácia geral da capacidade de verdadeiramente prever situações de risco (Reis, 2009).

Este aspecto há muito que é tido como fulcral pelos teóricos, desde os estudos pioneiros de Meehls (1954, citado por Saum, 2006), o qual procurou, através da revisão de cerca de vinte estudos, estabelecer uma correlação entre as previsões clínicas e aquelas que ocorriam estatisticamente. Como conclusão, Meehls aferiu que estas últimas surgiam como mais fidedignas do que as apreciações dos especialistas. Todos os estudos posteriores confirmam essa constatação (English & Pecora, 1994; Gillingham, 2006).

Com vista a dar resposta ao aumento significativo de casos graves de maus-tratos em crianças e jovens, procura-se encontrar métodos e /ou modelos com vista a uma melhor resposta dos serviços de protecção das crianças.

Neste contexto, e tendo como objectivo determinar o grau de fiabilidade de três dos mais utilizados modelos de avaliação nos Estados Unidos, Baird e Wagner (2000), realizaram um estudo. Dois destes com base em *consensos* e outro a que os autores denominaram de *actuarial*. Estes sistemas apresentam as seguintes características:

Sistema de avaliação	Características
Consenso	<p>1ª fase: Os técnicos realizam a identificação e avaliam as características determinadas das crianças e/ou jovens, com base num consenso;</p> <p>2ª fase: Cada técnico efectua o seu julgamento clínico relativamente ao possível risco de abuso</p>

Sistema de avaliação	Características
Actuarial (c/ base num estudo de natureza empírica)	<p>1ª fase: Identificação de itens e ou factores, os quais possuem elevada incidência na ocorrência de actos futuros de negligência ou abusos;</p> <p>2ª fase: Construção de um instrumento de natureza actuarial;</p> <p>3ª fase: Classificação, por parte dos técnicos, das famílias (de acordo como o seu baixo, médio ou alto grau de risco).</p>

Quadro 10: Sistemas de Avaliação do Risco
(Baird e Wagner, 2000)

Segundo os autores, e ainda referindo que defendendo o principio que nenhum sistema de avaliação se apresente como 100% fiável, é possível concluir com os seus trabalhos, que sempre que a avaliação de risco foi realizada empregando o modelo dito *actuarial*, as estimativas realizadas foram muito mais precisas e conseguidas, quando comparadas com qualquer outro modelo.

A utilização de um determinado modelo/sistema de avaliação de risco, ainda que fundamental, é, contudo, algo que pode ser entendido como recente. É dessa situação exemplo o estudo realizado pela American Public Welfare Association, no ano de 1996, com vista a aferir o tipo e grau de satisfação relativamente ao modelo de avaliação do risco utilizado, tendo constatado que dos 54 estados investigados, só 38 apresentavam algum sistema (Reis, 2009).

Paulatinamente, assiste-se ao desenvolvimento de novos modelos com vista a avaliação do risco, ainda que, de acordo com alguns teóricos, os mesmos apresentem alguma falta de adequação, em termos teóricos e de natureza empírica (Reis, 2009).

Neste contexto, é natural que muita da discussão que existe relativamente aos serviços de protecção, esteja relacionado com a utilização do modelo de avaliação.

Actualmente, as várias instituições que têm a seu cargo a protecção das crianças, visam encontrar métodos de avaliação do risco, com vista a reforçar a capacidade destas na sua capacidade e objectivo de proteger os menores vítimas de maus-tratos, nascendo assim inúmeros instrumentos de avaliação do risco à disposição dos técnicos (por exemplo):

- The California Family Assessment Factor Analysis (CFAFA);
- Washington Assessment of Risk Matrix (WRAM);
- The Michigan Family Risk Assessment of Abuse and Neglect (FRAAN);
- Child at Risk Field System;
- Illinois CANTS 17 B.

Da adequação destes instrumentos e das conclusões retiradas dos mesmos, várias são as consequências em relação às crianças e às famílias destas, bem como para os próprios serviços de protecção. Toda a acção dos técnicos deverá ser orientada tendo em vista, o interesse primário da criança (Reis, 2009). Esta tomada de atitude encontra-se estreitamente relacionada com a capacidade e estimativa, operacionalizada pelo técnico, no que concerne ao risco de danos futuros para aquela.

Neste âmbito, todos os possíveis erros cometidos, irão converter-se em consequências, mais ou menos gravosas, as quais podem ser de natureza material, tais como recursos humanos e de tempo gastos desnecessariamente, quer de índole humana, caracterizadas por consequências emocionais e de trauma, quer para as vítimas quer para as famílias, para além dos possíveis e por vezes graves danos de ordem física (os quais podem culminar, em último grau, com a morte).

Outro aspecto a reter, sempre que se pretende implementar um sistema de avaliação, prende-se com o risco que os serviços de protecção correm de poder provocar nas famílias um elevado nível de stress, aquando das investigações decorrentes após a denúncia, já que largo número dos casos reportados não têm fundamento (Reis, 2009).

No entanto, e dada a necessidade de proteger a criança, esta atitude intrusiva é amplamente justificada, ainda que reforce a urgência de uma eficaz organização por parte de todo o sistema, incluindo o legislativo.

3.3 Aspectos do Sistema Legal Português

O fenómeno dos maus tratos é, dado o seu carácter interdisciplinar, uma realidade que apela, com vista a atingir uma compreensão global, não só à perspectiva médica, psicológica, pedagógica ou sociológica mas também à jurídica e à judiciária (Leandro, 1989).

Estes dois últimos domínios, estendem a sua margem de acção muito para além da simples “punição”, cabendo à lei e aos tribunais uma importante tarefa ao nível da prevenção dos maus tratos.

Assim, em Portugal, tem-se vindo a salientar o valor atribuído aos aspectos jurídicos e judiciários, facto que tem beneficiado de uma maior consciencialização e familiaridade dos magistrados com a temática (Leandro, 1989).

Deste contacto nasceram frutos importantes, os quais passaram pela necessidade de legislar tendo em vista a obrigatoriedade de participação de toda e qualquer situação (a qual, de acordo com o sistema legal, deverá ter lugar junto do Ministério Público, com vista à realização de inquérito criminal, sendo de carácter facultativo a participação desses factos junto de um juiz de menores) e descendo até à própria definição do conceito de maus tratos, ainda que estes encontrem uma abordagem muito genérica na nossa lei, no art.º 15.º, alínea a), da O.T.M. e já com mais rigor no art.º 153.º, número 1, alínea a) e b), do Código Penal.

No entanto, as formas previstas nesta última disposição, não revelam, ainda, um carácter suficientemente abrangente, dado que integram normas incriminadoras inseridas em Código, que procuram circunscrever o âmbito do criminalmente punível “a um mínimo que coincide, tendencialmente, com o espaço de consenso comum em toda a sociedade democrática” (confr. Preâmbulo do Código Penal, n.º18).

Assim sendo, só pela análise da globalidade do nosso sistema jurídico, com base desde logo na Constituição da República, se determina, com correcção, o conceito jurídico de maus tratos, reconhecendo-se a criança como sujeito autónomo, de direitos fundamentais cuja ofensa grave preenche a noção de abusos, residindo nestes comportamentos de carácter não accidental os quais implicam a “vitimização” da criança. Estes poderão ocorrer sempre que, por exemplo, se ofenda o direito à integridade física

e moral da criança, se dificulta o direito ao respeito pelas suas ligações psicológicas profundas e pela continuidade das relações afectivas gratificantes, se desrespeita o direito à realização (de acordo com o seu sentir, vocação e aptidões) ou ainda se não se respeita a liberdade da criança ser não apenas protegido mas também sujeito do seu próprio destino, de harmonia com a sua progressiva maturidade (Leandro, 1989).

Assiste-se assim no sistema jurídico português, a um conceito de maus tratos que visa ser uma extensão dos Direitos da criança, situando-se com estes em estreita ligação.

Nesta temática da lei e do sistema judiciário, no contexto dos maus tratos infantis, saliente-se o contributo destes para determinar quando se está perante “maus tratos” reais, ou, pelo contrário, dentro do âmbito do “castigo admissível”, o qual tem na sua base o conteúdo do poder paternal, devendo ser caracterizado por um poder funcional ou “responsabilité parentale”, como refere o Conselho da Europa.

Na nossa lei civil actual, ao referir-se ao âmbito do poder paternal, exclui os aspectos do poder de correcção, ao contrário do que sucedia até à reforma legislativa de 1977), privilegiando-se não o poder-dever de carácter punitivo e autoritário, mas os aspectos da autoridade amiga e responsável que a lei atribui aos pais (Leandro, 1989).

Através da acção do legislador desmistifica-se as ideias tão fortemente enraizadas na nossa cultura, como revelaram os estudos levados a cabo pelo Dr. Fausto Amaro (Amaro, 1986), da quase inevitabilidade e falso proveito dos castigos físicos e da educação baseada na agressividade e austeridade.

A intervenção da doutrina e da jurisprudência nesta complexa questão, deverá, segundo autores como Leandro (1989), ir mais longe, formulando-se assim critérios de distinção entre o que poderá ser considerado como os limites possíveis, logo tolerados, dos castigos aplicados às crianças, salientando-se neste aspecto:

- Não ser violento ao ponto de deixar marcas;
- Não seja susceptível de ofender a dignidade e auto-estima da criança;
- Tenha em conta a idade da criança, a sua personalidade e desenvolvimento;
- Que seja consequência de um acto do qual a criança tem percepção;

- Que só seja “admitido” a quem mantém uma vivência calorosa com a criança, dado que a falta de amor para com esta poderá, por vezes ocultar a verdadeira razão dos maus-tratos.

Para além destas possíveis e futuras definições, já emanadas há mais de vinte anos, as quais representariam um acréscimo significativo no sentido de aprofundar a questão dos maus tratos infantis, por parte do poder judicial português; da consagração de liberdades e garantias constitucionais a certas realidades (família – artº. 67º. paternidade e maternidade – artº. 68º; infância – artº. 69º; juventude – artº. 70º., todos da C.R.P); falta-nos ainda no nosso sistema, mecanismos adequados à efectivação dos direitos já adquiridos (Leandro, 1988).

Desta forma, caberia ao direito a criação de um sistema judiciário especializado, no qual os seus intervenientes, a saber, magistrados, funcionários, elementos da polícia assessores técnicos e voluntários, receberiam uma formação integral e polivalente; bem como o desenvolvimento de institutos progressivamente aperfeiçoados como o do poder paternal, o da tutela, o da adopção, o das medidas tutelares, o do regime penal dos jovens imputáveis, etc. (Leandro, 1988).

É verdade que a resposta aos problemas da criança maltratada não poderá residir preferencialmente no sistema judiciário, dado o seu carácter formal e de possível exclusão, por vezes afastada da solidariedade social espontânea que se pretende. No entanto, cabe-lhe um importante papel em relação à criança, ao jovem e à família, a partir do respeito por todos e das suas potencialidades, contribuindo para uma acção coordenada dos vários agentes, com o rigor ético e técnico que naturalmente se exige (Leandro, 1988).

3.4 Quadro Legal de Protecção

O Estado Português começou a preocupar-se com as questões dos menores desprotegidos e abandonados ao formalizar, em 1911, a Lei da Infância e da Juventude. Tal preocupação continuou com a Organização Tutelar de menores, em 1962, texto que foi revisto em 1978, e que se manteve em vigor até final do ano 2000 (Magalhães, 2004).

Relativamente aos maus tratos, e a nível internacional, é de referir a Convenção das Nações Unidas, de 1989, assinada pelo nosso país no ano seguinte à mesma e ratificada pela Resolução da Assembleia da República, a qual estipula no nº1 do artigo 19º:

“Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou qualquer pessoa a cuja guarda tenha sido confiada”.

Na mesma Convenção, na alínea a) do artigo 37º, encontramos ainda:

“ Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos, ou degradantes...”

Assim, com a ratificação desta Convenção, Portugal, pelo menos de forma legislativa, passou a orientar a sua postura de acordo com pressupostos que pretendem melhorar a forma de vida das crianças, garantindo que estas não sejam alvo de qualquer forma de discriminação, sendo finalmente definido os 18 anos como idade fronteira de definição do estatuto de criança.

A saúde, nas suas diversas valências, passa igualmente, a ser tida em conta como elemento primordial para o bem-estar da criança, pelo que se propõe uma diminuição nos índices de mortalidade infantil, promover a assistência em termos médicos a todos os menores (promovendo os cuidados de saúde primários), efectuar um combate à doença e aos quadros de má nutrição, possibilitar uma boa assistência pré-natal e educar a sociedade com vista à necessidade de possibilitar às suas crianças condições de higiene e segurança (visando a diminuição dos acidentes).

A partir de 1 de Janeiro de 2001, entrou em vigor a nova Lei de Protecção de crianças e Jovens em Perigo, a qual aproveitou a experiência de dez anos das comissões de protecção de menores em risco (Decreto - Lei 189/91, de 23 de Novembro), e considerando aquela experiência, dotou estas comissões de novos estatutos e

atribuições, permanecendo o tribunal apenas como um subsidiário das novas comissões (Neves, 2003).

Ao criar, além das comissões restritas, as comissões alargadas, a lei pretendeu que, na área da sua competência territorial, estas promovam acções, identifiquem carências, mobilizem recursos na comunidade e colaborem, dinamizando programas que afastem as crianças e jovens das situações de perigo (concretizando o princípio constitucional, previsto no artigo 69º da Constituição da República Portuguesa, o qual responsabiliza a comunidade em primeiro lugar e o Estado em segundo, pela protecção destas ocorrências).

Assim, de um modelo de matriz proteccionista, do tipo “ Estado de Providência”, passou-se para um modelo do tipo “ Estado de Direito”, o qual promove os direitos e a protecção dos menores, acompanhando ideologias liberais de defesa dos direitos das crianças (Neves, 2003).

O apoio e a execução da intervenção tutelar de protecção que, em última análise visa prevenir as situações de delinquência, é da competência dos sistemas da segurança social, enquanto o apoio e execução da intervenção tutelar das situações criminais de menores, entre os 12 e os 16 anos, é da competência do instituto de reinserção social.

Contudo, em termos legais, os maus tratos têm duas formas de protecção, a saber a de natureza tutelar, anteriormente referida, a qual irá proteger as crianças e jovens dessas situações, para além da protecção de índole penal, que, com objectivo de estender o alcance dessa protecção, irá responsabilizar criminalmente o abusador.

Neste contexto, no actual Código Penal, os casos passíveis de configurarem situações de maus tratos em crianças e jovens, estão previstas nos artigos 138º, 15º, e de 172º a 176º. De entre estes, sobressaem, pela frequência da sua ocorrência, os artigos 152º, 172º e 174º (Neves, 2003).

O artigo 152º (*Maus tratos e infracção das regras de segurança*), refere-se aos maus tratos físicos e (ou) psíquicos, protegendo contra o tratamento cruel, ao emprego em actividades perigosas, desumanas ou proibidas, sem que implique um dolo específico e tendo maior relevância se a vítima for criança ou jovem.

No artigo 172º (*Abuso sexual de crianças*), defendem-se as crianças menores de catorze anos, contra práticas de índole sexual, as quais podem passar pelas práticas sexuais propriamente ditas, até à fomentação de condutas censuráveis, obscenas ou pornográficas.

O artigo 174º (*Actos sexuais com adolescentes*), veio alargar o âmbito do crime de natureza sexual, defendendo uma faixa etária até aí desprotegida, a saber entre os catorze e os dezasseis anos, circunscrevendo todos os meios de sedução e aspectos como o abuso da inexperiência.

Outro aspecto fundamental na protecção contra esta trágica realidade, passou, certamente, com a alteração ocorrida no Código Penal, tendo-se consagrado a natureza jurídica de crime público para situações de maus tratos, deixando estas de depender de queixa do ofendido (quantas vezes física e psicologicamente impedido de tal efectuar), contra o autor dos crimes (Neves, 2003).

Neste contexto, é possível descortinar uma luz ao fundo do túnel com vista à protecção das vítimas destes crimes, tendo-se assistido, essencialmente nos últimos anos a um despertar de toda a comunidade, que crescentemente passou a sedimentar a ideia de tolerância zero relativamente aos comportamentos de violência e abuso sobre as crianças.

Conjuntamente com um sólido sistema de protecção, a sociedade deverá estar atenta, procurando focos potenciadores de perigo presente ou futuro com vista à guarda e promoção dos direitos da criança.

3.5 Mecanismos de Prevenção

Seguindo a velha máxima de que perante um dado problema mais vale prevenir do que remediar, também no que concerne aos maus tratos infantis esta se aplica, ganhando um carácter de urgência, tendo em conta o preço a pagar por cada segundo de inércia perante situações de risco potencial (Gray et al.1979).

Ao falarmos em mecanismos de prevenção, deveremos ter em conta que estes se expressam por três níveis essenciais, a saber ao nível *primário*, *secundário* e *terciário* (Cowen, 1982; Repucci, 1987).

Analisando cada um destes tipos de prevenção, poderemos dizer que a *prevenção primária*, como o nome bem indica, situa-se na base da pirâmide de todo o problema, sendo por muitos autores considerada a mais importante, visto identificar previamente os grupos populacionais de risco (Leandro, 1989). Teoricamente inseridos nesta designação poderemos encontrar: as situações de mães solteiras (Araújo, 1986) e muitas das vezes menores, as famílias fechadas, em situação económica precária ou com quadros de alcoolismo (Canha, 1986); os toxicodependentes; os casais com relações difíceis e com base na agressividade (Deschamps, 1976) para além da falta de desejo prévio em relação ao nascimento de uma criança (Castanheira, 1986).

O trabalho a desenvolver junto da mulher grávida, ainda no período pré-natal, poderá ser fonte de importantes perspectivas quanto à visão que a futura mãe terá da sua criança e da forma como lidará com esta (Gauthier, 1982), devendo ser informada das dificuldades que irá encontrar e como as poderá ultrapassar. Reveste-se, assim, de plena utilidade a presença de um psicólogo clínico na maternidade para além de uma maior sensibilização dos profissionais de saúde nesta área (Mourman, 1986), buscando assim prevenir situações as quais, ao transporem os muros da instituição hospitalar tendem a diluir-se no seio da sociedade.

No domínio da *prevenção secundária*, a qual tem lugar numa fase de efectivação de maus tratos, pretende-se o desenvolvimento de mecanismos, os quais possibilitem uma identificação, o mais precoce possível, das situações visando-se pôr cobro às mesmas.

Assim sendo, após a identificação serão elaborados acções específicas que visem reduzir as pressões sobre as famílias, buscando-se ajuda em domínios variados como os das estruturas de apoio psicopedagógico, da acção social, da saúde, da cultura, da educação ou da habitação (Leandro, 1989).

A formação dos indivíduos, que na sociedade lidam mais directamente com esta problemática, reveste-se de carácter essencial para a prevenção da mesma. Neste contexto, falamos de elementos comunitários, que no entender de autores como Leandro (1989), serão os médicos e outros técnicos de saúde, magistrados, polícias, párocos, autarcas, responsáveis por instituições de solidariedade e, directamente relacionados com o âmbito de trabalho, os agentes de ensino.

No campo da *prevenção terciária*, busca-se dar uma resposta ao nível social, criando-se estruturas de apoio à criança, visando a reintegração sócio familiar desta, nas situações em que tal facto seja possível, ou a sua inserção em estruturas de acolhimento provisórias ou mesmo definitivas (Leandro, 1989).

Neste nível de prevenção, poderemos verificar uma atitude de carácter verdadeiramente actuante face às situações de maus tratos, facto que nos leva para o domínio dos sistemas de intervenção que se encontram ao nosso alcance de forma a actuar e superar esta realidade.

3.6 Enquadramento da Intervenção

3.6.1 Evolução das Estruturas de Intervenção

Sendo a criança uma realidade relegada para segundo plano durante tanto tempo, não será de admirar que as estruturas sociais de apoio às mesmas tenham também elas sido praticamente inexistentes durante largo período, deixando assim à sua “triste sorte” milhares de crianças.

Assim sendo, os flagelos que poderiam afectar as crianças eram, a partir do século X, a ilegitimidade ou bastardia e as abandonadas e expostas (Charpentier, 1967).

O acto de proteger as crianças abandonadas era visto por muitos como uma forma de favorecer os maus costumes e o vício. Durante o século XI ao século XVI, em França, por exemplo, procurava-se excluir os filhos naturais ou ilegítimos dos benefícios da hospitalização. A Ordem do Espírito Santo, na cidade de Montpellier, surgia como excepção, aceitando bastardos logo após o século XII (Charpentier, 1967).

A solução dada à criança abandonada ou com estigma social, era assim de carácter caridoso, sem qualquer intenção de resolução verdadeira do problema ou tentativa de compreensão da situação em que se encontrava a criança.

De todas as tragédias por que poderiam passar as crianças neste período, uma era particularmente alarmante, a saber, as que se relacionavam com a criança deficiente.

Desta forma, neste final da Idade Média, a diferença era algo inaceitável pela sociedade e por isso fortemente repudiada. A loucura representava a “aberração”

máxima, enquanto representação do mal, o que levava a que o cuidado prestado em tais situações fosse o encarceramento nas antigas leprosarias (Foucault, 1961).

Em Portugal, o nascimento de instituições destinadas às crianças, teve lugar durante o reinado de D. Afonso III, no século XIII, por D. Beatriz, com o nome de “Hospital dos Meninos de Lisboa” (Correia, 1944).

Seguindo o exemplo de sua sogra, a Rainha Santa Isabel cria, em Santarém, o “Hospital dos Meninos”, com vista a dar acolhimento a crianças de ambos os sexos, as quais tivessem sido vítimas de abandono.

Tendo como precursor o trabalho iniciado pela Rainha D. Leonor, surge-nos a Misericórdia de Lisboa, na qual é criado, em 1564, um “criandário ou hospício para enjeitados e casas para amas” (Pardal, 1969).

Apesar da criação de instituições de apoio às crianças, o número de abandonos destas não parou de aumentar, o que levou à criação, por ordem de Pina Manique de uma forma de “oficializar” esta prática, através da instituição da Roda (aberturas feitas nas paredes dos hospitais, casas ou igrejas, por onde as crianças indesejadas podiam ser depositadas, garantindo a confidencialidade de quem as entregava). Muitas crianças eram já abandonadas mortas na Roda, atingindo a mortalidade cerca de 70% (Pardal, 1969).

A “afluência” da população à Roda, principalmente como forma de ocultar nascimentos fruto de relações “duvidosas” e crianças com deficiência física ou mental, era de tal forma intensiva, que no princípio do século XIX supunha-se que cerca de 1/3 das crianças que nasciam em Lisboa eram aí postas (Fontes, 1933).

Com os auspícios do século XIX, com todas as correntes inspiradas pelo Realismo, a situação que se vivia em Portugal passou a ser alvo de discussão, levantando-se cada vez mais argumentos que justificavam uma rápida transformação nas estruturas de apoio à criança. É disto exemplo a campanha que surge contra o uso da Roda (Correia, 1944), levada a cabo por homens como o Dr. Thomas de Carvalho o qual afirmava: “A Roda é o infanticídio indirecto, permanente, legal...”.Sublinhando sem qualquer margem de dúvida: “Abaixo a Roda dos expostos!”

Na década de 1860, a Roda é finalmente abolida, de acordo com ordens do provedor da Santa Casa, sendo concedidos maiores ajudas financeiras para as mães carenciadas.

As crianças expostas mudaram de nome passando a chamar-se desamparadas, enquanto a Casa da Roda adquiriu o nome de Casa da Aceitação.

Com esta luta clara ao abandono infantil, uma das mais violentas formas de mau trato, a taxa de mortalidade observada desceu de 70%, em 1920, para pouco mais de 20%, a partir de 1922-altura em que deixou de ser permitido o abandono, sendo as mães obrigadas a internar-se com o filho (Correia, 1944).

No plano do apoio directo à criança deficiente, como já anteriormente referido, alvo preferencial de maus tratos, registaram-se igualmente alguns progressos.

Assim, refira-se a criação, dentro da Casa Pia, em 1823, do “Instituto dos surdos-mudos e cegos”, o qual ainda que revestido de boas intenções iniciais, depressa se degradou no que diz respeito às suas condições de assistência.

Registe-se ainda, o trabalho desenvolvido nesta área pelo Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, também da Casa Pia, o qual introduz, já neste século, o estudo globalizante da criança, numa perspectiva antropológica, educacional, psicológica e médico-pedagógica (Ferreira, 1919).

Passo a passo, a protecção dada à criança dita diferente, às desprotegidas por situações sociais injustas, e por isso mesmo vítimas de abandono e carências várias, passou a tomar contornos no nosso país.

No entanto, a cobertura social de certas situações de maus tratos infantis só começou a ocorrer bem recentemente, com a compreensão mais precisa e globalizante deste problema.

Assim, a par de instituições há muito reconhecidas como intervenientes activos nesta luta, caso da Casa Pia e da Organização Tutelar de Menores (a qual, através da figura dos tribunais de menores, decreta medidas relativamente a crianças que sejam vítimas de maus tratos, situações de abandono, em perigo de vida, segurança ou moral;

decidindo sobre os pedidos de protecção dos mesmos), surgiram todo um conjunto de novas entidades, públicas e privadas, que fazem deste o seu trabalho prioritário.

3.7 Estratégias de Intervenção

Quando as situações não podem ser prevenidas, o que numa situação delicada como esta, seria certamente o ideal, há que actuar e desenvolver acções que ultrapassem e reparem, na medida do possível, os factos sofridos.

Tendo em conta as várias definições de maus tratos, tal poderia fazer pensar poderia haver variadas estratégias de intervenção, no entanto essa correspondência não se aplica, muito menos na realidade portuguesa.

Não será objectivo deste trabalho, fazer um levantamento exaustivo de tudo quanto poderia ser feito em matéria de intervenção, já que nesta matéria um pouco de bom senso seria por vezes mais proveitoso que programas muito elaborados, os quais não têm aplicação prática, ficando esquecidos em qualquer gaveta de um sábio legista ou psicólogo.

No entanto, gostaríamos de apontar algumas vias importantes, tendo sempre como linha orientadora o princípio enunciado pelo Dr. Armando Leandro (1986), em que a criança deve ser sempre vista como um sujeito de direitos civis e não um objecto de direitos, com acesso directo e irrecusável à palavra, à diferença, à intimidade e à protecção,

O artigo 26º da Constituição, consagra aos pais o direito e o dever de educar os filhos na intimidade do lar. Contudo, os filhos não são propriedade dos pais.

O artigo 69º, que conferia o poder de correcção aos pais, foi banido, porque algumas atitudes correctivas eram demasiado violentas.

Muitos de nós, quando em presença de crianças dramaticamente maltratadas, somos levados pela emoção e revolta, a tomar medidas de intervenção que passam pela punição dos agressores e retirada da criança desse meio.

No entanto, mais do que punir os pais e separá-los dos filhos, é importante recuperá-los para a criança, (Leandro, 1986). A punição só servirá para endurecê-los

ainda mais e aumentar os sentimentos de rejeição, de forma consciente ou inconsciente, em relação a esses mesmos filhos.

Os autores ligados às teorias psicodinâmicas aplicaram role playing com pais maltratantes, em que estes têm de desempenhar o papel padrão de pai, e de pais em risco.

Estes tratamentos focam as fontes intra psíquicas do conflito, pois que acreditam ser a causa dos incidentes dos maus tratos.

Estas técnicas colocam a tónica na problemática das experiências da infância, que inconscientemente provoca a agressão dos pais ou mães aos seus filhos.

Blumberg (1977), considera que a psicoterapia em pais maltratantes, pode ser orientada de forma a melhorar a auto-imagem e força interior destes pais, para reviverem as experiências da infância, podendo existir taxas de sucesso de 50 a 80 % dos casos, quando conjugadas a acções com ensinamentos de puericultura e cuidados maternos.

Contudo, o acesso a estas técnicas, pelo menos entre nós, torna-se difícil, triunfando as estratégias de intervenção essencialmente punitivas e contempladas pela nossa lei.

Porém, à semelhança dos avanços observados noutros aspectos da mesma problemática (caso do domínio da protecção já por nós referido), também ao nível do enquadramento da intervenção se tem observado progressos, preconizando actual sistema normativo português, princípios de certa forma inovadores.

Assim, dever-se-á, em qualquer forma de intervenção efectuada, atender, prioritariamente, ao interesse superior da criança e do jovem, sendo esta realizada com base no respeito pela sua intimidade, pelo direito à imagem e reserva da sua vida privada (Delgado, 2006)

Porém, quer o sistema de intervenção /protecção aconteça através de meios intermediários como os anteriormente referidos, quer recorrendo à clássica solução judicial, existem sempre diversas fases neste processo que são comuns nos seus

aspectos essenciais e que terão início no momento da suspeita e da detecção da situação de perigo.

Neste contexto, podemos encontrar actualmente duas formas distintas de intervenção, a saber informal e formal.

3.7.1 Intervenção Informal

Sempre que não estejamos perante situações de grande emergência, nas quais são exigidas mediadas de protecção imediata, deve-se organizar estratégias informais de acção conjunta, englobando os vários profissionais e instituições.

Cada profissional da equipa multidisciplinar (Assistente social, psicólogos, legistas...), deverá apresentar o seu ponto de vista face aos factores de risco e à situação de perigo (Fonseca, 1990).

Sempre que esta seja a forma de intervenção escolhida, deverá ser observados aspectos tais como o acompanhamento familiar e garantia de aceitação, por parte desta, do suporte social sugerido.

A rede informal deverá ser impulsionada pelos profissionais das ECMIJ (caso das instituições particulares de solidariedade), ao nível municipal, autárquico ou regional, trocando entre si elementos, trocando experiências e articulando acções (Fonseca, 1990).

Dentro desta modalidade de intervenção, saliente-se o trabalho efectuado pelo I.A.C., instituição de apoio à criança, o qual procura aceder de forma rápida ao mundo da criança mal tratada, com base num projecto inovador de acompanhamento, estudo e denúncia desta problemática (ao que não será alheia a existência de uma linha telefónica de fácil acesso e onde a confidencialidade é garantida).

Registe-se igualmente, as acções realizadas no núcleo de certos hospitais, procurando-se assim um trabalho de parceria com as autoridades policiais, sociais e legisladoras. É o que poderemos observar nos Serviços Pediátricos do Hospital de Santa Maria, V. Franca de Xira ou de Setúbal; no Hospital Pediátrico de Coimbra ou Infantil de São Roque, a Direcção Geral da Família, o Instituto de Medicina Legal, a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa ou a Associação Portuguesa para o Direito de Menores e

da Família; para além de entidades interessadas no estudo do assunto, como o Centro de Estudos Judiciários e associações de acolhimento social e imediato à criança em risco (caso da casa “Aboim em Ascensão” ou o projecto “Novo Lar”).

Estes serviços e entidades encontram-se representados no “Grupo Permanente de Análise da Problemática Relacionada com a Jurisdição de Menores e de Família”, o qual se trata de “um grupo interdisciplinar de reflexão e acção” (Leandro, 1988).

Desta forma, as novas estruturas de apoio à criança partem de um visão geral da mesma, procurando, mais que “curar” as muitas “feridas” que estas trazem, recuperar e integrar para uma vivência social plena e activa, abandonando, de forma evidente, o secular papel exclusivamente caritativo, que durante tanto tempo pudemos observar.

3.7.2 Intervenção Formal

Não obstante o carácter inovador e de grande valor social das instituições anteriormente referidas e do trabalho por estas desenvolvidas, nem sempre são suficientes como forma de intervenção, nomeadamente quando estamos perante casos de abuso sexual. Nestas situações há que recorrer à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), colocando em marcha a rede formal de intervenção (Fonseca, 1990).

A CPCJ ou o tribunal, de acordo com os diferentes casos, irá decidir, tendo em conta o interesse da criança ou do jovem, as medidas a tomar. Para tal, terá que ser considerado a natureza do abuso praticado, o ponto de vista da vítima, a resposta parental e o ponto de vista dos profissionais.

Dadas as possíveis sequelas desta forma de intervenção, surge, actualmente, com o último reduto de actuação.

3.7.2.1 A institucionalização das crianças vítimas de maus-tratos

Surge como ideia consensual, que a institucionalização acarreta em si um quadro favorável para o surgimento de diversos quadros de risco, os quais advêm de situações várias, tais como o isolamento social, a ausência do convívio familiar ou a massificação do tratamento (Cavalcante et al., 2007).

No entanto, a severidade destes elementos, a possível combinação entre estes e a frequência dos mesmos, tornam-se determinantes na definição das condições adversas para o desenvolvimento da criança que se encontra ao abrigo de uma instituição (Cavalcante et al., 2007), situação experienciada por muitas vítimas de maus-tratos, na qual mais nenhuma forma de intervenção é possível.

Na perspectiva de autores como Vectore e Carvalho (2008), a institucionalização é tida como prejudicial para o desenvolvimento do menor, dado considerarem que esta não possibilita acções que permitam, em profundidade, modificar a realidade de todo aquele que necessitou de ser afastado do seu núcleo familiar. Nesta linha de pensamento o abrigar de uma criança não pode ser visto como solução, mas sim como o arrastar de um problema, para quem já havia, das mais diversas formas, sofrido alguma violação dos seus direitos. Neste âmbito, a falta de atendimento personalizado e o desenvolvimento de acções que não comportam todas as necessidades dos que se encontram institucionalizados, são as principais queixas apresentadas.

Em contraposição, existem autores (Martins & Szymanski, 2004), para quem a institucionalização é vista como uma esperança para o desenvolvimento daqueles que nela habitam, encontrando nesta os necessários limites para a obtenção da sua identidade, possibilitando o seu amplo crescimento, mesmo afastada da usual convivência do seio familiar.

Neste âmbito, a instituição assume-se não só como um local de morada, mas possibilita, igualmente, todo um conjunto de recursos, os quais ajudarão os seus membros a enfrentar diferentes situações da sua vida, de contornos positivos ou adversos.

Parecendo comprovar esta linha de opinião, encontramos as pesquisas realizadas por Oriente & Souza (2005), os quais concluíram que as crianças alvo de institucionalização parecem demonstrar capacidades em muito superiores às da mesma faixa etária, vivendo em diferente ambiente, perante adversidades.

Mesmo afastados da família, as crianças em lares podem ser capazes de produzir, no que concerne à construção de referenciais de identificação, modelos positivos, tendo os monitores um importante papel nesta construção de uma rede social de afectos e emoções (Oriente & Souza, 2005).

As experiências anteriores à institucionalização, caracterizam-se, maioritariamente, por vinculações afectivas caracterizadas, em grande medida, por situações envolvendo violência de ordem diversa, tendendo a permanecer por longo período de tempo (Oriente & Souza, 2005).

Apesar da vontade intrínseca, da disponibilidade para criar novos vínculos, observa-se, num período inicial, uma desconfiança profunda para o estabelecer dos mesmos, sendo necessário esperar pelo tempo próprio que cada criança leva a superar esse obstáculo, levando à criação de confiança (Oriente & Souza, 2005).

Esta desconfiança tem como principais razões, o receio de não ser bem acolhida e o facto de sentir insegurança perante um novo abandono ou outra forma/ de maus-tratos. (Oriente & Souza, 2005).

Sempre que se observa uma rotatividade dos adultos cuidadores, assiste-se à criação de fragilidades, de rupturas nos laços vinculativos (Nogueira & Costa, 2005). Este quadro é especialmente notório nas idades mais precoces, nas quais a criança se apega à figura da “mãe social”, a qual, sempre que é trocada, provoca nestas um sentimento de abandono e de rompimento vinculativo.

Se o bem-estar e a segurança pode ser reforçado na instituição, quando comparado com o ambiente vivido no seio de uma família disruptiva e/ ou agressora, (Nogueira & Costa, 2005), estas também limitam aos seus membros o direito à intimidade e ao desenvolvimento das suas características individuais, dado não ser possível o acompanhamento singular de cada sujeito e o total respeito pelos seus pensamentos e características.

O cumprimento de rotinas por norma rígidas, em nome do normal funcionamento da instituição e do bem de todo o grupo, restringem o espaço para manifestação dos seus desejos e o espelhar das suas necessidades, nomeadamente de índole emocional, facto que em nada favorece o ultrapassar das vivências dolorosas experienciadas antes da institucionalização (Oriente & Souza, 2005).

Contudo, certas crianças tendem a não aceitar passivamente esta realidade de exclusão e/ou o ignorar das suas necessidades, respondendo a esta com actos de

transgressão, tais como lutas, insubordinações ou a própria fuga, criando mecanismos de auto-defesa à margem do socialmente aceitável (Oriente & Souza, 2005).

Nesta linha, segundo Pereira (2006), a institucionalização de crianças e jovens não pode ser tida como um ambiente considerado ideal e nem muito menos a solução para a criança que foi alvo de abandono ou de um quadro de maus-tratos, já que não permite o desenvolvimento de uma acção integrada com base no apoio à convivência familiar, tido como fundamental para o seu desenvolvimento.

A formação e capacitação dos vários elementos que integram a instituição, desde os seus monitores, psicólogos ou orientadores, surge como uma das mais eficientes formas de limitarmos os possíveis danos ou limitações observadas no seio das instituições de acolhimento (Barros & Fiamenghi Jr, 2007).

A possibilidade de organizar os grupos de funcionamento da instituição segundo formatos em que se associem aos vivenciado numa família, promovendo a criação de vínculos de natureza afectiva ao nível dos elementos da mesma (entre as várias crianças, do adulto para com estas e vice-versa), permitiria, certamente, desenvolver na criança, através de situações lúdicas e de diálogo, a exteriorização do seu presente, passado, e a idealização de um futuro sustentável (Martins & Szymanski, 2004).

3.7.3 Detecção dos Maus-Tratos

A precocidade nesta matéria, é fundamental para poder prestar auxílio às vítimas de maus tratos, evitando o prolongamento das acções no tempo, ou, preferencialmente, prevenindo situações activas, salvaguardando, a criança e ou o jovem, bem como a sua família (Arruabarrena et al.1994).

As situações de maus tratos ou de risco de menores, podem ser detectadas em diferentes espaços, caso dos hospitais (por exemplo: através dos seus serviços de urgência); nas escolas (espaço alvo de estudo por parte do nosso trabalho), em casa ou noutros locais e extra-institucionais.

Contudo, dada as distintas formas de maus tratos existentes, as quais se poderão expressar desde a mais evidente crueldade àquela de contornos subtis e discretos; não

será de estranhar que os que sejam identificados representem somente uma ínfima parte da realidade, permanecendo assim ocultos ou não reconhecidos; quer ao nível da família; quer da lei como verdadeiros maus tratos, um grande número de casos (Moleiro, 1986).

Era de todo fundamental, que pelo menos os profissionais que lidam directamente com a infância e a juventude, estivessem sensibilizados, informados e capacitados para a necessidade e para o dever de reconhecerem os sinais de alerta e/ou os contextos familiares de risco.

Outro aspecto significativo a ter em conta, prende-se com o facto de que mesmo quando a situação é do conhecimento geral de um indivíduo ou mesmo de uma certa comunidade, muitas vezes não se assiste à denúncia do caso, contribuindo para tal diversos factores, assentes em aspectos de natureza diversa.

3.7.4 Denúncia

Haverá certamente um largo número de vítimas as quais se encontram ignoradas, fazendo parte daquele “número negro” que jamais constará nas estatísticas, dado que ao não serem denunciadas as situações de que são alvo, pura e simplesmente não existem.

Parece razoável supor-se que o número dos casos desconhecidos e duvidosos, possa ser muito maior do que os casos conhecidos (Vesterdal, 1979).

Por outras palavras, a totalidade dos casos de maus tratos e da falta de cuidados para com as crianças, assemelha-se a um iceberg, do qual só o seu cume é possível vislumbrar, enquanto a maior proporção do mesmo se encontra desconhecida.

A denúncia pode ser considerada como o acto de dar a conhecer uma situação ou suspeita de maus tratos (Arruabarrena, 1994). Qualquer pessoa pode ou deve fazer a sinalização de uma situação e a denúncia da mesma, incluindo a própria vítima (Furniss, 1991). No entanto, e como referimos anteriormente, tal nem sempre se verifica, estando a explicação dessa realidade enraizada em diversos factores.

Assim sendo, poderá estar em causa o receio de cometer perjúrio, em resultado de uma avaliação precipitada da situação sendo mais fácil refugiar-se no “dogma” de

que os pais e os actos por estes praticados, têm sempre como base o amor instintivo e nada mais (Strauss, 1979).

Segundo autores como Deltaglia (1977) e Strauss (1979), por vezes existem factores de individualismo e de não interferência na vida particular dos outros, os quais limitam ou inibem a denúncia de ocorrências de maus tratos. Esta situação observa-se quer ao nível das pessoas singulares e anónimas, quer ao nível de muitos técnicos e médicos, o que revela que uma sociedade da comunicação, como pretende ser a do mundo de hoje, não é sinónimo de partilha e solidariedade.

Temos ainda que considerar como factores que levam ao encobrir de situações de maus tratos, a grande ignorância que parece existir em relação às estruturas de protecção às crianças e adolescentes, para além das acções por estas desenvolvidas, a que nem sempre é alheio uma descrença nas possíveis soluções (Moleiro, 1986).

Mesmo quando se atinge o ponto de se reconhecer estar presente de uma situação que merece ser trazida à luz de contínuas omissões, as quais passam por vezes, por um receio de perder a confiança da família em que está envolvido ou com a qual a qual mantém relações, sentimento esse reforçado pelo sentimento de intromissão na vida alheia, o qual poderá ter as suas raízes profundas na falta de interesse a longo prazo com o futuro da criança (Moleiro, 1986) e das consequências de tais actos na construção de adultos estáveis e seguros de si (Cichetti & Barnett, 1992).

Esta situação de verdadeira apatia perante o relatar de situações de maus tratos na criança e adolescente, por si só uma realidade extremamente grave e um forte abalo no nosso pretensamente elevado grau de socialização, ocorre em todos os grupos, sendo particularmente difícil de compreender a sua existência naqueles que lidam directamente com os resultados das agressões: pediatras, médicos de clínica geral/família e pessoal dos serviços hospitalares de urgência.

No já longínquo ano de 1967, quando a questão da urgente necessidade de denúncia dos maus tratos começou a emergir e a ser objecto de estudo por parte dos investigadores, realizou-se em Washington, pela mão do “Grupo de investigação sobre crianças martirizadas”, um inquérito com vista a descortinar, qual a atitude dos profissionais de saúde perante esta temática.

As conclusões obtidas não poderiam ser mais elucidativas e de certa forma assustadoras.

Assim sendo, verificou-se que um em cada cinco profissionais de saúde confessou que só raramente pensava em agressões, quando via uma criança ferida, e mesmo quando tal sucedia o diagnóstico tendia a ser errado.

Por outro lado observou-se que mais de metade dos clínicos interrogados ignoravam quais os passos a seguir, referindo 1/3 destes que ao já ter realizado uma denúncia não foi informado posteriormente dos acontecimentos seguintes, o que levava a um desinteresse pelo facto, razão que estava na base de que um em cada quatro médicos se recusa-se, pura e simplesmente a dar o alerta perante uma dada situação de maus tratos, se para tal não fossem obrigados pelo poder judicial.

Um total de 25,5% dos médicos recusaram explicar a sua atitude de não denúncia, desconhecendo alguns os fundamentos dessa atitude.

No entanto, os níveis observados nos Estados Unidos da América já de si grave, foram superados por valores de países também eles ditos “desenvolvidos” como a França.

Muito tempo passou sobre este estudo mas, apesar dos esforços desenvolvidos, os argumentos utilizados para a não denúncia de casos de maus tratos continuam a ter uma estranha modernidade.

Neste contexto, é cada vez mais necessário encorajar a denúncia séria e fundamentada, conforme recomenda o Conselho da Europa (conr. Boletim do Ministério da Justiça nº335, págs.9 e 17), com a certeza de que a omissão ou atraso na efectuação da mesma pode muitas vezes ser fatal para a vida e equilíbrio futuro da criança (Leandro, 1989). Observando o nosso sistema legal a propósito da denúncia, verificamos que esta deve ser efectuada ao Agente do Ministério Público que exerça funções no local em que tiveram lugar ou, se esse local for desconhecido, no lugar em que primeiro deles tiver havido notícia, sendo esta denúncia de carácter obrigatório para as entidades policiais e para os funcionários (na acepção do artº 437º do código Penal), que tomaram conhecimento dos “maus tratos” no exercício das suas funções e por causa delas.

Dentro das profissões consideradas, salientam-se os profissionais de saúde, os de serviço social e, de maior interesse para este trabalho, os de natureza pedagógica (professores).

Perante este sistema legal relativo à denúncia, que atitude deverão ter os profissionais anteriormente referenciados, quando detecta, no exercício das suas funções, uma situação que, isoladamente ou por equipa interdisciplinar em que se integre, for diagnosticada – com certeza ou com razoável grau de probabilidade fundado em suspeita séria – como tratando-se de uma situação de maus tratos?

Do regime vigente, torna-se de carácter obrigatório a sua participação para efeitos de inquérito criminal (a dirigir ao Ministério Público), a exercer funções na área que abranja o local onde os factos ocorreram ou, quando este for desconhecido, naquela em que primeiro tenha havido notícia desses factos (Leandro, 1988).

É de natureza facultativa a participação desses factos ao tribunal competente em matéria de menores (participação a dirigir ao juiz).

Acresce que os referidos profissionais com obrigação ou a faculdade de participar/ denunciar deverão ter presente que da sua actuação resultará o desencadear de mecanismos que visam essencialmente a protecção da criança, bem como do próprio autor dos maus tratos e da família e em última instância à prevenção geral do fenómeno (Leandro, 1988).

Dada a pertinência desta questão, fundamental para o colocar a descoberto situações, na maioria das vezes, cometidas na penumbra e longe de olhares de terceiros, e sendo ela uma das temáticas que pretendemos avaliar com o nosso trabalho, a ela voltaremos em capítulo posterior.

3.7.5 Avaliação e Investigação

Perante situações de suspeita ou de detecção de crianças ou de jovens em perigo, a definição do tipo de estratégia a seguir, bem como da entidade que ficará responsável pelo caso, dependerá sempre da gravidade deste, fazendo optar, ou não, pela via formal de intervenção. Contudo, haverá sempre que proceder a uma avaliação e posterior investigação a qual, muitas das vezes deve ser decidido caso a caso (Magalhães, 2004).

Neste contexto, exceptuando as situações de emergência ou casos de grande urgência, nos quais exista a necessidade de protecção imediata, a decisão relativa ao processo de investigação, exige uma anterior discussão entre diferentes profissionais, os quais iram ter um papel activo no processo (caso das ECMIJ- por ex: hospitais, centros de saúde, escolas ou linhas telefónicas de ajuda), para além da família, sempre que tal seja possível, a própria vítima, com vista a elaborar um plano de intervenção adequado e efectivo (Magalhães, 2004).

A avaliação e investigação deverão ser realizadas em conjunto, com vista a esclarecer diversos factores.

Assim, visará esclarecer os factos relativos às circunstâncias que estiveram na base da suspeita do abuso, permitido, através desta, aferir do grau de perigo em que se encontra a vítima, permitindo uma intervenção imediata (sempre que tal seja a única solução possível).

Toda e qualquer investigação só poderá ser realizada se forem observadas determinadas premissas (King, 1995), a saber: possuir-se informação, a mais detalhada possível, relativa a indicadores de risco (o que permitirá avaliar o perigo e accionar os mecanismos mais adequados a cada situação; existir a coordenação das avaliações e intervenções disciplinares; bem como a responsabilidade profissional face aos menores alvo de maus tratos (incluindo-se neste aspecto, o conhecimento da obrigação legal de sinalizar certos casos e a necessidade de colaborar em todo o processo).

Toda a investigação deverá ter como principal ponto de interesse a criança ou jovem, ao devendo ser ela mesma, fonte de sofrimento suplementar (King, 1995). Neste âmbito, há que observar procedimentos tão diversos como o estabelecimento de uma adequada coordenação entre a equipa de atendimento; o assegurar ao menor que vai ser ajudado por algo do qual não foi culpado; o evitar da repetição de procedimentos (caso de explorações médicas e entrevistas) ou o necessário respeito pela vontade e sentimentos de vergonha do menor.

Qualquer investigação deverá conduzir sempre à obtenção de um diagnóstico, o mais adequado possível às situações investigadas.

3.7.6 Diagnóstico

Devido à dificuldade em estabelecer diagnósticos diferenciados, nomeadamente perante situações sociais e culturais deficientes, e, essencialmente, quando se pretende dar a resposta mais rápida e eficaz possível, em cada caso; torna muito complexa a questão do diagnóstico (Magalhães, 2004).

Observando o preconizado na lei (Fonseca, 1990), é solicitado aos profissionais, que façam o diagnóstico das situações consideradas de urgência (toda e qualquer situação de perigo actual ou iminente para a vida e integridade da criança ou do jovem) ou situações de perigo (considerando-se este diagnóstico sempre que se verifique que o menor se encontra entregue a si mesmo, sofre de qualquer forma de maus tratos, é obrigado a actividades inadequadas ou excessivas ou que se encontre sujeito, por qualquer forma, a comportamentos que afectem a sua segurança ou o seu bem estar emocional).

3.7.7 Estratégias de Promoção dos Direitos e de Protecção

Toda e qualquer situação, após a sinalização, avaliação e diagnóstico da mesma, só poderá ser entendida como satisfatória, se após a mesma venham a ser despoletados todas as medidas possíveis e necessárias com vista à promoção dos direitos e protecção da vítima (Magalhães, 2004).

Como verificámos no início deste capítulo, estas medidas sofreram alterações ao longo dos tempos, atravessando fases de completa inércia face a esta problemática, até aos nossos dias, onde se prevêem estratégias actuates e de defesa.

Face ao diagnóstico estabelecido, e depois de se rever o caso, através do olhar polivalente de uma equipa multidisciplinar, devem ser definidas as medidas de protecção a aplicar ao menor.

Nesta etapa do enquadramento da intervenção prestada, é fundamental procurar um equilíbrio entre cada profissional envolvido no processo. A razão da decisão, e esta propriamente dita, a qual passará a reger o futuro a curto ou longo prazo da vítima, deve ser baseada num trabalho transdisciplinar, no qual se visará dar satisfação às necessidades de protecção e promoção que qualquer ser em desenvolvimento necessita.

3.7.8 Mecanismos de Acompanhamento

Se a descoberta dos actos ilícitos de natureza abusiva são o princípio de todo este processo. No final deste, o acompanhamento da criança mal tratada será fundamental para a sua recuperação.

Neste contexto, deverá ser privilegiada a manutenção da criança no seio da família / se tal se verificar válido e eficaz, (como expusemos anteriormente), sendo necessário desenvolver estruturas de coordenação, as quais implicaram diversas situações.

Assim, há que estabelecer linhas de acção conjuntas, que contemplem os programas da área da saúde, em paralelo com os das instituições que formam a rede de cuidados de infância em cada área.

Torna-se igualmente imperioso, a elaboração com todos os elementos envolvidos, de um plano individual de acompanhamento.

Com vista a tornar real o feedback, nomeadamente com os elementos que inicialmente tomaram consciência e através deles o alerta da situação foi tornado público, há que informar acerca dos resultados da avaliação e das medidas de protecção adoptadas. Este procedimento torna-se fundamental de forma a garantir a envolvência de todos os que participam no processo, fazendo valorizar o papel que cada um representa no debelar deste flagelo humano e social.

Neste contexto, a forma como cada um de nós desempenha o seu dever, quer de acção directa, denúncia, recuperação ou outras possíveis atitudes, definirá a sua forma de dar resposta a este problema.

3.8 Competências dos Profissionais e das Estruturas de Protecção

Todo e qualquer conhecimento só alcança a sua concretização plena quando passa do plano teórico para o da concretização prática.

Esta verdade, encontra justificação plena na temática por nós abordada, já que não bastará denominar todo o conjunto de fenómenos que lhe estão associados,

consequências e manifestações; sendo fundamental (para bem das vítimas) prolongar a acção para o domínio da actuação efectiva.

3.8.1 Profissionais da Educação e Ensino

Sendo a população alvo da nossa investigação os docentes, facilmente se poderá explicar que este seja o primeiro grupo do qual tentaremos explicitar quais as suas atribuições e relevância nesta matéria.

Apresentando-se a escola como uma comunidade educativa, teremos que incluir neste grupo, não só os educadores e professores, como também, os auxiliares de acção educativa, os assistentes e animadores sociais, bem como as associações de pais e de estudantes, que têm a sua área de acção nas escolas, jardins-de-infância, creches ou A.T.L's. (Kenny, 2001).

Todos os elementos anteriormente referidos, dada a especificidade da comunidade escolar e os relacionamentos estabelecidos entre as crianças ou jovens bem como das suas famílias e espaços envolventes, surgem em posição preferencial relativamente às efectivas medidas de controlo, detecção e prevenção dos maus tratos.

Assim, devido ao contacto maioritariamente de natureza diária, é possível à comunidade escolar vislumbrar possíveis situações de perigo, quer através da observação da condição física dos alunos, quer dos seus comportamentos ou atitudes.

O clima de companheirismo e fraternidade gerado, em grande parte dos casos entre os professores e os alunos, propicia a troca de afectos, os quais por vezes possibilitam confissões de situações de dor e sofrimento por partes destes (Kenny, 2001).

Neste contexto, não será de estranhar que os primeiros sinais de alarme de grande número de situações de maus tratos infanto-juvenis, tenham tido origem nas escolas, tendo sido veiculados pelos professores e outros profissionais do contexto escolar (a título de exemplo, lembremos os dados fornecidos pela Comissão de Protecção de menores, sobre os quais nos debruçaremos com maior pormenor, a qual, em 2009, atribuiu aos estabelecimentos de ensino, o valor de 22,3%, no que se refere ao número de casos referenciados nesse mesmo ano).

Perante uma criança/jovem que o docente suspeita vítima maus-tratos, Lowenthal (2001) recomenda que sejam observados determinados preceitos. Assim:

- Dever-se-á demonstrar total disponibilidade para ouvir o relato da criança;
- Estabelecer uma relação de conforto e segurança;
- Mostrar à criança que se crê nela;
- Não demonstrar preconceitos ou expectativas excessivas;
- Interromper o diálogo sempre que este seja o desejo do menor;
- Procurar ter um discurso acessível;
- Não prometer que não divulgará o teor da conversa, pois poderá existir necessidade de ser efectuada denúncia da mesma;
- Procurar não fazer sentir culpada a criança;
- Os valores do professor não deverão intervir;
- Procurar um ambiente calmo e com pouca gente para o diálogo;
- Não procurar marcas ou pedir para que a criança se dispa;
- Evitar falar nos possíveis castigos a atribuir ao abusador, já que este pode se alguém que a criança goste;
- Dizer à criança que esta é inocente e é correcta a denúncia dos actos de que foi vítima.

Como vimos em capítulos anteriores, a detecção de situações de maus tratos não é só uma exigência de natureza pedagógica, mas também de carácter social e legal. Contudo, é fundamental que estes profissionais estejam preparados para detectarem certos sinais de abuso, de forma a contribuir para uma intervenção o mais precocemente possível e desejável.

Neste contexto, de acordo com Horton e Cruise (2001), existem todo um conjunto de sinais e conseqüentes manifestações dos mesmos, susceptíveis de serem detectados por observação directa, em contexto escolar, para os quais os profissionais desta área deverão estar particularmente alertas, ainda que nenhum destes, analisados por si só, de forma isolada, possa ser garante de que o maltrato se encontra presente. Assim, será necessário ter em conta a frequência com que esses sinais ocorrem, a forma como sucedem e com quem.

Quando estes sinais têm lugar de forma repetida, alcançam a designação de indicadores:

Indicadores dos Alunos	
Indicadores	Manifestações
Índole Física	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cansaço frequente e clara falta de energia; ○ Falta de higiene constante e / ou vestuário inadequado; ○ Marcas frequentes, golpes, feridas e outras manifestações; ○ Relatos frequentes de “acidentes” como tentativa de explicação dos danos físicos observados; ○ Doenças frequentes; ○ Distúrbios de ordem alimentar (tais como descida ou subida significativa do peso, fraco apetite, vómito recorrente...); ○ Queixas físicas generalizadas (dores de cabeça, estômago, garganta...) sem causa aparente; ○ Regressões comportamentais (enurese e /ou encoprese, palrear como um bebé, birras, voltar a usar a chucha ...); ○ Sensibilidade extrema ao barulho e /ou aos movimentos; ○ Défices na acuidade auditiva ou visual, para os quais os progenitores ou cuidadores nada providenciam.
Índole Comportamental	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agressividade de natureza física e /ou verbal; ○ Acções desafiadoras; ○ Atitudes cruéis para com animais; ○ Actos pirómanos; ○ Submissão/complacência excessiva; ○ Atitudes e linguagem de natureza sexual, inadequada para a sua faixa etária; ○ Utilização de substâncias (álcool, estupefacientes...); ○ Prática de delitos: ○ Actos de auto-mutilação (cortes e /ou queimaduras); ○ Abandono da escola; ○ Tentativas de cometimento de suicídio.

Indicadores	Manifestações
<p>Índole Social e Emocional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Baixa auto-estima; ○ Isolamento social ou retracção; ○ Ausência de interesse face actividades das quais deveria retirar prazer; ○ Afectos distorcidos (frágeis ou exagerados); ○ Medos frequentes (face a pessoas, situações e objectos); ○ Desconfiança; ○ Agitação de ordem motora perante a espera; ○ Incapacidade para fazer amizades e/ou mantê-las; ○ Troca de papéis sociais (a criança desempenha o papel do(s) seu(s) progenitore(s) perante ela mesma ou os outros.
<p>Índole Educacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Mudanças súbitas nos resultados escolares; ○ Notas demasiado baixas nas provas; ○ Elevado risco de reprovação ou necessidade de apoio educativo extraordinário; ○ Transferência frequente de instituição escolar; ○ Baixos níveis de Criatividade; ○ Atenção diminuta durante as aulas; ○ Faltas frequentes; ○ Fugas da escola.

Quadro 11: Indicadores /Manifestações dos maus-tratos nos alunos passíveis de ser observados em contexto escolar (Adaptado de Horton e Cruise, 2001)

Para além dos indicadores observáveis nos alunos, Muñoz et al., (2003) apresenta-nos, igualmente, aqueles que podem ser constatados pelos docentes nos próprios pais:

Indicadores dos Pais

- Revelam a sua convicção quanto à utilização de métodos punitivos
 - Falta de relação entre os pais e a escola
 - Possuem uma imagem negativa em relação à criança
 - Criam ou demonstram expectativas excessivas sobre a criança
 - Muito exigentes com o menor
 - Demonstram tendência para culpabilizar ou depreciar
 - Evitam estar presentes nas reuniões escolares
 - Acusam sintomas de consumo de drogas ou álcool
 - Recusam comentar problemas da criança
 - Ignoram as necessidades de natureza física, emocionais e /ou educativas do filho
 - Discurso negativo face ao seu educando
 - Toleram e desculpabilizam comportamentos da criança não lhe colocando qualquer limite
 - Desconhecimento e/ou incompreensão das diferentes fases de evolução da criança
 - Ausência de um dos progenitores
-

Quadro 12: Indicadores dos pais passíveis de ser observados em contexto escolar
(Traduzido e adaptado de Muñoz et al., 2003)

Neste contexto, será razoável admitirmos que grande número de situações de maus-tratos podem ser prevenidas a partir da escola.

Na perspectiva de Muñoz et al., (2003), é evidente que os professores podem e devem participar activamente nesta temática, sempre e para que tal procedam à seguinte tomada de atitudes:

- Realizem uma observação relativamente às possíveis mudanças no que concerne à aparência física e comportamental do menor (de que o quadro anteriormente apresentado tão bem explica), bem como dos seus cuidadores (em diferentes ocasiões e contextos);
- Procurem escutar a criança sobre os relatos que esta efectua sobre o seu núcleo familiar, o que transmite aos seus colegas e o que por sua vez estes dizem dela;
- Recolhem informação sobre a envolvência familiar do menor.

Se após este trabalho preliminar, o docente se aperceber que um determinado aluno está em situação de risco ou sendo alvo de um quadro de maus-tratos, este não deverá (Muñoz et al., (2003):

- Considerar que este é um assunto que não lhe diz respeito. Assim, para além da obrigação pedagógica que lhe assiste, a educação de uma criança por parte de um docente, abrange, igualmente, a atenção perante o seu bem-estar e da satisfação das suas necessidades;
- Confundir o acto de denunciar com notificar. Neste âmbito, esta última acção deve ser entendida como a atitude de dar a conhecer a situação à instituição correspondente, com vista a que a família alvo, possa aceder à atenção de que precisa com vista a enfrentar o seu problema;
- Julgar a situação como irremediável. Desta forma, se a instituição mobilizar a sua atenção face ao problema vivido por um determinado aluno, vários recursos podem ser activados a tempo de impedir o desenrolar de situações ou, pelo menos, a interrupção imediata destas.

Quanto mais nova é a criança, mais atenta e diferenciada deverá ser a actuação do profissional de ensino, neste caso específico do educador de infância. Para Papalia (2001), o papel deste nesta temática, deverá ser o de dar a saber, da forma o mais adequada possível, às crianças a seu encargo, ideias tão importantes como o facto de o seu corpo lhes pertencer e que como tal podem e devem recusar que qualquer pessoa lhes possa tentar tocar ou beijá-las contra sua vontade, mesmo que esta se inclua na sua família ou amigos.

É igualmente extremamente importante transmitir-lhes que jamais se deverão sentir culpadas face a qualquer acção realizada sobre elas por um adulto, sendo

fundamental que relatem o que lhes sucedeu, nomeadamente ao seu educador de infância, sendo vital reforçar que dessa atitude não resultará qualquer punição para si.

Quando o profissional de educação, quer pela obrigação legal quer moral que lhe assiste, decide fazer a denúncia de uma situação, esta, *antes da queixa* se efectivar, deverá levar aquele agente a (Baker et al., 2002):

- Pedir a opinião do seu coordenador;
- Assegurar-se que a sua instituição irá, ao longo de todo o processo, prestar o máximo apoio possível;
- Verificar se tem na sua posse informações actuais sobre a criança e sobre a situação, com vista a dar resposta aos eventuais pedidos dos técnicos dos serviços de protecção (por ex: nome e dos pais, data de nascimento, morada, possíveis testemunhas...);
- Dar a conhecer à criança ou ao progenitor a sua obrigação em apresentar queixa (sempre que esta não se faça de forma anónima).

Aquando da *apresentação da queixa* aquele profissional deverá:

- Definir quem efectuará a queixa, de acordo com o regulamento da instituição em que está inserido;
- Dar a conhecer as informações relacionadas com a revelação;
- Informar-se relativamente às medidas que podem vir a ser realizadas pelas CPCJ e quando ocorrerão as mesmas, tendo o cuidado de manter os registos das suas acções (data da denúncia, o método utilizado: e-mail, carta, fax...);
- Caso o deseje, explicitar que pretende o anonimato.

Após a *apresentação da queixa*, deverá o professor ou educador:

- Tranquilizar a criança fazendo-a conhecedora sobre o que se irá desenrolar, utilizando para tal recursos (linguagem e atitudes) que permitam o bom entendimento daquela;
- Respeitando os requisitos legais ou da instituição e informar outras pessoas que rodeiam a criança (ex: funcionários da escola);
- Manter o acompanhamento ao longo do desenrolar do processo.

A existência de equipas multiprofissionais, incluindo nestas psicólogos e médicos, surge como fundamental com vista a possibilitar trabalhar em conjunto com as escolas e assim obter um melhor suporte técnico e humano dos docentes, em interacção posterior com as famílias, possibilitando programas de formação e de reforço de saberes e práticas. (Kenny, 2001).

3.8.2 Técnicos de Saúde

A acção dos técnicos de saúde, podendo ser considerados neste grupo médicos, enfermeiros ou auxiliares de acção médica, trespassa todas as fases que constituem o processo de maus-tratos, podendo ter lugar ao nível da fase de diagnóstico, investigação e posterior determinação das necessidades da criança ou jovem (Magalhães, 2004).

Dentro deste núcleo profissional, salientam-se duas categorias, a saber, o médico pediatra (capacitado para identificar situações e propor posteriores tratamentos) e o médico legista (fundamental aquando da investigação pericial). A estreita relação entre estes dois ramos da medicina é fundamental permitindo, por exemplo, determinar a causalidade entre as condições apresentadas por uma determinada criança e a ocorrência de maus tratos; a recolha de potenciais vestígios; a discussão do assunto com outras entidades ou mesmo o facultar de informações que possibilitem uma futura acção judicial (Vulliamy & Sullivan, 2000).

Sobre a responsabilidade dos médicos recai uma importante faceta do diagnóstico, o qual deverá obedecer a critérios previamente definidos (Magalhães, 2004), como seja o do respeito pela vítima, da sua vulnerabilidade e a necessidade de ser o mais precoce possível, já que da má condução deste poderá resultar ou casos de injustiça social ou o terrível perpetuar de situações abusivas e nefastas.

Contudo, a suspeita e posterior identificação de casos de maus-tratos em crianças e adolescentes por parte de muitos profissionais ligados à área da saúde, ainda continua a ser vista como um desafio. Tal situação acarreta que as situações e patologias sejam, maioritariamente, observadas e tratadas, a partir de sintomatologias orgânicas de carácter evidente, sendo de realçar que, tal como já abordado, nem sempre as vítimas apresentam sinais de natureza física.

Neste contexto, torna-se fulcral o papel da anamnese com vista ao esclarecimento da ocorrência, por um lado, bem como para o reconhecimento de sintomas não evidentes na primeira abordagem clínica.

Sempre que haja possibilidade, é por demais vantajoso que esta entrevista inicial e posterior avaliação da mesma seja levada a cabo por um a equipa de vários profissionais, quer de natureza clínica (médico, enfermeiro, psicólogo...), quer de apoio social.

É fundamental que essa avaliação seja conduzida pelo profissional de saúde com base na isenção, sem denotar censura ou sinais de acusação, ainda que não se desviando do interesse último de descobrir a verdade e, em caso de confirmação da mesma, colocar cobro a esta.

Nesta linha de actuação, e com vista a sistematizar o trabalho destes profissionais, a *Sociedade Brasileira de Pediatria* (2001), publicou um Guia de actuação perante os maus-tratos na infância e na adolescência, procurando, de forma didáctica, orientar este grupo para a necessidade de estar atento a determinadas sintomatologias e proceder a uma anamnese planificada. Atentemos a alguns elementos fundamentais da mesma:

Anamnese	
Situações a observar	<ul style="list-style-type: none"> • Relato de prováveis acidentes, os quais têm lugar de forma repetida ou com uma frequência acima da média e para os quais se atribuem causas quase sempre relacionadas com a própria criança (desobediências, inquietude, hiperactividade...). • “Acidentes” para os quais se procurou socorro muito após a ocorrência do mesmo. • História relatada incompatível com o quadro observado (o qual, normalmente, se apresenta como mais gravoso). • Relatos discordantes quando se entrevistam os responsáveis em diferentes contextos (a sós ou acompanhados) e por diferentes profissionais. • Presença de situações de instabilidade familiar (consumo de álcool, droga, detenções...) • Problemáticas relacionadas com a progenitora correlacionadas com a gravidez (tentativa de aborto, não comparecimento nas consultas pré-natais...) • Comunicação dos pais relativamente ao facto de terem sido alvo de maus-tratos enquanto crianças e/ou adolescentes.

Quadro 13: Situações a observar pelos profissionais de saúde para anamnese

Tal como anteriormente observamos aquando dos indicadores observáveis em contexto escolar, convém ressaltar que muitos dos sinais e/ou sintomas relacionados com situações de maus-tratos apresenta-se como inespecíficos, podendo, igualmente ter lugar, perante a ausência de qualquer forma de abuso, situação que alerta para uma necessidade constante de contextualização das várias situações e de apoio e formação (Magalhães, 2004).

Para além dos médicos, o grupo profissional dos enfermeiros revela-se igualmente fundamental nesta problemática, visto que a ele, muitas das vezes, assiste o primeiro contacto com a criança.

Assim sendo, para Almeida et al. (2005), a acção destes profissionais deverá ser dirigida em três vectores essenciais, a saber, *a atenção primária, secundária e terciária*.

Relativamente à primeira forma de actuação, esta baseia-se na prevenção das acções, procurando eliminar ou reduzir os factores que estão na base dos maus-tratos. Para tal será necessário realizar um trabalho de índole informativa, junto dos cuidadores da criança relativamente aos processos de desenvolvimento desta, bem como sensibilizar a população em geral com vista a que esta tenha uma atitude activa perante possíveis situações que ocorram.

No que concerne à acção secundária, esta assenta na detecção, o mais precocemente possível, de crianças e /ou adolescentes em situação de risco, intervindo com vista a impedir que os actos se concretizem. A recolha e organização de dados sobre a família e a promoção de diálogo entre os membros desta, são alguns exemplos do trabalho que pode ser realizado.

Se apesar das acções desenvolvidas o profissional de saúde, personificado pela figura do enfermeiro, não tiver conseguido impedir a efectivação das situações de abuso (por inoperância ou conhecimento tardio), cabe-lhe pôr em prática a última forma de atenção. Neste âmbito, procurar-se-á tratar a vítima e impedir a recorrência das situações, tarefas que passam por acções tais como a promoção do acompanhamento da vítima, o seu atendimento, avaliação e posterior denúncia.

Também ao nível da reabilitação do menor e do seu núcleo familiar, o grupo profissional do pessoal de enfermagem reveste-se de importante papel, podendo realizar

esta vital tarefa através da: educação para a saúde (promovendo o planeamento familiar, bem como o acompanhamento pré e pós natal), facilitar o encaminhamento da criança e respectiva família para o apoio de natureza psicológica e os serviços sociais, bem como estabelecendo uma vigilância contínua (de características não repressivas)

3.8.3 Psicólogos

Este grupo profissional poderá tomar contacto com realidade em estudo, quer através da sua actuação em espaços de centros de saúde, quer através da sua actuação dentro de instituições educativas (jardins de infância, escolas...).

Neste último local, o contacto poderá ocorrer, quer através da sua actuação no espaço educativo, quer através da requisição da sua presença, após o vislumbrar, por parte dos profissionais de acção educativa, de situações tidas como potenciadoras de risco (Furniss, 1991).

Seja qual for a situação que possibilitou a participação deste grupo profissional, assiste-lhe competências fundamentais, as quais passaram pela avaliação do risco psicológico e de sofrimento emocional da vítima de maus tratos (traduzindo-se estes, em grande parte dos casos, pelos comportamentos evidenciados); pela autentificação dos testemunhos prestados ou ainda pelo estabelecimento de um diagnóstico psicológico (Magalhães, 2004). Numa fase posterior, a sua actuação deverá passar pela contribuição dada ao nível da construção de um plano de actuação e recuperação da vítima, podendo este ocorrer, quer de forma formal, quer informal.

3.8.4 Assistentes Sociais

Ao nível dos assistentes sociais, os quais se encontram dispersos em diferentes estruturas, não lhes assiste uma unanimidade comum de funções, podendo ou não trabalhar em áreas que não abarquem competências específicas sobre a infância e a juventude.

No entanto, de um ponto de vista global, competirá a estes profissionais, intervir de forma coordenada, com vista a assegurar uma inter relação entre as diferentes fases de protecção, dando principal destaque à cooperação entre serviços e instituições (públicas e privadas), e a comunidade.

Assim, sempre que se encontre perante casos de crianças ou jovens vítimas de maus tratos, será atributos dos assistentes sociais facultar o necessário acompanhamento social ao menor à sua família, facultando, sempre que tal seja possível, um projecto de vida comum. Este apoio poderá incluir, o apoio domiciliário, através de técnicos especializados, os quais terão como objectivo a realização de uma intervenção informal, a qual, como vimos anteriormente, deverá ser privilegiada quando possível.

Quando tal situação não seja plausível, caberá ao assistente social a preparação do indivíduo para a sua retirada da célula familiar, para a audição deste em tribunal, na prestação de exames médico e elaboração de relatórios.

Possivelmente, a colaboração nos programas de prevenção de maus tratos, onde todas as suas experiências e bagagem de conhecimentos são fundamentais, surge como um dos principais contributos deste grupo de profissionais na temática abordada (Silva, 2001).

3.8.5 Instituições de Acção Criminal

Dentro das instituições criminais, as polícias são o seu rosto mais visível, tendo um papel muito significativo nesta área de acção, passando as suas competências por actos como a denúncia ao Ministério Público, de todos os crimes de maus tratos que haja suspeita, para que se possa proceder criminalmente; pela comunicação dessas mesmas situações às Comissões de Protecção de Menores ou pela própria retirada da criança ou jovem em risco das situações de perigo em que este se encontre (Magalhães, 2004).

Tendo em conta o carácter peculiar e a natureza sensível deste tipo de actuações, é fundamental que estas instituições possuam nos seus quadros, elementos interdisciplinares e com conhecimentos específicos nesta matéria (Santos, 1997), podendo a sua actuação influenciar todo o processo, quer de forma positiva (quando conduzido da forma mais adequada), quer condenando-o irremediavelmente (sempre que não sejam levados em conta os multifacetados aspectos que toda esta problemática acarreta).

3.9 Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

Estas entidades, conhecidas como anteriormente referimos por ECMIJ, representam estruturas cujos principais objectivos visam o apoio social, educativo e de protecção a crianças e jovens em risco.

Dentro destas, poderemos encontrar os centros de atendimento temporário, os internatos e outras instituições de natureza social e educativa.

Na sua constituição, encontramos técnicos de várias áreas do conhecimento, com prevalência das de natureza social, os quais realizam um trabalho de avaliação dos seus utilizadores, procurando, em parceria com os respectivos familiares, construir planos de actuação (Fonseca, 1990).

Como foi referenciado aquando da evolução das estruturas de apoio à criança e jovem em risco, existe actualmente no nosso país um incrementar destas entidades, visando proporcionar uma resposta o mais rapidamente possível (por ex: através das linhas de emergência).

3.9.1 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

Sendo instituições oficiais, de natureza não judiciárias, constituídas por equipas pluridisciplinares, têm por principal objectivo promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo ou intervindo para a pôr cobro a situações de risco.

A sua intervenção poderá ser realizada a pedido de diferentes instituições, de pessoas particulares ou da própria vítima.

Para o sucesso da sua actuação, deverão privilegiar medidas de promoção e protecção, com as quais afastaram do perigo os menores em risco (proporcionando-lhes as condições que permitam potenciar a sua formação, educação, segurança, para além do seu total desenvolvimento), garantindo-lhes, perante a consumação de actos de maus tratos, a sua recuperação física, emocional e humana (Lourenço, 1991).

Neste âmbito, Intervenção das Comissões de Protecção deverá ser pautada pelos seguintes princípios orientadores da sua acção (Lima, 2006):

Princípios	Características
Intervenção precoce	A acção deverá ser efectuada mal seja reconhecida a situação de perigo.
Intervenção mínima	A actuação realizada deverá cingir-se às entidades cuja acção seja estritamente necessária para a protecção e salvaguarda dos direitos do menor.
Salvaguarda do interesse superior do menor	A prioridade será, necessariamente, atribuída aos interesses da vítima.
Privacidade	O respeito pela intimidade, pela vida privada e o direito à reserva da imagem, deve ser mantido.
Subsidiariedade	A intervenção operada deverá ser realizada seguindo uma hierarquia, a qual tem início com as entidades com competência em matéria da infância e juventude e culminará, em último nível, com a acção do tribunal.
Actualidade e Pertinência	Deverá ocorrer no momento adequado à situação de perigo, sendo que a decisão tomada só poderá reflectir-se na vida do menor e do seu núcleo familiar, na medida do estritamente necessário, não devendo ser extrapolado para outros contextos.
Responsabilização parental	Os deveres dos pais devem ser potencializados, de forma a que estes os assumam.
Promoção da família	Deverá ser dada prevalência às respostas que integrem os menores na sua célula familiar ou, quando não possível, que permitam a promoção da sua adopção.
Direito à informação	Os envolvidos no processo têm direito à informação relativa aos motivos que estão na base da intervenção e como esta irá suceder, bem como a conhecerem os seus direitos.
Direito à audição e à participação	Os intervenientes no processo encerram em si o direito a serem ouvidos, devendo participar nas acções de definição das diversas medidas a desenvolver.

Quadro 14: Princípios Orientadores da Intervenção das Comissões de Protecção

3.9.2 Tribunais

Mais do que referenciar a longa lista de funções exercidas por estas instituições, as quais passarão por actos como a audição das vítimas, representantes legais e testemunhas, pelo decretar de medidas de protecção e de coacção face ao abusador e pelo acompanhar da medidas de protecção decretadas, há que salientar que sendo um órgão de intervenção judicial, os tribunais deverão ser o garante do respeito pelos direitos essenciais da criança e do jovem, procurado fomentar o nascimento de uma consciência de natureza individual e colectiva, a qual vise tornar inaceitável situações de abuso e de ofensa, seja esta de que natureza for (Canha, 2000).

Se surge como imperiosa uma atitude de natureza desperta, em alerta para os possíveis indicadores e aspectos observados nas vítimas de maus tratos, colocando em prática o preconizado quer por orientações legais quer morais, com o conhecimento da questão, há que estar ciente de que o ser humano é uma entidade com atitudes e capacidades de reacção as quais vão muito além do pré-estabelecido e tido como vigente. Neste âmbito, é fundamental o conhecimento por parte de todos os envolvidos e profissionais em contacto com esta área dos novos avanços teóricos sobre a mesma e as suas especificidades, as quais podem ter que condicionar formas de actuação tidas como instituídas e universais.

3.10 Resiliência e Maus-tratos

Originariamente, o termo resiliência não provém das chamadas ciências sociais, mas da Física, referindo-se à “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora da tensão elástica” (Ferreira, 1975).

Adaptada para o universo humano, encontramos uma importante diferença com o conceito inicial, dado a resiliência não poder ser entendida como um retorno ao estado anterior, mas sim como a superação, aliada a possibilidade de construção de novos caminhos na vida, após situações traumáticas.

Assim, mais do que falarmos em resistência deveremos falar num certo grau de elasticidade, presente no ser humano, o qual lhe permite continuar a existir de forma plena, após factores negativos (Lindström, 2001, Vanistendael, 1999).

3.10.1 Evolução do Conceito

Através dos contributos de áreas de estudo do comportamento humano, com principal destaque para a psicopatologia, nos finais dos anos 70, foi possível observar casos particulares de crianças, as quais, não obstante se encontrarem rodeadas por variadas situações stressantes, caso das que haviam sido criadas por progenitores ou familiares alcoólicos, não registavam qualquer diferença ou carência, biológica ou psicossociais, em relação às demais crianças. Estranhamente, pareciam adaptadas e resistentes perante as situações contrárias.

A partir da década de 80, esta susceptibilidade para encarar e superar de forma positiva os factores adversos, passou a ser alvo de grande interesse por parte dos investigadores.

Com a chegada dos anos 90, os conhecimentos adquiridos até então passaram a ser alvo de uma tentativa de adequação entre os mesmos e a possibilidade destes servirem como um operador com vista à prevenção dos efeitos de maus tratos (Kotliarenco et al., 1997).

A maioria das definições sobre resiliência surge no final desta década. Estas nem sempre obedecem a uma descrição detalhada, mas sim em bases operacionais.

3.10.2 Algumas Definições

Algumas das definições colocam a tónica no sentido adaptativo do indivíduo, face aos traumas e adversidades (Blum, 1997; Rutter, 1999; Steinhauer, 2001). Segundo este princípio, esta capacidade nasceria através de relações que permitem o restabelecer de vínculos de natureza afectiva e de confiança, sendo ainda originária das características inerentes dos seres, os quais, de acordo com a sua própria natureza, conseguem gerir a negatividade dos factos, conseguindo aprender com estes e desenvolver comportamentos adaptados e normalizados pela sociedade (Junqueira & Deslandes, 2003).

Se para alguns autores a adaptação é a palavra-chave deste conceito, para outros deveremos falar em superação (Bouvier, 1999). Neste âmbito, as experiências, singular ou globalmente vividas, mais do que apagadas (facto que poderá nunca suceder), permitem o armazenamento de defesas por parte da vítima e o fortalecimento desta face a futuros actos adversos (Silber & Maddaleno, 2001).

Encontramos assim dois alicerces diferente face ao conceito de resiliência, a saber a adaptação e a superação, os quais não devem ser vistos como antagónicos mas complementares (Barudy et al, 2005).

Assim, um acontecimento que gerou dor ou conflitualidade pode fortalecer a criança face a situações semelhantes (Rutter, 1987); contudo o desenvolver de resiliência não indica que a pessoa ultrapassou por completo todas as vivências

traumáticas, e que procederá da mesma forma perante toda e qualquer manifestação desgastante (Cyrulnik, 1999).

Neste contexto, esta não é uma definição de natureza estanque, a qual permita a um indivíduo ganhar a capacidade de ser resistente a tudo e a todos, havendo que adequar a mesma em função da vítima e do contexto.

Para autores como Kotliarenco et al. (1997), este é um conceito alicerçado em outros dois princípios, respectivamente, a *vulnerabilidade* e a *protecção*. Neles a *vulnerabilidade* pode ser entendida como uma dimensão contínua do comportamento, a qual se move a partir de uma adaptação, susceptível de produzir menor ou maior sucesso face aos aspectos menos positivos. A *protecção* surge como conjunto de circunstâncias, as quais influenciam, positivamente, a resposta de alguém face a uma situação adversa. Nesta perspectiva, a resiliência faz parte do processo evolutivo dos seres e como tal deverá ser estimulado desde a infância.

Com Slap (2001), assistimos à interacção de quatro elementos fundamentais com vista à definição do conceito, os quais surgem como uma base de apoio, possibilitando proteger e facultar satisfação ao indivíduo. Estes englobariam os factores inerentes à pessoa, o contexto ambiental, os acontecimentos ao longo da via e os factores de protecção. O desafio da pesquisa e das acções de promoção, serão nesta perspectiva, perceber como se compõem cada um destes recursos; para além de descortinar qual a interacção entre eles, com vista a possibilitar a resiliência perante cada situação particular.

3.10.3 Contributo do Conceito para o Estudo dos Maus-tratos

Como foi possível analisar em capítulos anteriores, os maus tratos infligidos às crianças e jovens podem ser praticados pela omissão, supressão e transgressão dos direitos inerentes destas (SBP/FIOCRUZ/MJ, 2001). Estes podem apresentar-se sobre diferentes tipologias, das mais visivelmente abusivas, às mais subtis mas nem por isso menos propícias a causar sofrimento.

Ao analisarmos o conceito de resiliência podemos descortinar neste dois contributos fundamentais para esta temática, a saber, a possibilidade de novo

significado face à adversidade de que se foi alvo, e o de propiciar que o mesmo possa ser efectuado em diferentes fases da vida (Cyrulnik, 1999). É assim um fenómeno que poderá ser útil à vítima durante toda a existência desta, quer seja na própria infância, na fase da adolescência e, inclusivamente, durante a idade adulta (Steinhauer, 2001).

Partindo do princípio que a resiliência pode ser incrementada com base nas relações de confiança e de apoio, o foco de atenção na saúde das crianças e adolescentes ganha nova tónica no cuidar, isto é para o facto de serem cuidadas e acreditadas como sujeitos em desenvolvimento. As acções a desenvolver diariamente com a criança devem, de acordo com esta perspectiva, ser reequacionadas e reformuladas. Sugere-se a possibilidade de estabelecer no dia-a-dia a resiliência a partir da acção de diferentes sujeitos, nos seus contextos familiares e culturais, sendo para tal necessário que exista uma relação de confiança, respeito e apoio (Herrenkohl et al., 1994).

É de comum acordo entre as diferentes definições de resiliência, a importância atribuída a necessidade de criação de espaços de acção protectora no campo das interacções, de modo a ser promovido um suporte na rede de sociabilidade. Neste contexto, as acções institucionais que se possam desenvolver, só devem ser consideradas como fomentadoras de resiliência, desde que sejam efectivadas através de um vínculo com a criança e o adolescente. Neste âmbito a figura de alguém tão próximo da criança como o seu professor pode revelar-se de extrema importância

O aspecto anteriormente referenciado surge como um dos principais contributos da resiliência para o campo da saúde, e, por consequência directa, para a temática dos maus tratos.

Desta forma, é proposta uma nova forma de agir, a qual se deve reger por atitudes personalizadas, nas quais as interacções entre os sujeitos são realmente estabelecidas como vínculo de confiança, como espaço de acolhimento e de escuta.

O conceito de resiliência apresenta o ser humano como aquele que é capaz de ultrapassar adversidades e situações potencialmente traumáticas. Vislumbra-se uma transposição de leituras deterministas, as quais advêm da existência de um ciclo onde a vítima de maus-tratos tende a ser um agressor, podendo desenvolver patologias e sequelas. Embora a literatura ressalte essa questão como uma probabilidade (Seabra & Nascimento, 1998), muitos profissionais a operarem nesta área, tendem a considerar que

esta é uma perspectiva demasiado derrotista e por vezes, ela mesma geradora de incapacidades para superar os factos negativos vividos, sofrendo a vítima, para o resto da vida, de estigmatização social.

Assim, é possibilidade do conceito de resiliência quebrar com este ciclo em que o alvo de maus tratos se vê envolvido, retirando este deste verdadeiro beco sem saída, do princípio que nada já adiantará ser feito, visto as consequências serem tidas como irreversíveis.

Este conceito tem sido particularmente estudado e aplicado ao nível dos maus tratos de índole sexual, permitindo abordagens inovadoras. É amplamente generalizado, o quanto pode ser traumático este tipo de maus tratos, quer ao nível do desenvolvimento físico, quer social e psíquico para uma criança. A vivência da própria sexualidade na vida adulta poderá ficar comprometida, com todas as naturais posteriores consequências (Cicchetti et al., 1993).

Contudo, reforçando a importância atribuída ao conceito de resiliência, vários têm sido os casos estudados, quer por psicólogos ou psicanalistas, nos quais certas crianças deste traumático mau trato, não apresentam o esperado quadro de consequências nefastas, tendo sido capazes de encontrar escapatórias, alvo de estudo por parte dos investigadores, as quais lhes permitiram reconstruir a sua própria vida.

Ao surgir como um novo operador para na área da saúde, perante o problema dos maus tratos, será necessário relacionar o conceito com os modelos de prevenção e promoção (Bouvier, 1999).

No que concerne à promoção da prevenção primária, esta far-se-á dando prioridade a programas que procurem reforçar a capacidade de resistir por parte das crianças, com base no reforço do conhecimento do problema, com vista a proporcionar uma melhor resposta às diferentes situações de possível risco ou de concretização real do mesmo. Não será escondendo o perigo, desconhecendo o seu corpo, os seus direitos e o mundo que as rodeia, que as crianças poderão estar preparadas para prevenir e melhor responder a situações de maus tratos (Silva, 1996).

À luz desta teoria, a prevenção primária poderá ainda proporcionar um realçar do princípio da promoção, reafirmando a importância da auto-estima nas crianças e adolescentes.

No âmbito da prevenção secundária, é possível observar a limitação do grau de severidade dos abusos e das consequências dos mesmos, oferecendo à vítima e à família desta uma ajuda preciosa. Esta será continuada no âmbito da prevenção terciária, na qual se englobam todas as formas de auxílio, tais como as diversas formas de psicoterapia, com vista a prevenir as situações mais danosas e a promover o processo de superação do trauma vivido (Junqueira e Deslandes, 2003).

Não obstante todos estes aspectos referidos, como importantes para a análise da temática do nosso trabalho, colocando em foco os aspectos interaccionais do vínculo, a força da confiança e do indivíduo; não se pode dispensar o reforçar do suporte social e afectivo, das relações macrossociais, nesta problemática.

Assim, promover a resiliência, não deverá ser nunca sinónimo de omissão por parte do Estado nesta questão, de abandono das políticas voltadas para a análise destas questões, deixando para a vítima a responsabilidade, a capacidade inata para ultrapassar os problemas vividos (Vicente, 1998), a não valorização dos mesmos dada a pouca ou nenhuma sintomatologia decorrente dos actos sofridos (Tong, Oates, & McDowell, 1987). No que concerne a este último aspecto quanto melhor informados se apresentarem os profissionais que poderão estar envolvidos nesta temática, menos hipóteses haverá da vítima se apresentar duplamente vitimizada, a saber, dada a sua condição de abusada e a ver serem negligenciados os actos por ela vividos, dada a aparente superação e inexistência de rotineiros sinais de exposição a situações anómalas.

Neste contexto, mais do que solução mágica para a superação de vivências de maus tratos, a resiliência deverá ser vista como um novo olhar perante aqueles que foram alvo deste flagelo, permitindo que os mesmos se possam libertar do ciclo vicioso de futuras situações tidas como garantidas, nas quais, irremediavelmente, para sempre estariam emaranhados.

CAPÍTULO IV

**PERSPECTIVAS E ESTUDOS
RELATIVOS À TEMÁTICA DOS
MAUS-TRATOS**

4. PERSPECTIVAS E ESTUDOS RELATIVOS À TEMÁTICA DOS MAUS-TRATOS

4.1 Estudos Sobre a Incidência e a Prevalência do Fenómeno dos Maus-Tratos infantis

Os estudos realizados com vista a calcular a amplitude da problemática dos maus-tratos, devem, na opinião de Lavergne e Tourigny (2000), ter em atenção a existência de quatro principais níveis para a identificação dos casos. Estes podem ser apresentados a partir de um modelo piramidal.

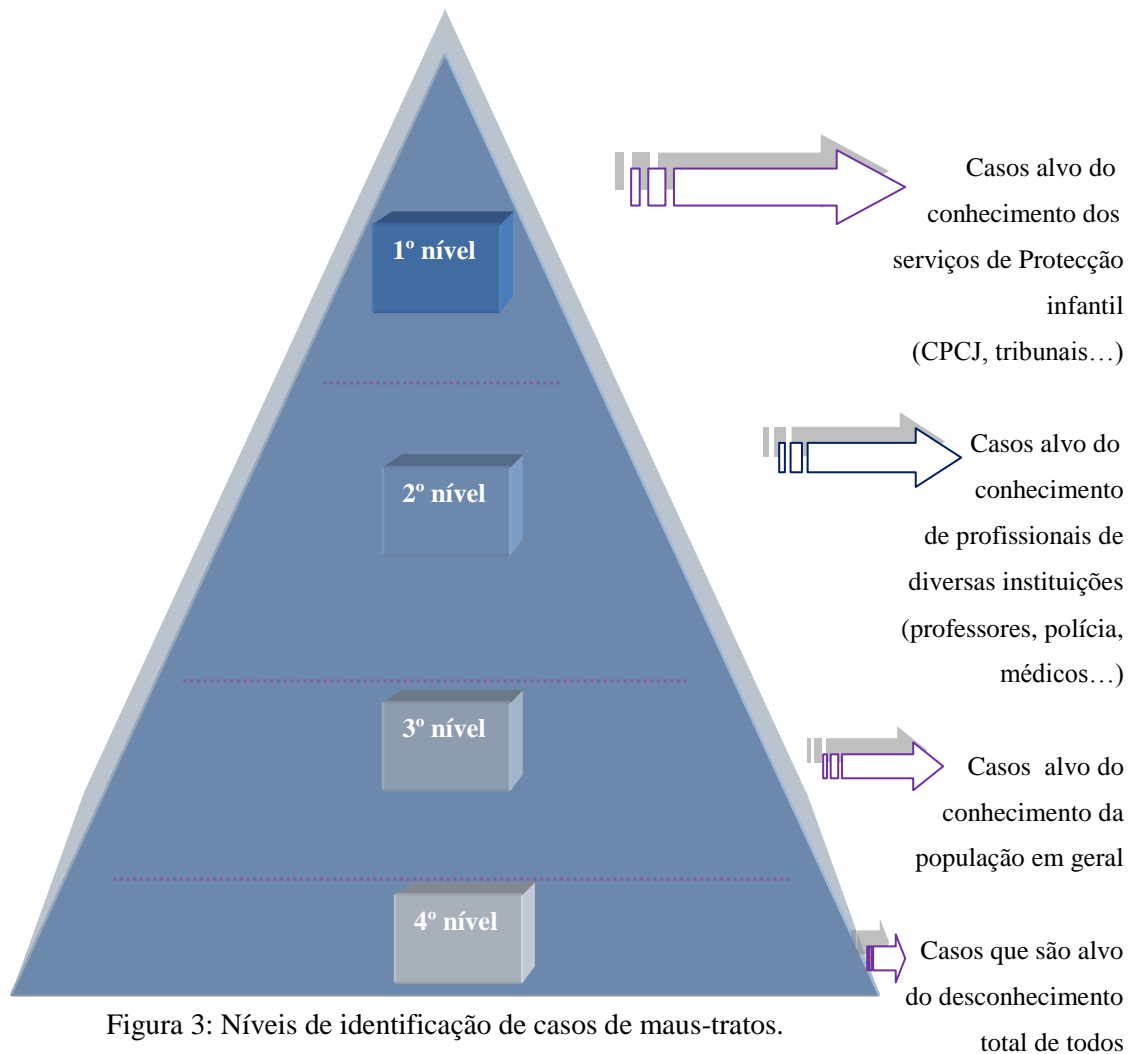


Figura 3: Níveis de identificação de casos de maus-tratos.

Neste contexto, consideram os autores que é através do primeiro nível que a maior parte dos levantamentos obtidos são efectuados, facto que poderá levar a crer que poderá existir um desnível entre a realidade e os números obtidos.

Desta forma, torna-se imperioso ir mais além, facto que tem levado a que, principalmente após a década de 80, se tenham começado a realizar estudos com base nos restantes níveis do modelo apresentado.

Desta forma, surgiram dados com vista a aferir o índice de incidência das ocorrências de fenómenos de maus-tratos (tentando descortinar, com a máxima precisão possível, o número de novos casos, ocorridos num determinado espaço de tempo) e de prevalência (procurando-se obter taxas que permitam, para um recorte populacional e em certo período específico, estimar o número de ocorrências).

Com base nos exaustivo trabalho apresentado por Faleiros (2006), passaremos a apresentar algumas das mais importantes pesquisas efectuadas na área, com vista a ilustrar as taxas de prevalência e incidência deste fenómeno. Os dados apresentados tiveram origem em três bases de dados essenciais:


MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). Esta é uma base de dados bibliográfica, com mais de 18 milhões de registos, com base em cerca de 5000 publicações, cobrindo as áreas das ciências da vida e da informação biomédica (desde 1950, até à actualidade);



LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Base de dados com informação bibliográfica, referente aos países latino-americanos. Abrange literatura relacionada com as ciências da saúde, sendo analisados e dado processamento a vários documentos (livros, teses...), desde 1982;

PSYCINFO – Serviço através do qual se tem acesso a literatura, publicada a nível mundial, na área da Psicologia e disciplinas afins, tais como a educação, a psiquiatria ou a medicina. Possui um acervo de aproximadamente 1.400 periódicos especializados, para além de teses, monografias ou excertos de livros.



Passemos à apresentação de alguns destes estudos, debruçando-nos, primeiramente, por aqueles cujo objectivo passava por mesurar a incidência do

fenómeno (para uma mais ampla ilustração, escolhemos alguns exemplos representativos de diferentes áreas do globo).

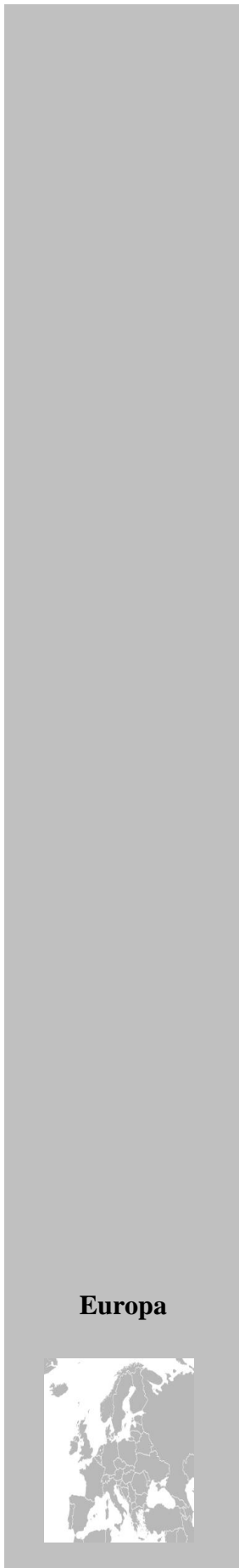
Localização geográfica do estudo de incidência	País	Referência / Entidade promotora do estudo	Taxa de incidência	Tipologias mais observadas
Continente americano 	Estados Unidos (estado do Alaska)	Gessner et al., (2004)	4,6% (só os de natureza física foram contabilizados).	Maus-tratos físicos (os únicos a serem estudados, dado os altos índices desta tipologia na área geográfica em estudo).
	Estados Unidos	<i>US Department of Human Services</i> (2001)	12,9 casos de maus-tratos por cada 1000 crianças.	Negligência (55,8%) Abuso físico (22,5%) Abuso sexual (12,4%) Abuso psicológico (4,7%)
	Canadá	Tourigny et al. (2003)	9,71% para cada grupo de 1000 crianças (<16 anos).	Negligência (nomeadamente ao nível da capacidade de supervisão da criança, levando à ocorrência de danos físicos) Abuso emocional (37%) Abuso físico (25%) Abuso sexual (10%)

<p>Oceânia</p> 	<p>Austrália (dados recolhidos nos 3 maiores estados)</p>	<p><i>Australian Institute of Health and Welfare</i> (1999)</p>	<p>5,1% a 5,9% por cada 1000 crianças.</p>	<p>Negligência (18% a 42%) Abuso físico (27% a 35%) Abuso sexual (5% a 29%)</p>
<p>Europa</p> 	<p>Catalunha</p>	<p>Inglês, (1995)</p>	<p>5,09% por cada 1000 crianças (com predomínio do sexo masculino (57%))</p>	<p>Negligência Mau-trato psicológico Mau-trato físico</p>
	<p>Andaluzia</p>	<p>Moreno et al (1995)</p>	<p>15 casos para cada 1000 crianças (<18 anos).</p>	<p>Negligência (72%) Mau-trato emocional (45,5%) Mau-trato físico (22%) Abuso sexual (3,6%)</p>

Quadro 15: Estudos epidemiológicos relativos à incidência dos maus-tratos

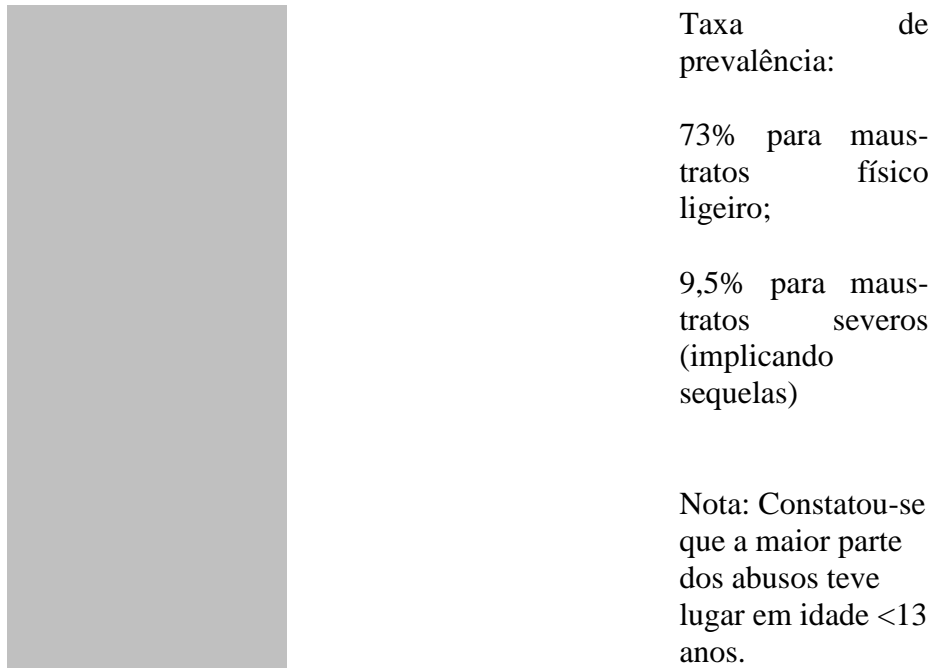
Localização geográfica do estudo de prevalência	País	Referência / Entidade promotora do estudo	Objectivos/ Taxa de prevalência	Tipologias mais observadas
<p>Continente americano (América do Norte)</p> 	Estados Unidos (cidade de Memphis)	Scher et al., (2004)	Calcular a prevalência de modalidades de maus-tratos. Taxa de prevalência: 40% para o sexo masculino.	<p>Maus-tratos físicos</p> <p>Negligência física</p> <p>Abuso emocional</p>
	Estados Unidos	Eckenrode, et al., (2004)	Determinar a prevalência de maus tratos por grupo etário (0-11 anos e 12-17). Taxa de prevalência: 13,6% para as crianças; 8,4% para os adolescentes.	<p>Negligência (8,9% para crianças e 4,2% para adolescentes)</p> <p>Abuso físico (2,6% para crianças e 2,4% para adolescentes)</p> <p>Abuso sexual (1% para crianças e 1,5% para adolescentes)</p>
<p>(América do Sul)</p> 	Argentina (Avellaneda)	Bringiotti, (2000)	Recolher informações junto de profissionais de ensino (de vários níveis e no ensino público e privados). Taxa de prevalência:	Negligência física

			7% nas creches;	
			1,2% em jardins de infância;	
			3% do 1º ciclo;	
	México	Ramos-Lira et al., (1998)	Aferir, em exclusivo, a prevalência do abuso sexual, junto de estudantes.	Abuso sexual
			Taxa de prevalência:	
			4,3%.	
	Chile (cidade de Temuco)	Vizcarra et al., (2001)	Determinar, através da utilização da escala CTS (Conflict Tactic Scale), o número de famílias que utilizavam a violência como forma de resolução de conflitos com os filhos.	Mau-trato físico Mau-trato psicológico
			Taxa de prevalência:	
			45% para violência física;	
			17% para violência psicológica.	



Chile (Santiago)	Ramón al., (1995)	et Detectar a prevalência de maus-tratos em alunos de colégios (com idades compreendidas entre 10 e os 19 anos).	Mau-trato físico Mau-trato sexual
		Taxa de prevalência: 13,9% para violência física; 9,3% para violência psicológica.	
Brasil (Rio Janeiro)	Soares & de Reichenheim (2005)	Comparar os resultados obtidos nos serviços de pediatria, com os casos conhecidos.	Mau-trato físico (o único a ser alvo de interesse da investigação)
		Taxa de prevalência: 46% (para violência física "leve" praticada pelas famílias); 9,9% (para os abusos físicos graves, praticados pelas famílias).	
Rússia	Berrien al., (1995)	et Determinar, em crianças com idades entre os 11 e os 16 anos, de nível sócio.cultural elevado, a prevalência dos abusos físicos.	Mau-trato físico (o único a ser alvo de interesse da investigação)

			<p>Taxa de prevalência:</p> <p>28, 9% (experenciaram mau-trato físico);</p> <p>3,8% (vivenciaram abuso físico grave, necessitando de recurso a médico).</p>	
Inglaterra	<p>Department of Health</p> <p>(1998; 2002)</p>	<p>Com a realização dos dois estudos, procurou-se, em crianças (< 18 anos) fazer um levantamento da prevalência de casos atendidos através dos serviços de protecção.</p> <p>Taxa de prevalência:</p> <p>28 crianças em cada 10.000 (1998);</p> <p>23 crianças em cada 10.000 (2002).</p>	<p>Negligência (39%)</p> <p>Mau-trato emocional (28%)</p> <p>Mau-trato físico (16%)</p> <p>Abuso sexual (11%)</p>	
Portugal	<p>Figueiredo et al., (2004)</p>	<p>Medir a prevalência de abusos físicos e sexuais na infância (questionando cerca de 1000 adultos, encarregados de educação de crianças a frequentarem a escola pública).</p>	<p>Maus-tratos físicos</p> <p>Maus-tratos sexuais</p>	



Quadro 16: Estudos epidemiológicos relativos à prevalência dos maus-tratos (Adaptado de Faleiros, 2006)

4.2 Maus-tratos Infantis: Quadro da Situação Mundial

Nesta parte do nosso trabalho, surge como nosso objectivo proceder a uma caracterização da situação, a nível mundial, das situações de maus tratos a que as crianças/jovens estão sujeitas. Para a concretização deste objectivo, socorremo-nos de dados de duas instituições de reconhecidos créditos e valor, a saber, a UNICEF, através do seu mais recente documento nesta área, *Report Card on Child Protection* (2009) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), através do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002), bem como de um Relatório do especialista independente, Paulo Sérgio Pinheiro, para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças (2006).

Tal como já foi referido, é assustador o número de crianças que em todo o mundo são sujeitas às diversas formas de maus tratos.

Com a comemoração do vigésimo aniversário da adopção da Convenção dos Direitos da Criança, e na sua edição do *Progress for Children* de 2009, a UNICEF, traça o quadro geral da situação mundial, confirmando a existência deste flagelo na quase totalidade dos países, nas várias culturas, classes sociais, etnias e índices de escolaridade (Pinheiro, 2006).

Não obstante as recomendações emanadas pelo Comité de Direitos da Criança, e pelas directrizes do Secretário-geral das Nações Unidas, a recolha de dados a nível mundial não é uniforme, sendo por vezes dada alguma invisibilidade a este problema (UNICEF, 2009).

Assim sendo, a real extensão da violência aplicada sobre as crianças é assim algo difícil de ser mensurável a uma escala mundial, ainda que se estime que cerca de 500 milhões a 1.5 biliões de crianças experiencie, anualmente, formas de violência (UNICEF, 2009).

Apesar de parte da violência se caracterizar como inesperada e de carácter isolado, grande parte das crianças é alvo de violência por parte de elementos que não lhe são estranhos, do seu meio familiar, atingindo o valor total de 86% das situações (entre a faixa etária dos 2 aos 14 anos).

As crianças com deficiências, abandonadas, de grupos minoritários e refugiadas surgem como as mais vulneráveis.

Em grande parte das situações, existe uma associação entre várias formas de agressão.

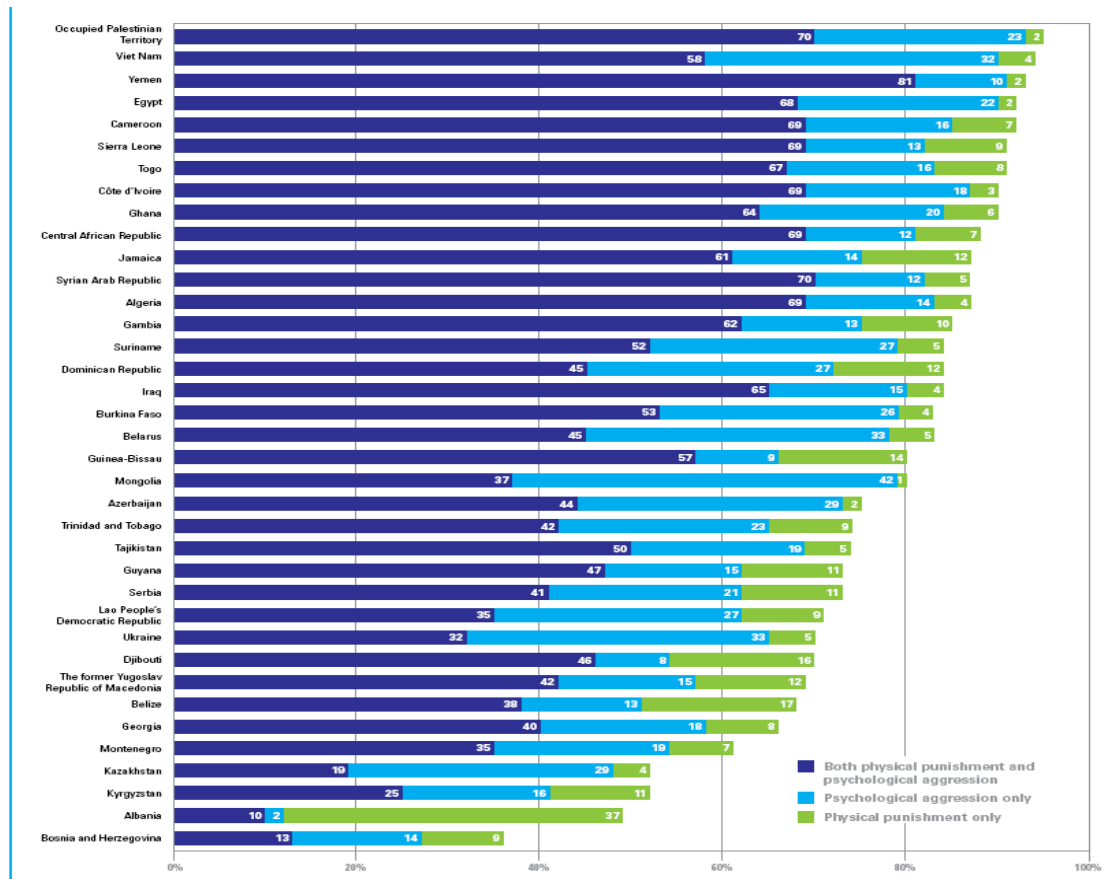


Figura 4: Percentagem de crianças, entre os 2-14 anos, que experienciam castigos físicos, agressões psicológicas e ambas as formas de agressão (UNICEF, 2009)

Não tenhamos a ingenuidade de pensar que os países ditos desenvolvidos e industrializados, se encontram menos representados neste drama, já que estudos demonstram que pelo menos 4% de crianças destas áreas sofrem agressões de ordem física, sendo que 1 em cada 10 é negligenciado ou psicologicamente abusado, sendo o castigo corporal tido como aceitável e correcto pela grande maioria dos cuidadores (Gilbert, 2009).

As mutilações de cariz genital (Female Genital Mutilations/Cutting, FGM/C), são uma forma de violência a qual acarreta, ela também, uma panóplia de tipologias, quer ao nível físico, quer da integridade psicológica, sendo aplicada a cerca de 70 milhões de raparigas, em cerca de 28 países do continente africano, bem como do Iémen, havendo casos da sua existência em países da Europa, Austrália e América do Norte, que acolhem comunidades imigrantes (OMS, 2002).

A exploração e o abuso de crianças, surge como uma das modalidades de mais difícil quantificação, dada a sua natureza largamente clandestina. Em Maio de 2009, foi

ratificado por cerca de 131 países, o Protocolo Opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil, com o qual foi criminalizada qualquer forma de abuso sexual (UNICEF, 2009).

Nos vários esquemas de trabalho infantil, os números de menores envolvidos ainda se situa elevado, rondando os 218 milhões. Contudo, parece que existe uma diminuição dos dados obtidos nomeadamente no que concerne ao envolvimento em actividades de natureza perigosa (Pinheiro, 2006). As especificidades e os dados actuais desta forma de mau trato, foi por nós explanada em capítulo anterior.

O registo de nascimento é considerado um direito fundamental do ser humano, consagrado no art.7º da Convenção dos Direito da Criança, dando a conhecer da existência de um ser e da nacionalidade do mesmo. Contudo, mesmo este direito aparentemente tão básico não é extensível a todas as crianças a nível mundial, estimando-se que cerca de 51 milhões não tenham sido alvo deste direito. Esta situação é ainda mais grave, se pensarmos que nada poderemos saber de quem supostamente nunca existiu, jamais sendo contabilizadas qualquer possível forma de abuso de que tenham sido vítimas.

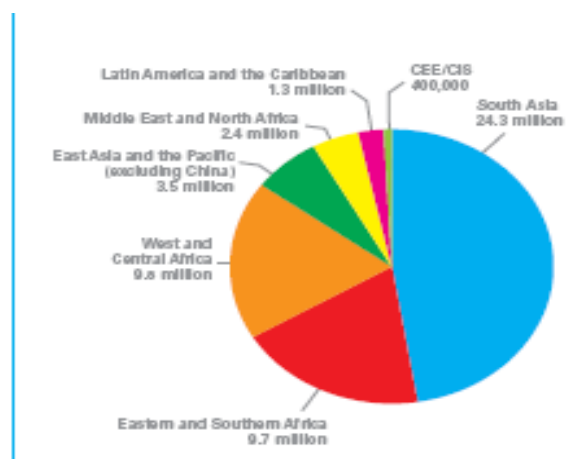


Figura 5: número anual de nascimento não registados, por região, 2007
(UNICEF, 2009)

Por outro lado, ao ser registada é possível estabelecer um quadro de protecção legal contra situações nas quais se obrigue a uma idade mínima de participação e envolvimento, tais como o recrutamento ilegal para tropas ou grupos armados, bem como o casamento prematuro, envolvimento em situações de justiça (nas quais podem ser criminalizadas como adultos), exploração sexual e tráfico.

Esta última forma de agressão tem lugar com diferentes propósitos, de forma interna dentro dos países e fora destes. Neste âmbito, o governo dos Estados Unidos, estima que aproximadamente 600.000- 900.000 são alvo de tráfico. De acordo com a UNODOC, cerca 20% das vítimas de tráfico humano são crianças, sendo esta situação mais gravosa em certas zonas do globo como sejam regiões de África, a área do Mekong (na Ásia), bem como alguns países da América Central e do Sul.

Particularmente alvos fáceis de todas as formas de maus tratos (nomeadamente de natureza física, sexual, emocional e verbal) surgem-nos as crianças portadoras de toda e qualquer forma deficiência, sendo que os estudos realizados em alguns países revelam que os cuidadores destas crianças demonstram praticar com as mesmas formas de agressão que consideram aceitáveis e recorrentes.

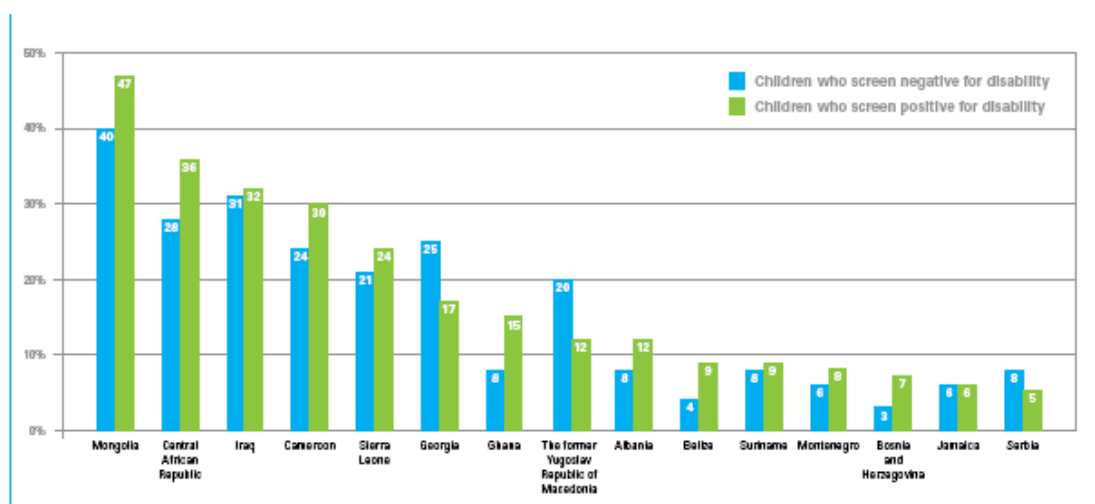


Figura 6: Percentagem de crianças entre 2-9 agredidas na face, cabeça ou ouvidos, repetidamente ou de forma violenta, devida à sua condição de deficiente, em 15 países onde esses dados foram disponibilizados (UNICEF, 2009)

A privação da liberdade de que são vítimas muitas das crianças, surge como uma das mais comuns formas de castigo para aquelas que se envolvem em problemas com a justiça. De acordo com os dados da UNICEF (2009), estima-se que aproximadamente 1.000.000 de crianças/jovens se encontrem nesta situação, detidas em estabelecimentos prisionais.

Assustadoramente, muitas destas detenções, para além da menoridade dos detidos, revelam-se infinitamente prolongadas no tempo, sendo que dos 44 países nos

quais o estudo foi realizado pela instituição anteriormente referida, cerca de 59% das crianças em regime de prisão, não haviam sequer sido sentenciadas, não tendo sido presumido o princípio da inocência até prova em contrário. Por outro lado, foi igualmente possível constatar, que a grande maioria das crianças, não haviam cometido crimes de natureza grave, situando-se as suas acusações no domínio das fugas domiciliárias, utilização de álcool, contextos de imigração, de saúde mental e, situação mais gritante, de prisão para o seu próprio bem-estar (UNICEF, 2009).

Refira-se ainda, que desde o ano de 2005, cinco países aplicaram já a pena capital contra crianças, contrariando a Convenção dos Direitos da Criança, a qual proíbe igualmente a aplicação a este grupo da forma penal encerrada na figura da prisão perpétua (Bencomo, 2008).

Números igualmente assustadores, prendem-se com a realidade das crianças que vivem em países envolvidos em conflitos de natureza armada, estimando-se que cerca de 1 bilião destas se encontrem nestas situações, sendo que 300 milhões terão idades inferiores a 5 anos (UNICEF, 2009). Como consequências directas, temos graves situações de pobreza, subnutrição, doença e ausência de educação, gerando-se também quadro que potenciam uma maior exploração sexual e tráfico de menores

De forma a colmatar estes números, em Maio de 2009, cerca de 128 países assinaram o Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos das Crianças relativamente ao envolvimento destas em conflitos armados, tendo 76 destes acordado em situar a idade dos 18 anos como a mínima para qualquer participação de natureza bélica. Contudo, mais uma vez, parece que as intenções não passaram muito além do papel, já que dados de 2008 sobre o recrutamento infantil, revelaram que o mesmo ocorreu em pelo menos 25 países, sendo que alguns destes haviam subscrito o famigerado acordo (Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, 2008).

Mesmo nas regiões do mundo que não estão directamente afectadas por situações bélicas, ou campos minados (os quais contaminam ainda cerca de 78 países, matando ou deixando sérias deformações nas suas vítimas, sendo as crianças um terço destas), assiste-se a uma proliferação de armas entre as crianças e jovens, as quais, de quando em quando, trazem às páginas dos noticiários mundiais, verdadeiras

manchetes de horror, perpetradas por crianças ou adolescentes descontentes com vizinhos, colegas de escola, professores ou até pais (UNODOC, 2009).

4.3 Caracterização em Território Nacional

Com base no relatório obtido pelas diferentes CPCJ de Portugal, cujos dados reportam o ano de 2009, passaremos a caracterizar a situação do nosso país face a este flagelo.

Essa caracterização focará aspectos relacionados com as crianças e jovens alvos de processo de promoção e protecção, tendo em conta:

- As diferentes particularidades das crianças e dos jovens (idade, problemáticas, sexo...);
- Entidades que procederam à sinalização de situações de perigo;
- Características relativas ao meio sócio-familiar das crianças e jovens;
- Tipologia de maus tratos registados.

Relativamente ao fluxo de processual, e fazendo uma abordagem de carácter longitudinal sobre o número de processos desde o ano de 2002, e não obstante algumas variações, quando comparados com o ano de 2007 e 2008, estes continuam a ser muito elevados, quer estes se encontrem em fase de transição, instauração e reabertura, bem como os arquivados (como consequência da intervenção e de forma liminar).

	N.º CPCJ existentes	N.º CPCJ enviaram o MRD	Transitados (a)	Instaurados (b)	Reabertos (c)	Volume Global (a+b+c)	Arquivados Liminarmente (d)	Arquivados (e)	Total Arquivados (d+e)
2002	216	172		9445	754		2033	1981	4014
2003	239	201		12719	823		3632	2922	6554
2004	252	204		11991	1038		3100	3135	6235
2005	265	254		12654	816		2868	2213	5081
2006	269	269	23712	25209	2026	50947	6326	12654	18980
2007	280	280	30320	29547	3141	63008	8543	20352	28895
2008	282	282	33394	29279	3986	66659	9221	22527	31748
2009	291	287	34416	28401	4079	66896	7798	24073	31871

Quadro 17: Fluxo Processual nas CPCJ (2002/2009)

Nestes valores globais, incluem-se a totalidade dos processos acompanhados, o volume processual enviado, com ou sem MRD (Modelo de Recolha de Dados), não foi uniforme em todo o território nacional, registando-se variações significáveis de acordo com os distritos portugueses e as regiões autónomas.

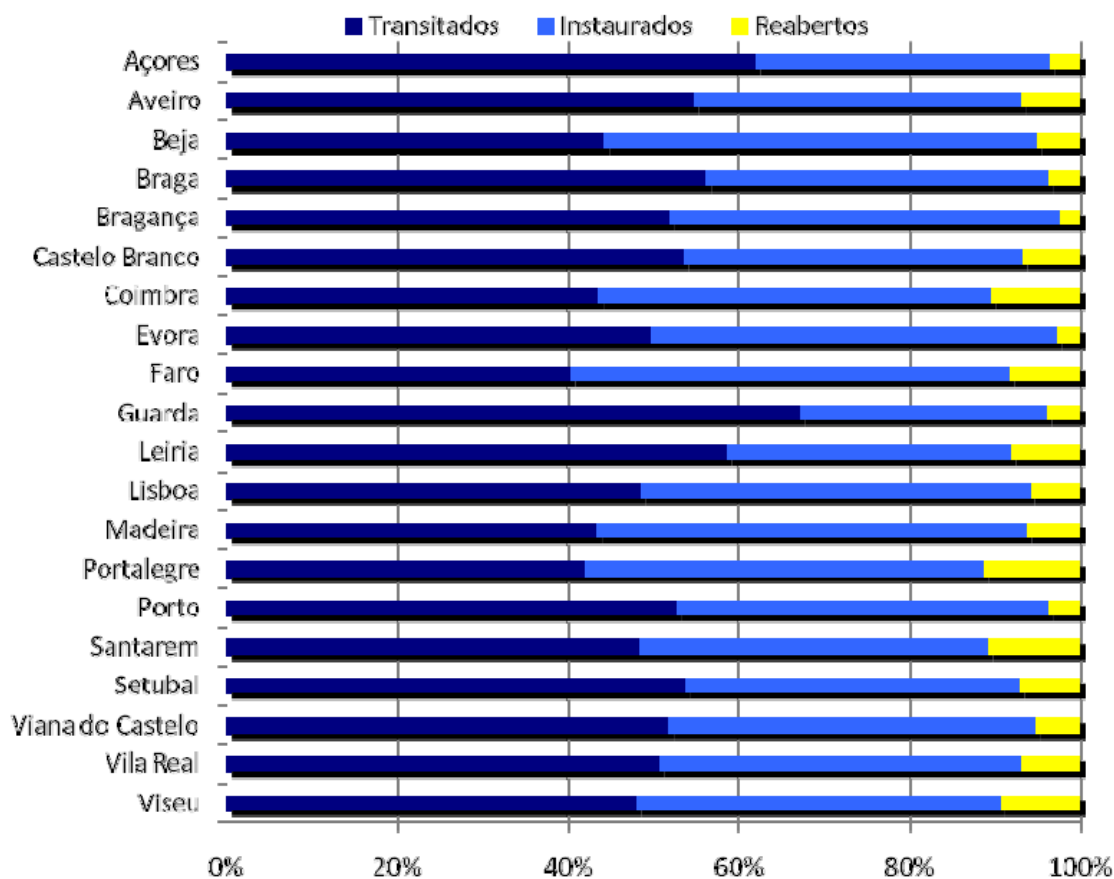


Figura 7: Análise do impacto dos processos Transitados, Instaurados e Reabertos no volume processual global por Região /Distrito (CPCJ, 2008)

Através da observação do gráfico efectua-se a verificação em relação ao volume global dos vários tipos de processos, sendo de realçar:

- No que diz respeito aos processos já em fase de transição salienta-se a Região Autónoma dos Açores e o distrito da Guarda;
- No que concerne ao número de processos instaurados, salienta-se o Distrito de Beja e a Região Autónoma da Madeira;
- Perante o número de processos reabertos, ressaltam os distritos de Santarém, Portalegre e Coimbra.

De ressaltar, que as crianças e jovens alvo de acompanhamento por parte das diferentes CPCJ de Portugal, nem sempre correspondem ao número de processos, já que de acordo com o art.º 80º, da Lei de Protecção, um mesmo processo pode alcançar mais do que um indivíduo.

Relativamente ao número de *processos instaurados*, o número de crianças a necessitar de intervenção é, essencialmente, do sexo masculino, ocupando um escalão etário situado entre os 0 e os 5 anos (cerca de 29,1%). Desde há quatro anos que esta tem sido a faixa a necessitar de maior intervenção das Comissões.

Se perante os demais grupos etários parece existir alguma estabilidade ou mesmo decréscimo perante a instauração de acções, registre-se o facto de registarmos um aumento digno de nota em escalões até agora menos vulneráveis (entre os 15 e os 17 anos), facto que a todos nos deverá fazer reflectir.

Escalões etários	Sexo	2006		2007		2008		2009	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0 a 5	M	3645	16,1	4045	15,7	4281	14,9	3860	15,3
	F	3268	14,4	3660	14,2	3935	13,7	3498	13,9
	Total	6913	30,5	7705	29,9	8216	28,5	7358	29,1
6 a 10	M	3029	13,4	3387	13,1	3818	13,3	3411	13,5
	F	2651	11,7	2967	11,5	3481	12,1	2856	11,3
	Total	5680	25,1	6354	24,7	7299	25,3	6267	24,8
11 aos 14	M	3620	16	3718	14,4	4462	15,5	3509	13,9
	F	2959	13,1	3095	12	3503	12,2	3127	12,4
	Total	6579	29	6813	26,4	7965	27,6	6636	26,3
15 aos 17 *	M	1766	7,7	2494	9,7	2725	9,5	2566	10,2
	F	1735	7,6	2402	9,3	2609	9,1	2417	9,6
	Total	3501	31,3	4896	19	5334	18,5	4983	19,7
TOTAL	M	12060	53,2	13644	52,9	15286	53,1	13346	52,9
	F	10613	46,8	12124	47,1	13528	46,9	11898	47,1
	Total	22673	100	25768	100	28814	100	25244	100

Quadro 18 : Processos Instaurados: caracterização por sexo e idade das crianças/jovens (CPCJ, 2006/2009)

Centremo-nos nas variáveis correspondentes à faixa etária e ao sexo das vítimas em *fase de acompanhamento*, que é entre os 11 e os 14 anos que mais situações se verificam (atingindo, no cômputo dos dois sexos cerca de 16091 casos); seguindo-se a faixa dos 0 aos 5 (15746); dos 6 aos 10 anos (15464) e, por último dos 15 aos 21 (13792).

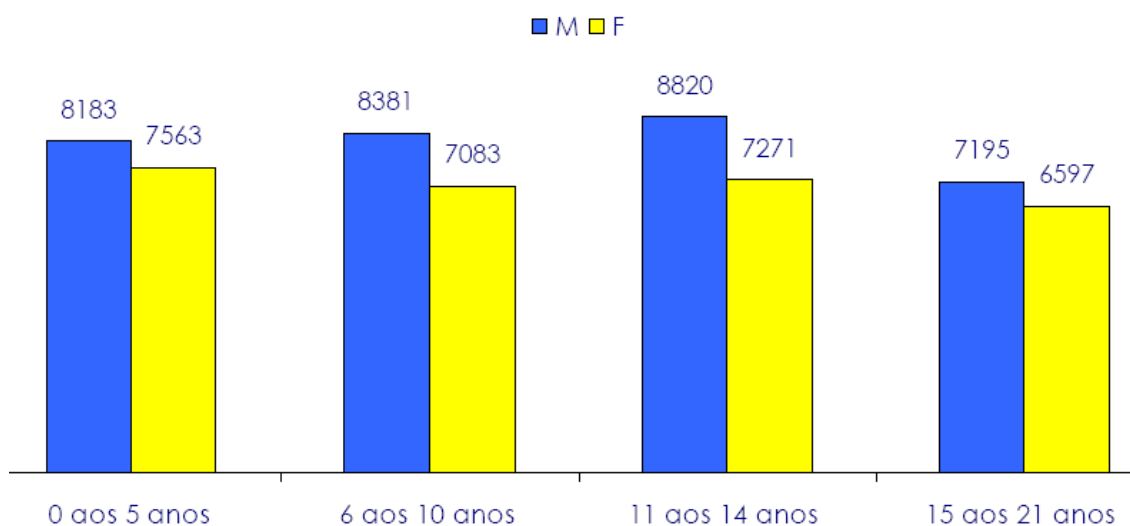


Figura 8: Distribuição das crianças ou jovens acompanhados em função do sexo e escalão etário (CPCJ, 2009)

Nos diversos escalões, com maior ou menor distância percentual, encontramos uma predominância do sexo masculino como vítimas preferenciais.

Extremamente interessante, afiguram-se-nos os elementos relativos às entidades que procederam à sinalização de situações de risco, permitindo formar um quadro geral do papel das mesmas no desmantelar desta situação.

Assim sendo, da totalidade dos 28401 processos que deram lugar a instauração, foi possível identificar cerca de 94% das entidades que procederam à sua sinalização, situando-se os restantes 6% na esfera do anonimato (situação prevista na nossa lei).

Entidades sinalizadoras	2006		2007		2008		2009	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estabelecimento de Ensino	4843	21,1	6347	21,8	6802	23,2	5949	22,3
Autoridades Policiais	3775	16,4	4873	16,8	5212	17,8	5031	18,8
Pais	1557	6,8	2055	7,1	2081	7,1	2343	8,8
Estabelecimento de Saúde	1924	8,4	2115	7,3	2067	7	1878	7,0
Outra CPCJ	1849	8,1	2654	9,1	2426	8,3	1581	5,9
Vizinhos e Particulares	1111	4,8	1414	4,9	1484	5,1	1547	5,8
Ministério Público	1091	4,8	1131	3,9	1385	4,7	1412	5,3
Familiares	1213	5,3	1633	5,6	1300	4,4	1324	5,0
A própria CPCJ	915	4	1113	3,8	1242	4,2	1146	4,3
Outra entidade	957	4,2	1213	4,2	1333	4,5	909	3,4
Serviços de Segurança Social	1193	5,2	1204	4,1	953	3,3	857	3,2
Instituições de apoio à infância/ juventude	817	3,6	1079	3,7	966	3,3	768	2,9
Tribunais	671	2,9	690	2,4	628	2,1	528	2,0
Projectos/Programas	255	1,1	325	1,1	313	1,1	446	1,7
CLA/NLI (RSI)	195	0,8	267	0,9	455	1,6	440	1,6
Autarquias	305	1,3	686	2,4	466	1,6	378	1,4
Próprios	177	0,8	182	0,6	156	0,5	120	0,4
Instituto de Reinserção Social	102	0,4	107	0,4	51	0,2	44	0,2
TOTAL	22950	100	29088	100	29320	100	26701	100

Quadro 19: Processos Instaurados: entidades sinalizadoras das situações de perigo CPCJ (2006/2009)

Reforçando o valor da instituição escolar, enquanto elemento central na denúncia de maus tratos infantis, esta destaca-se como a responsável pelo maior número de sinalizações, não obstante o pequeno decréscimo registado. Tal facto não deverá significar um menor grau de alerta por parte dos estabelecimentos de ensino, mas pelo incrementar de uma consciência cívica mais generalizada e atenta (observe-se o crescimento registado por parte dos *Pais*).

Efectuada a caracterização relativa às crianças ou jovens acompanhados e às principais entidades responsáveis pela sinalização, debruçemo-nos sobre um breve quadro caracterizador do agregado no qual estas situações se tendem a desenrolar, tendo, no ano de 2009, sido caracterizados cerca de 18.919 destes.

Tipos de Família		2006		2007		2008		2009	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Família Nuclear	Com Filhos	8522	47,2	10478	46,9	13047	49,8	8649	48,5
	Sem Filhos	437	2,4	635	2,8	617	2,4	498	2,8
Família Monoparental	Feminina	3923	21,7	5145	23	5839	22,3	4225	23,7
	Masculina	664	3,7	804	3,6	855	3,3	540	3,0
Família Reconstituída (pais com filhos de outras uniões)		1675	9,3	2096	9,4	2392	9,1	1774	9,9
Família Alargada (mais que 1 geração)		2185	12,1	2616	11,7	2776	10,6	1711	9,6
Família Adoptiva		65	0,3	45	0,2	41	0,2	34	0,2
Família de Acolhimento		181	0,4	147	0,7	146	0,6	58	0,3
Casa de Acolhimento Temporário/ Centro de acolhimento		358	2	318	1,4	429	1,6	298	1,7
Criança/ jovem vivendo sozinho		52	1	58	0,3	76	0,3	49	0,3
TOTAL		18016	100	22330	100	26218	100	17836	100

Quadro 20: Processos Instaurados: tipos de famílias com quem vivem as crianças e jovens (CPCJ, 2006/2009)

No último ano em análise, é possível constatar um prevalecer de situações no seio de famílias de características nucleares, com filhos (8649), sendo seguida pela família monoparental feminina.

Os valores registados pelas crianças que residem em Casa de acolhimento temporário/Centro de acolhimento (298), justifica-se por estarem ao abrigo do Plano de Intervenção Imediata (sujeitas a medidas de protecção).

No que concerne ao grau de escolaridade dos agressores, este caracteriza-se como muito baixo (7636 possuem somente o 1º ciclo) existindo valores assinaláveis de total analfabetismo (em 1925 casos).

Nestes núcleos, são ainda usuais situações de alcoolismo (34,6%), situações de doença mental (21%), física (17,2%) e de toxicod dependência (em 12,9% dos casos), comprovando-se assim muitos dos factores associados a esta problemática (Bonner, 2003) explanados em capítulo anterior.

Relativamente às tipologias de maus tratos, foram identificadas as principais situações de perigo, as quais motivaram intervenção.



Figura 9: Problemáticas mais relevantes no total de processos instaurados (CPCJ, 2009)

É possível constatar que a *Negligência* surge, de forma demarcada (36,2%), perante as restantes problemáticas, sendo superior a situações mais comumente alvo da opinião pública como os *Maus tratos psicológicos /Abuso emocional* (14%), os *Maus tratos físicos* (7%) ou o *Abuso sexual* (1,9).

Saliente-se o facto que esta forma de mau trato é primordial a todos os grupos etários (ao proceder à frequência individual de cada um), com excepção dos compreendido entre os 15 ou mais anos, onde o *Abandono escolar* ganha primazia (28%), sendo este mais visível ao nível do sexo masculino.

Tão ou mais importante que a sinalização/deteccção das situações, é, sem dúvida o estabelecer de medidas face às mesmas. Neste contexto, Portugal tem seguido uma política de acção semelhante ao preconizado pelos estudos (Minayo, 2001), procurando que a mesma seja a menos abrupta (sempre que as circunstâncias assim o permitam).

Neste âmbito, passemos à observação das mesmas.

			0-5 anos		6-10 anos		11-14 anos		15-17 anos		18 - 21 anos		Total	
			nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
			Medidas em Meio Natural de Vida	Apoio Pais	M	3173	40,0	3118	42,4	3548	44,0	2100	41,1	141
F	2961	37,4			2594	35,3	2683	33,3	1768	34,6	143	26,0	10149	35,0
Total	6134	77,4			5712	77,6	6231	77,2	3868	75,7	284	51,7	22229	76,6
Apoio Familiares	M	578		7,3	464	6,3	473	5,9	249	4,9	21	3,8	1785	6,2
	F	513		6,5	408	5,5	458	5,7	251	4,9	23	4,2	1653	5,7
	Total	1091		13,8	872	11,9	931	11,5	500	9,8	44	8,0	3438	11,9
Confiança a pessoa Idónea	M	47		0,6	64	0,9	51	0,6	23	0,5	5	0,9	190	0,7
	F	48		0,6	76	1,0	52	0,6	58	1,1	3	0,5	237	0,8
	Total	95		1,2	140	1,9	103	1,3	81	1,6	8	1,5	427	1,5
Autonomia	M	0		0,0	0	0,0	6	0,1	35	0,7	33	6,0	74	0,3
	F	0		0,0	0	0,0	3	0,0	80	1,6	34	6,2	117	0,4
	Total	0		0,0	0	0,0	9	0,1	115	2,3	67	12,2	191	0,7
Medida de Colocação	Acolhimento Familiar	M	31	0,4	29	0,4	25	0,3	17	0,3	2	0,4	104	0,4
		F	26	0,3	35	0,5	26	0,3	21	0,4	2	0,4	110	0,4
		Total	57	0,7	64	0,9	51	0,6	38	0,7	4	0,7	214	0,7
	Acolhimento Institucional	M	275	3,5	306	4,2	367	4,5	195	3,8	64	11,7	1207	4,2
		F	272	3,4	264	3,6	375	4,6	314	6,1	78	14,2	1303	4,5
		Total	547	6,9	570	7,7	742	9,2	509	10,0	142	25,9	2510	8,7
			7924	100,0	7358	100,0	8067	100,0	5111	100,0	549	100,0	29009	100

Quadro 21: Medidas aplicadas às crianças /jovens por sexo e escalão etário (CPCJ, 2009)

Pela observação do quadro, seguindo a linha já existente em 2008 (Relatório Anual CPCJ, 2009), as medidas privilegiadas são as que envolvem, maioritariamente, a manutenção no meio natural de vida (aplicado em 26285 casos), sendo a forma mais utilizada o *Apoio aos Pais*, para todos os grupos etários, seguindo-se, com grande diferença, o *Apoio junto de outros Familiares*, o *Acolhimento de natureza Institucional*, a *Confiança a Pessoa Idónea*, o *Acolhimento familiar* e, por último, a medida de *Apoio para Autonomia de Vida*. Esta última forma de intervenção, pelas especificidades que acarreta, atinge maior proporção nas faixas etárias mais elevadas (dos 15 ao 17 anos), preparando a sua emancipação e integração na vida activa.

4.4 Investigações Sobre os Maus-tratos Infantis e o Papel dos Docentes

Como já foi amplamente referido, cabe à escola, personificada nos seus docentes, um papel privilegiado ao nível da problemática dos maus tratos infantis. Por esta razão não será de estranhar que esta população tenha sido alvo de investigação por parte de diferentes estudos, os quais, na sua maioria tendem a concluir que a grande parte dos docentes tem sérias dúvidas quando confrontados com situações de maus tratos (Díaz-Aguado, 2001).

Numa investigação operada nos Estados Unidos, a nível nacional (Daro, Casey & Abrahams 1992), tendo como amostra cerca de quinhentos e sessenta e oito professores, pertencentes a 40 estados, com vista a descortinar as crenças, conhecimentos e atitudes destes face ao tema, foi possível concluir que a maioria destes, cerca de dois terços, considerou os seus saberes insuficientes, nomeadamente no que concerne à identificação e prevenção de situações de abuso e negligência, facto que os leva a não relatar situações de que desconfiam, alegando, para além deste facto, temerem as consequências legais dos seus actos e do possível mau relacionamento com os pais.

Cerca de 52% dos inquiridos, considerava ainda não ter, por parte da escola, qualquer ajuda para a elaboração do necessário relatório, o que gerava no docente um sentimento de abandono, sendo que 40% chegava a considerar inútil a elaboração do mesmo.

Nesta linha de investigação, refira-se o trabalho realizado por Beck, Ogloff e Corbishley (1994), no Canadá, sobre os conhecimentos, conformidade e atitudes dos professores face aos maus tratos infantis. Para tal, foram questionados 216 professores.

Os resultados indicaram que a idade destes docentes, a sua formação académica bem como a sua prática académica, não estão directamente relacionadas com o facto dos mesmos reportarem ou não situações de maus tratos, sendo que quanto mais estes são detentores de conhecimentos sobre a temática, maior será a sua atitude denunciadora. Mais do que a obrigatoriedade legal de denunciar situações, os docentes que referem poder realizar esta acção afirmam, maioritariamente, que o fariam, essencialmente, pela necessidade de proteger a criança. Para 19% o reportar de uma situação abusiva far-se-ia como forma de ajudar no tratamento do abusador e para benefício da restante família (opinião expressa por 16%).

Ao nível das falhas ocorridas perante o relatar de suspeitas de abuso infantil, cerca de 40% considera que um relatório é muito negativo para as crianças e suas famílias.

O abuso físico é a forma mais facilmente relatada, contrastando com o abuso emocional, pois consideram ser mais difícil de detectar e provar judicialmente (Beck, Ogloff & Corbishley, 1994).

Foi possível aferir que eram os professores primários quem mais relatava casos, encontrando os autores explicações para esta constatação, no facto destes passarem mais horas com as crianças (em comparação com os graus seguintes de ensino), na razão das crianças desta faixa etária já conseguirem verbalizar atitudes e comportamentos de que são alvo (por distanciação com crianças mais jovens, a frequentar o jardim de infância) e por estes serem alvo de um maior sentimento de protecção e cuidado face a faixas etárias posteriores.

Com vista a potencializar, o mais previamente possível, o papel do professor e da sua acção, destaque-se a investigação realizada por Díaz-Aguado, Martínez Arias, Varana et al (1996), com base num estudo de 1744 casos, com o qual se permitiu a validação de um instrumento (a aplicar para ambos os sexos, entre os 6 e os 16 anos), capaz de permitir detectar situações de maltrato activo, negligência, problemáticas emocionais ou condutas anti-sociais (Aguado, 2001).

Posteriormente, em 2000, esta equipa de investigadores realizou um estudo em 1251 casos, o qual permitiu validar um outro instrumento a aplicar a faixas etárias até então não abrangidas (dos 3 aos 6 anos), composto por um questionário com cerca de 90 elementos, agrupados em factores como as condutas agressivas e anti-sociais, apatia, isolamento social e dificuldades de aprendizagem, abandono, negligência, condutas auto destrutivas e indicadores de abuso nas suas mais graves formas (Aguado, 2001).

Dos resultados observados em ambas as faixas etárias, parece claro que os professores tendem a identificar dois tipos principais de mudanças comportamentais, os quais estão directamente associados com problemáticas de interiorização e exteriorização, sendo que estes vão influenciar a ausência de condições para um normal desenvolvimento das crianças, o qual deve ser potencializado através da escola e da educação, colocando a tónica na urgência na detecção destas situações (Aguado, 2001).

Outra das conclusões parece ser que o abandono de que são alvo as crianças entre os 3 e os 6 anos, é tido como muito mais gravoso, pela incapacidade que os próprios têm em exprimi-lo.

Todas as condutas de natureza anti-social, são facilmente percebidas, desde a educação infantil, encontrando-se mais exteriorização das mesmas ao nível do sexo masculino (Aguado, 2001).

Em idades mais avançadas (dos 6 aos 16), as situações de risco a que podem estar sujeitas as crianças e jovens do sexo masculino, tendem a ser mais desvalorizadas e difícil reconhecimento, dada a sua menor exteriorização, facto que denuncia para um maior alerta face a este grupo por parte dos docentes (Aguado, 2001).

Em 2003, por Vagostello et al, com o objectivo de aferir até que ponto as escolas e os seus profissionais são capazes de detectar situações de violência com origem no lar, as quais põe em risco o bem-estar dos alunos, bem como a orientação dada a esse problema, foi realizado um estudo no município de São Paulo.

Para a concretização desta investigação, foi utilizada como amostra cerca de 10 coordenadores e 80 docentes do primeiro ciclo, seleccionados após sorteio, e com base em dados fornecidos pela Secretaria da Educação., a qual caracterizou a região leste daquele município, área de aplicação do estudo, como possuindo problemáticas de ordem social graves e um elevado índice de situações de violência, de que era sinal o maior número de ocorrências registadas pelas entidades competentes (Vagostello et al, 2003).

Após a realização de um estudo piloto, para a elaboração do instrumento para a recolha de dados, foi elaborado um questionário final formado por cerca de dez questões no qual era apresentada escolha múltipla e duas questões abertas, versando estas últimas procurar conhecer o conceito de violência doméstica dos profissionais questionados, bem como o conhecimento destes relativamente à prevenção e identificação de quadros de maus-tratos domésticos).

Aquando da análise dos resultados, um dos primeiros aspectos que os autores constataram foi o enorme receio, principalmente no grupo dos professores, em responder às questões, temendo por possíveis retaliações por parte dos encarregados de educação, não obstante a salvaguarda de total anonimato.

Relativamente aos dados propriamente ditos, mais de metade dos docentes (45) declararam saberem de situações de violência doméstica, as quais envolviam os seus alunos, sendo que dos restantes inquiridos, cerca de 25 afirmou ter conhecimento de situações, ainda que relacionadas com outros docentes e não os seus próprios alunos.

Importa destacar que o pequeno número de sujeitos que afirmou não ter conhecimento de qualquer caso, incluindo-se neste grupo a maioria dos coordenadores de escola, tinha uma larga experiência como docente, o que não deixa de ser paradoxal. Este resultado parece demonstrar que esses docentes, nunca foram capazes de detectar qualquer indício de maus-tratos nos seus alunos, ou, como outra hipótese de explicação, optaram por não divulgar essa informação, dado tratar-se de um tema que potencializa o desconforto entre os profissionais (Vagostello et al, 2003).

Relativamente ao tipo de vitimização mais referido, foi a violência física, pela sua visibilidade, sendo de realçar, e ainda que mais dificilmente detectada, a violência sexual surgiu com frequência, sendo que o conhecimento da mesma aconteceu, maioritariamente, após anúncio feito pela vítima ao seu professor e não por descoberta própria deste.

No que concerne aos comportamentos que podem encerrar em si sinais de abusos no lar, os docentes e os coordenadores, priorizaram os mesmos pela seguinte ordem:

- a agressividade (86,1%);
- a tristeza (69,6%);
- marcas no corpo (68,4%);
- o medo (62%);
- falta de motivação/timidez (53,2%).

O estudo constatou a alguma confusão ao nível das competências dos docentes e das próprias escolas relativamente à problemática dos maus-tratos, já que procuram soluções, perante um problema de competência judicial, de forma semelhante à que utilizam para a solução dos problemas de nível pedagógico e da escola, utilizando como forma de actuação prioritária a convocação e posterior orientação dos progenitores, esquecendo que a escola não possui poderes interventivos (dada a sua falta de autoridade e de mecanismos apropriados para actuação directa em situação de violência), descurando a sua função essencial para proteger os seus alunos.

Não obstante a maior parte dos envolvidos saberem identificar os indícios principais de maus-tratos, existe uma clara falta de habilidade para lidar com o

problema, quer ao nível dos docentes quer dos directores de escola, estes últimos com responsabilidade acrescida (Vagostello et al, 2003).

Na Austrália, em 2005 foi posta em curso uma investigação muito interessante, a cargo dos autores Walsh, Farrell, Schweitzer et Bridgstock, relativa ao factores envolvidos no acto dos professores detectarem e reportarem situações de abuso infantil e negligência, procurando-se da mesma obter implicações práticas.

Os principais objectivos desta investigação baseavam-se:

- Na presunção legal relativamente a obrigatoriedade dos docentes denunciarem situações abusivas e negligentes;
- No conhecimento face aos indicadores relativos às diferentes formas de maus tratos;
- No conhecimento de situações de maus tratos no seu contexto escolar;
- Experiências de relatos de situações;
- Percepção relativamente às consequências e motivações que levam à situação de denúncia por parte dos docentes, das famílias e das próprias crianças.

Como objectivo final, interessava dotar os docentes, aquando da sua formação inicial, dos elementos que interessava descobrir em falta, aquando da tomada da decisão de agir e denunciar (Walsh, Farrell, Schweitzer et Bridgstock, 2005).

O questionário escolhido (Child Abuse and Neglect Teacher Questionnaire - CANTQ), foi desenvolvido pelos autores, sendo aplicado a cerca de 30 escolas primárias australianas, procurando dar resposta aos objectivos propostos e já enumerados.

Assim, grande parte dos professores, mais de 90%, considerou ter obrigação moral e profissional de relatar situações que sejam do seu conhecimento (revelando assim similitudes com os resultados obtidos em outros estudos, já aqui por nós referenciados), considerando 86% que a mesma se reveste de contornos legais (mesmo que em algumas regiões, à data da investigação, tal obrigatoriedade ainda não se fizesse sentir).

No geral, prevaleceu um sentimento de insegurança face à capacidade de serem capazes de identificar, cabalmente, situações de abuso infantil (onde o de natureza sexual era o mais pertinente) e negligência.

Foi crença maioritária por parte dos docentes, de que as situações abusivas e de negligência são transversais às várias comunidades

Cerca de 74,5% dos professores inquiridos, tiveram suspeitas de situações anómalas na mesma fase da sua carreira, tendo optado por denunciar as mesmas aos seus directores, os quais, na opinião de 63%, deram seguimento à sua acção.

Quanto mais confiantes os docentes se sentem relativamente aos seus conhecimentos e capacidades em detectar e fazer denúncia das situações, mais o praticam, procurando fazê-lo com descrição.

Os docentes (27,7%) revelaram alguma insatisfação face ao facto de não lhes ser dada à posteriori, informação relativamente ao andamento dos processos. Esta situação acarreta alguma desconfiança face ao sistema de protecção das crianças, e, em última análise, em relação à utilidade da sua acção.

Mais de metade dos docentes inquiridos, considerou diminuta e quase nula (menos de cinco horas), a transmissão de conteúdos relacionados com esta temática, aquando da sua formação, o que lhes transmite perante a mesma grande insegurança.

O âmbito da formação de que são alvo os docentes e o papel por estes desempenhado nesta intrínseca problemática, foi desenvolvido em Portugal, em 2008, por Mendonça, um estudo, que embora circunscrito a um determinado concelho, nos pareceu interessante e com algumas similitudes com o nosso trabalho (enquanto estudo de caso a nível regional).

Desta forma, nesse estudo pretendia-se analisar qual a preparação, ou ausência da mesma, em termos formativos, relativamente ao grupo de docência do 1º ciclo, no que concerne às suas competências para realizar a detecção e operacionalização perante crianças em situação de risco.

Como instrumentos de recolha de dados, foram utilizados análise documental relativa aos relatórios da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (CNCJR) e

da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) do respectivo território (concelho de Valongo), referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006, as unidades presentes nos cursos de formação destes docentes, os relatórios de actividades respeitantes às acções de Formação Contínua (durante esse espaço de tempo, a par de um questionário endereçado aos profissionais de um agrupamento do espaço geográfico escolhido e de uma entrevista de natureza semi-estruturada (dirigida a docentes com crianças sinalizadas).

Dos resultados obtidos, apesar dos mesmos não permitirem uma generalização, dada a escassa representatividade (36 inquiridos), surgiu como evidente a falta de formação inicial e contínua, dos docentes perante a temática dos maus tratos. Quando é dada hipóteses de formação nesta área, a mesma tende a não ser creditada e tem que ser paga pelo próprio docente, factores que levam à não participação deste nas mesmas (Mendonça, 2008).

Corroborando a tese de falta de preparação, registou-se que a maioria dos inquiridos considerou não ter presente na sua sala, nem no presente nem no passado, situações de maus tratos, contudo, revelam não conhecer os indicadores destas situações.

Um dos indicadores que mais parece chamar a atenção destes profissionais, levando os mesmos a crerem que algo de errado se passa, parece ser os problemas comportamentais, sendo estes claramente valorizados face aos de ordem cognitiva. (Mendonça, 2008).

Os passos a seguir para uma denúncia efectiva é do desconhecimento da maioria dos docentes analisados, considerando ser mais importante uma primeira abordagem com o encarregado de educação, do que com a própria criança.

O receio de perseguições ou represálias por parte dos agressores, surge como o principal factor desmotivante, relativamente a denúncia de uma situação.

Quanto à parceria entre a escola e as CPCJ, ambos referem falhas (Mendonça, 2008), quer ao nível da morosidade dos processos e de falta de comunicação (no caso da primeira), quer da transmissão de dados incompletos e vagos, aquando da elaboração dos processos (no caso da segunda instituição).

Igualmente focando o seu raio de acção no pessoal docente e centralizado numa determinada região geográfica, que no presente caso é de grandes dimensões (inserida no estado de São Paulo), refira-se o estudo empreendido por Faleiros, Matias e Bazon (2005), na qual a prevalência de situações de maus tratos foi calculada através de informações recolhidas no sector educativo.

Nesta investigação, a qual partiu do pressuposto de que os dados oficiais de situações anómalas são muito inferiores às situações observadas, os docentes foram tidos como os profissionais melhor posicionadas para constatar as mesmas, permitindo fazer uma comparação com os dados oficiais.

A Cartilha Epidemiológica, de Bringiotti- alvo de tradução e adequação ao contexto brasileiro- foi o instrumento aplicado a cerca de 305 docentes (do ensino privado e público da grande metrópole de Ribeirão Preto). Neste instrumento estavam descritos os objectivos, formas de preenchimento, as definições de maus tratos, para além da presença de quadros para assinalar as respostas os quais tinham a seu cargo 6.907 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos.

Os dados obtidos foram surpreendentes, demonstrando uma prevalência de 5,7% em desfavor da taxa de 0,3%, na posse dos dados oficiais, os quais foram assim vencidos pela realidade (Faleiros e tal 2005).

Dentro das tipologias mais referidas, encontravam-se as de *carácter negligente* e o *abuso de ordem psicológica*, os quais não eram mais evidentes nas estatísticas oficiais.

A carga negativa das situações referidas, demonstravam uma maior complexidade com a evolução cronológica da criança, factor que alerta para a necessidade de uma intervenção precoce e em rede (envolvendo vários profissionais e entidades).

Relativamente ao tipo de estabelecimento, da rede pública ou privada, nos quais essas situações ocorrem, não foi significativa a diferença obtida (o que mais uma vez comprova a transversalidade desta realidade), continuando, contudo, a ser superior em 5,5% e 5,8%, respectivamente, aos dados oficiais existentes (Faleiros et al, 2005). No que concerne às modalidades de maus tratos, as instituições de natureza pública

denotariam mais situações de *abandono* e *mau trato de natureza física*, existindo tendência a estes estar associado o *trabalho infantil*, sendo que nas privadas sobressaia a falta de *controlo parental*.

Pelo universo da sua amostra este é um estudo que permite extrapolação, reforçando, mais uma vez o papel dos docentes em todo este doloroso e vitimizante processo.

CAPÍTULO V

**CARACTERIZAÇÃO DOS
GRUPOS DE DOCÊNCIA EM
PORTUGAL**

5. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE DOCÊNCIA EM PORTUGAL

Sendo este um trabalho assente sobre os saberes e atitudes dos docentes face à temática dos maus-tratos, parece-nos pertinente uma abordagem relativa à caracterização dos mesmos.

5.1 Os Educadores de Infância

Este grupo de docentes e o trabalho por eles realizado foi, até há bem pouco tempo, desvalorizado, não obstante o crescimento que foi dado a observar no número de jardins de infância, pertencentes à rede pública, nomeadamente após a Revolução do 25 de Abril, não tendo sido objecto da Reforma Educativa de que o país foi alvo, durante a década de 80, estando o desenvolvimento, quase em exclusivo, na mão do sector privado (Vasconcelos, 2000).

Os primeiros jardins de infância a surgirem em Portugal no ano de 1882, em Lisboa, de nome *Froebel*, como forma de dar resposta às necessidades de uma classe média em ascensão.

Contemporaneamente a esta realidade, João de Deus, um importante pedagogo e poeta nacional, em conjunto com seu filho, criaram a sua célebre *Cartilha Maternal*, a qual pretendia lutar contra as assustadoras taxas de analfabetismo de Portugal, tendo igualmente criado um vasto número de instituições (de índole privada).

A par desta realidade, mas com uma forte vertente de asilo, foram surgindo algumas unidades de apoio à primeira infância, nomeadamente em meio urbano.

Com o advento da República, e os trabalhos, de cariz essencialmente teórico, de pedagogos como José Augusto Coelho e da inspectora Irene Lisboa foi oficializado o ensino infantil. Com este, assistiu-se à criação de escolas e foi feita, pela primeira vez, a formação de docentes na área da educação de natureza infantil.

Contudo, dada a instabilidade governativa que caracterizou os primeiros anos da República em Portugal, estas obras não passaram, muitas das vezes de projectos de boas intenções. (Vasconcelos, 2000).

Com a chegada do Estado Novo e o regime ditatorial imposto por Salazar, assiste-se à extinção da educação de infância de cariz oficial, sendo a educação das crianças responsabilidade exclusiva da mãe, enquanto elemento fundamental da célula familiar. Nas classes mais abastadas, a educação a nível particular confinou a subsistir (Formosinho, 1997).

Com a implementação da democracia, em 1974, as instituições dedicadas à infância ganharam um novo fôlego, resultado de acções de natureza popular, as quais tiveram por base o deslocar da mulher da esfera exclusivamente familiar, para o mundo do trabalho.

Estas acções culminaram com a Lei 5/77, na qual é criado o sistema público ao nível da educação pré-escolar, o qual é reforçado, em 1979, com a criação dos Estatutos que gerem estas unidades (Formosinho, 1997).

As novas instituições passaram a ser tuteladas por duas entidades, a saber, Ministério da Educação e do Emprego e Segurança Social (segundo a perspectiva de oferecer, em termos sociais, as mesmas oportunidades a toda a população).

Por esta breve abordagem histórica, podemos verificar que a educação infantil em Portugal foi directamente influenciada pelas fortes mudanças de natureza política (mudança de regimes), económica (progressiva industrialização, emigração e migrações), e social (valorização do papel da mulher e da criança) ocorridas (DEB, 1999).

Actualmente, encontramos diferentes formas de modalidades de oferta ao nível da primeira infância, as quais passam por oferta de natureza formal e não formais. No primeiro grupo, encontram-se as creches, mini-creches e creches familiares (formadas por amas com residência num mesmo espaço geográfico e pertencentes ao Ministério da Solidariedade ou em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) bem como amas licenciadas. Estas entidades são reservadas para a faixa etária compreendida entre os 0 e os 3 anos de idade.

Relativamente ao grupo compreendido entre os 3 e os 6 anos, os jardins de infância existentes podem ser de natureza pública, de cariz privado ou de natureza solidária. Complementarmente ao seu horário muitas instituições recebem actividades de natureza sócio-educativa.

O aumento da rede nacional de educação pré-escolar é uma dos principais objectivos a desenvolver, estando Portugal ainda longe dos valores atingidos pelos países da Europa do Norte (com taxas superiores a 80%), sendo necessário um esforço nesse sentido, nomeadamente com a intervenção das diversas autarquias (OCDE, 2000).

Através da Lei-Quadro, relativa à Educação Pré-escolar, é reconhecido a tutela pedagógica exclusiva do Ministério da Educação, cabendo-lhe a esta a definição das orientações gerais, sobre as quais se deverá reger esta forma de docência, no que concerne aos princípios de natureza pedagógica e técnica (Vasconcelos, 2000).

Para uma eficaz aplicação dessas orientações pedagógicas, é essencial a formação profissional dos profissionais que as colocam em prática, nomeadamente dos Educadores de Infância.

A formação deste grupo de docentes foi acompanhando a evolução sofrida ao nível dos pressupostos relativamente a este grau de ensino.

Assim, no início de todo o sistema, os profissionais ligados à educação destinada à infância, pertenciam a congregações de fundo religioso (Nóvoa 1987), sendo, com o advento da secularização do ensino, o mesmo passado a ser ministrado por quem tivesse uma licença especial emanada pelo estado. Para as escolas de natureza infantil era dada exclusividade às mulheres, assim comparadas ao papel de mães (Domingues, 1998).

Durante muito tempo, dada não existir formação específica, eram colocadas nas chamadas escolas infantis, professoras primárias. Esta política foi reforçada durante o Estado Novo, no qual são encerradas as escolas infantis oficiais, diluindo-se o papel do educador.

Perante esta estagnação ao nível da formação dada pelo estado, surgem escolas de formação privadas, tais como a Associação João de Deus (importante pedagogo já

anteriormente referido) ou a Escola Superior de Educação Maria Ulrich (Cardona, 2006).

Com o surgimento destas instituições, torna-se necessário um maior rigor a nível da habilitação e certificação das educadoras de infância.

Neste contexto, em 1961, a Associação João de Deus define o seu curso, o qual passará para dois anos, sendo dada maior incremento à formação de natureza teórica. Esta situação foi seguida pelas restantes instituições, as quais implementaram, a presença de um estágio, sendo o grau de escolaridade mínima para a frequência destes cursos de nove anos de escolaridade, ter pelo menos dezassete anos, devendo ser portadora de uma boa saúde mental, física e moral (Cardona, 2006).

Com as mudanças trazidas pela Reforma Veiga Simão, de 1973, revitalizam-se os cursos para formação de educadores (em estreita relação com o sector público e privado), continuando esta profissão ainda vedada ao sexo masculino).

Com o crescimento da população, assiste-se a uma enorme escassez de pessoal especializado (UNESCO, 1982), sendo proposta uma maior articulação entre os educadores de infância e os professores do primeiro ciclo, os quais passam a ter em comum a formação ao nível do primeiro ano, cursos esses com duração de três anos, sendo necessário possuir o ensino secundário para a frequência do curso.

Aos profissionais, colocados em jardins de infância públicos, passou a ser dadas acções visando a sua formação e apoio, nomeadamente em áreas como a pedagogia, sociologia e psicologia (Cardona, 2006).

Em 1997, com a mudança operada na Lei de Bases do Sistema Educativo, a formação dos educadores de infância passou a incluir uma licenciatura, a realizar em quatro anos, sendo igualmente abertas regras para a sua formação contínua.

Em 2007, em adequação ao processo de Bolonha, passou a existir a possibilidade de uma formação de características únicas para os profissionais da educação pré-escolar, reforçando assim o papel destes como agentes de educação (Cardona, 2006).

5.2 Os Professores

É incontornável falar na classe de docentes em Portugal, sem referir o papel desenvolvido pelo grupo religioso formado pelos Jesuítas. São eles os principais professores, os quais leccionavam em inúmeros colégios por eles criados em todo o território (Garcia, 1999).

Pela mão do Marquês de Pombal, em 1759, criou-se *Directoria Geral dos Estudos*, procurando colmatar ausência dos jesuítas, por este perseguidos, gerando-se a reforma do ensino de 1772, tendo aumentado o número de docentes, também denominados “*mestres de ler*” (Garcia, 1999).

Pela mão de D.Maria I, numa tentativa de reconciliação com a igreja, o ensino volta a ser ministrado pelo clérigo, nos conventos, criando-se o ensino feminino, com as chamadas *mestras de meninas*.

Com a Revolução Liberal, ocorrida em 1820, é editado um importante decreto (*Regulamento Geral da Instrução Primária*) clarificador da gerência relativa à temática do ensino, dando-se igualmente a criação dos liceus, a realizar um por cada distrito, cabendo dois à capital. Posteriormente, são criadas as Escolas Normais, para a formação dos professores (Garcia, 1999).

Através do advento da República, o domínio do ensino volta para mãos laicas, chamando a atenção para a falta de mão de obra qualificada.

A chamada escola nacionalista, surge com a ditadura sendo a quase totalidade da acção escolar confinada ao ensino primário. Este passa a ser ministrados, na grande maioria dos casos por regentes escolares, para a qual a única habilitação requerida era saber ler e escrever, reduzindo o professor a um transmissor dos ideais políticos, morais e ideológicos do regime totalista.

Confrontado com a grande falta de professores primários, o regime liderado por Salazar vê-se na obrigação de criar Escolas do Magistério Primário.

Com o nascimento do ensino primário complementar, alargado ao 5º e 6º anos (futuro 2º ciclo), criam-se nestas escolas, cursos suplementares para a formação de professores para estes anos.

Com a instituição do regime democrático, assiste-se à formação dos docentes do primeiro ciclo em Escolas Superiores de Educação, sendo a duração de três anos, conferindo o grau de bacharel.

No final dos anos oitenta, as Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa, ditas "clássicas", dão origem aos seus cursos de licenciaturas em ramo educacional.

Actualmente, no nosso país, a formação básica dos professores do 1º e 2º ciclo, passa, necessariamente, pela obtenção de uma licenciatura, de acordo com o preconizado na Lei nº 46/86 (de 14 de Outubro), a qual é obtida pela frequência e aprovação num dos cursos ministrados quer pelas Escolas Superiores de Educação, quer pelas universidades privadas e públicas.

Toda esta evolução, provocou ao longo dos tempos, nomeadamente nos últimos trinta anos fortes transformações sobre o que é ser docente com base na formação deste, elementos que podemos sintetizar no quadro seguinte.

De 1970 a Abril de 1974	Baixa exigência académica Formação pedagógica deficitária Nível secundário Exame de Estado
De Abril de 1974 a 1980	Valorização académica e profissional Currículo profissionalizante, interdisciplinar e valorizador das áreas de expressão Emergência da área de Ciência da Educação Nível médio Avaliação contínua
Década de 1980	Intensificação da dimensão técnica Currículo profissionalizante, interdisciplinar e valorizador das áreas de expressão Pedagogia por objectivos Nível médio Avaliação sumativa
Década de 1990 até à actualidade	Academização (atenuação da vertente profissionalizante) Autonomia institucional Aprofundamento científico/disciplinar Intensificação do trabalho de pesquisa Nível superior. Avaliação sumativa

Quadro 22: Caracterização da formação/profissionalização dos docentes em Portugal nos últimos 30 anos (Pereira et al, 2007)

5.3 A Formação dos Docentes e a Problemática dos Maus-tratos Infantis

Para além da formação inicial, ao professor deve ser facultado e este também buscar, a formação de natureza contínua. Esta pode ser dividida na que se encontra directamente relacionada com os saberes relativos às suas actividades de carácter profissional e as que para ele são novas, relativamente ao saber fazer (Pacheco & Flores, 1999).

Ao longo do tempo, a sociedade sofreu alterações de natureza diversa, sendo que para que os docentes consigam dar uma resposta a grande parte destas, bem como às suas turmas, de características heterogéneas, é fundamental uma formação que vise o desenvolvimento do espírito crítico destes profissionais, possibilitando uma melhoria da sua actuação e das instituições estritamente necessária uma formação que desenvolva o espírito crítico dos professores e que leve a um melhor desempenho dos mesmos e das escolas (Crochran-Smith, 2005).

Segundo García (1999), à semelhança do que deverá suceder entre os os alunos e os professores, a formação destes deverá basear-se, igualmente, tendo por base as suas particularidades, necessidades e /ou interesses, com vista a desenvolver a sua capacidade de reflexão e actuação.

Neste contexto, o autor apresenta-nos quatro fases, as quais assistem os docentes antes e após a sua formação, sendo estas:

- 1ª Fase: Pré-treino - a sua prática quando docentes, recebe influência das experiências que experimentaram enquanto alunos;
- 2ª Fase: Formação inicial - corresponde à sua formação de base, ocorrida numa instituição de ensino superior, na qual o futuro docente obtém conhecimentos de índole pedagógica e académica, os quais lhe permitem dar início à sua prática docente.
- 3ª Fase: Iniciação - tem lugar nos primeiros anos de serviço, nos quais, grande parte das aprendizagens que realiza tem por base a improvisação
- 4ª Fase: Formação permanente - nesta etapa final assiste-se a planeamento das actividades, com vista ao aperfeiçoar da prática do docente e do ensino em geral.

Relativamente a estas quatro etapas, as que abrangem a formação inicial e a permanente, são tidas como as mais decisivas para a actuação do profissional de educação (Pacheco & Flores, 1999).

No que concerne à formação de base dos grupos de docência que são alvo de interesse do nosso trabalho, esta já foi por nós apresentada neste capítulo., sendo desejável que em qualquer desses níveis, possa preparar os mesmos para a aquisição de uma atitude da natureza activa e crítica, incentivando estes para uma acção de investigação, em paralelo com a prática de índole educativa a desenvolver (Pacheco & Flores, 1999).

No âmbito da formação permanente, de natureza contínua, esta deverá assumir-se como motor de promoção dos docentes.

Apesar da multiplicidade de modelos de formação contínua que possam existir, esta deve ser sempre orientada nas necessidades de formação dos professores, com base na investigação, observação e características do meio no qual o professor se insere. A operacionalização das formações deve ter uma forte componente prática, dotando os participantes de dados e técnicas de actuação (Pacheco & Flores, 1999).

São quatro os *paradigmas* que envolvem a formação de natureza contínua (Pacheco & Flores, 1999):

1. Da deficiência: encontra justificação nas “falhas” da formação inicial dos docentes, nas lacunas ao nível da competência de natureza prática. Neste âmbito, a formação contínua adquire carácter prioritário;
2. Do crescimento: visa a valorização individual, tornando o docente parte activa no seu processo e desejo de formação;
3. Da mudança: procura o desenvolvimento das competências do docente, com vista a uma melhor e mais activa colaboração na estrutura da instituição;
4. Da resolução de problemas: este paradigma encontra relação na preparação dos docentes, com vista a permitir o diagnóstico e gestão dos diferentes quadros problemáticos que surgem nas escolas.

Com base nestes paradigmas, surgiu a ideia de formação contínua centralizada na escola (FCCE), com vista a dar satisfação às necessidades sentidas por estas e pelos seus professores (Mendonça, 2008).

A formação contínua de docentes em Portugal é algo do qual vem sendo dado mostras já desde o século XIX, havendo registo de várias iniciativas com vista à obtenção desse objectivo, quer particulares quer oficiais. Contudo, até à década de noventa do século passado, revestiu-se de grande fragilidade e de iniciativas ocasionais. Atentemos em algumas das principais referências históricas relativas a esta temática (Mogarro, 2004).

Assim, no período que podemos definir como *Militante*, associado à primeira República, a formação surgia associada ao conceito de conferências de natureza pedagógica, nomeadamente vocacionadas para os professores primários.

Durante a *fase ideológica* (1933-1974) esta forma de formação recebeu incremento, tendo sido criados Centros Regionais, com o objectivo de dinamizar as escolas, levando a cabo acções de formação, com vista a facultarem apoio de natureza técnica e permitirem a troca de experiências pedagógicas.

No período catalogado como o arranque, a partir de 1974, foi feito um esforço considerável com vista a facultar a todos os docentes variadíssimas acções de formação. Estas tinham por base dois factores essenciais, a saber, por um lado a nova forma de estar por parte dos docentes, resultante das mudanças políticas observadas, por outro, a extinção dos Cursos de Ciências Pedagógicas e dos Exames de Estado (situação que tornou óbvia a falta de formação pedagógica dos novos orientadores de estágios).

O assumir da *institucionalização* em relação à formação teve lugar na década de 80, ocorrida num cenário caracterizado por várias mudanças, decorrentes, essencialmente, das novas tecnologias de comunicação e informação, passando a formação contínua de docentes a ser vista como uma necessidade para ultrapassar uma carência sentida por parte do Estado, o qual passa a consagrar a mesma na Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesta é reconhecido o direito que assiste a todos os docentes (independentemente do nível de leccionação) de acesso a formação contínua, a qual deve ser diversificada, possibilitando o aprofundar e uma actualização de saberes e pedagogias.

Não obstante o exposto sob o ponto de vista legislativo, a prática veio a demonstrar pouca aplicabilidade, continuando a formação a ser vista com algo pontual e não posto em prática pela maior parte dos professores (Mogarro, 2004). É esta situação exemplo o relatório intitulado *A Situação do Professor do Professor em Portugal*, realizado em 1989, o qual demonstrou que da totalidade de docentes entrevistados, só cerca de 47,5% tinha frequentado qualquer tipo de acção de formação.

Este cenário só viria a ser drasticamente alterado com o estabelecimento de uma carreira única para docentes, sendo regulamentado o estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básicos e Secundário, surgindo a formação contínua como um dos elementos fundamentais para efeitos de progressão na carreira.

Actualmente, e após entrada em vigor do novo Estatuto da Carreira Docente, continua a ser obrigatória a frequência de acções de formação. Esta obrigatoriedade e a obtenção de créditos como resultado da participação, contaminam, de certa forma todo o processo, já que, mais do que uma necessidade de aprender ou motivação interior para evoluir profissionalmente, continuamos a assistir ao acto forçado de cumprir um dever, à confirmação de natureza burocrática de cumprir uma lei, expressa na aquisição de créditos obtidos pela frequência numa determinada acção, na maioria das vezes afastada das reais necessidades e problemas dos professores e das escolas.

Relativamente à relação entre a formação de docentes no nosso país e a ligação da mesma com a temática dos maus-tratos e de acordo com o levantamento realizado por Mendonça (2008), muito ainda há a realizar.

Assim, e tomando como exemplo a estrutura básica do curso para docente do 1º ciclo (a qual pode ser generalizada aos outros níveis de ensino), das cerca de trinta e três instituições, englobando o ensino privado e público que ministram este curso verificou a autora que nenhuma das entidades possui unidades curriculares visando esta temática. As mudanças ocorridas com o Tratado de Bolonha podem ter tornado dotado estas licenciaturas com um cariz mais prático, muito vocacionado para as áreas tidas como essenciais (Ciências da Natureza, Matemática e Língua Portuguesa), sendo escassa a oferta de disciplinas no domínio das Ciências Sociais, nunca sendo abordada esta temática (Mendonça, 2008).

Uma pesquisa posterior por nós realizada permitiu descobrir algumas iniciativas ocorridas em locais que se dedicam à formação de docentes, exemplo da Escola Superior de Educação de Coimbra, que promoveu acção "A Criança vítima de Maus-tratos: a actuação do Educador/Professor", levada a cabo no âmbito da Unidade Curricular de Organização e Gestão do ensino . Contudo e não desvalorizando os objectivos desta e de outras actividades, inseridas na formação de base dos docentes, com vista à “prevenção e detecção precoce de factores de risco e da optimização dos processos de diagnóstico e encaminhamento de possíveis casos de violência sobre as crianças”, parece-nos algo pouco profundo tendo em conta o prazo previsto para esta (um dia), perante um assunto tão complexo e com variadíssimas cambiantes.

Com respeito à formação contínua, e após análise de cerca de 5776 formações creditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, até ao ano de 2010, validadas para efeitos de progressão e formação contínua dos docentes em Portugal, verificou-se uma assustadora ausência de oferta nesta área, situando-se a mesma, numa acção sobre “*Crianças em risco socioeducacional*”, cujo público por excelência era o dos docentes do ensino especial.

À semelhança do que sucede noutras áreas geográficas do País, também o concelho de Mafra, alvo do nosso estudo, possui um centro de formação (*Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho*) o qual faculta aos docentes, preferencialmente da sua zona de influência, acções de carácter auto-financiado e pagas. Também neste caso, e à semelhança do cenário oferecido pelos demais centros, este parece ser um tema que não encontra eco nas ofertas propostas aos participantes.

Assim, e não obstante a relevância das acções propostas aos docentes, estas centram-se maioritariamente nas temáticas das novas tecnologias e dos conteúdos inerentes a cada grupo disciplinar.

Alargando a nossa pesquisa aos centros de formação das áreas circundantes ao concelho de Mafra, onde os professores a leccionarem naquela área podem buscar alternativas relativamente às acções a frequentarem (já que a localização da instituição escolar e a proximidade desta aos vários centros que ministram acções são motivo de selecção dos docentes), verificamos que o plano para o presente ano de 2011, também revela uma completa omissão desta problemática. No limite, apresentamos uma

selecção da oferta prestada aos docentes que de certa forma abarcam temas de natureza sócio-pedagógica.

Plano de formação	Centros de Escolas	2011
Concelho de Loures	Concelho de Torres Vedras	Concelho de Sintra
<i>“Diferenciar para incluir”</i>	<i>“Gestão e Resolução de Conflitos/ Promover Ambientes de Aprendizagem e Cidadania”</i>	<i>“A Educação em Sexualidade no Contexto Escolar: novos paradigmas”</i>
<i>“A Educação Sexual em Meio Escolar: metodologias de abordagem/intervenção”</i>	<i>“A Educação Sexual em Meio Escolar: Metodologias de Abordagem/Intervenção”</i>	<i>“Inteligência emocional da escola”</i>
		<i>“Aprender a pensar”</i>

Quadro 23: Acções de formação para pessoal docente facultadas pelos centros limítrofes ao Concelho de Mafra, em 2011 (exemplos)

Ninguém duvidará que uma polivalência a nível dos saberes facultados aos docentes é fundamental, sendo que grande parte das acções acima apresentadas contribuem para uma valorização geral das perspectivas destes sobre a criança/adolescente, as particularidades destes e a melhor forma de abordagem a conteúdos tidos como “difíceis”, contudo cremos que a focalização directa na temática dos maus-tratos é fundamental e a sua omissão de consequências possivelmente graves.

PARTE II: ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA

6. METODOLOGIA

Chegados a esta parte do nosso trabalho, poderemos afirmar que entramos numa nova dimensão do mesmo, a qual, ainda que tendo que estabelecer uma sintonia com tudo aquilo que foi por nós abordado, procurará estudar, de forma prática, um determinado aspecto da realidade social, no caso específico os maus-tratos infantis, com recurso a um conjunto de técnicas e de procedimentos, com vista a encontrar respostas a um determinado problema colocado (Leite et al, 2001).

É nesta dicotomia que assenta a *metodologia*, a qual tem como principal objectivo reflectir, possuir uma nova visão sobre o mundo que nos rodeia, com base num olhar curioso e que levanta indagações, às quais se procura dar resposta através de uma pesquisa. Para que esta se possa revestir de carácter positivo, torna-se essencial escolher as vias adequadas, os instrumentos para alcançar os objectivos propostos aquando da pesquisa (Silva & Menezes, 2001).

Quando buscamos um significado para pesquisa, poderemos obter respostas várias. Neste contexto, Minayo (1993), entende que esta deverá ser compreendida como a actividade básica inerente às ciências, enquanto descoberta da realidade, da qual se aproxima sucessivamente, procurando estabelecer uma relação entre a teoria e os dados adquiridos.

Para Demo (1996), a pesquisa é tida como um questionamento de natureza sistemática, crítico e necessariamente criativo, procurando uma intervenção na realidade.

Na perspectiva de Gil (1999), a pesquisa reveste-se de um carácter fortemente pragmático, tendo como objectivo principal encontrar respostas para problemas, com base em procedimentos de ordem científica, prevendo-se, a priori, a realização de um processo criativo, assente num conjunto de directrizes orientadoras, elaboradas de forma intencional.

Neste âmbito, segundo Quivy e Campenhoudt (2003), o principal será que aquele que realiza a investigação a possa efectuar com base num processo que visará a


organização de um necessário *método de trabalho*. Para os autores anteriormente referenciados, este será constituído por três actos básicos.

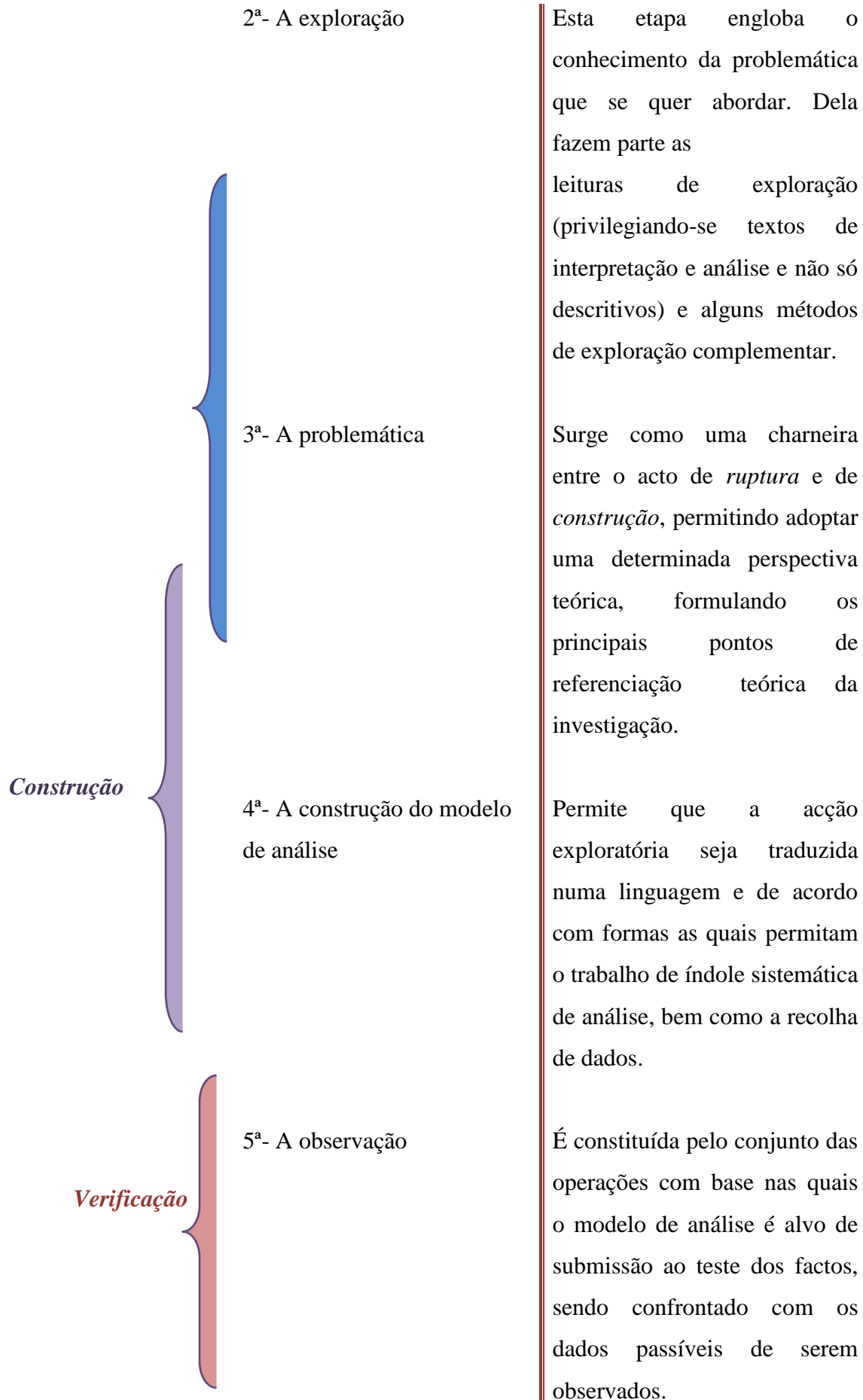
Assim, teremos o que estes teóricos denominam como *ruptura*. Esta permitirá efectuar um corte com as ideias pré concebidas e aquilo que temos como falsas verdades ou crenças.

Esta acção só poderá existir com base no acto da *construção*, o qual encerra em si elementos como a elaboração do plano de trabalho a efectuar, os actos envolvidos e a projecção do que se pretende atingir.

A *verificação* é igualmente encarada como um acto fundamental a ter lugar, só assim se conferindo estatuto científico, a uma determinada proposição, pela capacidade desta ser possível de verificar através dos factos.

Estes três actos não surgem isoladamente, mas, pelo contrário, interagem de forma mútua, ao longo de *sete etapas*, as quais se encontram em constante interacção e que tentamos abaixo caracterizar.

Actos	Etapas	Características
 <i>Ruptura</i>	1ª- A pergunta de partida	<p>O investigador deve iniciar o seu trabalho de investigação tendo por base algo que deseja saber ou conhecer melhor. Deverá ter em conta os recursos, a disponibilidade (material e técnica) com que pode contar para a sua investigação, para a qual não se deverá partir com juízos previamente concebidos ou limitadores.</p>



	<p>A observação é composta pelas seguintes operações</p> <p>1^a- Concepção de um instrumento;</p> <p>2^a- Testagem do instrumento (as questões a efectuar devem ser precisas e claras);</p> <p>3^a- Recolha dos dados (execução prática da observação).</p>
6 ^a - A análise das informações	Realização de procedimentos, nomeadamente estatísticos e /ou de conteúdo, com vista à interpretação dos dados obtidos.
7 ^a - As conclusões	<p>Compreende as considerações sobre o trabalho, estando nestas inseridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retrospectiva das linhas de procedimento; • Contributos do trabalho; • Considerações de ordem prática resultantes da investigação.

Quadro 24: Sistema de organização da metodologia de trabalho
(Quivy e Campenhoudt, 2003)

A ausência desta metodologia de trabalho, ou de uma possível variante, surge como uma das principais causas para as dificuldades que se nos deparam ao longo de

um dado trabalho, levando a que se coloquem dúvidas como: “Parece que já nem sei bem o que procuro”, “Tenho dados... mas não sei o que fazer com eles...” ou “Não sei por onde continuar”.

Foi procurando orientar o nosso trabalho com vista a evitar ser alvo destas dúvidas, que tentámos pautar a nossa acção metodológica, a qual seguidamente passamos a apresentar.

6.1 Apresentação do problema

Através do apresentado nos capítulos anteriores, foi possível observar como a temática dos maus-tratos infantis é complexa, acompanhou a par e passo a evolução do ser humano, podendo ser entendida como uma das muitas manchas à aparente completa socialização dos tempos modernos.

Cabendo aos educadores e professores um importante papel, quer ao abrigo da lei quer da moral em toda esta problemática, a interacção destes com esta realidade foi algo que nos pareceu digna de interesse.

Para a definição deste conteúdo de investigação, não foi alheio o facto de ser professora, a leccionar no primeiro ciclo do ensino básico, sentindo que muito se tem assistido nos últimos tempos à discussão deste tema, à qual não creio corresponder um real conhecimento do mesmo, das suas especificidades e consequências.

Neste âmbito, tornou-se por demais apelativo centrar como problema do nosso estudo a relação existente entre os profissionais de educação, inseridos numa determinada área geográfica, a trabalhar com diferentes faixas etárias, com a realidade dos maus-tratos infantis.

Com a realização deste estudo, temos o ensejo de conseguir obter, para além de um melhor conhecimento relativamente às práticas e saberes do grupo em causa, futuras linhas de actuação para o mesmo, a partir da interpretação das suas atitudes e crenças relativamente a este tema.

6.2 Objectivos da Investigação

Ainda que a promoção da saúde e dos estados de bem-estar deva ser encarada como responsabilidade da família, do próprio indivíduo e, em sentido geral, da comunidade, não parece existir dúvidas que a escola surge como a principal instituição capaz de reunir em si mesma a maior parte da população (em termos teóricos a totalidade desta, numa determinada faixa etária e espaço de tempo).

Neste contexto, o docente e a sua instituição possuem, de forma inevitável, uma forte e activa influência relativamente aos cuidados e protecção para com as crianças, sendo que essa sua acção será directamente influenciada pelo grau de conhecimento que estes possuem relativamente às temáticas que caracterizam ou podem assolar, o universo infanto-juvenil (Mello, 1994).

Com base nessa premissa, surge como *objectivo geral* do nosso trabalho, caracterizar as competências que os educadores de infância, os professores de 1º e do 2º, a leccionarem em Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mafra, possuem sobre os maus-tratos infligidos às crianças, tendo como foco de origem o contexto familiar, permitindo distinguir entre as suas variadas cambiantes e particularidades.

Partindo deste enquadramento, e como *objectivos específicos*, centrar-nos-emos em comparar as estratégias utilizadas por esses profissionais na detecção dos maus-tratos; bem como em perceber os recursos utilizados na sua acção de denúncia dos processos desta natureza. Assim propomo-nos a:

- Avaliar o nível de formação relativa à temática em causa;
- Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos;
- Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada;
- Determinar quais os factores classificados como potencializadores de situações anómalas;
- Constatar a origem de possíveis processos de denúncia;
- Identificar quais os indicadores a ter em conta para reconhecer um caso de maus-tratos;

- Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos de maus-tratos;
- Verificar qual o valor da experiência profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.

Neste âmbito, poderemos estabelecer como *objectivo transversal* a toda a nossa investigação, a necessidade de auscultar a actual sensibilidade destes profissionais, circunscritos a um determinado espaço geográfico, para este fenómeno, procurando saber da existência de uma “consciência comum” por parte dos docentes em relação a este flagelo.

6.3 Desenho do estudo

Como foi referenciado no início deste trabalho, este teve forte influência no estudo realizado pela Universidade Hebraica de Jerusalém, por Shor e Haj-Yahia (1996), o qual tendo por base a temática por nós estudada, foi aplicado a estudantes de vários ramos da Ciência, a saber, de Psicologia, Educação, Medicina e Assistência Social, com vista a descortinar a percepção, estado de alerta e conhecimento destes em relação aos maus-tratos infantis.

Contudo, para além de alterarmos o público-alvo de estudo, procurámos enriquecer o mesmo não nos limitando a utilizar somente uma técnica de investigação, nomeadamente quantitativa (como o original), mas alargando o mesmo às de índole qualitativa (entrevista e grupo de discussão), tornando-o assim de carácter misto, possibilitando obter as vantagens de diferentes métodos, tentando ultrapassar as limitações inerentes a cada um deles (Coutinho & Chaves, 2002).

Por outro lado, optámos por centrar a nossa investigação num determinado reduto geográfico, atribuindo à investigação contornos de *estudo de caso*.

Esta forma de abordagem metodológica de investigação torna-se particularmente útil quando desejamos investigar, compreender ou proceder à descrição de fenómenos e contextos, com factores múltiplos, sendo, de acordo com Yin (1994) uma abordagem que se torna apta para proceder à investigação em cenários de índole educativa, sempre que o investigador se encontre perante situações de natureza complexa, em que este

deseja descortinar interações entre factores tidos como fulcrais, buscando-se dar resposta ao “como?”.

Segundo Coutinho & Chaves (2002), quase tudo pode ser alvo de ser estudado como um “caso”, quer estejamos a debruçarmo-nos sobre uma determinada personalidade, um grupo ou comunidade precisa.

Neste âmbito, para Ponte (2006), esta é uma investigação que se impõe como sendo de natureza particular, debruçando-se sobre uma determinada situação específica, procurando descortinar nesta o essencial, com vista, dessa forma, vir a possibilitar a compreensão geral de um fenómeno tido como interessante.

Por todas estas características, esta modalidade de investigação tem sido, especialmente nas últimas décadas, fortemente utilizada pelas Ciências Sociais, com especial enfoque nas Ciências da Educação (Yin, 1994).

A utilização deste recurso é essencialmente preferida perante domínios e questões novas ou com um historial de investigação algo limitado. Por esta mesma razão, consideramos que o conhecimento dos maus-tratos infantis, em contextos específicos, são alvo de enquadramento nesta situação

6.4 Fases do estudo

Qualquer processo de investigação assenta num conjunto de tarefas as quais culminam num trabalho final, o qual, no caso preciso, corresponde a uma tese de doutoramento, estruturada de acordo com o seguinte cronograma:

Tarefas	Anos			Meses											
	2009	2010	2011												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
Ínicio do Doutoramento															
Construção do Projecto															
Revisão da literatura															
Autorização do Min.Edu. para aplicação dos instrumentos de investigação															
Contactos com as escolas e participantes															
Aplicação dos inst. de investigação															
Análise e tratamento de dados															
Redacção do trabalho para Suf.inv.															
Discussão de resultados e redacção da Tese de Doutoramento															
Entrega da Tesina/Tese de Doutoramento															

Legenda:

	Ano de 2009
	Ano de 2010
	Ano de 2011

Quadro 25: Cronograma das actividades de investigação

Relativamente ao estudo por nós efectuado, este desenrolou-se com base na seguinte esquematização das actividades de investigação:

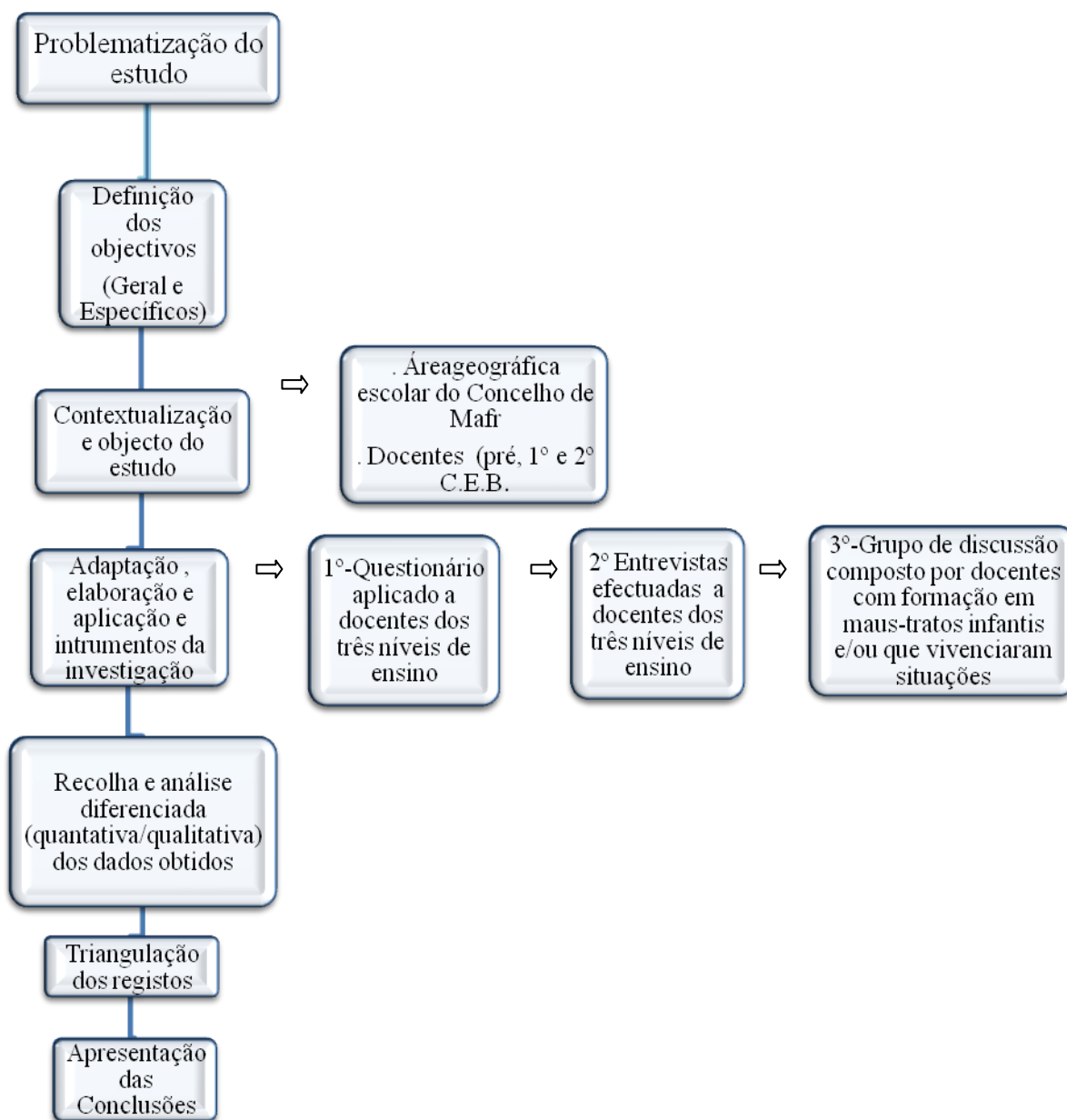


Figura 10: Procedimentos inerentes às fases do estudo

6.5 Contextualização do estudo

O nosso estudo tem como contexto geográfico o Concelho de Mafra. Julgamos que se torna útil a inclusão neste trabalho de elementos de caracterização desta realidade com vista a um melhor conhecimento da mesma.

6.5.1 O Concelho de Mafra

6.5.1.1 Localização

O Concelho de Mafra, tem a sua localização geográfica na orla ocidental do País, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico, o qual banha as suas costas, estando integrado na chamada zona periférica do distrito de Lisboa.

Administrativamente, são dezassete as freguesias (Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Encarnação, Enxara do Bispo, Ericeira, Gradil, Igreja Nova, Mafra, Malveira, Milharado, Santo Estêvão das Galés, Santo Isidoro, S. Miguel de Alcainça, Sobral da Abelheira, Venda do Pinheiro e Vila Franca do Rosário) deste concelho com 291,42 km² de área.

Encontra confrontação com cinco outros Concelhos, a saber Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Sintra, Torres Vedras e Loures.



Figura 11: Mapa do Concelho de Mafra

6.5.1.2 Resumo Histórico

Perde-se no tempo as origens históricas do Concelho de Mafra, representando esta uma longínqua viagem, na qual se encerram episódios de conquistas, invasões e reconquistas. Narram-se vidas de monarcas, dos seus desejos ambiciosos, das suas promessas ao divino, das suas fugas e abandono do país.

A presente diversidade de recursos arquitectónicos naturais e arqueológicos que podemos apreciar nas freguesias do Concelho, são o resultado de um passado, no qual

diferentes povos foram tendo lugar, deixando para a posterioridade os seus vestígios. Estes podem ser encontrados desde épocas remotas como o Neolítico e o Paleolítico, sendo exemplos que revelam uma das mais ancestrais presenças do ser humano em solo Europeu.

A vasta presença de legados como cerâmicas, sepulturas, lápides, vidros ou moedas do período Romano, em quase todas as divisões do concelho, revelam a forte implementação do poderio Romano.

A chegada do povo Árabe também se fez notar, sendo tido como aceite que alguns dos antigos centros de culto cristão que chegaram aos nossos dias, tiveram a sua origem em mesquitas.

Após a reconquista cristã, e especialmente com a atribuição, por parte do D. Nicolau, bispo de Silves, à Vila de Mafra (no ano de 1189) de foral, iniciou-se uma fase de grande desenvolvimento do concelho

A origem do vocábulo *Mafra* reflectiu esta passagem do tempo, começando a ganhar contornos a partir do termo *Mafara* (1189), *Malfora* (1201) e *Mafora* (1288).

Com D.Manuel I, Mafra ganha novo foral, em 1513, subentendendo a crescente importância da vila.

A verdadeira mudança na região ocorreu, sem dúvida, com o monarca D.João V, o qual, como pagamento de uma promessa, mandou erguer, em 1717, o Palácio e Convento de Mafra, o qual partiu do modesto projecto de albergar cerca de 109 frades da ordem Franciscana. No entanto, graças à riqueza proveniente do ouro do Brasil, depressa o rei e o arquitecto Ludovice, projectaram construção bem mais ambiciosa, tendo nele trabalhado cerca de 52 mil operários por um período de treze anos e fazendo entrar a “simples” vila de Mafra para a história de Portugal, da Europa e do Mundo.

O concelho de Mafra foi ainda palco de dois dos mais marcantes momentos da vida do País, a saber a fuga do rei D.João VI, em 1807, para o Brasil, (facto que permitiu a manutenção da autonomia da nação, governada a partir daquela possessão territorial portuguesa), em consequência das invasões das tropas Napoleónicas, e a do

Rei D. Manuel II para o exílio em Inglaterra, em 1910, facto que marcou o fim da Monarquia Portuguesa.

6.5.1.3 Características sócio-demográficas

Graças aos seus recursos naturais (proximidade com o mar, terrenos férteis, clima favorável...), a área compreendida pelo concelho de Mafra, sempre atraiu o ser humano, tendo neste formado comunidades e núcleos populacionais.

A evolução demográfica realizou-se ao longo dos séculos, sendo que dados documentais de 1522 apuravam cerca de 191 habitantes.

O século XIX trouxe consigo o crescimento populacional de forma exponencial, nomeadamente na vila de Mafra e nas restantes freguesias do concelho, o qual se prolongou ao longo do século seguinte.

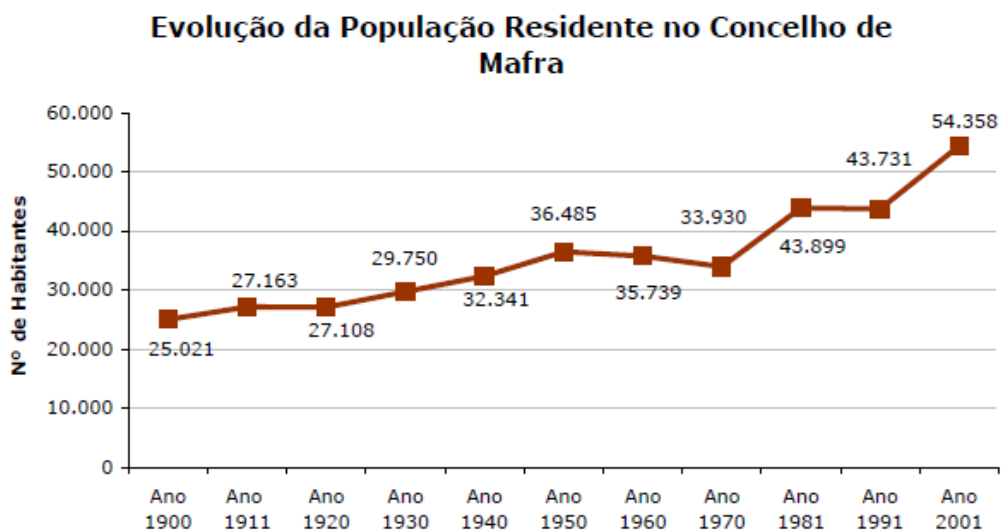


Figura 12: Evolução da População Residente no Concelho de Mafra
(Carta Educativa ,CMM, 2005)

Neste período de tempo registaram-se algumas variações, nomeadamente:

- 1900 - 1911: O crescimento registado teve por base as migrações de população para a zona litoral;

- 1911-1920: Com base num surto epidémico (pneumónica) e à participação do país na I Guerra Mundial, observou-se um ligeiro decréscimo ao nível da taxa bruta de crescimento;
- 1920 – 1950: O aumento registado, prendeu-se com a emigração ocorrida para o distrito de Lisboa, estendendo-se esta ao concelho de Mafra;
- 1950 – 1970: Novo retrocesso alicerçado pela Guerra Colonial, a falta de emprego na zona de Lisboa e a falta de mão-de-obra na Europa Ocidental (destino de saída da população);
- 1981 – 1991: Com o retorno das ex-colónias de elevado número de portugueses e o desenvolvimento dos transportes, observa-se a maior curva ascendente demográfica;
- 2001: A subida dos índices justifica-se, essencialmente, pelo interesse que o concelho gera, com base no nível de qualidade de vida gerado pelas infra-estruturas que nele foram surgindo (escolas, estradas...)

Os últimos dados disponíveis correspondem a 2001, ano dos últimos censos, estando a decorrer ao longo de 2011 novo questionamento da população portuguesa. Contudo, e no que respeita ao aumento do índice populacional desta região este continua evidente, a crescer a um ritmo muito rápido, bastando para tal recorrermos a dados tão elementares como os 65.126 doentes que se encontravam inscritos no Centro de Saúde de Mafra, já no ano de 2006 (CMM,2005).

Em termos de natalidade, o Concelho, apresenta a mais alta taxa de todos os restantes da Zona Oeste, sendo mesmo superior à média nacional.

6.5.1.4 Características económicas

No que concerne às actividades económicas, com base em dados de 2002 (CMM, 2005), o concelho de Mafra revela um maior índice ao nível do sector terciário, no qual trabalha a maioria das mulheres, representando cerca de 59% da totalidade de negócios operados no Concelho.

Relativamente ao sector secundário, as principais empresas a operar na região encontram-se afectas à agricultura, à pesca, produção animal, actividades extractivas e transformadoras, para além da silvicultura.

O sector primário apresenta baixa representatividade.

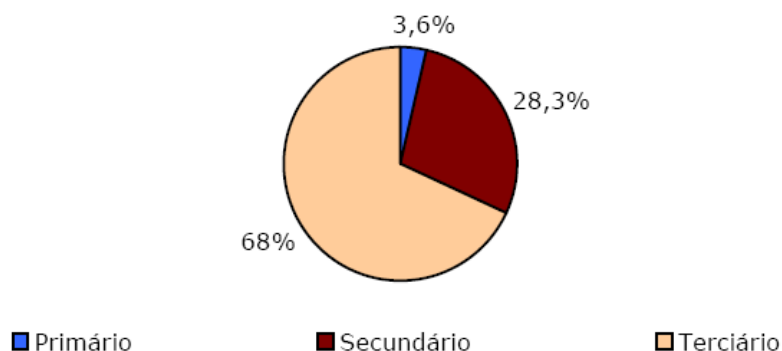


Figura 13 : Distribuição das empresas, de acordo com os sectores de actividade
(Carta Educativa ,CMM, 2005)

6.5.1.5 A situação das crianças e jovens vítimas de maus tratos

De forma a dar resposta a todas as situações que envolviam vitimização de crianças e jovens, foi criada, em 12 de Dezembro de 2001, sobre tutela da respectiva Câmara, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens deste concelho, visando a sua acção a promoção e protecção das crianças e jovens, dentro da faixa etária dos 0 aos 16 anos, para além de intervir com vista a colocar um fim perante todas as situações capazes de influenciar a sua saúde, segurança, formação, a educação ou o seu total desenvolvimento.

O funcionamento da Comissão, realiza-se de acordo com duas modalidades essenciais: na forma restrita (com reuniões quinzenais, nas quais participam nove entidades, como sejam os representantes da Autarquia, as Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS) vocacionadas para a infância, a Segurança Social, juristas e psicólogos) e alargada (de periodicidade bimensal ou trimensal, de acordo com o volume de processos, englobando na sua constituição forças comunitárias, parceiros sociais, Associações de encarregados de educação e desportivas).

À semelhança de outras Comissões, a CPCJ de Mafra, aprecia de forma liminar todas as situações que a ela ocorrem, decidindo sobre o encaminhamento a dar às mesmas (arquivamento ou instrução de processos), para além de efectuar um acompanhamento e revisão das medidas de promoção e de protecção já instauradas.

CPCJ de:	Processos de Promoção e Protecção						
	Transmitidos	Instaurados	Reabertos	Global	Arquivados Eliminadamente	Arquivamento	Total de Arquivados
Alenquer	93	130	10	233	5	102	107
Amadora	647	673	10	1330	67	387	454
Arruda dos Vinhos	32	36	5	73	3	29	32
Azambuja	91	66	29	186	40	85	125
Cadaval	68	36	10	114	5	55	60
Cascais	352	455	65	872	273	175	448
Lisboa (centro)	982	690	43	1715	329	797	1126
Lisboa (norte)	726	575	83	1384	475	154	629
Lisboa (ocidental)	211	323	12	546	73	181	254
Lisboa (oriental)	647	526	84	1257	294	399	693
Loures	502	816	172	1490	350	466	816
Lourinhã	66	81	1	148	28	70	98
Mafra	280	179	23	482	48	197	245
Odivelas	447	417	21	885	210	321	531
Oeiras	381	419	116	916	59	309	368
Sintra Ocidental	936	552	45	1533	100	559	659
Sintra Oriental	642	600	39	1281	160	350	510
Sobral de Monte Agraço	35	34	8	77	19	20	39
Torres Vedras	160	143	24	327	52	138	190
Vila Franca de Xira	389	472	113	974	109	354	463
Total	7687	7223	913	15823	2699	5148	7847

Quadro 26: Volume de Processos de Promoção e Protecção do Distrito de Lisboa

Através da análise dos valores apresentados no quadro, referentes aos diferentes concelhos pertencentes à área geográfica do distrito de Lisboa, verificamos que o volume de processos de promoção e protecção registados no concelho de Mafra surge como significativo, quando em comparação com outros concelhos com igual ou superior índice demográfico.

À semelhança do que sucede no restante território (como já foi por nós referido), as instituições escolares assumem também aqui um papel fundamental ao nível da sinalização de casos que chegam ao conhecimento da CPCJ.

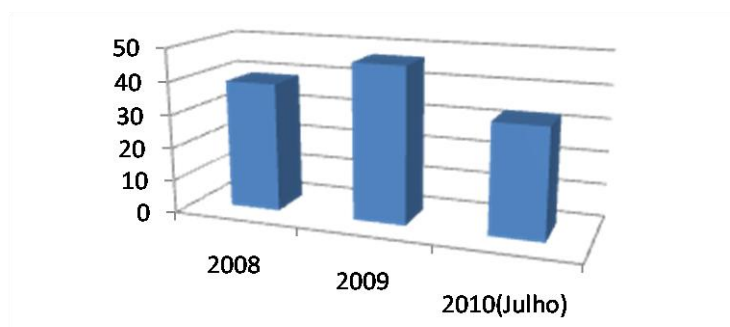


Figura 14: Sinalizações efectuadas pelos estabelecimentos escolares do Concelho, com base em dados da CPCJ de Mafra (elaboração própria).

6.5.1.6 Escolaridade e Instituições Escolares

O concelho de Mafra, no que respeita aos níveis de escolaridade, apresenta valores muito semelhantes à média nacional, existindo uma prevalência relativamente à população que tem como habilitação literária o primeiro ciclo. As similitudes em relação aos restantes ciclos são igualmente registáveis, salientando-se decréscimos em relação ao 2º ciclo, ensino médio e ao superior.

A taxa de analfabetismo apresenta no concelho de Mafra um índice inferior à restante média observada no território nacional.

Nível de Escolaridade	Portugal						Concelho de Mafra					
	Homem/ Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem/ Mulher	%	Homem	%	Mulher	%
Nenhum	1.475.812	14,3	610.172	5,9	865.640	8,4	7.603	14,0	3.431	6,3	4.172	7,7
1.º Ciclo	3.638.725	35,1	1.746.773	16,9	1.891.952	18,3	19.585	36,0	9.482	17,4	10.103	18,6
2.º Ciclo	1.300.150	12,6	690.132	6,7	610.018	5,9	6.816	12,5	3.832	7,0	2.984	5,5
3.º Ciclo	1.126.989	10,9	600.220	5,8	526.769	5,1	6.334	11,7	3.421	6,3	2.913	5,4
Secundário	1.620.816	15,7	821.941	7,9	798.875	7,7	8.885	16,3	4.454	8,2	4.431	8,2
Médio	80.173	0,8	41.755	0,4	38.418	0,4	343	0,6	209	0,4	134	0,2
Superior	1.113.452	10,8	489.148	4,7	624.304	6,0	4.792	8,8	2.165	4,0	2.627	4,8
TOTAL	10.356.117	100	5.000.141	48,3	5.355.976	51,7	54.358	100	26.994	49,7	27.364	50,3

Quadro 27: Níveis de escolaridade a nível nacional e local INE, Censos de 2001

(Carta Educativa, CMM, 2005)

A oferta educativa do concelho tem, ao longo dos últimos anos, tentado responder ao crescente demográfico observado, tendo sido, progressivamente renovado o espaço escolar disponível, surgindo como modelo para outros concelhos do país, existindo instituições para o pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos, secundário e uma ao nível ensino de natureza profissional.

Relativamente aos estabelecimentos públicos, estes encontram-se organizados sobre a forma de quatro agrupamentos verticais, inseridos nas freguesias com mais elevada densidade populacional e desenvolvimento (Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro) sendo para o nosso estudo extremamente úteis já que é nestes que terá lugar a nossa investigação.

6.5.2 Os Agrupamentos escolares

Nesta parte do nosso trabalho, efectuaremos uma abordagem a estas unidades de ensino, prosseguindo com a descrição dos Agrupamentos escolares nos quais ocorreu a realização do nosso estudo.

6.5.2.1 Noção

Com base no Decreto-Lei 115-A/98, o Ministério da Educação, criou os agrupamentos de escolas, os quais surgem como uma unidade de cariz organizacional, à qual foi conferida gestão e órgãos próprios de administração. Estes reúnem na sua constituição estabelecimentos de ensino pertencentes à educação pré-escolar e de um ou vários ciclos, os quais se reúnem em torno de um mesmo projecto pedagógico, procurando alicerçar a sua acção com vista a alcançarem objectivos centrais comuns.

A sua criação é da responsabilidade do director regional de Educação, após audição do “Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento, do Ministério da Educação, os municípios e os órgãos de gestão das escolas envolvidos, apresentar propostas de criação de agrupamentos para integração de estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico, incluindo postos do ensino básico mediatizados de uma área geográfica (...)” (Decreto-Lei 115-A/98).

6.5.2.2 Finalidades

A criação das unidades de Agrupamento de escola por parte do Ministério da Educação, previram o alcançar de finalidades específicas, a nível educativo, estrutural e social, das quais destacamos:

- Promover um percurso, de natureza articulada e sequencial, dos alunos dentro da escolaridade obrigatória, inseridos num determinado contexto geográfico;
- Ultrapassar quadros de isolamento vividos pelos estabelecimentos de ensino, dos seus profissionais e alunos;
- Evitar a exclusão social;
- Promover os recursos pedagógicos dos vários estabelecimentos que compõem o agrupamento;
- Promover o uso racional de recursos (materiais e humanos);

- De acordo com as linhas orientadoras de actuação, emanadas pelo órgão de poder central, ser o garante de um regime de administração, gestão e autonomia;
- Permitir a valorização e a troca de experiências.

6.5.2.3 Critérios

Aquando da formação de agrupamentos de escolas são alvo de consideração vários critérios, dos quais sobressaem:

- A construção integrada de percursos escolares;
- A criação de projectos de natureza pedagógica comuns;
- A articulação entre níveis e ciclos (do ponto de vista curricular);
- O desejo de expansão da rede pré-escolar;
- O reorganizar da rede educativa;
- A necessária proximidade geográfica.

Todos os estabelecimentos de ensino que integram o agrupamento de escolas devem manter a sua denominação e identidade própria, sendo atribuída uma designação abrangente ao agrupamento. Este integra estabelecimentos de um só concelho (caso do de Mafra), de forma a compatibilizar todo o trabalho com uma mesma entidade do poder local.

6.5.2.4 O Agrupamento de Escolas da Ericeira

O Agrupamento Vertical de Escolas da Ericeira, à semelhança dos demais, encontra-se inserido na zona abrangida pelo concelho de Mafra sendo actualmente constituído por dez instituições escolares, sendo que na sua área de acção encontram-se instituições das freguesias da Encarnação, Santo Isidoro, Carvoeira e da própria Ericeira.

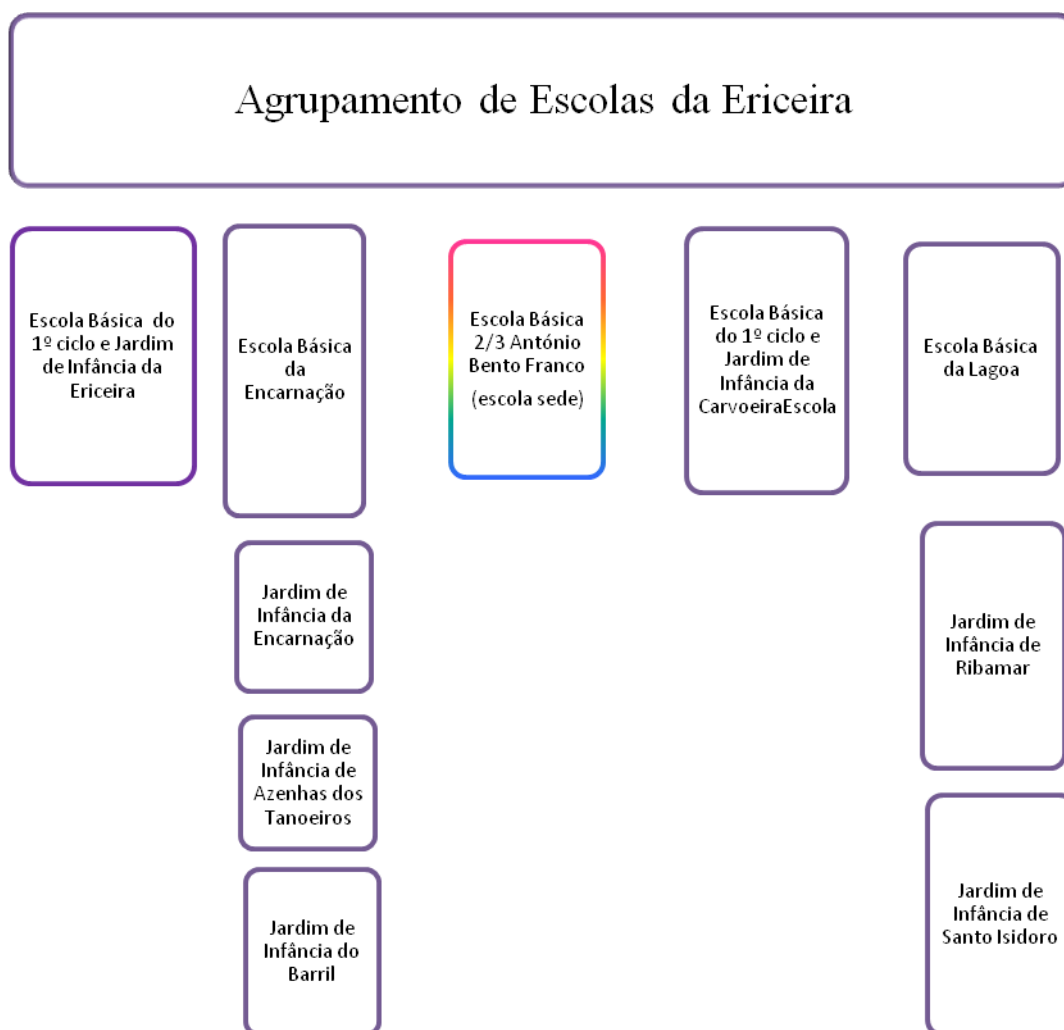


Figura 15: Unidades Escolares do Agrupamento da Ericeira

As três primeiras localidades referenciadas, possuíam, até há bem pouco tempo um cariz essencialmente rural, com bases económicas na agricultura. Relativamente à freguesia da Ericeira, pela sua proximidade ao Oceano Atlântico, viu na exploração dos recursos do mar, com a actividade piscatória e o turismo, as suas principais fontes de recursos económico, os quais ainda hoje persistem.

Com a chegada de população vinda de outras regiões de Portugal, caso de Lisboa e países, nomeadamente do Brasil (o qual fixou nesta área um importante comunidade), foi possível observar mudanças significativas nos habituais modos de vida.

Este agrupamento teve a sua formação no ano lectivo de 1999/2000, tendo sido escolhida para unidade sede a Escola Básica 2/3 António Bento Franco. Esta foi

construída há já vinte e seis anos, tendo quatro edifícios distintos, tendo havido a necessidade, em 2004, pelo acréscimo de população, de construir um bloco pré-fabricado.

É no bloco 0 desta escola que funciona o Conselho Executivo, as salas de Direcção de turmas, a Secretaria do Agrupamento, a Sala de Recursos e a Biblioteca.

Em termos de condições materiais, apesar da importância desta unidade, actualmente, é a que se encontra menos modernizada, tendo em conta que as instituições do pré-escolar e do primeiro ciclo, estão inseridas em instalações modernas e muito recentes. Tais mudanças permitiram a aplicação generalizada do horário normal, nas diversas instituições.

Cerca de 10% da população estudantil é composta por cidadãos brasileiros, emigrantes, facto que se traduz em significativas flutuações ao longo do ano lectivo.

No que concerne às Tecnologias da Informação (TIC), cerca de 56% têm computador em casa, sendo que destes, 36,4 % possuem e utilizam a internet (Projecto Educativo, 2010).

Relativamente à escolaridade dos encarregados de educação, a maioria possui o 9º ano, ensino obrigatório, sendo que 11,4% realizaram estudos secundários ou superiores.

No que concerne aos docentes do Agrupamento, este apresenta grande estabilidade do mesmo, já que a maioria pertence aos quadros deste, situando-se a faixa etária entre os 30 e os 49 anos de idade.

<i>Número de alunos</i>				<i>Número de docentes</i>			
J.I.	EB1	EB2	Total	J.I.	EB1	EB2	Total
426	997	202		23	57	33	
			1625*				113

*Não se encontram contabilizados os alunos do 3º ciclo

Quadro 28: Agrupamento de Escolas da Ericeira: População estudantil e docente - 2010/2011

6.5.2.5 O Agrupamento de Escolas de Mafra

Pelas suas características naturais, pela melhoria da rede viária (com a criação de novas e rápidas vias de acesso à cidade de Lisboa e concelhos limítrofes), Mafra tem, como anteriormente referimos, assistido a um aumento do volume populacional, ao qual a evolução e actualização do parque educativo têm sabido dar resposta.

Assim, em 2005 foi criado o Agrupamento de Escolas de Mafra, o qual tem influência pedagógica nas freguesias de Cheleiros, Igreja Nova, Mafra, São Miguel de Alcainça e Sobral da Abelheira.

Após recentes obras, o agrupamento dispõe de dois pólos essenciais de acção, a saber um a Norte do concelho (centralizado na Escola nº 2 dos Salgados) e outro para a zona Sul (protagonizado pela Escola Básica da Igreja Nova).

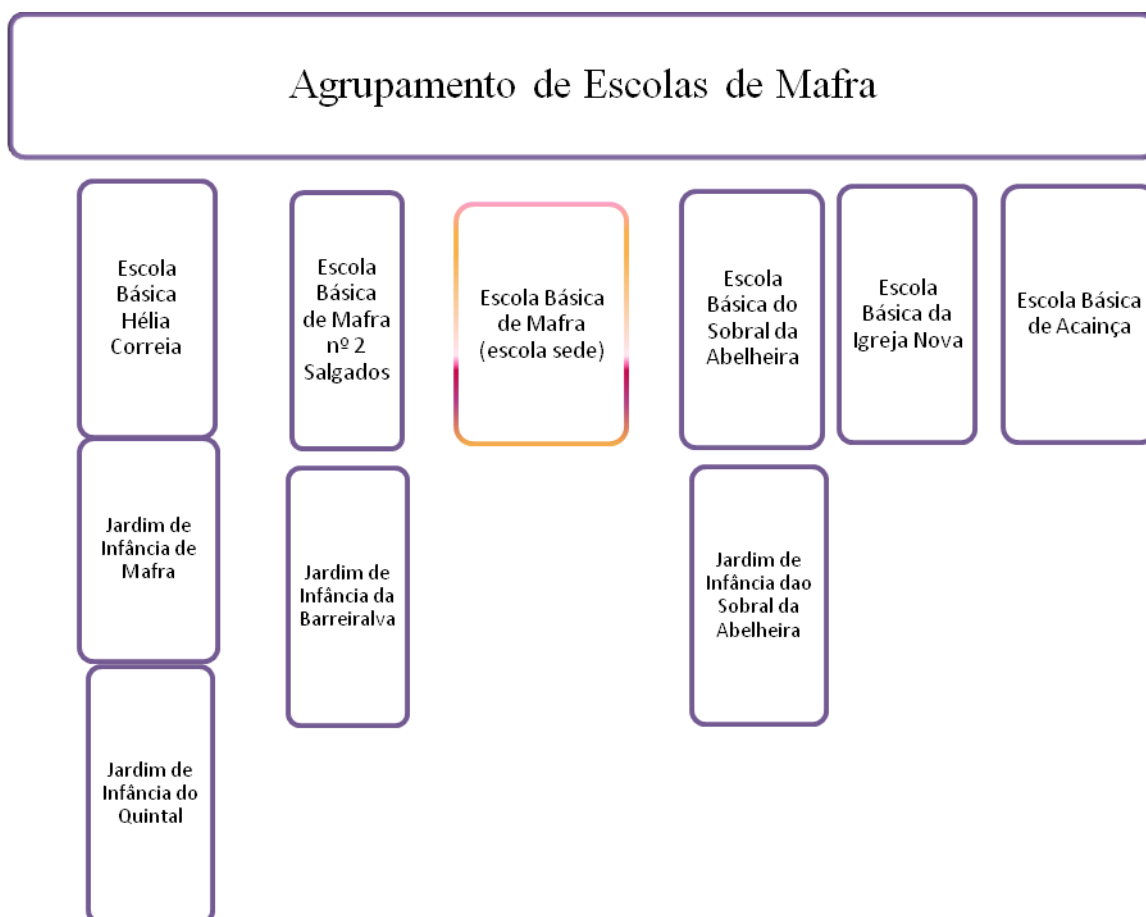


Figura 16: Unidades escolares do Agrupamento de Mafra

A escola sede do Agrupamento, de tipologia “Projecto Brandão” de escola preparatória, teve a sua fundação em 1968, encontrando-se em funcionamento constante

desde 1979. Apresenta um excesso de população, tendo sido prevista para 36 turmas, encontrando-se, actualmente, com 42. Esta situação tem sido minimizada com o envio de alunos para as instituições privadas do concelho, com quem o ministério da Educação assina, anualmente, protocolos. Com as obras de construção de um novo edifício, a efectuar no ano lectivo 2010/2011, espera-se um colmatar desta situação.

Os novos edifícios criados ao nível do pré-escolar e 1º ciclo, permitem uma implementação da Componente de apoio à Família e a realização plena de Actividades de Enriquecimento Curricular, possuindo estas instalações espaços adequados e modernos, como seja a existência de pavilhões polidesportivos.

O Agrupamento possui duas unidades vocacionadas para o Ensino Especial, de multideficiência, encontrando-se uma a operar na escola sede e outra na Escola Básica Hélia Correia.

Cerca de 11,8% os Encarregados de Educação não deram a conhecer quais as habilitações académicas de que são portadores ou não possuem qualquer escolaridade, sendo que 49,4% possuem o ensino básico, 22,2% frequentaram e concluíram o secundário e 16,6% tiveram formação superior. A taxa de desemprego observada situa-se dentro da média nacional e dos valores apresentados pelo restante concelho (Projecto Educativo, 2009).

Não obstante o grande sucesso de iniciativas como a implementação do Projecto Tecnológico *Magalhães e e-escolinhas*, 53,57% dos alunos ainda não possuem computador, sendo que 14,89% não se encontram conectados à internet (Projecto Educativo, 2009).

O pessoal não docente é constituído por cerca de 77 profissionais, realizando 11 destes serviços de natureza administrativa e de gestão do agrupamento (Projecto Educativo, 2009).

Na totalidade da população estudantil, cerca de 10% são cidadãos não nacionais.

A grande maioria do corpo docente é estável, sendo constituído por professores entre os 15 e os 19 anos de serviço, os quais se encontram afectos a uma escola e ao agrupamento (Projecto Educativo, 2009).

Número de alunos				Número de docentes			
J.I.	EB1	EB2	Total	J.I.	EB1	EB2	Total
450	1080	440		30	75	56	161
			1970*				

*Não se encontram contabilizados os alunos do 3º ciclo

Quadro 29: Agrupamento de Escolas de Mafra: População estudantil e docente - 2010/2011

6.5.2.6 O Agrupamento de Escolas da Malveira

O Agrupamento da Malveira, denominado de Armando Lucena, célebre orador e impulsionador da vida cultural da região, teve a sua origem no ano lectivo 2004/2005, após o trabalho desenvolvido por uma prévia Comissão instaladora. Integra três complexos escolares, com jardins de infância e escolas do primeiro ciclo, repartidas pela freguesias da Azueira, Enxara do Bispo e Malveira.

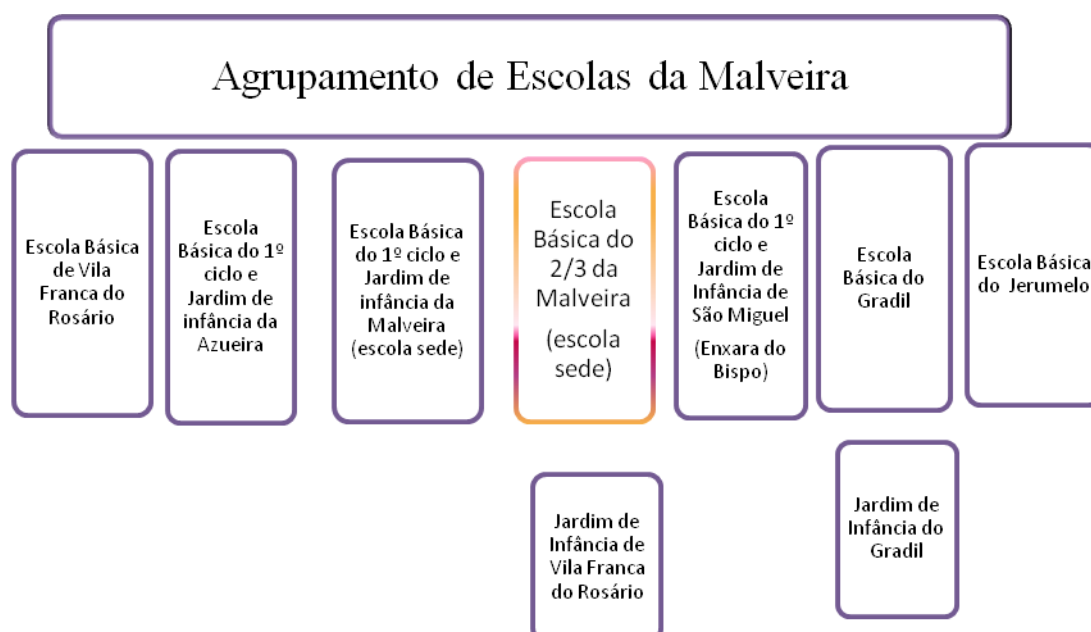


Figura 17: Unidades Escolares do Agrupamento da Malveira

É nesta última freguesia, pertença do concelho de Mafra desde 1923, e também conhecida por Malveira dos Bois (dada a importância dada à criação pecuária e a existência de uma importante feira semanal de venda de gado), que se situa a escola sede, único espaço existente dedicado ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, de todo o agrupamento.

Progressivamente, devido ao aumento da pressão urbanística, com vista a dar resposta ao crescente demográfico, é possível assistir a alguma descaracterização das localidades envolvidas, bem como dos modos de vida dos seus habitantes. Assim, a grande maioria dos encarregados de educação ocupa-se em sectores correspondentes à prestação de serviços (19,2%), técnicos e empregados de nível intermédio e superior (24,6%), empregados de escritório (11,6%), inseridos nas indústrias transformadoras, metalúrgicas, transformação e construção civil (12,8%), bem como operadores e condutores (9,6%) de máquinas e veículos. O seu índice de escolaridade, situa-se, maioritariamente, ao nível do ensino básico (86,1%), seguindo-se os detentores de formação superior (9,5%) e secundária (3,4), situação que denota o baixo grau académico (Avaliação Externa das Escolas, 2010).

Relativamente à proveniência dos alunos, 10,1% são estrangeiros, nomeadamente oriundos de países de Leste e do Brasil, fornecendo o Agrupamento condições especiais para alunos com necessidades próprias, as quais passam por unidades de multideficiência e turmas de currículos alternativos. Estas procuram dar formação e preparação, de ordem profissional, a crianças com percursos escolares muito próprios, com vista a uma inserção destes na vida activa, privilegiando, naturalmente, a faceta prática do ensino, em detrimento da teoria. Para a consecução desse objectivo, são estabelecidos acordos de cooperação com a autarquia e empresas das freguesias.

A utilização do computador em casa é algo possível a cerca de 31,7 % dos alunos, sendo que destes, 68,4 % possuem ligação à internet, número claramente positivo e significativo (Avaliação Externa das Escolas, 2010).

Dos docentes a prestarem serviço no Agrupamento, 79% fazem parte do quadro do mesmo, sendo 21% alvo de contrato de carácter anual, sendo a média de idade destes entre os 30 e os 40 anos (Avaliação Externa das Escolas, 2010).

Encontram-se ainda ao serviço do Agrupamento uma psicóloga, 61 assistentes operacionais (anteriormente denominadas de auxiliares de acção educativa), e 15 assistentes de natureza técnica.

A partir do ano de 2005, o concelho passou a contar com duas instituições de carácter privado (Colégio Miramar e de Santo André), as quais igualmente, segundo protocolo com o Ministério da Educação, acolhem alguns alunos de forma gratuita, tendo em conta a escassez de instituições, nomeadamente ao nível do ensino secundário. Estas instituições não fazem parte do nosso estudo, já que não abrangem nem o ensino pré-escolar nem o 1º ciclo do ensino básico.

Número de alunos				Número de docentes			
J.I.	EB1	EB2	Total	J.I.	EB1	EB2	Total
297	670			22	44	39	105

*Não se encontram contabilizados os alunos do 3º ciclo

Quadro 30: Agrupamento de Escolas da Malveira: População estudantil e docente - 2010/2011

6.5.2.7 O Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro

Este agrupamento vertical, teve a sua formação no ano lectivo 2006/2007 sendo o mais recente dos agrupamentos referenciados. Contudo, teve as suas origens no já existente Agrupamento Horizontal da Venda do Pinheiro, do qual já faziam parte todos os actuais estabelecimentos de ensino, com a excepção da escola do 2º e 3º ciclo.

Assim, este é constituído por estabelecimentos de educação que se estendem do pré-escolar até ao final do ensino básico, estendendo o seu raio de influência por três freguesias distintas, a saber, Santo Estêvão, Milharado e Venda do Pinheiro.

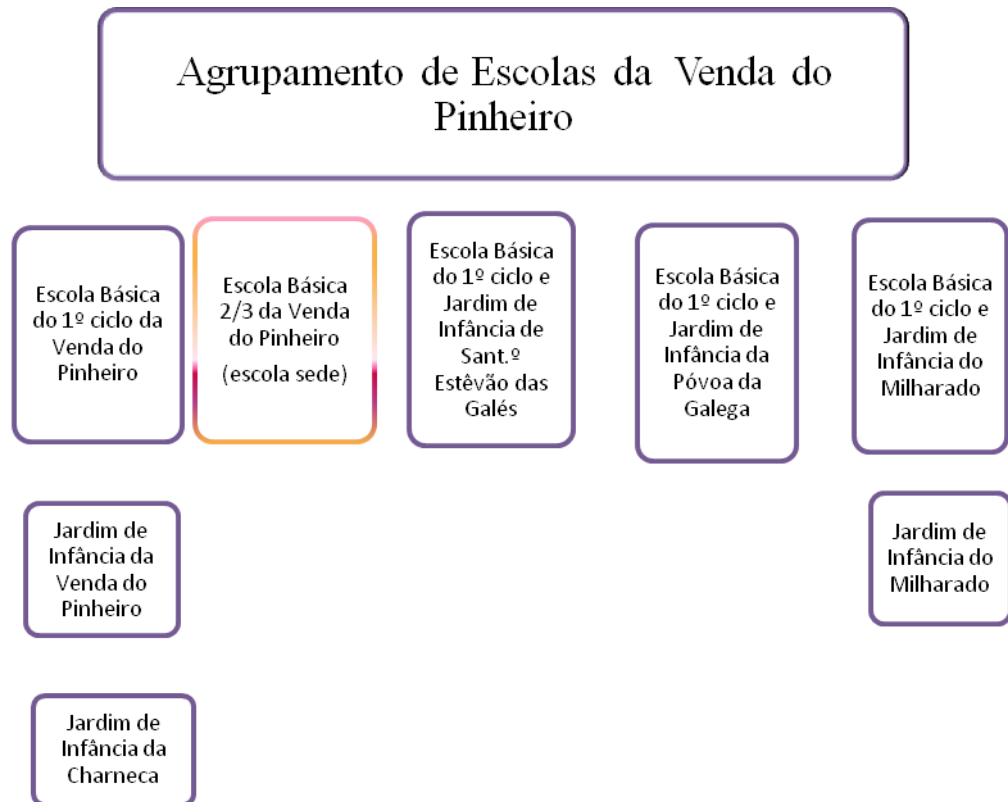


Figura 18: Unidades escolares do Agrupamento da Venda do Pinheiro

As localidades experienciam em si grandes diversidades, as quais se espelham na caracterização dos encarregados de educação respectivos. Neste contexto, o sector primário e secundário tem nas duas primeiras freguesias referenciadas um peso ainda significativo, sendo o sector terciário o de excelência no caso da Venda do Pinheiro, a qual acolhe a escola sede do Agrupamento, com a mesma nomenclatura.

O parque escolar tem sofrido profundas alterações desde há três anos, encontrando-se em fase de conclusão, um mega empreendimento o qual dará uma resposta excelente ao nível do pré-escolar e 1º ciclo, na freguesia do Milharado, pondo termo às anteriores construções (edificadas com o secular “Plano Centenário “ de construção), permitindo a extinção de modalidade duplas de horário, estendendo a modalidade normal, em todos os estabelecimentos.

Como nota negativa, refira-se, não obstante as obras de beneficiação em curso, o estado da escola sede, a braços com um crescente de alunos, perante os quais serão necessárias alterações de horário (com prolongamento do mesmo) e a criação de turmas

com elevado número de alunos, facto que alerta para a necessidade de um parque educativo mais alargado, na área do 2º e 3º ciclo.

A mobilidade do corpo docente é algo sem grande tradução, dado que a grande maioria destes se encontram afectos ao Agrupamento, sendo a bolsa de recursos para contratação reduzida, ainda que nem sempre, atempadamente, preenchida.

No ano lectivo 2009/2010, o Agrupamento foi dotado de uma unidade para fazer face às Necessidades Educativas de carácter severo e permanente, desde a pré ao 1º ciclo, estando agendada, o alargamento da mesma aos demais níveis de ensino.

Do Agrupamento, faz parte um profissional em Psicologia Educativa, o qual se encontra sediado na escola sede (no Serviço de Psicologia e Orientação), sendo o seu número manifestamente reduzido para as necessidades nesta área, facto que leva à necessidade de recorrer a outros serviços (como os de Apoio Psicológico das Juntas de Freguesia).

Para o normal funcionamento de qualquer Agrupamento, fazem ainda parte deste 34 assistentes operacionais, 8 assistentes técnicos e uma coordenadora técnica (Avaliação Externa das Escolas, 2011).

<i>Número de alunos</i>				<i>Número de docentes</i>			
J.I.	EB1	EB2	Total	J.I.	EB1	EB2	Total
516	797	374	1687*	33	46	37	116

*Não se encontram contabilizados os alunos do 3º ciclo

Quadro 31: Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro: População estudantil e docente - 2010/2011

6.6 Amostra

Após estabelecidos os nossos objectivos, justificado e contextualizado o nosso estudo, torna-se necessário uma definição da população e amostra dentro da qual o mesmo tem lugar. Neste contexto, torna-se importante definir quem e quais as características que devem ter os elementos alvo de interesse (Torres, 2006).

Na perspectiva de Fracica (1988), a população é tida como a totalidade de todos os elementos em relação aos quais se refere a investigação.

Para Levin & Rubin (2004) " Uma população é o conjunto de todos os seres que estamos a estudar, acerca dos quais se pretende obter conclusões".

Com Cadenas (1974), a população deve encerrar em si uma característica comum a todos os envolvidos.

O tamanho que tem uma determinada população surge como um factor importante no processo de investigação estatística e este tamanho é resultante do número de elementos que a compõem (Levin & Rubin, 2004). De acordo com este número, a população pode ser classificada como *infinita* (sempre que o número de elementos nos surge como demasiado grande, de dimensões de difícil ou impossível quantificação) ou *finita* (formada por um valor limitado de elementos).

No caso preciso da nossa investigação, estamos perante uma população de natureza finita, composta por todos os docentes dos três níveis de ensino do concelho de Mafra, a leccionarem nos agrupamentos escolares da região por nós anteriormente caracterizados, encontrando-se a mesma contabilizada no gráfico que se apresenta:

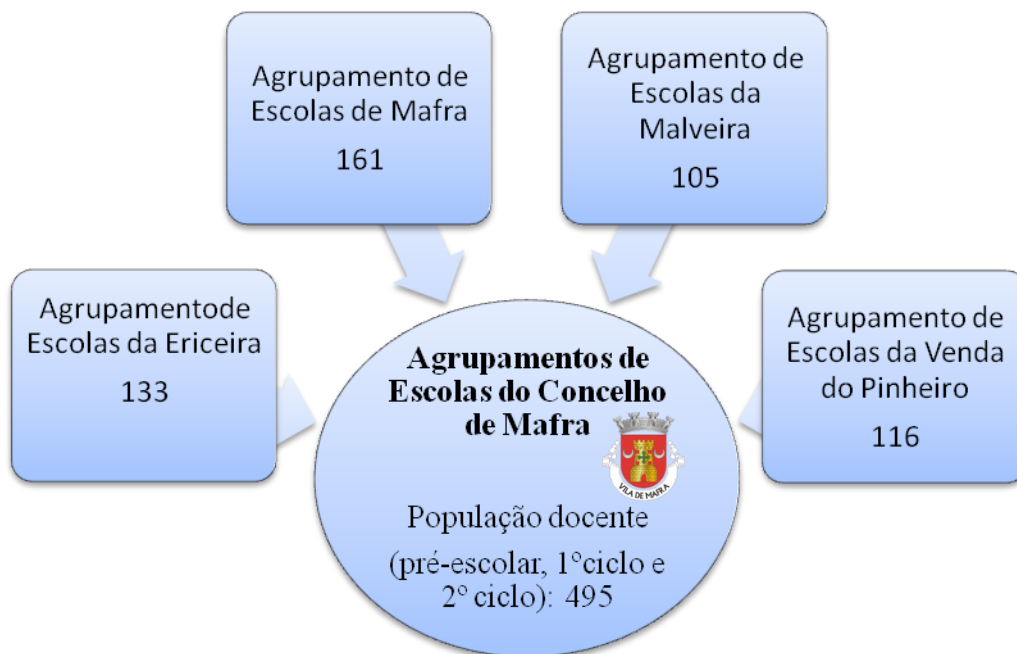


Figura 19: Totalidade da População Docente do Concelho de Mafra

Quase nunca uma investigação abarca toda a população, sendo várias as razões que justificam este facto, as quais, de acordo com Blázquez (2001), podemos sintetizar como sendo:

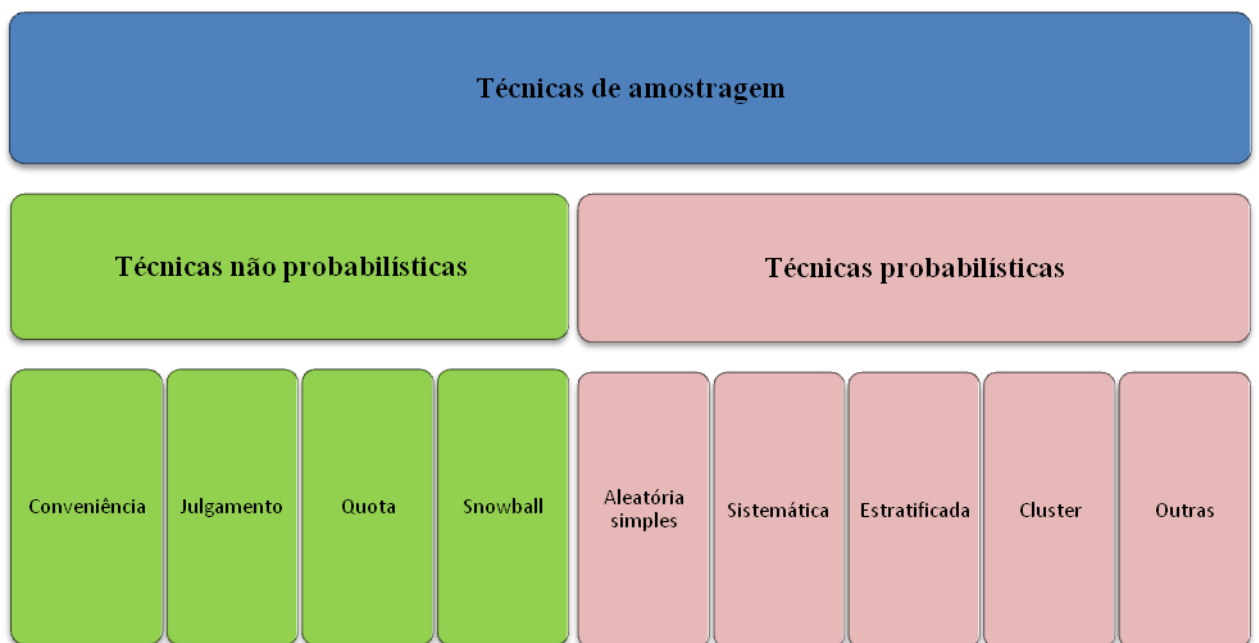
- Dificuldades económicas e de tempo para a realização do trabalho;
- Certas investigações poderem culminar na destruição dos elementos a estudar (caso dos ensaios químicos ou clínicos);
- A população reveste-se, maioritariamente, de características dinâmicas, o que acarreta como consequência que os elementos ou objectos da mesma estejam em permanente renovação resultando na impossibilidade de analisar todos os elementos desta;
- Os elementos existirem somente de forma conceptual (necessitando de vivência da realidade social);
- Impossibilidade de acesso, por causas diversas, a alguns elementos da população.

Com vista a solucionar este problema, surge a necessidade de obtermos dados relativos a uma parte da população, através da amostra estatística.

Para Levin & Rubin (1996) uma amostra é uma colecção de alguns elementos da população, permitindo a obtenção de dados mais verdadeiros que o estudo completo daquela realidade, ainda que esta surja como uma fracção ou segmento daquele todo.

O recurso a uma amostra representa uma grande economia de recursos e de tempo no processamento de uma determinada investigação (Blázquez, 2001), sendo a sua dimensão inferior à da população, justificando assim a sua constituição.

As técnicas de amostragem, ou seja os métodos para seleccionar uma amostra, podem ser divididas em dois grupos principais, a saber de índole não probabilística (baseadas no julgamento subjectivo do investigador, o qual escolhe os elementos que são incluídos na amostra, facto que ainda que possa traduzir-se em boas estimativas relativas às características da população, não permite avaliar, com objectividade a precisão dos dados) e probabilística sendo que nesta todos os elementos de uma dada população possuem probabilidade de ser parte integrante da amostra, permitindo efectuar projecções e inferências relativamente à população da qual a amostra foi extraída (Blázquez, 2001). Estes grupos são caracterizados por tipos distintos de amostragem, os quais se podem resumir como:



Quadro 32: Quadro síntese das Técnicas de amostragem

A amostragem probabilística fornece melhor garantia da representatividade da amostra em relação à população, razão pela qual deve ser preferida sempre que for

possível e o custo a ela associado for admissível. Se a amostra não for representativa, as conclusões sobre a população, da qual foi extraída, não terão validade, e nem será quantificável o erro possível entre o parâmetro real e o estimado com base nos seus dados. A utilização de uma amostragem probabilística garante a representatividade da amostra, pois o acaso será o único responsável por eventuais discrepâncias entre os elementos da população e da amostra. Isso porque, para a amostragem probabilística, existem procedimentos seguros que nos permitem inferir a partir da amostra extraída da população de interesse.

No caso preciso da nossa investigação utilizámos uma amostra escolhida com base numa técnica probabilística estratificada, a qual consiste em dividir a população a estudar em estratos ou grupos, os quais possuem características comuns, procedendo dentro de cada um deles a uma escolha aleatória dos participantes (Blázquez, 2001).

Ainda a propósito da técnica probabilística estratificada, atentemos sobre os principais aspectos de uma amostragem estratificada. Assim, esta é uma técnica de amostragem a qual usa informação existente sobre a população para que o processo de amostragem seja mais eficiente. A lógica que assiste à estratificação de uma população é a de identificação de grupos que variam muito entre si no que diz respeito ao parâmetro em estudo, mas muito pouco dentro de si, ou seja, cada um é homogéneo e com pouca variabilidade.

Como principais etapas para a definição de uma amostra estratificada temos:

- Definir os estratos;
- Seleccionar os elementos dentro de cada estrato mediante um processo aleatório simples;
- Conjuguar os elementos seleccionados em cada estrato, que na sua totalidade constituem a amostra.

Este método de amostragem estratificada tem a vantagem de ser mais eficiente do que os métodos de amostragem simples ou sistemática, pois é mais económico em termos de tempo e dinheiro e fornece resultados com menor probabilidade de erro associada.

Sempre que a técnica de recolha de amostra não seja respeitada, poder-se-á dar um enviesamento na realização da amostra (Blázquez, 2001).

Assim, a qualidade das conclusões que podemos retirar, depende da composição da sua amostra. Quando a amostra não é representativa da população que pretendemos estudar, as conclusões que daí retirarmos, afastar-se-ão das que teríamos obtido se tivéssemos oportunidade de ter inquirido toda a população. Dizemos então que a amostra é enviesada, pois a generalização não é legítima.

Alguns destes enviesamentos podem constituir-se no próprio momento da constituição da amostra ou por múltiplas razões, com as ausências e recusas por parte da população seleccionada para fazer parte da amostra.

Porém, existem autores que dizem que não existe qualquer método que nos assegure, em todos os casos, uma amostra absolutamente representativa, não devendo muitos estudos ficarem comprometidos por causa de enviesamentos inevitáveis.

Contudo, julgamos que a técnica de amostragem utilizada (probabilística – amostragem estratificada) é a melhor, recomendada para a situação e que poderia assim garantir a representatividade da amostra.

Relativamente à selecção interna dentro de cada estrato teve por base, maioritariamente, a disponibilidade e interesse dos membros em participarem no estudo. Este foi dado a conhecer a cada agrupamento, através da pessoa do seu director, e posteriormente aos seus coordenadores de grupo no Conselho Pedagógico. Estes coordenadores, em reunião dos distintos departamentos, fizeram o feedback da investigação aos diversos docentes, tendo os interessados expressado o seu desejo de nele fazerem parte, sendo dentro destes, aleatoriamente, sido escolhidos os participantes.

Neste contexto, a população docente dos vários agrupamentos escolares que compõe o concelho de Mafra, foi dividida em três grupos correspondentes aos profissionais do pré-escolar, 1º e 2º ciclo, num total de 331 docentes, provenientes da totalidade dos quatro agrupamentos (495 docentes) considerados (isto é, temos uma amostra de 66.87% do total)

Note-se que ao utilizarmos uma amostra com base numa técnica probabilística estratificada, em que a população é dividida em estratos e em seguida é seleccionada uma amostra aleatória de cada estrato, devem ser considerados números de amostras diferentes em cada um dos estratos considerados (Pré-Escolar, 1º Ciclo e 2º Ciclo). Este tipo de amostragem geralmente é aplicado quando o evento estudado numa população tem características distintas para diferentes categorias que dividem esta população, o que é o caso do nosso estudo.

Mas atendendo ao facto de termos em cada estrato uma sub-amostra de dimensões diferentes, vejamos se pode considerar uma amostra representativa da população.

Assim, com vista a obter o máximo de fiabilidade nos dados e a representatividade dos mesmos², o tamanho da amostra, é essencial, sendo no caso de estudos de populações finitas, como é o nosso caso, dado pela seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot p \cdot q \cdot \left(Z_{\alpha/2} \right)^2}{p \cdot q \cdot \left(Z_{\alpha/2} \right)^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Em que:

n – Número de indivíduos na amostra

N – Número de indivíduos na população

$Z_{\alpha/2}$ – Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado

p – Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria que estamos interessados em estudar

q – Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria que estamos interessados em estudar (q = 1 - p)

² Note-se que a amostra é um subconjunto - representativo ou não - da população em estudo. Essa representatividade da amostra, que é uma propriedade altamente desejada em estatística, ocorre quando ela apresenta as mesmas características gerais da população da qual foi extraída.

E – Margem de erro ou Erro máximo da estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional

Neste caso, para cada estrato, calcular-se-á uma dimensão da sub-amostra, tendo em conta que cada um dos estratos (níveis de ensino) tem uma dimensão diferente.

Vejamos agora, qual o comportamento do tamanho da amostra para cada um dos estratos, ou seja para cada um dos níveis de ensino:

$$Z_{\alpha/2}=1.645; E=0.05$$

Nível de Ensino	N	$Z_{\alpha/2}$	P	Q	E	n	O que temos
Jardim de Infância	108	1.645	0.22	0.78	0.05	69	80
EB1	222	1.645	0.45	0.55	0.05	122	140
EB2	165	1.645	0.33	0.67	0.05	98	111
Total	495					289	331

Neste caso, podemos verificar que para um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 0,05 (erro máximo de 5%), poderíamos ter dimensões das sub-amostras inferiores ao que temos.

Vejamos agora o comportamento para um nível de confiança de 95%, variando a margem de erro:

$$Z_{\alpha/2}=1.96; E=0.05$$

Nível de Ensino	N	$Z_{\alpha/2}$	P	q	E	n	O que temos
Jardim de Infância	108	1.96	0.22	0.78	0.05	77	80
EB1	222	1.96	0.45	0.55	0.05	140	140
EB2	165	1.96	0.33	0.67	0.05	111	111
Total	495					328	331

Como se pode constatar, se pensarmos em aumentar o grau de confiança para 95%, e uma margem de erro de 0,05 (erro máximo de 5%), verificamos que **a nossa**

amostra é representativa da população, sendo, no caso do pré-escolar ligeiramente superior ao estatisticamente exigido.

O gráfico que se segue, ilustra a situação da nossa amostra face à população em cada um dos estratos.

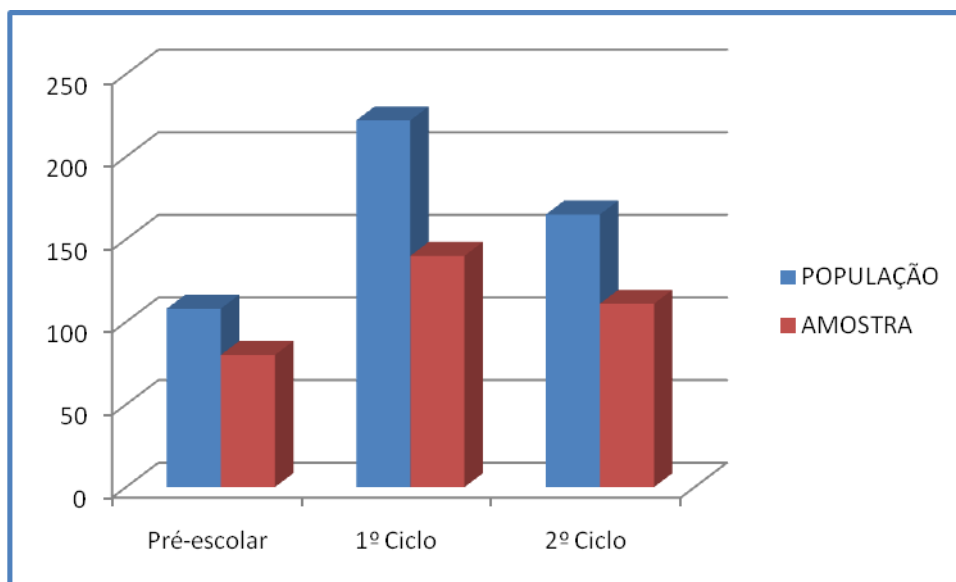


Figura 20: Relação da amostra face à população

6.7 Técnicas e Instrumentos de recolha de dados

A palavra **técnica** tem a sua origem no morfema grego *tékhne*, significando, de acordo com dicionário de língua portuguesa, um “conjunto de processos baseados em conhecimentos científicos, e não empíricos, utilizados para obter certo resultado” (Infopédia).

Para Pardal e Correia (1995) a técnica é tida como “um instrumento de trabalho que viabiliza a realização de uma pesquisa”, a qual, com base na execução de um método, e das operações deste, permite efectuar uma verificação empírica. Neste contexto, os autores definem as técnicas de recolha de dados, utilizadas em “investigação social” como sendo: questionário observação, entrevista, análise de conteúdo, escalas de atitudes e opiniões, semântica diferencial e análise documental .

Relativamente a **instrumento**, o dicionário da língua portuguesa define o mesmo como "tudo o que serve para executar algum trabalho ou fazer alguma observação (Infopédia).

Com Moresi (2003), numa abordagem directa no domínio da investigação, a *técnica de recolha de dados surge* como "o conjunto de processos e instrumentos elaborados para garantir o registo das informações, o controle e a análise dos dados". Desta forma, salienta-se um certo grau de ambiguidade e pouca consistência, na diferenciação entre técnicas e instrumentos.

No contexto do nosso trabalho, fazemos recurso ao termo *técnica* enquanto conjunto de acções operacionalizadas para a recolha de informação. Por outro lado, utilizaremos a palavra *instrumento* enquanto realidade, objecto concreto presente nas diferentes técnicas para obtenção de dados.

Tendo por base a temática do nosso estudo e de acordo com as técnicas e os instrumentos mais utilizados para a recolha de dados nos estudos de casos, tal como anteriormente já expusemos, optámos pela utilização de *inquéritos por questionários, entrevistas* e o recurso a um *grupo de discussão* com vista à obtenção de informação. Analisemos as características e aplicação de cada um destes instrumentos.

6.7.1 Inquérito por Questionário

Para Quivy e Campenhoudt (2003) o inquérito por questionário surge como um conjunto de questões, colocadas a um grupo de inquiridos, os quais representam uma população, de questões que se encontram relacionadas com a sua situação familiar, social e/ou profissional.

Por outro lado, os mesmos autores advogam que este instrumento de recolha de dados é usualmente utilizado, sempre que se pretenda ter conhecimento dos modos de vida, suas condições e comportamentos, no que diz respeito a uma dada amostra.

Neste âmbito, para Pardal e Correia (1995), o questionário surge como um conjunto de questões, elaboradas segundo uma determinada estrutura, com a pretensa de obtenção de dados relativamente às pessoas para quem se encontra dirigido.

Assim sendo, assume-se como um instrumento de trabalho que possibilita, de forma rápida e com um custo reduzido, a obtenção de informação específica (Bell, 2002).

Tal como outros instrumentos, também este encerra em si vantagens a par de alguns problemas e limitações (Quivy e Campenhoudt, 2003). No entanto, a possibilidade de quantificar uma diversidade de dados, a redução da hipótese de enviesamento por parte do investigador, o facto da produção escrita das respostas (nomeadamente das mais constrangedoras) evitarem a inibição do inquirido, são certamente, argumentos favoráveis à sua utilização.

No estudo por nós efectuado recorremos a um inquérito por questionário (Anexo A), o qual teve por base o utilizado pelos investigadores Shor e Haj-Yahia (1996) da Universidade Hebraica de Jerusalém (Anexo B). Estes autores, reconhecendo o problema social dos maus-tratos infantis, com incidência nos originados na célula familiar, na sociedade israelita, e com vista a descortinar o papel que os profissionais de diferentes campos de saberes (no caso preciso estudantes do serviço social, psicologia, medicina e professores) detêm nesta realidade realizaram um largo estudo, com cerca de 1302 elementos, entre população estudantil destas diferentes áreas.

Com vista a validar o instrumento de análise, foi previamente elaborado pelos autores um estudo piloto, na primeira versão do questionário, aplicada a uma amostra formada por trinta estudantes (dez dos quais com experiência no trabalho com crianças maltratadas) no qual se pretendeu clarificar e ordenar cada um dos itens presentes no instrumento, de forma a permitir a testagem e melhoramento da estrutura deste. Para tal, foram apresentadas questões relacionadas com cada uma das secções sendo igualmente pedido aos participantes que dessem a sua opinião relativamente à necessidade e relevância de cada um dos itens presentes no instrumento.

Estes procedimentos foram considerados suficientes para assegurar a validade do questionário e a aplicação do mesmo, de acordo com o preconizado na literatura (e.g. Kerlinger, 1996).

Com as devidas alterações necessárias, as quais se basearam., essencialmente em questões de semântica e pequenas alterações contextuais, o presente trabalho manteve a estrutura essencial do questionário, o qual é constituído por quarenta e seis questões fechadas, sendo possível três hipóteses de resposta: “Sim”, “Não” e “Indeciso”. Encontra-se dividido em quatro partes fundamentais, abarcando as áreas principais utilizadas pelos profissionais, com vista a determinar casos de maus-tratos.

Assim sendo, na primeira secção do questionário, foi abordada a questão da *percepção dos maus-tratos*, sendo esta composta por cerca de 10 pequenas vinhetas as quais descrevem diferentes quadros. As frases incluíam situações que incluíam acções representantes das principais categorias de abusos e negligência discutidas na literatura (Magalhães, 2004).

A sensibilização relativa ao *reconhecimento de sinais de maus-tratos* infantis foi examinada na segunda secção do questionário, a qual continha uma lista de 12 sinais reportados pela literatura (Besharov, 1990), encontrando-se presentes categorias de exteriorização versus de internalização do comportamento.

O conhecimento dos *factores de risco* possivelmente associados a este tipo de situações foi alvo de inquirição na terceira secção, estando nesta presente uma lista de 12 factores seleccionados em quatro categorias utilizadas pelo modelo ecológico dos maus-tratos perpetrados a menores, a saber, individuais, familiares, sociais e culturais (Belsky, 1980).

A vontade dos docentes em *efectuar a denúncia* de vários tipos de maus-tratos, foi examinada na quarta secção, a qual incluía 12 situações, perante as quais os participantes faziam ou não relato ou revelavam indecisão na efectuação deste.

Foi introduzida uma novidade, através da presença de duas questões abertas. Estas últimas, surgem de modo a que o questionário não se apresentasse totalmente directivo, conferindo alguma liberdade nas opiniões dos inquiridos, permitindo, igualmente a obtenção de dois importantes dados, a saber, se os inquiridos, no espaço de tempo referido (dois anos), pensavam já ter estado perante um a situação de maus-tratos, bem como do conhecimento (ou ausência deste) perante os passos a seguir quando confrontado com uma situação.

Após a entrega dos questionários, foi pedido a cada professor que fizesse o preenchimento individual do mesmo, tendo o mesmo ocorrido, durante as reuniões de coordenação de docentes, que tiveram lugar nos meses de Novembro (Agrupamento da Venda o Pinheiro) e de Dezembro (Agrupamento de Mafra e da Malveira) de 2010. Foi aconselhado a não existência de diálogo ou a troca de opiniões entre os participantes.

Não existiu tempo predeterminado para o preenchimento do questionário, sendo contudo, pedido o máximo de respostas às questões formuladas, e que as mesmas fossem executadas de forma espontânea.

Sempre que surgiu alguma dúvida, o que foi raro, esta prendeu-se com o cabeçalho de identificação (relativamente à nomenclatura a utilizar no que respeita à instituição escolar ou ao agrupamento).

Após o preenchimento, não existiu hipótese de possíveis mudanças de respostas, dado não haver novo acesso ao instrumento.

Dado o seu anonimato, os questionários foram numerados de forma a facilitar a organização dos dados.

Os dados foram tratados informaticamente através do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* na sua versão 18, sendo muitas das tabelas de frequências e gráficos apresentados, gerados pelo SPSS.

Para o tratamento estatístico dos dados, inicialmente recorreu-se à estatística descritiva (análise univariada), tendo em conta a natureza das variáveis envolvidas: variáveis qualitativas nominais (variáveis cujos valores não têm uma relação de ordem entre eles). Pretende-se assim com base nos objectivos de pesquisa, apresentar de forma descritiva os resultados mais relevantes através das frequências obtidas, representadas em tabelas e/ ou em forma gráfica.

De seguida proceder-se-á ao cruzamento de variáveis através de tabelas de contingência, e algumas representações gráficas. Neste ponto, pretende-se analisar a independência entre as diversas variáveis e o nível de ensino e para tal, aplicar-se-á o teste do Qui-Quadrado.

O teste do Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da “dispersão” para duas variáveis nominais e avaliar a associação entre variáveis qualitativas³. É um teste *não paramétrico*, ou seja, não depende de parâmetros

³ As *variáveis qualitativas* apresentam como possíveis resultados uma qualidade (ou atributo) do indivíduo pesquisado. De entre as variáveis qualitativas, existe, ainda, uma distinção entre dois tipos: *variável qualitativa categórica ou nominal*, para a qual não existe nenhuma

populacionais, como sejam a média e a variância. O princípio básico deste método é comparar proporções, isto é, as possíveis divergências entre as frequências observadas e esperadas para um certo evento. Evidentemente, pode-se dizer que dois grupos se comportam de forma semelhante se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas em cada categoria forem muito pequenas, próximas a zero. Portanto, o teste é utilizado para:

- Verificar se a frequência com que um determinado acontecimento observado em uma amostra se desvia significativamente ou não da frequência com que ele é esperado.
- Comparar a distribuição de diversos acontecimentos em diferentes amostras, a fim de avaliar se as proporções observadas destes eventos mostram ou não diferenças significativas ou se as amostras diferem significativamente quanto às proporções desses acontecimentos.

Este teste é adequado para testar se:

- Duas ou mais variáveis são independentes – **Teste do qui-quadrado para a independência**
- A homogeneidade de duas ou mais populações relativamente a uma variável – **Teste do qui-quadrado para a homogeneidade**

Ambas as situações têm as mesmas propriedades, o que difere é a formulação das hipóteses e como consequência as conclusões.

Teste do qui-quadrado para a independência

Hipóteses:

H₀: As variáveis X e Y são independentes

H₁: As variáveis X e Y não são independentes

Variáveis independentes \Leftrightarrow não existe associação entre X e Y

ordenação nos possíveis resultados, e *variável qualitativa ordinal*, para a qual existe uma certa ordem nos possíveis resultados.

Teste do qui-quadrado para a homogeneidade**Hipóteses:****H₀: As populações (grupos) são homogêneas relativamente ao critério X****H₁: As populações (grupos) não são homogêneas relativamente ao critério X**

Os dados são apresentados numa tabela de contingência de dupla entrada ou bidimensional (por se estar a considerar apenas duas variáveis).

No entanto, para se aplicar este teste serão necessárias algumas condições:

- Numa tabela 2×2 todas as frequências esperadas são maiores ou iguais a 5. Caso esta condição não se verifique pode-se aplicar o Teste Exacto de Fisher.
- Numa tabela 2×c ou r×2 todas as frequências esperadas são maiores ou iguais a 1.
- Numa tabela r×c menos de 20% do n.º total das células da tabela com frequências esperadas inferiores a 5 e nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1.

Sempre que as condições não se verificarem, o investigador, poderá agregar categorias das variáveis sempre que ache adequado.⁴

P-value: é o valor que a maioria dos softwares está preparado para calcular, quando se realiza um teste de hipóteses – é o valor que corresponde ao menor nível de significância que pode ser assumido para rejeitar a hipótese nula (H₀), ou podemos também dizer que é a medida do grau de concordância entre os dados e a hipótese H₀. Dizemos que há significância estatística quando o *p-value* é menor que o nível de significância adoptado. Quanto menor for o *p-value*, menor é a consistência entre os dados e a hipótese nula. Geralmente adopta-se como regra de decisão: rejeitar H₀ se *p-value* for menor que o nível de significância.

Procedeu-se ainda à análise de conteúdo das questões abertas.

⁴ No nosso caso não se tornou útil agregar categorias das variáveis pois se agregássemos o nível de ensino, ficaríamos apenas com 2 categorias o que tornaria o nosso estudo menos interessante e no que diz respeito às respostas das questões, também não faria sentido agrupar algumas categorias de entre “Sim”, “Não”, “Indeciso”.

6.7.2 Técnicas qualitativas: Entrevistas e Grupo de Discussão

Se o paradigma quantitativo, do qual anteriormente demos exemplo, se encontra directamente relacionado com a estatística, com variáveis ou questões de medida, no caso do paradigma de índole qualitativa, ganha relevo os princípios da descrição, da interpretação e indução (Doyle, 1987).

Vários autores defendem que os processos de investigação que não tenham por base a objectividade que advém dos números, não pode ser considerada credível ou científica, não permitindo generalizações, dado o seu carácter iminentemente subjectivo.

Contudo, e em contraposição a esta corrente de pensamento, Bogdan e Biklen (1994) defendem que mais do que falarmos na possibilidade de generalizarmos dados, devemos é ter como principal preocupação que os contextos e sujeitos alvo de investigação possa eles ser generalizados.

Na perspectiva de Bogdan e Biklen (1999) são cinco as principais características da investigação de natureza qualitativa, a saber:

1. O seu ambiente natural baseia-se na recolha de dados de forma directa;
2. O acto de descrever os dados deve de anteceder a análise dos mesmos;
3. Mais do que a obtenção de produtos ou dados finais reveste-se de maior importância o processo;
4. Os dados são analisados pelo investigador na sua totalidade, de forma indutiva;
5. O seu principal foco de interesse é o sentido e significado das realidades.

Neste âmbito, o principal objectivo desta metodologia de trabalho assenta na capacidade de aprofundar e desenvolver o conhecimento relativo a uma situação precisa, num determinado contexto.

Com vista à obtenção destes objectivos, o recurso à entrevista, surge como um dos dispositivos com maior utilização com vista à obtenção de dados (Tuckman, 2000).

Quivy e Campenhoudt (2003) entendem que a entrevista é um processo que se reveste de enorme riqueza, possibilitando o contacto, de forma directa, entre o sujeito

alvo de investigação e o pesquisador, estando nela condensadas, todo um conjunto de importantes informações, tornando-se necessário uma especial atenção por parte do investigador, com vista a que as intercessões realizadas permitam produzir o maior número de elementos possível, com vista a uma futura análise.

Para Dias (2004) a entrevista é tida como uma conversa na qual subsistem diferentes perspectivas, pontos de vista e até ideias relativamente a um determinado assunto.

No que concerne à entrevista semidirigida, ou semidirectiva, tipologia utilizada no nosso trabalho, Quivy e Campenhoudt (2003), consideram ser o recurso mais utilizado em investigações de natureza social. Nestas, o investigador formula um conjunto de questões, por norma abertas, nas quais o entrevistado tem liberdade de resposta. Cabe ao investigador proceder ao encaminhamento e organização da entrevista, com vista ao alcançar dos objectivos propostos.

A análise do conteúdo obtido deve ser sempre realizada através de processo técnicos precisos, na medida em que existe uma intervenção directa do investigador, e os seus valores e representações não devem nunca ser tidos em conta nos procedimentos que adopta (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Porém, sabe-se de antemão que a entrevista semidirigida possui uma faceta algo limitativa, visto tratar-se de uma técnica que implica alguma morosidade, sendo a ausência de anonimato acentuada (em resultado da interacção que se estabelece, facto que pode provocar um certo grau de inibição no sujeito, bem como a prestação de respostas que pretendam ser socialmente correctas). Foi com base nestas limitações, mas procurando alcançar as vantagens anteriormente referenciadas desta forma de trabalho, que fizemos a opção de recorrermos à entrevista semidirigida como mecanismo para recolha de dados, a qual, complementarmente, nos permita uma melhor interpretação do material obtido com base no inquérito por questionário, o qual foi primeiramente realizado.

Os participantes nas entrevistas foram seleccionados tendo como principal requisito o facto de não terem tido qualquer contacto com o questionário, facto que se garantiu visto tratarem-se de docentes que haviam faltado à reunião no qual o mesmo havia sido aplicado. Esta preocupação prendia-se com o facto de desejarmos eliminar

qualquer possível sugestão das respostas, com base no recordar das várias situações, factores ou sinais presentes naquele instrumento.

Assim sendo, procedeu-se ao contacto telefónico com os possíveis participantes, dos três níveis de ensino, tendo sido dado a conhecer o trabalho e reforçado o valor da sua prestação neste, tendo todos acedido em prestar o seu contributo. Após esta aproximação, agendámos a data para a efectuação das entrevistas, com base na disponibilidade dos elementos, sendo o local escolhido a escola onde leccionavam, com excepção de um sujeito o qual pediu que a mesma fosse efectuada em domicílio.

Foram realizadas nove entrevistas, individualmente, aos seguintes participantes:

Nível de ensino	Data	Sexo	Idade	Caracterização
Pré-Escolar	17/12/2010	M	38	Educadora de infância, com cerca de 14 anos de experiência, com formação inicial.
	17/12/2010	M	49	Educadora de infância, com cerca de 20 anos de serviço, com formação inicial.
	21/12/2010	M	47	Educadora de infância, há mais de vinte anos, tendo exercido funções relacionadas com a educação (sindicais), para além de leccionar. Realizou mestrado após formação básica.
1º Ciclo	14/12/2010	M	40	Professora a leccionar no 1º ciclo, com 16 anos de serviço. Realizou licenciatura em Português/Inglês, após formação inicial.
	20/12/2010	M	38	Professora a leccionar no 1º ciclo, com 15 anos de serviço. Realizou licenciatura em Educação física, após formação inicial.
	20/12/2010	M	37	Professora a leccionar no 1º ciclo, com 17 anos de serviço. Realizou licenciatura em Português/Inglês, após formação inicial.

Nível de ensino	Data	Sexo	Idade	Caracterização
2º Ciclo	6/12/2010	M	26	Professora a leccionar no 2º ciclo, com 4 anos de serviço. Realizou licenciatura em Matemática/Ciências da Natureza, como formação de base.
	6/12/2010	M	27	Professora a leccionar no 2º ciclo, com 6 anos de serviço. Realizou licenciatura em Matemática/Ciências da Natureza, como formação de base
	6/12/2010	M	30	Professora a leccionar no 2º ciclo, com 8 anos de serviço. Realizou licenciatura em Desporto como formação de base

Quadro 33: Entrevista: constituição do painel de participantes

A construção do guião de entrevista foi elaborado, com base nas orientações de autores como Perrenoud (2001) ou Carneiro (2003), com recurso a questões organizadas numa perspectiva sequencial, com o intuito de angariarmos dados que nos possibilitassem dar resposta a objectivos delineados neste projecto (Anexo D).

O guião encontra-se dividido em oito blocos essenciais:

1. Justificação da entrevista e motivação do entrevistado;
2. Identificação de situações relativas a maus-tratos;
3. Reconhecimento de sinais/ indicadores de maus-tratos
4. Referenciação de factores potencializadores de situações de maus-tratos;
5. Constatação de possíveis situações de denúncia;
6. Percepção dos professores, em contexto de sala de aula, de situações de maus-tratos;
7. Conhecimento relativo aos trâmites relacionados com a ocorrência de maus-tratos;
8. Sugestões.

A totalidade das entrevistas foi efectuada com o recurso a um gravador, com vista a facilitar o fluir e sequência do diálogo, evitando-se interrupções. O tempo médio de cada entrevista foi de aproximadamente 30 minutos.

Seguidamente, procedeu-se à transcrição das entrevistas (Anexo F), sendo o texto produzido entregue, posteriormente, aos entrevistados os quais tiveram hipótese de dar a sua opinião sobre a fidelidade do mesmo e sugerir alguma possível alteração (facto que não se veio a verificar).

A análise do conteúdo obtido foi efectuada com recurso ao programa informático *Atlas.ti*.

O processo de análise que conduziu à criação das categorias, posteriormente esquematizadas em quadro, foi resultado de uma abordagem mista em que, por um lado, foi feita uma análise dedutiva ou *Top-Down* fundamentada no quadro teórico anteriormente desenvolvido e através do qual foi delineado também o guião de entrevista. Por outro lado, foi feita uma análise indutiva ou *Bottom-up*, seguindo os princípios da *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados, Ghiglione, 1998). Na análise dedutiva os fundamentos foram desenvolvidos em torno dos conceitos enunciados, sendo que a análise dos dados é baseada na existência de um quadro conceptual desenvolvido ao longo do trabalho.

Na análise indutiva, as categorias são fruto da análise dos dados, surgindo assim *a posteriori* (Ghiglione: 1998).

Com base nos três pólos cronológicos delineados por Bardin (1979) - pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação - é na fase da exploração do material que se procede à codificação dos dados do *corpus* do trabalho. No processo de codificação, com base nas opções metodológicas acima referidas, são seleccionadas as unidades de registo, a selecção das regras de enumeração e a escolha de categorias (classificação e agregação).

Após a conclusão das entrevistas, iniciámos a última técnica de investigação, a saber o *grupo de discussão*.

Autores como Ortega (2005) têm procurado dar significância e valor a esta realidade, enquanto técnica para obtenção de informação, nomeadamente no estudo de situações as quais envolvem alguma complexidade.

Sendo na sua essência uma técnica de conversação, pertencente à família das investigações de natureza qualitativa, encontrando proximidade com as entrevistas em grupo (grupo focal) tem contudo características diferentes desta. Assim, a peculiaridade do grupo de discussão assenta no facto de que, ao longo do diálogo estabelecido, sempre que confrontados com um tópico a ser alvo de discussão, cada um dos presentes no grupo tem ao seu alcance a hipótese de apresentar, construir, defender ou desmontar as suas perspectivas, com base numa interacção entre os elementos (Callejo, 2011).

No entanto a proximidade entre ambas as técnicas assume-se como um problema o qual assenta na sua complexidade em termos de terminologia, facto que pode acarretar dificuldades, nomeadamente ao nível da definição e até da própria compreensão do que se compreende por grupo de discussão, já que, por exemplo, em determinadas traduções levadas a cabo para a língua castelhana, do inglês ou da língua francesa, a noção de grupo de discussão e a de grupo focal, é tida como sinónima. (Callejo, 2011).

Colocando de parte alguma da controvérsia em termos de definição terminológica, Fabra e Domènech (2001), apresentam-nos uma caracterização do grupo de discussão, com base nos seguintes aspectos:

- A sua constituição baseia-se num número reduzido de pessoas;
- O objectivo primordial consiste em interactuar numa conversação relativa a temas alvo de investigação;
- Permite recolher um conjunto de opiniões as quais podem ser alvo de tratamento extensivo;
- Observa-se o controlo da interacção, dada a situação de grupo, é deslocada do investigador até aos envolvidos;
- Permite o aprofundar dos temas alvo de discussão.

A necessidade de partilha de características comuns entre os participantes do grupo de discussão, de forma a não ocasionar inibições e possibilitar igual partilha de ideias, é condição fundamental na organização desta técnica (Callejo, 2011).

Tal como outras modalidades de recolha de dados, também a esta se encontram associadas limitações, das quais se salientam (Santos, 2009):

- Entraves ao nível da selecção relativamente a:

- Intervenientes;
- Espaço.
- Características de índole pessoal dos elementos;
- Papel desempenhado pelo investigador/moderador;
- Formação e capacidade por parte do investigador/moderador;
- Possíveis dificuldades de generalizar e analisar os dados;
- Dificuldade de prever o decorrer da discussão;
- Dificuldades ao nível do gerir do tempo.

Caberá ao investigador saber gerir estes elementos, procurando potencializar as potencialidades da técnica e conjugando mesma, de preferência, com outras modalidades de pesquisa (Santos, 2009).

No caso preciso da nossa investigação, o desenho do grupo de discussão foi estruturado da seguinte forma:

1 ^a	Delimitação dos objectivos
2 ^o	Elaboração do guião
3 ^o	Escolha e convocatória dos elementos
4 ^o	Determinação do local e data para realização da acção
5 ^o	Recolha, transcrição e análise dos dados produzidos.

Procurámos que todos os envolvidos representassem os níveis de ensino sobre os quais se estratificou o estudo, sendo que dos seis elementos participantes, cada dois destes pertenciam a um determinado nível.

Ao contrário do que se passou com a escolha dos elementos para a realização das entrevistas, anteriormente por nós explicada, neste caso a maioria dos sujeitos (quatro) havia preenchido o questionário, sendo escolhidos entre aqueles que referiram ter tido alguma formação e/ou contacto com situações, tendo recebido a proposta para participarem no grupo de discussão (à qual todos acederam). Os restantes dois elementos foram alvo do nosso interesse pois, no seu agrupamento, realizavam ou já haviam realizado trabalho neste âmbito.

Observemos a constituição do painel de participantes (identificados entre parêntesis com as nomenclaturas utilizadas na transcrição do texto), o qual se reuniu no dia 29 de Março de 2010.

Nível de Ensino	Participantes	Caracterização
	Moderadora (MD)	
Educação Infantil	Ana (AN)	Docente com 16 anos de serviço, tendo tido contacto com situações de maus-tratos.
	Margarida (MA)	Docente com 19 anos de serviço, tendo tido contacto com situações de maus-tratos e formação especializada, enquanto temática de uma disciplina leccionada em curso de pós-graduação.
1er a 4º de Primária	Cristina (CR)	Docente com 20 anos de serviço, tendo tido contacto com situações de maus-tratos
	Carla (CA)	Docente com 14anos de serviço tendo tido contacto com situações de maus-tratos.
5º y 6º de Primária	Maria (MA)	Apesar de nunca ter tido contacto com situações de maus-tratos, participou em iniciativas e colóquios sobre a temática.
	Sónia (So)	Docente com 12 anos de serviço. Observou de perto uma situação de maus-tratos e o posterior processo de denúncia.

Quadro 34: Grupo de Discussão: constituição do painel de participantes

O papel do moderador foi assumido pelo por mim própria, tendo em conta o defendido por (Burgess, 1997), o qual advoga a importância da criação de relações entre o investigador e aqueles que estão a ser objecto de investigação (com vista à conquista da confiança e ao gerar de estímulos), sendo tido como fundamental que o investigador leve acabo essa actividade, ao invés de a declinar para pessoal remunerado, o qual, muito provavelmente, não se sente familiarizado nem com os intervenientes nem com o contexto (Santos, 2009).

Toda a condução do diálogo teve por base questões orientadoras, com vista à obtenção de objectivos coincidentes com os propostos no nosso trabalho (Anexo G).

À semelhança do sucedido com as entrevistas toda a discussão foi sujeita a gravação, após prévia autorização dos presentes, sendo o conteúdo da mesma alvo de registo escrito e posterior análise do programa informático *Atlas.ti*.

6.7.2.1 A utilização do programa *Atlas.ti*

A investigação qualitativa tem vindo a desenvolver-se e a assumir-se cada vez mais ao longo dos anos, sendo que um dos seus principais desenvolvimentos foi na área do suporte informático (Bryman, 2004). Nos últimos anos a expansão e aperfeiçoamento do software informático de apoio à análise qualitativa dos dados tem facilitado cada vez mais o trabalho dos investigadores, nomeadamente na substituição das tarefas manuais associadas ao processo de codificação. O investigador é elemento primordial na análise dos dados e a este pertence todo o processo de decisão e análise, embora o software se assumia como uma ferramenta de apoio importante.

A presente análise de conteúdo teve como suporte informático o programa *Atlas.ti*. Este surge como um *software* o qual permite efectuar a análise dos dados qualitativos, facilitando o gerir destes e a sua interpretação.

A primeira edição, a nível comercial deste programa, teve lugar em 1993, pela mão do psicólogo e cientista informático, Thomas Muhr, como produto final de um longo projecto realizado pela *Technical University of Berlin* tendo, desde então, sido utilizado por diversas áreas de conhecimento, tal como a educação (Bryman, 2004)

Este software apresenta algumas vantagens, das quais se destaca a possibilidade de utilizar vários tipos de dados, seja texto, imagens ou áudio; não definir limites em termos de codificação ou ainda a possibilidade de criação de uma página em HTML o que, quando o trabalho a desenvolver envolve uma equipa, em muito facilita a comunicação entre os diversos elementos.

CAPÍTULO VII

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo iremos proceder à apresentação dos dados obtidos através dos vários instrumentos e técnicas de recolha de dados utilizados e aplicados à nossa amostra participante, procurando dar satisfação aos objectivos por nós propostos, os quais possibilitam a obtenção de conclusões e de possíveis linhas de investigação.

Dada a diferença de técnicas a que recorreremos, dividimos a apresentação dos resultados recolhidos em duas secções distintas, a saber, os de índole quantitativa (*questionário*) e qualitativa (*entrevista e grupo de discussão*).

7.1 Apresentação e Análise dos Resultados Quantitativos

Os cerca de 331 questionários obtidos foram angariados de acordo com a seguinte distribuição:

- 80 docentes do Jardim de Infância
- 140 docentes do 1º Ciclo
- 111 docentes do 2º Ciclo

Esta diferença de inquiridos teve por base o facto de estarmos perante uma amostra de natureza estratificada (como anteriormente foi por nós explanado).

Em relação aos agrupamentos considerados, podemos ver como se distribuem os questionários, observando a tabela que se segue (é de notar que 28 participantes não referem qual o agrupamento a que pertencem, representando 8.5% da amostra):

População		Amostra produtora de dados				Valor % da população	
		Pré-escolar	1ºciclo	2ºciclo	Total		
Agrupamento de Escolas da Ericeira	113	15	28	30	73	64.60%	
Agrupamento de Escolas de Mafra	161	12	32	21	65	40.37%	
Agrupamento de Escolas da Malveira	105	21	23	14	58	55.24%	
Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro	116	18	49	40	107	92.24%	
NÃO RESPONDE		14	8	6	28	<u>8.5%</u>	
Total	495	80	140	111	331	66.87%	

Tabela 2: Distribuição dos Questionários obtidos por Agrupamento

Por observação desta tabela, verifica-se que existe uma distribuição desequilibrada em função do agrupamento, existindo uma maioria significativa do Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro e um número inferior do Agrupamento de Escolas de Mafra. Contudo, tal situação não se revelou problemática no nosso estudo visto este pretender reflectir a generalidade dos docentes da zona geográfica do Concelho de Mafra, a que todos os agrupamentos pertencem, não sendo assim condição necessária a equidade dos questionários recolhidos nas várias unidades escolares.

7.1.2. Caracterização Geral: Formação na área dos maus-tratos infantis.

Na parte inicial do nosso questionário, perante uma questão de índole fechada, os inquiridos tinham que responder relativamente à possível frequência de formação direccionada com a temática dos maus tratos infantis

Dos 331 participantes envolvidos no nosso estudo, registou-se que na sua grande maioria estes não haviam participado em acções de formação relacionadas com esta temática, tal como se pode ver no gráfico que se segue :

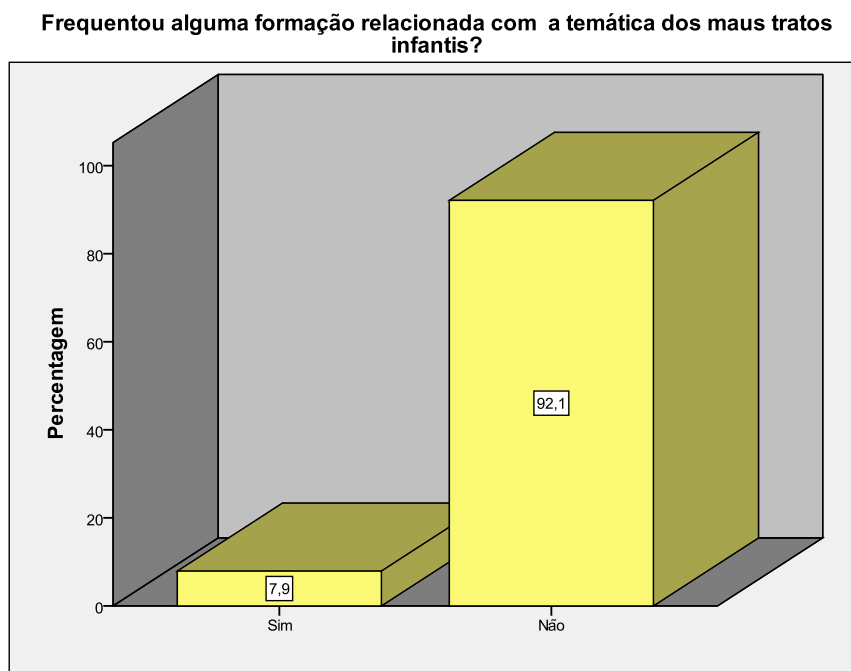


Figura 21: Percentagem relativa à formação dos docentes sobre o tema dos maus-tratos.

Em caso afirmativo, esta questão fechada deu origem a outra de resposta aberta, em que o participante referiu que tipo de formação já havia tido neste âmbito.

Cerca de 7.9% dos inquiridos (25 elementos) afirmaram ter frequentado alguma formação relacionada com a temática dos maus-tratos infantis, sendo que 23 destes clarificaram a frequência da mesma através dos seguintes exemplos:

Se sim, de que natureza?		Frequência
Terapia Familiar		2
Maus tratos em crianças e jovens		4
Bullying		3
Desenvolvimento Comportamental		1
Disciplina de mestrado		1
Intervenção Precoce		3

	Violência Doméstica	1
	Acções (sem especificar quais) promovidas pela CPCJ	8
	Total	23

Tabela 3: Participação dos docentes em formação relativa à temática dos maus-tratos

Passemos ao tratamento dos dados resultantes das 46 questões fechadas que, relembramos, se encontravam divididas da seguinte forma:

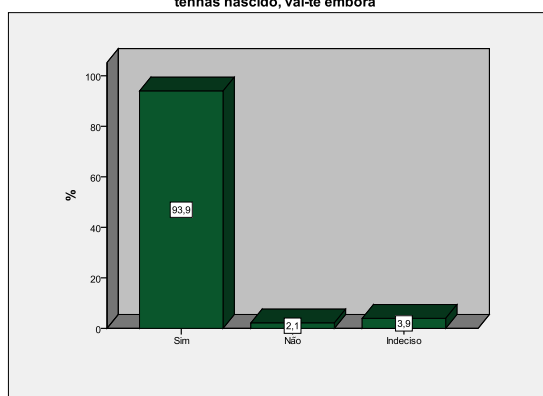
- 10 questões fechadas – 10 Afirmações que indicam a existência (ou não) de maus-tratos infantis.
- 12 questões fechadas – 12 Sinais que indicam a existência (ou não) de maus-tratos infantis.
- 12 questões fechadas – 12 Factores que podem (ou não) ser considerados factores de risco de maus-tratos infantis.
- 12 questões fechadas – 12 Situações que podem (ou não) denunciar maus-tratos infantis.

7.1.3 Caracterização Geral: Situações – Maus-tratos.

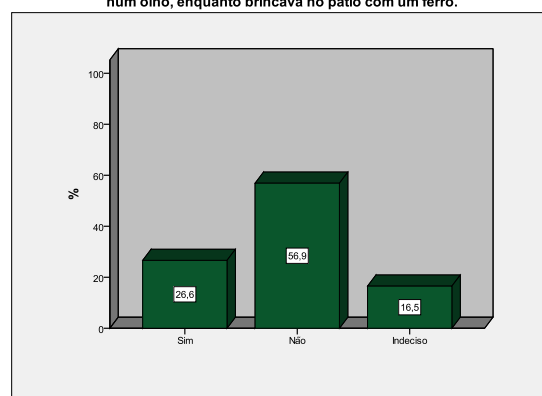
Nesta **primeira** secção, pretendeu-se obter a percepção dos maus-tratos infantis por parte dos docentes. Esta secção do questionário era composta por 10 afirmações, as quais descrevem situações, que deveriam ser avaliadas pelos participantes, podendo (ou não) ser consideradas como situações de maus-tratos. O participante para cada afirmação deveria responder “Sim”, “Não” ou “Indeciso”.

Atentemos em primeira instância para as respostas obtidas ao nível geral, pelos cerca de 331 participantes:

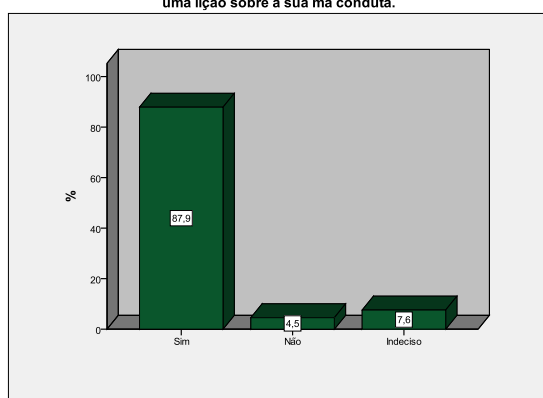
1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"



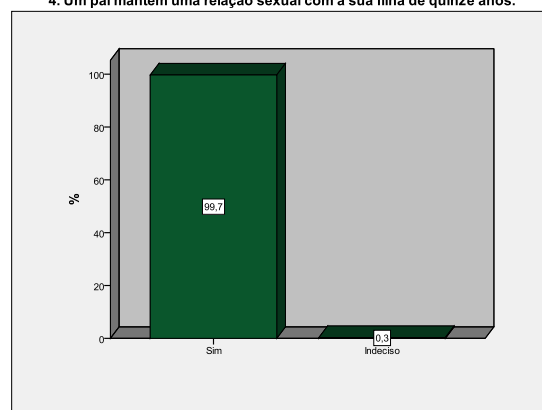
2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.



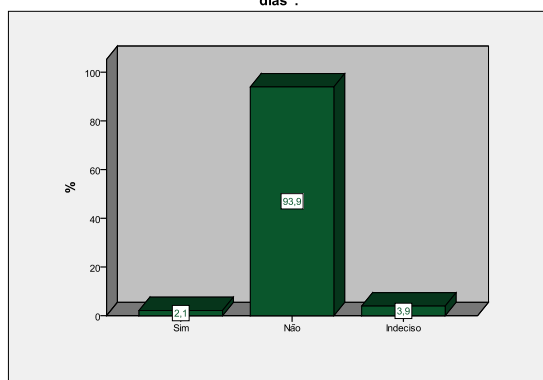
3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.



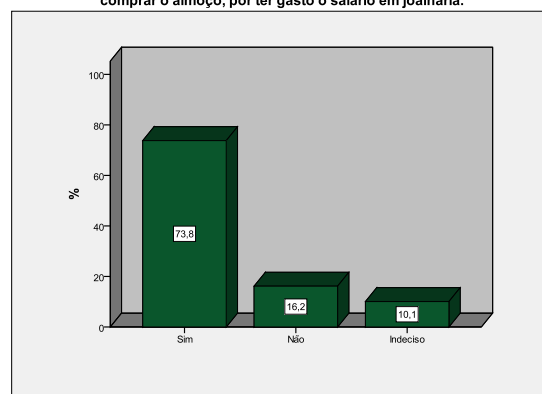
4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.



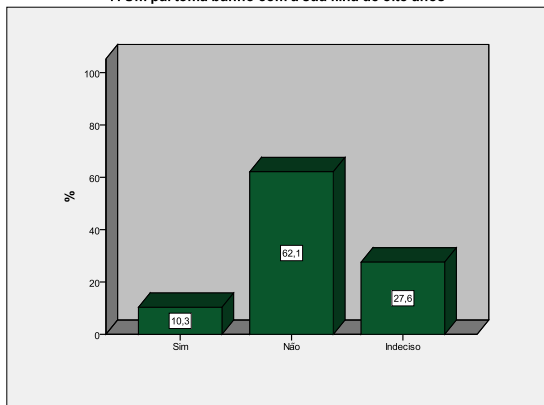
5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouviste. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".



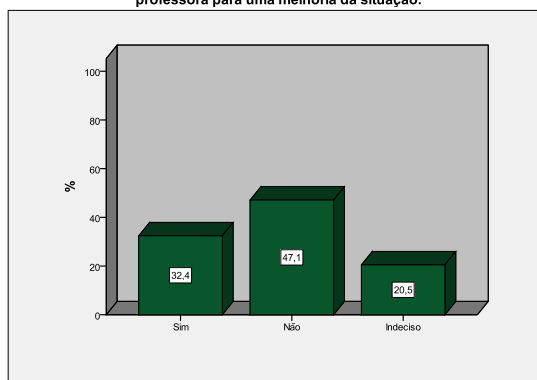
6. Um mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.



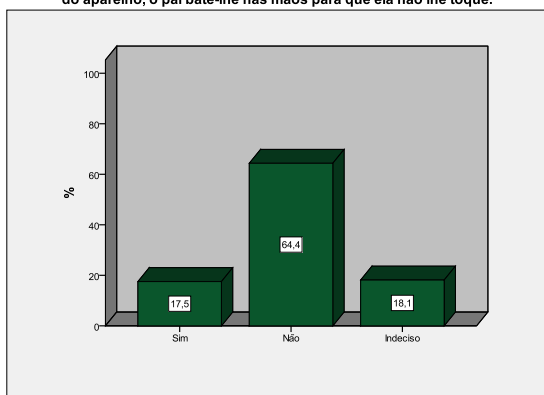
7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos



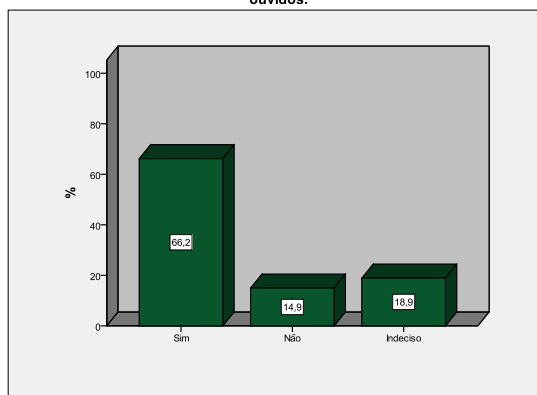
8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.



9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.



10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.



Para uma melhor compreensão de **todos os participantes**, apresentemos os dados anteriores na tabela que se segue, considerando:

SITUAÇÃO	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"	(1/331)	93.9% (310/330)	2.1% (7/330)	3.9% (13/330)
2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.	(4/331)	26.6% (62/328)	56.9% (131/328)	16.5% (44/328)
3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.	(1/331)	87.9% (290/330)	4.5% (15/330)	7.6% (25/330)
4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.	(2/331)	99.7% (328/329)	0	0.3% (1/329)
5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".	(1/331)	2.1% (7/330)	93.9% (310/330)	3.9% (13/330)
6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalheria.	(3/331)	73.8% (242/328)	16.2% (53/328)	10.1% (33/328)
7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos	(1/331)	10.3% (34/330)	62.1% (205/330)	27.6% (91/330)
8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.	(4/331)	32.4% (106/327)	47.1% (154/327)	20.5% (67/327)
9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.		17.5% (58/331)	64.4% (213/331)	18.1% (60/331)
10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.	(3/331)	66.2% (217/328)	14.9% (49/328)	18.9% (62/328)

Tabela 4: Caracterização geral: Situações de maus-tratos.

Por observação da tabela 3 podemos verificar que existem 3 situações que apresentam uma percentagem muito elevada (acima dos 87%), quanto à situação ser considerada de maus-tratos, sendo estas:

1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora".

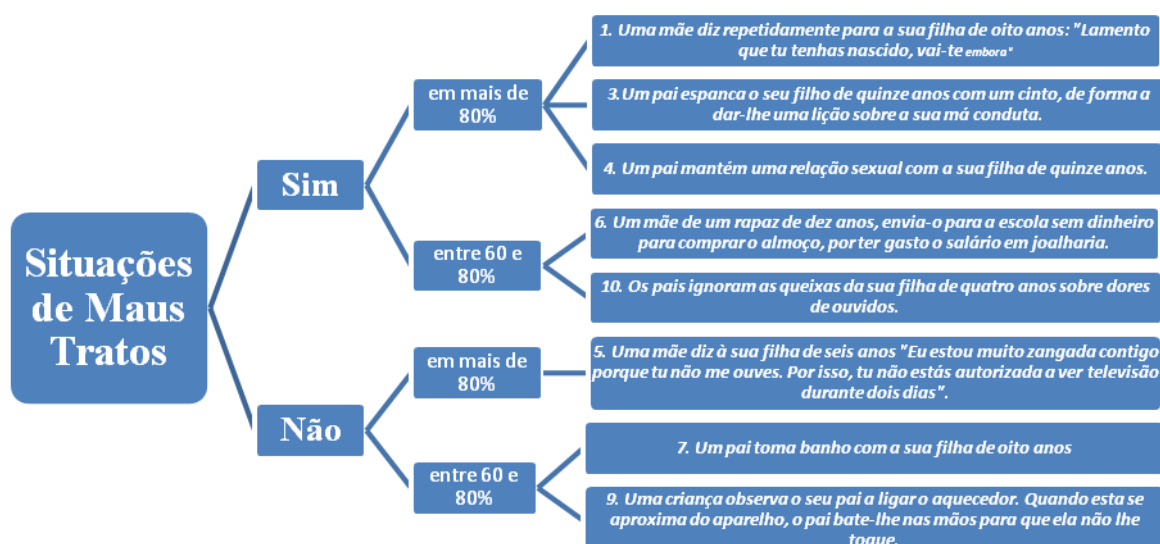
3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.

4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.

Destas 10 situações, existe 1 situação que se destaca das demais, no que concerne a não ser identificada como maus-tratos apresentando uma percentagem muito elevada (acima dos 93%):

5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".

Assim, podemos agrupar as situações da seguinte forma:



É de referir que a situação 2 e 8 não foram contempladas neste esquema, por se tratarem de situações que não foram fortemente claras para os participantes, mas ainda assim, atendendo à maior percentagem, apresentam-se como situações que não são consideradas de maus-tratos. É ainda de referir que a situação 8 apresenta uma grande percentagem de indecisão (20.5%).

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.

Ainda neste ponto será de referir a grande percentagem de indecisão quanto à situação 7, pois embora tenha sido considerada uma situação de maus-tratos, apresenta uma percentagem de 27.6% de indecisão.

7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos

Graficamente, temos:

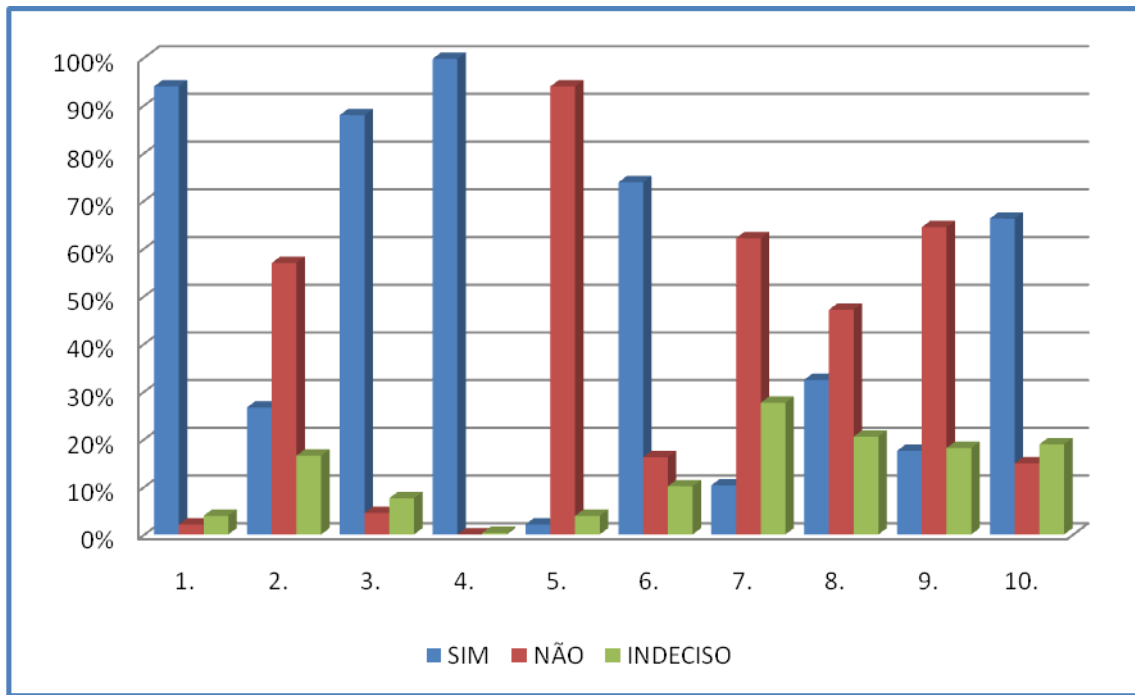


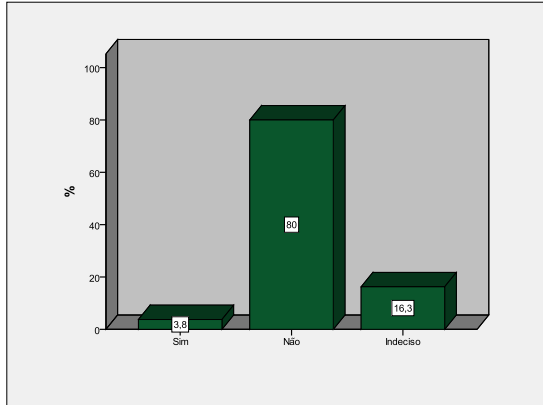
Figura 22: Situações de maus-tratos infantis.

7.1.4 Caracterização Geral: Sinais – Maus-tratos.

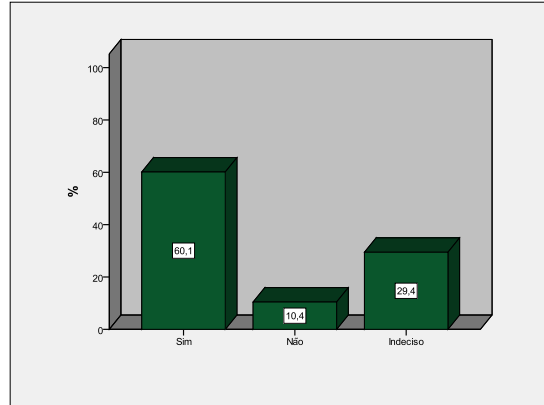
Nesta **segunda** secção, pretendia-se observar os alertas quanto aos sinais de maus-tratos infantis. Esta secção do questionário era composta por 12 indicadores (indicadores de natureza interna e externa), os quais descrevem sinais, que deveriam ser avaliados pelos participantes, podendo (ou não) ser consideradas como sinais de maus-tratos. O participante para cada indicador deveria responder “Sim”, “Não” ou “Indeciso”.

Como anteriormente, observemos a apresentação gráfica da totalidade das respostas obtidas:

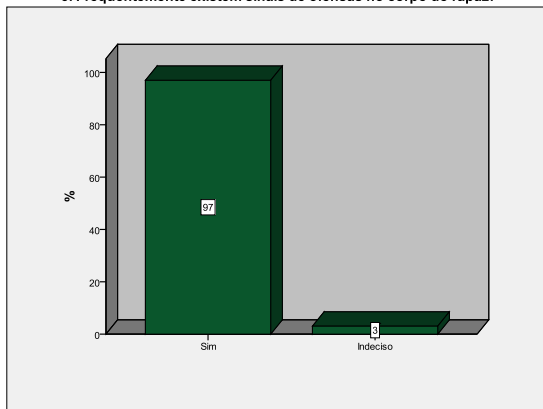
1. O rapaz é reservado.



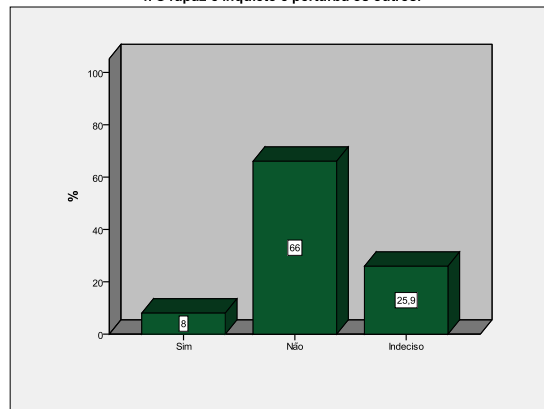
2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.



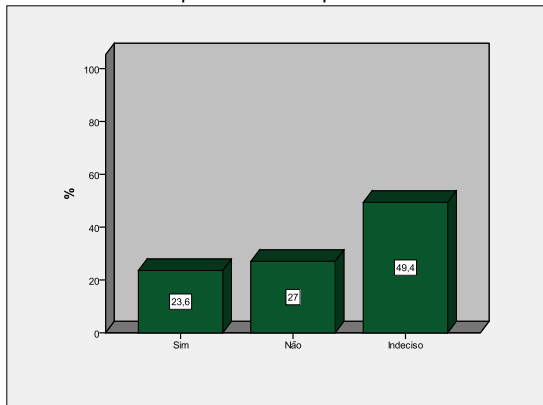
3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.



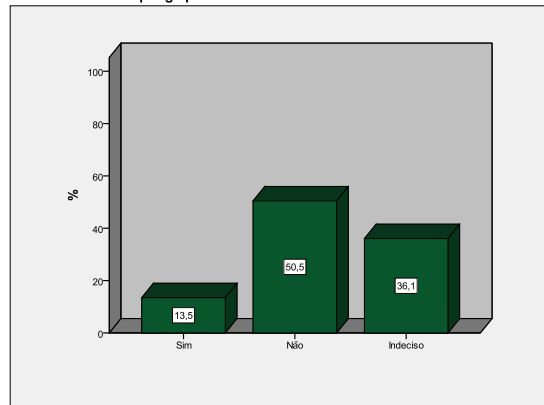
4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.



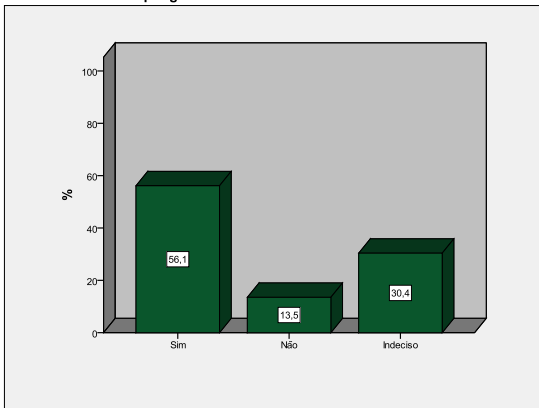
5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.



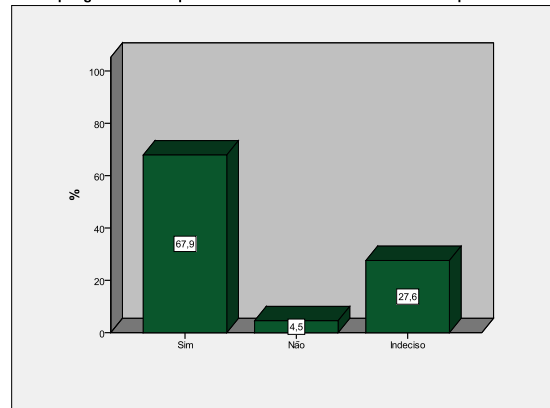
6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.



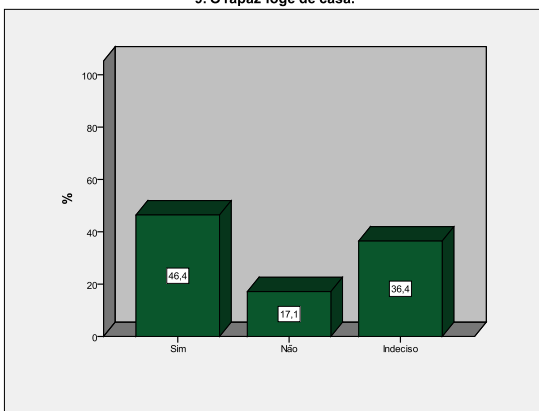
7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.



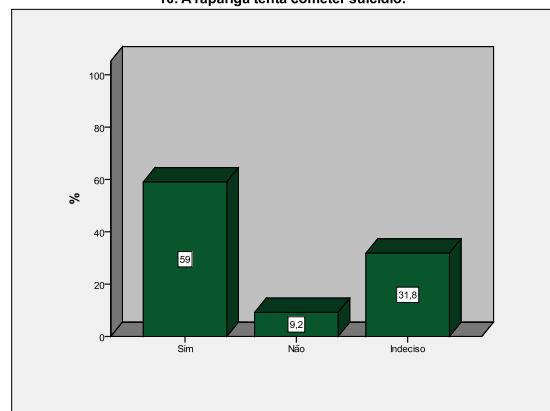
8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.



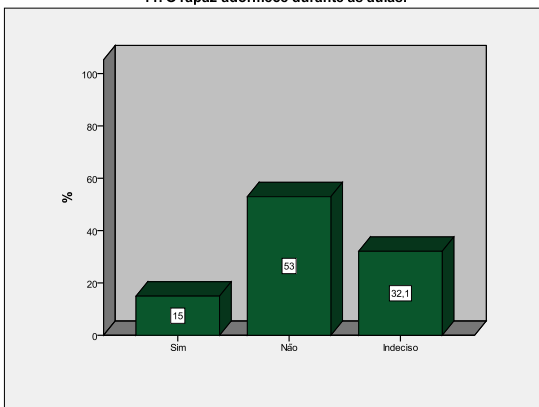
9. O rapaz foge de casa.



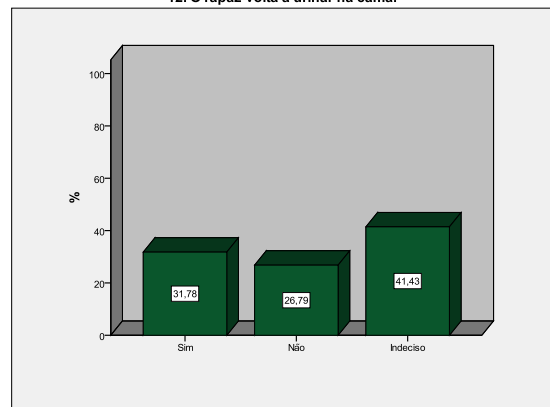
10. A rapariga tenta cometer suicídio.



11. O rapaz adormece durante as aulas.



12. O rapaz volta a urinar na cama.



Vejamos a tabela que se segue, compilando os dados obtidos de todos os **participantes**:

SINAIS	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
1. O rapaz é reservado.	(11/331)	3.8% (12/320)	80% (256/320)	16.3% (52/320)
2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.	(5/331)	60.1% (196/326)	10.4% (34/326)	29.4% (96/326)
3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.	(1/331)	97% (320/330)	0	3% (10/330)
4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.	(7/331)	8% (26/324)	66% (214/324)	25.9% (84/324)
5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.	(13/331)	23.6% (75/318)	27% (86/318)	49.4% (157/318)
6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.	(12/331)	13.5% (43/319)	50.5% (161/319)	36.1% (115/319)
7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.	(5/331)	56.1% (183/326)	13.5% (44/326)	30.4% (99/326)
8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.	(1/331)	67.9% (224/330)	4.5% (15/330)	27.6% (91/330)
9. O rapaz foge de casa.	(10/331)	46.4% (149/321)	17.1% (55/321)	36.4% (117/321)
10. A rapariga tenta cometer suicídio.	(4/331)	59% (193/326)	9.2% (30/326)	31.8% (104/326)
11. O rapaz adormece durante as aulas.	(10/331)	15% (48/321)	53% (170/321)	32.1% (103/321)
12. O rapaz volta a urinar na cama.	(10/331)	31.8% (102/321)	26.8% (86/321)	41.4% (133/321)

Tabela 5: Caracterização geral: Sinais de maus-tratos.

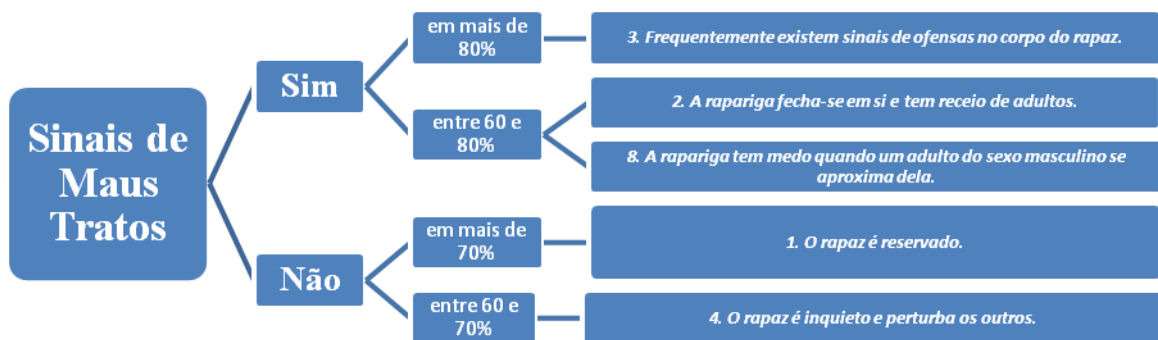
Por observação da tabela 4 podemos verificar que existe 1 sinal que apresenta uma percentagem muito elevada (97%), quanto ao facto de este poder ser considerado um sinal de maus-tratos:

3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.

Destes 12 sinais, existe 1 sinal que não é identificado como possível indicador de maus-tratos, embora apresente uma percentagem não muito elevada, ou seja, não é acima dos 90%, é 80%:

1.O rapaz é reservado.

Assim, podemos agrupar as situações da seguinte forma:



É de referir que os sinais 5 e 12, apresentam uma grande percentagem de indecisão (49.4% e 41.4%, respectivamente), bem como um número elevado de não respostas, 13 e 10, respectivamente.

5.O rapaz é hesitante ao expressar a dor.

12.O rapaz volta a urinar na cama.

Será ainda de realçar os sinais 7, 9 e 10, que embora apresentem uma maior percentagem para serem considerados sinais de maus-tratos, apresentam percentagens baixas (entre 46.4% e 59%) e além disso percentagens de indecisão elevadas (30.4%, 36.4% e 31.8%, respectivamente), bem como também são sinais que apresentam números de não respostas elevados (5, 10 e 4, respectivamente).

7.A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

9.O rapaz foge de casa.

10.A rapariga tenta cometer suicídio.

Os restantes sinais, 6 e 11, são sinais que não são considerados sinais de maus-

tratos pelos respondentes por apresentarem a maior resposta na opção “Não” (50.5% e 53%, respectivamente), muito embora estas percentagens sejam baixas e além disso, são sinais que também apresentam uma percentagem elevada de indecisão (36.1% e 32.1%, respectivamente), bem como um número relativamente elevado de não respostas (12 e 10, respectivamente).

6.A rapariga procura o contacto físico com os adultos.

11.O rapaz adormece durante as aulas.

Graficamente, temos:

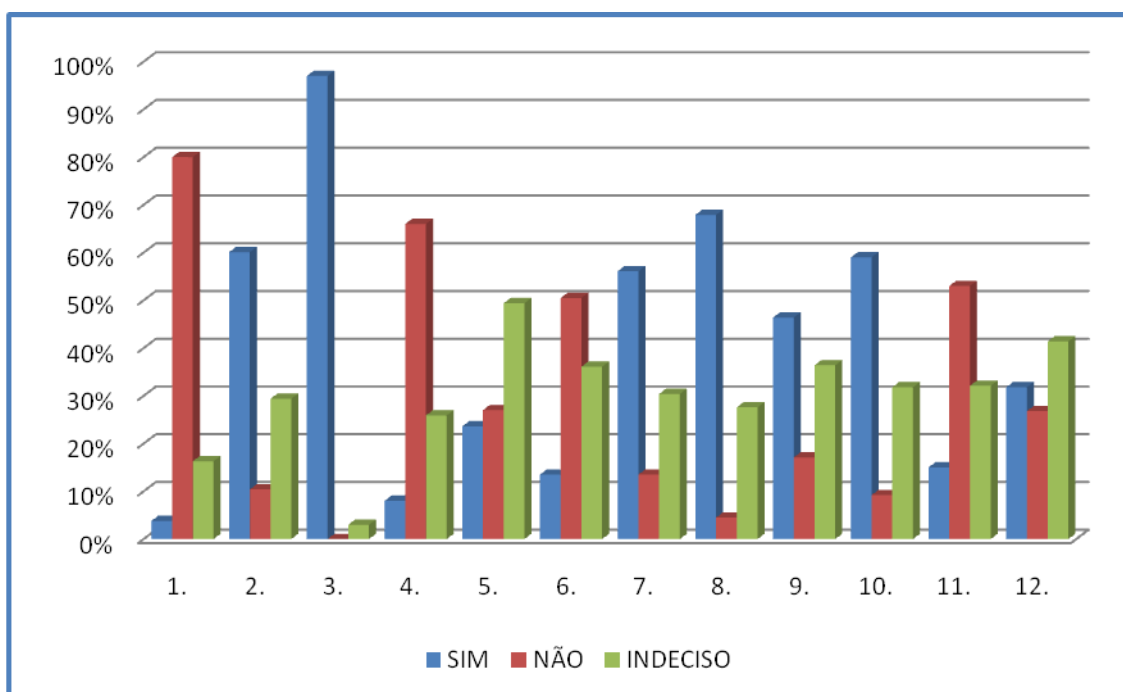


Figura 23: Sinais de maus-tratos infantis.

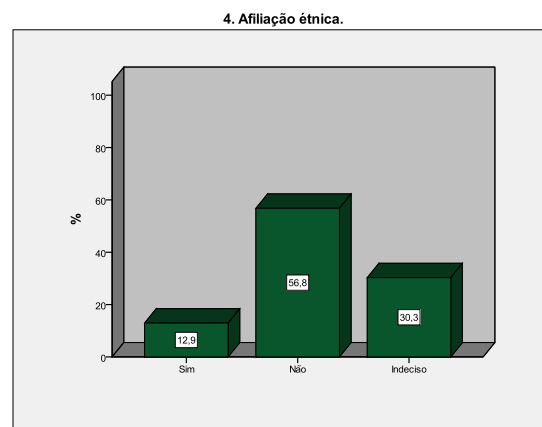
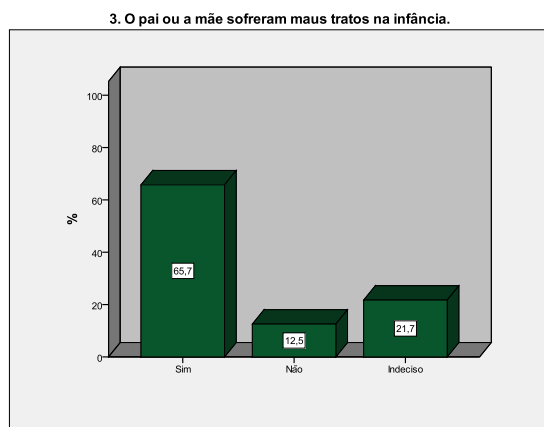
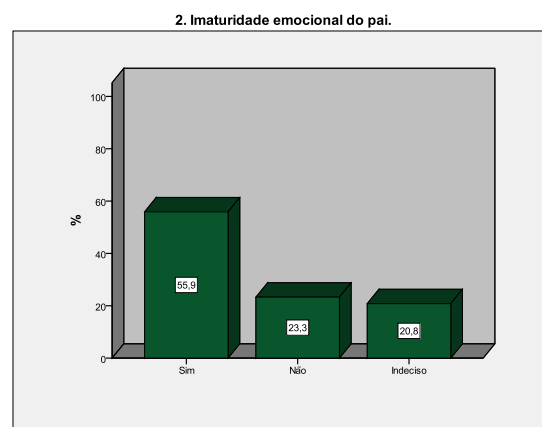
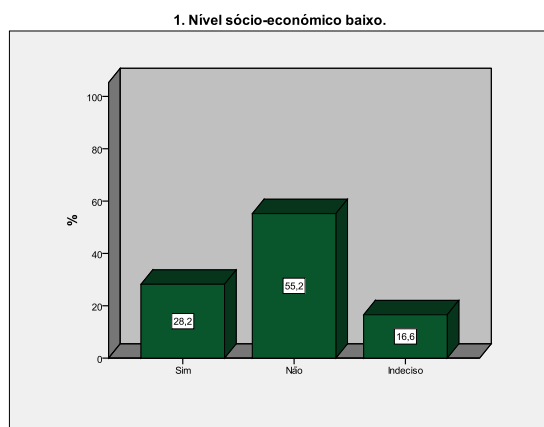
É de notar que apenas os sinais 1 e 3 são sinais com uma percentagem de indecisão abaixo dos 20%, não restando dúvidas que houve muita indecisão por parte dos participantes no que toca à classificação destes sinais como sinais de maus-tratos ou não.

7.1.5 Caracterização Geral: Factores – Maus-tratos.

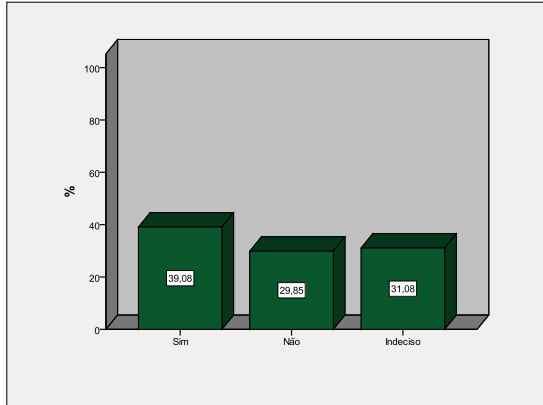
Nesta **terceira** secção, pretendia-se aferir relativamente ao alerta em relação aos factores de risco que estão relacionados com esta temática. Esta secção do questionário

é composta por 12 factores, e de acordo com as 3 hipóteses possíveis, deveriam ser indicados quais os factores considerados como potencializadores de risco de maus-tratos infantis. O participante para cada factor deveria responder “Sim”, “Não” ou “Indeciso”.

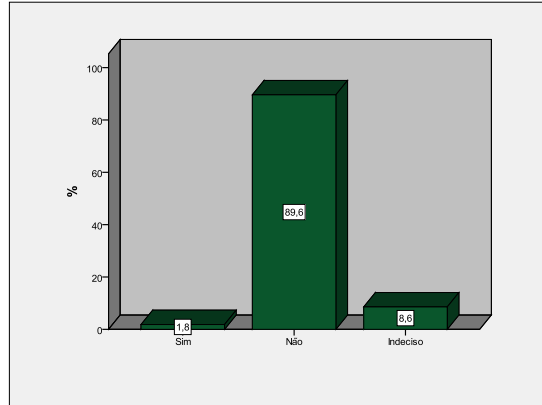
Relativamente à apresentação gráfica dos dados recolhidos, a mesma apresenta a seguinte configuração:



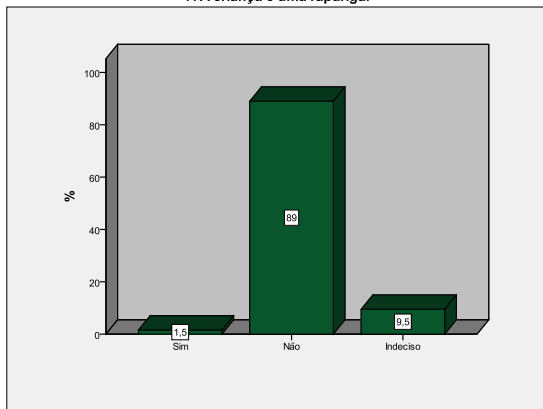
5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.



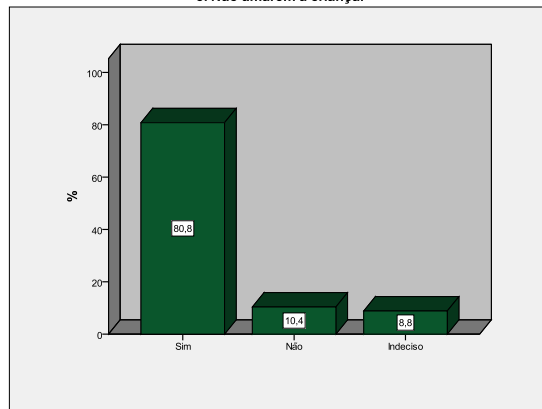
6. A criança é um rapaz.



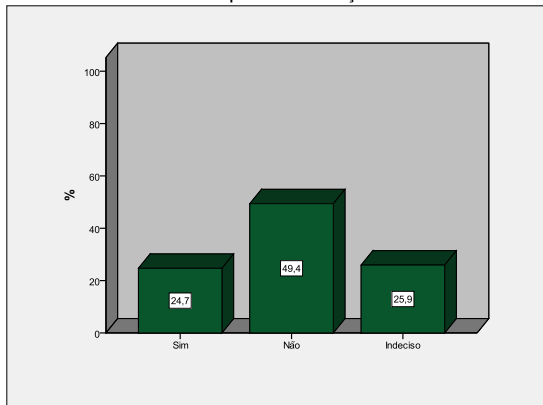
7. A criança é uma rapariga.



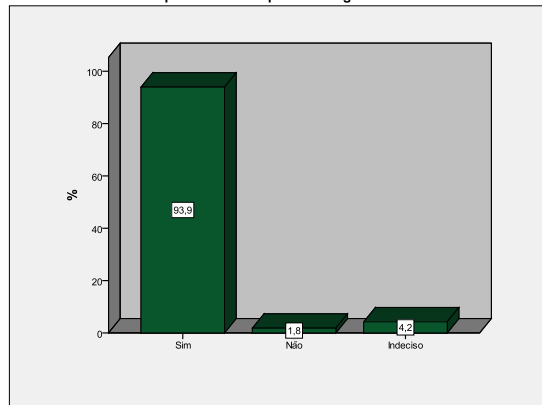
8. Não amarem a criança.

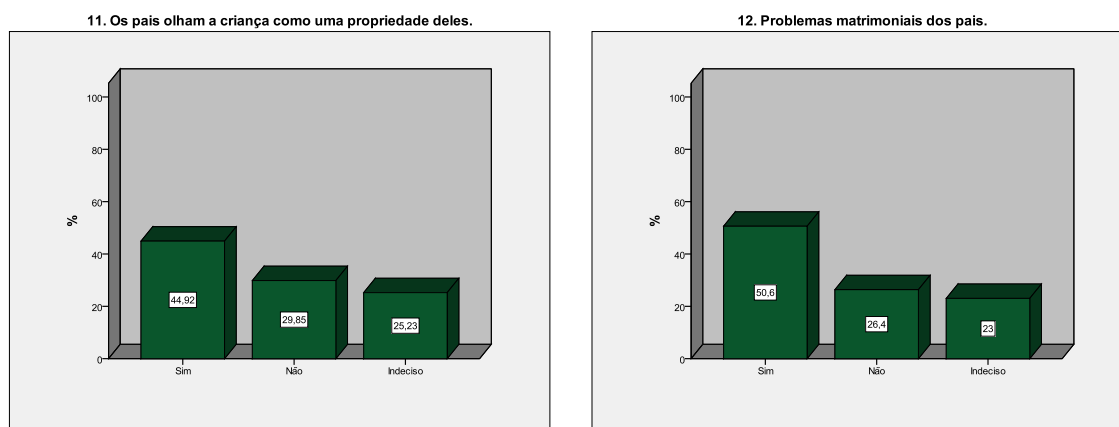


9. Incapacidade da criança.



10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.





Atentemos na tabela que se segue, considerando **todos os participantes**:

FACTORES	NR	Sim	Não	Indeciso
<i>1. Nível sócio-económico baixo.</i>	(5/331)	28.2% (92/326)	55.2% (180/326)	16.6% (54/326)
<i>2. Imaturidade emocional do pai.</i>	(9/331)	55.9% (180/322)	23.3% (75/322)	20.8% (67/322)
<i>3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.</i>	(4/331)	65.7% (215/327)	12.5% (41/327)	21.7% (71/327)
<i>4. Afiliação étnica.</i>	(14/331)	12.9% (41/317)	56.8% (180/317)	30.3% (96/317)
<i>5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.</i>	(6/331)	39.1% (127/325)	29.8% (97/325)	31.1% (101/325)
<i>6. A criança é um rapaz.</i>	(4/331)	1.8% (6/327)	89.6% (293/327)	8.6% (28/327)
<i>7. A criança é uma rapariga.</i>	(4/331)	1.5% (5/327)	89% (291/327)	9.5% (31/327)
<i>8. Não amarem a criança.</i>	(3/331)	80.8% (265/328)	10.4% (34/328)	8.8% (29/328)
<i>9. Incapacidade da criança.</i>	(7/331)	24.7% (80/324)	49.4% (160/324)	25.9% (84/324)
<i>10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.</i>	(1/331)	93.9% (310/330)	1.8% (6/330)	4.2% (14/330)
<i>11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.</i>	(6/331)	44.9% (146/325)	29.8% (97/325)	25.2% (82/325)
<i>12. Problemas matrimoniais dos pais.</i>	(1/331)	50.6% (167/330)	26.4% (87/330)	23% (76/330)

Tabela 6: Caracterização geral: Factores potencializadores de maus-tratos.

Por observação da tabela 5 podemos verificar que existem 2 factores que apresentam uma percentagem muito elevada (acima dos 80%), quanto ao factor ser considerado factor de risco de mau trato, como sejam :

8. Não amarem a criança.

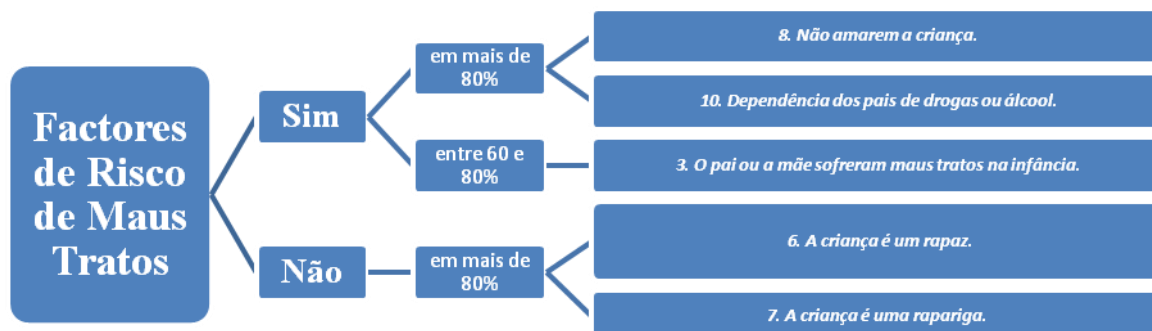
10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

Destes 12 factores, existem 2 factores que não são identificados como factores de risco de maus tratos apresentando uma percentagem muito elevada (acima dos 89%):

6. A criança é um rapaz.

7. A criança é uma rapariga.

Assim, podemos agrupar as situações da seguinte forma:



É de referir que os factores 2 e 12, que embora apresentem uma maior percentagem para serem considerados factores de risco de maus tratos, apresentam percentagens baixas relativamente aos outros (55.9% e 50.6%, respectivamente) e além disso têm percentagens de indecisão relativamente altas (20.8% e 23%). Além disso o factor 2 apresenta um número de não respostas elevado (9 não respostas).

2. Imaturidade emocional do pai.

12. Problemas matrimoniais dos pais.

Os factores 1, 4 e 9, são factores que não serão considerados factores de risco de maus tratos por apresentarem a maior percentagem de respostas na opção “Não”

(55.2%, 56.8% e 49.4%, respectivamente), muito embora estas percentagens sejam baixas, e além disso, os factores 4 e 9 também apresentam uma percentagem elevada de indecisão (30.3% e 25.9%, respectivamente). Além disso o factor 4 apresenta um número de não respostas elevado (14 não respostas).

1.Nível sócio-económico baixo.

4.Afiliação étnica.

9.Incapacidade da criança.

Os restantes factores, 5 e 11, são factores cujos participantes não têm uma opinião muito formada, embora a maior percentagem recaia em considerar estes 2 factores como factores de risco de maus tratos.

5.Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.

11.Os pais olham a criança como uma propriedade deles.

Graficamente, temos:

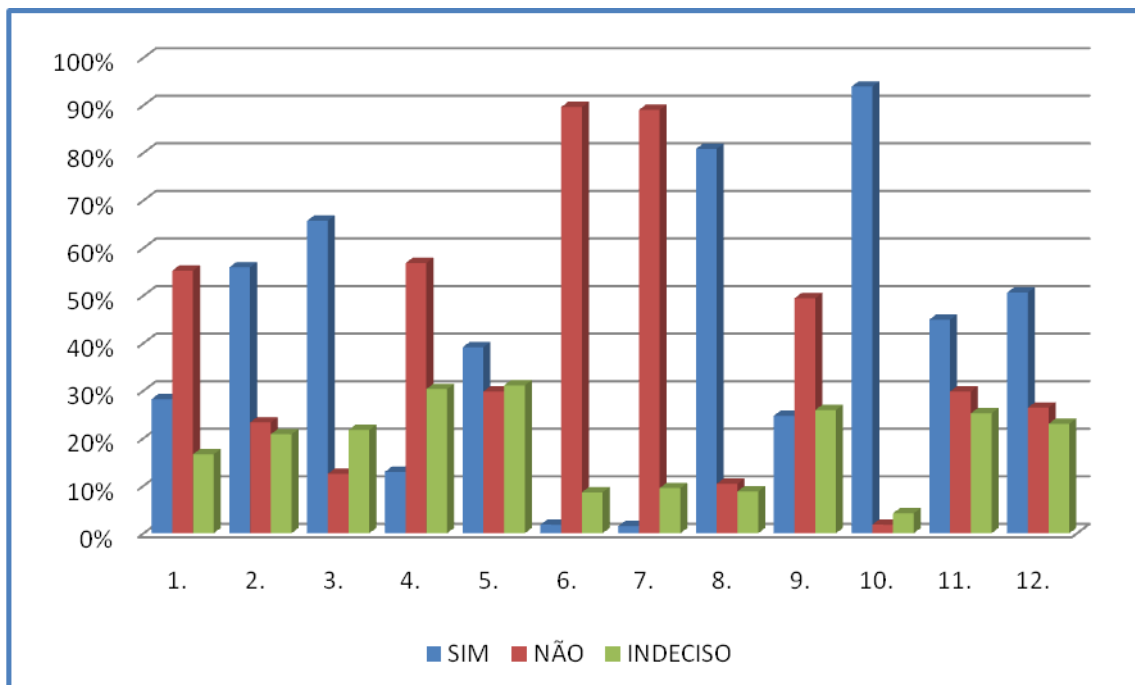


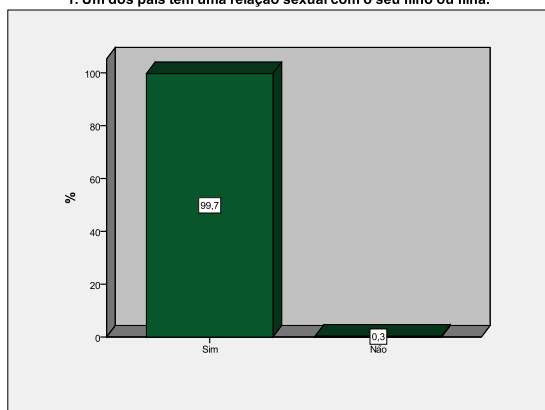
Figura 24: Factores de risco.

7.1.6 Caracterização Geral: Situações a denunciar.

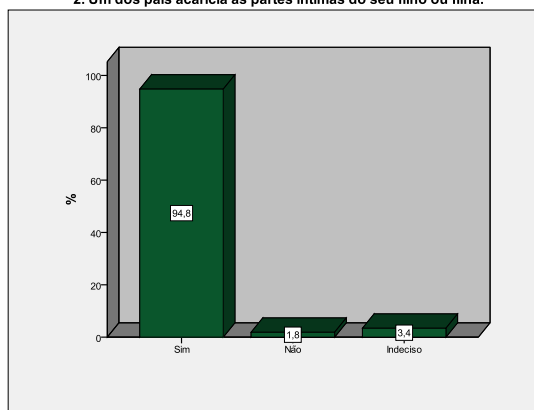
Nesta **quarta** e última secção, pretendia-se verificar qual a predisposição dos professores para denunciar os vários tipos de maus-tratos. Esta secção do questionário era composta por 12 vinhetas, e de acordo com as 3 hipóteses possíveis, deveriam ser indicadas quais das situações apresentadas resultariam em acções de denúncias por parte dos docentes. O participante para cada situação deveria responder “Sim”, “Não” ou “Indeciso”.

Observemos graficamente os dados obtidos:

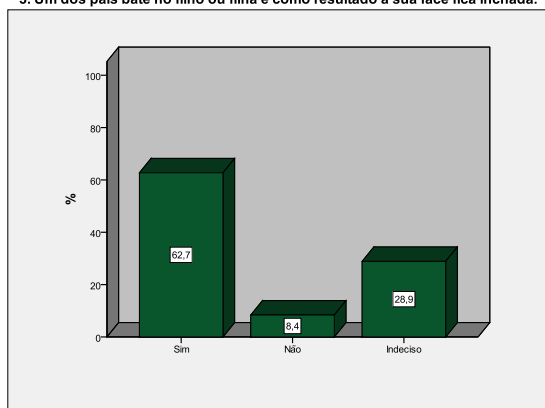
1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.



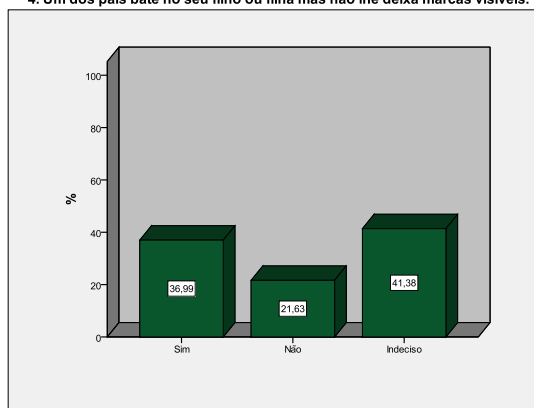
2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.



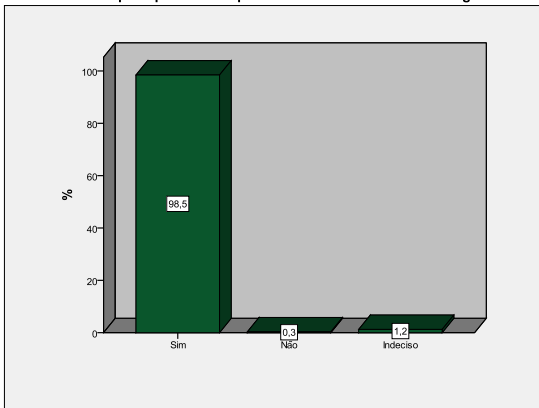
3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.



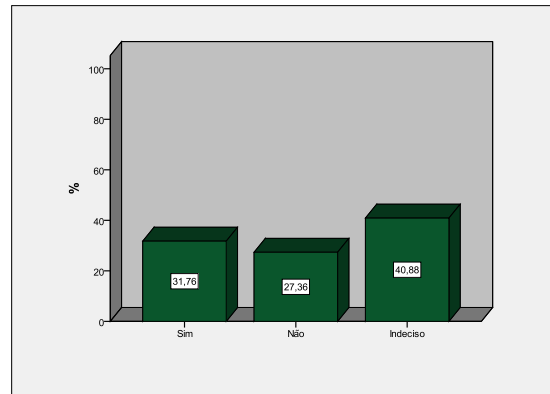
4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.



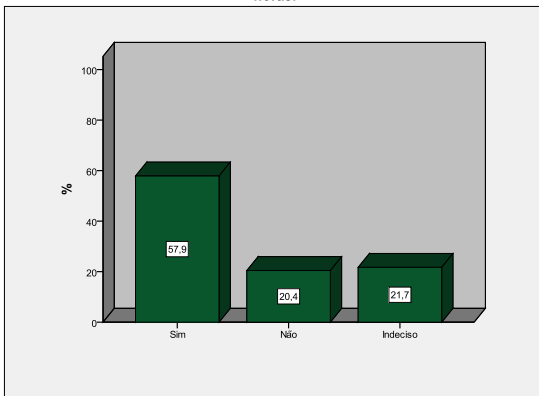
5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.



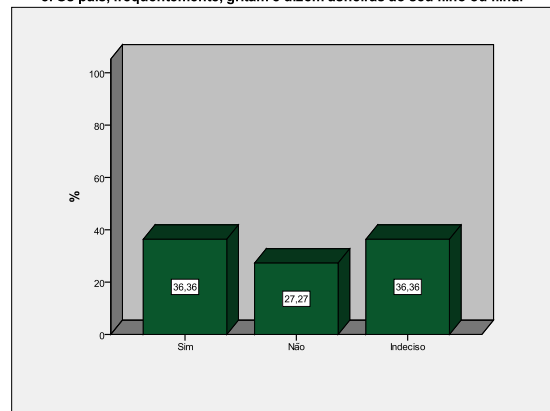
6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.



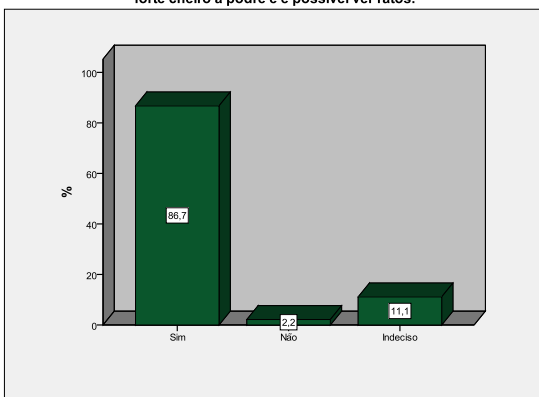
7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.



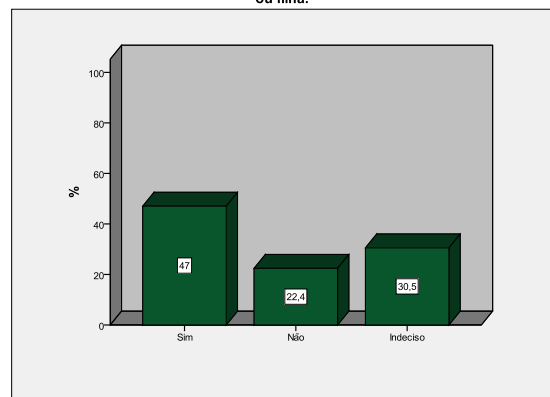
8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.



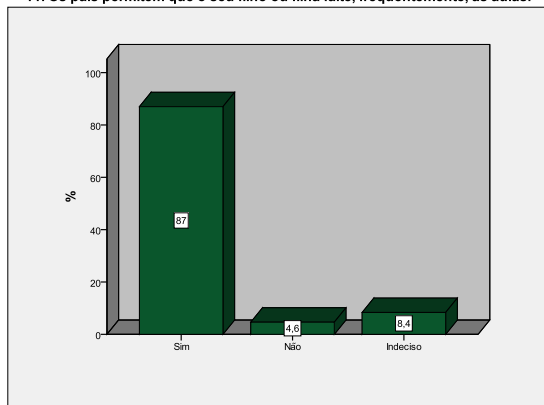
9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.



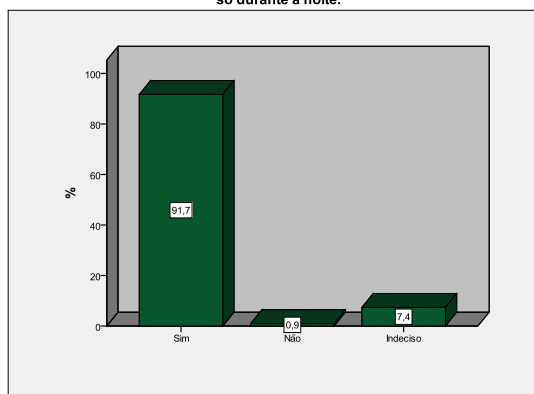
10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.



11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.



12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.



Vejam os dados da tabela que se segue, considerando **todos os participantes**:

SITUAÇÕES A DENUNCIAR	NR	Sim	Não	Indeciso
1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.	(6/331)	99.7% (324/325)	0.3% (1/325)	0
2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.	(6/331)	94.8% (308/325)	1.8% (6/325)	3.4% (11/325)
3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.	(9/331)	62.7% (202/322)	8.4% (27/322)	28.9% (93/322)
4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.	(12/331)	37% (118/319)	21.6% (69/319)	41.4% (132/319)
5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro..	(7/331)	98.5% (319/324)	0.3% (1/324)	1.2% (4/324)
6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.	(13/331)	31.8% (101/318)	27.4% (87/318)	40.9% (130/318)
7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.	(13/331)	57.9% (184/318)	20.4% (65/318)	21.7% (69/318)
8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.	(12/331)	36.4% (116/319)	27.3% (87/319)	36.4% (116/319)
9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.	(7/331)	86.7% (281/324)	2.2% (7/324)	11.1% (36/324)
10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.	(10/331)	47% (151/321)	22.4% (72/321)	30.5% (98/321)
11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.	(8/331)	87% (281/323)	4.6% (15/323)	8.4% (27/323)
12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.	(6/331)	91.7% (298/325)	0.9% (3/325)	7.4% (24/325)

Tabela 7: Caracterização Geral: Situações a denunciar

Por observação da tabela 6 podemos verificar que existem 6 situações que apresentam uma percentagem muito elevada (acima dos 86%), quanto à situação ser considerada situação a denunciar, como sejam:

1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

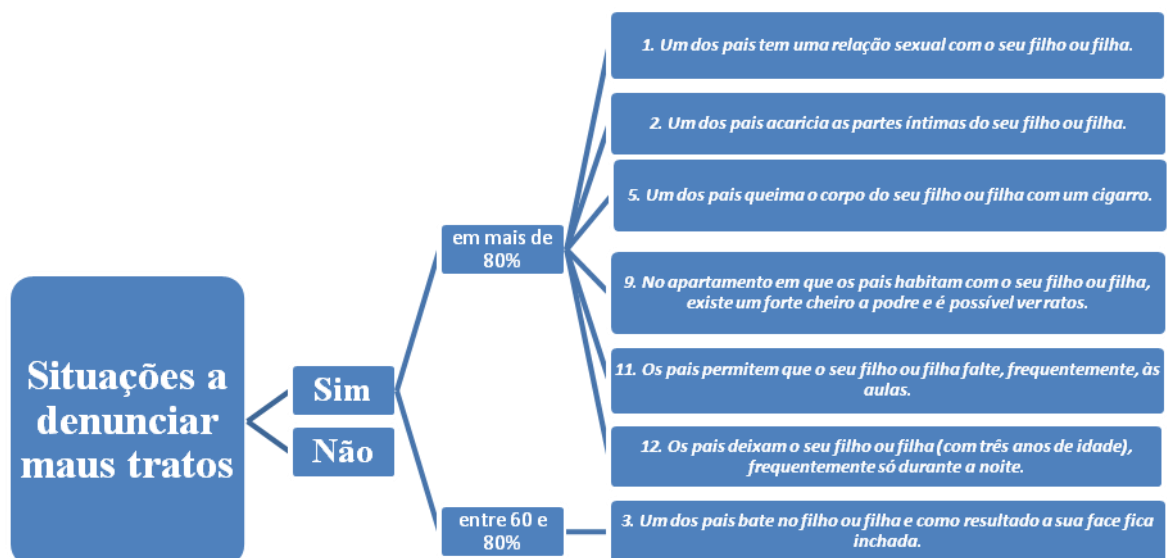
9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

Destas 12 situações, não existe nenhuma cujos participantes tenham dito na sua maioria que a situação não é situação a denunciar maus-tratos.

Assim, podemos agrupar as situações da seguinte forma:



Convém referir que as situações 4, 6 e 8, são situações cujos os participantes não têm uma opinião muito bem formada, chegando mesmo a percentagem de indecisão a ser a mais alta nas situações 4 e 6 (41.4% e 40.9%, respectivamente).

4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.

6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.

8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.

É ainda de referir que as situações 7 e 10, que embora apresentem uma maior percentagem para serem consideradas situações de risco a denunciar maus tratos, apresentam percentagens baixas (57.9% e 47%, respectivamente) e além disso têm percentagens de indecisão relativamente altas (21.7% e 30.5%). Além disso, é ainda de referir que estas 2 situações apresentam um número de não respostas elevado (13 e 10 não respostas, respectivamente).

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

Graficamente, temos:

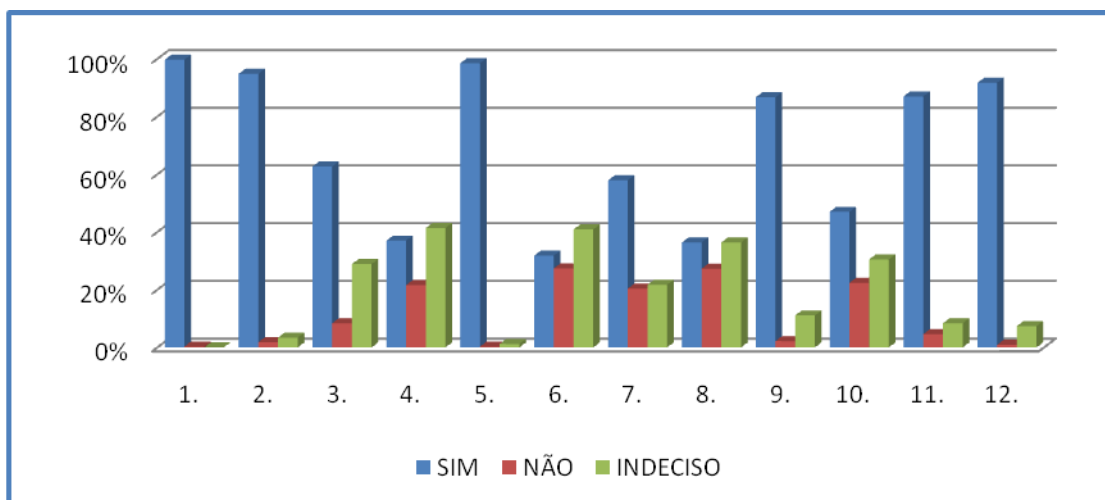


Figura 25: Situações a denunciar.

7.1.7 Caracterização Geral: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.

Na parte final do nosso questionário, os docentes eram confrontados com uma questão de natureza fechada respeitante com a possível ou efectiva vivência de situações de maus-tratos infantis, em alguma turma daquelas em que haviam prestado serviço, nos dois últimos anos lectivos.

Relativamente a essa questão, cerca de 20.1% dos participantes (correspondendo a 65 inquiridos), responderam considerarem que haviam tido no seio do seu núcleo de alunos, algum caso de maus-tratos infantis. É de notar que 8 participantes não expressaram qualquer resposta.

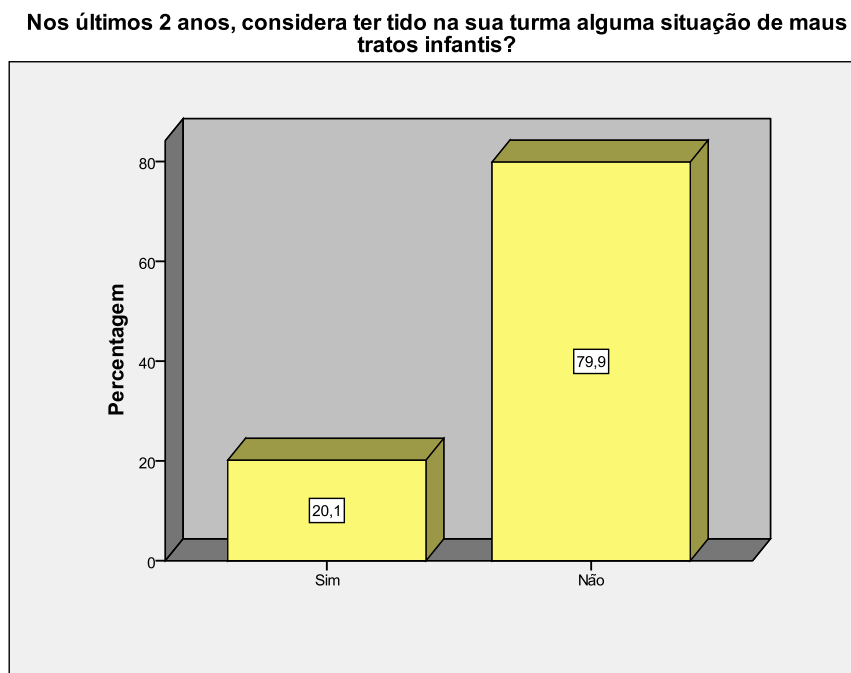


Figura 26: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.

7.1.7.1 Caracterização Geral: Suspeita e forma de actuação.

Perante a resposta afirmativa, em questão aberta, o inquirido deveria expressar dois testemunhos, sendo o primeiro dos quais, como suspeitou da situação de maus-tratos e, posteriormente, a sua forma de actuação perante tal suspeita. Apenas 38 participantes responderam à questão aberta de forma completa, referindo como se processou a suspeita da situação e o procedimento adoptado face à mesma.

Como suspeitou?	O que fez?
A criança já era acompanhada pela CPCJ de Mafra por negligência dos progenitores	Enviava relatórios periódicos.
<p>A aluna adoptada só vestia roupas do irmão mais velho, não trazia lanche e a encarregada de educação não participava nem respondia aos recados da escola.</p> <p>A aluna não mantinha qualquer relação com os colegas. Chorava quando perdia ou lhe estragavam alguma coisa. Tinha uma relação de dependência com a mãe, uma cumplicidade de 2 pessoas permanentemente assustadas.</p>	<p>A situação foi encaminhada para o tribunal de menores.</p> <p>Fez um pedido de referenciação da situação para a Psicóloga do Agrupamento.</p>
A criança apresentava falta de hábitos de higiene.	Contactou a encarregada de educação para conversar
<p>A criança apresentava sinais evidentes de negligência e abuso físico.</p> <p>A criança é deixada sozinha à noite enquanto a mãe vai para as aulas; a mãe foi chamada pela prof. e aconselhou a que alguma vizinha tomasse conta da criança, o que a mãe aceitou e está a fazer.</p> <p>A criança apresentava manchas/nódoas pelo corpo.</p>	<p>Denunciou a situação às pessoas competentes/responsáveis por este tipo de situações.</p> <p>Falou com a encarregada de educação.</p> <p>A criança está ainda a ser acompanhada pela CPCJ</p>
<p>A criança estava muito suja, com piolhos e feridas (falta de higiene).</p> <p>A criança falou comigo do caso.</p> <p>A criança vinha mal alimentada, pouca higiene muito. Havia muito nervosismo, falta de concentração e muita tensão. Era reservada, raramente demonstrava os sentimentos de tristeza (choro). Em situações de confronto, por vezes demonstrava uma raiva desmesurada.</p>	<p>Fez um telefonema para a CPCJ.</p> <p>Fez um relatório para a CPCJ-Mafra.</p> <p>Fez um pedido de referenciação da situação para a Psicóloga do Agrupamento.</p>

A criança tinha um aspecto deplorável.	A escola em questão tinha uma assistente social que participou a situação ao tribunal de menores. A CPCJ retirou esta criança do meio familiar, tendo sido institucionalizada.
A mãe declarou verbalmente que a criança era uma nulidade, que nunca seria ninguém e mais valia não ter nascido. Ausência notória de higiene pessoal e na habitação.	Esta situação foi reportada à CPCJ. Falou com mãe e contactou a direcção do agrupamento.
A família deixava a criança sozinha, várias horas, durante a noite.	Comunicou a respectiva situação directora de turma
A criança apresentava sinais de ter ingerido bebidas alcoólicas, tendo referido que o fazia frequentemente.	Denunciou à Comissão de Protecção de Jovens (CPCJ)
O aluno nunca trazia lanche e aparentava fome (apesar da família não ser carente).	Falou com a Dir. Turma para estar atenta e tomar medidas necessárias.
Falta às aulas	Falou com o director de turma sobre o assunto
A aluna apresentava um cheiro horrível, o qual vinha do corpo e da roupa que não era mudada. Por mais avisos feitos à encarregada de educação, os alunos vinham sempre atrasados, faltavam muito e completamente imundos. Foram observadas atitudes pouco correctas e quando contactei com a mãe, a criança foi transferida de escola.	Comunicou à CPCJ Fez um relatório à Protecção e Comissão de crianças e jovens em risco O caso foi entregue à CPCJ
Não vinha à escola e quando vinha recusava falar sobre o assunto. Marcas negras nas costas por causa de um cinto	Informou a CPCJ através de relatórios Comunicou a situação à Directora de turma
Marcas visíveis.	Denúncia à CPCJ

Más condições higiénicas, má nutrição, choros constantes; recusa em ir com o pai e mãe.	Falou com a Psicóloga do Agrupamento, a qual ficou encarregue pelo seguimento a dar ao caso
Medo da mãe, mentiras, má disposição por falta de alimentação... O aluno vinha frequentemente marcado para a escola: marcas grandes e visíveis.	Comunicação à direcção e posteriormente à CPCJ Denunciou o facto à CPCJ
Pela atitude da aluna e comportamento da família.	Contactou a Assistente Social da Freguesia
Pelos comportamentos da criança na sala e em conversa com os pais - negligência de atenção e muitos castigos até físicos - a criança está a ser observada por psicólogos.	Encaminhada para consulta de desenvolvimento
Por declarações, quer do encarregado de educação quer de colegas que observavam situações evidentes.	Partilhou as suas suspeitas com outros colegas.
Por marcas de espancamento e a criança era agressiva com os parceiros de brincadeira.	Foi com a criança ao médico e daí encaminhou” para quem de direito” (chegar ao tribunal de menores)
Quando trabalhou em casos de crianças com deficiência grave e que eram vítimas por parte dos pais e restante família	Alertava a direcção da instituição
Queixas da criança e de um vizinho sobre o pai.	Chamei a protecção de menores, a polícia e a delegada de saúde.
Queixas de vizinhos e de auxiliares de educação. Fraca concentração do aluno durante as aulas e bastante violento com as outras crianças.	Não sabia o que fazer.
Queixas do próprio aluno	Alertou a CPCJ.
Suspeitei pelas conversas do aluno.	Falou com outros colegas (professores), procurando conselhos.
Timidez incapacitante.	Diálogos com a criança e com a mãe; comunicou à CPCJ

	Teve muitos alunos que frequentemente eram agredidos pelos pais.	Falou com os directores de turma e os meninos foram sinalizados pela Comissão de Protecção de Menores e alguns pelo tribunal.
	Tomou conhecimento através da própria aluna, a qual referia ser alvo de agressões e ameaças.	Falou com o encarregado de educação e denunciou a situação à CPCJ. Posteriormente manteve informados a segurança social e o tribunal de menores. Será de referir que a situação manteve-se.
	Total	38

Quadro 35: Situações e forma de actuação.

Procurando categorizar o conteúdo das respostas obtidas, no que concerne em primeira instância às diferentes valências de maus-tratos que originaram suspeitas, ou casos de confirmados maus-tratos, estas podem ser agrupadas da seguinte forma:

	Tipologia/Modalidades de Maus-tratos	Frequência
	Negligência Física	9
	Negligência Física e Psicológica/Emocional	3
	Negligência Psicológica/Emocional	8
	Negligência Física e Maus-tratos Físicos	3
	Maus-tratos físicos	14
	Maus-tratos Físicos e Psicológicos	1
	Total	38

Tabela 8: Detecção de maus-tratos em situações reportadas pelos docentes.

Estes dados traduzem-se graficamente da seguinte forma:

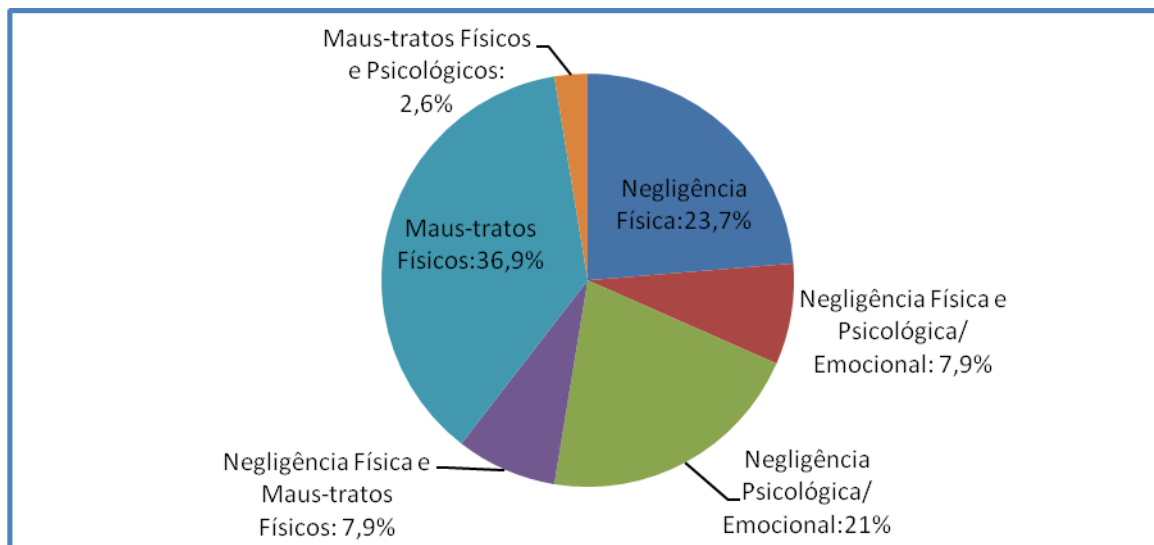


Figura 27: Caracterização geral: Suspeita/situações de maus-tratos.

Da observação da tabela e respectivo gráfico, constata-se uma predominância clara das situações associadas a quadros de maus-tratos de natureza física, quer no que diz respeito aos de índole abusiva, quer de natureza negligente. No âmbito dos quadros negligenciais, refira-se o elevado número reportado de situações envolvendo situações de abandono Psicológico/emocional.

Relativamente à forma de actuação, aos procedimentos adoptados face às situações suspeitas ou detectadas pelos docentes, no espaço dos dois anos lectivos anteriores e pela observação das respostas apresentadas e compiladas no Quadro nº32, as mesmas podem ser sintetizadas no seguinte gráfico:

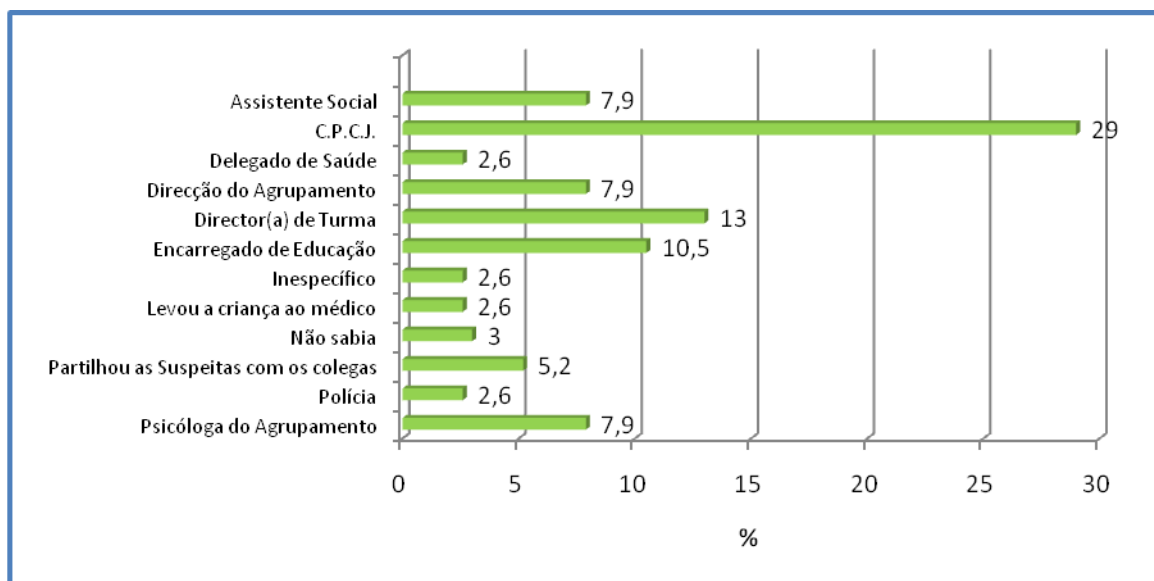


Figura 28: Caracterização geral: Formas de actuação.

Da observação deste sobressai a C.P.C.J como a principal fonte de encaminhamento das situações suspeitas e/ou observadas pelos docentes na sua generalidade.

7.1.8 Caracterização Geral: Conhecimento dos procedimentos.

Existia ainda uma última questão de resposta aberta em que ao participante era pedido que referisse se sabia onde ou a quem se deveria dirigir perante um caso de maus-tratos infantis (independentemente de alguma vez ter suspeitado ou tido confirmação de tal situação).

Dos dados recolhidos obteve-se a seguinte tabela:

Sabe onde se deverá dirigir perante um caso de maus-tratos infantis?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	296	89,4	98,3	98,3
Não	5	1,5	1,7	100,0
Total	301	90,9	100,0	
Missing Não responde	30	9,1		
Total	331	100,0		

Tabela 9: Conhecimento dos procedimentos.

Assim, no que diz respeito à questão em causa, verificou-se que dos 331 inquiridos, 95 elementos não expressaram qualquer resposta, sendo que dos que responderam, 1,7% destes referem que não sabem onde deverão dirigir-se perante um caso de maus-tratos infantis.

No que concerne aos exemplos dados pelos 231 docentes, estes recaíram sobre uma grande variedade de respostas, as quais apresentavam as seguintes valências:

	Frequency	Valid Percent
Valid CPCJ	119	51,5
CPCJ e/ou Assistente Social do Agrupamento	2	,9
CPCJ e/ou SOS Criança	5	2,2
CPCJ e/ou Segurança Social	7	3,0
CPCJ e/ou APAV	3	1,3
CPCJ e/ou Policia/GNR	34	14,7

	CPCJ e/ou GAAF e/ou Policia/GNR e/ou Conselho Directivo da Escola	2	,9
	Direcção da Escola e/ou Polícia/GNR	1	,4
	Segurança Social	3	1,3
	CPCJ e/ou Escola e/ou Policia/GNR	2	,9
	CPCJ e/ou Direcção da Escola	14	6,1
	CPCJ e/ou Direcção do Agrupamento	5	2,2
	CPCJ e/ou Policia/GNR e/ou IAC	7	3,0
	APAV e/ou Segurança Social	2	,9
	APERCIM	2	,9
	CPCJ e/ou direcção do agrupamento e/ou Policia/GNR	1	,4
	Médico de família e/ou Assistente Social e/ou Policia/GNR	1	,4
	Policia/GNR e/ou Segurança Social	2	,9
	CPCJ e/ou Direcção do Agrupamento e/ou Policia/GNR	2	,9
	Assistentes Sociais e/ou Psicólogas Escolares e/ou Policia/GNR e/ou CPCJ	1	,4
	Direcção da Escola	4	1,7
	Policia/GNR	2	,9
	Policia/GNR e/ou Direcção do Agrupamento	1	,4
	CPCJ e/ou Centro de Saúde	1	,4
	CPCJ e/ou Policia/GNR e/ou Centro de saúde	2	,9
	Encarregados de Educação (Pais)	1	,4
	CPCJ e/ou SOS criança e/ou Polícia/GNR e/ou Psicóloga do agrupamento	1	,4
	CPCJ e/ou Policia/GNR e/ou Segurança Social	2	,9
	Policia/GNR e/ou APAV	1	,4
	CPCJ e/ou Direcção da Escola e/ou Policia/GNR	1	,4
	Total	231	100,0
Missing	Não responde	95	
	Não se aplica	5	
	Total	100	
Total		331	

Tabela 10: Entidades e Instituições referenciadas para encaminhamento de situações de maus-tratos

Com base na tabela anterior, com vista a uma melhor compreensão das respostas obtidas, apresentemos as mesmas devidamente agrupadas, associando-se combinações, obtendo-se a respectiva tabela:

CPCJ	91,4
Polícia/GNR	27,2
Direcção da Escola/Agrupamento	14,3
Outras Instituições (SOS Criança, APAV, IAC, GAAF, APERCIM)	10
Segurança Social	7
Assistente Social	1,7
Centro de Saúde/Médico de Família	1,7
Psicólogas Escolares	0,8
Encarregados de Educação	0,4

Tabela 11: Procedimentos perante situações de maus-tratos.

Em termos gráficos, regista-se a seguinte apresentação:

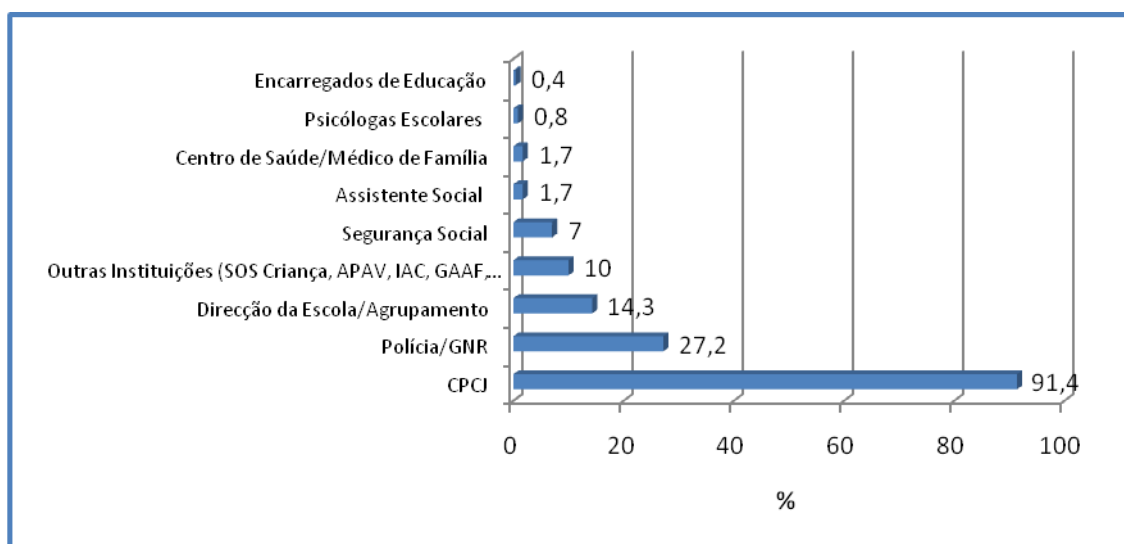


Figura 29: Procedimentos perante situações de maus-tratos.

Com grande destaque, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, é dada como a entidade prioritária quando existe necessidade de efectuar uma denúncia ou referenciação de uma situação de maus-tratos infantis por parte do pessoal docente.

7.1.9 Caracterização por Níveis de Ensino: Formação na área dos maus-tratos infantis.

Relativamente aos 25 participantes que referiram ter sido alvo de alguma formação inserida na temática dos maus-tratos infantis, refira-se que os mesmos pertencem aos três níveis de ensino, encontrando-se distribuídos da seguinte forma:

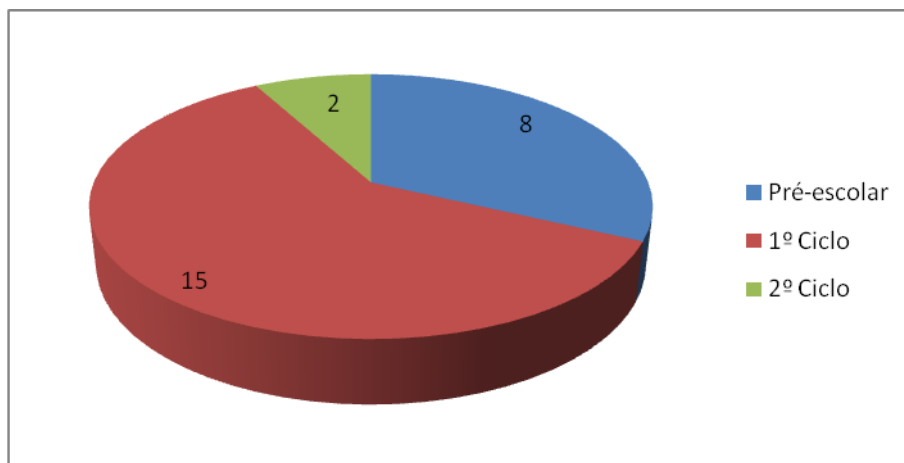


Figura 30: Caracterização por Níveis de Ensino: Formação na área dos maus-tratos infantis.

Facilmente podemos constatar, que existe uma distribuição não equitativa relativamente ao nível de formação dos docentes, sendo o valor destes, maioritariamente, liderados pelos profissionais do 1º ciclo, encontrando-se os do 2º ciclo em clara fragilidade no que respeita a esta questão.

7.1.10 Caracterização por Níveis de Ensino: Situações – Maus-tratos.

Sendo a vontade de conhecer as similitudes ou possíveis divergências existentes entre os três grupos de docência em observação, um dos objectivos da nossa investigação, procedemos ao cruzamento das respostas entre os vários núcleos de docência.

Assim sendo, observemos as diferentes situações e quais as que são consideradas maus-tratos, de acordo com o nível de ensino.

SITUAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
<i>1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"</i>	Pré-Escolar	(1/80)	96.3% (77/79)	1.3% (1/79)	1.3% (1/79)
	1º Ciclo		97.9% (137/140)	0.7% (1/140)	1.4% (2/140)
	2º Ciclo		86.5% (96/111)	4.5% (5/111)	9.0% (10/111)
<i>2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	28.2% (22/78)	53.8% (42/78)	17.9% (14/78)

SITUAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	NÃO		Indeciso
			Sim	Não	
	1º Ciclo	(2/140)	35.5% (49/138)	52.2% (72/138)	12.3% (17/138)
	2º Ciclo		14.4% (16/111)	64.9% (72/111)	20.7% (23/111)
3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.	Pré-Escolar		92.5% (74/80)		7.5% (6/80)
	1º Ciclo	(1/140)	85.6% (119/139)	5.8% (8/139)	8.6% (12/139)
	2º Ciclo		87.4% (97/111)	6.3% (7/111)	6.3% (7/111)
4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.	Pré-Escolar		98.8% (79/80)		1.3% (1/80)
	1º Ciclo	(1/140)	100% (139/139)		
	2º Ciclo	(1/111)	100% (110/110)		
5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".	Pré-Escolar	(1/80)	5.1% (4/79)	89.9% (71/79)	5.1% (4/79)
	1º Ciclo		2.1% (3/140)	93.6% (131/140)	4.3% (6/140)
	2º Ciclo			97.3% (108/111)	2.7% (3/111)
6. Um mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.	Pré-Escolar	(1/80)	64.6% (51/79)	16.5% (13/79)	19% (15/79)
	1º Ciclo	(2/140)	79% (109/138)	12.3% (17/138)	8.7% (12/138)
	2º Ciclo		73.9% (82/111)	20.7% (23/111)	5.4% (6/111)
7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos	Pré-Escolar		12.5% (10/80)	63.8% (51/80)	23.8% (19/80)
	1º Ciclo	(1/140)	11.5% (16/139)	62.6% (87/139)	25.9% (36/139)

SITUAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
	2º Ciclo		7.2% (8/111)	60.4% (67/111)	32.4% (36/111)
8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.	Pré-Escolar	(1/80)	35.4% (28/79)	38% (30/79)	26.6% (21/79)
	1º Ciclo	(2/140)	34.1% (47/138)	50.7% (70/138)	15.2% (21/138)
	2º Ciclo	(1/111)	28.2% (21/110)	49.1% (35/110)	22.7% (23/110)
9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.	Pré-Escolar		25% (20/80)	57.5% (46/80)	17.5% (14/80)
	1º Ciclo		16.4% (23/140)	62.9% (88/140)	20.7% (29/140)
	2º Ciclo		13.5% (15/111)	71.2% (79/111)	15.3% (17/111)
10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.	Pré-Escolar	(1/80)	72.2% (57/79)	7.6% (6/79)	20.3% (16/79)
	1º Ciclo	(2/140)	69.6% (96/138)	13% (18/138)	17.4% (24/138)
	2º Ciclo		57.7% (64/111)	22.5% (25/111)	19.8% (22/111)

Tabela 12: Caracterização por Níveis de Ensino: Situações – Maus-tratos.

Tentando comparar as diferentes respostas, de acordo com o nível de ensino, temos os seguintes gráficos:

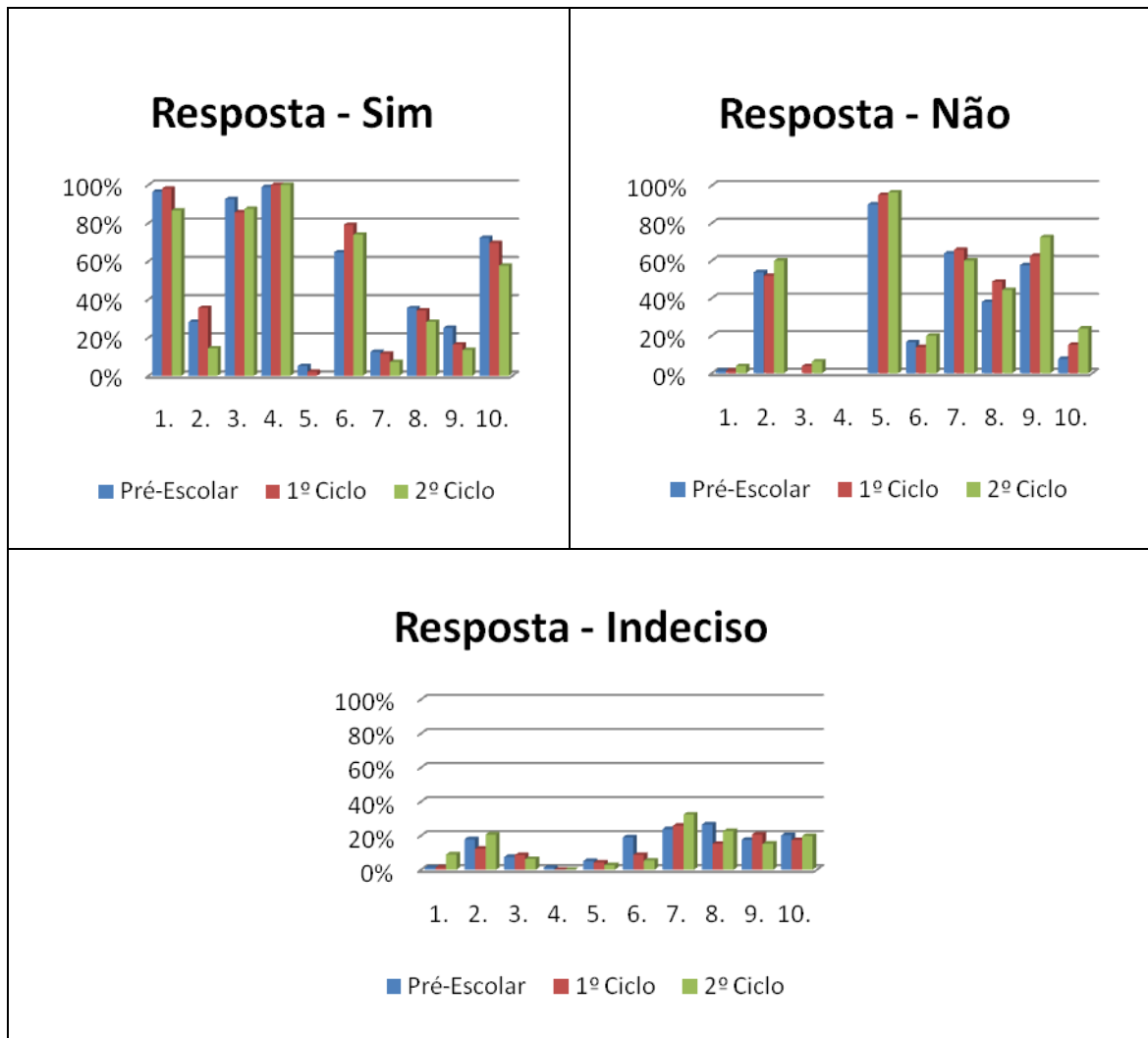


Figura 31: Comparação por níveis de ensino: Situações – Maus-tratos.

Da análise dos gráficos, podemos verificar que existem algumas diferenças nas respostas, dadas pelos participantes dos diferentes níveis de ensino. Vejamos agora, através do teste do Qui-quadrado se estas diferenças são ou não significativas.

Ao pretender-se analisar a relação entre as situações consideradas (ou não) maus tratos e o nível de ensino, temos em cada uma das situações tem 3 modalidades: “Sim (é uma situação de mau trato infantil)”, “Não (é uma situação de mau trato infantil)” e “Indeciso”; o nível de ensino também tem 3 modalidades: “Pré-Escolar”, “1º Ciclo” e “2º Ciclo”. Portanto, estamos perante uma tabela do tipo 3x3 (3 linhas e 3 colunas). Tratando-se de uma variável nominal e outra ordinal, podem-se usar testes adequados ao nível mais baixo das duas variáveis, que é a nominal, por isso podemos aplicar o teste do Qui-Quadrado.

Assim, temos a seguinte tabela:

SITUAÇÃO	Condições de Aplicabilidade	p_value
1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"	Não verificadas*	0.002 (<0.05)
2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.	OK	0.005 (<0.05)
3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.	Não verificadas*	0.234
4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.	Não verificadas*	0.210
5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouvés. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".	Não verificadas*	0.160
6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalheria.	OK	0.011 (<0.05)
7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos	OK	0.523
8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.	OK	0.172
9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.	OK	0.190
10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.	OK	0.047 (<0.05)

*Um dos pressupostos do teste do qui-quadrado é violado: numa tabela 3x3, menos de 20% do n.º total das células da tabela com frequências esperadas inferiores a 5 e nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1.

Tabela 13: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Situações – Maus tratos.

Da tabela anterior e por aplicação do teste do Qui-Quadrado em que se pretende testar se as variáveis em causa são independentes ou não, verifica-se que as situações em que as condições de aplicabilidade deste teste são verificadas, são dependentes do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$), ou seja, indicar se uma dada situação é (ou não) uma situação de mau trato, é dependente do nível de ensino.

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalheria.

10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.

No entanto, na situação:

1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"

Podemos observar que o perfil dos professores do 2º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, esta situação ser considerada (ou não) uma situação de mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} = 0.002 < 0.05$).

7.1.11 Caracterização por Níveis de Ensino: Sinais – Maus tratos.

Vejamos agora os diferentes sinais e quais os que são considerados sinais de maus tratos.

SINAIS	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
<i>1. O rapaz é reservado.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	7.7% (6/78)	70.5% (55/78)	21.8% (17/78)
	1º Ciclo	(8/140)	3% (4/132)	86.4% (114/132)	10.6% (14/132)
	2º Ciclo	(1/111)	1.8% (2/110)	79.1% (87/110)	19.1% (21/110)
<i>2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	64.6% (51/79)	8.9% (7/79)	26.6% (21/79)
	1º Ciclo	(3/140)	62% (85/137)	11.7% (16/137)	26.3% (36/137)
	2º Ciclo	(1/111)	54.5% (60/110)	10% (11/110)	35.5% (39/110)
<i>3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	97.5% (77/79)		2.5% (2/79)

SINAIS	NÍVEL DE ENSINO	NÃO		Sim	Indeciso
		Responde	Responde		
	1º Ciclo		97.9% (137/140)		2.1% (3/140)
	2º Ciclo		95.5% (106/111)		4.5% (5/111)
<i>4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	7.7% (6/78)	59% (46/78)	33.3% (26/78)
	1º Ciclo	(5/140)	11.9% (16/135)	64.4% (87/135)	23.7% (32/135)
	2º Ciclo		3.6% (4/111)	73% (81/111)	23.4% (26/111)
<i>5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	29.5% (23/78)	19.2% (15/78)	51.3% (40/78)
	1º Ciclo	(9/140)	28.6% (33/131)	27.3% (37/131)	44.2% (61/131)
	2º Ciclo	(2/111)	16.5% (19/109)	34.2% (34/109)	49.4% (56/109)
<i>6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.</i>	Pré-Escolar	(4/80)	13.2% (10/76)	46.1% (35/76)	40.8% (31/76)
	1º Ciclo	(8/140)	15.6% (19/132)	44.2% (63/132)	40.3% (50/132)
	2º Ciclo		12.6% (14/111)	56.8% (63/111)	30.6% (34/111)
<i>7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.</i>	Pré-Escolar	(3/80)	64.9% (50/77)	11.7% (9/77)	23.4% (18/77)
	1º Ciclo		66.4% (93/140)	15.7% (22/140)	17.9% (25/140)
	2º Ciclo	(2/111)	36.7% (40/109)	11.9% (13/109)	51.4% (56/109)
<i>8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	78.5% (62/79)	1.3% (1/79)	20.3% (16/79)
	1º Ciclo		74.3% (104/140)	5% (7/140)	20.7% (29/140)

SINAIS	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim			Não			Indeciso		
			Sim	Não	Indeciso	Sim	Não	Indeciso	Sim	Não	Indeciso
	2º Ciclo		52.3% (58/111)	6.3% (7/111)	41.4% (46/111)						
9. O rapaz foge de casa.	Pré-Escolar	(2/80)	52.6% (41/78)	9% (7/78)	38.5% (30/78)						
	1º Ciclo	(8/140)	44.7% (59/132)	20.5% (27/132)	34.8% (46/132)						
	2º Ciclo		44.1% (49/111)	18.9% (21/111)	36.9% (41/111)						
10. A rapariga tenta cometer suicídio.	Pré-Escolar	(4/80)	71.1% (54/76)	2.6% (2/76)	26.3% (20/76)						
	1º Ciclo		60.7% (85/140)	12.1% (17/140)	27.1% (38/140)						
	2º Ciclo		48.6% (54/111)	9.9% (11/111)	41.4% (46/111)						
11. O rapaz adormece durante as aulas.	Pré-Escolar	(2/80)	19.2% (15/78)	51.3% (40/78)	29.5% (23/78)						
	1º Ciclo	(8/140)	16.7% (22/132)	55.3% (73/132)	28% (37/132)						
	2º Ciclo		9.9% (11/111)	51.4% (57/111)	38.7% (43/111)						
12. O rapaz volta a urinar na cama.	Pré-Escolar	(2/80)	37.2% (29/78)	21.8% (17/78)	41% (32/78)						
	1º Ciclo	(8/140)	29.5% (24/132)	25.8% (20/132)	44.7% (33/132)						
	2º Ciclo		30.6% (24/111)	31.5% (26/111)	37.8% (30/111)						

Tabela 14: Caracterização por Níveis de Ensino: Sinais – Maus-tratos.

Tentando comparar as diferentes respostas, de acordo com o nível de ensino, temos os seguintes gráficos:

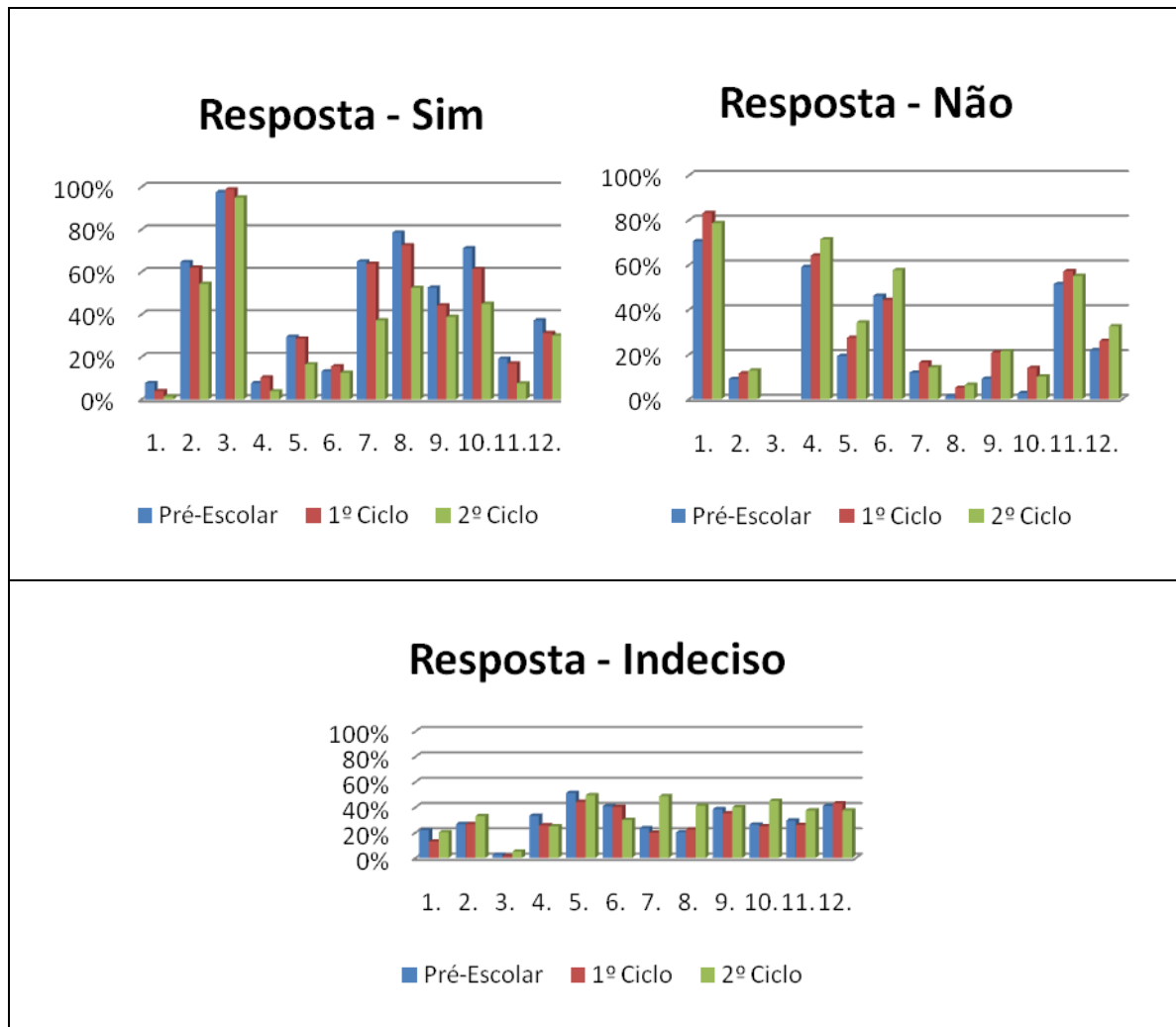


Figura 32: Comparação por níveis de ensino: Sinais – Maus-tratos.

Da análise dos gráficos, podemos verificar que existem algumas diferenças nas respostas dadas pelos participantes dos diferentes níveis de ensino. Vejamos agora, através do teste do Qui-quadrado se estas diferenças são ou não significativas.

Ao pretender-se analisar a relação entre os sinais considerados (ou não) de maus tratos infantis e o nível de ensino, temos que cada um dos sinais tem 3 modalidades: “Sim (é um sinal de mau trato infantil)”, “Não (é um sinal de mau trato infantil)” e “Indeciso”; o nível de ensino também tem 3 modalidades: “Pré-Escolar”, “1º Ciclo” e “2º Ciclo”. Portanto, estamos perante uma tabela do tipo 3x3 (3 linhas e 3 colunas).

Tratando-se de uma variável nominal e outra ordinal, podem-se usar testes adequados ao nível mais baixo das duas variáveis, que é a nominal, por isso podemos aplicar o teste do Qui-Quadrado.

Assim, temos a seguinte tabela:

SINAIS	Condições de Aplicabilidade	p_value
<i>1. O rapaz é reservado.</i>	Não verificadas*	0.03 (<0.05)
<i>2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.</i>	OK	0.500
<i>3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.</i>	Não verificadas*	0.532
<i>4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.</i>	OK	0.066
<i>5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.</i>	OK	0.205
<i>6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.</i>	OK	0.556
<i>7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.</i>	OK	0.000 (<0.05)
<i>8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.</i>	OK	0.000 (<0.05)
<i>9. O rapaz foge de casa.</i>	OK	0.276
<i>10. A rapariga tenta cometer suicídio.</i>	OK	0.008 (<0.05)
<i>11. O rapaz adormece durante as aulas.</i>	OK	0.222
<i>12. O rapaz volta a urinar na cama.</i>	OK	0.498

*Um dos pressupostos do teste do qui-quadrado é violado: numa tabela 3×3, menos de 20% do n.º total das células da tabela com frequências esperadas inferiores a 5 e nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1.

Tabela 15: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Sinais – Maus tratos.

Da tabela anterior e por aplicação do teste do Qui-Quadrado em que se pretende testar se as variáveis em causa são independentes ou não, verifica-se que para os sinais em que as condições de aplicabilidade deste teste são verificadas, os sinais:

7.A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

8.A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

10.A rapariga tenta cometer suicídio.

são dependentes do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$), ou seja, indicar se estes sinais são (ou não) um sinal de mau trato, é dependente do nível de ensino.

No entanto, no sinal:

1. O rapaz é reservado.

podemos observar que o perfil dos professores do 1º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, este sinal ser considerado (ou não) um sinal de mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$).

7.1.12 Caracterização por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.

Vejam agora os diferentes factores e quais os que são considerados factores de risco de maus-tratos.

FACTORES	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	NÃO		
			Sim	Não	Indeciso
<i>1. Nível sócio-económico baixo.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	17.9% (14/78)	57.7% (45/78)	24.4% (19/78)
	1º Ciclo	(2/140)	29.7% (41/138)	59.4% (82/138)	10.9% (15/138)
	2º Ciclo	(1/111)	33.6% (37/110)	48.2% (53/110)	18.2% (20/110)
<i>2. Imaturidade emocional do pai.</i>	Pré-Escolar	(3/80)	50.6% (39/77)	18.2% (14/77)	31.2% (24/77)
	1º Ciclo	(2/140)	60.1% (83/138)	27.5% (38/138)	12.3% (17/138)
	2º Ciclo	(4/111)	54.2% (58/107)	21.5% (23/107)	24.3% (26/107)
<i>3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.</i>	Pré-Escolar		72.5% (58/80)	8.8% (7/80)	18.8% (15/80)
	1º Ciclo		62.9% (88/140)	14.3% (20/140)	22.9% (32/140)

FACTORES	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim		Não		Indeciso
	2º Ciclo	(4/111)	64.5% (69/107)	13.1% (14/107)			22.4% (24/107)
4. Afiliação étnica.	Pré-Escolar	(5/80)	13.3% (10/75)	48% (36/75)			38.7% (29/75)
	1º Ciclo	(6/140)	13.4% (18/134)	58.2% (78/134)			28.4% (38/134)
	2º Ciclo	(3/111)	12% (13/108)	61.1% (66/108)			26.9% (29/108)
5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.	Pré-Escolar	(4/80)	47.4% (36/76)	19.7% (15/76)			32.9% (25/76)
	1º Ciclo	(1/140)	40.3% (56/139)	26.6% (37/139)			33.1% (46/139)
	2º Ciclo	(1/111)	31.8% (35/110)	40.9% (45/110)			27.3% (30/110)
6. A criança é um rapaz.	Pré-Escolar	(1/80)	3.8% (3/79)	82.3% (65/79)			13.9% (11/79)
	1º Ciclo	(2/140)	1.4% (2/138)	94.2% (130/138)			4.3% (6/138)
	2º Ciclo	(1/111)	0.9% (1/110)	89.1% (98/110)			10% (11/110)
7. A criança é uma rapariga.	Pré-Escolar	(1/80)	3.8% (3/79)	82.3% (65/79)			13.9% (11/79)
	1º Ciclo	(1/140)	1.4% (2/138)	92.8% (128/138)			5.8% (8/138)
	2º Ciclo	(1/111)		89.1% (98/110)			10.9% (12/110)
8. Não amarem a criança.	Pré-Escolar	(1/79)	88.6% (70/79)	8.9% (7/79)			2.5% (2/79)
	1º Ciclo		80.7% (113/140)	10.7% (15/140)			8.6% (12/140)
	2º Ciclo	(2/111)	75.2% (82/109)	11% (12/109)			13.8% (15/109)
9. Incapacidade da criança.	Pré-Escolar	(1/80)	39.2% (31/79)	40.5% (32/79)			20.3% (16/79)

FACTORES	NÍVEL DE ENSINO	Não Responde	Sim			Não			Indeciso		
			Sim	Não	Indeciso	Sim	Não	Indeciso	Sim	Não	Indeciso
	1º Ciclo	(5/140)	12.8% (19/135)	56.4% (74/135)	30.8% (42/135)						
	2º Ciclo	(1/111)	27.3% (30/110)	49.1% (54/110)	23.6% (26/110)						
<i>10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.</i>	Pré-Escolar		97.5% (78/80)		2.5% (2/80)						
	1º Ciclo		89.3% (125/140)	3.6% (5/140)	7.1% (10/140)						
	2º Ciclo	(1/111)	97.3% (107/110)	0.9% (1/110)	1.8% (2/110)						
<i>11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	52.6% (41/78)	28.2% (22/78)	19.2% (15/78)						
	1º Ciclo	(2/140)	44.2% (61/138)	31.2% (43/138)	24.6% (34/138)						
	2º Ciclo	(2/111)	40.4% (44/109)	29.4% (32/109)	30.3% (33/109)						
<i>12. Problemas matrimoniais dos pais.</i>	Pré-Escolar		56.3% (45/80)	17.5% (14/80)	26.3% (21/80)						
	1º Ciclo		52.1% (73/140)	32.1% (45/140)	15.7% (22/140)						
	2º Ciclo	(1/111)	44.5% (49/110)	25.5% (28/110)	30% (33/110)						

Tabela 16: Caracterização por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.

Tentando comparar as diferentes respostas, de acordo com o nível de ensino, temos os seguintes gráficos:



Figura 33: Comparação por níveis de ensino: Factores – Maus-tratos.

Da análise dos gráficos, podemos verificar que existem algumas diferenças nas respostas dadas pelos participantes dos diferentes níveis de ensino. Vejamos agora, através do teste do Qui-quadrado se estas diferenças são ou não significativas.

Ao pretender-se analisar a relação entre os factores considerados (ou não) de maus-tratos infantis e o nível de ensino, temos que cada um dos factores tem 3 modalidades: “Sim (é um factor de mau trato infantil)”, “Não (é um factor de mau trato infantil)” e “Indeciso”. O nível de ensino também tem 3 modalidades: “Pré-Escolar”, “1º Ciclo” e “2º Ciclo”. Portanto, estamos perante uma tabela do tipo 3x3 (3 linhas e 3

colunas). Tratando-se de uma variável nominal e outra ordinal, podem-se usar testes adequados ao nível mais baixo das duas variáveis, que é a nominal, por isso podemos aplicar o teste do Qui-Quadrado.

Assim, temos a seguinte tabela:

FACTORES	Condições de Aplicabilidade	p_value
1. <i>Nível sócio-económico baixo.</i>	OK	0.022 (<0.05)
2. <i>Imaturidade emocional do pai.</i>	OK	0.015 (<0.05)
3. <i>O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.</i>	OK	0.649
4. <i>Afiliação étnica.</i>	OK	0.427
5. <i>Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.</i>	OK	0.024 (<0.05)
6. <i>A criança é um rapaz.</i>	Não verificadas*	0.065
7. <i>A criança é uma rapariga.</i>	Não verificadas*	0.066
8. <i>Não amarem a criança.</i>	OK	0.099
9. <i>Incapacidade da criança.</i>	OK	0.001 (<0.05)
10. <i>Dependência dos pais de drogas ou álcool.</i>	Não verificadas*	0.045 (<0.05)
11. <i>Os pais olham a criança como uma propriedade deles.</i>	OK	0.416
12. <i>Problemas matrimoniais dos pais.</i>	OK	0.022 (<0.05)

Tabela 17: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Factores – Maus-tratos.

*Um dos pressupostos do teste do qui-quadrado é violado: numa tabela 3x3, menos de 20% do n.º total das células da tabela com frequências esperadas inferiores a 5 e nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1.

Da tabela anterior e por aplicação do teste do Qui-Quadrado em que se pretende testar se as variáveis em causa são independentes ou não, verifica-se que para os factores em que as condições de aplicabilidade deste teste são verificadas, os factores:

1. Nível sócio-económico baixo.

2. Imaturidade emocional do pai.**5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.****9. Incapacidade da criança.****12. Problemas matrimoniais dos pais.**

são dependentes do nível de ensino, ou seja, indicar se estes factores são (ou não) um factor de mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$).

No entanto, no sinal:

10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

podemos observar que o perfil dos professores do 1º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, este sinal ser considerado (ou não) um sinal de mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$).

7.1.13 Caracterização por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.

Vejamos agora as diferentes situações e quais as que são consideradas como susceptíveis de alvo de denúncia por parte dos docentes dos diferentes níveis de ensino em estudo:

SITUAÇÕES A DENUNCIAR	NÍVEL DE ENSINO	NÃO		
		Responde	Sim	Não
<i>1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	100% (79/79)	
	1º Ciclo	(3/140)	100% (137/137)	
	2º Ciclo	(2/111)	99.1% (108/109)	0.9% (1/109)
<i>2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	100% (79/79)	

SITUAÇÕES A DENUNCIAR	NÍVEL DE ENSINO				
		Não Responde	Sim	Não	Indeciso
	1º Ciclo	(3/140)	94.2% (129/137)	0.7% (1/137)	5.1% (7/137)
	2º Ciclo	(2/111)	91.7% (100/109)	4.6% (5/109)	3.7% (4/109)
3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.	Pré-Escolar	(3/80)	66.2% (51/77)	9.1% (7/77)	24.7% (19/77)
	1º Ciclo	(3/140)	67.2% (92/137)	5.8% (8/137)	27% (37/137)
	2º Ciclo	(3/111)	54.6% (59/108)	11.1% (12/108)	34.3% (37/108)
4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.	Pré-Escolar	(4/80)	44.7% (34/76)	18.4% (14/76)	36.8% (28/76)
	1º Ciclo	(5/140)	34.8% (47/135)	20% (27/135)	45.2% (61/135)
	2º Ciclo	(3/111)	34.3% (37/108)	25.9% (28/108)	39.8% (43/108)
5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro..	Pré-Escolar	(1/80)	100% (79/79)		
	1º Ciclo	(3/140)	100% (137/137)		
	2º Ciclo	(3/111)	95.4% (103/108)	0.9% (1/108)	3.7% (4/108)
6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.	Pré-Escolar	(3/80)	33.8% (26/77)	28.6% (22/77)	37.7% (29/77)
	1º Ciclo	(5/140)	35.6% (48/135)	25.9% (35/135)	38.5% (52/135)
	2º Ciclo	(5/111)	25.5% (27/106)	28.3% (30/106)	46.2% (49/106)
7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.	Pré-Escolar	(2/80)	62.8% (49/78)	15.4% (12/78)	21.8% (17/78)
	1º Ciclo	(7/140)	69.2% (92/133)	9% (12/133)	21.8% (29/133)
	2º Ciclo	(4/111)	40.2% (43/107)	38.3% (41/107)	21.5% (23/107)
8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.	Pré-Escolar	(3/80)	39% (30/77)	27.3% (21/77)	33.8% (26/77)

SITUAÇÕES A DENUNCIAR	NÍVEL DE ENSINO				
	Escolar	Não Responde	Sim	Não	Indeciso
	Escolar				
	1º Ciclo	(5/140)	37.8% (51/135)	22.2% (30/135)	40% (54/135)
	2º Ciclo	(4/111)	32.7% (35/107)	33.6% (36/107)	33.6% (36/107)
<i>9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	87.3% (69/79)		12.7% (10/79)
	1º Ciclo	(3/140)	88.3% (121/137)	1.5% (2/137)	10.2% (14/137)
	2º Ciclo	(3/111)	84.3% (91/108)	4.6% (5/108)	11.1% (12/108)
<i>10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	39.7% (31/78)	25.6% (20/78)	34.6% (27/78)
	1º Ciclo	(5/140)	57% (77/135)	20% (27/135)	23% (31/135)
	2º Ciclo	(3/111)	39.8% (43/108)	23.1% (25/108)	37% (40/108)
<i>11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.</i>	Pré-Escolar	(2/80)	79.5% (62/78)	10.3% (8/78)	10.3% (8/78)
	1º Ciclo	(3/140)	94.9% (130/137)		5.1% (7/137)
	2º Ciclo	(3/111)	82.4% (89/108)	6.5% (7/108)	11.1% (12/108)
<i>12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.</i>	Pré-Escolar	(1/80)	88.6% (70/79)	2.5% (2/79)	8.9% (7/79)
	1º Ciclo	(3/140)	98.5% (135/137)		1.5% (2/137)
	2º Ciclo	(2/111)	85.3% (93/109)	0.9% (1/109)	13.8% (15/109)

Tabela 18: Caracterização por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.

Tentando comparar as diferentes respostas, de acordo com o nível de ensino, temos os seguintes gráficos:

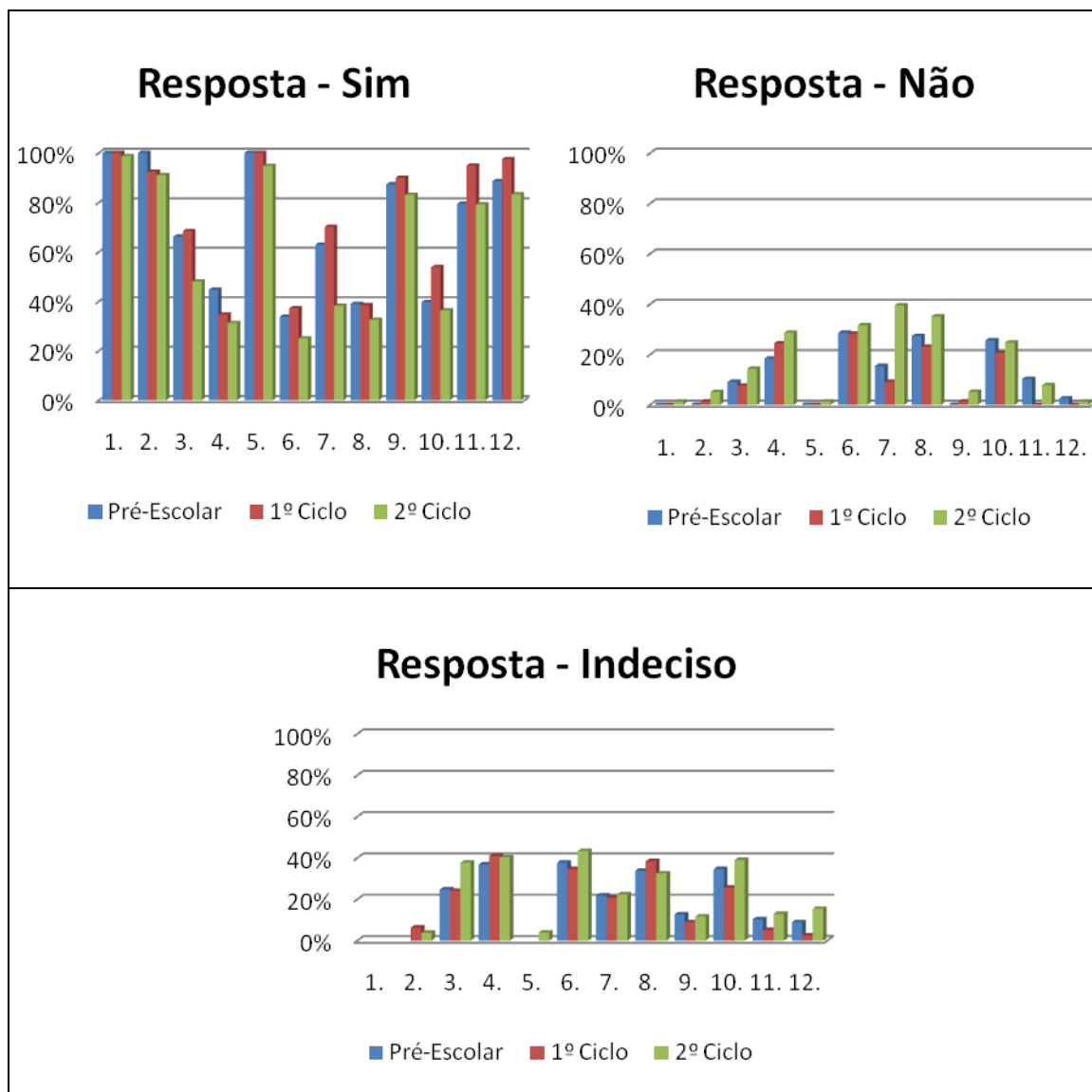


Figura 34: Comparação por níveis de ensino: Situações a denunciar.

Da análise dos gráficos, podemos verificar que existem algumas diferenças nas respostas dadas pelos participantes dos diferentes níveis de ensino. Vejamos agora, através do teste do Qui-quadrado se estas diferenças são ou não significativas.

Ao pretender-se analisar a relação entre as situações a denunciar (ou não) de maus tratos infantis e o nível de ensino, temos que cada uma das situações tem 3 modalidades: “Sim (é uma situação a denunciar mau trato infantil)”, “Não (é uma situação a denunciar mau trato infantil)” e “Indeciso”; e o nível de ensino também tem 3 modalidades: “Pré-Escolar”, “1º Ciclo” e “2º Ciclo”. Portanto, estamos perante uma

tabela do tipo 3x3 (3 linhas e 3 colunas). Tratando-se de uma variável nominal e outra ordinal, podem-se usar testes adequados ao nível mais baixo das duas variáveis, que é a nominal, por isso podemos aplicar o teste do Qui-Quadrado.

Assim, temos a seguinte tabela:

SITUAÇÕES A DENUNCIAR	Condições de Aplicabilidade	p_value
1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.	Não verificadas*	0.370
2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.	Não verificadas*	0.026 (<0.05)
3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.	OK	0.241
4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.	OK	0.408
5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.	Não verificadas*	0.038 (<0.05)
6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.	OK	0.505
7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.	OK	0.000 (<0.05)
8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.	OK	0.365
9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.	Não verificadas*	0.244
10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.	OK	0.038 (<0.05)
11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.	Não verificadas*	0.002 (<0.05)
12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.	Não verificadas*	0.002 (<0.05)

*Um dos pressupostos do teste do qui-quadrado é violado: numa tabela 3x3, menos de 20% do n.º total das células da tabela com frequências esperadas inferiores a 5 e nenhuma célula com frequência esperada inferior a 1.

Tabela 19: Resultados do teste do Qui-Quadrado por Níveis de Ensino: Situações a denunciar.

Da tabela anterior e por aplicação do teste do Qui-Quadrado em que se pretende testar se as variáveis em causa são independentes ou não, verifica-se que para as

situações a denunciar, em que as condições de aplicabilidade deste teste são verificadas, a situação a denunciar:

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

é dependente do nível de ensino, ou seja, indicar se esta situação a denunciar é (ou não) uma situação a denunciar de mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} < 0.05$).

No entanto, as situações a denunciar:

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

levam-nos a observar que são casos diferentes.

No caso da situação a denunciar:

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

o perfil dos professores do Pré-Escolar é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, esta situação ser de facto uma situação a denunciar (ou não) um mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} = 0.026 < 0.05$).

No caso da situação a denunciar:

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

o perfil dos professores do 2º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, esta situação ser de facto uma situação a denunciar (ou não) um mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} = 0.038 < 0.05$).

No caso da situação a denunciar:

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

o perfil dos professores do 1º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, esta situação ser de facto uma situação a denunciar (ou não) um mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} = 0.002 < 0.05$).

No caso da situação a denunciar:

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

o perfil dos professores do Pré-Escolar é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta menos das percentagens dos totais, e mesmo violando as condições de aplicabilidade do teste do Qui-Quadrado, podemos falar em relação de dependência entre essas duas variáveis, ou seja, esta situação ser de facto uma situação a denunciar (ou não) um mau trato, é dependente do nível de ensino ($p\text{-value} = 0.002 < 0.05$).⁵

⁵ Obtenho estas conclusões, somando os resíduos ajustados ao quadrado para os 3 níveis da variável situação (ver ficheiro do SPSS), embora seja possível constatar, sem justificar, através das tabelas que relacionam os diversos itens com o nível de ensino.

7.1.14 Caracterização por Níveis de Ensino: Reconhecimento de vivência de situações de maus-tratos.

No que diz respeito a esta questão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, concluímos, através do teste do qui-quadrado que não existem diferenças significativas nos diferentes níveis de ensino, podendo ser considerada a hipótese de independência entre estas duas variáveis (nível de ensino vs “nos últimos 2 anos, tiveram na sua turma alguma situação de maus tratos infantis” – $p_value = 0.134 > 0.05$).

Graficamente, temos:

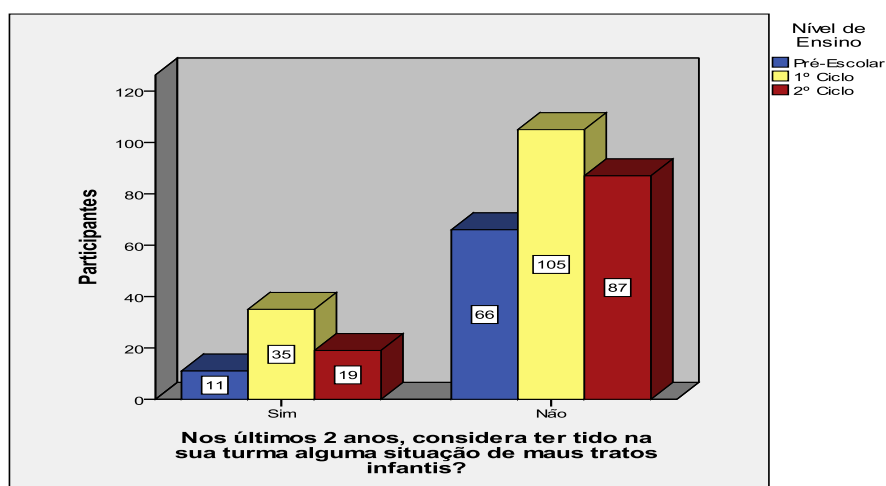


Figura 35: Comparação por níveis de ensino: Reconhecimento de vivência de situações.

7.1.14.1 Caracterização por Níveis de Ensino: Suspeita e forma de actuação.

Relativamente à forma como os docentes dos diferentes níveis de ensino tiveram suspeita de estarem perante uma situação que relevava para um possível ou evidente caso de maus-tratos, e com base na análise do conteúdo das 38 respostas apresentadas de forma completa, podemos distribuir as categorias obtidas de acordo com o seguinte gráfico:

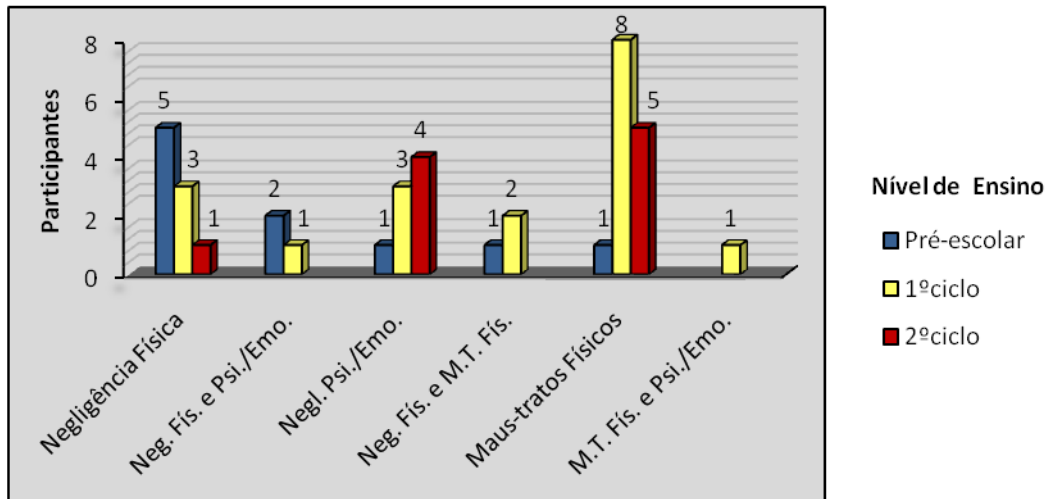


Figura 36: Caracterização por níveis de ensino: tipologias/modalidades de maus-tratos observadas.

Da análise do gráfico anterior, verificamos a ausência de relatos relativos a situações ocorridas, envolvendo quadros combinados de Negligência Física e Psicológica/Emocional, ao nível do 2º ciclo, sendo também neste e no Pré-escolar não detectado ambientes envolvendo a parceria entre Maus-tratos Físicos e Psicológico/Emocionais.

No que diz respeito à forma de actuação, verifica-se, como principais dados a reter, que o recurso à figura do *Director de Turma*, surgiu, de forma exclusiva, utilizado pelos docentes do 2º ciclo, sendo que a *C.J.C.J.*, assumiu-se como a principal forma de actuação perante os casos de maus-tratos de que os docentes do 1º ciclo foram conhecedores ou dos quais desconfiaram nos seus últimos dois anos de actividade docente.

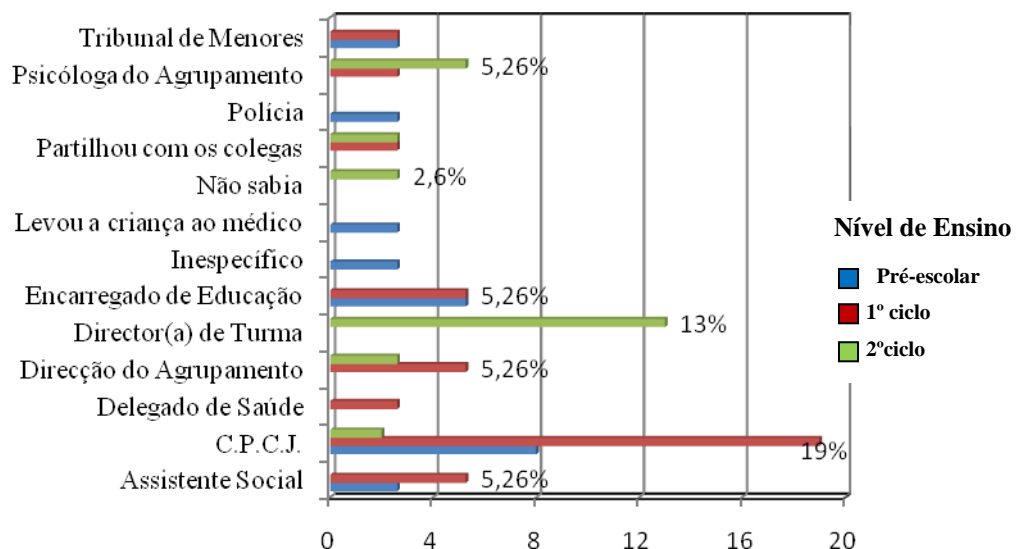


Figura 37: Níveis de Ensino: Formas de actuação.

7.1.15 Caracterização por Níveis de Ensino: Conhecimento dos procedimentos.

Relativamente ao cruzamento dos dados no que concerne ao expressar de atitudes face a possíveis ou reais casos de maus-tratos, foram angariados os seguintes resultados:

Sabe onde se deverá dirigir perante um caso de maus tratos infantis?						
			Nível de Ensino			Total
			Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	
Sabe onde se deverá dirigir perante um caso de maus tratos infantis?	Sim	Count	68	129	99	296
		% of Total	22,6%	42,9%	32,9%	98,3%
	Não	Count	2	2	1	5
		% of Total	,7%	,7%	,3%	1,7%
Total	Count	70	131	100	301	
	% of Total	23,3%	43,5%	33,2%	100,0%	

Tabela 20: Nível de Ensino - Crosstabulation: Conhecimento dos procedimentos.

Pela tabela anterior podemos ver que dos 1,7% que dizem não saber onde deverão dirigir-se perante um caso de maus- tratos infantis, verificamos que estiveram distribuídos pelos diferentes níveis de ensino (0.7% - Pré-Escolar; 0.7% - 1º Ciclo e 0.3% -2º Ciclo).

Tentando aplicar o teste do Qui-Quadrado, para avaliar se existem diferenças entre os diferentes graus de leccionação, verifica-se que as condições de aplicabilidade não são verificadas, pois existem 50% das células com valores inferiores a 5, mas ainda assim, não respeitando estas condições de aplicabilidade, podemos verificar que não existem diferenças significativas entre os diferentes níveis de ensino ($p_value=0.639 > 0.05$), como se pode ver na tabela seguinte:

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,895 ^a	2	,639
Likelihood Ratio	,832	2	,660
Linear-by-Linear Association	,820	1	,365
N of Valid Cases	301		

Tabela 21: Qui-Quadrado -Nível de Ensino: Conhecimento dos procedimentos.

7.2 Apresentação e Análise dos Resultados Qualitativos: Entrevistas

O corpus deste trabalho é constituído por nove entrevistas.

Após a definição do *corpus*, todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente gravadas na extensão de ficheiros rtf na medida em que é mais facilmente aceite pelo *Atlas.ti*. A definição do sistema de categorias, foi efectuado através da combinação de um processo de categorização *a posteriori e a priori*.

Numa fase posterior devem ser escolhidas as unidades de registo, de contexto e de enumeração, três tipos de unidades constitutivas de uma análise de conteúdo (Vala, 1986).

Entende-se por unidades de registo, a unidade de significação a codificar, as quais podem ser formais (palavra, parágrafo, etc) ou semântica (tema); a unidade de contexto diz respeito a segmentos de texto mais extensos, nos quais se inserem as unidades de registo, onde se define o seu significado; por fim as unidades de enumeração permitem quantificar a observação, por exemplo, pela frequência de determinada palavra.

No que diz respeito à unidade de registo, nesta análise, optámos pelo tema, ao qual se recorre frequentemente para compreensão do conteúdo, tendo em conta que *o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura* (Bardin 1979:105).

Ainda segundo Bardin (1979: 106) *o tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças...*, como o que acontece no estudo em causa. A análise temática irá permitir delinear ‘núcleos de sentido’, através da sua presença e frequência nas entrevistas, atribuindo significado ao objectivo analítico em causa.

Assim, os tipos de enumeração seleccionados dizem respeito à ausência ou à presença das unidades de registo ou de contexto, bem como à frequência das mesmas no respectivo *corpus*. A opção pela análise temática induz que o critério utilizado no

processo de categorização seja semântico, o que irá permitir a criação de categorias em que estejam reunidos os diversos temas encontrados, sob títulos conceituais.

Resumindo, no presente trabalho, as categorias são do tipo semântico, a unidade de registo (unidade de conteúdo mais pequena) é o tema e a unidade de contexto (segmento de conteúdo mínimo que dá sentido) na maioria das vezes foi a frase ou parágrafo. No quadro que se segue podemos ver a grelha de categorias criadas:

DIMENSÃO	CATEGORIA	DEFINIÇÃO	OBJECTIVO
Percepções e representações	Auto-representação	O que definem como sendo maus tratos.	Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos
	Diagnóstico	Avaliação da sua capacidade em identificar situações de maus-tratos.	
	Facilidades	Principais facilidades sentidas na identificação de maus-tratos.	
	Dificuldades	Principais dificuldades sentidas na identificação de maus tratos.	
	Formação	O grau de formação efectuado na área e a sua relevância.	
Referenciação	Indicadores	Identificação dos principais sinais/indicadores evidenciados numa criança vítima de maus-tratos	Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada
	Factores potencializadores	Identificação, por parte dos entrevistados, dos principais factores que potenciam os maus tratos a crianças	Determinar quais os factores classificados como indicadores de situações anómalas
	Denúncia	Situações perante as quais desencadearia um processo de denúncia	Constatar a origem de possíveis processos de denúncia;
Experiências	Identificação	Identificação de uma	Verificar qual o

em sala de aula		situação de maus tratos em contexto de sala de aula	valor da experiência e formação profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.
	Procedimento	Procedimento levado a cabo perante essa situação	
Procedimentos em caso de maus tratos	Conhecimento	Avaliação dos conhecimentos dos docentes face a uma situação de maus -tratos comprovada	Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos comprovados de maus-tratos.
	Formas de acção	Conhecimentos sobre a forma como se deve agir	

Discutidas as **Quadro 36: Grelha de categorização das entrevistas**

diversas opções

metodológicas nas várias etapas da análise de conteúdo e com a grelha de categorias já definida, interessa proceder à análise dos dados, a qual foi também ela efectuada com o auxílio informático do programa Atlas.ti. Atentemos nesta.

7.2.1 Dimensão: Percepções e Representações

Objectivo: Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos.

Categorias: Auto-representação; Diagnóstico; Dificuldades e Formação.

7.2.1.1 Auto-representação

Os professores identificam como sendo maus-tratos situações de violência que possam pôr em causa o normal desenvolvimento, devido, por exemplo a situações de negligência.

Maus-tratos são tudo aquilo que pode prejudicar o seu desenvolvimento. É tudo aquilo que vai para além do razoável em termos do tratamento a uma criança. (SUJEITO III)

Quando a criança não tem a atenção devida, não só em termos da alimentação, bem como da higiene, a atenção à necessidade de horários próprios (diferentes dos adultos), ter a possibilidade de frequentar a escola (ter os seus livros, materiais.... (SUJEITO VI)

Para mim é tudo o que pode provocar dor ou sofrimento a uma criança. (SUJEITO

IV)

Alguns professores fazem uma distinção entre o que consideram ser maus-tratos físicos e maus-tratos psicológicos, no primeiro caso diz respeito a agressões físicas (como bater) e no segundo caso diz respeito a agressões verbais, que são uma forma de violência psicológica.

Maus-tratos podem ser psicológicos ou físicos. Se forem físicos, são as agressões e se forem psicológicos, são agressões na mesma, mas a nível psicológico. (SUJEITO II)

Acho que os maus-tratos têm a ver com a parte física e psicológica. Pois uma criança pode ser muito bem tratada a nível físico (nunca lhe batem) e depois pode haver uma chantagem, pode haver outro tipo de pressão psicológica, que acaba por ser também um mau trato. (SUJEITO V)

Entendo que os maus-tratos podem ser verbais (palavras e expressões) ou físicos (ao corpo). (SUJEITO VII)

Entendo que poderão ser físicos ou psicológicos (agressão verbal, como chamar nomes, coacção, tentar produzir comportamentos contra a vontade...) (SUJEITO VIII)

Existe ainda um professor que considera que maus-tratos também se referem a situações de negligência, quando não é assegurado o bem-estar da criança, por exemplo em termos de saúde.

Maus-tratos...posso considerar maus-tratos físicos ou agressão no sentido de negligência (omissão de cuidados de saúde). Julgo que nas duas situações se pode considerar de maus- tratos. (SUJEITO I)

Apenas um professor faz referência aos agressores, sendo que refere que estes por norma são pessoas mais velhas, e que, no caso das agressões psicológicas, estas também podem ocorrer entre pares.

São crianças que sofrem de determinadas agressões físicas ou psicológicas por parte de alguém, normalmente mais velho (ainda que, principalmente ao nível psicológico, possa acontecer entre pares). (SUJEITO IX)

7.2.1.2 Diagnóstico, Dificuldades e Facilidades

No que diz respeito à auto-avaliação das suas competências de diagnosticar uma situação de maus tratos, a maioria dos professores demonstram não estar muito seguros das suas capacidades, sentindo algumas dificuldades.

Se eu tenho facilidade? Não sei se tenho. (SUJEITO II)

Tenho alguma dificuldade em reconhecer a totalidade, ou pelo menos a maioria dos sinais que uma criança pode evidenciar. (SUJEITO IV)

Talvez! (SUJEITO VIII)

Eu não tenho experiência nem formação nessa área. De qualquer das formas pela maneira como as crianças agem e como se dirigem a nós podemos desconfiar que algo se passa (ainda que não possa precisar se seja maus tratos). (SUJEITO VII)

O professor I, do ensino pré-escolar refere ainda que a faixa etária com que trabalha dificulta ainda mais o diagnóstico de situações de maus tratos.

Nesta faixa etária por vezes é difícil, pois a criança não consegue transmitir e pode haver, por vezes dificuldades em detectar se há ou onde há essas situações. (SUJEITO I)

Contudo, na maioria dos casos dizem depender do tipo de maus tratos de que a criança é vítima.

Depende do tipo de maus tratos. (SUJEITO IV)

Fisicamente é capaz de ser mais fácil de detectar do que psicologicamente. Julgo que fisicamente talvez seja capaz, em algumas circunstâncias. Psicologicamente acho ser mais difícil. (SUJEITO V)

Ou seja, fazem novamente uma distinção relativamente ao tipo de maus tratos, entre psicológicos e físicos, considerando existir maior facilidade em diagnosticar estes últimos, na medida em que muitas vezes deixam marcas visíveis no corpo da criança.

“Aqueles mais evidentes julgo que sim (a olho nu) (...)” (SUJEITO III)

Julgo que sim quando deixam mais marcas físicas. (SUJEITO IX)

Se forem físicos, se calhar é capaz de se notar mais. (SUJEITO II)

Se forem físicos, se deixarem marcas julgo que sim (SUJEITO IV)

As maiores dificuldades que os professores sentem são em detectar maus tratos psicológicos, e os de teor sexual.

Os psicológicos serão mais difíceis de se fazer o despiste. (SUJEITO II)

(...) “maus tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar)” (SUJEITO III)

(...) psicológicos, julgo que podem ser confundidos com outras situações. (SUJEITO

IV)

De entre os professores entrevistados apenas um refere que o conhecimento da criança por parte do educador é um elemento facilitador na identificação de situações de maus tratos, na medida em que esse conhecimento lhe permite detectar alterações de comportamento.

Julgo que um bom conhecimento da criança por parte do educador, facilita a identificação de situações, através do reconhecimento de alterações de comportamento. (SUJEITO III)

7.2.1.3 Formação

Todos os entrevistados evidenciam que não possuem formação especializada na área, não tendo sido ministrada nada sobre a matéria nos cursos, e que tal os faz estar mal informados.

No curso falou-se sobre o tema muito ao de leve e nunca fiz nenhuma acção sobre a mesma. (SUJEITO II)

Acho que há alguma falta de informação, mesmo para os directores de Turma, para lidarem com a situação. (SUJEITO IV)

Nunca foi facultado, ao nível da formação, por exemplo do Centro de Formação de Mafra formação nesta área. (SUJEITO V)

Acho que não deveria ter que passar por nenhuma situação, para saber mais sobre a temática. Esta deveria ser trabalhada no curso (no currículo), pois talvez tenha passado pela minha turma casos que não soube identificar. Nas acções de formação que fiz, também nunca frequentei nenhuma sobre o tema, nem sei se existem. Confesso que estou mal informada! (SUJEITO VII)

Nunca tive formação na área (nem no curso, nem em formação contínua. (SUJEITO I)

Nunca tive formação (...) Ter mais apoio, acompanhamento e formação nesta área. (SUJEITO IX)

Alguma falta de formação intensiva na área, e não só sessões de esclarecimento, principalmente ao nível dos sinais e sintomas evidenciados pelas crianças, nomeadamente aquelas das classes consideradas mais protegidas e por vezes também vulneráveis (mas não de forma evidente (SUJEITO VI)

Uma das principais dificuldades, apontadas pelos professores, em caso de maus tratos, é a precisão de diagnóstico, nomeadamente em casos de agressões psicológicas e de teor sexual. A formação especializada na área, é assim uma necessidade sentida pelos

professores, que lhes daria mais ferramentas para uma identificação mais precisa e clara de casos de maus tratos, sejam eles físicos ou psicológicos.

A formação que recebi na área foi exclusiva do Mestrado que frequentei e foi muito ligeira (...) Ajuda no reconhecimento dos sinais exteriores de maus-tratos, que vão para além do habitual (e para o qual os educadores não têm formação e terão, certamente, dúvidas) (SUJEITO III)

Era muito útil existir formação na área, principalmente ao nível de nos ajudar a despistar os casos e os vários tipos existentes. (SUJEITO II)

Considero que não temos formação específica para identificar situações como os maus-tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar) (SUJEITO III)

Eu não tenho experiência nem formação nessa área. De qualquer das formas pela maneira como as crianças agem e como se dirigem a nós podemos desconfiar que algo se passa (ainda que não possa precisar se seja maus tratos) (SUJEITO VII)

Ainda que eu pense que aqui na escola não haja essas situações, se calhar, se estivesse mais informado já teria detectado algum caso mais camuflado, mais escondido (...) É sem dúvida muito importante a formação nesta área, nomeadamente nos Centros de Formação. Na nossa zona temos acordo com o Centro de Mafra, e talvez pudesse ser uma acção a facultar, já que a forma faz o que é possível para colmatar as lacunas (quando surge uma dúvida) (SUJEITO VIII)

Um dos professores sugere ainda que, para além da formação, se deveria apostar numa maior cooperação com outros técnicos especializados, como sejam psicólogos e sociólogos.

Os docentes deveriam obter mais formação e ajuda técnica, por exemplo de psicólogos e sociólogos. (SUJEITO IV)

7.2.2 Dimensão: Referenciação

Objectivo: Identificar a percepção dos entrevistados sobre todo o processo de referenciação de um caso de maus-tratos, desde as principais sintomatologias, aos factores que estão na sua origem, tentando perceber em que situações os professores entrevistados desencadeariam um processo de denúncia.

Categorias: Indicadores, Factores potencializadores, Denúncia

7.2.2.1 Indicadores

A enumeração dos diferentes sinais/indicadores por parte dos professores, permite distinguir entre sintomas físicos e sintomas psicológicos e/ou comportamentais.

Os principais sintomas comportamentais, com alterações súbitas de comportamento da criança, e situações anómalas no dia-a-dia, vão desde a tristeza, isolamento, a falta de comunicação, a agressividade. Ou seja, sempre que a criança tenha um comportamento e reacções diferentes das que tinha tido até então.

Tristeza prolongada, estar assustada, sempre suja ou com fome. (SUJEITO IV)

Alteração no comportamento da criança, tristeza, falta de comunicação, comportamentos anómalos... (SUJEITO I)

A criança pode fechar-se sobre ela mesma ou pode tornar-se, de outra maneira, agressiva (com os adultos ou as crianças). Por vezes também se pode notar através dos desenhos que faz. As mudanças súbitas no seu comportamento poderão ser um sinal a ter em atenção! Quanto melhor se conhece a criança mais facilmente se poderão reconhecer os sinais. (SUJEITO II)

Alguma tristeza, isolamento, acho que é um pouco por aí. Às vezes são crianças que mudam a sua postura (deixam de ser alegres e percebemos que começam a ficar mais isoladas dos colegas, não falam tanto com os colegas...) (SUJEITO IX)

(...) alguns comportamentos (não precisou quais. (SUJEITO IX)

O isolamento, a agressividade, o silêncio, a tristeza. Pelo contrário, também poderá revelar euforia. Assim, todos os comportamentos limites, que não são normais numa criança (dependendo da sua faixa etária e da própria criança, já que se esta, por natureza já é agressiva, tal não pode ser valorizado). (SUJEITO III)

Em termos psicológicos pode haver uma mudança súbita de atitude, de comportamento, que indique que haja um problema qualquer por trás. Poderá ainda haver um isolamento ou uma agressividade fora do normal, que pode indicar que está a acontecer algo. (SUJEITO V)

De salientar ainda a importância atribuída pelos professores a situações de dificuldade de relacionamento de proximidade com professores e os seus pares, em que a criança recusa, por exemplo, um gesto de afecto que implica um maior proximidade física.

Por exemplo, penso que se nós nos dirigirmos a um aluno e se ele se retrair, penso que algo poderá não estar bem a nível físico. Se a criança não reagir bem não reagir bem a uma chamada de atenção mais austera do professor, poderá revelar algum problema, visto poder se encontrar mais susceptível. SUJEITO VII)

(...) será a reacção, quando nós tentamos contactar mais directamente a criança (tentar dar-lhe um afecto, um carinho e ele não o aceitar ou agir de forma estranha.) (SUJEITO VII)

(...) alterações no comportamento (miúdos que evitam o contacto físico com o professor, o toque, carinhos, que não queiram mostram o corpo nas aulas de Educação Física, que tenham inibição perante os colegas, triste, que não mostrem a alegria habitual da sua faixa etária...). (SUJEITO VII)

Quando a criança recua perante um carinho, do professor ou dos seus pais. Crianças que se isolam, que têm uma baixa auto-estima, pouca concentração, pouco afectiva (por vezes até agressiva), descuidada (suja) (SUJEITO VI)

Em relação aos sintomas de agressões físicas, são referenciados pelos professores alterações físicas e marcas visíveis no corpo, como nódoas negras, que apareçam de forma contínua e não justificada

Se uma criança aparecer batida, com nódoas negras e se disser que foi o padrasto, o pai ou a mãe, que está constantemente a agredi-lo, bem como se a criança contar alguma situação, até sexual, que se tenha passado em casa, tal pode levar-me a desconfiar que ali há qualquer coisa. (SUJEITO II)

Nódoas negras e ferimentos para os quais a criança não arranja explicação, arranja de forma repetida ou sem qualquer sentido. (SUJEITO IV)

Tal como respondi, penso que as marcas físicas (...) (SUJEITO IX)

(...) através de marcas físicas (SUJEITO VIII)

Outro dos sintomas valorizados, a nível mais físico, é a falta de higiene e demonstrações contínuas de carências alimentares.

Falta de higiene, lacunas na alimentação... (SUJEITO III)

(...) nódoas negras, altos na cabeça, borbulhas (por falta de higiene, que também pode ser um mau trato)... essencialmente é isso! (SUJEITO V)

Quando a criança vem suja para a escola, sem tomar banho... Quando apresenta um corpo franzino e muitas vezes, logo pela manhã, pede comida. (SUJEITO VI)

7.2.2.2 Factores potencializadores

Para os professores, os principais factores que potenciam os maus-tratos a crianças estão relacionados com o núcleo familiar. As situações referenciadas vão desde famílias desestruturadas, em que, por exemplo, existe uma troca frequente de parceiro por parte do progenitor com quem a criança vive, um dos progenitores sofrer de problemas

mentais; exigências profissionais, que levam a que as crianças passem largos períodos de tempo sozinhas, tornando-as mais susceptíveis; desemprego; alcoolismo; droga.

A família ser desestruturada, na qual a mãe ou o pai está constantemente a mudar de parceiro, também poderá ser um factor, bem como ser uma família negligente. SUJEITO II

Por situações concretas que já vivi, penso que quando os próprios pais não estão despertos para determinadas situações, aliás os próprios pais podem ser potencializadores de determinadas situações, por exemplo uma mãe com alguma debilidade mental, pode ser a causadora de situações (neste caso a violação de uma menor), ao permitir o acesso de pessoas à casa. Por outro lado situações de trabalho em que a família tem horários incompatíveis com os da criança, não querendo deixar ao cuidado de terceiros, e, sem querer, põe a criança em perigo, ao abandoná-la. SUJEITO I

Alguma desorganização familiar (caso do desemprego), dependências químicas destes, uma mãe deprimida, um pai ausente, pais demasiado repreensivos... SUJEITO III

Algum dos pais ou ambos serem dependentes, da droga ou do álcool, a falta de preparação destes para serem pais e não amarem a criança, pois quem gosta não maltrata. SUJEITO IV

Desentendimentos entre os pais e de gestão do tempo (pouco tempo para a criança. SUJEITO IX

O alcoolismo, é uma situação que considero que pode, em muito, originar essas situações. Não me consigo recordar de nenhum outro factor! SUJEITO V

Para além deste factor, também considero influenciador a droga e o desemprego, depressões dos pais, crianças que estão sós muitas horas (e por isso são alvos fáceis). SUJEITO VI

Pessoas com natureza instável, com problemas neurológicos ou nervosos podem levar a maus tratos. Este talvez seja o factor mais importante. SUJEITO VII

A maioria dos professores aponta ainda as condições sócio-económicas das famílias como um factor que potencia um ambiente mais permeável aos maus-tratos.

Não querendo estar a fazer uma divisão por classes sociais, mas pela experiência da minha irmã com crianças desfavorecidas, julgo que pais carenciados tendem a resolver os problemas recorrendo a alguma agressão. Para além dos factores económicos, julgo que a formação dos pais também é importante, pois acho que quanto maior esta for mais perceberão que não é com agressão que se resolve os problemas. SUJEITO VII

Alguns deles ressalvam, contudo, que não se pode considerar que tais problemas não possam existir em meio familiares mais favorecidos, ainda que de forma menos

frequente e com outros contornos.

Acho que a falta de emprego, a carência monetária, poderá originar situações de mau trato. Mas também acho que a riqueza extrema também pode ser prejudicial. SUJEITO V

Os problemas sócio-económicos da família, pois sendo as crianças o elo mais fraco acabam por sofrer as consequências (nomeadamente a nível físico e de nutrição), as quais não acontecem nas classes altas (ainda que nestas possam existir outros tipos). SUJEITO VI

O contexto sócio-económico desfavorável das pessoas (pobreza) e a falta de cultura das famílias (não quer dizer que seja 100% seguro que as famílias de classe elevada não pratiquem maus tratos, mas julgo que diminuirá a percentagem. SUJEITO VIII

Alguns deles criticam a relação directa que muitas vezes se estabelece entre maus tratos e meio social desfavorecido.

Más condições económicas, ainda que considere que não é um factor determinante, pois uma criança que tenha um meio sócio-económico baixo pode não receber maus tratos. Pelo contrário, uma criança de um meio elevado, que seja entre as mães, as empregadas, acaba por ser, também seriamente negligenciada. Contudo, nas escolas tendemos a desvalorizar este aspecto e a reparar na aparência da criança, se está vestida de forma adequada, limpa, se os pais parecem interessados, aspectos que podem camuflar situações que nos podem passar despercebidas (é pena que nós, educadores, não tenhamos uma bateria de instrumentos que nos permitam identificar situações). Assim, considero que depende essencialmente, dos factores intrínsecos aos pais (psicológicos, de formação pessoal e moral, de vontade de atendimento às necessidades da criança) SUJEITO III

Acho que o meio social é um dos mais importantes factores, principalmente em situações de dificuldades económicas. No entanto, existem casos que acontecem na classe alta (por vezes temos clichés que não são os mais correctos. SUJEITO II

7.2.2.3 Denúncia

As situações detectadas pelos professores, que os mesmos consideram passíveis de serem passíveis de desencadarem um processo de denúncia, estão sobretudo relacionadas com agressões de teor sexual.

Violação e negligência física SUJEITO I

As agressões sexuais SUJEITO II

O abuso de natureza sexual e psicológico (a pressão constante que pode ser sujeita). SUJEITO III

Abusos sexuais SUJEITO IV

A nível sexual, essa seria a primeira situação (apesar de ser difícil descobrir, contudo se houver um indicio ou se a criança se queixar, não hesitaria). SUJEITO V

Agressão física e sexual. Não sei se existe uma obrigação moral para o fazer, mas como docente e cidadão não poderia deixar de fazê-lo. SUJEITO VI

São também referenciadas as situações de agressões físicas, nomeadamente as continuadas no tempo e todas as situações em que esteja em causa o bem estar e desenvolvimento da criança.

(...) todas aquelas em que eu veja que a vida da criança esteve em risco. SUJEITO II

Maus-tratos físicos (que ponham em risco a saúde ou a sua integridade e não uma palmada ou um puxão de orelhas. SUJEITO III

(...) violência física e falta de cuidados graves SUJEITO IV

Se fosse a própria criança a contar-me ou através de amigos que nos transmitam esse facto, nomeadamente se fosse uma agressão física ou psicológica continuada. SUJEITO IX

(...) os maus-tratos físicos (pois não podemos ver uma criança sempre magoada). SUJEITO V

Se eu visse que criança surge com marcas no corpo, com um flagelo e ao ser questionada ela não me consegue convencer das causas do mesmo, isso seria motivo suficiente. Por outro lado, se uma criança anda sempre muito triste ou parece demasiado reprimida, deveremos falar com o director de turma ou com o psicólogo da escola, para tentar saber se algo se passa. SUJEITO VII

Qualquer uma em que eu tivesse a certeza absoluta, principalmente a de natureza física. SUJEITO VIII

Um dos professores ressalva que algumas situações, nomeadamente as crianças andarem sujas, ele avaliaria primeiro o contexto familiar, antes de fazer a denúncia.

Relativamente a andarem muito sujos, com piolhos... também poderia ter essa atitude, ainda que pudesse hesitar na denúncia, pois teria que ter em atenção o contexto familiar, já que por vezes as pessoas não podem mais, também precisando de uma ajuda exterior. (Nos outros casos a família já não precisaria dessa ajuda). SUJEITO V

7.2.3 Dimensão: Experiências em sala de aula

Objectivo: Verificar qual o valor da experiência e formação profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.

Categorias: Identificação e Procedimento**7.2.3.1 Identificação**

A maioria dos professores entrevistados diz nunca ter identificado uma situação de maus-tratos em contexto da sala de aula.

Não, pelo menos de que eu tenha sabido ou que me tenha apercebido. SUJEITO II

Não. SUJEITO IV

Não, não tive SUJEITO IX

Não SUJEITO VI

Eu penso que não (ainda que por vezes aconteçam coisas que nós não sabemos, e as próprias crianças também poderão esconder). SUJEITO VII

Não SUJEITO VIII

7.2.3.2 Procedimento

Quanto aos procedimentos adoptados por aqueles que afirmaram que já detectaram situações de maus-tratos entre os seus alunos, todos eles sinalizaram e acompanharam o caso. Em uma das situações, a sinalização já tinha sido feita anteriormente, relativamente ao estado físico da criança, nomeadamente pela falta de higiene e visíveis carências alimentares.

Em comunicação com técnicos que lidaram com a criança, anteriormente à minha colocação, constatei que já tinha sido feita a sinalização da situação (o estado de abandono físico da criança, a falta de higiene, as carências alimentares.) e por isso nada mais fiz. SUJEITO I

Relativamente aos outros dois casos, ambos os professores sinalizaram as crianças, e falaram com as entidades competentes.

Era visível, pois eram de ordem física. Fez-se cartas para a Segurança Social, para o Centro de Saúde e falou-se com a mãe. SUJEITO III

7.2.4 Dimensão: Procedimentos em caso de maus-tratos

Objectivo: Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos comprovados de maus-tratos.

Categorias: Conhecimento e Formas de acção

7.2.4.1 Conhecimento

No que concerne ao conhecimento que os entrevistados referem possuir relativamente a esta temática, trespassa o sentimento que é algo que tendencialmente tem vindo a ser reforçado.

Agora, mais recentemente, julgo estar melhor informada, pois a coordenadora da minha escola pertence à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra e fala-nos do seu trabalho. Por outro lado, no início do ano lectivo, tivemos uma sessão de esclarecimento desta instituição. Sujeito II

Nestes últimos tempos acho que sim, pois foi feito um esforço perante os docentes sobre o que devem fazer perante uma situação destas. SUJEITO V

Ainda assim, a falta de formação, quer aquando do curso de base, quer em acções efectuadas, surge referenciada, levando a algumas lacunas.

O saber nunca ocupa lugar e podemos saber sempre mais, principalmente porque nunca tive formação nesta área (no curso). Na Escola Superior de Educação, onde tirei o curso, falámos de forma muito ligeira sobre o assunto. SUJEITO VIII

Alguns participantes, apesar de considerarem conhecer esta temática, não souberam especificar, ou classificaram o seu saber como incompleto.

Pronto, sei onde me dirigir

Penso que sim! SUJEITO VI

Razoavelmente. SUJEITO IV

Não sei a 100%. SUJEITO VII

7.2.4.2 Formas de actuação

Quando questionados sobre os procedimentos a adoptar, em caso de diagnosticarem uma situação de maus-tratos nas crianças que são suas alunas, a maioria dos professores têm como referência a CPCJ. Outras entidades referenciadas são a polícia, os tribunais e a APAV.

Sim, à CPCJ do concelho de Mafra. SUJEITO V

À CPCJ, ao Agrupamento, ao tribunal...Não sei se há mais algum. SUJEITO III

Aqui em Mafra, dirigia-me logo à minha coordenadora de estabelecimento, que faz parte de CPCJ do concelho. SUJEITO VI

À denúncia anónima (CPCJ) ou então para a linha de apoio à vítima (penso que também se pode fazer. SUJEITO II

À polícia e Comissão de Protecção de menores. SUJEITO IV

Alguns professores, apesar de referirem que se recorreriam à CPCJ, afirmam que desconhecem todo o processo legal inerente a um processo de sinalização de uma criança vítima de maus-tratos.

À CPCJ do concelho de Mafra (...) mas não conheço o que ocorre em seguida, tal como, na minha opinião, a maioria da população (o que é uma falha. SUJEITO I

Aquela associação de protecção de crianças e jovens (CPCJ) que é parceira da escola e já tem dado algumas dicas perante alunos mais problemáticos. No entanto, em termos de legislação, talvez porque não formalizei nenhum processo, desconheço o seguimento dado ao mesmo. SUJEITO VIII

Dois dos professores entrevistados referenciam a direcção da escola e os técnicos como as primeiras pessoas a quem se dirigiam.

Julgo que deveria falar logo com o Director da escola e a Psicóloga escolar. Mais tarde, penso que seguiria para a CPCJ ou para a Segurança Social. SUJEITO VII

Dar conhecimento à protecção de menores, à direcção da escola que por sua vez dará o encaminhamento legal ao caso (do qual não faço qualquer ideia). SUJEITO IX

Com vista possibilitar uma visão mais precisa relativamente às respostas dadas pelos nossos entrevistados, pertencentes aos três níveis de ensino em causa, sintetizámos as mesmas no quadro que abaixo se apresenta.

<i>Dimensão</i>	<i>Categorias</i>	<i>Nível de Ensino</i>		
<i>Percepções e Representações</i>	<i>Auto-representação</i>	<i>Pré-escolar</i>		
		<i>Suj. I</i>	<i>Suj. II</i>	<i>Suj. III</i>
		<i>Maus-tratos são agressões físicas e negligenciais (ao nível da saúde)</i>	<i>Maus-tratos são agressões físicas ou psicológicas</i>	<i>Maus-tratos são ir além do razoável</i>
		<i>Facilidades</i>		<i>O bom conhecimento da criança</i>
		<i>Diagnóstico</i>	<i>Revela dúvidas (dificuldades de comunicação da criança)</i>	<i>Revela dúvidas no despiste a nível psicológico</i>
<i>Formação</i>	<i>Nunca fez formação</i>	<i>Tema ligeiramente abordado no curso.</i>	<i>Tema incluído no Mestrado</i>	
<i>Referenciação</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Alteração comportamental da criança</i>	<i>Marcas visíveis. Relatos da criança. Desenhos da criança. Alteração comportamental da criança</i>	
	<i>Factores potencializadores</i>	<i>Incapacidade parental. Horários laborais inadequados</i>	<i>Dif. Eco. da família. Desestruturação familiar (mudança de parceiro)</i>	<i>Desemprego. Dependência química. Dificuldades económicas da família.</i>
	<i>Denúncia</i>	<i>Casos de violação e negligência física</i>	<i>Abusos sexuais e situações de risco de vida</i>	<i>Abusos sexuais, psicológicos e físicos</i>
<i>Experiências em sala de aula</i>	<i>Identificação</i>	<i>O aspecto físico da criança. A situação já havia sido sinalizada</i>	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>	<i>O aspecto físico da criança</i>
	<i>Procedimento</i>	<i>Foi dado seguimento à situação já encaminhada</i>	-----	<i>Enviada carta para a Segurança Social e para o</i>

				Centro de Saúde. Contactou a mãe	
Procedimentos em caso de maus-tratos	Conhecimento	Sabe onde se dirigir	Sente-se informada	Sente-se informada	
	Formas de acção	Precisava de orientação. CPCJ de Mafra (desconhece os seguimento dado aos processos)	Denúncia anónima para a CPCJ ou a linha de Apoio à vítima	CPCJ Agrupamento Tribunal	
Dimensão	Categorias	Nível de Ensino			
Percepções e Representações	Auto-representação	1º Ciclo			
		Suj. IV	Suj.V	Suj VI	
		Maus-tratos são tudo o que provoca dor ou sofrimento	Maus-tratos são agressões físicas ou psicológicas	Maus-tratos é quando à criança não é dada a atenção devida	
	Facilidades		Ao nível físico	Considera-se capaz de realizar um diagnóstico	
	Diagnóstico	Dificuldades	Dependente do tipo de casos. Psicologicamente considera difícil	Psicologica mente é difícil	
	Formação		Participou em acção de esclarecimento.	Nunca fez formação	
Referenciação	Indicadores	Marcas visíveis sem explicação. Alteração comportamental da criança			
	Factores potencializadores	Dependência química ou alcoólica dos pais. Incapacidade parental Os pais não amarem a criança.	Dificuldades económicas da família. Alcoolismo. Riqueza extrema	Dificuldades económicas da família	
	Denúncia	Abusos sexuais, maus-tratos físicos e	Abusos sexuais, maus-tratos	Abusos sexuais, maus-tratos	

		<i>negligência de cuidados (grave)</i>	<i>físicos e negligência de cuidados (grave)</i>	<i>físicos</i>	
Experiências em sala de aula	Identificação	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>	<i>Comportamento e aspecto da criança</i>	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>	
	Procedimento	-----	<i>Fez queixa para a CPCJ. Acompanhou todo o processo</i>		
Procedimentos em caso de maus-tratos	Conhecimento	<i>Sente-se razoavelmente informada</i>	<i>Sente-se informada</i>	<i>Sente-se informada</i>	
	Formas de acção	<i>CPCJ Polícia</i>	<i>CPCJ de Mafra</i>	<i>Coordenadora da escola (que faz parte da CPCJ de Mafra)</i>	
Dimensão	Categorias	Nível de Ensino			
Percepções e Representações	Auto-representação	2º Ciclo			
		Suj. IV	Suj.V	Suj VI	
		<i>Maus-tratos são agressões físicas e verbais</i>	<i>Maus-tratos são agressões físicas ou psicológicas</i>	<i>Maus-tratos são agressões físicas ou psicológicas</i>	
		<i>A maneira como a criança age</i>		<i>Se deixarem marcas físicas</i>	
		Facilidades	<i>Revela dúvidas (por falta de formação)</i>	<i>Revela dúvidas</i>	<i>Os psicológicos devem demorar a ser descobertos</i>
		Dificuldades			
	Formação	<i>Nunca fez formação</i>	<i>Nunca fez formação</i>	<i>Nunca fez formação</i>	
		<i>Dificuldades da criança perante</i>	<i>Alteração comportamental da criança</i>	<i>Marcas visíveis. Alteração comporta</i>	

Referenciação	Indicadores	<i>chamadas de atenção e afecto.</i>		<i>mental da criança</i>
	Factores potencializadores	<i>Problemas psicológicos dos pais. Dificuldades económicas da família. Incapacidade e parental.</i>	<i>Dificuldades económicas da família. Falta de cultura na família</i>	<i>Factores inerentes à criança (aspecto físico, personalidade...) Conflitos entre os pais</i>
	Denúncia	<i>Maus-tratos físicos e psicológicos</i>	<i>Todos os casos (principalmente os maus-tratos físicos)</i>	<i>Maus-tratos físicos e psicológicos (continuados)</i>
Experiências em sala de aula	Identificação	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>	<i>Nunca identificou nenhum caso</i>
	Procedimento	----- -----	----- -----	----- ----- -
Procedimentos em caso de maus-tratos	Conhecimento	<i>Não se considera suficientemente informada</i>	<i>Não se considera suficientemente informada</i>	<i>Não se considera informada</i>
	Formas de acção	<i>1º: Contactar o Director da Escola e a Psicóloga Escolar. 2º: Encaminhamento para a CPCJ ou a Segurança Social</i>	<i>CPCJ(?)</i>	<i>Teria que buscar ajuda CPCJ Direcção da Escola</i>

Quadro 37: Caracterização por níveis de ensino: entrevistas

7.2.5 Síntese

Os professores identificam como sendo situações de maus-tratos, tudo o que ponha em causa o normal desenvolvimento da criança.

É feita uma distinção entre maus-tratos físicos e psicológicos. Na primeira tipologia referenciada, em que existem sequelas visíveis no corpo da criança, consideram ser os de mais fácil diagnóstico. Não se verifica diferenças significativas nas respostas dadas, relativamente à auto-representação que os inquiridos possuem do conceito de maus-tratos infantis, e o nível de ensino leccionado.

Os maus-tratos de índole psicológica e os de teor sexual, são aqueles em que os professores mais sentem dificuldade em diagnosticar. É transversal aos inquiridos o facto de que as marcas que possíveis actos perpetrados sobre a criança/menor possam deixar, surgem como a forma mais acessível de detecção.

Todos os entrevistados, decorrente das dificuldades que sentem em diagnosticar casos de maus-tratos, evidenciam a escassez ou mesmo falta de formação que possuem na área (nenhum docente do 2º ciclo referiu ter tido alguma experiência formativa na área), o que lhes traz lacunas em termos da identificação precisa de situações menos explícitas, como é o caso dos maus-tratos psicológicos e sexuais.

De entre todos os professores apenas um faz referência à figura do agressor, considerando que são na sua maioria pessoas mais velhas, e que, no caso de agressões psicológicas podem também ocorrer entre pares.

Mais uma vez é feita uma distinção entre sinais/indicadores físicos e psicológicos/comportamentais. Os sintomas comportamentais são os que transparecem através de alterações súbitas de comportamento da criança, que se podem traduzir em tristeza, isolamento, falta de comunicação e agressividade.

Os professores consideram ainda como um sinal de maus-tratos, situações em que a criança tem dificuldade de relacionamento com os professores e os seus pares (opinião preferencial dos docentes do 2º ciclo), nomeadamente nos casos em que tal

envolva expressão de afecto através do toque, por exemplo, em que o menor recusa um gesto que implica uma maior proximidade física.

As marcas físicas, como nódoas negras, a falta de higiene ou a transparência de carências alimentares graves, são os indicadores de cariz físico mais mencionados pelos professores do 1º ciclo e educadores de infância.

Os principais factores que propiciam a situações de maus-tratos são a desestruturação familiar e os problemas sociais a ela inerentes (drogas, álcool e violência). As dificuldades de natureza económica surgem como o factor mais comumente aceite pelos vários grupos de docentes.

As situações detectadas pelos professores, que os mesmos consideram passíveis de serem passíveis de desencadear um processo de denúncia, estão sobretudo relacionadas com agressões de teor sexual, sendo referido como a principal situação pelos profissionais do pré-escolar e do 1º ciclo. Estas são seguidas pelos maus-tratos físicos e a negligência física. Para esta últimas tipologias, refira-se o facto dos respondentes considerarem que estes deverão ser graves e de carácter continuado de forma a poderem dar origem a uma eventual denúncia.

A maioria dos professores entrevistados diz nunca ter identificado uma situação de maus-tratos em contexto da sala de aula. No caso dos três professores que dizem ter identificado situações desta natureza (dois educadores e um docente do 1º ciclo), os casos foram encaminhados.

Com excepção dos docentes do 2º ciclo, os demais reportam que se sentem informados sobre os procedimentos a seguir perante um caso comprovado de maus-tratos, tendo sobretudo como entidade de referência a CPCJ. O delatar da ocorrência à direcção da escola e /ou Director de Turma assume para os professores do nível mais elevado de ensino, um papel importante

7.3 Apresentação e Análise dos Resultados Qualitativos: Grupo de Discussão

O corpus deste trabalho é constituído pelo resultado do discurso produzido por seis participantes, os quais foram por nós apresentados no Quadro nº31, tendo estes, como já

anteriormente foi referenciado, sido escolhidos entre aqueles que referiram ter tido alguma formação e/ou contacto com situações de maus-tratos (aquando do preenchimento do questionário), ou, realizavam ou já haviam realizado trabalho neste âmbito (no seu agrupamento de escola).

Após a categorização das respostas obtidas, procedeu-se à análise do conteúdo das mesmas, o qual apresentamos e procuremos sintetizar.

7.3.1 Dimensão: Percepções e Representações

Objectivo: Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos.

Categorias: Auto-representação; Diagnóstico; Dificuldades e Formação

7.3.1.1 Auto-representação

Os professores do grupo de discussão definiram como sendo maus-tratos a crianças/menores, tudo o que poderá provocar danos em termos visíveis (dor, ferimentos e morte) bem como invisível mas, que deixa consequências (sofrimento).

“ (...) ao julgar como maus-tratos infantis o que provoca dor, ferimentos ou a morte da criança.” (Professor AN)

“ (...) contudo esquece tudo aquilo que vai para além do visível e que não deixa marca, pelo menos evidente.” (Professor MA)

“O sofrimento e os danos são dois dos pontos fundamentais desta realidade.” (Professor CR)

“ (...) pois os maus-tratos são o resultado de actividades exercidas sobre a criança as quais fogem ao tido como normal e /ou aceitável. (Professor CA)

“É todo um conjunto de actos, isolados ou combinados, realizados por um agressor, conhecido ou não da criança, os quais, podendo ser palpáveis ou não, terão sempre alguma consequência (...)” (Professor SO)

7.3.1.2 Diagnóstico, Dificuldades e Facilidades

A forma como identificam situações de maus-tratos, é variável (tratando-se de maus-tratos físicos ou psicológicos). É necessário existir, por parte do docente, um conhecimento quer da criança (incluindo o seu contexto familiar), quer da temática em

si de forma a identificar claramente estas situações de maus tratos e agir em conformidade.

Os docentes do grupo de discussão alegam sentir algumas dificuldades relativamente à identificação das situações de maus-tratos. Estas dificuldades devem-se principalmente à falta de apoio, no que respeita às estruturas de suporte ao docente, ou seja, à realização de uma detecção mais concreta ou aos trâmites legais provenientes das denúncias efectuadas. Segundo estes profissionais é necessário haver um maior apoio na função de classificar deste tipo de ocorrências.

“ (...) falta algumas estruturas de base, ao nível das escolas, para que o profissional se sinta mais seguro perante esta temática.” (Professor AN)

“Ao nível profissional, julgo que ainda existe grande dificuldade perante a identificação dos casos.” (Professor MA)

“ Muitos docentes ainda agem, quando o fazem, um pouco por “olhômetro”, sem terem bases para uma avaliação das situações, (...)” (Professor CR)

“ (...) a principal falta de apoio se sente nas estruturas de suporte do docente, quer para efectuação de uma detecção mais precisa, quer dos tramites resultantes das denúncias efectuadas.” (Professor MA)

“A classificação de uma dada ocorrência como fenómeno de maus-tratos é (...) algo subjectivo, o que não deixa de ser um risco para a criança, (...), achava importante um maior apoio na tarefa de catalogar estas ocorrências.” (Professor SO)

7.3.1.3 Formação

Os docentes mencionam que sentem falta de formação adequada sobre esta problemática dos maus-tratos pois, se tivessem mais bases poderiam estar alertos a pormenores importantes e evitaria também alguns pensamento e acções do senso comum.

“Estas lacunas possivelmente seriam evitadas se existisse formação na área.” (Professor AN)

“Eu já tive alguma formação (...) não me sentia tão preparada para falar deste tema, por isso acho importante investir na formação.” (Professor MA)

“Penso que a formação é importante, quer durante o curso quer na formação contínua de professores.” (Professor CR)

“Esse pensamento de senso comum é que me assusta, pois um caso não detectado significa uma criança em sofrimento ou até um risco. Por outro lado, uma denúncia

errada pode levar ao desmembramento de uma família.” (Professor CA)

“ (...) investir-se na formação, para a qual todos devem ser incentivados a participar (...) com um carácter de reciclagem e actualização de saberes.” (Professor SO)

7.3.2 Dimensão: Referenciação

Categorias: Indicadores; Factores potencializadores e Denúncia

7.3.2.1 Indicadores

Os sinais/ indicadores apresentados por uma criança vítima de maus-tratos pode ser de natureza muito diferenciada: tristeza, choro, marcas no corpo, ferimentos, alterações no rendimento escolar, evidência de contacto afectivo constante; receios ao toque, etc.

“Estes podem passar por quadros de tristeza, choro sem causa aparente... e outros.” (Professor AN)

“Por vezes pode não existir sinais muito evidentes mas, dependendo do tipo de maus-tratos, podem existir marcas no corpo, ferimentos, cortes...” (Professor MA)

“Se a criança frequentar a escola, uma mudança repentina no seu rendimento escolar pode ser algo que nos leve a pensar na possibilidade de poder existir algum problema (...)” (Professor CR)

“Quando a criança revela receio de ser tocada, acariciada pelos adultos (...)” (Professor CA)

“ (...) o contrário também poderá suceder, ou seja, a criança procura um contacto constante, o que pode evidenciar uma forte carência afectiva ou a habituação a um contacto excessivo com o adulto.” (Professor MA)

“ (...) fala de assuntos que não são supostos serem do seu conhecimento (cariz sexual), tal poderá revelar que está a viver um quadro de risco.” (Professor SO)

Os exemplos de maus-tratos mais referidos pelos docentes, do grupo de discussão, são situações de abuso sexual, agressões físicas.

“Se perante nós surgir uma criança que é abusada sexualmente ou que sofre agressões físicas.” (Professor AN)

“Toda a criança que é desprezada está a viver uma situação que considero de inequívocos maus-tratos, os quais pela falta de responsabilidade dos pais pode levar a outros acontecimentos, como seja o abuso sexual, que é um caso evidente.” (Professor MA)

“A agressão sexual é uma das piores situações de maus-tratos, nomeadamente pelas consequências que provoca.” (Professor CR)

“O uso desmedido de força física sobre a criança (que quase nunca é isolado mas que tende a ser repetido) e a total falta de interesse para com a criança.” (Professor CA)

“ (...) para mim a mais inequívoca de ser tida como maus-tratos é a que envolve a agressão sexual.” (Professor SO)

7.3.2.2.Factores Potencializadores

O principal factor potenciador de maus tratos a crianças/ menores, segundo o grupo de discussão, é a desestruturação das famílias. Esta desestruturação aparece depois associada a outros factores intrínsecos como: quadros de alcoolismo e drogas, famílias que depositam grandes expectativas nos seus educandos e sendo desestruturadas culminam em violência e o surgimento de crianças indesejadas em contextos de famílias com problemas sociais.

“Penso que sim, ainda que nem sempre seja taxativo (...) creio que famílias desestruturadas revelam uma maior propensão, sendo que muitas das vezes os pais não estavam preparados para assumirem a sua função.” (Professor AN)

“Mais do que desestruturadas, julgo que também essas famílias viveram ou podem viver quadros de risco como toxicodependências ou situações de exclusão social (...) Nem sempre as crianças (...) se tornam naquilo que os pais “sonham” (...) numa mente desestruturada pode levar a sentimentos que podem resultar em violência.” (Professor MA)

“Claro que existem factores potencializadores (...) considero que ter sido alvo de maus-tratos pode ser um dos principais factores.” (Professor CR)

“Se uma criança nasce de uma situação em que não foi desejada, numa família já de si com problemas (como toxicodependências), certamente encontra factores de risco.” (Professor CA)

“Quando a família tem problemas (...) com o álcool ou outras drogas, certamente que encerra em si factores que podem “ajudar” à ocorrência de fenómenos de maus-tratos.” (Professor SO)

7.3.2.3.Denúncia

Os docentes pertencentes ao grupo de discussão mencionam que a denúncia é uma obrigação legal, assim sendo, sempre que da sua parte exista uma suspeita de maus-tratos, deverá ter lugar a denúncia. No entanto, certos professores referem que se

continua a denunciar apenas casos mais graves de maus-tratos, como sendo as violações e os de índole física.

“Penso que sempre que estejamos perante um caso que suspeitemos de maus-tratos (...) não podemos ficar indiferente. Contudo, se o mesmo colocar em risco a integridade física ou emocional da criança (...) teremos que denunciar.” (Professor AN)

“ (...)julgo que jamais hesitaria em denunciar um caso de abuso sexual e de ofensas corporais.” (Professor MA)

“ (...) julgo que se continua a denunciar somente os casos mais graves de maus-tratos, caso das violações e dos maus-tratos físicos.” (Professor CR)

“ (...)as situações de negligência severa não podem ser omitidas e por isso devem ser denunciadas (...)que um abuso sexual é gravíssimo e penso que ninguém hesitará em denunciá-lo.” (Professor CA)

“ (...) existem jovens perante os quais as famílias se desvinculam totalmente, não comparecendo na escola, deixando que este frequente espaços inadequados para a sua idade e mantenha relações ditas “perigosas”. Assim (...) julgo que é fundamental a denúncia das ocorrências, de forma a quebrar o “ciclo” que o menor vivencia.” (Professor MA)

“Creio que toda a forma de molestação sexual é condenável, sendo impossível não proceder à sua denúncia.” (Professor SO)

7.3.3.Dimensão: Experiências em sala de aula

Objectivo: Verificar qual o valor da experiência inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.

Categorias: Identificação e Procedimento

7.3.3.1.Identificação

Apenas um dos docentes do grupo de discussão menciona que nunca teve perante uma situação de maus-tratos, pelo menos que se tenha apercebido. Os restantes docentes referem ter presenciado situações desta natureza. Estas referências apresentam uma diversidade de situações concretas (negligência geral da família, agressões físicas, abusos sexuais), umas inclusivamente com a intervenção da CPCJ e conseqüente retirada da criança à família.

“Sim (...) situação de clara negligência, envolvendo todas as crianças de uma

mesma família (...). A família era acompanhada pela CPCJ local, a qual me pedia para ir actualizando a informação sobre o quadro geral dos alunos (aspecto, alimentação...).” (Professor AN)

“ (...) um caso de suspeita de abusos sexuais. A criança em causa referia assuntos, de forma muito precisa, de cariz sexual, expondo os mesmos quer verbalmente quer através de imagens (...) esses seus conhecimentos provinham da conduta da mãe, a qual expunha a criança a situações de risco.” (Professor MA)

“Tive um caso (...) uma criança (...) faltava constantemente às aulas, encontrando a encarregada de educação constantes justificações para as faltas, assentes numa incrível panóplia de doenças. Apesar de considerar estranho, nada podia fazer em termos legais (...) O caso acabou por ser do conhecimento da CPCJ, através de denúncia anónima feita pelos vizinhos, devido aos gritos que escutavam e ao encarceramento da criança e da irmã na varanda.” (Professor CR)

“O caso que presenciei e ao qual foi dado seguimento foi despoletado por mim e outra docente do Ensino Especial. Tratava-se de uma criança que vivia num quadro de negligência geral (...) era uma criança com um grave défice cognitivo, tal como a sua encarregada de educação. Após feita a denúncia, a mesma foi investigada e o menor foi entregue a uma instituição, sendo assim retirado à família.” (Professor CA)

“Não creio ter estado, ao longo destes anos como professora, perante nenhuma criança alvo de maus-tratos (...).” (Professor MA)

“Numa escola inserida numa zona com graves problemas socioeconómicos, vivi um caso no qual o jovem era frequentemente alvo de agressão por parte do padrasto (...) A denúncia foi realizada pela Directora da Turma, corroborada pela opinião dos vários docentes.” (Professor SO)

7.3.3.2 Procedimento

Todos os docentes do grupo de discussão são da opinião de que a ocorrência de maus-tratos deve ser comunicada e encaminhada para a entidade de referência relativamente a casos desta natureza, a CPCJ. Contudo, a exposição destas situações devem ser colocadas à Coordenação da escola em causa, bem como ao respectivo Agrupamento.

“O relato da situação à coordenadora do estabelecimento escolar, da instituição (Director o Agrupamento) e posterior encaminhamento da denúncia para a CPCJ da área.” (Professor AN)

“O processo apresentado pela colega parece seguir todos os procedimentos hierárquicos (...) se a situação se revestir de risco iminente, o reportar da ocorrência poderá ser directamente feito à CPCJ ou à polícia.” (Professor MA)

“ (...) primeiramente, não rezear proceder à denúncia e saber que o pode fazer mesmo de forma anónima e directamente para a CPCJ, a qual dará seguimento ao processo.” (Professor CR)

“ Qualquer entidade que tenham a seu cargo a segurança dos cidadãos (P.S.P, G.N.R...) é um possível alvo do reportar de uma situação (...)” (Professor CA)

“ (...) depende dos casos e da urgência destes, sendo que a CPCJ é a entidade de referência para casos desta natureza.” (Professor SO)

7.3.4 Síntese

Os maus-tratos infligidos a crianças/menores são todos os actos visíveis ou não que originam sequelas de dor, sofrimento, ferimentos ou morte.

Os docentes para poderem identificar com clareza uma situação de maus-tratos precisam de conhecer bem a criança em causa, como também ter um conhecimento mais claro e aprofundado inerente a esta problemática, de forma a poderem agir em consonância com os acontecimentos.

A principal dificuldade sentida pelos docentes na identificação de maus-tratos é a falta de apoio nas estruturas de suporte, quer ao nível da realização de uma detecção, quer aos trâmites legais oriundos das denúncias efectuadas.

As situações de abuso sexual e as agressões físicas são os exemplos mais evidentes de situações de maus-tratos. Neste sentido, os indicadores mais frequentes apresentados por crianças/menores vítimas, são nomeadamente, a tristeza, as marcas e ferimentos no corpo, o choro e o receio de ser tocada.

Os principais factores que propiciam a situações de maus-tratos são a desestruturação familiar e os problemas sociais a ela inerentes (drogas, álcool e violência).

Sempre que exista a suspeita ou certeza de situações de maus-tratos a crianças/menores, independentemente da sua natureza, deve-se proceder à denúncia, pois a denúncia é uma obrigação legal.

Apenas um dos docentes do grupo de discussão menciona que nunca teve perante uma situação de maus-tratos, pelo menos que se tenha apercebido. Os restantes docentes referem ter presenciado situações desta natureza. Estas referências apresentam uma diversidade de situações concretas (negligência geral da família, agressões físicas,

abusos sexuais), umas inclusivamente com a intervenção da CPCJ e consequente retirada da criança à família.

As ocorrências de maus-tratos a crianças/menores devem ser comunicadas de imediato à entidade de referência que tem a seu cargo a protecção de menores em risco, que é a CPCJ. Depois de ter conhecimento das ocorrências esta entidade tomará conta das mesmas e tentará, através da lei, dar uma resposta adequada.

7.4 Triangulação dos Resultados

A noção de triangulação de resultados, teve a sua origem na décadas de 50 e 60, surgindo como uma ferramenta utilizada com vista a incrementar o grau de validade e/ou credibilizar os resultados obtidos pela investigação, através do cruzamento dos dados angariados através de distintas metodologias de abordagens.

Segundo Yin (1994), nenhuma pesquisa deve ser realizada a partir de dados recolhidos através de uma fonte exclusiva. Assim, defende o princípio da triangulação, enquanto forma de minimizar o risco associado às conclusões que são directamente influenciadas pela técnica utilizada, e pelas limitações intrínsecas à mesma.

No âmbito da investigação qualitativa, os investigadores fazem recurso da triangulação enquanto estratégia, a qual possibilita a identificação, exploração e compreensão das distintas valências do estudo realizado, permitindo reforçar as descobertas alcançadas e possibilitando um enriquecimento das interpretações obtidas (Yin, 1994).

Contudo, existem aspectos distintos no seio dos investigadores relativamente à origem, nível e utilidade prática do cruzamento de informações resultante de abordagens diferentes.

Neste contexto, esta conceptualização tem sido alvo de alguma crítica, com base na ideia de que técnicas diferentes podem traduzir-se em medições de diferentes perspectivas de um dado problema a ser investigado, podendo resultar na produção de distintos tipos de dados.

No entanto, surge como comumente aceite que se entendermos a triangulação como uma abordagem de natureza multidimensional, esta permite que o objecto de estudo possa ser melhor percebido, quando abordado a partir de formas múltiplas.

Foi com base nesse ensejo que procurarmos nortear o nosso presente trabalho e as escolhas por nós efectuadas nesse âmbito.

Caracterização dos participantes	
Questionários	<p>A amostra (probabilística estratificada) foi constituída por 331 profissionais de educação a exercerem funções no concelho de Mafra, integrados nos quatro agrupamentos existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Escolas da Ericeira • Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro • Agrupamento de Escolas da Malveira • Agrupamento de Escolas da Mafra <p>e pertencentes ao grupo de docência dos três níveis do Ensino Básico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pré-Escolar • 1º Ciclo • 2º Ciclo
Entrevistas	Os entrevistados, em número total de nove, representavam os três níveis de ensino em estudo, possuindo todos componente lectiva. A sua escolha foi feita com base no desejo manifestado em participarem no estudo.
Grupo de discussão	Os seis participantes no grupo de discussão, caracterizaram-se por ser docentes que possuíam alguma experiência no que respeita a situações de crianças alvo de maus-tratos infantis e /ou haviam tido alguma formação nesta área.

Dimensão/Unidades de análise	Percepções e Representações (Identificação de situações relativas a Maus-tratos)
Questionários	<p>As situações que envolvem abuso sexual, são aquelas que são tidas como comumente aceites como ocorrências claras (99.7%) de maus-tratos. Acontecimentos que envolvem maus-tratos psicológicos (93.9%) e físicos severos (87.9%) são também considerados e identificados.</p> <p>Certas situações que envolvem quadros de negligência das funções parentais, não são consideradas como susceptíveis de serem englobadas nesta problemática.</p>
Entrevistas	<p>Os professores identificam como sendo situações de maus-tratos, tudo o que ponha em causa o normal desenvolvimento da criança.</p> <p>Todos os entrevistados, decorrente das dificuldades que sentem em diagnosticar casos de maus tratos, evidenciam a falta de formação que possuem na área, o que lhes trás lacunas em termos da identificação precisa de casos de maus tratos menos explícitos, como é o caso dos maus tratos psicológicos e sexuais.</p>

Grupo de discussão	<p>Os maus tratos infligidos a crianças/menores são todos s actos visíveis ou não que originam sequelas de dor, sofrimento, ferimentos ou morte.</p> <p>Os docentes para poderem identificar com clareza uma situação de maus tratos precisam de conhecer bem a criança em causa, como também ter um conhecimento mais claro e aprofundado inerente a esta problemática, de forma a poderem agir em consonância com os acontecimentos.</p> <p>A principal dificuldade sentida pelos docentes na identificação de maus tratos é a falta de apoio nas estruturas de suporte, quer ao nível da realização de uma detecção, quer aos trâmites legais oriundos das denúncias efectuadas.</p>
---------------------------	---

Dimensão/Unidades de análise	Diagnóstico (Aferição dos sinais considerados como relevantes)
Questionários	<p>A existência de marcas corporais visíveis é tida por 97% dos inquiridos como o sinal mais relevante a considerar.</p> <p>O isolamento da criança e /ou o medo face ao adulto quer de um género específico, quer no geral surge como um sinal a ter em conta por cerca de 67.9%), e 60.1% dos respondentes, respectivamente.</p> <p>Grande parte dos sinais apresentados provocaram nos inquiridos forte indecisão (com valores a rondar os 49.4% e os 31,8%)</p>
Entrevistas	<p>É feita uma distinção entre maus-tratos físicos e psicológicos. Os primeiros, e sempre que existem sequelas visíveis no corpo da criança, são os de mais fácil diagnóstico. Os maus-tratos psicológicos e os de teor sexual, são aqueles em que os professores mais sentem dificuldade em diagnosticar.</p> <p>Mais uma vez é feita uma distinção entre sinais/indicadores físicos e psicológicos/comportamentais. Os sintomas comportamentais são os que transparecem através de alterações súbitas de comportamento da criança, que podem se traduzir em tristeza, isolamento, falta de comunicação e agressividade.</p> <p>Os professores consideram ainda como um sinal de maus tratos, casos em que a criança tem dificuldade de relacionamento com os professores e os seus pares, nomeadamente nos casos em que tal envolva expressão de afecto através do toque.</p>

	<p>De salientar ainda a importância atribuída pelos professores a situações de dificuldade de relacionamento de proximidade com professores e os seus pares, em que a criança recusa, por exemplo, um gesto de afecto que implica um maior proximidade física.</p> <p>As marcas físicas, como nódoas negras, a falta de higiene ou a transparência de carências alimentares graves, são os indicadores de cariz físico mais mencionados pelos professores.</p>
Grupo de discussão	<p>As situações de abuso sexual e as agressões físicas são os exemplos mais evidentes de situações de maus tratos. Neste sentido, os indicadores mais frequentes apresentados por crianças/menores vítimas, são nomeadamente, a tristeza, as marcas e ferimentos no corpo, o choro e o receio de ser tocada.</p>

Dimensão/Unidades de análise	Referenciação
	<ul style="list-style-type: none"> • (Referenciação de factores potencializadores de situações de Maus-tratos); • (Constatação de possíveis situações de denúncia)
Questionários	<ul style="list-style-type: none"> • Quando questionados, os docentes consideraram como factor potencializador primordial de situações desta natureza, a dependência de substâncias (93.9%). A este precede a incapacidade para não amarem a criança (80.8%) e o facto dos próprios progenitores já terem sido eles próprios alvo de maus-tratos (65.7%). O sexo da criança/jovem agredida ou negligenciada, surge como o factor menos valorizado(89%) pelos participantes. • Das situações apresentadas no questionário, as que mereceram um extremo consenso quanto ao desencadear de um processo de denúncia, prendem-se com as de natureza sexual (violação/inceto-99.7%) , sendo este seguido das sevícias graves a nível físico (98.5%) de molestarmento (94.8%) e a negligência severa (86.7%), incluindo a que se traduz na falta recorrente à escola (87%). Os inquiridos revelaram um elevado índice de indecisão (até 41.4%) ou não respostas perante quadros de negligência preocupante das funções parentais e de abuso emocional.
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> • Os principais factores que propiciam a situações de maus-tratos são a desestruturação familiar e os problemas sociais a ela inerentes (drogas, álcool e violência).

	<ul style="list-style-type: none"> • As situações detectadas pelos professores, que os mesmos consideram passíveis de serem passíveis de desencadarem um processo de denúncia, estão sobretudo relacionadas com agressões de teor sexual.
Grupo de discussão	<p>Os principais factores que propiciam a situações de maus estratos são a desestruturação familiar e os problemas sociais a ela inerentes (drogas, álcool e violência).</p> <p>Sempre que exista a suspeita ou certeza de situações de maus tratos a crianças/menores, independentemente da sua natureza, deve-se proceder à denúncia, pois a denúncia é uma obrigação legal.</p>

Dimensão/Unidades de análise	Experiências em sala de aula (Percepção dos professores, em contexto de sala de aula, de situações de Maus-tratos)
Questionários	<p>Dos respondentes, 20.1% (65 sujeitos) consideraram ter estado perante um a situação envolvendo maus-tratos infantis, no decorrer dos dois últimos anos lectivos.</p> <p>As valências de maus-tratos que originaram suspeitas, ou casos de confirmados maus-tratos, as quais foram especificadas por 38 inquiridos prenderam-se, maioritariamente com os de índole física - agressões e actos de negligência (somando 23 respostas), sendo precedido pelos que envolviam Negligência Psicológica/Emocional (8 respostas).</p> <p>A C.P.C.J sobressai como a principal fonte de encaminhamento das situações suspeitas e/ou observadas pelos docentes na sua generalidade (29%). A esta segue-se o contacto com o Director de Turma (10,3%) e os Encarregados de educação (10%)</p>
Entrevistas	<p>A maioria dos professores entrevistados diz nunca ter identificado uma situação de maus tratos em contexto da sala de aula. No caso dos três professores que dizem ter identificado situações de maus tratos, estes prenderam-se com maus-tratos de ordem física (agressões e actos de negligência). Todos os casos foram encaminhados.</p>
Grupo de discussão	<p>Apenas um dos docentes do grupo de discussão menciona nunca teve perante uma situação de maus tratos, pelo menos que se tenha apercebido. Os restantes docentes referem ter presenciado situações de maus tratos. Estas referências apresentam uma diversidade de situações concretas</p>

	(negligência geral da família, agressões físicas, abusos sexuais), umas inclusivamente com a intervenção da CPCJ e consequente retirada da criança à família.
--	---

Dimensão/Unidades de análise	Procedimentos em caso de maus tratos (Conhecimento relativo aos trâmites relacionados com a ocorrência de Maus-tratos)
Questionários	Nas respostas obtidas (301) 1.7% destas referem que os docentes não sabem onde deverão dirigir-se perante um caso de maus-tratos infantis. 296 docentes apresentam uma grande variedade de respostas, nas quais a CPCJ surgiu como o principal e primeiro trâmite a ser accionado (91,4), seguida das entidades de carácter judicial- Polícia/GNR (27.2% e de organização das instituições escolares - Direcção da Escola/Agrupamento (14.3%).
Entrevistas	A maioria dos professores diz-se sentir informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso comprovado de maus tratos, tendo sobretudo como entidade de referência a CPCJ.
Grupo de discussão	As ocorrências de maus tratos a crianças/menores devem ser comunicadas de imediato à entidade de referência que tem a seu cargo a protecção de menores em risco, que é a CPCJ. Depois de ter conhecimento das ocorrências esta entidade tomará conta das mesmas e tentará, através da lei, dar uma resposta adequada.

Quadro 38: Triangulação de resultados

7.5 Discussão dos resultados

Chegados a este ponto do nosso trabalho, e com base nos dados anteriormente explanados, pretendemos apresentar os aspectos mais pertinentes da análise dos mesmos, considerando os objectivos traçados aquando da investigação por nós desenvolvida.

Assim, no que respeita ao desejo de avaliar o nível de formação relativa à temática dos maus-tratos, foi possível constatar que a grande maioria dos docentes apresenta perante esta realidade uma grave lacuna ao nível formativo, sendo que aqueles que referiram ter sido alvo de formação (somente 23) o fizeram de forma fugaz, incluída em breves momentos do curso inicial ou sessões de esclarecimento.

Os docentes pertencentes ao 1º ciclo, surgem como aqueles que melhor parecem estar preparados, tendo os seus elementos sido aqueles que mais conhecimentos receberam na área em causa. A estes, seguem-se os profissionais do pré-escolar, encontrando-se os do 2º ciclo em clara desvantagem ao nível formativo.

Relativamente à identificação das situações susceptíveis de serem entendidas como maus-tratos foi possível constatar que os docentes não apresentam dúvidas em catalogar como tal acções que coloquem, de forma evidente, em risco ou sofrimento grave as crianças ou jovens. Esta ideia foi defendida quer pelos resultados dos questionários, quer dos meios de auscultação de natureza qualitativa (entrevista e grupo de discussão).

Neste âmbito merece especial destaque as situações nas quais estão envolvidos os abusos de natureza sexual. Esta opção foi unânime aos três grupos de docentes, não se verificando divergências inerentes a cada nível de docência. Contudo, esta foi possível ser observada, aquando da catalogação de quadros como sendo de maus-tratos, quando estes envolviam situações de negligência, quer da responsabilidade parental (relacionadas com questões de satisfação de necessidades de cuidados de saúde ou alimentar) bem como de vigilância perante o perigo.

Desta forma, parece existir ao nível dos docentes do pré-escolar e do 1º ciclo uma maior susceptibilidade para classificar estas últimas como situações de maus-tratos.

Tal realidade, poderá encontrar justificação no facto destes profissionais lidarem com crianças ainda muito dependentes dos cuidados dos adultos, incapazes de suprirem as suas necessidades, ainda que básicas, sendo de admitir que estes elementos considerem como perfeitamente plausíveis a ocorrência destes actos de negligência e a sua classificação como situações de maus-tratos.

Inversamente, na faixa etária dos alunos que frequentam o 2º ciclo, os mesmos actos parecem não ser merecedores de inclusão nesta categoria de acontecimentos, talvez baseado no facto dos docentes darem as suas respostas baseadas no nível etário dos seus pupilos, considerando que já saberão, hipoteticamente, evitar certas situações danosas e poder buscar, teoricamente, auxílio de terceiros em casos como os que envolvem fome ou dor.

Esta divergência de resultados, foi ainda admitida perante situações em que estavam envolvidas abusos psicológicos do menor, nomeadamente verbais, sendo estes mais aceites como tal, pelos docentes dos dois níveis iniciais de ensino, e mais desprezados pelos docentes do 2º ciclo.

Na problemática envolvendo a capacidade para aferir sobre as sintomatologias/sinais consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada, verificámos que a presença de marcas visíveis no corpo da criança/jovem, é tido como o indicador primordial, expresso pela generalidade e por cada grupo de docentes em particular.

Refira-se o facto de que alguns sinais de maus-tratos de natureza mais subtil, não foram tidos em conta pelos docentes, ou apresentaram elevado índice de indecisão.

Analisando os resultados obtidos por sector de ensino, constatamos que existem sinais cuja escolha se encontra dependente deste, encontrando-se neste âmbito quadros de dificuldades de locomoção, receio perante a presença de um adulto (do sexo contrário) ou a tentativa de suicídio. Estes, de carácter menos explícito, tendem a ser menos referido pelos elementos do 2º ciclo, os quais tenderão a justificar os mesmos com outras ocorrências que não os maus-tratos (por exemplo, o atentar contra a vida poderá ter bases em débeis resultados escolares ou até nos primeiros desgostos amorosos, tão típicos da faixa etária em que estes docentes leccionam).

Quando questionados a um nível mais restrito como o da entrevista, os docentes tendem a repetir os dados mais importantes obtidos pelo questionário, reforçando o facto de a visibilidade dos maus-tratos ser uma mais-valia para a identificação dos mesmos, alertando para as dificuldades ao nível da mesma se realizar perante os de natureza psicológica, ou envolvendo a esfera íntima, como os proporcionados pelos de índole sexual.

Um maior conhecimento do tema em questão, é tido como elemento propiciador de um reconhecer de sinais mais arguto, sendo o mesmo evidenciado pelo nosso painel de participantes do grupo de discussão (com alguma experiência e/ou formação) trazendo como sinais importantes indicadores que vão muito para além do físico (tais como o choro e tristeza recorrente ou o receio de terceiros).

No domínio dos factores classificados como focos de potência de situações anómalas, os profissionais de ensino tendem a preferir a referenciação da dependência alcoólica e/ou de estupefacientes, enquanto originador de situações de maus-tratos. Em discurso aberto, a esta realidade os docentes associam a desestruturação familiar que, usualmente, decorre do consumo destas substâncias, e a qual origina instabilidade económica (desemprego) e emocional, elementos que conjugados favorecem o originar de quadros de violência.

Contudo, e observando os resultados obtidos por níveis de ensino, verificamos que o perfil dos professores do 1º Ciclo é, contrariamente aos outros professores, o que se afasta mais das percentagens dos totais relativamente aos restantes docentes quanto à escolha deste factor.

Na verdade o delimitar dos factores que podem estar na origem de potenciais situações de maus-tratos, foi um dos aspectos que mais fez depender as respostas do grupo profissional em causa.

Assim sendo, factores como o nível socioeconómico baixo, a imaturidade emocional do progenitor, as expectativas irrealistas sobre o comportamento e a incapacidade da criança ou os problemas matrimoniais dos pais, surgem como escolhas que encontram dependência na variável nível de ensino.

Ainda nesta premissa, o sexo da vítima não é visto por qualquer dos grupos participantes como um elemento a ter em conta, reforçando a ideia de que os elementos alvo de investigação tem interiorizado o princípio de que estamos perante uma realidade para a qual não existe alvos preferenciais, pelo menos tendo como referência o sexo destes.

Da análise dos dados obtidos relativamente a possíveis processos de denúncia, podemos verificar que a quase totalidade dos inquiridos, considera não poder hesitar em denunciar toda e qualquer situação que envolva acções de violação/incesto, sendo estas tidas como primordiais perante todas as restantes que lhes foram apresentadas.

Sujeitos à entrevista, e ainda que coincidindo na situação mais importante a denunciar, os participantes alertam para a necessidade de denunciar sempre que se opera uma detecção, tendo os envolvidos no grupo de discussão referenciado que este acto vai muito mais além do simples desejo de efectuar ou não uma denúncia, sendo uma obrigação legal que assiste a cada docente.

Registe-se que algumas das situações apresentadas, revelaram elevado níveis de indecisão. Estas caracterizavam-se por ser quadros de negligência, alguns dos quais severos, ou de maus-tratos de índole física (os quais tendem a ser desvalorizados sempre que não produzam marcas evidentes).

Analisando as respostas obtidas segundo os diferentes níveis de ensino podemos verificar nestas algumas particularidades quanto à intenção de operacionalizar um processo de denúncia. Assim, situações que envolvem a alienação da responsabilidade dos progenitores, o abandono da criança, são tidas como altamente susceptíveis de serem denunciadas para os docentes do pré-escolar e do 1º ciclo, não sendo esta tendência seguida pelos seus parceiros do 2º ciclo. Mais uma vez, a possível justificação para este caso residirá na progressiva autonomia dos alunos destes profissionais, os quais não consideraram tão danosas estas situações, ou pelo menos com a mesma intensidade dos seus parceiros.

Através de uma análise mais profunda, pudemos constatar que a questão da denúncia nos surge com contornos algo difusos, não tão lineares como numa primeira observação nos parece afigurar, permitindo detectar divergências entre os grupos de profissionais.

Para a constatação destas, e à semelhança das anteriores questões, baseamo-nos nos resultados do teste do Qui-Quadrado e mesmo violando as condições de aplicabilidade deste, podemos falar em relação de dependência entre variáveis compostas pela ocorrência descrita ser de facto uma situação a denunciar (ou não) e o nível de ensino.

Neste contexto, quando sabedores de um caso envolvendo sevícias/contactos íntimos entre a criança e um adulto (nomeadamente o seu progenitor), são os docentes do pré-escolar os que mais se afastam dos seus colegas, quanto à intolerância dessa situação. Na base desta resposta poderá residir o facto de estes profissionais estarem perante crianças da mais tenra idade (entre os 3 e os 6 anos), totalmente indefesas e na maior parte das vezes incapazes de relatarem o que lhes sucede, assumindo-se de contornos de extrema perversidade o praticar de actos de semelhante natureza.

A negligência com reflexos no domínio escolar, com falta frequente da criança à instituição, assume-se com mais potencial de vir a ser denunciada pelos docentes do 1º ciclo. Quando reflectimos perante esta evidência, podemos tentar perceber a mesma à luz do facto de que durante o período do pré-escolar, segundo o decretado pelo ministério da educação, a frequência reveste-se de carácter facultativo, quadro que leva a que os docentes neste nível de ensino tenham uma atitude menos explícita que os seus colegas do nível seguinte (onde a frequência é obrigatória, estando as crianças sob a exclusiva alçada dos pais, aos quais cabe o encaminhamento, ou não, para a escola). Numa fase posterior, durante o 2º ciclo, as crianças/jovens, encontram-se menos dependentes dos seus progenitores, podendo algumas das faltas ocorrerem por vontade expressa dos próprios e com o desconhecimento, ainda que temporário, dos seus pais.

Relativamente à capacidade para identificar quais os indicadores a ter em conta para reconhecer um caso de maus-tratos, refira-se que a maioria dos docentes considerou não ter estado perante qualquer situação de maus-tratos, pelo menos da qual tivesse tido suspeita ou conhecimento efectivo, no espaço de tempo compreendido, entre os anos lectivos 2008-2010.

Este quadro limitou a que somente 38 respondentes (dos 65 sujeitos que haviam respondido positivamente à questão proposta no questionário), especificassem como haviam tido suspeita da mesma.

Destes, é possível constatar uma predominância clara dos indicadores associadas a quadros de maus-tratos de natureza física quer no que diz respeito aos de índole abusiva (marcas, nódoas negras...), quer de natureza negligente (sujidade, piolhos, fome...), sempre com uma forte componente de exteriorização.

No âmbito dos quadros negligenciais, refira-se o reportar de situações envolvendo quadros de abandono Psicológico/emocional.

Quando em contexto de entrevista, corroborando os dados do nosso questionário, seis dos nove participantes considerou nunca ter tido qualquer experiência, referindo considerarem ser os indicadores de ordem física e comportamental (exteriorizáveis), aqueles que melhor identificariam.

Os participantes no grupo de discussão, escolhidos como anteriormente foi por nós explicado, entre aqueles que haviam referido ter identificado situações específicas, fizeram-no com base em indicadores diversos, com igual privilégio dos de natureza física e abandono dos deveres básicos de assistência parental.

Refira-se que parece existir uma correlação positiva entre o facto de os docentes terem recebido formação e a capacidade para diagnosticar casos de maus-tratos, sendo que dos 38 que expuseram a sua experiência, cerca de 18 destes pertenciam à escassa minoria de 23 elementos, os quais haviam referido ter tido, ao longo do seu percurso escolar e/ou profissional, algum tipo de ensinamentos nesta área.

Estes dados, parecem corroborados pelos resultados obtidos pelo painel de entrevistados, no qual, dos docentes que referiram ter tido uma experiência directa com os seus pupilos nesta temática, parte destes haviam sofrido formação (curiosamente, nenhum dos participantes pertencentes ao 2º ciclo referiu ter sido alvo de qualquer acção específica de aquisição de saberes nesta área, tendo, paralelamente referido desconhecer se alguma vez, no espaço de tempo requerido, havia tido nas suas turmas alunos nessa condições).

Analisando as categorias tidas em conta pelos diferentes níveis de ensino aquando da suspeita, verificamos uma primazia para os indicadores /tipologia de maus-tratos físicos ao nível do 1º e 2º ciclo, sendo os mais observados pelo grupo de docência do pré-escolar, os que envolvem a negligência física.

Relativamente ao encaminhamento dado aos casos detectados, a CPCJ assumiu-se como a entidade preferencial escolhida pelos docentes do pré-escolar e do 1º ciclo. A este facto não será alheio o esforço realizado por esta entidade, nomeadamente ao nível do nosso concelho, através dos seus coordenadores nos vários agrupamentos de escolas, com especial enfoque para estes dois níveis de docência.

Ao nível do 2º ciclo, os profissionais deram primazia ao encaminhar de situações para o director de turma. Não podemos esquecer que a figura deste assume especial destaque nesta fase, sendo inexistentes nas anteriores (dado realizarem a sua actividade lectiva em regime de monodocência). A este cabe “resolver” e ser sabedor de todos os problemas que se passam com a turma, servindo de ponte entre esta e a direcção (a quem cabe o tomar de acções futuras).

No que respeita à avaliação do grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos de maus-tratos, refira-se, relativamente aos dados recolhidos pelo instrumento mais representativo do nosso estudo, o questionário, cerca de aproximadamente 29% não expressaram qualquer resposta. Este facto cria-nos uma certa preocupação, dado que lança a dúvida sobre se a ausência de resposta se prendeu com o simples desejo de não responder ou pelo desconhecimento dos procedimentos. Logo, dos 1,7% de respondentes que declarou desconhecer a quem ou onde se dirigir, é passível ser assumido um número superior a este.

No entanto, e cingindo-nos, ao número obtido, e pretendendo conhecer a sua distribuição por níveis de ensino, verificamos que a mesma se distribuiu de forma equitativa pelos docentes do pré-escolar e do 1º ciclo (cerca de 0,7%), tendo sido menor no caso do 2º ciclo. Contudo, tais valores não nos permitem dizer que existam diferenças que correlacionem a resposta dada com o nível de ensino em causa.

Relativamente aos que prestaram uma resposta positiva, a mesma revelou toda uma panóplia de entidades, merecendo completo destaque a CPCJ, sendo a mesma precedida por entidades com carácter judicial como sejam as entidades policiais.

Apesar da maioria dos casos de maus-tratos terem origem na esfera familiar, o contacto com os encarregados de educação assume-se como a última entidade/instituição para quem os docentes procurariam recurso. Esta situação

demonstra, muito provavelmente, que estes assumem que a abordagem a realizar perante estes requer muitas vezes uma mediação ou que podem eles mesmos vir a ser alvo de represálias.

Através do aferido nesta área com os participantes na entrevista e no grupo de discussão, verificamos que estes referem sentir-se, globalmente, informados sobre os procedimentos a adoptar, apresentando também eles a CPCJ como a principal entidade para encaminhamento de um caso de maus-tratos no seio das suas turmas.

No entanto, e quando questionados relativamente a uma possível sugestão relativamente a toda esta temática, a esmagadora maioria dos elementos destes painéis, não hesitam em revelar que a escassez de formação efectiva é algo que persiste, estendendo-se esse sentimento ao da falta de informação de que muitas vezes os docentes são alvo, perante o encaminhamento dado às situações por eles referenciadas e despoletadas.

7.5.1 Comparação dos resultados obtidos com o estudo original

Não obstante o público-alvo da amostra do nosso estudo ser diferente do estudo original, sendo este, como o especificado em capítulos anteriores, composto por estudantes de fim de curso de importantes áreas sociais (a dedicarem - se em termos profissionais com crianças, nomeadamente de futuros professores) e sobre o mesmo já ter passado cerca de 15 anos, julgámos interessante realizar uma comparação entre os resultados de ambos, tentando identificar as principais diferenças no mesmo ou pontos de convergência.

Evidentemente que a comparação por nós realizada só pode ser concretizada no que concerne aos quatro pontos fundamentais do estudo, a saber, *a percepção das situações de maus-tratos, o alerta para os sinais que estes envolvem, a percepção dos factores de risco e o desejo em efectuar uma denúncia*, já que os restantes aspectos (formação e conhecimento de procedimentos e atitudes), foram por nós introduzidos na presente investigação.

Assim, relativamente ao primeiro ponto em análise, revelou o estudo inicial uma tendência para um maior consenso face às situações que descreviam abusos

(psicológicos, sexuais ou físicos), quando em comparação com quadros de negligência, no qual se registaram valores menos expressivos, mais baixos e uma maior hesitação.

Este mesmo panorama foi por nós visível, sendo de salientar que mesmo em descrições de quadro de negligência gravosa, de origem nutricional e física (situação 6, “*Uma mãe de um rapaz de oito anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalheria.*” e 10, “*Os pais ignoram as queixas de dor da sua filha.*”), os valores, ainda que positivos, encontram-se a cerca de 30% de distância dos atribuídos aos de natureza física.

Ainda neste âmbito, se os vários estudantes mostravam uma inclinação para reconhecer as situações de maus-tratos que revelavam uma relevância directa com o seu campo de especialização, no nosso estudo, e não obstante todos serem docentes, certos quadros descritos tenderam a ser mais ou menos valorizados de acordo com o nível de docência dos inquiridos (os quais, também eles particularizaram as suas respostas).

No que respeita ao alerta para os sinais de maus-tratos, padrões semelhantes foram detectados entre os dois estudos.

Assim, tal como no estudo primitivo, as diferenças encontradas entre as respostas dadas pelos participantes, prenderam-se com a escolha feita entre os sinais que continham conteúdo explícito de perigo, os quais se traduziram na escolha largamente expressa pelos participantes, e aqueles que envolviam sinais implícitos, ainda que altamente suspeitos e possíveis denunciadores de situações de extrema gravidade e altamente suspeitos (caso da situação 6, “*A rapariga procura o contacto físico com os adultos.*”, a qual em ambos os trabalhos recolheu valores onde claramente não é tido como um sinal a ter em conta)

Relativamente à questão da percepção dos factores de risco, se no estudo inicial a percentagem mais elevada de respostas foi atribuída a factores relacionados com a personalidade ou comportamento dos pais (caso do factor 8, “*Não amarem a criança*”) e não obstante estes serem considerados importantes, os docentes atribuíram a factores que não se focalizavam somente nos pais mas em aspectos relacionados com a família, a sociedade e categorias culturais (nomeadamente ao factor 10, “*Dependência dos pais de drogas ou álcool*”) o maior índice de respostas.

O padrão de respostas obtidas neste item revelou-se ainda muito regular entre os estudantes participantes, não demonstrando correlação entre estas e as suas disciplinas de formação de base.

Ora, sucede que no estudo por nós realizado, este assumiu-se, como anteriormente revelámos, num dos que encontrou maior dependência com os diferentes níveis de docência.

No que concerne ao desejo demonstrado para reportar /denunciar um caso de maus-tratos infligidos a uma criança, os envolvidos no estudo inicial revelaram um maior desejo de levar acabo tal acção quando estes envolviam casos de abuso severo de índole sexual e física. Este resultado foi também passível de ser observado no nosso estudo, tendo com o anterior coincidindo nas duas situações tidas como primordiais a denunciar (situação 1, “*Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha*” e 2 “*Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha*”). Por exemplo, no caso mais flagrante, situação 1, os valores iniciais obtidos, entre todos os participantes, situou-se entre 98.7% e 99.3%, tendo no nosso caso particular, com base na caracterização geral de todos os docentes, sido obtido valores extremamente coincidentes e também eles esclarecedores (99.7%).

Os casos envolvendo quadros de negligência, assumiam-se como aqueles onde era demonstrado um grau menor de desejo para realizar uma denúncia, mesmo quando esta implicava sofrimento (situação 6, “*Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos*”).

Este desvalorizar de quadros negligenciais, alcançou na nossa investigação índices algo diferentes, tendo recebido valores superiores a 80 %, descrições desta natureza (situação 9, “*No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos*”, situação 11, “*Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas*” e situação 12, “*Os pais deixam o seu filho ou filha, com três anos de idade, frequentemente só durante a noite.*”).

A escolha pelas diferentes situações, no estudo original, quando analisados os quatro grupos de participantes, demonstrava uma tendência para cada um destes particularizar a acção a realizar com base na sua formação. Neste âmbito, um futuro professor não hesitava em denunciar a falta constante do menor à escola ou um

aspirante a assistente social, não podia deixar de relatar uma ocorrência como a descrita pela situação 9.

Com o nosso painel de participantes, e não obstante tratem-se todos de profissionais da educação, não existindo uma incisiva diferença ao nível formativo, já que a todos assistiam disciplinas básicas na sua formação de base (tais como a pedagogia e noções elementares de psicologia e sociologia), como anteriormente foi por nós reportado, quando analisadas as respostas à luz de cada grupo de docência, também as mesmas parecem ser dadas tendo em conta a sua prática e universo de leccionação.

Julgamos que o exposto anteriormente, procurando encontrar pontos de convergência e de possível divergência entre estes dois estudos, com as suas diferenças e especificidades próprias, poderá ter ajudado a cimentar alguns dos resultados por nós obtidos, permitir uma melhor interpretação dos mesmos, e, em última análise a potencializar o obter de algumas conclusões, limitações e possíveis implicações destes.

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

8. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DO ESTUDO

No capítulo final do nosso trabalho, procuramos, primeiramente, apresentar e clarificar as conclusões que nele se destacam e são por nós alvo de consideração, dando persecução aos objectivos que estiveram na base do nosso trabalho. Estes, de forma específica, versaram sobre:

8.1 Nível de formação dos docentes na temática dos maus-tratos infantis

Com base nos diferentes instrumentos e técnicas por nós utilizados, a saber questionário, entrevista e grupo de discussão, ficou demonstrado que esta é uma temática perante a qual os profissionais de educação pouco têm investido, no que concerne à busca de formação na mesma. Neste contexto, só uma escassa parcela da amostra estudada (7,9%), representativa de toda um concelho, reconheceu ter tido alguns conteúdos formativos na área.

Várias razões podem ser conjecturadas para justificar este quadro, sendo contudo a falta de oferta a mais óbvia, nem ao nível da formação contínua, nem do currículo de base (como explanámos em capítulo anterior).

Neste âmbito, importa referir que alguns docentes afirmaram que o tema havia sido abordado na unidade de ensino superior em que haviam realizado o seu curso (ainda que de forma fugaz e inserido num capítulo de uma determinada disciplina). Tal facto, ainda que insuficiente, dado os poucos elementos que abrangeu, não deixa de ser positivo, dando-nos uma visão da autonomia curricular destes estabelecimentos em particular, os quais geriram os seus currículos, tentando abranger o tema, apesar deste não fazer parte integrante do currículo básico para a formação de profissionais da educação, independentemente do nível de ensino.

Ao procurar individualizar os resultados obtidos, dando resposta a um dos nossos objectivos de pesquisa e cruzando o mesmo com o que buscava reconhecer a especificidade de cada grupo de docência, foi possível constatar que os profissionais do 1º ciclo e do pré-escolar (por esta ordem de grandeza) foram alvo de um maior contacto a nível formativo nesta área, do que os seus colegas do nível seguinte.

A justificação com este facto, talvez se prenda no esforço feito por algumas entidades com responsabilidade no domínio infanto-juvenil. Em realizar acções de sensibilização junto de algumas instituições escolares. Contudo, se no que concerne aos níveis iniciais, a mesma se aplica aos docentes, posteriormente, esta começa a ser vocacionada para os alunos e de participação facultativa.

8.2 Identificação de situações de maus-tratos

Dos resultados por nós obtidos, assume-se como aceitável reconhecer a existência de um consenso nos vários grupos em causa, quanto à definição de maus-tratos.

Nesta, parece ser particularmente abrangente a noção de que estes englobam sofrimento por parte da vítima, ganhando primazia todas as acções de *violência física e de abuso sexual*, bem como as que envolvem *abandono severo das responsabilidades parentais*, assumindo-se como as principais forças motrizes deste conceito.

Congratulamo-nos com o facto, e divergindo do que sucedeu no estudo antecessor e em outros realizados, como foi por nós demonstrado no capítulo IV, que a negligência seja uma situação claramente reconhecida como maus-tratos (a segunda em termos percentuais-93,9%), mesmos sem que do quadro apresentado se vislumbre o resultado imediato do acto perpetrado, tendo sido amplamente referida pelos participantes nas técnicas qualitativas.

Julgamos que a explicação para este resultados, pode ter origem no intenso debate que este assunto tem suscitado na sociedade em geral, e na portuguesa em particular (onde pululam numerosas situações), permitindo aos profissionais uma maior consciencialização e um alargar de horizontes, valorizando novas situações, até então preteridas nas auscultações realizadas (Pardeck's, 1988).

Neste contexto, ambos os grupos alvos de estudo, parecem encontrarem-se atentos a esta problemática, permitindo, contudo, que sejam possíveis observar determinadas nuances entre os três departamentos, tendo como pano de fundo o nível etário dos seus alunos, focalizando, desta forma, a particularização dada às suas respostas.

Esta última constatação, reveste-se de contornos bem particulares, já que alguns dos docentes envolvidos, possuem, em termos académicos, habilitação para leccionar em mais do que um nível de ensino, podendo escolher, aquando do início do ano lectivo, a sua preferência pelo nível a leccionar.

Neste contexto, e tendo alguns a mesma formação, residindo a diferença na escolha pelo sector de ensino (por exemplo um professor do 1º ciclo poderá leccionar no 2º se para tal a sua licenciatura incluir a variante de ensino numa área específica), não deixa de ser curioso que de acordo com as características dos alunos que se lhes deparam, assim as suas respostas são orientadas. É ilustrativo desta premissa o caso dos abusos de natureza psicológica e de negligência das condições de vida, as quais tendem a ser valorizadas quando os docentes têm como palco da sua acção crianças de tenra idade e desvalorizados numa fase posterior.

8.3 Sintomas/sinais associados aos maus-tratos

A exteriorização dos sintomas/sinais surge como a forma mais comumente aceite pelos docentes, aquando da identificação de casos de maus-tratos. Assim, as marcas visíveis, presentes no corpo da criança/jovem, surgem como o melhor garante da perpetração de quadros abusivos.

Este resultado encontra correspondência noutros estudos já realizados com docentes (Mendonça, 2008), facto que alerta para uma visão algo reducionista do fenómeno dos maus-tratos infantis.

Assim, paralelamente ao não reconhecimento de importantes sinais, incluindo descrições de atitudes em contexto de sala de aula, extremamente preocupantes, ou de retrocesso no processo de maturação do indivíduo caso da regressão no controlo dos esfíncteres (Gaona, 2010), assistiu-se a uma desvalorização dos sinais de índole implícita ou a uma elevada hesitação na escolha dos mesmos.

Esta constatação faz-nos reflectir relativamente ao facto dos docentes não terem apresentado grandes dúvidas aquando da delimitação do que deve ou não ser considerado como situação de maus-tratos, contudo a mesma segurança, o mesmo saber não nos surge consolidado aquando da detecção de sinais. Desta forma, mais do que falarmos num problema de catalogação de fenómenos de natureza abusiva e

negligencial, parece que nos deparamos com um déficit ao nível do reconhecimento de indicadores.

Nesta perspectiva, a ausência de formação que assistia à quase totalidade dos participantes, pode ser tida como o cerne de toda a questão, deixando os docentes desprovidos dos conhecimentos necessários para uma cabal identificação de sintomas de alerta, sempre que estes se situem muito para além do óbvio e do palpável.

Parecendo confirmar esta nossa perspectiva, os resultados obtidos pelo painel composto pelos elementos do grupo de discussão, no qual a maioria dos participantes havia recebido algum tipo de ensinamento ou tido anterior contacto com a temática (tendo sido obrigados a desenvolver todo um conjunto de práticas, das quais lhes adveio, naturalmente, saberes), foi o que reportou todo um conjunto de sintomas/sinais mais abrangentes (Alario & Birnkrant, 2010).

Evidentemente que muitos dos sinais tidos como menos exteriorizáveis, podem ser resultado de toda uma panóplia de situações que não a exposição à violência familiar ou a ser vítima directa dessa mesma violência. Contudo, quando instruído qualquer docente não poderá renunciar à suspeição sobre os mesmos, sempre que estes sinais resultem em acções que ganhem contornos de perigo físico para a criança e/ou os que os rodeiam, se transformem em algo tão intenso que venha a interferir na quotidiana adaptação da criança às actividades que lhes sejam propostas, não responda às estratégias tidas como básicas e usuais para a superação de determinado comportamento (caso da inquietude em sala de aula), bem como se os mesmos sintomas se prolongarem por um tempo tido como intolerável, Neste contexto, e a título de exemplo, pode ser tolerável que uma criança adormeça esporadicamente no espaço de sala de aula (denotando um normal cansaço perante o trabalho desenvolvido, alguma fragilidade física, o anteceder de um quadro de doença...), contudo altamente suspeito se o mesmo suceder repetidamente e persistir com o tempo (Muñoz et al, 2003).

As particularidades inerentes a cada um grupos de docência também fizeram transparecer algumas divergências, as quais, ainda que não divergindo da geral corrente de opiniões, permitem perceber, mais uma vez, que os docentes potencializem determinados sinais tendo por base a sua população, estreitando a sua visão sobre o problema.

8.4 Potenciais factores associados aos maus-tratos

Os estudos realizados, indicam-nos que a identificação e o conhecimento dos factores que potencializam o risco de ocorrência de maus-tratos, pode ser uma mais-valia na forma de enfrentar este problema (Pires & Miyazaki, 2005).

Neste âmbito, os docentes envolvidos na nossa investigação revelaram primazia, pelas condições associadas ao agressor, encontrando-se no patamar superior os que descrevem quadros de toxicodependência deste e o facto de não possuir amor pela criança.

Em sentido oposto, foram desprezados a quase maioria dos factores que continham em si condições associadas à vítima, tais como este ser do sexo diferente do ambicionado (claramente descartado pelos participantes, com uma expressividade de aproximadamente 90%), ou esta ser portadora de condições de saúde as quais possam requerer um maior grau de cuidados (incapacidade do menor).

Da mesma forma, mais de metade dos docentes não parecer ter em conta os Factores de risco que se encontram em estreita relação com o meio social e a comunidade. Nestes sobressai a desigualdade social e a pobreza (também ela presente nas situações apresentadas aos participantes). Estas, ainda que alvo de controvérsia e de debate aceso na sociedade, não podem deixar de ser encaradas como importantes factores de risco, revelando as pesquisas efectuadas que se tornam mais presentes em famílias que atravessam ou vivem permanentemente em situações de pobreza, sendo nestas mais elevado o risco de negligência e o abuso físico (Gaona, 2010).

Todos os métodos de pesquisa utilizados, parecem corroborar esta tendência reducionista de escolha dos factores, pelo menos da eleição dos mesmos, sendo as ténues diferenças observadas unicamente ao nível do grupo de discussão, ainda que de forma muito discreta e pouco significativa.

Por outro lado, e demonstrando que os docentes não possuem uma consciencialização comum sobre este importante elemento, o qual se reveste com importante valor na prevenção de situações efectivas de maus-tratos, impedindo-se assim a concretização de um mal maior, surge a presença significativa de respostas que

se encontram dependentes com o nível no qual os docentes concretizam a sua prática lectiva.

O elevado índice de indecisão, nos quadros propostos sem incisão no perpetrar dos actos, é também ela elemento que denota alguma ambiguidade e dúvida importante no assinalar das respostas.

Neste contexto, e tal como sucedeu no referenciar dos sinais potencialmente envolvidos nesta temática, não existe uma correspondência directa ente a clareza demonstrada aquando da identificação de situações, e o conhecimento e valorização de factores que hipoteticamente poderiam potencializar as mesmas.

8.5 Denúncia de situações de maus-tratos.

De acordo com autores como Webster, O'Tolle, O'Tolle e Lucal (2005), ao debruçarem-se sobre a questão da denúncia, concluíram através das suas investigações, que cerca de um terço dos docentes que suspeitam ou mesmo identificam um caso de maus-tratos, não procedem ao assinalar/denunciar do mesmo.

No nosso presente estudo, os profissionais de educação consideram as situações que envolvem o abuso sexual como as prioritárias para o despoletar de uma acção de denúncia.

Relativamente às demais categorias, tanto ao nível da negligência como dos maus-tratos físicos, estes devem ser de grau acentuado/severo, mostrando-se uma predilecção no denunciar de quadros que produzam resultados visíveis e incontornáveis.

Os dados obtidos surgem-nos na linha do defendido por autores como Piñon (2008), o qual considera que os professores, sempre que não entendam que a integridade, a saúde e, em primeira instância, a vida das crianças se encontra em risco, tendem a catalogar esses casos como “não tão importantes”, não atribuindo aos mesmos o valor devido, nem efectuando a denúncia destes.

Contudo, são estes mesmos quadros tidos como menos importantes, logo perante os quais nada se faz, que produzem nas crianças que deles são vítimas, graves consequências (quando comparadas com crianças que não experienciaram tais

situações). Como exemplo desses resultados temos a predominância de situações de distúrbios graves do comportamento, atitudes destrutivas, baixa auto-estima ou de fragilidade na auto-regulação (Piñon, 2008).

Neste âmbito, refira-se que algumas respostas dos docentes (ainda que não alcançando valores tão expressivos como os das tipologias acima descritas), revelaram alguma “maturidade” dos mesmos nesta área, permitindo vislumbrar uma preocupação em assinalar/denunciar casos de maus-tratos (envolvendo experiências de natureza psicológicas e/ ou emocionais), impedindo que as mesmas alcancem estágios de gravidade superior.

No entanto, a elevada indecisão revelada, perante questões de contornos preocupantes, ainda que envoltos em nuances de aparente subjectividade e de não exteriorização, deixa-nos algo apreensivos quanto à aparente segurança nos resultados obtidos e efectiva expressividade do acto de denúncia.

Assim, e de acordo com Yanowitz, Monte e Tribble (2003), os professores que efectuam uma denúncia, fundamentam a sua decisão tendo por base essencialmente suspeitas e menos evidências concretas. Pelo contrário, os docentes que tendem a não assinalar os quadros de que têm suspeitas, parecem necessitar de ocorrências expressivas, antes de equacionarem a realização de uma notificação.

Relativamente ao valor da experiência e possível especificidade profissional, associada aos três grupos de docência em análise, constatamos que, mais uma vez, a mesma tende a influenciar as respostas, tendo por base as características e a faixa etária envolvida no trabalho dos profissionais.

Neste contexto, os docentes do pré-escolar, tendem a revelar uma posição extremamente protectora e de certa forma “maternal”, face aos seus pupilos, indefesos perante acções perpetradas pelos adultos/cuidadores.

Os docentes do 1º ciclo valorizam, de forma significativa, situações que interferiram com o percurso escolar do aluno (absentismo recorrente e sem causa aparente).

Os professores do 2º ciclo, assumem as suas posições de forma mais uniforme, acompanhando, em termos gerais, a tendência maioritária, nas situações a realizar uma denúncia, não revelando um sentido particular de escolha.

8.6 Reconhecimento de casos de maus-tratos

Relativamente à taxa de prevalência de situações reconhecidas pelos docentes, como sendo de maus-tratos, nos dois últimos anos lectivos, no espaço compreendido pelos Agrupamentos de escolas do concelho de Mafra, esta assume-se como baixa (20,1%). Este facto, ainda que positivo levanta algumas considerações.

Assim, não deixará de ser questionável se os casos detectados foram a totalidade das ocorrências, ou se, estes só traduzem a minoria que, numa primeira instância foram identificados, e, de forma ainda mais reduzida acabaram por ser denunciados. A corroborar estas nossas dúvidas, encontra-se o facto de que dos casos assumidos, só quase metade destes explicaram como fizeram a detecção dos mesmos.

Neste contexto, é presumível, que o baixo índice registado, não espelhe a totalidade da situação, ainda mais que estamos perante um conjunto de elementos com notória carência a nível formativo na área em questão, elemento que é especialmente determinante aquando de uma correcta identificação de situações e, mais ainda, de potenciais indicadores (Piñon, 2008), tendo os casos referenciados, sido, de forma exponencial, levados a cabo pelos docentes que experimentaram alguma modalidade formativa.

As situações envolvendo repercussões a nível físico, quer resultando de maus-tratos, quer de negligência desta natureza, assumem-se como as mais referenciadas pela generalidade dos participantes, apresentado sempre um quadro de exteriorização física.

Este resultado é partilhado pelos dados obtidos em estudos realizados em distintos quadrantes geográficos, tais como a Espanha, Argentina, Inglaterra ou Canadá (Faleiros, 2007).

Fazendo-se um parêntese, refira-se que embora a negligência física seja uma das mais referenciadas, registe-se que durante largo período de tempo, os estudos que abarcaram a mesma, foram desvalorizados, tendo o tema ganho força, com base no

número de ocorrências que progressivamente foram sendo identificadas, tendo os docentes importante contributo nesta matéria (Faleiros, 2007).

Os maus-tratos envolvendo situações emocionais/psicológicas, foram os menos referenciados. Importa referenciar que este é, por norma, pouco notificado, prendendo-se a razão para essa ocorrência no difícil reconhecimento do mesmo (UNICEF, 2009).

Registe-se o facto que não foram detectados qualquer situação de abuso sexual, mormente, haver sido, só no primeiro período de tempo (2009/2010), referenciado à CPCJ da área em causa casos de elevada suspeição, ainda que tendo como origem do reconhecimento da mesma, entidades que não os docentes (CPCJ, 2009). A justificação para esse facto, poderá estar associada, por um lado, ao facto desta tipologia ser substancialmente menos prevalente que outras (Bringiotti, 2000), por outro lado ser difícil para um docente detectar ou fazer a denúncia (ao contrário do que afirmam, quer no nosso questionário, nas entrevistas ou no grupo de discussão), dado ser um acto ainda revestido de elevado tabu, perante o qual se sabe que qualquer passo em falso, aquando de um falso reconhecimento, pode trazer consequências desastrosas, preferindo, em caso de dúvida, aguardar por novos indicadores, os quais, a concretizarem-se, só produzem um agudizar da situação.

Relativamente à variação das modalidades, no que respeita ao grupo de docência (e tendo em conta os escassos números obtidos) a negligência de origem física foi notada, essencialmente ao nível do pré-escolar (sujidade geral, aspecto deplorável...), indicadores notoriamente externos e valorizados num período de elevada dependência face ao adulto.

Os maus-tratos de índole física foram os mais identificados nos níveis seguintes, sendo também de registar, ao nível do 2º ciclo, o registar de casos de negligência psicológica/emocional. Esta revela-se, essencialmente, ao nível da descrição de situações envolvendo a falha de controlo parental (Tourigny et al., 2003), a qual se materializa em faltas à escola ou recusa permanente dos pais em apresentar-se perante uma reunião convocada. Esta falta de monitorização das crianças /jovens por parte dos adultos responsáveis, resvalam, muitas das vezes para a exteriorização de problemas comportamentais.

8.7 Encaminhamento a prestar em casos de maus-tratos.

Quer perante um caso vivenciado enquanto docente, quer quando questionados relativamente aos procedimentos a adoptar perante uma possível situação de maus-tratos, a Comissão de Protecção de Crianças de jovens, assume-se como o órgão de protecção a menores claramente mais citado. Esta surge individualmente, bem como estando presente em inúmeras combinações, as quais envolvem entidades com poder judicial e legislativo (existindo neste último caso, alguma confusão quanto ao poder de actuação destes órgãos, os quais, caso do tribunal, só será chamado a intervir numa fase posterior).

A figura do Director de turma, observando por sectores de ensino os dados obtidos, reveste-se de elevada importância para os docentes do 2º ciclo, não deixando de ser curioso como os profissionais deste nível personalizam na figura deste o seu próprio dever, surgindo como uma espécie de intermediário, a quem caberá desencadear todo um conjunto de mecanismos os quais partiram da suspeita ou detecção de indicadores realizada por um outro professor. Não deixará este facto de acarretar em si alguma desresponsabilização, bem como um alheamento perante as suas próprias responsabilidades.

Nos restantes níveis, operacionalizados em regime de monodocência, esta situação não tem lugar, assumindo o profissional do pré-escolar e do 1º ciclo a função de dar (ou não), o seguimento às situações de que foi sabedor ou que venha a constatar.

Se a grande maioria dos docentes não hesita em referir que sabe onde ou a quem se dirigir em caso de maus-tratos, não deixa de ser peculiar que a resposta à especificação de como operacionalizar essa actuação, surge como depreciada por um número significativo de participantes.

Contrariando os resultados de certos estudos (Vagostello et al., 2003), nos quais, mesmo quando os docentes têm conhecimento dos órgãos ou entidades com competência na protecção infantil, a grande maioria deste prioriza como acção imediata o diálogo com a família e /ou os potenciais responsáveis, em busca de encontrar a melhor situação para o problema (procedimento que pode agravar a situação vivida pela vítima); na nossa investigação tal solução é completamente preterida, atribuindo sempre

esse papel a terceiros e entidades, as quais, com mais ou menos atribuições, desempenham competências no domínio infanto-juvenil.

8.8 Limitações do estudo

Todo e qualquer trabalho de investigação, mormente o esforço despendido, e o desejo de alcançar os melhores resultados possíveis, surge-nos sempre como sugestível de encerrar em si todo um conjunto de pontos fracos, limitações, os quais devem ser observados, buscando uma atitude de autocrítica e de reflexão sobre estes.

Neste contexto, julgamos que a própria temática do nosso trabalho, é ela mesma altamente complexa, gerando na sociedade e naqueles que participaram neste, toda uma panóplia de sentimento, as quais alternam entre a repulsa perante os temas abordados (tal estes são tidos como ignóbeis), bem como o sentimento de ter de responder de acordo com o socialmente correcto.

Desta forma, não podemos descurar o facto de que os respondentes, ao serem envolvidos num estudo relativo ao tenebroso mundo dos maus-tratos infantis, principalmente quando confrontados com todo um conjunto de situações revestidas de enorme delicadeza e incómodas (como as que lhes foram apresentadas aquando do questionário), tenderão a responder de acordo com aquilo que eles entendem como o “mais normal” e o por norma esperado.

Assim sendo, e não obstante o carácter anónimo que todo o questionário (o qual surge como um garante da salvaguarda da identidade de cada participante), não podemos descartar a hipótese de poderem existir diferenças entre aquilo que os professores referiram como o que fariam perante determinada situação hipotética, os factos e as condições que os motivariam; e as suas reais e efectivas atitudes.

Contudo, cremos que esta é uma questão que se reveste de contornos quase que existenciais em todas as pesquisas que versam sobre importantes temáticas sociais.

Neste âmbito, e com vista a controlar os efeitos desta atracção pelo socialmente correcto, e as consequentes limitações ao nível da interpretação dos dados obtidos, julgamos que se tornaria útil a inclusão no questionário de uma escala que avaliasse essa mesma apetência social.

Por outro lado, não podemos ignorar que estamos perante um questionário em que maioritariamente, os itens apresentados surgiam sobre a forma de questões de natureza fechada, apresentando respostas cuja escolha era limitada e sem gradação de intensidade. Esta realidade poderá ter condicionado os elementos envolvidos, os quais poderão não ter espelhado todas as suas percepções e estados de alerta face à questão dos maus tratos infantis.

Desta forma, julgamos que numa futura investigação, poderá ser enriquecedora a introdução de um maior escalonamento ao nível da possibilidade de respostas a apresentar.

No que diz respeito à aplicação das técnicas de natureza qualitativa, a saber a entrevista e o grupo de discussão, o facto da própria investigadora encerrar em si o papel de condutora/moderadora de todo o diálogo produzido, poderá, não obstante todo o esforço desenvolvido na limitação dessa varável, ter provocado algum enviesamento nas respostas, tendo as mesmas sido, hipoteticamente, ter recebido alguma espécie de sugestionamento com vista a satisfazer o alcançar dos objectivos propostos (Quivy e Campenhoudt, 1992). Por outro lado, a total falta de anonimato, nomeadamente aquando da resposta perante as atitudes adoptar, ou o desejo de efectuar uma denúncia, podem carecer de algum distanciamento, mais uma vez, em relação às reais acções a desenvolver (esta situação, a verificar-se, poderá ter contornos mais diluídos ao nível do grupo de discussão, no qual, na maioria dos casos, mais do que projectarem conjecturas, os participantes expuseram situações práticas das quais foram sabedores ou em que se encontraram directamente envolvidos).

8.9 Implicações

Mesmo antes de analisarmos as possíveis implicações directas decorridas dos resultados obtidos pelo nosso estudo, refira-se em primeiro lugar, que uma das suas principais virtudes, ponto forte, foi o facto de permitir aos docentes e às escolas, quer individualmente, quer em grupo (tendo por base o tipo de técnica utilizada), debater e reflectir relativamente à temática dos maus-tratos infligidos a crianças/jovens.

Este debate foi possível de observar em distintos momentos. Assim, teve lugar de forma que podemos intitular como “espontâneas” logo após o preenchimento do

questionário (nos casos em que a pesquisadora fez a recolha imediata aquando do término do mesmo), dialogando os participantes relativamente ao conteúdo do questionário, trocando ideias e pontos de vista relativamente ao conteúdo exposto nas vinhetas, ou prologando o tema abordado para lá do findar da entrevista e do grupo de discussão (este último em conversa aberta por longo período de tempo). Por outro lado, em duas escolas participantes, os docentes fizeram um convívio com os pais (convidando para o mesmo elementos com responsabilidade na área da protecção e saúde infantil, cujo uma das temáticas abordadas (no tema crianças em risco), eram os maus-tratos.

Um dos aspectos mais referenciados pelos participantes, quer nas técnicas por nós utilizadas, quer no debate subsequente, centrou-se nas limitações sentidas, nomeadamente no que concerne à formação na área.

Neste contexto, revestir-se-á de extrema importância reflectir sobre a preparação destes profissionais, em dois importantes momentos, a saber, na fase de formação (tornando obrigatória a inclusão nos currículos destes de conteúdos que versem esta temática, de forma efectiva e extensiva a todos os planos curriculares de formação de docentes), quer dos que se encontram a leccionar.

Neste último grupo, a organização de acções de formação, ministradas por formadores que procurem, mais do que a transmissão empírica de saberes, o transmitir de conhecimentos e atitudes práticas, procurando responder às questões que por vezes fazem a diferença entre a inércia e a atitude responsável e interventiva face a esta questão, será uma área apostar num futuro que se deseja feito presente (Mendonça, 2008)

Esse treino nas questões dos maus-tratos infantis, mais do que fazer parte de possíveis hipóteses de formação, facultadas pelos variados centros de formadores espalhados pelo país, os quais o docente é obrigado a frequentar de forma a progredir na sua carreira (mas cujas temáticas a escolher quase nunca abordam este tema); deveria ser levado às escolas, com carácter regular, de cariz obrigatório mas realizadas de forma natural, contribuindo para uma actualização do docente enquanto ser humano e profissional da educação (Webster et al., 2005). Estas deveriam ser entusiasticamente patrocinadas e amplamente divulgadas pela tutela (Ministério da Educação), à

semelhança de outras acções já ocorridas em âmbitos como o *Plano Nacional da Leitura e da Escrita* ou o *Plano Nacional da Matemática*. Assim, tal como a auscultação dos resultados observados pelos estudantes portugueses nestas duas áreas, denotava uma potencial carência sentida pelos docentes nestas temáticas (as quais colocavam Portugal longe dos lugares cimeiros quando em comparação com outros países), também o elevado número de crianças vítimas de maus-tratos deveria servir como sinal de alerta para a necessidade de apostar na formação de um dos principais grupos de profissionais com possibilidades efectivas de actuar nesta área, a saber, os docentes.

No ponto seguinte do nosso trabalho, apresentamos uma proposta de um futura acção de formação por nós elaborada, com vista a ser apresentada aos vários centros de formação da área geográfica do nosso estudo, bem como de concelhos limítrofes.

Outro dos importantes aspectos que certamente resvalaria em mais valias nesta temática, seria incremento a dar ao apoio prestado aos docentes, de forma real e não pura e simplesmente prevista em directrizes ministeriais, por equipas multidisciplinares (de psicólogos, assistentes sociais, pediatras...), as quais, não só poderiam interagir com o profissional da educação, bem com permitiriam facultar à vítima o necessário apoio, de forma muito mais célere e eficaz, para o qual nenhum docente recebe instrução efectiva e não estará, seguramente, habilitado.

Desta forma, a necessária integração destas unidades de grupos de trabalho, em todos os agrupamentos de escolas, poderiam contribuir para evitar o afastamento da criança da instituição escolar (quando esta não está preparada para a incluir no seu núcleo; e não quando a lei assim o preconiza), bem como o resultado deste acto. Esta situação reveste-se de superior importância e melhoraria em muito a inclusão e recuperação da criança vítima de maus tratos (Kenny, 2001).

Contudo, o constante agravar das condições socio-económicas do país, com os severos cortes orçamentais previstos no orçamento de estado, no qual o sector da saúde e da educação, surgem, tragicamente, como os dois mais sacrificados (Orçamento de Estado, 2011), não nos deixam antever nada de promissor nesta área, onde, ao invés de assistirmos a um incremento do número de profissionais disponíveis, os mesmos estão a ser concentrados para um número cada vez maior de instituições, ou pura e

simplesmente afastados, deixando estas e os seus docentes, e por ordem crescente de interesse, os alunos, mais depauperados.

Se a formação dos docentes parece assumir-se de importância vital, consideramos que a mesma deveria ser estendida às próprias crianças/alunos. Assim, a possível introdução de conteúdos nos programas a leccionar, baseados essencialmente na vertente da prevenção, transmitidos de forma interdisciplinar e transversal (englobando áreas como a Área de Projecto, a Formação Cívica ou a Educação Sexual), tendo como principal intuito dotar os alunos de competências de auto-protecção, surge como um importante recurso a ser utilizado pelo professor enquanto importante elemento em toda esta cadeia (Faleiros, 2008).

Em paralelo com a necessária formação que é necessária facultar, e a criação de parcerias de actuação, surge como fulcral a transmissão de conhecimentos de índole prática e de instrumentos sobre esta temática permitindo aos docentes estarem revestidos de todo um conjunto de saberes e práticas que lhes permitisse ter uma atitude confiante e activa (Yanowitz, et al., 2003).

Dadas as dificuldades sentidas para uma global detecção de fenómenos de maus-tratos, julgamos que uma acção válida a realizar passaria, à semelhança do já utilizado em países como a Espanha (nas regiões da Andaluzia e Catalunha), a Argentina ou o Brasil, por passar pela utilização de instrumentos como a *Cartilha Epidemiológica*, desenvolvida através de trabalhos de autores como Bringiotti (2000).

Este surge como um instrumento, de confiabilidade e tido como simples, cujo preenchimento não tem levantado dúvidas, visando conhecer a prevalência de maus-tratos, tendo como público alvo os docentes.

Se o isolacionismo a que alguns docentes, essencialmente ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo estavam votados, foi francamente reduzido com a criação dos Agrupamentos Escolares, se o carácter de monodocência foi reduzido com o surgimento das Actividades de Enriquecimento Curricular, algo pouco se alterou ao nível destes grupos, a saber a estreita relação, quase de exclusividade, com as suas crianças, as famílias destas e o meio circundante, podendo assim das desvantagens tirar proveitos. Neste contexto, a acção educacional do professor pode mais facilmente ser estendida à própria família, informando e dissuadindo para a negatividade das práticas

punitivas, indicando alternativas e benefícios de práticas não abusivas (Abrahams, Casey & Daro, 1992).

Desta forma, o próprio comportamento do professor, deverá ser adequado procurando resolver os conflitos originados no seio da sua sala, através de modelos não violentos e de regulação não coerciva de comportamento

8.9.1 Proposta de acção de formação

Possuindo a certificação como formadora de docentes, nas áreas da Organização do Sistema Educativo, Pedagogia/ Didáctica e Psicologia Educacional, atribuída pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, e dada a pertinência da necessidade de formação neste campo, revelada pela esmagadora maioria dos participantes no nosso estudo e pela escassez da oferta a prestar a estes, consideramos como uma das principais implicações do nosso estudo, a necessidade de realização de uma acção de formação que verse a temática dos maus-tratos. Esta, aqui apresentada de forma resumida, assentaria nos seguintes pontos:

Tema: Os maus-tratos infantis	
Título: “ <i>Quadro meu, quem sofre mais do que eu?</i> ”- Os saberes, funções e mecanismos a desenvolver pelos docentes na problemática dos maus-tratos a crianças	
Destinatários da acção	<ul style="list-style-type: none"> • Educadores • Professores dos diferentes níveis de ensino.
Contéudos programáticos	<ul style="list-style-type: none"> • A noção de infância: sua evolução ao longo dos tempos, características e pontos de encontro com a temática dos maus-tratos. • .Definição dos maus-tratos; • Tipologias; • Factores relacionados; • Teorias explicativas; • Consequências pluridimensionais da ocorrência de maus-tratos. • Quadro de protecção legal: A criança e o direito (principais leis internacionais e nacionais); • O que é ser uma criança de/em risco? • Estratégias de prevenção e intervenção; • Competências dos profissionais e das estruturas de apoio. • O docente enquanto elemento preferencial na identificação e luta na problemática dos maus-tratos: • Apresentação de estudos nacionais e internacionais; • Sinais/indicadores de alerta; • Efectivação do processo de denúncia (procedimentos, entidades...); • A Cartilha Epidemiológica enquanto instrumento na detecção de situações de maus-tratos.

Objectivos gerais	<ul style="list-style-type: none">• Permitir aos participantes reconhecer ser a temática dos maus-tratos, uma realidade, que deve observar princípios de respeito de natureza ética e deontológicos, dada a natureza dos mesmos.• Perspectivar uma visão da evolução histórica da temática.• Reconhecer as diferentes tipologias dos maus-tratos.• Dar a conhecer os factores de risco associados e as consequências na vítima de actos abusos e/ou de negligência.• Fomentar nos participantes um conjunto de saberes e perspectivas relativas aos chamados “Contos de Encantar” e a exploração destes no contexto dos maus-tratos• Capacitar os participantes relativamente aos principais sinais /sintomas fortemente associados aos maus-tratos.• Facultar informações relativamente ao Enquadramento de protecção a Crianças e Jovens.• Capacitar os docentes para a necessidade da efectivação da denúncia.• Dar a conhecer instrumentos, de ordem prática, que auxiliem no levantamento/deteção de possíveis situações.
--------------------------	--

<p>Objectivos específicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar a conhecer todos os vários domínios envolvidos na temática dos maus-tratos. • Identificar os principais factores (culturais, económicos, de personalidade...) potencializadores de quadros de risco. • Explorar, a partir de exemplos práticos, alguns dos mais conhecidos contos infantis, diferentes tipologias de maus-tratos, utilizando os mesmos como uma ferramenta de apresentação do tema em estudo. • Reconhecer o papel e competência das diferentes entidades com responsabilidade ao nível jurídico-legal, no domínio em estudo. • Reconhecer o papel fundamental, na área da denúncia, a ser operacionalizado por diferentes profissionais, procurando capacitar para o destaque a exercer pelo docente. • Apresentar a Cartilha Epidemiológica, como instrumento valioso para auxílio no levantamento de situações de maus-tratos.
<p>Avaliação</p>	<p>Os moldes de avaliação assentam nos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade; • Participação dos formandos nos temas tratados; • Realização de trabalho final efectuado individualmente

Quadro 39: Plano de estrutura para acção de formação relativa aos maus-tratos infantis

À semelhança do que sucede com todas as propostas elaboradas, esta deverá ser encaminhada e homologada pelo Conselho Científico, em modelo próprio, o qual se pronuncia sobre a pertinência e validade da acção proposta.

Esperemos que os resultados por nós evidenciados, sejam garante suficiente dessa mesma necessidade, que posteriormente a mesma seja acolhida pelos diversos centros e venha a preencher os desejos e carências do público-alvo, a saber os docentes.

8.10 Futuras Linhas de investigação

Sempre que estamos prestes a terminar um projecto de investigação, o qual nos consumiu muitas horas de esforço, ensejos e também algumas angústias, nasce em nós o desejo de perspectivarmos novas linhas de trabalho e horizontes a atingir. Não escapará a pesquisa por nós realizada a essa forte tendência.

Desta forma, julgamos que seria extremamente interessante, dada a carência sentida ao nível formativo, aferir, com o maior número de participantes possível, o grau de satisfação dos profissionais de educação em relação aos seus saberes no que respeita à temática dos maus-tratos infligidos a menores. Julgamos que só um estudo profundo e alargado nesta área, poderia levar à alteração das condutas e linhas orientadoras por parte dos responsáveis pela educação em Portugal.

A este trabalho poderíamos intitular de “ Informando para formar – a formação dos docentes na luta contra os maus-tratos”.

A utilização de um instrumento para levantamento da prevalência de situações de maus-tratos (caso da *Cartilha Epidemiológica*) numa determinada área geográfica, e a comparação dos resultados por esta obtidos com o número de denúncias registadas, tendo como origem os docentes, revestir-se-ia de grande utilidade, permitindo aferir do grau de concordância entre a realidade detectada e aquilo que é efectivamente denunciado.

Tendo em conta que só é alvo de denúncia as situações que colocam a vítima em risco (de maior ou menor intensidade, de consequências mais ou menos gravosas), seria útil aferir relativamente à noção que aqueles que exercem funções directamente relacionadas com crianças, possuem desta realidade. Neste contexto, profissionais como

os docentes, os auxiliares de educação, psicólogos escolares e terapeutas, tornar-se-iam na população eleita para o nosso estudo.

Como instrumento de trabalho, e dada a pertinência do mesmo, gostaríamos de utilizar o *Modelo preditivo de identificação de situação de perigo e meios de avaliação* (Reis, 2009), já testado e aplicado ao nível de uma população com contornos algo distintos, ainda que pretendêssemos manter, igualmente, na variável experiência profissional, a principal premissa.

Dado o nosso estudo versar exclusivamente situações que se circunscrevem aos maus-tratos perpetrados no seio da esfera familiar, o alargar deste a outros focos de violência seria extremamente interessante, nomeadamente no que concerne à violência entre pares, personificada na denominação de *bullying*. Este tende a ter como local preferencial de ocorrência, como descrevemos em capítulo anterior, o espaço escolar e/ou as áreas circundantes. Logo, o papel do docente e da instituição escolar em geral, torna-se extremamente importante ao nível da profilaxia, detecção e actuação perante este fenómeno.

Esta seria uma investigação de contornos muito actuais, dado o crescente número de casos, alguns dos quais com desfechos fatais, de que somos conhecedores através dos meios de comunicação.

Dado ser para nós uma área inexplorada, visto termos centrado toda a investigação na figura do docente, cremos que mesma se revestiria de grande interesse se focalizada no aluno/criança, procurando auscultar as suas concepções, conhecimentos, receios e dúvidas sobre o tema. O cruzamento de dados por diferentes faixas etárias, em busca de similitudes e /ou divergências, surgiria como um dos pontos estruturantes da investigação.

Por último, e talvez mais difícil, acreditamos que a audição dos pais/família, assume contornos de grande interesse. Nesta perspectiva, poderemos delimitar o que estes consideram como a fronteira que separa os maus-tratos, das necessárias imposições a uma boa educação, do tolerável entre um “descuido” e um acto de negligência, surge-nos como altamente aliciante e premente em termos de investigação.

8.11. Considerações finais

O último século não foi só o palco no qual grandes inventos, novas descobertas, o quebrar de barreiras geográficas, o deflagrar das mais mortíferas guerras tiveram o seu espaço de actuação. Uma das temáticas mais medonhas e persistentes da espécie humana foi finalmente valorizada e dada voz às vítimas por ela subjugada, trazendo para o conhecimento público o que de mais desprezível a triste “racionalidade” humana pode produzir: os maus tratos infantis.

O acordar para este pesadelo não é pacífico e muito menos universal. Contudo, foi posto a descoberto, que afinal por detrás das insuspeitas paredes alheias, dos amigos mais fiáveis, das personalidades mais respeitáveis e das instituições que todos nos habituámos a ver como de conduta e serviço irrepreensível, são realizados actos que à comum mente humana, são de difícil compreensão.

Se os fenómenos de maus tratos infantis ganharam todo o merecido interesse da comunidade científica e em geral, o impacto destes na vida da criança e as tentativas para conhecer os factos que lhes são subjacentes tornaram-se ponto de investigação de numerosos autores e fonte de pesquisas.

A actual orientação relativamente aos maus tratos aponta no sentido da sua *prevenção*, o que acarreta uma *intervenção integrada* dos diversos níveis comunitários (governo, sociedade civil, organizações não – governamentais, faculdades, comunidade científica...), passando, de forma muito particular, pela criação de redes efectivas de actuação e pela *formação*, de índole transdisciplinar, dos profissionais.

A toda a comunidade é pedido, quer de forma voluntária, quer ao abrigo da lei, que dê o seu contributo, de forma a proteger aqueles que, sendo frágeis e precisando de protecção, serão o molde do nosso futuro colectivo.

Também o sistema educativo, estudado no presente trabalho pela conduta dos seus professores, nomeadamente daqueles que contactam com as crianças numa das fases mais decisivas da sua vida, são chamados a actuar, sendo necessário o seu olhar atento na compreensão, *detecção* e posterior *denúncia*, de todos os casos que julguem existir no seu contexto de actuação.

Neste âmbito, e não obstante as vicissitudes porque que passa a carreira de docentes, cabe ao professor ver para além do que os rostos dos seus pupilos lhe pode aparentemente transmitir, descortinar situações mais obscuras que as trevas do seu puído quadro negro de ardósia, poderão ocultar. Para que esta função seja cumprida há que não esquecer que também o professor é ele próprio um ser humano com ansiedades e limitações, que na sua constante evolução, e para a real execução das muitas funções que dele se esperam, precisa de ajuda, incentivos e formação.

Será assim necessário que *a política de educação integre, definitivamente, esta temática*, prevendo-a nos seus programas e orçamentos, e que a legislação respectiva acompanhe a experiência transmitida por estes profissionais e por todos os que têm nesta um papel activo.

Há ainda que considerar o facto, de que a existência de *profissionais habilitados* para trabalhar este questão, nos quais destacaremos os professores, tornará possível, em grande número de casos, a diminuição dos penosos recursos judiciais e a opção por *soluções informais* e construtivas de actuação (mais rigorosas, antecipadas e reparadoras).

Relativamente esclarecidos face a esta temática, os professores parecem alerta para o fenómeno, ainda que persistem certas falhas na abordagem desta temática na sua formação, ou a completa ausência da mesma, factores que podem permitir relegar ou desvalorizar aspectos a reter nesta problemática.

É nossa convicção de que o muito trabalho que ainda há que realizar nesta área, não será inferior a tudo o que já foi feito. Contudo, um aspecto consegue dar-nos alguma esperança, premissa tão essencial ao desenvolver de qualquer acção, a saber a consciência que estamos perante um fenómeno que jamais poderá voltar a ser negado ou relegado para segundo plano. Toda e qualquer tarefa a realizar, tendo em conta a sensibilidade desta temática, será sempre árdua e dificilmente deixará de “chamuscar” todos aqueles que nela se envolvam. Tudo poderá ser admitido, excepto a indiferença, o deixar para depois ou a simples insensatez de não querer enxergar o que todas as vítimas, de forma mais ou menos gritante, pedem a quem delas se acerca: ajuda!

Acabamos este trabalho partido da ideia com que começámos, a saber de que é da condição humana que todo o bem e todo o mal resulta, sendo nossa função lutar pela permanência da esperança. Só então poderemos descansar!

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: dicionário de palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.

Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios Familiares*. 2ªed. Coimbra: Quartetos editores.

Almeida A.N., André I.M., & Almeida H.N. (1999). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Relatório Final. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Almeida, A. (2000). *As Relações Entre Pares em Idade Escolar*. Braga: Centro

Almeida, J., Souza, F., & Júnior, P. (2005). *Cuidado Integral às Crianças Vitimizadas pelos Maus-Tratos.* "O Novo Desafio da Enfermagem". Universidade do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Amaro F. (1989). Aspectos sócio culturais dos maus tratos e negligência da crianças em Portugal. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 20, 323-326.

Amaro, F. (1986). Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicidade. *Cadernos do CEJ*, 2.

Ancel, A. (1981). Le point de vue de la defense sociale. *Annales Internationales de Criminologie*, 19.

Aramburo, N. U. (2010). *Nuevas perspectivas sobre violencia intrafamiliar. Un enfoque psicoanalítico*. *Affectio Societatis*

Araújo, L. (1986). *Maus Tratos*. Comunicação apresentada na Secção de Pediatria da Sociedade de Pediatria, Lisboa.

Ariès, P. (1960). *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon.

Ariés, P. (1997). Infância. In *Enciclopédia Einaudi* (vol. 36, pp.360-371). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Arruabarrena, M., Paul, J., & Torres, B. (1994). *El maltrato infantil. Detección, notificación, investigación y evaluación*. Madrid: Ministério de Asuntos Sociales.
- Assis, S. (1991). *Quando crescer é um desafio social: estudo sócio-epidemiológico sobre violência em escolares de Duque de Caxias, Rio de Janeiro*. Dissertação - Escola de Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
- Assis, S.G. (1999). O percurso da violência na sociedade ocidental: infância e saúde. Horizontes.
- Avaliação Externa de Escolas, (2010). Relatório de Escola. Agrupamento de Escolas Professor Armando Lucena. Ministério da Educação. Inspeção Geral da Educação
- Avaliação Externa de Escolas, (2011). Relatório de Escola. Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro. Ministério da Educação. Inspeção Geral da Educação
- Avellar, L. Z. (2004). *Jogando na análise de crianças: intervir-interpretar na abordagem winnicottiana*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Australian Institute of Health and Welfare (1999). *Child protection, Australia 1997-98* (AIHW Cat. No. CWS 13). Camberra, Australia: AIHW (Child Welfare Series, nº27).
- Ayala, L. et Cantó, O. (2009). Políticas económicas y pobreza infantil. Madrid: UNICEF- Comité Español.
- Azevedo, M., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baird, C., & Wagner, D. (2000). The relative validity of actuarial-and consensus-based risk assessment systems. *Children and Youth services Review*, 22, 839-871.
- Baltieri, D.A. (2005). *Uso de Álcool e Drogas em Agressores Sexuais*. Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. São Paulo
- Baker, L.; Jaffe, P.; Ashbourne, L. & Carter, J. (2002). *Children Exposed to Domestic Violence: An Early Childhood Educator's Handbook to Increase Understanding and Improve Community Responses*. Centre for Children and Families in the Justice System. Canada.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barry, F. & Collins, P. Difusion e historia del abuso y el descuido del niño. In Garbarino, J. & Eckenrode. J. , edditores. *Por qué las familias abusan de sus hijos. Espanha: Granica.*

Barthélemy, J. J. (s/d). *A educação ateniense.* Lisboa: Editorial Inquérito.

Barudy, J. Dantagnan, M. (2005). Los buenos tratos a la infancia. Parentalidad, apego y resiliencia. Barcelona: Gedisa Editorial.

Becchi, E. & Dominique, J. (1998). *Histoire de L'Énfance en Occident: du XVIII siècle à nos jours*, Tomo II. Paris: Seuil.

Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity.* New Delhi: Sage.

Beck, K., Ogloff, J. & Corbishley, A. (1994) 'Knowledge, Compliance and Attitude of Teachers Toward Mandatory Child Abuse Reporting in British Columbia.' *Canadian Journal of Education.* 19:1, pp.15-29.

Bencomo, C. (2008). *The Last Holdouts: Ending the death penalty in Iran, Saudi Arabi, Sudan, Pakistan and Yemen.* Human Rights Watch, New York.

Bell, J. (2002). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (2ª ed). Lisboa: Gradiva.

Belsky, J. (1980). Child maltratment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35, 320-335.

Belsky, J. (1984). Determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.

Berliner, L. (1991). Effects of sexual abuse on children. *Violence Update*, 1, 10-11.

Bernet, Z. & Stein, M. (1999). Relationship of childhood maltreatment to the onset and course of major depression in adulthood. *Depression and Anxiety*, 9, 169-174.

Bernstein, D. P. & Fink, L. (1998). *Childhood Trauma Questionnaire: A retrospective self-report manual.* San Antonio, TX: The Psychological Corporation.

- Berrien, F.B., Aprelkov, G., Ivanova, T., Zhmurov, V. and Buzhicheeva, V. (1995) Child abuse prevalence in Russian urban population: a preliminary report. *Child Abuse and Neglect*, 19 (3), pp. 261-4.
- Besharov, D.J. (1990). Gaining control over child abuse reports. *Public Welfare*, 48, 34-40.
- Blager, F., & Martin H.P. (1976). Speech and language in abused children. In Martin, H.P., *The Abused Child*, p.83.
- Blázquez, B. (2001). *Técnicas estadísticas de investigación social*. Madrid: Ediciones Díaz de Santos.
- Blum, R. (1997). Risco e resiliência: Sumário para o desenvolvimento de um programa. *Adolescência Latino-Americana*, 1, 16- 19.
- Blumberg, M.L. (1977). Treatment of the abused child and the abuser. *Am J Psychothe*, 31, 204-215.
- Bogdan, R. & Blikien, S. (1999). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bonner, B., Kaufman, K.; Hardback, C. & Brassard, M. (1992). Child Maltreatment. In E. Walker & M. Roberts (Eds.), *Handbook of Clinical Child Psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- Bonner, B.L. (2003). Child abuse and neglect: an overview. *Center on Child Abuse*.
- Borges, J. (2007). *Abuso sexual infantil: consequências cognitivas e emocionais*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre
- Bouhdiba, A. (1982). *L'Exploration du Travail des Enfants*. Nova Iorque: Nations Unies.
- Bouvier, P. (1999). Abus sexuels et résilience. In P. Poilpot (Ed.), *Souffrir et se Construire*. Ramonville: Editions Éres.
- Braga, L. (2010). *Compreendendo Probabilidade e Estatística*. Rio de Janeiro: E-papers.

Bringiotti, M. I. (2000). *La escuela ante los niños maltratados*. Buenos Aires: Paidós. Bruschini.

Bryman, A. (2004). *Social Research Methods*. Nova York: Oxford University Press, 2004.

Brook, J.S., Brook, D.W. & Whiteman, M. (2000). The influence of maternal smoking during pregnancy on toddler's negativity. *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine*, 154, 181-385.

Browmiller, S. (1975). *Against our will. Men, women and rape*. New York: Simon & Schuster.

Calheiros, M., Fornelos, M, & Dinis, J.S. (1996). Residential and foster care in Portugal. In M.J. Colton and W.hellinckx (Eds.), *Child care in the EC: Country-specific Guide to Foster and Residential Care (177-194)* UK, Arena, Aldreshot.

Callejo, J. (2001). *El Grupo de Discusión: Introducción a una Práctica de Investigación*. Barcelona: Ariel.

Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI). In M. Simões, M. Gonçalves & L. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal*, Vol. 2 (pp 95- 109). Braga: APPORT/SO.

Canha, J. (1986). *Crianças maltratadas*. Comunicação apresentada no Instituto de Apoio à criança, Coimbra.

Canha J. (1987). *Criança maltratada – revisão casuística do H. Pediátrico de Coimbra (8 anos)*. In: Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, ed. Lisboa: 127-135.

Canha, J. (2000). *Criança maltratada*. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos. Coimbra: Quarteto Editora.

Cardona, M^a J. (2006). *Educação de Infância. Formação e desenvolvimento profissional*.

- Cariola, T. C., (1995). A posição da criança vítima de maus-tratos na constelação familiar. *Pediatria Moderna*, 31,158-162.
- Carmo, R. (2000). O menor vítima de abuso sexual: A protecção penal. Comunicação proferida no debate sobre “Abuso sexual” da *Conferência Europeia sobre “Violência e promoção da saúde mental da criança e do jovem”*. PUERI/ Programa Europeu Connect.
- Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching (1988). *The condition of teaching: A state by state analysis*. Princeton, NJ: Author.
- Carneiro, R. (2003). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem. 21 Ensaio para o século 21*. Lisboa: Sodilivros.
- Carrion, V.G, Weems, C.F., Eliez, S., Patwardhan, A., Brown, W., Ray, R.D., & Reiss, A.L. (2001). Attenuation of frontal asymmetry in pediatric posttraumatic stress disorder. *Biological Psychiatry*, 50, 943-951.
- Carta Educativa, CMM, (2005). In *Boletim Cultural*.
- Carvalho, M.L. (2000). O dilema das creches-instituição assistencial versus instituição educativa. In *Actas do Congresso Internacional “ Os Mundos Sociais e Culturais da Infância”*, Vol.III (pp.67-75). Braga:IEC, Univ. Minho.
- Carvalhosa, S. Lima, L. & Matos, M. (2001). Bullying –Aprovação /vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica*, 4, 523-537.
- Castanheira, J. (1986). *Perspectivas de intervenção face à criança mal tratada*.
- Chamusca: Ed. Cosmos.
- Cavalcanti, A (2001). *Maus-tratos infantis: guia de orientação para profissionais de saúde*. João Pessoa: Idéia.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., Pontes, F. (2007a). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.

Chaffin, M. & Valle L. A. (2003). Dynamic prediction characteristics of the Child Abuse Potential Inventory. *Child Abuse & Neglect*, 27, 463-481.

Charpentier, J. (1967). *Le droit de l'enfance abandonné*. Paris: Presses Universitaires de France.

Chombart de Lauwe, M. J., & Feuerhanh, N. (1989). La représentation sociale dans le domaine de l'enfance. In Jodelet, (Eds.). *Les Représentations Sociales*. Paris. Puf

Cicchetti, D. & Rizley. R. (1981). Developmental perspectives on etiology, intergenerational transmissions, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child Development*, 11, 31-55.

Cicchetti, D. (1989). How research in child maltreatment has informed the study of child development: perspectives from developmental psychopathology. In Dante Cicchetti and Vicki Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on causes and consequences of child abuse and neglect*. New York; Cambridge University Press.

Cicchetti, D. & Barnett, D. (1991). Attachment organization in maltreated preschoolers. *Development and Psychopathology*, 3, 397 – 411.

Cicchetti, D., Rogosch, E., Lynch, M., & Holt, K. (1993). Resilience in maltreated children: Process leading to adaptive outcome. *Development and Psychopathology*, 5, 629-647.

Coalition to Stop the Use of Child Soldiers (2008). *Child Soldiers: Global report*, Coalition to Stop the Use of Child Soldiers. London.

Colten, & S. Gore (Eds.), *Adolescent stress: causes and consequences*. New York: Erlbaum.

Conselho de Europa (1980). *IV Colóquio de criminologia*. Estrasburgo .

Conte, J (1991). The nature of sexual offenses against. In C. Hollin & K. Howells (Eds), *Clinical approaches to sex offenders and their victims* (pp. 11-34). Chichester: John Wiley & Sons.

Convenção das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

- Convenção sobre os direitos da criança (1990). *Cadernos I.A.C. nº1*, Instituto de Apoio à Criança. Lisboa.
- Cornelius, M.D.; Leech, S.L.; Golschmidt, L., & Day, N.L.,(2000). Prenatal tobacco exposure: Is it a risk factor for early tobacco experimentation? *Nicotine & Tobacco Research*, 2, 45-52.
- Correia, F. (1944). *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres Editor.
- Costa, M. (2003). *Gestão de Conflitos na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coutinho, C. & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15, 221-244.CIED - Universidade do Minho.
- Cowen, E. (1982). Helps is Were you Find It: Four Informal Helping Groups. *American Psychologist*, 37, 385 – 395.
- CPCJ (2009). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade*.
- Cyrlunik, B. (1999). La résilience: Un espoir inattendu. In P. Poilpot (Ed.), *Souffrir et se Construire*. Ramonville: Editions Éres.
- Danckwerts, A , & Leathem, J. (2003). Questioning the link between PTSD and Cognitive dysfunction. *Neuropsychology Review*, 13, 221-234
- Daro,D., Casey, K.,& Abrahams, N. (1990). *Reducing child abuse 20% by 1990: Preliminary assessment*. Chicago: National Committee for Prevention of Child Abuse.
- Daro,D., Casey, K.,& Abrahams, N. (1992). Teacher's Knowledge ,Attitudes, and Beliefs About Child Abuse and its Prevention. *Child Abuse & Neglect*, 16,229-238.
- DEB, (1999). *A Educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal*. Relatório Preparatório para o Exame Temático da OCDE. Lisboa: DEB.
- De Bellis, M.D., Baum, A.S., Birmaher, B., Keshavan, M.S., Eccard, C.H., Boring, A.M. et al. (1999). Developmental traumatology part I: Biological stress systems. *Biological Psychiatry*, 45 (10), 1259-1270.

De Bellis, M.D., Keshavan, M.S., Frustaci, K., Shifflett, H., Iyengar, S., Beers, S.R., & Hall, J. (2002). Superior temporal gyrus volumes in maltreated children and adolescents with PTSD. *Biological Psychiatry*, 57 (7), 544-552.

De Bellis, M.D. (2005). The psychobiology of neglect. *Child Maltreatment*, 10, 150-172.

Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças – Da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Deltaglia, L. (1977). *Les enfants maltraités. Dépistage et intervention sociale*. Paris: Editions E.S.F.

DeMause L. (1994). *História de la infância*. Madrid: Alianza Universidad.

Demo, P.(1996) *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

Departamento da Educação Básica: *A Educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal*, Relatório Preparatório para o Exame Temático da OCDE, Lisboa, DEB, Abril, 1999.

Department of Health (1998). *Statistics on children and young people on child protection registers, year ending 31 March 1998*. England.

Department of Health (2002). *Referrals, assessments, and children and children and young people on child protection registers, year ending 31 March 2002*. England.

Deschamps, J. (1976). *Grossesse et maternité. Chez l'adolescence*. Paris: Editions du centurions.

Deschamps, J., & Manciaux, M. (1978). Familles Maltratantes, familles en difficulté. *Rev. Sauvogarde de l'enfance*, 3.

Deslandes, S. F., (1994). Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Análise de um serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10,177-187.

Dias, I. (1998). Exclusão social e violência doméstica: Que relação. *Sociologia*, VIII, 180-205.

- Díaz, J.A. (1997). *El maltrato infantil en la história*. Madrid: Ediciones Díaz de Santos.
- Díaz-Aguado, M.J., Martínez Arias, R., Varona, B. et al. (1996). *Niños en situación de riesgo social. Un instrumento para su detección a través de la escuela*. Madrid: Consejería de Educación de la Comunidad de Madrid.
- Díaz-Aguado, M. (2001). El maltrato infantil. *Revista de Educación*, 325, 143-160.
- Domingues, D. (1998). Professores e prática pedagógica na escola de massas. In M.M. Silva (Coord.), *A Educação escolar em mudança*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Doyle, W.(1987). Paradigms for Research In: J.M, Dunkin (ed.) *The International Encyclopedia of Teaching and Teacher Education*. Oxford: Pergmon Press.
- Drauker,C. (2000). *Counselling survivors of childhood sexual abuse*. London: Sage.
- Dubowitz, H., & Black, M. (1994). Child Neglect. In R.M Reece (Ed.), *Child abuse: Medical management*. Philedelphia, PA: Lea & Febiger.
- Dugas, M.; Mouren, N., & Halfon, G.(1985). Les parents battu et leurs enfants. *Rev.Psychiatrie de l'enfant*, 28, 185-220.
- Eckenrode, J.,Laird, M,& Doris, J.(1993). School performance and disciplinary problems among all neglected children. *Developmental Psychology*, 29, 53-52.
- Eckenrode, J., Zielinsk,i D., Smith, E., Marcynyszyn, L.A., Henderson, C.R., Kitzman, H., Cole, R., Powers, J.,& Olds, D.L.(2001).Child maltreatment and the early onset of problem behaviors: Can a program of nurse home visitation break the link? *Development & Psychopathology*, 13(4), 873-890.
- Edleson, J. (2000). Should childhood exposure to adult domestic violence be defined as child maltreatment under the law?. In *Child and Youth Services Review*. Minnesota Center against Violence and Abuse.
- English, D.J. & Pecora, P.J.(1994). Risk Assessment as a Practice Method in Child Protective Services. *Child Welfare League of America*, vol. 73, nº 5, pp. 451-473.

Epifânio, R. (1986). *Crianças maltratadas*. Comunicação apresentada na Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria.

Everstine, D. & Everstine, L, (1989). *Sexual trauma in children and adolescents. Dynamics and treatment*. New York: Bruner/ Mazel.

Fajardo del Castillo, J. (2002). Análisis de los procesos formativos

Faleiros, J. M.(2006). Estudo da prevalência de maus-tratos em crianças matriculadas da 1ª a 4ª série do ensino fundamental em escolas da rede pública e particular da cidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: São Paulo.

Faleiros, J. M., Matias, A.S. & Bazon, M. R. (2009). Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do sector educacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 ,2

Fallon, P. & Ackard, D. (2002). Sexual abuse and body image. In T.F. Cash & T. Pruzinsky (Eds.). *Body image: A handbook of theory, research, & clinical practice*. New York: The Guilford Press

Fante, C.A. (2001): Bullying escolar. In Violência nas escolas. *Jornal Diretor udemo*, ano V, 2.

Ferguson, H. (1997). Protecting children in new times: Child protection and the risk society. *Child and Family Social Work*, 2, 221-234.

Fermoso, P. (1998). La violencia en la escuela: El educador – pedagogo social escolar. In Pantoja, L. (Org.). *Nuevos espacios de la educación social*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Fernandes, M.J. (1987). *Criança maltratada, alguns aspectos médicos*. A criança Maltratada. Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria. Lisboa.

Fernandez, E.D. (2002). *El maltrato infantil en la historia de la humanidad*. Buenos Aires: Grupo Editorial Lúmen.

Ferreira, E. (2001). *Trabalho infantil: história e situação actual*. Canoas: Ed. Ulbra

- Ferreira, H. (1975). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Maia, A., Fernandes, E., & Matos, R. (2004). History of abuse during childhood in a representative series of portuguese parents. *Child Abuse & Neglect*, 28, 669-682
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free press.
- Finkelhor, D., & Hotaling, G.T. (1984). Sexual abuse in the National Incidence Study of Child Abuse and Neglect: an appraisal. *Child Abuse Neglect*, 8,23-33.
- Fonseca, A. (1990). *Guia dos Direitos da Criança*. Lisboa: Instituto de Apoio à criança.
- Fonseca, A. (2004). Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões actuais. In, Vieira, et al. (2004). *Crianças e Jovens em Risco – Da investigação à intervenção*. Centro de psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Almedina
- Fontes, Carlos (2000). *Formação de professores*.
- Fontes, V. (1933). *Crianças anormais*. Lisboa: Livraria Ferin.
- Formosinho, J.(1997). Comentário à Lei 5/97. In: *Legislação*. Lisboa:Gabinete para a Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.
- Foucault, M. (1961). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Union Générale de Editions.
- Fracica, N. (1988). *Modelo de simulación en muestreo* .Bogotá: Universidad de La Sabana.
- Furniss, T. (1991). *The multiprofessional handbook of child abuse: integrated manegement, therapy and legal intervention*.London: Routledge.
- Fuster, E.G; Garcia, F., & Ochoa, G.M. (1988). Maltrato Infantil: Um modelo de intervención desde la Perspectiva Sistémica. *Cadernos de consulta Psicológica*, 4, 73-82.

- Fyfe, A. (1989). *Child Labour*. Cambridge: Polity Press
- Gagnon, J. (1965). Female child victims of sex offences. *Social Problems*, 13, 176-192.
- Gaona, O. (2010). *Estudio sobre maltrato infantil en el ámbito familiar - Paraguay*. BECA-UNICEF.
- Gallardo, J.A. (1994). *Maus tratos à criança*. Lisboa: Porto Editora.
- Garbarino, J. (1990). The human ecology of early risk. In S.J. Meisels & J.P. Shonkoff (Eds.). *Handbook of Early Childhood Intervention*. Cambridge. University Press, 78-96.
- García, C. M. (1999), *Formação de Professores. Para uma mudança educativa*. Porto. Porto Editora.
- Gauthier, Y. (1982). Traumatismes precoces et leur devenir. Prématurité et carence affective. *Rev. Neuropsychiatrie de l'enfance*, 30, 175-191.
- Gelles, R. (1973). Child abuse as psychopathology : a sociological critique and reformulation. *American journal of Orthopsychiatry*, 43, 611-612.
- Gelles, R.J. (1982). Problems in defining and labelling child abuse. In R.H. Strarr (Ed.), *Child abuse prediction: Policy implications* (pp.1-30). Cambridge, MA: Ballinger.
- Germain, R.B. (1988). Maltreatment of children. In J.Sanoval (Ed.), *Crisis Counselling, Intervention, and Prevention in schools*. Hillsdale: Lawrence Earlbaum Associates.
- Gersão, E. (1988). Estudos de casos de menores carenciados de apoio urgente detectados em Lisboa e porto. In *Crianças maltratadas ou praticando a mendiciedade*, II, Cadernos do CEJ, Gabinete de Estudos Jurídico-sociais, Ministério da Justiça, Lisboa.
- Gessner BD, Moore M, Hamilton B, Muth PT. The Incidence of Infant Physical. Abuse in Alaska. *Child Abuse Neglect*, 28, 9-23.
- Ghiglione R. (1998). *L'analyse automatique des contenus*. Paris: Dunod.
- Giaretto, H. (1976). Humanistic Treatment of father/ daughter incest. In H. Helfer. & R.

- Gil, A.(1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. SãoPaulo: Atlas, 1999.
- Gillingham, P. (2006). Risk Assessment in Child Protection: Problem Rather than Solution? *Australian Association of Social Workers*, vol. 59, nº 1, pp.86-98.
- Gilbert, R. (2009). *Burden and Consequences of Child Maltreatment in High – Income Countries*. The Lancete.
- Giovannoni, J. M., Becerra, R.M. (1979). *Defining child abuse*. New York: Free Press.
- Giovannoni, J., (1989). Definitional issues in child maltreatment. In Dante Cicchetti and Vicki Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on causes and consequences of child abuse and neglect*. New York; Cambridge University Press.
- Gomes, R., Deslades, S., Veiga, M., Bhering, C. & Santos, J.(2002). Porque as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 8.
- Gomes-Schwartz , B., Horowitz, J. M., & Sauzier, M.(1985). Severity of emotional distress among sex preschool, school-age, and adolescent children. *Hospital and community Psychiatry*, 36, 503-508.
- Goodnow McGillicuddy- DeLisi, J. & Collins, A. (1990) *Development according to parents. The nature, sources and consequences of parent's ideas*. Lawrence Earlbaum Associates Ltd, Publishers.
- Gray, J., Cutler, C., Dean, J., & KempeC. (1979). Prediction and Prevention of Child Abuse and Neglect. *Journal of Social Issues*, 35, 127-139.
- Gustafson, T. B. & Sarwer, D. B. (2004). Childhood sexual abuse and obesity. *Obesity reviews*, 5, 129-125.
- Halpering, M. (1979) *Helping Maltreated Children: school and community involvement*. S.Louis. Mosby.
- Hagerty, M.R. & Veenhoven, R. (2003). Wealth and happiness revisited – growing national income does do with greater happiness. *Social Indicators Research*, 64, 1-27.

Hart, S. N., Germain, R. B. & Brassard, M. R. (1987). The challenge: To better understand and combat psychological maltreatment of children and youth. In M.R. Brassard, R.B. Germain, & S.N. Hart (Eds.), *Psychological maltreatment of children and youth*. New York: Pergamon Press.

Hartman, C. R., & Burgess, A. W. (1989). Sexual abuse of children. In Dante Cicchetti and Vicki Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on causes and consequences of child abuse and neglect*. New York: Cambridge University Press.

Haugaard, J.J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, 55, 9, 1036-1039.

Hazzard, A. (1984). Training teachers to identify and intervene with abused children. In D. Daro., K. Casey; & N.Abrahams (Eds), *Teacher's Knowledge, Attitudes, and Beliefs About Child Abuse and its Prevention*. *Child Abuse & Neglect*, 16, 229-238.

Herrenkohl, E., Herrenkohl, R., & Egolf, B. (1994). Resilient early school-age children from maltreating homes: Outcomes in late adolescence. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64, 301-309.

Horton, C., & Cruise, T. (2001). *Child Abuse & Neglect: the school's response*. New York : Guilford Press.

Hyden P., & Gallagher T. (1992). Child Abuse Intervention in the Emergency Room. *Ped. Clin.*, 39, 1053 – 1081.

I.S.C.C.A. (1982). L'infance maltraite: Déclaration d'interet international. *Rev. International de l'enfant*, 54.

Inglès, A. (1995). Origen, processo y algunos resultados del estudio sobre los malos tratos infantiles en Cataluña. *Infancia y Aprendizaje*, 71, 23-32.

Johnson, C. F. (1990). Lesões Infligidas versus Lesões Acidentais. *Clínicas Pediátricas da América do Norte*, 4, 861-885.

Jones, D.P. (2002). Is sexual abuse perpetrated by brother different from that committed by a parent? *Child Abuse & Neglect*, 26, 955-956.

Junqueira, M., & Deslandes, S. (2003). Resiliência e maus tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 190, 227-235.

Justice, B., & Justice, R. (1990). The abusing family. In R. Shor, & M. Haj-Yahia (Eds.), *The Approach of Israeli health and mental health students toward child maltreatment. Child Abuse & Neglect*, 20, 425-435.

Kalichman, S.C., Craig, M.E., & Follingstad, D. (1988). Mental health professionals and suspected cases of child abuse. An investigation of factors influencing reporting. *Community Mental Health Journal*, 24, 43-51.

Kalichman, S. C. (1993). *Mandated reporting of suspected child abuse: Ethics, law & policy*. Washington, DC. American Psychological Association.

Kempe, C. H., Silverman, F.N., Steele, B. F., Droegemueller, W., & Silver, H.K. (1962). The battered child syndrome. *Journal of the American Medical Association*, 181, 4-11.

Kemshall, H. (2002). *Risk, Social Policy and Welfare*. Open University Press : Buckingham

Kenny, M. (2001). Child abuse reporting: teacher's perceived deterrents. *Child Abuse & Neglect*, 25, 81-92.

Kenny, M. C. (2004). Teacher's attitudes toward and knowledge of child maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 28, 1311-1319.

Kerig, P. K., & Fedorowicz, A. E. (1999). Assessing maltreatment of children of battered woman: methodological and ethical considerations. In *Child Maltreatment*, 4, 103- 115

Kerlinger, F. (1996). Foundations of behavioral research. In R. Shor, & M. Haj-Yahia (Eds.), *The Approach of Israeli health and mental health students toward child maltreatment. Child Abuse & Neglect*, 20, 425-435.

King, M., & Piper, C. (1995). *How the law thinks about children*. Arena: Hants.

Knutson, J.F. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences, *Annual Review Psychol*, 46, 401 – 431.

Kotliarenco, M., Cáceres, I., & Fontecilla, M.(1997). *Estado de Arte en Resiliência*. Washington, DC.: Organización Panamerica de la Salud.

Kreisler, L. (1985). Les enfants victimes de sévices. In Lebovici (Ed.), *Trayté de Psychiatrie de l'Enfant et de l'Adolescent*. Paris: PUF.

Laparra, M. (2010). El primer impacto de la crisis en la cohesión social en España. Colección de Estudios, Fundación FOESSA. Madrid: Cáritas Española.

Lavergne, C. & Tourigny, M. (2000). Incidence de l'abus et la négligence envers les enfants: recension des écrits. *Criminologie*, 33 (1), 47-72.

Leandro, A. (1987). Direito e Direito dos Menores. Síntese da situação em Portugal no domínio civil e no domínio para-penal e penal. *Infância e Juventude*. 90., Jan.Mar.

Leandro, A. (1988). A criança e o direito. *Cadernos do CEJ*, 2, 27-30.

Leandro, A. (1989). A Problemática da Criança Maltratada em Portugal. Alguns Aspectos jurídicos e Judiciários. *Revista Pediátrica*, 20, 327 – 340.

Léon, A. (2004). Les Précurseurs de la Pédagogie Nouvelle. In De Singly, F. (Ed.), *Enfants- Adultes. Vers une Égalité de Status?* Paris: Universalis.

LeGal, J. (2005). Los Derechos Del niño em la Escuela: una educación para la ciudadanía. Barcelona: Editorial GRAÓ

Leventhal,J. (2001). The prevention of chid abuse and neglect: successfully out of the blocks. *Child Abuse & Neglect*, 25, 431-440.

Levin, R. y Rubin, D. (2004) *Estadística para Administración y Economía*. Madrid:

Editorial Prentice Hall.

Lewis, (1992). From abuse to violence: Psychological consequences of maltreatment. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 31, 383-391.

- Lewis, D., & Shannock, S. (1977). Medical history of delinquent and non delinquent children: An epidemiological study. *The American Journal of Psychiatry*, 134, 1020-1025.
- Li, Q. (2008). "A cross-cultural comparison of adolescents' experience related to cyberbullying". *Educational Research*, 50, 223-234.
- Lima, L. (2006). *Maus-Tratos Infantis*. Centro de Estudos Multiculturais. Lisboa: Universidade Internacional:
- Lindström, B.(2001). O significado da resiliência. *Adolescência Latino-Americana*, 2, 133-137.
- Lopes, M.V.G. & Tavares, P.A. (2000). Maus tratos: 57 observações em enfermaria. *Pediatria Moderna*
- López - Zafra, E. & Martos, M. (2006). *Violencia en la familia*. Jaén: Colección Universitas.
- Lourenço, N.(1991). Representações da Violência. *Cadernos do CEJ*, 2.
- Lowenthal, B. (2001). *Abuse and neglect: The educator's guide to the identification and prevention of child maltreatment*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.
- Lupton, D. (1999). *Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Lutzker, J., Bigelow, K., Swenson, C., Doctor, R. & Kessler, M, (1999). Problems related to chil abuse and neglect. In S. Netherton, D.Holmes & C. Walker (Eds.), *Child and adolescent psychological disorders* (pp.520-548). Oxford: Oxford University Press.
- Lynch M. A. (1992). Physical signs of sexual abuse in children. Arch. Dis. *Childwood*. 67, 565.
- Machado, C. (2002). Abuso sexual de crianças. In C. Machado & R.A. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de Crimes* (pp.40-93). Coimbra: Quarteto Editora.
- Machado, C. & Gonçalves, R. (2002). *Violência e Vítimas de Crimes: Vol.2- Crianças*. Coimbra: Quarteto Editores.

- Magalhães, T (2004). *Maus tratos em crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editores
- Maia, A., Guimarães, C., Carvalho, C., Capitão, L., Carvalho, S. & Capela, S. (2007). *Maus tratos na infância, psicopatologia e satisfação: um estudo com jovens portugueses*. Universidade do Minho (2007)
- Manly, J. T., Cicchetti, D., & Barnett, D (1994). The impact of subtype, frequency, chronicity and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems. *Development and Psychopathology*, 6,121-143.
- Mannarino, A., & Cohen, J. (1987). *Psychological symptoms of sexually abused children*. Paper presented at the Third National family Violence Conference, Durham, NH, July.
- Martins, G. (2002). *Estatística Geral e Aplicada* (2ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Mason, K.L. (2008), Cyberbullying: A preliminary assessment for school personnel. *Psychology in the School*, 45, 323-348.
- Matos, A. C. (2007). *Existo Porque Fui Amado*. Climepsi Editores.
- Matos, M., e Carvalhosa, Susana F. (2001). *A violência na escola: vítimas, provocadores e outros*. Tema 2, n.º 1. Faculdade de Motricidade Humana/ PEPT – Saúde/GPT da CM Lisboa.
- Matos, P., & Sá, E. (s/d) Maus tratos e negligência sobre crianças. (referência bibliográfica incompleta).
- McGillicuddy- DeLisi, A.V. (1992). Parent's beliefs and children's personal. social development. In I., E.Sigel, A., V. McGillicuddy- DeLisi, J., J. Goodnow (Eds), *Parental belief systems- the psychological consequences for children*. Hillsdale, N.Y., Lawrence Earlbaum Associates.
- McIntyre, T.C. (1987). Teacher awareness of child abuse and neglect. In D. Daro., K. Casey, & N. Abrahams (Eds), *Teacher's Knowledge, Attitudes, and Beliefs About Child Abuse and its Prevention*. *Child Abuse & Neglect*, 16,229-238.
- Meadow, R. (1982) Munchausen's by syndrome proxy. *Arch Dis Child*, 57, 92-8.

- Meillassoux, C. (1996). *Économie et travail des enfants*. In B.Schlemmer, *L'Enfant Exploité. Opression, Mise au travail, Prolétarisation*. Paris: karthala/ l'Orstom.
- Mello, J.(1994). O papel da escola na prevenção de acidentes e violência na infância e na adolescência. *Revista Brasileira Saúde do Escolar*, 3, 159-167. Campinas
- Mendonça, V. (2008). *O Mau Trato Infantil na formação de professores do 1º Ciclo*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestrado em Administração e Planificação da Educação, Universidade Portucalense, Porto.
- Minayo, M.(1993). *O desafio do conhecimento*. SãoPaulo: Hucitec
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F., (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14,35-42.
- Minayo, M.C.S. (2001) Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1, 91-102.
- Miquel, P., & Poirier, J.(1980) *Au temps de Napoléon. Vie Privee des Hommes*. Paris: Hachette Jeunesse.
- Miquel, P., & Poirier, J.(1982) *Au temps des chevaliers et des châteaux. Vie Privee des Hommes*. Paris: Hachette Jeunesse.
- Mogarro, Maria João (2004). *A Formação de Professores no Portugal contemporâneo. Do Enquadramento Legal à Dinâmica Institucional*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, universidade de Lisboa.
- Moleiro, A., & Martins N. (1986). *Maus-tratos onde começam e acabam?* Comunicação apresentada na Secção de Pediatria da Sociedade de Pediatria, Lisboa.
- Moreira, P. (2007). *Guia do Educador face aos maus-tratos*. Porto: Porto Editora.
- Monteiro, L (2006). *Educação e Direitos da Criança: Perspectiva Histórica e Desafios Pedagógicos*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre. Universidade do Minho.
- Moreno M C., Jiménez J., Oliva A., Palacios J., & Saldaña D. (1995). Detección y caracterización del maltrato infantil en la Comunidad Autónoma Andaluza. *Infancia y aprendizaje*, 71, 33-47.

Moresi, E. (2003). *Metodologia de Pesquisa*. Programa de Pós-graduação stricto sensu em gestão do conhecimento e da tecnologia da informação da Universidade Católica: Brasília.

Morgan, M. (1995). How to interview sexual abuse victims including the use of anatomical dolls. Thousand Oaks: Sage.

Morrow, V. (1994). Responsible children? Aspects of children's work and employment outside school in contemporary U.K.. In B. Mayall (org.), *Children's Childhoods Observed and Experienced* (pp.114-127). Londres: The Falmer Press.

Mourman, M. (1986). Problèmes actuels de Maltraitances. *Rev.Sauvagarde de l'enfance*, 1, 23-29.

Mowrer, R. R. & Parker, K. N. (2004). Revised multicultural perspective index and measures of depression, life satisfaction, shyness, and self-esteem. *Psychological Reports*, 95, 1227-8.

Mulford, R.M. (1983). Historical perspective. In N.B. Ebeling e D.A. Hill Gelles, R.J. (Eds), *Child abuse and neglect. A guide with case studies for treating the child and family*. London: John Wright & Sons.

Muñoz, J., Larramona, M., Quintero, J., Gallo, J. & Claver, A. (2002). *El Maltrato Infantil*. Propuesta de Actuación para su Detección desde el Ámbito Escolar. Instituto Aragonés de Servicios Sociales. Gobierno de Aragon.

Musitu, G.; Catelló, N.; Garcia, E., & Garcia, F. (1987). Analisis epidemiológico del niño maltratado y abandonado en la comunidade valenciana. In J.F.Cruz, R.A. Gonçalves, & P.Machado (Eds.), *Psicologia e educação – investigação e intervenção*. Porto: Associação dos psicólogos Portugueses.

Muza, G. M., (1994). A criança abusada e negligenciada. *Jornal de Pediatria*, 70,56-60.

Nalepka, C., O' Toole, R., & Turbett, J.P. (1981). Nurses and physicians' recognition and reporting of child abuse. *Comprehensive Pediatric Nursing*, 5, 33-38.

Neves, J. (2003). *Os Maus Tratos Infantis na Jurisdição Criminal*. Verbo Jurídico. Net., 1-29.

- Noguerol (1997). *Aspectos psicológicos del abuso sexual infantil*. Madrid: Ediciones Díaz de Santo.
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps des Professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII –XX siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Oates, R. (1989). The consequences of child abuse and neglect. In J. Pardeck (Ed.), *Child abuse and neglect: Theory, research and practice* (pp. 55-68). Amsterdam: Gordon & Breach.
- Observatório da Imigração (2005). Notícias do Observatório da Imigração. [On–line].
- Ochotorena J. (1996). Diferentes situaciones de desprotección infantil. In J. Paúl Ochotorena & M. Arruabarrena Madariaga (Eds.), *Manual de Protección Infantil*. Barcelona: Masson.
- OECD (2000). *Early Childhood Education and Care Policy in Portugal, OECD Country Note*. Paris.
- Olds, D. L. & Henderson Jr., C.R. /1989). The prevention of maltreatment. In Dante Cicchetti and Vicki Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on causes and consequences of child abuse and neglect*. New York; Cambridge University Press.
- Oliveira, M.P. (2010). *Abuso Sexual de Meninos. Estudo das Consequências Psicosexuais na adolescência*. Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo.
- Olweus, D. (1993). *Bullyng at school. What we know and what we can do*. Oxford: Blackwell.
- Organização Internacional do Trabalho (2005). *Estatísticas de Crianças Trabalhadoras e Trabalho Infantil de Risco*.
- Oriente, I., Souza, S. (2005). O significado do abandono para crianças institucionalizadas. *Psicologia em Revista*, 11, 29-46.
- Ortega, M. (2005). *El Grupo de Discusión. Una Herramienta para la Investigación Cualitativa*. Barcelona: Laertes.

Osofsky, J., & Fitzgerald, H. (2000). Infants and violence: Prevention, intervention and treatment. In *WA/MH Handbook of Infant Mental Health*, vol.4, 164-196. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Pacheco, J., Flores, M. (1999). *Formação e Avaliação de Professores*. Porto: Porto Editora.

Palácios, J., Moreno, M. & Jiménez, J. (1995). El maltrato infantil: concepto, tipos, etiologías. *Infancia y Aprendizaje*, 71.

Palys, T.S. & Little, B.R. (1983). Perceived Life Satisfaction and the Organization of Personal Project Systems. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44 (6), 1221-1230.

Papalia, D. (2001). *O mundo da criança*. 8ª Edição. Lisboa: Editora McGraw-Hill.

Pardal, U. (1969). *Cem anos ao serviço ao serviço da infância*. Lisboa: Asilo Distrital de Castelo Branco.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.

Pardeck, J. (1988). An overview of child abuse and neglect. *Early Child Development and Care*, 31, 7-17.

Patró R, Limiñana R. (2005) Víctimas de violencia familiar Consecuencias psicológicas em hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología*, 21, 11- 17.

Patton, R., & Gardner, L. (1975). *Deprivation dwarfism (psychological deprivation) Disordered environment as cause of so-called idiopathic hypopituitaris*. Toronto: Saunders CO.

Paulo, P. (2006, Agosto). *Relatório independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças*. Relatório apresentado na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Pearce, J., & Pezzot-Pearce, D. (1994). Attachment Theory and its Implications for Psychotherapy with maltreated Children. *Child Abuse & Neglect*, 18, 5.

Peltola, C., & Testro, P. (2007). *Towards a better future for children: Preventing child abuse and neglect*. Queensland: Queensland Government, Department of Communities.

Pereira, B. O. (2002). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.

Pereira, F. Carolino, A. & Lopes, A. (2007). A formação inicial de professores do 1º CEB nas últimas três décadas do séc. XX: transformações curriculares, conceptualização educativa e profissionalização docente. *Revista Portuguesa de Educação*, 20, 191-219.

Pereira, G. (2001). Indicadores para o reconhecimento de abuso infantil: orientação para os profissionais de saúde. *Revista do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais*, 1, 43- 46.

Perrenoud, P. et al. (2001). *Formando Professores Profissionais – Quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed Editora.

Pianta, R., Egeland, B., & Erickson, M. F. (1989). The antecedents of maltreatment: results of the mother- child interaction research Project. In Dante Cicchetti and Vicki Carlson (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on causes and consequences of child abuse and neglect*. New York; Cambridge University Press.

Piñon, E.A. (2008). *Os maus-tratos de crianças e adolescentes na comunidade: o potencial de risco e os factores de risco sócio-comunitários associados*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia e Educação. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. São Paulo.

Pires, A.L.D. & Miyazaki M. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc Saúde*, (1), 42-9. *Práticas Agressivas entre crianças*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3, 3-18.

Projecto Educativo (2009/2012). *Agrupamento de Escolas de Mafra*. Mafra.

Projecto Educativo (2008/2010). *Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro*. Venda do Pinheiro.

Projecto Educativo (2010/2013). *Literacia e Cidadania: Rumo ao Sucesso*. Ericeira.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ªed. Lisboa: Gradiva.

Ramirez, F. (2001). *Condutas Agressivas na Idade Escolar*. Amadora: McGraw-Hill, Lda.

Ramón, F. U., Paulina, P. Z., Milka, K. D., & Jaime, B. E. (1995). Frecuencia de maltrato infantil y sexual en escolares de Santiago de Chile: antecedentes Familiares y consecuencias. *Revista psiquiatria, 12*, 60-66.

Ramos-Lira, L., Saldívar, H.G., Medina, M.E., Roja, E., & Villatoro, (1998).Prevalencia de abuso sexual en estudiantes y su relación con el consumo de drogas. *Salud pública 40*,221-33.

Rede de Bibliotecas Escolares de Mafra, (2010).

Reis, C. F. (1993). A Criança maltratada: algumas considerações gerais sobre o problema. *Nascer e Crescer, 2*, 155 – 162.

Reis, V. (2009). “Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco) ”. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Coimbra.

Reisen, S. (2004). *Lost Kids , Lost Futures. The EU’s Response for Child Trafficking .*

Renaut, A. (2002). *La Libération des Enfants: contribtion philosophique à une de l’enfance*. Paris: Calmann- Lévy.

Repucci (1987). Prevention and Ecology. *American Journal of Community Psychology, 15*, 1-12.

- Resick, P. (1979). Child Maltreatment, Interventions, Directions and Issues. *Journal of Social Issues*, 35, 40-59.
- Rohner, R.P., & Rohner, E. C. (1980). Antecedents and consequences of parental rejection: a theory of emotional abuse. *Child Abuse Neglect*, 4, 189-98.
- Rouyer, M. (1978). Guidance des mères maltratantes. *Rev.Sauvagarde de l'enfance*, 33, 365-373.
- Rubio E.D. (1997). *Síndrome de Munchausen por poderes*. Madrid: Ediciones Díaz de Santo.
- Russel, D.E.H. (1983). The incidence and prevalence of intrafamilial and extrafamilial sexual abuse of female children. *Child Abuse Neglect*, 4, 189-98.
- Rutter, M. (1999). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatric*, 57, 316-331.
- Sá, E. (1998). Deslumbramento e bom senso: Pequeno ensaio sobre a história e os direitos da criança e da família. *Análise Psicológica*, 1 (XVI), 149-153).
- Salgueiro, E. (1999). *A Criança e o Seu Futuro. Stress e Violência na Criança e no Jovem*. Clínica Universitária de Pediatria. Departamento de Educação Médica.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M.Books do Brasil
- Sanjanmartín, J. (1999). *Violência contra niños*. Valencia: Ariel.
- Santoro, M.J. (2002). Maus-tratos contra crianças e adolescentes. Um fenómeno antigo e sempre actual. *Pediatria Moderna* 6, 279-83.
- Santos, B. (1987). O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-73.
- Santos, P. L. (s/d). *O Mautratamento Psicológico da Criança. Perspectivar Educação*. (Referência bibliográfica incompleta).
- Santrock. J. (2004). *Adolescencia*. Madrid: MacGraw-Hill.

- Sani, A. (2004). O discurso de crianças expostas à violência interpaparental — estudo Qualitativo. In *Psychologica*, 36,109-130.
- Santos, M.(2009). O estudo do universo escolar através da voz dos jovens: o grupo de discussão. *Revista Portuguesa de Educação*, 22, 89-103.
- Sarmiento, M. (2000). Os ofícios da criança. In Vários, *Os Mundos Sociais e Culturais da Infância* (Vol.II, pp.125-145). Braga: Instituto de Estudos da criança da Universidade do Minho.
- Saum, S.W. (2006). “A Comparison of na Actuarial Risk Prediction Measure (Static-99) and a Stable Dynamic Risk Prediction Measure (Stable-2000) in Making Risk Predictions for a Group of Sexual Offenders”. Dissertação de Doutorado, apresentada da Faculty of Fielding Graduate University.
- SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) /FIOCRUZ (fundação Oswaldo cruz) /MJ (Ministério da Justiça), (2001). *Guia de actuação frente a Maus Tratos na Infância e na Adolescência*. Rio de Janeiro: SBP/FIOCRUZ/MJ.
- Schechter, S., & Ganley, A. (1995). Domestic Violence. A National Curriculum for Family Preservation Practitioners. San Francisco, CA: Family Violence Prevention Fund.
- Scher, C.D., Forde, D.R., McQuaid, J.R., & Stein, M.B. (2004). Prevalence and demographic correlates of childhood maltreatment in an adult community sample. *Child Abuse Neglect* 28, 167-180.
- Seabra, A. S. & Nascimento, H.M. (1998). Abuso sexual na infância. *Pediatria Moderna*, 34, 395-415.
- Seabra, A., & Nascimento, H. (1998). Abuso sexual na infância. *Pediatria Moderna*, 34, 295-415.
- Shin, H. & Johnson, D. (1978). Avowed happiness as an overall assessment of the quality of life. *Social Indicators Research*, 5, 475-492.
- Shor, R., & Haj-Yahia, M. (1996). The approach of Israeli health and mental health students toward child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 20, 425-435.

- Silber, T., & Maddaleno, M. (2001). La resiliência, la promoción de la salud y el desarrollo humano. *Adolescência Latino- Americana*, 2-125.
- Silva, E. & Menezes, E. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino à Distância
- Silva, L. (2001). *Acção Social na área da Família*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Silva, S. (1996). *Mi cuerpo es mi territorio. Pauta de Prevención del Abuso Sexual Hacia los Niños y las Niñas*. Pueblo Libré: Manuela Ramos.
- Sirles, E., Smith, J., & Kusama, H. (1989). Psychiatric status of intrafamilial child abuse victims. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 28, 225-229.
- Slap, G. (2001). Conceitos actuais, aplicações práticas e resiliência no novo milénio. *Adolescência Latino- Americana*, 2, 173-176.
- Snyder, J.C., & Newberger, E. H. (1986). Consensus and differences among hospital professionals' in evaluating child maltreatment. *Violence and Victims*, 1, 124-139.
- Soares de Moura, A. T. M., & Reichenheim, M. E., (2005). Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (4), 1124-1333.
- Starr, R.H. (1988). Physical abuse of children. In B.Vicent & H.Van (Eds.), *Handbook of family violence*. New York: Plenum.
- Starr, R., & Wolfe, D.A. (1991). *Longitudinal study of child maltreatment*. New York: Guilford.
- Staus, M. A. & Smith, C. (1995). Family patterns and child abuse. In: *Physical Violence in American Families - Risk Factors and Adaptations to Violence in 8.145 Families* (M. A. Straus & R. J. Gelles, ed.), pp. 245-261, New Jersey: Transaction Publishers.

Steele, B., & Pollock, C. (1974). A Psychiatric Study of Parents Who Abuse Infants and Small Children. In R. Helfer & R. Kempe (Eds), *The Battered Child*. Chicago: The University Of Chicago Press.

Steele, B. (1987) Psychodynamic factors in child abuse. In. R.E. Helfer and R. Kempe (Eds.), *The battered child* (pp. 81-114).Chicago: University of Chicago Press.

Stein, M.B. & Heimberg, R.G. (2003). Well-being and life satisfaction in generalized anxiety disorder: comparison to major depressive disorder in a community sample. *Journal of Affective Disorders*, 79, 161-166.

Steinhauer, P. (2001). Aplicaciones clínicas y de servicio de la teoría de resiliência com referencia en particular a los adolescentes. *Adolescência Latino- Americana*, 2, 159-172.

Strauss, P. (1979). *Les jeunes enfants victimes de mauvais traitements*. Paris: C.T.N.E.R.H.I.

Tavares, M. (2003). *Infância e Juventude: Pontes de Inclusão*. Porto: Humbertiplo.

Teicher, M. H. (2007). Preliminary evidence for sensitive periods in the effect of childhood sexual abuse in regional Brain Development. *Journal of Neuropsychiatry & Clinical Neurociencias*, 20, 292-301.

Tennat W.G.; Davidson P.M. (1991). *Bath Scalds in children in the South- East of Sctoland*. Edinburgh: Coll.Surg.Edin.

Thompson, R. (1995). *Preventing child maltreatment through social support: A critical analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Tong, L.,Oates, K. & McDowell, M. (1987). Personality development following sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 11, 371-383.

Torres, C. (2006). *Metodología de la investigación. Para administración, economía, humanidades y ciencias sociales*. México: Pearson Educación.

Tourigny, (2003). Quebec Incidence Study of Reported Child Abuse, Neglect, Abandonment and serious behavior problems: Highlights. Montreal. Quebec.

- Trickett, P. & Putman, F. (1998). Developmental consequences of child sexual abuse. In P. Trickett & Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and community* (pp. 39-56). Washington: American Psychological Association.
- Trocme N.M., Tourigny M., MacLaurin B., & Fallon B.(2003) Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 27,1427-39.
- Tsai, M.; Feldman-Summmmer,S., & Edgar, M. (1979).Chilwood molestation: variables related to differential impact of psychosexual functioning in adult woman. *Journal of Abnormal Psychology*, 88, 407 – 417.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação – Como Conceber e Realizar o Processo de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNESCO (1982). *Para uma política da educação em Portugal*. Lisboa: L. Horizonte
- UNFPA (2003). Situação da População Mundial 2003: Mil milhões a não esquecer: Investir na Saúde e Direitos dos Adolescentes.
- UNICEF (2004). Situação Mundial da Infância 2005- Infância AMEAÇADA. Brasília: UNICEF
- UNICEF (2009). Progress for Children-A Report Card on Child Protection, 8, September 2009 .
- United Nations Office on Drugs and Crime (2009). Global Report on Trafficking in Persons, UNODC, New York, February.
- US Department of human Services:Administration for Children and Families (2002). Child Maltreatment.
- Vagostello, L., Oliveira, A., Souza, A., Silva, A., Donofrio, V.& Moreno, T.(2003). *Violência Doméstica e Escola: Um Estudo em Escolas Públicas de São Paulo*. Universidade Camilo Castelo Branco

Vanistendael, S. (1999). Prevenir le trauma d'une agression sexuelle: Un éclairage à partir de la résilience. In P. Poilpot (Ed.), *Souffrir et se Construire*. Ramonville: Editions Éres.

Varity, C.M. (1977). Polle syndrome: children of Munchausen. *Br Med J*, 2, 422, 423,

Vasconcelos, T. (2000): Para um desenvolvimento sustentado da educação de infância. *Infância e Educação*, 2, 7-16.

Veenhoven, R. (2000). The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life. *Journal of happiness Studies*, 1, 1-39.

Vesterdal, J. (1979). Aspectos criminológicos dos maus tratos às crianças na família factores etiológicos e consequências a longo prazo. *Infância e Juventude*, 80, 7 - 44.

Vicente, C. (1998). Promoção de resiliência. In *Políticas Públicas e Estratégias de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*. Coleção Garantia de Direitos, Série Subsídios, 2, 67-72. Brasília: Departamento da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça.

Vizcarra, M.B.L., Cortés, J.M., Bustos, L.M Alarcón, M.E. & Muñoz, S.N (2001). Maltrato infantil en la ciudad de Temuco: estudio de prevalencia y factores asociados. *Rev. Méd. Chile*, 129, 1425-1432.

Vulliamy, A., & Sullivan, R. (2000). Reporting child abuse: pediatrician's experiences with the child protection system. *Child Abuse & Neglect*, 24, 1461-1470.

Ximenes, L., Oliveira, R., & Assis, S. (2009). Violence and post-traumatic stress disorder in childhood. *Ciência & Saúde Colectiva*, 14, 417-433.

Webster, S.W., O'Toole, R., O'Toole, A. W., & Lucal, B. (2005). Over reporting and underreporting of child abuse: Teachers 'use of professional discretion. *Child Abuse and Neglect*, 29, 1281-1296.

West, D. (1991). The effects of sex offenses. In C.Hollin & K. Howells (Eds.) *Clinical approaches to sex offenders and their victims* (pp. 55-73). Chichester: John Wiley & Sons.

- White, Ben (1996). Globalization and child labour problem. *Journal of International Development*, 8, 829-839.
- Widom, C.S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244, 160 – 166.
- Widom, C.S. (1991). Childhood victimization: Risk factor for delinquency. In M.E.
- Williams, H.S., Osborne, Y., & Rappaport, N. (1987). Child abuse reporting law: professionals' Knowledge and compliance. *The Southern Psychologist*, 3, 20-24.
- Winnicott, D.W. (1960). *Teoria do relacionamento paterno infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D.W. (1963). *Da dependência à independência no desenvolvimento o indivíduo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D.W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D.W. (2001). *A família e o desenvolvimento individual* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Wolfe, D.A. (1981). Origins of child abuse and neglect within the family. *Child Abuse and Neglect*, 5, 223-229.
- Wolfe, D.A. (1987). *A transitional model of child abuse. From Child Abuse: Implications for child development and psychopathology*. Newbury park, CA. Sage Publications.
- Wolfe, D.A. (1991). *Preventing physical and emotional abuse of children*. New York: The Guilford Press.
- Wolfe, D.A., & McGee, R. (1994). Dimensions of child maltreatment and their relationship to adolescent adjustment. *Development Psychopathology*, 6, 165-181.
- Wolfe, V. & Birt, J. (1997). Child abuse. In E. Mash & L. Terdal (Eds.), *Assessment of childhood disorders* (pp.569-623). New York: The Guilford Pre.
- Yanowitz, K. L., Monte, E., & Tribble, J.R. (2003). Teacher's beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse and neglect*, 27, 283-488.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário

*O presente questionário insere-se num projecto de investigação de Doutoramento em Ciências da Educação, tendo como principal objectivo descrever/caracterizar as competências dos docentes (ao nível do pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo), relativamente à temática dos maus tratos infantis, no espaço circunscrito ao Concelho de Mafra.
Gratos pela vossa colaboração e sinceridade.*

. Nível de ensino:

. Estabelecimento onde lecciona:

. Frequentou alguma formação relacionada com a temática dos maus tratos infantis? _____ (S/N)
(se sim, de que natureza?) _____

Das seguintes situações, indique quais considera como um caso de maus tratos infantis.

Situação	Sim	Não	Indeciso
1 - Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito: “Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora.”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 - Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 - Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - Uma mãe diz à sua filha de seis anos “Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias”.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - Uma mãe de um rapaz de oito anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- 7 - Um pai toma banho com a sua filha de oito anos.
- 8 - Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.
- 9 - Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ele não lhe toque.
- 10 - Os pais ignoram as queixas de dor da sua filha.

Dos seguintes sinais, indique quais considera como indicadores de maus tratos na criança.

Sinais	Sim	Não	Indeciso
1 - O rapaz é reservado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - A rapariga fecha-se em si e tem receio dos adultos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 - Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 - O rapaz é inquieto e perturba os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - O rapaz é hesitante ao expressar a dor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - A rapariga procura o contacto físico com os adultos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 8 - A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9 - O rapaz foge de casa. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10 - A rapariga tenta cometer o suicídio. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11 - O rapaz adormece durante as aulas. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12 - O rapaz volta a urinar na cama. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Dos seguintes factores indique quais pensa que podem causar situações de maus tratos.

- | Factores | Sim | Não | Indeciso |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 - Nível sócio-económico baixo. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 - Imaturidade emocional do pai. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 - O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 - Afiliação étnica. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 - Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6 - A criança é um rapaz. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7 - A criança é uma rapariga. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8 - Não amarem a criança. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 9 - Incapacidade da criança. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10 - Dependência dos pais a drogas ou álcool. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11 - Os pais olham a criança como uma propriedade deles. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12 - Problemas matrimoniais dos pais. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Das seguintes situações, quais denunciaria?

Situação	Sim	Não	Indeciso
1 - Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 - Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 - Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 - Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 - No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 - Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11 - Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

12 - Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de Idade), frequentemente só durante a noite.

Nos últimos 2 anos, considera ter tido na sua turma alguma situação de maus tratos infantis?

(S/N) _____

(Se sim , como suspeitou e o que fez)

Sabe onde ou a quem se deverá dirigir perante um caso de maus tratos infantis?

(S/N) _____

(Se sim , exemplifique)

Muito obrigada!

ANEXO B

Questões do Questionário Original

THE APPROACH OF ISRAELI HEALTH AND MENTAL HEALTH STUDENTS TOWARD CHILD MALTREATMENT

Table 1. Students' Perceptions of Situations of Child Maltreatment

Situation	Yes	No	Undecided
1. A mother says repeatedly to her 8-year-old daughter "I 'sorry you were born, get away from here."	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. While a father was working at home, his 2-year- old son was injured in His eye while playing in the yard with an iron bar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A father spans His 15-year-old son with a belt in order to teach him a lesson about His misconduct.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A father has a sexual relationship with his 15-year-old daughter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A mother tells her 6-year-old daughter " I' very angry at you because you don't listen to me, therefore you are not allowed to watch T.V. for two days".	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A mother of an 8-year-old boy sent him to school without money to buy lunch since she spent her monthly salary on jewellery.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 . A father takes a shower with His 8-year-old daughter.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. The parents were told by their daughter's teacher that she has learning difficulties. They don't implement the teacher's recommendation for improvement.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. A child watches his father turning on the on the heater.
When the child approaches the heater, the father slaps
him on his hand so that he won't touch it.

10. The parents ignore their 4-year-old daughter's
complaints about earaches

Table 2. Students' Knowledge of Indicators of Maltreated Children

Sign	Yes	No	Undecided
1. The boy is withdrawn	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. The girl is closed within herself and is afraid of adults.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Frequently there are signs of injuries on the boy's body.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. The boy is restless and disturbs others.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. The boy is hesitant to express pain.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. The girl looks for physical contact with adults.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. The girl has difficulties in walking and sitting.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. The girl is scared when an adult male approaches her	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. The boy runs away from home.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 . The girl attempts to commit suicide.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 .The boy bed wets again (after a break of several years)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12 . The boy falls asleep during class.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Table 3. Risk Factors of Child Maltreatment as Perceived by Students

Factor	Yes	No	Undecided
1.Low socio-economic status.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.Emotional immaturity of parent.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. The parent was an abused child.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.Ethnic affiliation.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Unrealistic expectations of child's behaviour.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. The child is a boy.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. The child is a girl.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Not loving the child.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Child's disability.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Parents' addiction to drugs or alcohol.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Parents' perception of the child as a personal property.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Parents' marital problems	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Table 4. Students Willingness to Report Cases of Child Maltreatment

Situation	Yes	No	Undecided
1. A parent had a sexual relationship with his/her child.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A parent fondled his/her child's intimate parts.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A parent bit his/her child and as a result the child's face got swollen.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A parent hit His/her child but it did not cause visible signs.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A parent burned his/her child's body with a cigarette.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 6. The parents ignored their child's complaints about strong earaches. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. The parents sometimes lock their child in a room for several hours. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. The parents frequently scream and swear at their child. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. From the apartment in which parents live with their children there is a strong rotten smell and it is possible to see mice. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Parents' don't show up with their son for a meeting with the doctor who treats their son's asthma. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. The parents allow their child to miss school frequently. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. The parents leave their child (3 years old) frequently alone at nights. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |



ANEXO C



Universidade de Granada - Instituto Superior de Ciências Educativas
Curso de Doutoramento em Ciências da Educação

Carta de Apresentação do Trabalho de Investigação

Cristina Rosa F.C.Vieira Gonçalves

Morada

Telefone

Ex.mº Senhor Director do Agrupamento de Escolas de (a completar)

Sou docente do 1º ciclo, numa Instituição pertencente ao Agrupamento de Escolas da Venda do Pinheiro, designada (nome da instituição), encontrando-me a desenvolver um projecto de investigação, como parte inerente do Doutoramento em Ciências da Educação, realizado em parceria com o Instituto Superior de Ciências Educativas e a Universidade de Granada, o qual tem como tema os maus-tratos na infância e início da adolescência, tendo como principal foco de origem o contexto familiar.

Este estudo encontra-se circunscrito ao Concelho de Mafra, assumindo contornos de Estudo de caso, envolvendo docentes de três níveis de ensino, a saber, pré-escolar, 1º e 2º ciclo, tendo como principais objectivos, aferir qual o real conhecimento e formas de actuação desta população relativamente a tão importante e sensível temática

Assim, venho por este meio solicitar a sua disponibilidade com vista à aplicação de questionários endereçados aos educadores e professores do vosso agrupamento, sendo assegurado o total anonimato de todo o trabalho de campo a realizar.

(...), 16 de Novembro de 2010

Com os melhores cumprimentos,

Pede deferimento,

A doutoranda

ANEXO D

Guião da Entrevista



Universidade de Granada - Instituto Superior de Ciências Educativas
Curso de Doutoramento em Ciências da Educação



Estrutura

Amostra

Nove docentes com actividades lectivas no Concelho de Mafra pertencentes aos grupos de docência do pré-escolar (3 elementos), 1º ciclo (3 elementos) e 2º ciclo (3 elementos).

Tema

Saberes, Percepções e Atitudes dos Docentes do Concelho de Mafra, Relativamente à Temática dos Maus tratos Infantis.

Objectivo Geral

Recolher elementos que possibilitem caracterizar as competências que os educadores de infância, os professores de 1º e do 2º ciclo, a leccionarem em Escolas do Concelho de Mafra, possuem sobre os maus tratos infligidos às crianças, permitindo distinguir as suas possíveis cambiantes e particularidades.

Objectivos Específicos

1. Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus tratos;
2. Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e

- merecedoras de serem incluídas na realidade abordada;
3. Determinar quais os factores classificados como indicadores de situações anómalas;
 4. Constatar a origem de possíveis processos de denúncia;
 5. Verificar qual o valor da experiência e formação profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.
-
6. Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos comprovados de maus tratos;

Características da entrevista

A entrevista a realizar, assenta sobre um modelo de natureza semi-directiva, tendo como centro de acção os entrevistados, sendo que as questões são formuladas de forma aberta, tendo em vista potencializar a máxima liberdade dos entrevistados, expressando os seus pontos de vista e conhecimentos, procurando-se a máxima espontaneidade e autenticidade. Estima-se uma duração provável de 20/30 minutos.

Sequência da Entrevista	Objectivos Específicos	Guião
1. Justificação da entrevista e motivação	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Justificar a realização da entrevista; ➢ Prestar esclarecimentos relativos ao trabalho e ao decorrer da entrevista; ➢ Permitir a motivação do entrevistado e da prestação deste; ➢ Confirmar o aspecto confidencial de todas as respostas dadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Permite-me a gravação desta entrevista?
2. Identificação de situações relativas a Maus tratos	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Possibilitar a recolha de elementos que permitam identificar representações de Maus tratos; ➢ Obter elementos relativos à facilidade/dificuldade na identificação de situações de Maus tratos; <ul style="list-style-type: none"> ➢ Angariar dados relativos às possíveis limitações sentidas face à identificação de situações desta natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças? ➢ Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos? ➢ Pode apresentar exemplos dessas situações?

<p>3.Reconhecimento de sinais/ indicadores de maus tratos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar a recolha de elementos que permitam reconhecer a presença/ indicadores de Maus tratos; ➤ Conhecer a opinião dos entrevistados relativamente à catalogação de possíveis indicadores. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?
<p>4.Referenciação de factores potencializadores de situações de maus tratos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Permitir a obtenção de elementos que possibilitem a criação de um conjunto de factores entendidos pelos entrevistados, como susceptíveis de provocarem situações de maus tratos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?
<p>5.Constatação de possíveis situações de denúncia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aferir relativamente a quais as situações que o docente considera como susceptíveis de provocar o desenrolar de um processo de denúncia. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Perante que situação(ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?
<p>6.Percepção dos professores, em contexto de sala de aula, de situações de Maus tratos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Permitir a recolha de dados relativamente à frequência de situações de maus tratos; ➤ Descortinar qual o procedimento do docente face à situação em causa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos? ➤ Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

<p>7. Conhecimento relativo aos trâmites relacionados com a ocorrência de Maus tratos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aferir relativamente aos conhecimentos de ordem prática (normativa e judicial), face a possíveis situações de maus tratos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos? ➤ Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?
<p>8. Sugestões</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilitar a recolha de sugestões com vista ao solucionar de possíveis problemas relativos a esta temática e ao papel dos docentes 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio? ➤ Deseja apresentar alguma sugestão? <p><i>Obrigada pela sua participação!</i></p>

ANEXO E

Protocolos da Entrevista

LEGITIMAÇÃO DA ENTREVISTA

A presente entrevista insere-se num projecto de investigação de Doutoramento em Ciências da Educação, tendo como principal objectivo descrever/caracterizar as competências dos docentes (ao nível do pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo), relativamente à temática dos maus tratos infantis, no espaço circunscrito ao Concelho de Mafra.

O tema desta entrevista é “Saberes, Percepções e Atitudes dos Docentes do Concelho de Mafra, Relativamente à Temática dos Maus tratos Infantis”, apresentando como objectivos:

- Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus tratos;
- Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada;
- Determinar quais os factores classificados como indicadores de situações anómalas;
- Constatar a origem de possíveis processos de denúncia;
- Verificar qual o valor da experiência e formação profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar.
- Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos comprovados de maus tratos.

Os dados por nós recolhidos destinam-se, de forma exclusiva, a serem utilizados no contexto do presente trabalho, sendo nosso compromisso o total anonimato e confidencialidade relativamente aos entrevistados.

Após a transcrição do texto, terá acesso ao mesmo, podendo realizar as alterações que considere justificáveis, tendo em vista a que o registado corresponda ao que pretendeu transmitir.

ANEXO F

Transcrição das Entrevistas (I, II, III, IV, IV, VI, VII, VIII e IX)

TRANSCRIC O DA ENTREVISTA DO SUJEITO I (docente do Pré-escolar)

ENTREVISTADOR- Permite-me a grava o desta entrevista?

ENTREVISTADO- Sim, claro.

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus-tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Maus tratos...posso considerar maus tratos físicos ou agressão no sentido de negligência (omissão de cuidados de saúde). Julgo que nas duas situa oes se pode considerar de maus tratos.

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situa oes de Maus-tratos?

ENTREVISTADO- Nesta faixa etária por vezes   difícil, pois a criança não consegue transmitir e pode haver, por vezes dificuldades em detectar se há ou onde há essas situa oes.

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situa oes?

ENTREVISTADO- Altera o no comportamento da criança, tristeza, falta de comunica o, comportamentos an malos...

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situa oes de maus-tratos?

ENTREVISTADO- Julgo já ter respondido nesse sentido (na questão anterior).

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situa oes de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Por situa oes concretas que já vivi, penso que quando os próprios pais não estão despertos para determinadas situa oes, al s os próprios pais podem ser

potencializadores de determinadas situações, por exemplo uma mãe com alguma debilidade mental, pode ser a causadora de situações (neste caso a violação de uma menor), ao permitir o acesso de pessoas à casa).

Por outro lado situações de trabalho em que a família tem horários incompatíveis com os da criança, não querendo deixar ao cuidado de terceiros, e, sem querer, põe a criança em perigo, ao abandoná-la.

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus-tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Violação e negligência física.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus-tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Sim.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- Em comunicação com técnicos que lidaram com a criança, anteriormente à minha colocação, constatei que já tinha sido feita a sinalização da situação (o estado de abandono físico da criança, a falta de higiene, as carências alimentares..) e por isso nada mais fiz.

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus-tratos?

ENTREVISTADO- Pronto, sei onde me dirigir, contudo como fazê-lo teria que me informar junto de algum organismo.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- À CPCJ do concelho de Mafra, mas não conheço o que ocorre em seguida, tal como, na minha opinião, a maioria da população (o que é uma falha).

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- Nunca tive formação na área (nem no curso, nem em formação contínua).

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Gostaria de participar numa acção de formação e que houvesse mais divulgação, não só perante técnicos mas também para a população em geral, pois penso que se evitariam muitas situações

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO II (docente do Pré-escolar)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus-tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Maus tratos podem ser psicológicos ou físicos. Se forem físicos, são as agressões e se forem psicológicos, são agressões na mesma, mas a nível psicológico.

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Se eu tenho facilidade? Não sei se tenho.

Se forem físicos, se calhar é capaz de se notar mais. Os psicológicos serão mais difíceis de se fazer o despiste.

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

ENTREVISTADO- Se uma criança aparecer batida, com nódoas negras e se disser que foi o padrasto, o pai ou a mãe, que está constantemente a agredi-lo, bem como se a criança contar alguma situação, até sexual, que se tenha passado em casa, tal pode levar-me a desconfiar que ali há qualquer coisa.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- A criança pode fechar-se sobre ela mesma ou pode tornar-se, de outra maneira, agressiva (com os adultos ou as crianças). Por vezes também se pode notar através dos desenhos que faz.

As mudanças súbitas no seu comportamento poderão ser um sinal a ter em atenção!

Quanto melhor se conhece a criança mais facilmente se poderão reconhecer os sinais.

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Acho que o meio social é um dos mais importantes factores, principalmente em situações de dificuldades económicas. No entanto, existem casos que acontecem na classe alta (por vezes temos clichés que não são os mais correctos).

A família ser desestruturada, na qual a mãe ou o pai está constantemente a mudar de parceiro, também poderá ser um factor, bem como ser uma família negligente.

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- As agressões sexuais e todas aquelas em que eu veja que a vida da criança esteve em risco.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Não, pelo menos de que eu tenha sabido ou que me tenha apercebido.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Agora, mais recentemente, julgo estar melhor informada, pois a coordenadora da minha escola pertence à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra e fala-nos do seu trabalho. Por outro lado, no início do ano lectivo, tivemos uma sessão de esclarecimento desta instituição.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- À denúncia anónima (CPCJ) ou então para a linha de apoio à vítima (penso que também se pode fazer).

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- No curso falou-se sobre o tema muito ao de leve e nunca fiz nenhuma acção sobre a mesma.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Era muito útil existir formação na área, principalmente ao nível de nos ajudar a despistar os casos e os vários tipos existentes.

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO III (docente do Pré-escolar)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Maus tratos é tudo aquilo que pode prejudicar o seu desenvolvimento. É tudo aquilo que vai para além do razoável em termos do tratamento a uma criança.

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Aquelas mais evidentes julgo que sim (a olho nu), mas considero que não temos formação específica para identificar situações como os maus tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar).

Julgo que um bom conhecimento da criança por parte do educador, facilita a identificação de situações, através do reconhecimento de alterações de comportamento.

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Falta de higiene, lacunas na alimentação... Para todas as outras julgo que ou o educador tem formação ou será difícil de detectar.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- O isolamento, a agressividade, o silêncio, a tristeza. Pelo contrário, também poderá revelar euforia. Assim, todos os comportamentos limites, que não são normais numa criança (dependendo da sua faixa etária e da própria criança, já que se esta, por natureza já é agressiva, tal não pode ser valorizado).

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Alguma desorganização familiar (caso do desemprego), dependências químicas destes, uma mãe deprimida, um pai ausente, pais demasiado repreensivos... Más condições económicas, ainda que considere que não é um factor determinante, pois uma criança que tenha um meio sócio-económico baixo pode não receber maus tratos. Pelo contrário, uma criança de um meio elevado, que seja entre a

amas, a empregadas, acaba por ser, também seriamente negligenciada. Contudo, nas escolas tendemos a desvalorizar este aspecto e a reparar na aparência da criança, se está vestida de forma adequada, limpa, se os pais parecem interessados, aspectos que podem camuflar situações que nos podem passar despercebidas (é pena que nós, educadores, não tenhamos uma bateria de instrumentos que nos permitam identificar situações).

Assim, considero que depende essencialmente, dos factores intrínsecos aos pais (psicológicos, de formação pessoal e moral, de vontade de atendimento às necessidades da criança)

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Maus tratos físicos (que ponham em risco a saúde ou a sua integridade e não uma palmada ou um puxão de orelhas). O abuso de natureza sexual e psicológico (a pressão constante que pode ser sujeita).

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Sim

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- Era visível, pois eram de ordem física. Fez-se cartas para a Segurança Social, para o Centro de Saúde e falou-se com a mãe.

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Sim.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- À CPCJ, ao Agrupamento, ao tribunal... Não sei se há mais algum.

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- A formação que recebi na área foi exclusiva do Mestrado que frequentei e foi muito ligeira.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Ajuda no reconhecimento dos sinais exteriores de maus tratos, que vão para além do habitual (e para o qual os educadores não têm formação e terão, certamente, dúvidas)

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO IV (docente do 1º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Para mim é tudo o que pode provocar dor ou sofrimento a uma criança.

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Depende do tipo de maus tratos.

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Se forem físicos, se deixarem marcas julgo que sim, quanto aos psicológicos, julgo que podem ser confundidos com outras situações.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Nódos negros e ferimentos para os quais a criança não arranja explicação, arranja de forma repetida ou sem qualquer sentido. Tristeza prolongada, estar assustada, sempre suja ou com fome.

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Algum dos pais ou ambos serem dependentes, da droga ou do álcool, a falta de preparação destes para serem pais e não amarem a criança, pois quem gosta não maltrata.

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Abusos sexuais, violência física e falta de cuidados graves.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Não.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Razoavelmente.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- À polícia e Comissão de Protecção de menores.

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- Tenho alguma dificuldade em reconhecer a totalidade, ou pelo menos a maioria dos sinais que uma criança pode evidenciar. Nunca recebi grande apoio nessa área, e o que sei tem sido aprendido ao longo do tempo, por experiência, a falar com colegas e numa acção de esclarecimento da CPCJ de Mafra.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Os docentes deveriam obter mais formação e ajuda técnica, por exemplo de psicólogos e sociólogos.

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO V (docente do 1º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Acho que os maus tratos têm a ver com a parte física e psicológica. Pois uma criança pode ser muito bem tratada a nível físico (nunca lhe batem) e depois pode haver uma chantagem, pode haver outro tipo de pressão psicológica, que acaba por ser também um mau trato.

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Fisicamente é capaz de ser mais fácil de detectar do que psicologicamente. Julgo que fisicamente talvez seja capaz, em algumas circunstâncias. Psicologicamente acho ser mais difícil.

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Sim. A nível físico: nódoas negras, altos na cabeça, borbulhas (por falta de higiene, que também pode ser um mau trato)... essencialmente é isso!

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- A nível físico já referi. Em termos psicológicos pode haver uma mudança súbita de atitude, de comportamento, que indique que haja um problema qualquer por trás. Poderá ainda haver um isolamento ou uma agressividade fora do normal, que pode indicar que está a acontecer algo.

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Acho que a falta de emprego, a carência monetária, poderá originar situações de mau trato. Mas também acho que a riqueza extrema também pode ser prejudicial.

O alcoolismo, é uma situação que considero que pode, em muito, originar essas situações.

Não me consigo recordar de nenhum outro factor!

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- A nível sexual, essa seria a primeira situação (apesar de ser difícil descobrir, contudo se houver um indício ou se a criança se queixar, não hesitaria). Seguidamente seria os maus tratos físicos (pois não podemos ver uma criança sempre magoada). Nestes casos não hesitaria.

Relativamente a andarem muito sujos, com piolhos... também poderia ter essa atitude, ainda que pudesse hesitar na denúncia, pois teria que ter em atenção o contexto familiar, já que por vezes as pessoas não podem mais, também precisando de uma ajuda exterior. (Nos outros casos a família já não precisaria dessa ajuda).

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Sim e fiz queixa.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- Identifiquei através do comportamento da criança. Ela isolava-se, não brincava com nenhuma criança (sempre agarrada aos adultos). Vinha também muito suja para a escola e notava-se que não tinha qualquer tipo de apoio dos progenitores. Para além de ter feito a queixa à CPCJ, acompanhei todo o caso (o seu desenvolvimento na Segurança Social).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Nestes últimos tempos acho que sim, pois foi feito um esforço perante os docentes sobre o que devem fazer perante uma situação destas.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- Sim, à CPCJ do concelho de Mafra.

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- Nunca foi facultado, ao nível da formação, por exemplo do Centro de Formação de Mafra formação nesta área. Contudo, acho mais importante a acção directa da CPCJ.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Os docentes devem estar atentos!

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO VI (docente do 1º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Quando a criança não tem a atenção devida, não só em termos da alimentação, bem como da higiene, a atenção à necessidade de horários próprios (diferentes dos adultos), ter a possibilidade de frequentar a escola (ter os seus livros, materiais...).

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Penso que sim!

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

ENTREVISTADO- Quando a criança vem suja para a escola, sem tomar banho... Quando apresenta um corpo franzino e muitas vezes, logo pela manhã, pede comida.

Quando a criança recua perante um carinho, do professor ou dos seus pares.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Crianças que se isolam, que têm uma baixa auto-estima, pouca concentração, pouco afectiva (por vezes até agressiva), descuidada (suja) ...

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Os problemas sócio-económicos da família, pois sendo as crianças o elo mais fraco acabam por sofrer as consequências (nomeadamente a nível físico e de nutrição), as quais não acontecem nas classes altas (ainda que nestas possam existir outros tipos).

Para além deste factor, também considero influenciador a droga e o desemprego, depressões dos pais, crianças que estão sós muitas horas (e por isso são alvos fáceis).

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Agressão física e sexual. Não sei se existe uma obrigação moral para o fazer, mas como docente e cidadão não poderia deixar de fazê-lo.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Não.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Penso que sim!

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- Aqui em Mafra, dirigia-me logo à minha coordenadora de estabelecimento, que faz parte de CPCJ do concelho.

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- Alguma falta de formação intensiva na área, e não só sessões de esclarecimento, principalmente ao nível dos sinais e sintomas evidenciados pelas crianças, nomeadamente aquelas das classes consideradas mais protegidas e por vezes também vulneráveis (mas não de forma evidente).

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Penso que se deveria mais apostar mais na formação nesta área.

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO VII (docente do 2º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus-tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Entendo que os maus-tratos podem ser verbais (palavras e expressões) ou físicos (ao corpo).

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus-tratos?

ENTREVISTADO- Eu não tenho experiência nem formação nessa área. De qualquer das formas pela maneira como as crianças agem e como se dirigem a nós podemos desconfiar que algo se passa (ainda que não possa precisar se seja maus tratos).

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Por exemplo, penso que se nós nos dirigirmos a um aluno e se ele se retrair, penso que algo poderá não estar bem a nível físico.

Se a criança não reagir bem não reagir bem a uma chamada de atenção mais austera do professor, poderá revelar algum problema, visto poder se encontrar mais susceptível.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Eu vou ser sincera, julgo nunca ter presenciado nenhum sinal.

Contudo, penso que um dos sinais será a reacção, quando nós tentamos contactar mais directamente a criança (tentar dar-lhe um afecto, um carinho e ele não o aceitar ou agir de forma estranha.

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Não querendo estar a fazer uma divisão por classes sociais, mas pela experiência da minha irmã com crianças desfavorecidas, julgo que pais carenciados tendem a resolver os problemas recorrendo a alguma agressão.

Para além dos factores económicos, julgo que a formação dos pais também é importante, pois acho que quanto maior esta for mais perceberão que não é com agressão que se resolve os problemas.

Pessoas com natureza instável, com problemas neurológicos ou nervosos podem levar a maus tratos. Este talvez seja o factor mais importante.

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Se eu visse que criança surge com marcas no corpo, com um flagelo e ao ser questionada ela não me consegue convencer das causas do mesmo, isso seria motivo suficiente.

Por outro lado, se uma criança anda sempre muito triste ou parece demasiado reprimida, deveremos falar com o director de turma ou com o psicólogo da escola, para tentar saber se algo se passa.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Eu penso que não (ainda que por vezes aconteçam coisas que nós não sabemos, e as próprias crianças também poderão esconder).

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Não sei a 100%.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- Julgo que deveria falar logo com o Director da escola e a Psicóloga escolar. Mais tarde, penso que seguiria para a CPCJ ou para a Segurança Social.

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

ENTREVISTADO- Acho que não deveria ter que passar por nenhuma situação, para saber mais sobre a temática. Esta deveria ser trabalhada no curso (no currículo), pois talvez tenha passado pela minha turma casos que não soube identificar.

Nas acções de formação que fiz, também nunca frequentei nenhuma sobre o tema, nem sei se existem.

Confesso que estou mal informada!

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Seria possível ministrar alguma acção de formação ou seminário na nossa escola?

ENTREVISTADOR- Agradeço o convite, será uma proposta a pensar no futuro.

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO VIII (docente do 2º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Entendo que poderão ser físicos ou psicológicos (agressão verbal, como chamar nomes, coacção, tentar produzir comportamentos contra a vontade...)

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Talvez!

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Em primeiro lugar através de marcas físicas e também de alterações no comportamento (miúdos que evitam o contacto físico com o professor, o toque, carinhos, que não queiram mostram o corpo nas aulas de Educação Física, que tenham inibição perante os colegas, triste, que não mostrem a alegria habitual da sua faixa etária...).

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Como dizia ainda há pouco: marcas físicas e alterações comportamentais.

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- O contexto sócio-económico desfavorável das pessoas (pobreza) e a falta de cultura das famílias (não quer dizer que seja 100% seguro que as famílias de classe elevada não pratiquem maus tratos, mas julgo que diminuirá a percentagem).

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Qualquer uma em que eu tivesse a certeza absoluta, principalmente a de natureza física.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Não.

ENTREVISTADOR- **Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?**

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- **Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?**

ENTREVISTADO- O saber nunca ocupa lugar e podemos saber sempre mais, principalmente porque nunca tive formação nesta área (no curso). Na Escola Superior de Educação, onde tirei o curso, falámos de forma muito ligeira sobre o assunto.

ENTREVISTADOR- **Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?**

ENTREVISTADO- Àquela associação de protecção de crianças e jovens (CPCJ) que é parceira da escola e já tem dado algumas dicas perante alunos mais problemáticos. No entanto, em termos de legislação, talvez porque não formalizei nenhum processo, desconheço o seguimento dado ao mesmo.

ENTREVISTADOR- **Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?**

ENTREVISTADO- Ainda que eu pense que aqui na escola não haja essas situações, se calhar, se estivesse mais informado já teria detectado algum caso mais camuflado, mais escondido.

ENTREVISTADOR- **Deseja apresentar alguma sugestão?**

ENTREVISTADO- É sem dúvida muito importante a formação nesta área, nomeadamente nos Centros de Formação. Na nossa zona temos acordo com o Centro de Mafra, e talvez pudesse ser uma acção a facultar, já que a forma faz o que é possível para colmatar as lacunas (quando surge uma dúvida).

Obrigada pela sua participação!

TRANSCRICÇÃO DA ENTREVISTA DO SUJEITO IX (docente do 2º Ciclo)

ENTREVISTADOR- Gostaria de saber o que entende por Maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- São crianças que sofrem de determinadas agressões físicas ou psicológicas por parte de alguém, normalmente mais velho (ainda que, principalmente ao nível psicológico, possa acontecer entre pares).

ENTREVISTADOR- Julga ser capaz de identificar situações de Maus tratos?

ENTREVISTADO- Julgo que sim quando deixam mais marcas físicas. Ao nível psicológico deverá levar mais tempo a fazer essa identificação (porque a criança não se queixa).

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?

Tal como respondi, penso que as marcas físicas e alguns comportamentos (**não precisou quais**).

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Alguma tristeza, isolamento, acho que é um pouco por aí. Às vezes são crianças que mudam a sua postura (deixam de ser alegres e percebemos que começam a ficar mais isoladas dos colegas, não falam tanto com os colegas...)

ENTREVISTADOR- De acordo com o seu ponto de vista, enumere os factores que considere poder originar situações de maus tratos infligidos a crianças?

ENTREVISTADO- Pode ter a haver com aspectos físicos da própria criança (o qual poderá levar a ser maltratada), a sua personalidade (caso de uma criança hiperactiva perante a qual a família não sabe lidar), desentendimentos entre os pais e de gestão do tempo(pouco tempo para a criança).

ENTREVISTADOR- Perante que situação (ões) de Maus tratos considera que não hesitaria em dar início a um processo de denúncia?

ENTREVISTADO- Se fosse a própria criança a contar-me ou através de amigos que nos transmitam esse facto, nomeadamente se fosse uma agressão física ou psicológica continuada.

ENTREVISTADOR- Teve ou julga ter tido alguma situação de Maus tratos na sua turma, nos dois últimos anos lectivos?

ENTREVISTADO- Não, não tive.

ENTREVISTADOR- Perante a sua resposta (afirmativa), como identificou essa situação e o que fez posteriormente?

ENTREVISTADO- (Sem resposta pela negação anterior).

ENTREVISTADOR- Considera-se bem informado sobre os procedimentos a seguir perante um caso de comprovados Maus tratos?

ENTREVISTADO- Se calhar não, Provavelmente teria que ir à procura de mais qualquer coisa para saber o que teria de ser feito, em termos legais, com essa criança. Acho que há alguma falta de informação, mesmo para os directores de Turma, para lidarem com a situação.

ENTREVISTADOR- Consegue dar exemplos de onde ou a quem se pode ou deverá dirigir?

ENTREVISTADO- Dar conhecimento à protecção de menores, à direcção da escola que por sua vez dará o encaminhamento legal ao caso (do qual não faço qualquer ideia).

ENTREVISTADOR- Perante os vários pontos abordados, considera existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sente falta de apoio?

No geral em todos, pois nunca tive formação.

ENTREVISTADO- ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Ter mais apoio, acompanhamento e formação nesta área.

Obrigada pela sua participação!

ANEXO G

Guião do Grupo de Discussão



Universidade de Granada - Instituto Superior de Ciências Educativas
Curso de Doutoramento em Ciências da Educação



Estrutura

<p>Participantes e suas características</p>	<p>Seis docentes com actividades lectivas no Concelho de Mafra pertencentes aos grupos de docência do pré-escolar (2 elementos), 1º ciclo (2 elementos) e 2º ciclo (2 elementos) os quais receberam formação (académica, seminários, acções de sensibilização) na área dos maus-tratos infantis e/ou experienciaram situações de maus-tratos nas suas turmas (comprovadas através da abertura de processos e posterior confirmação dos casos)</p>
<p>Tema</p>	<p>Maus-tratos Infantis.</p>
<p>Objectivo Geral</p>	<p>Permitir a recolha de informação relativamente à temática dos maus-tratos infantis, do ponto de vista do pessoal docente, bem como do papel deste nesta temática.</p>

Objectivos Específicos

1. Identificar quais as situações susceptíveis de serem entendidas como maus tratos;
2. Aferir sobre as sintomatologias consideradas como relevantes e merecedoras de serem incluídas na realidade abordada;
3. Determinar quais os factores classificados como indicadores de situações anómalas;
4. Constatar a origem de possíveis processos de denúncia;
5. Verificar qual o valor da experiência e formação profissional, inerente a cada grupo de docentes, no desenrolar das atitudes a tomar;
6. Avaliar o grau de conhecimento face ao encaminhamento a dar perante casos comprovados de maus tratos.

Estratégias de acção perante os intervenientes

- Procurar dar a conhecer o estudo;
- Fomentar o espírito de partilha de opiniões;
- Criar um ambiente informal;
- Garantir e salvaguardar o total anonimato das declarações prestadas;
- Agradecer por terem acedido em participar no grupo de discussão,

Local	dando a sua perspectiva sobre a temática e /ou relatar as suas experiências.
Duração	Ins.Escolar do Concelho de Mafra 70 minutos

Directrizes orientadoras

	<ul style="list-style-type: none"> • Permitem-me a gravação dos diálogos?
Categorias	
1. Identificação de situações relativas a Maus tratos	<ul style="list-style-type: none"> • De que falamos quando nos referimos a maus-tratos infligidos a crianças/menores (nomeadamente em contexto familiar)? • Consideram clara a identificação de situações dessa natureza? • Apontem exemplos que considerem inequívocos.
2. Reconhecimento de sinais/ indicadores de maus-tratos	<ul style="list-style-type: none"> • O que nos pode transmitir uma criança/menor que seja susceptível de ser tido como um sinal ou possível indicador de maus-tratos?
3. Referenciação de factores potencializadores de situações de maus-tratos	<ul style="list-style-type: none"> • Consideram existir factores que propiciam o gerar e situações de maus-tratos (ao nível do contexto familiar)? <p>(Nos casos afirmativos) Se sim, podem referir factores que considerem desencadeadores.</p>

•

4. Constatação de possíveis situações de denúncia

- Consideram existir situações perante as quais é impossível não encetar um processo de denúncia?
- (Nos casos afirmativos) Pode especificar exemplificando?

5. Percepção dos professores, em contexto de sala de aula, de situações de Maus-tratos

- Ao longo da vossa carreira de docentes, já se viram confrontados com uma situação de maus-tratos?
- (Nos casos afirmativos) Como ficaram sabedores dessa situação ou como a identificaram?

6. Conhecimento relativo aos trâmites relacionados com a ocorrência de Maus tratos

- Quais os mecanismos a desencadear sempre que o docente deseja reportar a ocorrência de uma situação de maus-tratos da qual desconfia ou é sabedor?

7. Sugestões

- Perante os vários pontos abordados, consideram existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sentem falta de apoio?
- Desejam apresentar alguma sugestão?

Obrigada pela vossa participação!

ANEXO H

Transcrição do Grupo de Discussão

MD- Boa tarde a todos e muito obrigada por estarem presentes. Esta nossa conversa será gravada, sendo que gostaria de saber se ninguém se opõe a esse facto? (todos os presentes concordaram com a gravação).

Como primeira questão, gostaria saber a vossa opinião sobre de que falamos quando nos referimos a maus-tratos infligidos a crianças/menores (nomeadamente em contexto familiar)?

AN- Esse é um tema muito complexo mas para o qual a maioria das pessoas considera ter uma resposta, ao julgar como maus-tratos infantis o que provoca dor, ferimentos ou a morte da criança.

MA- Isso não deixa de ser verdade, contudo esquece tudo aquilo que vai para além do visível e que não deixa marca, pelo menos evidente.

CR- O sofrimento e os danos são dois dos pontos fundamentais desta realidade.

CA- Concordo plenamente com a colega anterior, pois os maus-tratos são o resultado de actividades exercidas sobre a criança as quais fogem ao tido como normal e /ou aceitável.

MA -Considero que o adjectivo aceitável que a colega expressou é muito importante, pois o que hoje é tido como intolerável sobre os menores, podia, até há bem pouco tempo, ser tolerado e até recomendado na educação.

SO- É todo um conjunto de actos, isolados ou combinados, realizados por um agressor, conhecido ou não da criança, os quais, podendo ser palpáveis ou não, terão sempre alguma consequência, pois o ser humano responde sempre perante uma agressão.

MD- Consideram clara a identificação de situações essa natureza?

AN- É algo muito variável, pois julgo que depende do tipo de maus-tratos de que a criança é vítima.

MA- Naturalmente que os maus-tratos físicos, porque normalmente deixam marcas, são mais facilmente identificáveis.

CR- Julgo que quanto mais conhecermos esta realidade mais facilmente será possível identificar possíveis casos.

CA- O que a colega acabou de afirmar é particularmente importante perante situações não visíveis, pelo menos a “olho nu”, mas que certamente deixarão sinais.

MA – Considero que um bom conhecimento da criança e do tema é essencial.

SO-O docente deve estar alerta para possíveis situações que possam surgir e não ter ideias pré estabelecidas sobre determinados contextos familiares, os quais o possam impedir de querer ver o que está, por vezes, mesmos “à frente do nariz.”

MD – Pedia-vos agora que cada um de vós aponta-se dois exemplos que considerem inequívocos de situações de maus-tratos.

AN- Se perante nós surgir uma criança que é abusada sexualmente ou que sofre agressões físicas.

MA- Toda a criança que é desprezada está a viver uma situação que considero de inequívocos maus-tratos, os quais pela falta de responsabilidade dos pais pode levar a outros acontecimentos, como seja o abuso sexual, que é um caso evidente.

CR- A agressão sexual é uma das piores situações de maus-tratos, nomeadamente pelas consequências que provoca. O abandono da criança, sobre um ou mais pontos de vista, é também uma clara situação.

CA- O uso desmedido de força física sobre a criança (que quase nunca é isolado mas que tende a ser repetido) e a total falta de interesse para com a criança.

MA – Sempre que as necessidades básicas da criança não são satisfeitas (e a necessidade de ser amada é uma delas) estamos, de forma clara, perante uma situação de maus-tratos que quase sempre são acompanhados por outras formas como as agressões.

SO- Julgo que os meus colegas já referenciaram todas as situações, sendo que para mim a mais inequívoca de ser tida como maus-tratos é a que envolve a agressão sexual.

MD-O que nos pode transmitir uma criança que seja susceptível de ser tido como um sinal ou possível indicador de maus-tratos?

AN- Na minha opinião uma criança que vive uma situação negativa, terá que ser uma criança com algum problema comportamental e ou emocional. Estes podem passar por quadros de tristeza, choro sem causa aparente... e outros.

MA- Por vezes pode não existir sinais muito evidentes mas, dependendo do tipo de maus-tratos, podem existir marcas no corpo, ferimentos, cortes...

CR- Se a criança frequentar a escola, uma mudança repentina no seu rendimento escolar pode ser algo que nos leve a pensar na possibilidade de poder existir algum problema, facto que nem sempre passa pela mente dos docentes, pois tentamos justificar essa situação com outras problemáticas.

CA- Quando a criança revela receio de ser tocada, acariciada pelos adultos (algo muito comum por parte dos docentes no pré-escolar e no 1º ciclo), pode indiciar algum problema.

MA – Concordo com a colega, mas penso que o contrário também poderá suceder, ou seja, a criança procura um contacto constante, o que pode evidenciar uma forte carência afectiva ou a habituação a um contacto excessivo com o adulto.

SO- Se a criança ou jovem relata, por exemplo, situações ou até fala de assuntos que não são supostos serem do seu conhecimento (cariz sexual), tal poderá revelar que está a viver um quadro de risco.

MD- Consideram existir factores que propiciam o gerar de situações de maus-tratos (ao nível do contexto familiar)? Se sim, podem referir factores que considerem desencadeadores.

AN- Penso que sim, ainda que nem sempre seja taxativo que uma determinada família é mais propensa a desenvolver no seu seio um quadro de maus-tratos do que uma outra. Contudo, creio que famílias desestruturadas revelam uma maior propensão, sendo que muitas das vezes os pais não estavam preparados para assumirem a sua função.

MA- Mais do que desestruturadas, julgo que também essas famílias viveram ou podem viver quadros de risco como toxicoddependências ou situações de exclusão social.

CR- Claro que existem factores potencializadores. Os estudos que li sobre este assunto, parecem indicar que aquele que agride, infelizmente, tem elevada possibilidade de ser um potencial agressor. Por isso considero que ter sido alvo de maus-tratos pode ser um dos principais factores.

CA- Se uma criança nasce de uma situação em que não foi desejada, numa família já de si com problemas (como toxicoddependências), certamente encontra factores de risco.

MA – Nem sempre as crianças e os jovens se tornam naquilo que os pais “sonham” para elas, facto que numa mente desestruturada pode levar a sentimentos que podem resultar em violência.

SO- Quando a família tem problemas, nomeadamente entre os cônjuges, com o álcool ou outras drogas, certamente que encerra em si factores que podem “ajudar” à ocorrência de fenómenos de maus-tratos.

MD- Consideram existir situações perante as quais é impossível não encetar um processo de denúncia? Podem exemplificar?

AN- Penso que sempre que estejamos perante um caso que suspeitemos de maus-tratos, independentemente da natureza deste, não podemos ficar indiferente. Contudo, se o mesmo colocar em risco a integridade física ou emocional da criança (causando-lhe sofrimento), teremos que denunciar.

MA- Apesar de todos os tipos de maus-tratos provocarem consequências na criança, julgo que jamais hesitaria em denunciar um caso de abuso sexual e de ofensas corporais (maus-tratos físicos)

CR- A denúncia é uma obrigação legal dos docentes. Contudo, ainda há muito receio em proceder à mesma, pelo risco que se pode correr (ou que se pensa poder vir a sofrer). Como consequência deste facto, julgo que se continua a denunciar somente os casos mais graves de maus-tratos, caso das violações e dos maus-tratos físicos.

CA- Para mim, as situações de negligência severa não podem ser omitidas e por isso devem ser denunciadas (sempre que tenham falhado todas as tentativas junto da família, ou quando não exista aproximação possível com esta). Evidentemente que um abuso sexual é gravíssimo e penso que ninguém hesitará em denunciá-lo.

MA – Como docente do 2º ciclo, os casos de negligência, em termos de cuidado físico com o menor, não são tão visíveis. Porém, existem jovens perante os quais as famílias se desvinculam totalmente, não comparecendo na escola, deixando que este frequente espaços inadequados para a sua idade e mantenha relações ditas “perigosas”. Assim, nestas situações julgo que é fundamental a denúncia das ocorrências, de forma a quebrar o “ciclo” que o menor vivencia.

SO- Creio que toda a forma de molestação sexual é condenável, sendo impossível não proceder à sua denúncia.

MD- Ao longo da vossa carreira de docentes, já se viram confrontados com uma situação de maus-tratos? Se sim, como ficaram sabedores dessa situação ou como a identificaram?

AN- Sim. Esta era uma situação de clara negligência, envolvendo todas as crianças de uma mesma família, as quais frequentavam diferentes níveis de ensino na mesma escola. A família era acompanhada pela CPCJ local, a qual me pedia para ir actualizando a informação sobre o quadro geral dos alunos (aspecto, alimentação...)

MA- Num jardim-escola onde leccionei houve um caso de suspeita de abusos sexuais. A criança em causa referia assuntos, de forma muito precisa, de cariz sexual, expondo os mesmos quer verbalmente quer através de imagens. Contudo verificou-se posteriormente que esses seus conhecimentos provinham da conduta da mãe (mentalmente afectada), a qual expunha a criança a situações de risco.

CR- Tive um caso interessante de uma criança, do sexo masculino, extremamente inteligente, o qual, contudo, faltava constantemente às aulas, encontrando a encarregada de educação constantes justificações para as faltas, assentes numa incrível panóplia de doenças. Apesar de considerar estranho, nada podia fazer em termos legais, pois as ausências eram comprovadas por atestados (passados pela mãe ou por colegas médicos). O caso acabou por ser do conhecimento da CPCJ, através de denúncia anónima feita pelos vizinhos, devido aos gritos que escutavam e ao encarceramento da criança e da irmã na varanda. Neste contexto, foi requerida a minha opinião sobre as faltas do aluno, contudo sem que nada se pudesse infelizmente fazer, já que se encontravam dentro de um aparente “quando legal”.

CA- O caso que presenciei e ao qual foi dado seguimento foi despoletado por mim e outra docente do Ensino Especial. Tratava-se de uma criança que vivia num quadro de negligência geral (alimentar, de acompanhamento, respeito pelas suas necessidades de descanso, de higiene...). Acresce que esta era uma criança com um grave défice cognitivo, tal como a sua encarregada de educação. Após feita a denúncia, a mesma foi investigada e o menor foi entregue a uma instituição, sendo assim retirado à família.

MA –Não creio ter estado, ao longo destes anos como professora, perante nenhuma criança alvo de maus-tratos, pelo menos que indiciasse sinais que os pudesse catalogar como tal.

SO- Numa escola inserida numa zona com graves problemas sócio-económicos, vivi um caso no qual o jovem era frequentemente alvo de agressão por parte do padrasto, ocultando sempre o autor das ofensas (as quais eram evidentes). A denúncia foi realizada pela Directora da Turma, corroborada pela opinião dos vários docentes.

MD- Quais os mecanismos a desencadear sempre que o docente deseja reportar a ocorrência de uma situação de maus-tratos da qual desconfia ou é sabedor?

AN- O relato da situação à coordenadora do estabelecimento escolar, da instituição (Director o Agrupamento) e posterior encaminhamento da denúncia para a CPCJ da área.

MA- O processo apresentado pela colega parece seguir todos os procedimentos hierárquicos. Contudo, se a situação se revestir de risco iminente, o reportar da ocorrência poderá ser directamente feito à CPCJ ou à polícia.

CR- É fundamental, primeiramente, não recear proceder à denúncia e saber que o pode fazer mesmo de forma anónima e directamente para a CPCJ, a qual dará seguimento ao processo.

CA- Qualquer entidade que tenham a seu cargo a segurança dos cidadãos (P.S.P, G.N.R...) é um possível alvo do reportar de uma situação, dando o enquadramento processual à questão.

MA – Existindo uma entidade específica para a protecção de menores em risco, considero que é a entidade principal de referenciação, sendo, tal como referiu a colega NA importante contar com o conhecimento e apoio da instituição e dos órgãos superiores da mesma.

SO- Como já foi referido, depende dos casos e da urgência destes, sendo que a CPCJ é a entidade de referência para casos desta natureza.

MD- Perante os vários pontos abordados, consideram existir algum destes que deveria ser debatido ou perante o qual sentem falta de apoio?

AN- Ser docente não é nem nunca foi uma actividade fácil ou ligeira e estas premissas são por mais evidentes nesta realidade. Assim, falta algumas estruturas de base, ao nível das escolas, para que o profissional se sinta mais seguro perante esta temática.

MA- Esta é uma realidade muito complexa, apesar dos avanços, nomeadamente ao nível do debate na opinião pública da mesma. Ao nível profissional, julgo que ainda existe grande dificuldade perante a identificação dos casos.

CR- Muitos docentes ainda agem, quando o fazem, um pouco por “olhómetro”, sem terem bases para uma avaliação das situações, nomeadamente no que diz respeito à detecção de situações.

CA- Creio que muitos colegas receiam iniciar um processo de denúncia por recear possíveis retaliações e por temerem errar nos seus juízos, principalmente quando perante situações das quais não existem sinais marcantes.

MA – Tal como já foi referido, partilho a opinião de que a principal falta de apoio se sente nas estruturas de suporte ao docente, quer para efectuação de uma detecção mais precisa, quer dos tramites legais resultantes das denúncias efectuadas.

SO- A classificação de uma dada ocorrência como fenómeno de maus-tratos é ainda, dependendo da natureza dos mesmos (pois ninguém tem dúvidas, por exemplo, perante um caso de abuso sexual) algo subjectivo, o que não deixa de ser um risco para a criança, que pode ver assim prolongada uma situação. Por isso, achava importante um maior apoio na tarefa de catalogar estas ocorrências.

MD- Para finalizarmos, desejam apresentar alguma sugestão?

AN- Acho que pelo que foi dito por todas anteriormente, julgo que existe vários pontos perante os quais precisamos de uma ajuda, um apoio. Estas lacunas possivelmente seriam evitadas se existisse formação na área.

MA- Eu já tive alguma formação, durante o curso, dentro de uma disciplina. Até então, não me sentia tão preparada para falar deste tema, por isso acho importante investir na formação.

CR- Penso que a formação é importante, quer durante o curso quer na formação contínua de professores. Nesta os temas são quase sempre os mesmos e não tive conhecimento de nenhuma feita na área (mas não posso dizer que não houve). Acho que se parte do princípio que os professores dominam o tema de forma “inata”, com base no senso comum.

CA- Esse pensamento de senso comum é que me assusta, pois um caso não detectado significa uma criança em sofrimento ou até um risco. Por outro lado, uma denúncia errada pode levar ao desmembramento de uma família.

MA – É verdade! Esta realidade dificilmente pode aceitar erros e por isso só apostando na formação existe uma maior probabilidade de tal não suceder.

SO- Partilho completamente os pontos de vista das minhas colegas. Creio que as CPCJ têm tentado dar aos docentes esclarecimentos sobre este assunto (já participei numa acção desenvolvida na escola), no entanto, acho que estas são superficiais, não aprofundando o tema. Cada docente, no fundo, só espera que nunca se lhe depare uma

situação desta natureza. Quando a mesma tem lugar, normalmente, procura a informação que não possuía. Isto deve mudar e investir-se na formação, para a qual todos devem ser incentivados a participar, talvez, como ocorre com as acções e Matemática e ultimamente de Língua Portuguesa, com um carácter de reciclagem e actualização de saberes.

MD- Muito obrigada pela vossa disponibilidade e participação!

ANEXO I

Tabelas de Frequência: Geral

Nível de Ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º ciclo	140	42,3	42,3	42,3
	2º ciclo	111	33,5	33,5	75,8
	Pré-Escolar	80	24,2	24,2	100
	Total	331	100	100	

Estabelecimento onde lecciona

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Agrupamento de Escolas da Ericeira	73	22,1	24,1	24,1
	Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	107	32,3	35,3	59,4
	Agrupamento de Escolas da Malveira	58	17,5	19,1	78,5
	Agrupamento de Escolas de Mafra	65	19,6	21,5	100
	Total	303	91,5	100	
Missing	Não responde	28	8,5		
Total		331	100		

Frequentou alguma formação relacionada com a temática dos maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	25	7,6	7,9	7,9
	Não	292	88,2	92,1	100
	Total	317	95,8	100	
Missing	Não responde	14	4,2		
Total		331	100		

Nos últimos 2 anos, considera ter tido na sua turma alguma situação de maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	65	19,6	20,1	20,1
	Não	258	77,9	79,9	100
	Total	323	97,6	100	
Missing	Não responde	8	2,4		
Total		331	100		

1ª Secção:

1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	310	93,7	93,9	93,9
	Não	7	2,1	2,1	96,1
	Indeciso	13	3,9	3,9	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	87	26,3	26,6	26,6
	Não	186	56,2	56,9	83,5
	Indeciso	54	16,3	16,5	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	290	87,6	87,9	87,9
	Não	15	4,5	4,5	92,4
	Indeciso	25	7,6	7,6	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	328	99,1	99,7	99,7
	Indeciso	1	0,3	0,3	100
	Total	329	99,4	100	
Missing	Não responde	2	0,6		
Total		331	100		

5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	2,1	2,1	2,1
	Não	310	93,7	93,9	96,1
	Indeciso	13	3,9	3,9	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	242	73,1	73,8	73,8
	Não	53	16	16,2	89,9
	Indeciso	33	10	10,1	100
	Total	328	99,1	100	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		331	100		

7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	10,3	10,3	10,3
	Não	205	61,9	62,1	72,4
	Indeciso	91	27,5	27,6	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	106	32	32,4	32,4
	Não	154	46,5	47,1	79,5
	Indeciso	67	20,2	20,5	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	58	17,5	17,5	17,5
	Não	213	64,4	64,4	81,9
	Indeciso	60	18,1	18,1	100
	Total	331	100	100	

10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	217	65,6	66,2	66,2
	Não	49	14,8	14,9	81,1
	Indeciso	62	18,7	18,9	100
	Total	328	99,1	100	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		331	100		

2ª Secção:

1. O rapaz é reservado.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	3,6	3,8	3,8
	Não	256	77,3	80	83,8
	Indeciso	52	15,7	16,3	100
	Total	320	96,7	100	
Missing	Não responde	11	3,3		
Total		331	100		

2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	196	59,2	60,1	60,1
	Não	34	10,3	10,4	70,6
	Indeciso	96	29	29,4	100
	Total	326	98,5	100	
Missing	Não responde	5	1,5		
Total		331	100		

3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	320	96,7	97	97
	Indeciso	10	3	3	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	26	7,9	8	8
	Não	214	64,7	66	74,1
	Indeciso	84	25,4	25,9	100
	Total	324	97,9	100	
Missing	Não responde	7	2,1		
Total		331	100		

5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	75	22,7	23,6	23,6
	Não	86	26	27	50,6
	Indeciso	157	47,4	49,4	100
	Total	318	96,1	100	
Missing	Não responde	13	3,9		
Total		331	100		

6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	13	13,5	13,5
	Não	161	48,6	50,5	63,9
	Indeciso	115	34,7	36,1	100
	Total	319	96,4	100	
Missing	Não responde	12	3,6		
Total		331	100		

7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	183	55,3	56,1	56,1
	Não	44	13,3	13,5	69,6
	Indeciso	99	29,9	30,4	100
	Total	326	98,5	100	
Missing	Não responde	5	1,5		
Total		331	100		

8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	224	67,7	67,9	67,9
	Não	15	4,5	4,5	72,4
	Indeciso	91	27,5	27,6	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

9. O rapaz foge de casa.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	149	45	46,4	46,4
	Não	55	16,6	17,1	63,6
	Indeciso	117	35,3	36,4	100
	Total	321	97	100	
Missing	Não responde	10	3		
Total		331	100		

10. A rapariga tenta cometer suicídio.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	193	58,3	59	59
	Não	30	9,1	9,2	68,2
	Indeciso	104	31,4	31,8	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

11. O rapaz adormece durante as aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	48	14,5	15	15
	Não	170	51,4	53	67,9
	Indeciso	103	31,1	32,1	100
	Total	321	97	100	
Missing	Não responde	10	3		
Total		331	100		

12. O rapaz volta a urinar na cama.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	102	30,8	31,8	31,8
	Não	86	26	26,8	58,6
	Indeciso	133	40,2	41,4	100
	Total	321	97	100	
Missing	Não responde	10	3		
Total		331	100		

3ª Secção:

1. Nível sócio-económico baixo.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	92	27,8	28,2	28,2
	Não	180	54,4	55,2	83,4
	Indeciso	54	16,3	16,6	100
	Total	326	98,5	100	
Missing	Não responde	5	1,5		
Total		331	100		

2. Imaturidade emocional do pai.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	180	54,4	55,9	55,9
	Não	75	22,7	23,3	79,2
	Indeciso	67	20,2	20,8	100
	Total	322	97,3	100	
Missing	Não responde	9	2,7		
Total		331	100		

3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	215	65	65,7	65,7
	Não	41	12,4	12,5	78,3
	Indeciso	71	21,5	21,7	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

4. Afiliação étnica.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	12,4	12,9	12,9
	Não	180	54,4	56,8	69,7
	Indeciso	96	29	30,3	100
	Total	317	95,8	100	
Missing	Não responde	14	4,2		
Total		331	100		

5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	127	38,4	39,1	39,1
	Não	97	29,3	29,8	68,9
	Indeciso	101	30,5	31,1	100
	Total	325	98,2	100	
Missing	Não responde	6	1,8		
Total		331	100		

6. A criança é um rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	1,8	1,8	1,8
	Não	293	88,5	89,6	91,4
	Indeciso	28	8,5	8,6	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

7. A criança é uma rapariga.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	5	1,5	1,5	1,5
	Não	291	87,9	89	90,5
	Indeciso	31	9,4	9,5	100
	Total	327	98,8	100	
Missing	Não responde	4	1,2		
Total		331	100		

8. Não amarem a criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	265	80,1	80,8	80,8
	Não	34	10,3	10,4	91,2
	Indeciso	29	8,8	8,8	100
	Total	328	99,1	100	
Missing	Não responde	3	0,9		
Total		331	100		

9. Incapacidade da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	80	24,2	24,7	24,7
	Não	160	48,3	49,4	74,1
	Indeciso	84	25,4	25,9	100
	Total	324	97,9	100	
Missing	Não responde	7	2,1		
Total		331	100		

10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	310	93,7	93,9	93,9
	Não	6	1,8	1,8	95,8
	Indeciso	14	4,2	4,2	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	146	44,1	44,9	44,9
	Não	97	29,3	29,8	74,8
	Indeciso	82	24,8	25,2	100
	Total	325	98,2	100	
Missing	Não responde	6	1,8		
Total		331	100		

12. Problemas matrimoniais dos pais.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	167	50,5	50,6	50,6
	Não	87	26,3	26,4	77
	Indeciso	76	23	23	100
	Total	330	99,7	100	
Missing	Não responde	1	0,3		
Total		331	100		

4ª Secção:

1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	324	97,9	99,7	99,7
	Não	1	0,3	0,3	100
	Total	325	98,2	100	
Missing	Não responde	6	1,8		
Total		331	100		

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	308	93,1	94,8	94,8
	Não	6	1,8	1,8	96,6
	Indeciso	11	3,3	3,4	100
	Total	325	98,2	100	
Missing	Não responde	6	1,8		
Total		331	100		

3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	202	61	62,7	62,7
	Não	27	8,2	8,4	71,1
	Indeciso	93	28,1	28,9	100
	Total	322	97,3	100	
Missing	Não responde	9	2,7		
Total		331	100		

4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	118	35,6	37	37
	Não	69	20,8	21,6	58,6
	Indeciso	132	39,9	41,4	100
	Total	319	96,4	100	
Missing	Não responde	12	3,6		
Total		331	100		

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	319	96,4	98,5	98,5
	Não	1	0,3	0,3	98,8
	Indeciso	4	1,2	1,2	100
	Total	324	97,9	100	
Missing	Não responde	7	2,1		
Total		331	100		

6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	101	30,5	31,8	31,8
	Não	87	26,3	27,4	59,1
	Indeciso	130	39,3	40,9	100
	Total	318	96,1	100	
Missing	Não responde	13	3,9		
Total		331	100		

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	184	55,6	57,9	57,9
	Não	65	19,6	20,4	78,3
	Indeciso	69	20,8	21,7	100
	Total	318	96,1	100	
Missing	Não responde	13	3,9		
Total		331	100		

8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	116	35	36,4	36,4
	Não	87	26,3	27,3	63,6
	Indeciso	116	35	36,4	100
	Total	319	96,4	100	
Missing	Não responde	12	3,6		
Total		331	100		

9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	281	84,9	86,7	86,7
	Não	7	2,1	2,2	88,9
	Indeciso	36	10,9	11,1	100
	Total	324	97,9	100	
Missing	Não responde	7	2,1		
Total		331	100		

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	151	45,6	47	47
	Não	72	21,8	22,4	69,5
	Indeciso	98	29,6	30,5	100
	Total	321	97	100	
Missing	Não responde	10	3		
Total		331	100		

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	281	84,9	87	87
	Não	15	4,5	4,6	91,6
	Indeciso	27	8,2	8,4	100
	Total	323	97,6	100	
Missing	Não responde	8	2,4		
Total		331	100		

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	298	90	91,7	91,7
	Não	3	0,9	0,9	92,6
	Indeciso	24	7,3	7,4	100
	Total	325	98,2	100	
Missing	Não responde	6	1,8		
Total		331	100		

ANEXO J

Tabelas de Frequências- Níveis de ensino

Pré-escolar

Nível de Ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Pré-Escolar	80	100	100	100

Estabelecimento onde lecciona

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Agrupamento de Escolas da Ericeira	15	18,8	22,7	22,7
	Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	18	22,5	27,3	50
	Agrupamento de Escolas da Malveira	21	26,3	31,8	81,8
	Agrupamento de Escolas de Mafra	12	15	18,2	100
	Total	66	82,5	100	
Missing	Não responde	14	17,5		
Total		80	100		

Frequentou alguma formação relacionada com a temática dos maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	7,5	8,2	8,2
	Não	67	83,8	91,8	100
	Total	73	91,3	100	
Missing	Não responde	7	8,8		
Total		80	100		

1ª Secção:

1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	96,3	97,5	97,5
	Não	1	1,3	1,3	98,7
	Indeciso	1	1,3	1,3	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	22	27,5	28,2	28,2
	Não	42	52,5	53,8	82,1
	Indeciso	14	17,5	17,9	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	74	92,5	92,5	92,5
	Indeciso	6	7,5	7,5	100
	Total	80	100	100	

4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	79	98,8	98,8	98,8
	Indeciso	1	1,3	1,3	100
	Total	80	100	100	

5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	5	5,1	5,1
	Não	71	88,8	89,9	94,9
	Indeciso	4	5	5,1	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	51	63,8	64,6	64,6
	Não	13	16,3	16,5	81
	Indeciso	15	18,8	19	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	12,5	12,5
	Não	51	63,8	63,8	76,3
	Indeciso	19	23,8	23,8	100
	Total	80	100	100	

8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	28	35	35,4	35,4
	Não	30	37,5	38	73,4
	Indeciso	21	26,3	26,6	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	25	25	25
	Não	46	57,5	57,5	82,5
	Indeciso	14	17,5	17,5	100
	Total	80	100	100	

10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	57	71,3	72,2	72,2
	Não	6	7,5	7,6	79,7
	Indeciso	16	20	20,3	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

2ª Secção:

1. O rapaz é reservado.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	7,5	7,7	7,7
	Não	55	68,8	70,5	78,2
	Indeciso	17	21,3	21,8	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	51	63,8	64,6	64,6
	Não	7	8,8	8,9	73,4
	Indeciso	21	26,3	26,6	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	96,3	97,5	97,5
	Indeciso	2	2,5	2,5	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	6	7,5	7,7	7,7
	Não	46	57,5	59	66,7
	Indeciso	26	32,5	33,3	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	28,8	29,5	29,5
	Não	15	18,8	19,2	48,7
	Indeciso	40	50	51,3	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	13,2	13,2
	Não	35	43,8	46,1	59,2
	Indeciso	31	38,8	40,8	100
	Total	76	95	100	
Missing	Não responde	4	5		
Total		80	100		

7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	62,5	64,9	64,9
	Não	9	11,3	11,7	76,6
	Indeciso	18	22,5	23,4	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	62	77,5	78,5	78,5
	Não	1	1,3	1,3	79,7
	Indeciso	16	20	20,3	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

9. O rapaz foge de casa.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	51,3	52,6	52,6
	Não	7	8,8	9	61,5
	Indeciso	30	37,5	38,5	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

10. A rapariga tenta cometer suicídio.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	54	67,5	71,1	71,1
	Não	2	2,5	2,6	73,7
	Indeciso	20	25	26,3	100
	Total	76	95	100	
Missing	Não responde	4	5		
Total		80	100		

11. O rapaz adormece durante as aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	18,8	19,2	19,2
	Não	40	50	51,3	70,5
	Indeciso	23	28,8	29,5	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

12. O rapaz volta a urinar na cama.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	29	36,3	37,2	37,2
	Não	17	21,3	21,8	59
	Indeciso	32	40	41	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

3ª Secção:**1. Nível sócio-económico baixo.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	17,5	17,9	17,9
	Não	45	56,3	57,7	75,6
	Indeciso	19	23,8	24,4	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

2. Imaturidade emocional do pai.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	48,8	50,6	50,6
	Não	14	17,5	18,2	68,8
	Indeciso	24	30	31,2	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	58	72,5	72,5	72,5
	Não	7	8,8	8,8	81,3
	Indeciso	15	18,8	18,8	100
	Total	80	100	100	

4. Afiliação étnica.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	13,3	13,3
	Não	36	45	48	61,3
	Indeciso	29	36,3	38,7	100
	Total	75	93,8	100	
Missing	Não responde	5	6,3		
Total		80	100		

5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	36	45	47,4	47,4
	Não	15	18,8	19,7	67,1
	Indeciso	25	31,3	32,9	100
	Total	76	95	100	
Missing	Não responde	4	5		
Total		80	100		

6. A criança é um rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	3,8	3,8	3,8
	Não	65	81,3	82,3	86,1
	Indeciso	11	13,8	13,9	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

7. A criança é uma rapariga.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	3,8	3,8	3,8
	Não	65	81,3	82,3	86,1
	Indeciso	11	13,8	13,9	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

8. Não amarem a criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	70	87,5	88,6	88,6
	Não	7	8,8	8,9	97,5
	Indeciso	2	2,5	2,5	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

9. Incapacidade da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	31	38,8	39,2	39,2
	Não	32	40	40,5	79,7
	Indeciso	16	20	20,3	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	78	97,5	97,5	97,5
	Indeciso	2	2,5	2,5	100
	Total	80	100	100	

11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	51,3	52,6	52,6
	Não	22	27,5	28,2	80,8
	Indeciso	15	18,8	19,2	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

12. Problemas matrimoniais dos pais.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	45	56,3	56,3	56,3
	Não	14	17,5	17,5	73,8
	Indeciso	21	26,3	26,3	100
	Total	80	100	100	

4ª Secção:**1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	79	98,8	100	100
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	79	98,8	100	100
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	51	63,8	66,2	66,2
	Não	7	8,8	9,1	75,3
	Indeciso	19	23,8	24,7	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	34	42,5	44,7	44,7
	Não	14	17,5	18,4	63,2
	Indeciso	28	35	36,8	100
	Total	76	95	100	
Missing	Não responde	4	5		
Total		80	100		

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	79	98,8	100	100
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	26	32,5	33,8	33,8
	Não	22	27,5	28,6	62,3
	Indeciso	29	36,3	37,7	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	49	61,3	62,8	62,8
	Não	12	15	15,4	78,2
	Indeciso	17	21,3	21,8	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	37,5	39	39
	Não	21	26,3	27,3	66,2
	Indeciso	26	32,5	33,8	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	69	86,3	87,3	87,3
	Indeciso	10	12,5	12,7	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	31	38,8	39,7	39,7
	Não	20	25	25,6	65,4
	Indeciso	27	33,8	34,6	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	62	77,5	79,5	79,5
	Não	8	10	10,3	89,7
	Indeciso	8	10	10,3	100
	Total	78	97,5	100	
Missing	Não responde	2	2,5		
Total		80	100		

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	70	87,5	88,6	88,6
	Não	2	2,5	2,5	91,1
	Indeciso	7	8,8	8,9	100
	Total	79	98,8	100	
Missing	Não responde	1	1,3		
Total		80	100		

Outras Questões:

Nos últimos 2 anos, considera ter tido na sua turma alguma situação de maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	13,8	14,3	14,3
	Não	66	82,5	85,7	100
	Total	77	96,3	100	
Missing	Não responde	3	3,8		
Total		80	100		

1º Ciclo

Nível de Ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1º Ciclo	140	100	100	100

Estabelecimento onde lecciona

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Agrupamento de Escolas da Ericeira	28	20	21,2	21,2
	Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	49	35	37,1	58,3
	Agrupamento de Escolas da Malveira	23	16,4	17,4	75,8
	Agrupamento de Escolas de Mafra	32	22,9	24,2	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

Frequentou alguma formação relacionada com a temática dos maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	8,6	8,8	8,8
	Não	125	89,3	91,2	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

1ª Secção:**1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	137	97,9	97,9	97,9
	Não	1	0,7	0,7	98,6
	Indeciso	2	1,4	1,4	100
	Total	140	100	100	

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	49	35	35,5	35,5
	Não	72	51,4	52,2	87,7
	Indeciso	17	12,1	12,3	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	119	85	85,6	85,6
	Não	8	5,7	5,8	91,4
	Indeciso	12	8,6	8,6	100
	Total	139	99,3	100	
Missing	Não responde	1	0,7		
Total		140	100		

4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	139	99,3	100	100
Missing	Não responde	1	0,7		
Total		140	100		

5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	3	2,1	2,1	2,1
	Não	131	93,6	93,6	95,7
	Indeciso	6	4,3	4,3	100
	Total	140	100	100	

6. Um mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	109	77,9	79	79
	Não	17	12,1	12,3	91,3
	Indeciso	12	8,6	8,7	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	11,4	11,5	11,5
	Não	87	62,1	62,6	74,1
	Indeciso	36	25,7	25,9	100
	Total	139	99,3	100	
Missing	Não responde	1	0,7		
Total		140	100		

8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	47	33,6	34,1	34,1
	Não	70	50	50,7	84,8
	Indeciso	21	15	15,2	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	16,4	16,4	16,4
	Não	88	62,9	62,9	79,3
	Indeciso	29	20,7	20,7	100
	Total	140	100	100	

10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	96	68,6	69,6	69,6
	Não	18	12,9	13	82,6
	Indeciso	24	17,1	17,4	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

2ª Secção:

1. O rapaz é reservado.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	2,9	3	3
	Não	114	81,4	86,4	89,4
	Indeciso	14	10	10,6	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	85	60,7	62	62
	Não	16	11,4	11,7	73,7
	Indeciso	36	25,7	26,3	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	137	97,9	97,9	97,9
	Indeciso	3	2,1	2,1	100
	Total	140	100	100	

4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	11,4	11,9	11,9
	Não	87	62,1	64,4	76,3
	Indeciso	32	22,9	23,7	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	33	23,6	25,2	25,2
	Não	37	26,4	28,2	53,4
	Indeciso	61	43,6	46,6	100
	Total	131	93,6	100	
Missing	Não responde	9	6,4		
Total		140	100		

6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	13,6	14,4	14,4
	Não	63	45	47,7	62,1
	Indeciso	50	35,7	37,9	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	93	66,4	66,4	66,4
	Não	22	15,7	15,7	82,1
	Indeciso	25	17,9	17,9	100
	Total	140	100	100	

8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	104	74,3	74,3	74,3
	Não	7	5	5	79,3
	Indeciso	29	20,7	20,7	100
	Total	140	100	100	

9. O rapaz foge de casa.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	59	42,1	44,7	44,7
	Não	27	19,3	20,5	65,2
	Indeciso	46	32,9	34,8	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

10. A rapariga tenta cometer suicídio.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	85	60,7	60,7	60,7
	Não	17	12,1	12,1	72,9
	Indeciso	38	27,1	27,1	100
	Total	140	100	100	

11. O rapaz adormece durante as aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	22	15,7	16,7	16,7
	Não	73	52,1	55,3	72
	Indeciso	37	26,4	28	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

12. O rapaz volta a urinar na cama.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	39	27,9	29,5	29,5
	Não	34	24,3	25,8	55,3
	Indeciso	59	42,1	44,7	100
	Total	132	94,3	100	
Missing	Não responde	8	5,7		
Total		140	100		

3ª Secção:**1. Nível sócio-económico baixo.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	41	29,3	29,7	29,7
	Não	82	58,6	59,4	89,1
	Indeciso	15	10,7	10,9	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

2. Imaturidade emocional do pai.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	83	59,3	60,1	60,1
	Não	38	27,1	27,5	87,7
	Indeciso	17	12,1	12,3	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	88	62,9	62,9	62,9
	Não	20	14,3	14,3	77,1
	Indeciso	32	22,9	22,9	100
	Total	140	100	100	

4. Afiliação étnica.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	18	12,9	13,4	13,4
	Não	78	55,7	58,2	71,6
	Indeciso	38	27,1	28,4	100
	Total	134	95,7	100	
Missing	Não responde	6	4,3		
Total		140	100		

5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	56	40	40,3	40,3
	Não	37	26,4	26,6	66,9
	Indeciso	46	32,9	33,1	100
	Total	139	99,3	100	
Missing	Não responde	1	0,7		
Total		140	100		

6. A criança é um rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	1,4	1,4	1,4
	Não	130	92,9	94,2	95,7
	Indeciso	6	4,3	4,3	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

7. A criança é uma rapariga.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	1,4	1,4	1,4
	Não	128	91,4	92,8	94,2
	Indeciso	8	5,7	5,8	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

8. Não amarem a criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	113	80,7	80,7	80,7
	Não	15	10,7	10,7	91,4
	Indeciso	12	8,6	8,6	100
	Total	140	100	100	

9. Incapacidade da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	13,6	14,1	14,1
	Não	74	52,9	54,8	68,9
	Indeciso	42	30	31,1	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	125	89,3	89,3	89,3
	Não	5	3,6	3,6	92,9
	Indeciso	10	7,1	7,1	100
	Total	140	100	100	

11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	61	43,6	44,2	44,2
	Não	43	30,7	31,2	75,4
	Indeciso	34	24,3	24,6	100
	Total	138	98,6	100	
Missing	Não responde	2	1,4		
Total		140	100		

12. Problemas matrimoniais dos pais.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	73	52,1	52,1	52,1
	Não	45	32,1	32,1	84,3
	Indeciso	22	15,7	15,7	100
	Total	140	100	100	

4ª Secção:

1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	137	97,9	100	100
Missing	Não responde	3	2,1		
	Total	140	100		

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	129	92,1	94,2	94,2
	Não	1	0,7	0,7	94,9
	Indeciso	7	5	5,1	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
	Total	140	100		

3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	92	65,7	67,2	67,2
	Não	8	5,7	5,8	73
	Indeciso	37	26,4	27	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
	Total	140	100		

4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	47	33,6	34,8	34,8
	Não	27	19,3	20	54,8
	Indeciso	61	43,6	45,2	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	137	97,9	100	100
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	48	34,3	35,6	35,6
	Não	35	25	25,9	61,5
	Indeciso	52	37,1	38,5	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	92	65,7	69,2	69,2
	Não	12	8,6	9	78,2
	Indeciso	29	20,7	21,8	100
	Total	133	95	100	
Missing	Não responde	7	5		
Total		140	100		

8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	51	36,4	37,8	37,8
	Não	30	21,4	22,2	60
	Indeciso	54	38,6	40	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	121	86,4	88,3	88,3
	Não	2	1,4	1,5	89,8
	Indeciso	14	10	10,2	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	55	57	57
	Não	27	19,3	20	77
	Indeciso	31	22,1	23	100
	Total	135	96,4	100	
Missing	Não responde	5	3,6		
Total		140	100		

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	130	92,9	94,9	94,9
	Indeciso	7	5	5,1	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

**12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade),
frequentemente só durante a noite.**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	135	96,4	98,5	98,5
	Indeciso	2	1,4	1,5	100
	Total	137	97,9	100	
Missing	Não responde	3	2,1		
Total		140	100		

Outras Opiniões:

**Nos últimos 2 anos, considera ter tido na sua turma alguma situação de maus
tratos infantis?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	25	25	25
	Não	105	75	75	100
Total		140	100	100	

2º Ciclo

Nível de Ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2º Ciclo	111	100	100	100

Estabelecimento onde lecciona

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Agrupamento de Escolas da Ericeira	30	27	28,6	28,6
	Agrupamento de Escolas Venda do Pinheiro	40	36	38,1	66,7
	Agrupamento de Escolas da Malveira	14	12,6	13,3	80
	Agrupamento de Escolas de Mafra	21	18,9	20	100
	Total	105	94,6	100	
Missing	Não responde	6	5,4		
Total		111	100		

Frequentou alguma formação relacionada com a temática dos maus tratos infantis?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	6,3	6,5	6,5
	Não	100	90,1	93,5	100
	Total	107	96,4	100	
Missing	Não responde	4	3,6		
Total		111	100		

1ª Secção:

1. Uma mãe diz repetidamente para a sua filha de oito anos: "Lamento que tu tenhas nascido, vai-te embora"

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	96	86,5	86,5	86,5
	Não	5	4,5	4,5	91
	Indeciso	10	9	9	100
	Total	111	100	100	

2. Enquanto um pai está a trabalhar em casa, o seu filho de dois anos, lesiona-se num olho, enquanto brincava no pátio com um ferro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	14,4	14,4	14,4
	Não	72	64,9	64,9	79,3
	Indeciso	23	20,7	20,7	100
	Total	111	100	100	

3. Um pai espanca o seu filho de quinze anos com um cinto, de forma a dar-lhe uma lição sobre a sua má conduta.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	97	87,4	87,4	87,4
	Não	7	6,3	6,3	93,7
	Indeciso	7	6,3	6,3	100
	Total	111	100	100	

4. Um pai mantém uma relação sexual com a sua filha de quinze anos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	110	99,1	100	100
Missing	Não responde	1	0,9		
	Total	111	100		

5. Uma mãe diz à sua filha de seis anos "Eu estou muito zangada contigo porque tu não me ouves. Por isso, tu não estás autorizada a ver televisão durante dois dias".

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	108	97,3	97,3	97,3
	Indeciso	3	2,7	2,7	100
	Total	111	100	100	

6. Uma mãe de um rapaz de dez anos, envia-o para a escola sem dinheiro para comprar o almoço, por ter gasto o salário em joalharia.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	82	73,9	73,9	73,9
	Não	23	20,7	20,7	94,6
	Indeciso	6	5,4	5,4	100
	Total	111	100	100	

7. Um pai toma banho com a sua filha de oito anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	7,2	7,2	7,2
	Não	67	60,4	60,4	67,6
	Indeciso	36	32,4	32,4	100
	Total	111	100	100	

8. Os pais são informados pela professora da sua filha, que esta revela dificuldades na aprendizagem. Eles não põem em prática as recomendações da professora para uma melhoria da situação.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	31	27,9	28,2	28,2
	Não	54	48,6	49,1	77,3
	Indeciso	25	22,5	22,7	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

9. Uma criança observa o seu pai a ligar o aquecedor. Quando esta se aproxima do aparelho, o pai bate-lhe nas mãos para que ela não lhe toque.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	15	13,5	13,5	13,5
	Não	79	71,2	71,2	84,7
	Indeciso	17	15,3	15,3	100
	Total	111	100	100	

10. Os pais ignoram as queixas da sua filha de quatro anos sobre dores de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	64	57,7	57,7	57,7
	Não	25	22,5	22,5	80,2
	Indeciso	22	19,8	19,8	100
	Total	111	100	100	

2ª Secção:

1. O rapaz é reservado.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	1,8	1,8	1,8
	Não	87	78,4	79,1	80,9
	Indeciso	21	18,9	19,1	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

2. A rapariga fecha-se em si e tem receio de adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	60	54,1	54,5	54,5
	Não	11	9,9	10	64,5
	Indeciso	39	35,1	35,5	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

3. Frequentemente existem sinais de ofensas no corpo do rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	106	95,5	95,5	95,5
	Indeciso	5	4,5	4,5	100
	Total	111	100	100	

4. O rapaz é inquieto e perturba os outros.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	4	3,6	3,6	3,6
	Não	81	73	73	76,6
	Indeciso	26	23,4	23,4	100
	Total	111	100	100	

5. O rapaz é hesitante ao expressar a dor.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	17,1	17,4	17,4
	Não	34	30,6	31,2	48,6
	Indeciso	56	50,5	51,4	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

6. A rapariga procura o contacto físico com os adultos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	12,6	12,6	12,6
	Não	63	56,8	56,8	69,4
	Indeciso	34	30,6	30,6	100
	Total	111	100	100	

7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	36	36,7	36,7
	Não	13	11,7	11,9	48,6
	Indeciso	56	50,5	51,4	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	58	52,3	52,3	52,3
Não	7	6,3	6,3	58,6
Indeciso	46	41,4	41,4	100
Total	111	100	100	

9. O rapaz foge de casa.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	49	44,1	44,1	44,1
Não	21	18,9	18,9	63,1
Indeciso	41	36,9	36,9	100
Total	111	100	100	

10. A rapariga tenta cometer suicídio.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	54	48,6	48,6	48,6
Não	11	9,9	9,9	58,6
Indeciso	46	41,4	41,4	100
Total	111	100	100	

3ª Secção:

1. Nível sócio-económico baixo.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	37	33,3	33,6	33,6
Não	53	47,7	48,2	81,8
Indeciso	20	18	18,2	100
Total	110	99,1	100	
Missing Não responde	1	0,9		
Total	111	100		

12. O rapaz volta a urinar na cama.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	34	30,6	30,6	30,6
Não	35	31,5	31,5	62,2
Indeciso	42	37,8	37,8	100
Total	111	100	100	

11. O rapaz adormece durante as aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	11	9,9	9,9	9,9
	Não	57	51,4	51,4	61,3
	Indeciso	43	38,7	38,7	100
	Total	111	100	100	

2. Imaturidade emocional do pai.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	58	52,3	54,2	54,2
	Não	23	20,7	21,5	75,7
	Indeciso	26	23,4	24,3	100
	Total	107	96,4	100	
Missing	Não responde	4	3,6		
Total		111	100		

3. O pai ou a mãe sofreram maus tratos na infância.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	69	62,2	64,5	64,5
	Não	14	12,6	13,1	77,6
	Indeciso	24	21,6	22,4	100
	Total	107	96,4	100	
Missing	Não responde	4	3,6		
Total		111	100		

4. Afiliação étnica.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	11,7	12	12
	Não	66	59,5	61,1	73,1
	Indeciso	29	26,1	26,9	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

5. Expectativas irrealistas sobre o comportamento da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	31,5	31,8	31,8
	Não	45	40,5	40,9	72,7
	Indeciso	30	27	27,3	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

6. A criança é um rapaz.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	0,9	0,9	0,9
	Não	98	88,3	89,1	90
	Indeciso	11	9,9	10	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

7. A criança é uma rapariga.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não	98	88,3	89,1	89,1
	Indeciso	12	10,8	10,9	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

8. Não amarem a criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	82	73,9	75,2	75,2
	Não	12	10,8	11	86,2
	Indeciso	15	13,5	13,8	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

9. Incapacidade da criança.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	27	27,3	27,3
	Não	54	48,6	49,1	76,4
	Indeciso	26	23,4	23,6	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

10. Dependência dos pais de drogas ou álcool.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	107	96,4	97,3	97,3
	Não	1	0,9	0,9	98,2
	Indeciso	2	1,8	1,8	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

11. Os pais olham a criança como uma propriedade deles.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	44	39,6	40,4	40,4
	Não	32	28,8	29,4	69,7
	Indeciso	33	29,7	30,3	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

12. Problemas matrimoniais dos pais.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	49	44,1	44,5	44,5
	Não	28	25,2	25,5	70
	Indeciso	33	29,7	30	100
	Total	110	99,1	100	
Missing	Não responde	1	0,9		
Total		111	100		

4ª Secção:

1. Um dos pais tem uma relação sexual com o seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	108	97,3	99,1	99,1
	Não	1	0,9	0,9	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

2. Um dos pais acaricia as partes íntimas do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	100	90,1	91,7	91,7
	Não	5	4,5	4,6	96,3
	Indeciso	4	3,6	3,7	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

3. Um dos pais bate no filho ou filha e como resultado a sua face fica inchada.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	59	53,2	54,6	54,6
	Não	12	10,8	11,1	65,7
	Indeciso	37	33,3	34,3	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

4. Um dos pais bate no seu filho ou filha mas não lhe deixa marcas visíveis.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	37	33,3	34,3	34,3
	Não	28	25,2	25,9	60,2
	Indeciso	43	38,7	39,8	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

5. Um dos pais queima o corpo do seu filho ou filha com um cigarro.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	103	92,8	95,4	95,4
	Não	1	0,9	0,9	96,3
	Indeciso	4	3,6	3,7	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

6. Os pais ignoram as queixas do seu filho ou filha, devido a forte dor de ouvidos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	27	24,3	25,5	25,5
	Não	30	27	28,3	53,8
	Indeciso	49	44,1	46,2	100
	Total	106	95,5	100	
Missing	Não responde	5	4,5		
Total		111	100		

7. Os pais, por vezes, fecham o seu filho ou filha, num quarto, durante várias horas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	38,7	40,2	40,2
	Não	41	36,9	38,3	78,5
	Indeciso	23	20,7	21,5	100
	Total	107	96,4	100	
Missing	Não responde	4	3,6		
Total		111	100		

8. Os pais, frequentemente, gritam e dizem asneiras ao seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	35	31,5	32,7	32,7
	Não	36	32,4	33,6	66,4
	Indeciso	36	32,4	33,6	100
	Total	107	96,4	100	
Missing	Não responde	4	3,6		
Total		111	100		

9. No apartamento em que os pais habitam com o seu filho ou filha, existe um forte cheiro a podre e é possível ver ratos.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	91	82	84,3	84,3
	Não	5	4,5	4,6	88,9
	Indeciso	12	10,8	11,1	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

10. Os pais não comparecem à consulta médica para tratar da asma do seu filho ou filha.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	43	38,7	39,8	39,8
	Não	25	22,5	23,1	63
	Indeciso	40	36	37	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

11. Os pais permitem que o seu filho ou filha falte, frequentemente, às aulas.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	89	80,2	82,4	82,4
	Não	7	6,3	6,5	88,9
	Indeciso	12	10,8	11,1	100
	Total	108	97,3	100	
Missing	Não responde	3	2,7		
Total		111	100		

12. Os pais deixam o seu filho ou filha (com três anos de idade), frequentemente só durante a noite.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	93	83,8	85,3	85,3
	Não	1	0,9	0,9	86,2
	Indeciso	15	13,5	13,8	100
	Total	109	98,2	100	
Missing	Não responde	2	1,8		
Total		111	100		

Outras Questões:

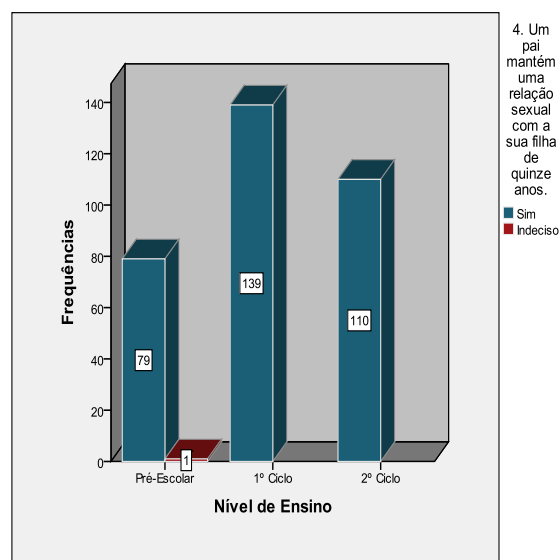
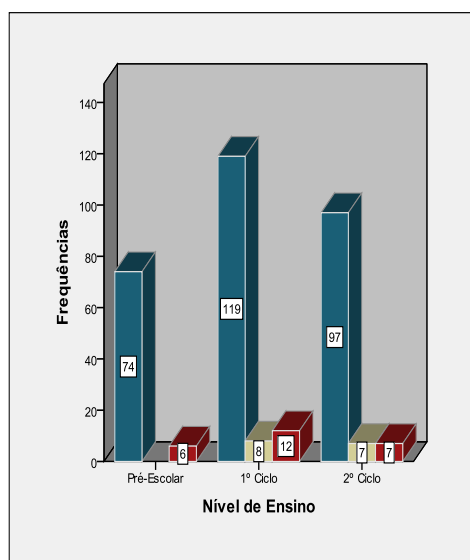
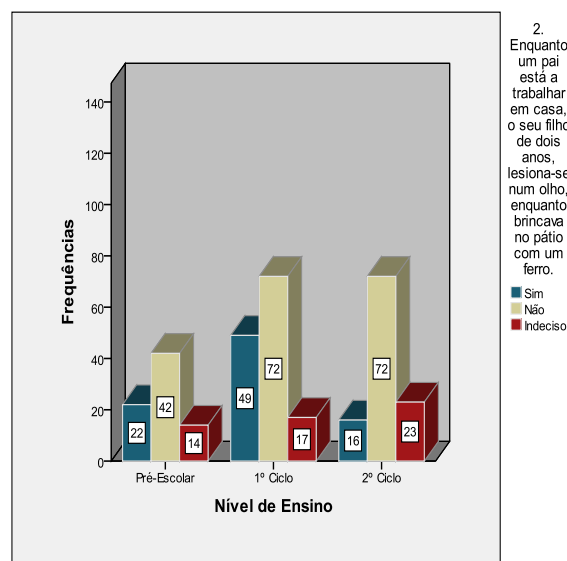
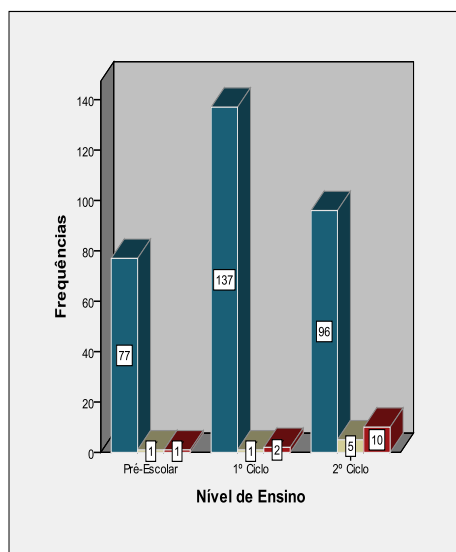
Nos últimos 2 anos, considera ter tido na sua turma alguma situação de maus tratos infantis?

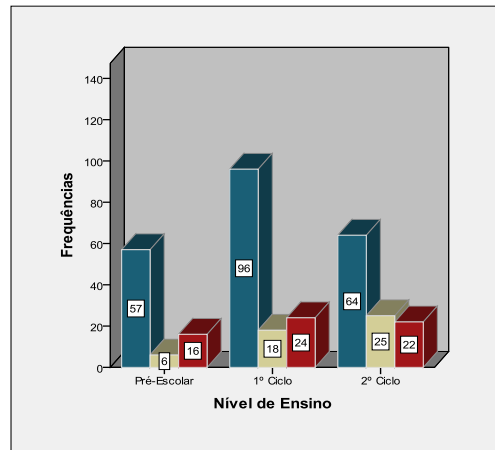
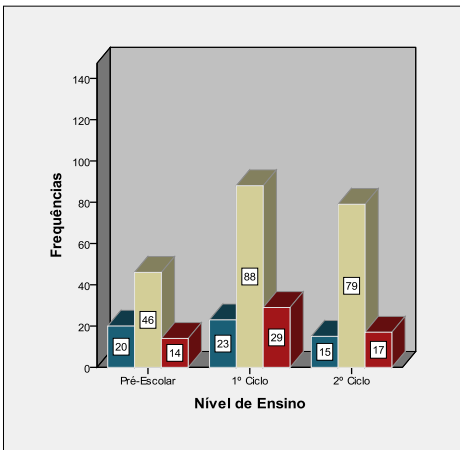
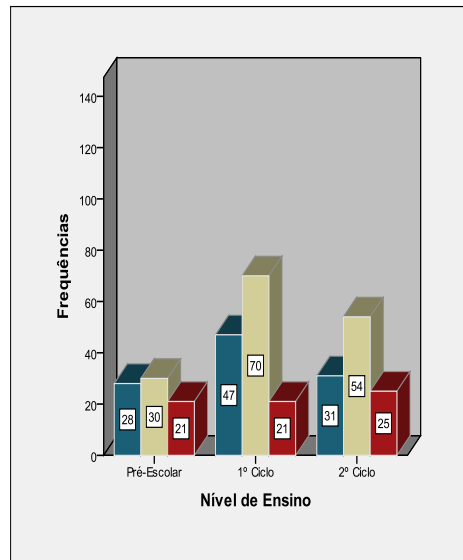
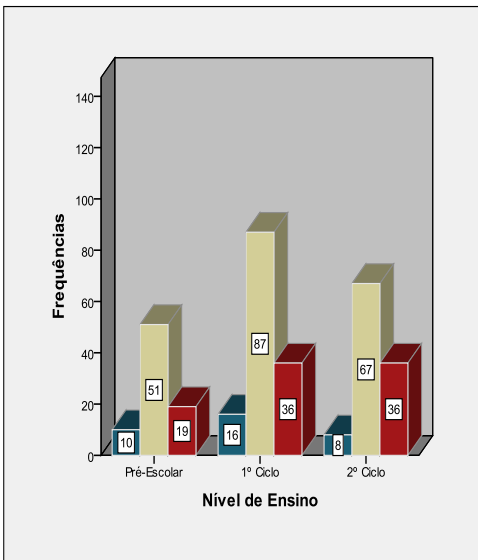
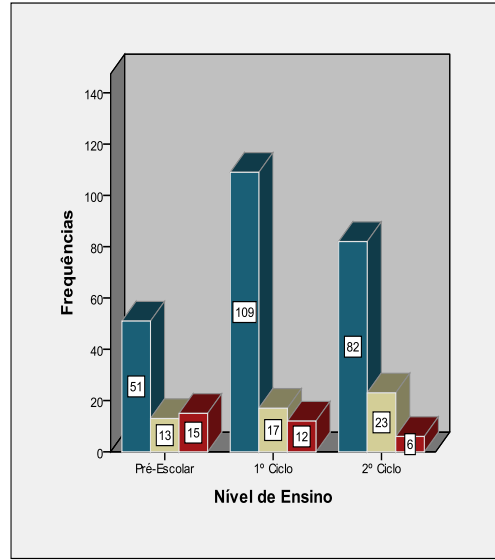
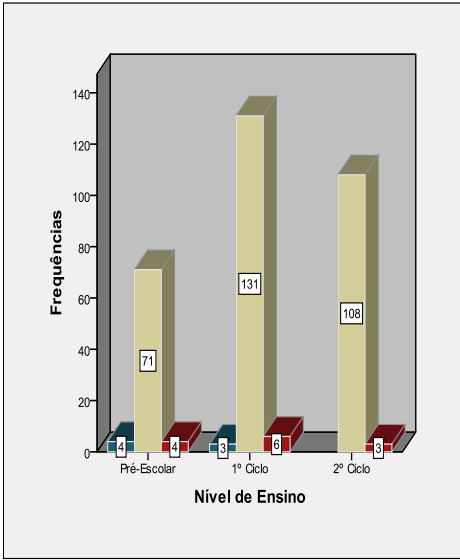
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	17,1	17,9	17,9
	Não	87	78,4	82,1	100
	Total	106	95,5	100	
Missing	Não responde	5	4,5		
Total		111	100		

ANEXO K

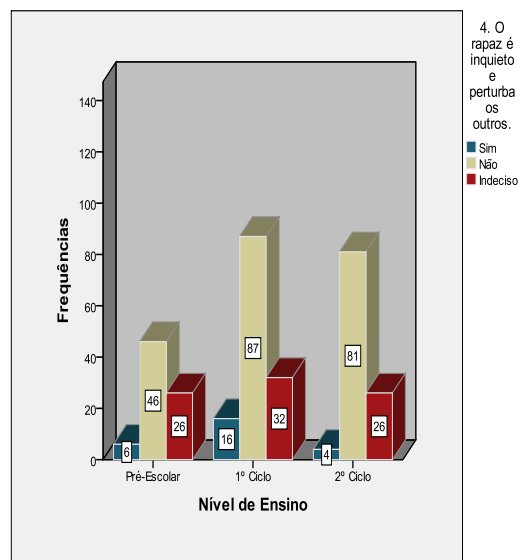
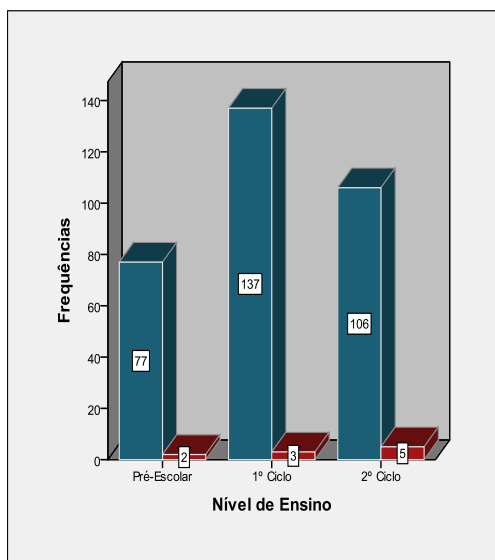
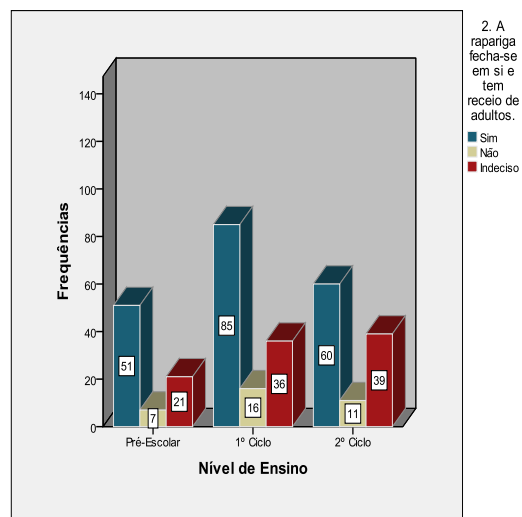
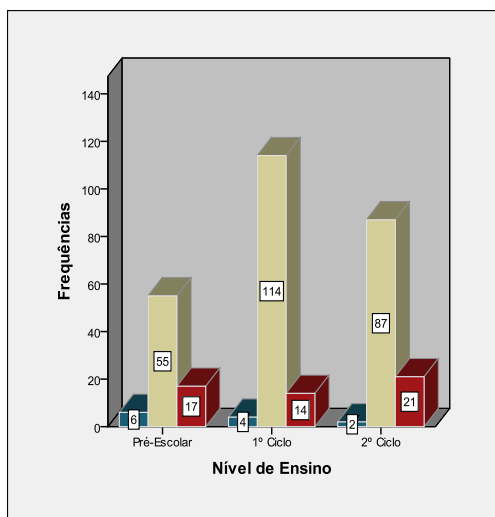
Cruzamento dos Níveis de Ensino

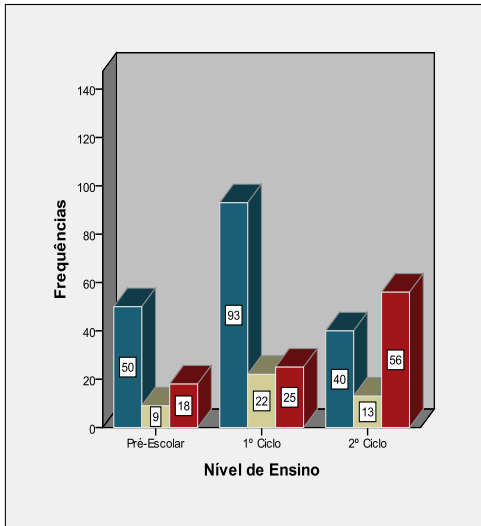
Cruzamento do Nível de Ensino Vs 1ª Secção





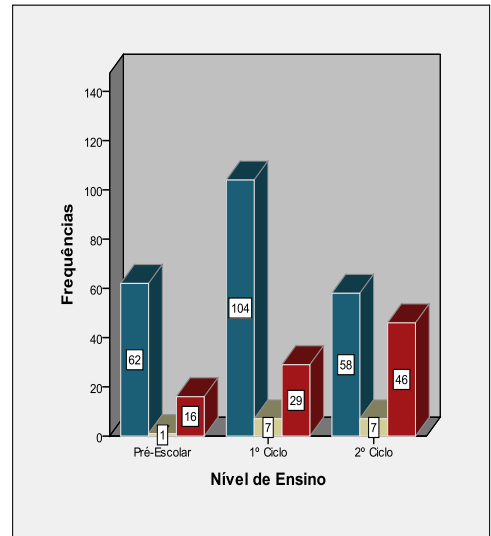
Cruzamento do Nível de Ensino Vs 2ª Secção





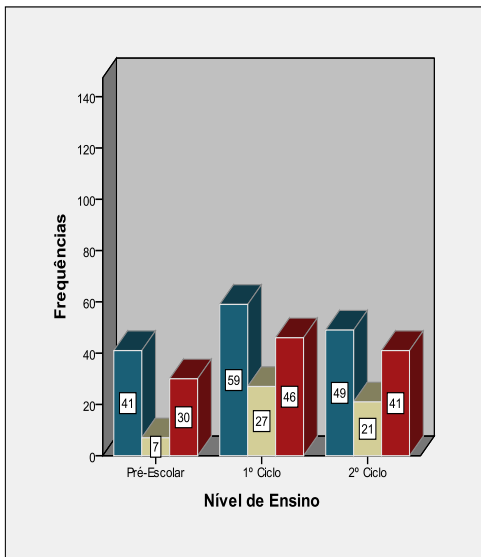
7. A rapariga tem dificuldades em andar e sentar-se.

■ Sim
■ Não
■ Indeciso



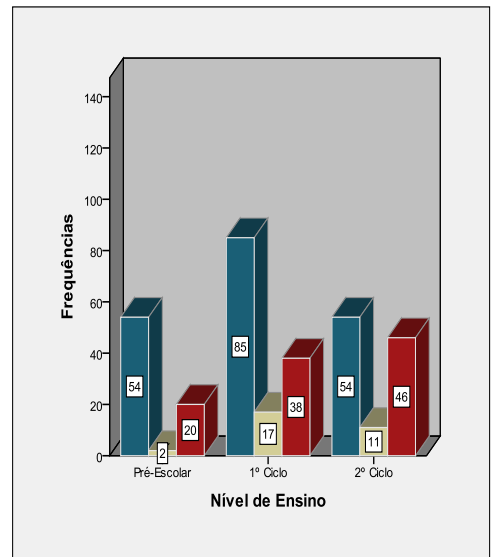
8. A rapariga tem medo quando um adulto do sexo masculino se aproxima dela.

■ Sim
■ Não
■ Indeciso



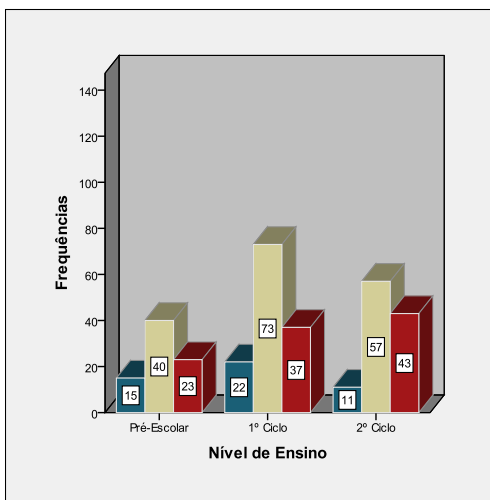
9. O rapaz foge de casa.

■ Sim
■ Não
■ Indeciso



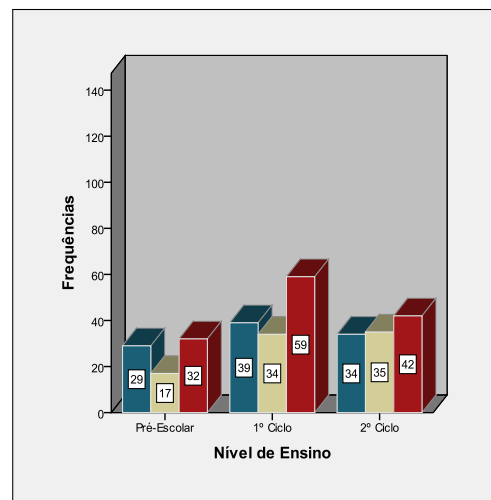
10. A rapariga tenta cometer suicídio.

■ Sim
■ Não
■ Indeciso



11. O rapaz adormece durante as aulas.

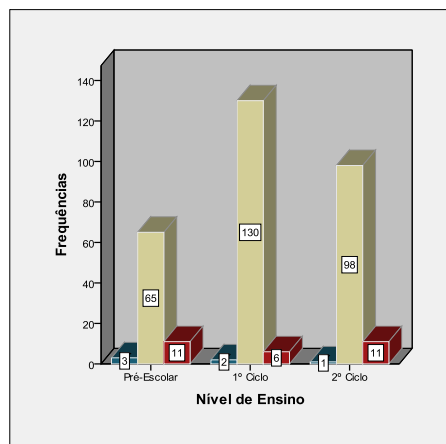
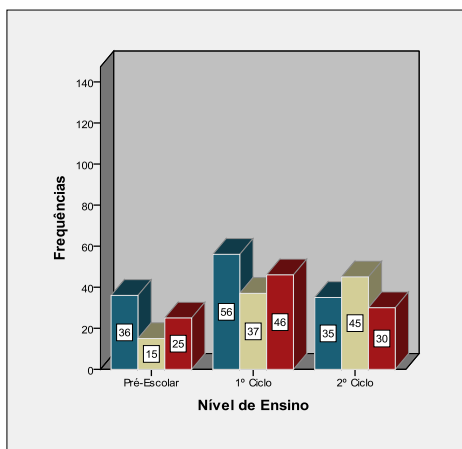
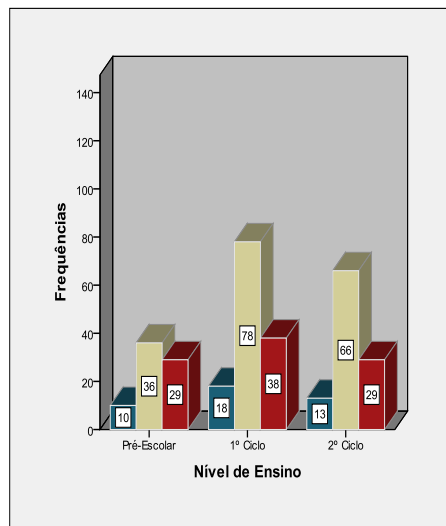
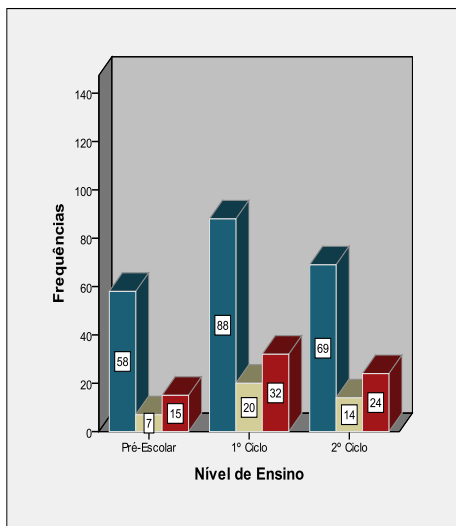
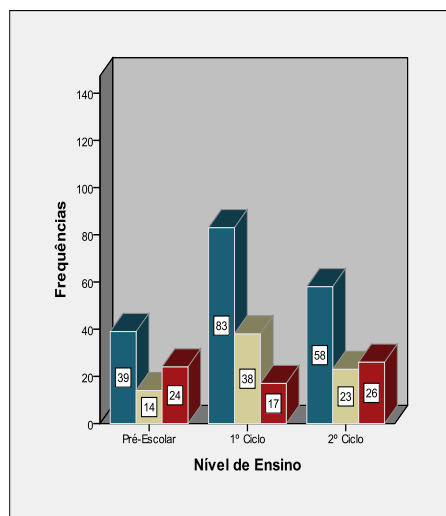
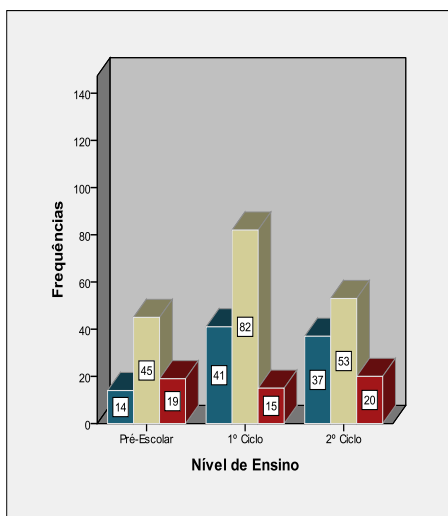
■ Sim
■ Não
■ Indeciso

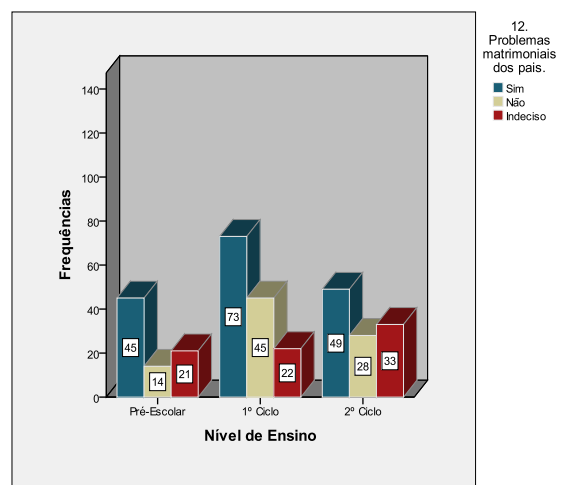
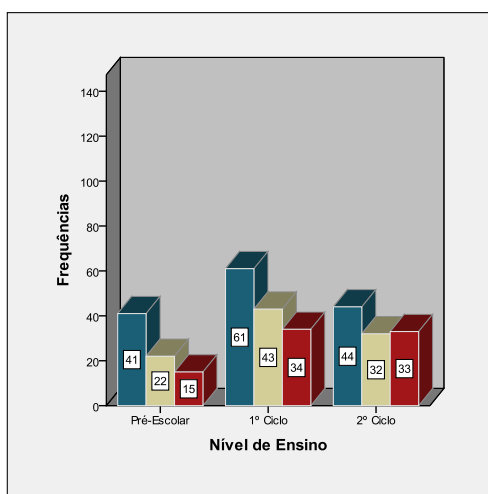
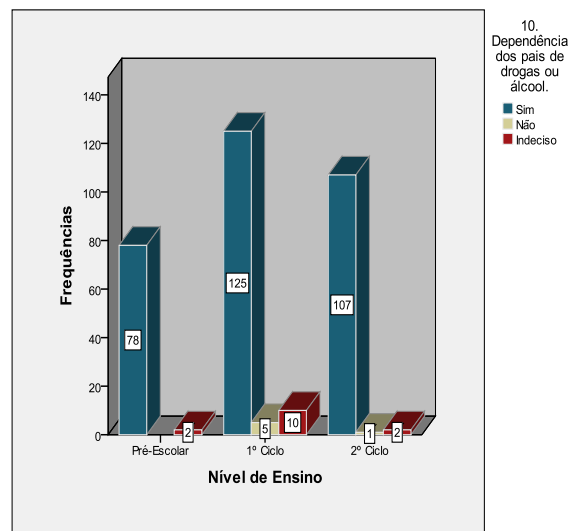
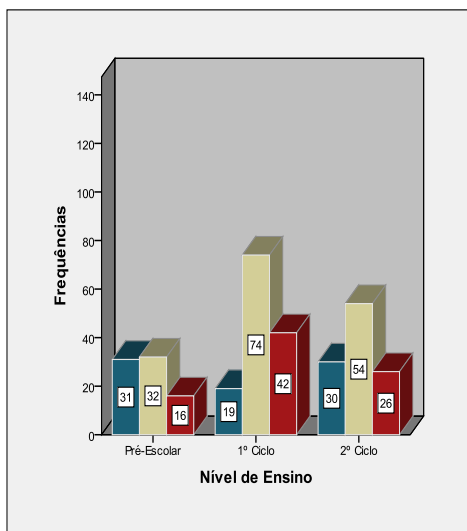
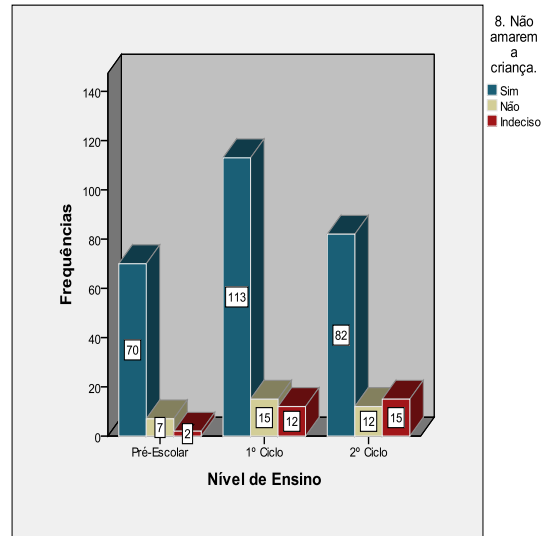
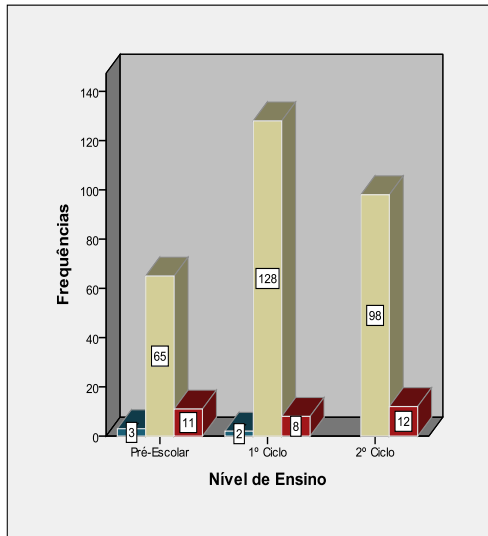


12. O rapaz volta a urinar na cama.

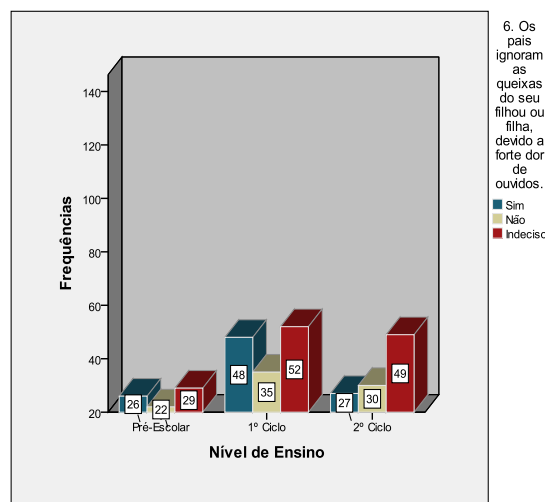
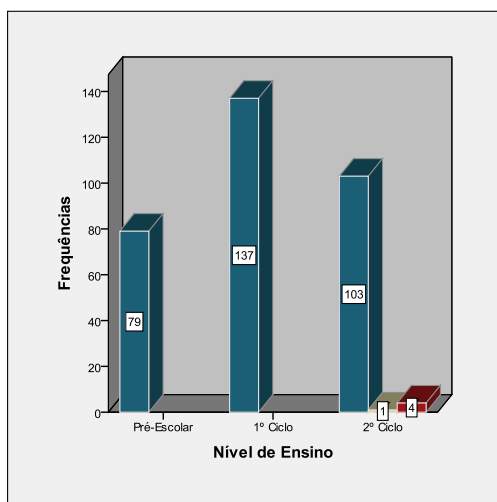
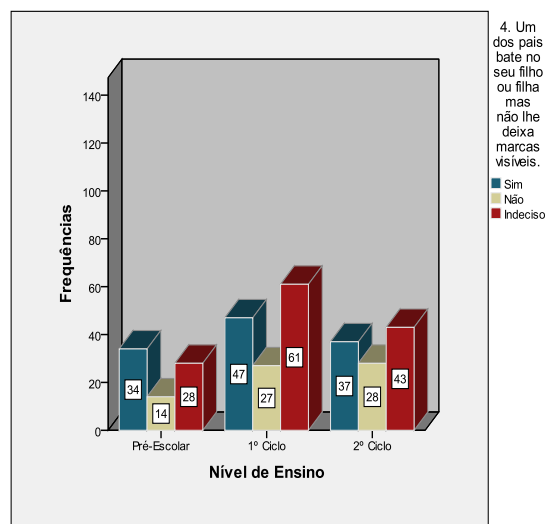
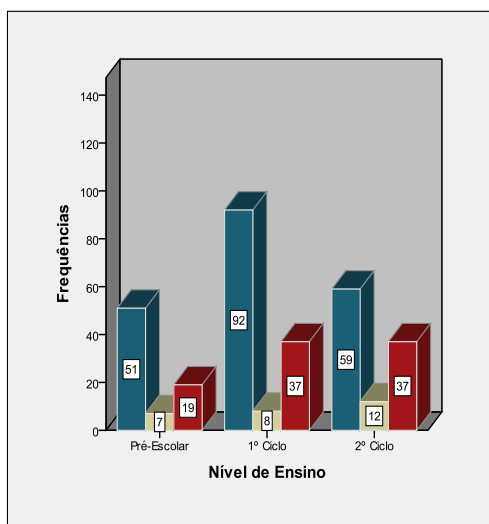
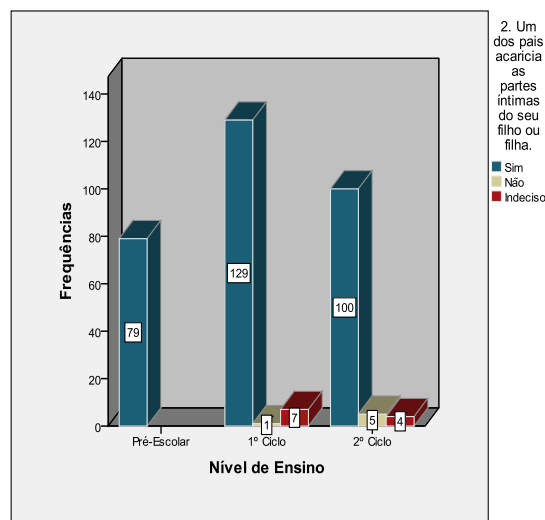
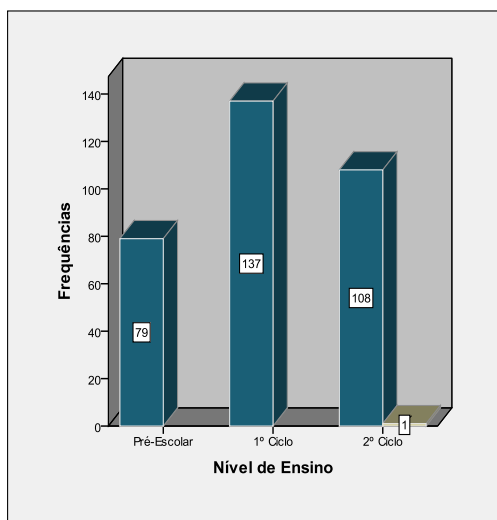
■ Sim
■ Não
■ Indeciso

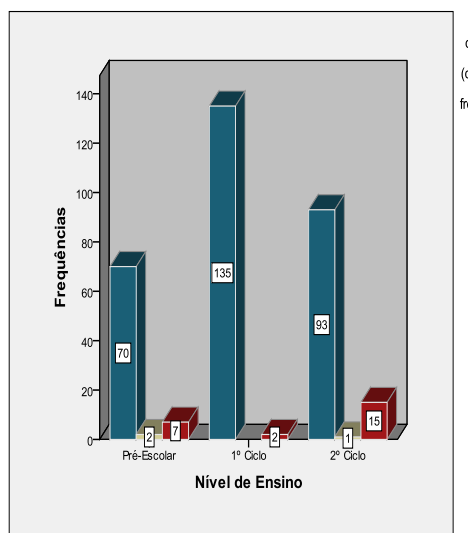
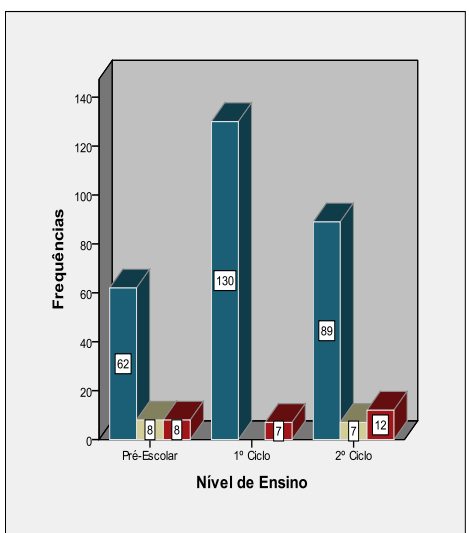
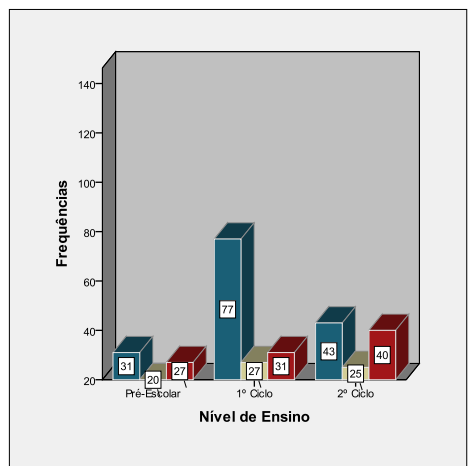
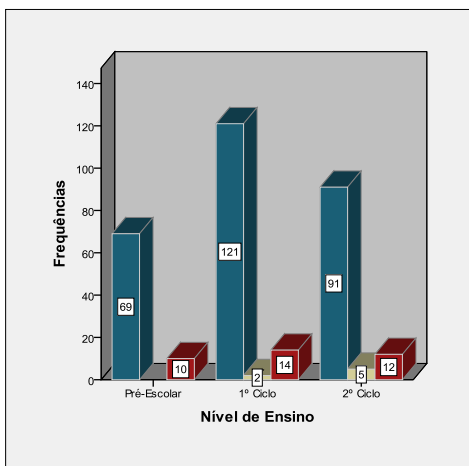
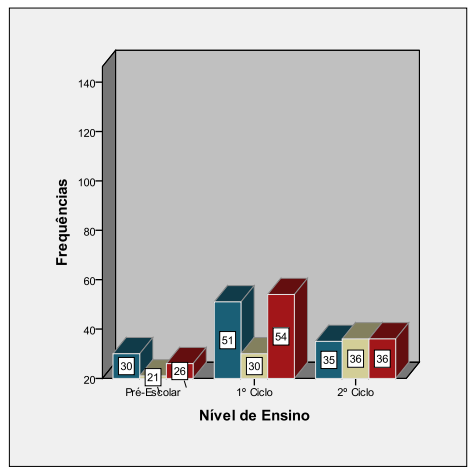
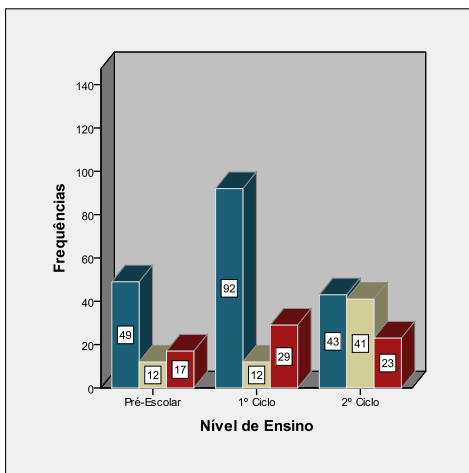
Cruzamento do Nível de Ensino Vs 3ª Secção





Cruzamento do Nível de Ensino Vs 4ª Secção





ANEXO L

Allcode das entrevistas.Rtf

HU: cristina

File:

[C:\Users\TONNI\Desktop\STATISTICWORKS\2011\Cristina\cristina.hpr6]

Edited by: Super

Date/Time: 09-07-2011 19:41:58

Codes-quotations list

Code-Filter: All [14]

Code: Experiências em sala de aula_Identificação {9-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:6 [Sim] (19:19) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Sim

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:9 [Não, pelo menos de que eu tenh..] (20:20)
(Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não, pelo menos de que eu tenha sabido ou que me tenha apercebido.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:10 [Sim] (18:18) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Sim

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:8 [Não.] (16:16) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:8 [Não, não tive] (17:17) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não, não tive

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:7 [Sim e fiz queixa.] (20:20) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Sim e fiz queixa.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:7 [Não] (19:19) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:7 [Eu penso que não (ainda que po..)] (22:22)
(Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Eu penso que não (ainda que por vezes aconteçam coisas que nós não sabemos, e as próprias crianças também poderão esconder).

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:15 [Não] (18:18) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não

Code: Experiências em sala de aula_Procedimento {3-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:7 [Em comunicação com técnicos qu..] (21:21)
(Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

Em comunicação com técnicos que lidaram com a criança, anteriormente à minha colocação, constatei que já tinha sido feita a sinalização da situação (o estado de abandono físico da criança, a falta de higiene, as carências alimentares..) e por isso nada mais fiz.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:11 [Era visível, pois eram de orde..] (20:20) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

Era visível, pois eram de ordem física. Fez-se cartas para a Segurança Social, para o Centro de Saúde e falou-se com a mãe.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:8 [Identifiquei através do compor..] (22:22)
(Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

Identifiquei através do comportamento da criança. Ela isolava-se, não brincava com nenhuma criança (sempre agarrada aos adultos). Vinha também muito suja para a escola e notava-se que não tinha qualquer tipo de apoio dos progenitores. Para além de ter feito a queixa à CPCJ, acompanhei todo o caso (o seu desenvolvimento na Segurança Social).

Code: Percepções e representações_Auto-representação {9-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:1 [Maus tratos...posso considerar m..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Maus tratos...posso considerar maus tratos físicos ou agressão no sentido de negligência (omissão de cuidados de saúde). Julgo que nas duas situações se pode considerar de maus tratos.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:1 [Maus tratos podem ser psicológ..] (4:4)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Maus tratos podem ser psicológicos ou físicos. Se forem físicos, são as agressões e se forem psicológicos, são agressões na mesma, mas a nível psicológico.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:1 [Maus tratos é tudo aquilo que ..] (4:4)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Maus tratos é tudo aquilo que pode prejudicar o seu desenvolvimento. É tudo aquilo que vai para além do razoável em termos do tratamento a uma criança.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:1 [Para mim é tudo o que pode pro..] (4:4)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Para mim é tudo o que pode provocar dor ou sofrimento a uma criança.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:1 [São crianças que sofrem de det..] (5:5)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

São crianças que sofrem de determinadas agressões físicas ou psicológicas por parte de alguém, normalmente mais velho (ainda que, principalmente ao nível psicológico, possa acontecer entre pares).

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:1 [Acho que os maus tratos têm a ..] (5:5)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Acho que os maus tratos têm a ver com a parte física e psicológica. Pois uma criança pode ser muito bem tratada a nível físico (nunca lhe batem) e depois pode haver uma chantagem, pode haver outro tipo de pressão psicológica, que acaba por ser também um mau trato.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:1 [Quando a criança não tem a ate..] (5:5)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Quando a criança não tem a atenção devida, não só em termos da alimentação, bem como da higiene, a atenção à necessidade de horários próprios (diferentes dos adultos), ter a possibilidade de frequentar a escola (ter os seus livros, materiais...).

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:1 [Entendo que os maus-tratos pod..] (5:5)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Entendo que os maus-tratos podem ser verbais (palavras e expressões) ou físicos (ao corpo).

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:1 [Entendo que poderão ser físico..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

Entendo que poderão ser físicos ou psicológicos (agressão verbal, como chamar nomes, coacção, tentar produzir comportamentos contra a vontade...)

Code: Percepções e representações_Diagnóstico {10-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:2 [Nesta faixa etária por vezes é..] (8:8)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Nesta faixa etária por vezes é difícil, pois a criança não consegue transmitir e pode haver, por vezes dificuldades em detectar se há ou onde há essas situações.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:2 [Se eu tenho facilidade? Não se..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Se eu tenho facilidade? Não sei se tenho.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:2 [Aqueles mais evidentes julgo q..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Aqueles mais evidentes julgo que sim (a olho nu), mas considero que não temos formação específica para identificar situações como os maus tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar).

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:2 [Depende do tipo de maus tratos..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Depende do tipo de maus tratos.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:11 [Tenho alguma dificuldade em re..] (24:24)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Dificuldades]

Tenho alguma dificuldade em reconhecer a totalidade, ou pelo menos a maioria dos sinais que uma criança pode evidenciar.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:2 [Julgo que sim quando deixam ma..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Facilidades]

Julgo que sim quando deixam mais marcas físicas.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:2 [Fisicamente é capaz de ser mai..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Dificuldades] [Percepções e Representações_Facilidades]

Fisicamente é capaz de ser mais fácil de detectar do que psicologicamente. Julgo que fisicamente talvez seja capaz, em algumas circunstâncias. Psicologicamente acho ser mais difícil.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:2 [Penso que sim!] (7:7) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Penso que sim!

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:2 [Eu não tenho experiência nem f..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e representações_Formação]

Eu não tenho experiência nem formação nessa área. De qualquer das formas pela maneira como as crianças agem e como se dirigem a nós podemos desconfiar que algo se passa (ainda que não possa precisar se seja maus tratos).

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:2 [Talvez!] (8:8) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Talvez!

Code: Percepções e representações_Dificuldades {6-0}

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:4 [Os psicológicos serão mais dif..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

Os psicológicos serão mais difíceis de se fazer o despiste.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:5 [mas considero que não temos fo..] (6:6)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

mas considero que não temos formação específica para identificar situações como os maus tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar).

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:4 [psicológicos, julgo que podem ..] (8:8)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

psicológicos, julgo que podem ser confundidos com outras situações.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:11 [Tenho alguma dificuldade em re..] (24:24)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Dificuldades]

Tenho alguma dificuldade em reconhecer a totalidade, ou pelo menos a maioria dos sinais que uma criança pode evidenciar.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:3 [Ao nível psicológico deverá le..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

Ao nível psicológico deverá levar mais tempo a fazer essa identificação (porque a criança não se queixa).

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:2 [Fisicamente é capaz de ser mai..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Dificuldades] [Percepções e Representações_Facilidades]

Fisicamente é capaz de ser mais fácil de detectar do que psicologicamente. Julgo que fisicamente talvez seja capaz, em algumas circunstâncias. Psicologicamente acho ser mais difícil.

Code: Percepções e representações_Facilidades {5-0}

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:3 [Se forem físicos, se calhar é ..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Facilidades]

Se forem físicos, se calhar é capaz de se notar mais.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:4 [Julgo que um bom conhecimento ..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Facilidades]

Julgo que um bom conhecimento da criança por parte do educador, facilita a identificação de situações, através do reconhecimento de alterações de comportamento.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:3 [Se forem físicos, se deixarem ..] (8:8)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Facilidades]

Se forem físicos, se deixarem marcas julgo que sim,

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:2 [Julgo que sim quando deixam ma..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Facilidades]

Julgo que sim quando deixam mais marcas físicas.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:2 [Fisicamente é capaz de ser mai..] (7:7)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Dificuldades] [Percepções e Representações_Facilidades]

Fisicamente é capaz de ser mais fácil de detectar do que psicologicamente. Julgo que fisicamente talvez seja capaz, em algumas circunstâncias. Psicologicamente acho ser mais difícil.

Code: Percepções e representações_Formação {14-0}

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:12 [No curso falou-se sobre o tema..] (28:28)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

No curso falou-se sobre o tema muito ao de leve e nunca fiz nenhuma acção sobre a mesma.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:13 [Era muito útil existir formaçã..] (30:30)
(Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

Era muito útil existir formação na área, principalmente ao nível de

nos ajudar a despistar os casos e os vários tipos existentes.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:3 [considero que não temos formaç..] (6:6)
(Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

considero que não temos formação específica para identificar situações como os maus tratos psicológicos e até os sexuais (os quais considero difíceis de detectar).

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:10 [Acho que há alguma falta de in..] (21:21)
(Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Acho que há alguma falta de informação, mesmo para os directores de Turma, para lidarem com a situação.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:11 [Nunca foi facultado, ao nível ..] (28:28)
(Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Nunca foi facultado, ao nível da formação, por exemplo do Centro de Formação de Maфра formação nesta área. Contudo, acho mais importante a acção directa da CPCJ.

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:2 [Eu não tenho experiência nem f..] (7:7)
(Super)
Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico] [Percepções e Representações_Formação]

Eu não tenho experiência nem formação nessa área. De qualquer das formas pela maneira como as crianças agem e como se dirigem a nós podemos desconfiar que algo se passa (ainda que não possa precisar se seja maus tratos).

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:10 [Acho que não deveria ter que p..] (30:32) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Acho que não deveria ter que passar por nenhuma situação, para saber mais sobre a temática. Esta deveria ser trabalhada no curso (no currículo), pois talvez tenha passado pela minha turma casos que não soube identificar.

Nas acções de formação que fiz, também nunca frequentei nenhuma sobre o tema, nem sei se existem.

Confesso que estou mal informada!

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:11 [Seria possível ministrar algum..] (34:34) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Seria possível ministrar alguma acção de formação ou seminário na nossa escola?

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:11 [Nunca tive formação na área (n..)] (27:29)
(Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Nunca tive formação na área (nem no curso, nem em formação contínua).

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Gostaria de participar numa acção de formação e que

houvesse mais divulgação, não só perante técnicos mas também para a população em geral, pois penso que se evitariam muitas situações

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:17 [A formação que recebi na área ..] (26:28) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

A formação que recebi na área foi exclusiva do Mestrado que frequentei e foi muito ligeira.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Ajuda no reconhecimento dos sinais exteriores de maus tratos, que vão para além do habitual (e para o qual os educadores não têm formação e terão, certamente, dúvidas)

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:13 [Nunca recebi grande apoio ness..] (24:26) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Nunca recebi grande apoio nessa área, e o que sei tem sido aprendido ao logo do tempo, por experiência, a falar com colegas e numa acção de esclarecimento da CPCJ de Mafra.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Os docentes deveriam obter mais formação e ajuda técnica, por exemplo de psicólogos e sociólogos.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:13 [No geral em todos, pois nunca ..] (25:27) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

No geral em todos, pois nunca tive formação.

ENTREVISTADOR- ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Ter mais apoio, acompanhamento e formação nesta área.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:10 [Alguma falta de formação inten..] (27:29) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Alguma falta de formação intensiva na área, e não só sessões de esclarecimento, principalmente ao nível dos sinais e sintomas evidenciados pelas crianças, nomeadamente aquelas das classes consideradas mais protegidas e por vezes também vulneráveis (mas não de forma evidente).

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- Penso que se deveria mais apostar mais na formação nesta área.

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:19 [Ainda que eu pense que aqui na..] (26:28) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Formação]

Ainda que eu pense que aqui na escola não haja essas situações, se calhar, se estivesse mais informado já teria detectado algum caso mais camuflado, mais escondido.

ENTREVISTADOR- Deseja apresentar alguma sugestão?

ENTREVISTADO- É sem dúvida muito importante a formação nesta área, nomeadamente nos Centros de Formação. Na nossa zona temos acordo com o Centro de Mafra, e talvez pudesse ser uma acção a facultar, já que a forma faz o que é possível para colmatar as lacunas (quando surge uma dúvida).

Code: Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento {10-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:8 [Pronto, sei onde me dirigir, c..] (23:23)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Pronto, sei onde me dirigir, contudo como fazê-lo teria que me informar junto de algum organismo.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:10 [Agora, mais recentemente, julg..] (24:24)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Agora, mais recentemente, julgo estar melhor informada, pois a coordenadora da minha escola pertence à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mafra e fala-nos do seu trabalho. Por outro lado, no início do ano lectivo, tivemos uma sessão de esclarecimento desta instituição.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:12 [Sim.] (22:22) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Sim.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:9 [Razoavelmente.] (20:20) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Razoavelmente.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:9 [Se calhar não, Provavelmente t..] (21:21)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Se calhar não, Provavelmente teria que ir à procura de mais qualquer coisa para saber o que teria de ser feito, em termos legais, com essa criança. Acho que há alguma falta de informação, mesmo para os directores de Turma, para lidarem com a situação.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:9 [Nestes últimos tempos acho que..] (24:24)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Nestes últimos tempos acho que sim, pois foi feito um esforço perante os docentes sobre o que devem fazer perante uma situação destas.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:8 [Penso que sim!] (23:23) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Penso que sim!

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:8 [Não sei a 100%.] (26:26) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

Não sei a 100%.

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:9 [Julgo que deveria falar logo c..] (28:28)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

[Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Julgo que deveria falar logo com o Director da escola e a Psicóloga escolar. Mais tarde, penso que seguiria para a CPCJ ou para a Segurança Social.

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:16 [O saber nunca ocupa lugar e po..] (22:22) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]

O saber nunca ocupa lugar e podemos saber sempre mais, principalmente porque nunca tive formação nesta área (no curso). Na Escola Superior de Educação, onde tirei o curso, falámos de forma muito ligeira sobre o assunto.

Code: Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção {9-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:9 [À CPCJ do concelho de Mafra, m..] (25:25) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

À CPCJ do concelho de Mafra, mas não conheço o que ocorre em seguida, tal como, na minha opinião, a maioria da população (o que é uma falha).

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:11 [À denúncia anónima (CPCJ) ou e..] (26:26) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

À denúncia anónima (CPCJ) ou então para a linha de apoio à vítima (penso que também se pode fazer).

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:13 [À CPCJ, ao Agrupamento, ao tri..] (24:24) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

À CPCJ, ao Agrupamento, ao tribunal...Não sei se há mais algum.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:10 [À polícia e Comissão de Protec..] (22:22) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

À polícia e Comissão de Protecção de menores.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:11 [Dar conhecimento à protecção d..] (23:23) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Dar conhecimento à protecção de menores, à direcção da escola que por sua vez dará o encaminhamento legal ao caso (do qual não faço qualquer ideia).

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:10 [Sim, à CPCJ do concelho de Maf..] (26:26) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Sim, à CPCJ do concelho de Mafra.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:9 [Aqui em Mafra, dirigia-me logo..] (25:25) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Aqui em Mafra, dirigia-me logo à minha coordenadora de estabelecimento, que faz parte de CPCJ do concelho.

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:9 [Julgo que deveria falar logo c..] (28:28)
(Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento]
[Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Julgo que deveria falar logo com o Director da escola e a Psicóloga escolar. Mais tarde, penso que seguiria para a CPCJ ou para a Segurança Social.

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:17 [Àquela associação de protecção..] (24:24) (Super)

Codes: [Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção]

Àquela associação de protecção de crianças e jovens (CPCJ) que é parceira da escola e já tem dado algumas dicas perante alunos mais problemáticos. No entanto, em termos de legislação, talvez porque não formalizei nenhum processo, desconheço o seguimento dado ao mesmo.

Code: Referenciação_Catalogação {0-0}

Code: Referenciação_Denúncia {9-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:5 [Violação e negligência física] (17:17)
(Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Violação e negligência física

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:8 [As agressões sexuais e todas a..] (18:18)
(Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

As agressões sexuais e todas aquelas em que eu veja que a vida da criança esteve em risco.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:9 [Maus tratos físicos (que ponha..)] (16:16)
(Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Maus tratos físicos (que ponham em risco a saúde ou a sua integridade e não uma palmada ou um puxão de orelhas). O abuso de natureza sexual e psicológico (a pressão constante que pode ser sujeita).

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:7 [Abusos sexuais, violência físi..] (14:14)
(Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Abusos sexuais, violência física e falta de cuidados graves.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:7 [Se fosse a própria criança a c..] (15:15)
(Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Se fosse a própria criança a contar-me ou através de amigos que nos transmitam esse facto, nomeadamente se fosse uma agressão física ou

psicológica continuada.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:6 [A nível sexual, essa seria a p..] (17:18)
(Super)
Codes: [Referenciação_Denúncia]

A nível sexual, essa seria a primeira situação (apesar de ser difícil descobrir, contudo se houver um indicio ou se a criança se queixar, não hesitaria). Seguidamente seria os maus tratos físicos (pois não podemos ver uma criança sempre magoada). Nestes casos não hesitaria. Relativamente a andarem muito sujos, com piolhos.. também poderia ter essa atitude, ainda que pudesse hesitar na denúncia, pois teria que ter em atenção o contexto familiar, já que por vezes as pessoas não podem mais, também precisando de uma ajuda exterior. (Nos outros casos a família já não precisaria dessa ajuda).

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:6 [Agressão física e sexual. Não ..] (17:17)
(Super)
Codes: [Referenciação_Denúncia]

Agressão física e sexual. Não sei se existe uma obrigação moral para o fazer, mas como docente e cidadão não poderia deixar de fazê-lo.

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:6 [Se eu visse que criança surge ..] (19:20)
(Super)
Codes: [Referenciação_Denúncia]

Se eu visse que criança surge com marcas no corpo, com um flagelo e ao ser questionada ela não me consegue convencer das causas do mesmo, isso seria motivo suficiente.
Por outro lado, se uma criança anda sempre muito triste ou parece demasiado reprimida, deveremos falar com o director de turma ou com o psicólogo da escola, para tentar saber se algo se passa.

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:14 [Qualquer uma em que eu tivesse..] (16:16) (Super)
Codes: [Referenciação_Denúncia]

Qualquer uma em que eu tivesse a certeza absoluta, principalmente a de natureza física.

Code: Referenciação_Factores potencializadores {9-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:4 [Por situações concretas que já..] (14:15)
(Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Por situações concretas que já vivi, penso que quando os próprios pais não estão despertos para determinadas situações, aliás os próprios pais podem ser potencializadores de determinadas situações, por exemplo uma mãe com alguma debilidade mental, pode ser a causadora de situações (neste caso a violação de uma menor), ao permitir o acesso de pessoas à casa).

Por outro lado situações de trabalho em que a família tem horários incompatíveis com os da criança, não querendo deixar ao cuidado de terceiros, e, sem querer, põe a criança em perigo, ao abandoná-la.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:7 [Acho que o meio social é um do..] (15:16)
(Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Acho que o meio social é um dos mais importantes factores, principalmente em situações de dificuldades económicas. No entanto, existem casos que acontecem na classe alta (por vezes temos clichés que não são os mais correctos).

A família ser desestruturada, na qual a mãe ou o pai está constantemente a mudar de parceiro, também poderá ser um factor, bem como ser uma família negligente.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:8 [Alguma desorganização familiar..] (13:14)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Alguma desorganização familiar (caso do desemprego), dependências químicas destes, uma mãe deprimida, um pai ausente, pais demasiado repreensivos... Más condições económicas, ainda que considere que não é um factor determinante, pois uma criança que tenha um meio sócio-económico baixo pode não receber maus tratos. Pelo contrário, uma criança de um meio elevado, que seja entre a amas, a empregadas, acaba por ser, também seriamente negligenciada. Contudo, nas escolas tendemos a desvalorizar este aspecto e a reparar na aparência da criança, se está vestida de forma adequada, limpa, se os pais parecem interessados, aspectos que podem camuflar situações que nos podem passar despercebidas (é pena que nós, educadores, não tenhamos uma bateria de instrumentos que nos permitam identificar situações). Assim, considero que depende essencialmente, dos factores intrínsecos aos pais (psicológicos, de formação pessoal e moral, de vontade de atendimento às necessidades da criança)

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:6 [Algum dos pais ou ambos serem ..] (12:12)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Algum dos pais ou ambos serem dependentes, da droga ou do álcool, a falta de preparação destes para serem pais e não amarem a criança, pois quem gosta não maltrata.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:6 [Pode ter a haver com aspectos ..] (13:13)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Pode ter a haver com aspectos físicos da própria criança (o qual poderá levar a ser maltratada), a sua personalidade (caso de uma criança hiperactiva perante a qual a família não sabe lidar), desentendimentos entre os pais e de gestão do tempo (pouco tempo para a criança).

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:5 [Acho que a falta de emprego, a..] (13:15)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Acho que a falta de emprego, a carência monetária, poderá originar situações de mau trato. Mas também acho que a riqueza extrema também pode ser prejudicial.

O alcoolismo, é uma situação que considero que pode, em muito, originar essas situações.

Não me consigo recordar de nenhum outro factor!

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:5 [Os problemas sócio-económicos ..] (14:15)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Os problemas sócio-económicos da família, pois sendo as crianças o elo mais fraco acabam por sofrer as consequências (nomeadamente a nível físico e de nutrição), as quais não acontecem nas classes altas (ainda que nestas possam existir outros tipos).

Para além deste factor, também considero influenciador a droga e o desemprego, depressões dos pais, crianças que estão só muitas horas (e por isso são alvos fáceis).

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:5 [Não querendo estar a fazer uma..] (15:17)
(Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Não querendo estar a fazer uma divisão por classes sociais, mas pela experiência da minha irmã com crianças desfavorecidas, julgo que pais carenciados tendem a resolver os problemas recorrendo a alguma agressão.

Para além dos factores económicos, julgo que a formação dos pais também é importante, pois acho que quanto maior esta for mais perceberão que não é com agressão que se resolve os problemas.

Pessoas com natureza instável, com problemas neurológicos ou nervosos podem levar a maus tratos. Este talvez seja o factor mais importante.

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:13 [O contexto sócio-económico des..] (14:14) (Super)

Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

O contexto sócio-económico desfavorável das pessoas (pobreza) e a falta de cultura das famílias (não quer dizer que seja 100% seguro que as famílias de classe elevada não pratiquem maus tratos, mas julgo que diminuirá a percentagem).

Code: Referenciação_Indicadores {12-0}

P 1: SUJEITO I.rtf - 1:3 [Alteração no comportamento da ..] (10:10)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Alteração no comportamento da criança, tristeza, falta de comunicação, comportamentos anómalos...

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:5 [Se uma criança aparecer batida..] (9:9)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Se uma criança aparecer batida, com nódoas negras e se disser que foi o padrasto, o pai ou a mãe, que está constantemente a agredi-lo, bem como se a criança contar alguma situação, até sexual, que se tenha passado em casa, tal pode levar-me a desconfiar que ali há qualquer coisa.

P 2: SUJEITO II.rtf - 2:6 [A criança pode fechar-se sobre..] (11:13)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

A criança pode fechar-se sobre ela mesma ou pode tornar-se, de outra maneira, agressiva (com os adultos ou as crianças). Por vezes também se pode notar através dos desenhos que faz.

As mudanças súbitas no seu comportamento poderão ser um sinal a ter em atenção!

Quanto melhor se conhece a criança mais facilmente se poderão reconhecer os sinais.

P 4: SUJEITO IV.rtf - 4:5 [Nódoas negras e ferimentos par..] (10:10)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Nódoas negras e ferimentos para os quais a criança não arranja explicação, arranja de forma repetida ou sem qualquer sentido. Tristeza prolongada, estar assustada, sempre suja ou com fome.

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:4 [Tal como respondi, penso que a..] (9:9)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Tal como respondi, penso que as marcas físicas e alguns comportamentos (não precisou quais).

P 5: SUJEITO IX.rtf - 5:5 [Alguma tristeza, isolamento, a..] (11:11)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Alguma tristeza, isolamento, acho que é um pouco por aí. Às vezes são crianças que mudam a sua postura (deixam de ser alegres e percebemos que começam a ficar mais isoladas dos colegas, não falam tanto com os colegas...)

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:3 [Por exemplo, penso que se nós ..] (9:10)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Por exemplo, penso que se nós nos dirigirmos a um aluno e se ele se retrair, penso que algo poderá não estar bem a nível físico. Se a criança não reagir bem não reagir bem a uma chamada de atenção mais austera do professor, poderá revelar algum problema, visto poder se encontrar mais susceptível.

P 8: SUJEITO VII.rtf - 8:4 [Eu vou ser sincera, julgo nunc..] (12:13)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

Eu vou ser sincera, julgo nunca ter presenciado nenhum sinal. Contudo, penso que um dos sinais será a reacção, quando nós tentamos contactar mais directamente a criança (tentar dar-lhe um afecto, um carinho e ele não o aceitar ou agir de forma estranha.

P 3: SUJEITO III.rtf - 3:16 [ENTREVISTADOR- Pode apresentar..] (8:11)
(Super)

Codes: [Referenciação_Indicadores]

ENTREVISTADOR- Pode apresentar exemplos dessas situações?
Falta de higiene, lacunas na alimentação... Para todas as outras julgo que ou o educador tem formação ou será difícil de detectar.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- O isolamento, a agressividade, o silêncio, a tristeza. Pelo contrário, também poderá revelar euforia. Assim, todos os comportamentos limites, que não são normais numa criança (dependendo da sua faixa etária e da própria criança, já que se esta, por natureza já é agressiva, tal não pode ser valorizado).

P 9: SUJEITO VIII.rtf - 9:18 [Em primeiro lugar através de m..]
 (10:12) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Em primeiro lugar através de marcas físicas e também de alterações no comportamento (miúdos que evitam o contacto físico com o professor, o toque, carinhos, que não queiram mostram o corpo nas aulas de Educação Física, que tenham inibição perante os colegas, triste, que não mostrem a alegria habitual da sua faixa etária...).

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Como dizia ainda há pouco: marcas físicas e alterações comportamentais.

P 6: SUJEITO V.rtf - 6:12 [Sim. A nível físico: nódoas ne..] (9:11)
 (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Sim. A nível físico: nódoas negras, altos na cabeça, borbulhas (por falta de higiene, que também pode ser um mau trato)... essencialmente é isso!

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- A nível físico já referi. Em termos psicológicos pode haver uma mudança súbita de atitude, de comportamento, que indique que haja um problema qualquer por trás. Poderá ainda haver um isolamento ou uma agressividade fora do normal, que pode indicar que está a acontecer algo.

P 7: SUJEITO VI.rtf - 7:11 [Quando a criança vem suja para..] (9:12)
 (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Quando a criança vem suja para a escola, sem tomar banho... Quando apresenta um corpo franzino e muitas vezes, logo pela manhã, pede comida.

Quando a criança recua perante um carinho, do professor ou dos seus pares.

ENTREVISTADOR- Na sua opinião, quais os possíveis sinais/indicadores evidenciados por crianças que estejam a ser alvo de situações de maus tratos?

ENTREVISTADO- Crianças que se isolam, que têm uma baixa auto-estima, pouca concentração, pouco afectiva (por vezes até agressiva), descuidada (suja) ...

 Code: Sim, à CPCJ do concelho de Maf.. {0-0}

ANEXO M

Allcodes do Grupo de Discussão. Rtf

HU: cristina_grupo discussão

Edited by: Super

Date/Time: 09-09-2011 01:05:11

Codes-quotations list

Code-Filter: All [14]

Code: Experiências em sala de aula_Identificação {6-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:44 [Sim. Esta era uma situação de ..]
(56:56) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Sim. Esta era uma situação de clara negligência, envolvendo todas as crianças de uma mesma família, as quais frequentavam diferentes níveis de ensino na mesma escola. A família era acompanhada pela CPCJ local, a qual me pedia para ir actualizando a informação sobre o quadro geral dos alunos (aspecto, alimentação...)

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:45 [um caso de suspeita de abusos ..]
(57:57) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

um caso de suspeita de abusos sexuais. A criança em causa referia assuntos, de forma muito precisa, de cariz sexual, expondo os mesmos quer verbalmente quer através de imagens. Contudo verificou-se posteriormente que esses seus conhecimentos provinham da conduta da mãe (mentalmente afectada), a qual expunha a criança a situações de risco.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:46 [Tive um caso interessante de u..]
(58:58) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Tive um caso interessante de uma criança, do sexo masculino, extremamente inteligente, o qual, contudo, faltava constantemente às aulas, encontrando a encarregada de educação constantes justificações para as faltas, assentes numa incrível panóplia de doenças. Apesar de considerar estranho, nada podia fazer em termos legais, pois as ausências eram comprovadas por atestados (passados pela mãe ou por colegas médicos). O caso acabou por ser do conhecimento da CPCJ, através de denúncia anónima feita pelos vizinhos, devido aos gritos que escutavam e ao encarceramento da criança e da irmã na varanda

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:47 [O caso que presenciei e ao qua..]
(59:59) (Super)

Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

O caso que presenciei e ao qual foi dado seguimento foi despoletado por mim e outra docente do Ensino Especial. Tratava-se de uma criança

que vivia num quadro de negligência geral (alimentar, de acompanhamento, respeito pelas suas necessidades de descanso, de higiene...). Acresce que esta era uma criança com um grave défice cognitivo, tal como a sua encarregada de educação. Após feita a denúncia, a mesma foi investigada e o menor foi entregue a uma instituição, sendo assim retirado à família.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:48 [Não creio ter estado, ao longo..]
(60:60) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Não creio ter estado, ao longo destes anos como professora, perante nenhuma criança alvo de maus-tratos

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:49 [Numa escola inserida numa zona..]
(61:61) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Identificação]

Numa escola inserida numa zona com graves problemas sócio-económicos, vivi um caso no qual o jovem era frequentemente alvo de agressão por parte do padrasto, ocultando sempre o autor das ofensas (as quais eram evidentes). A denúncia foi realizada pela Directora da Turma, corroborada pela opinião dos vários docentes.

Code: Experiências em sala de aula_Procedimento {5-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:50 [O relato da situação à coorden..]
(65:65) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

O relato da situação à coordenadora do estabelecimento escolar, da instituição (Director o Agrupamento) e posterior encaminhamento da denúncia para a CPCJ da área.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:51 [O processo apresentado pela co..]
(66:66) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

O processo apresentado pela colega parece seguir todos os procedimentos hierárquicos. Contudo, se a situação se revestir de risco iminente, o reportar da ocorrência poderá ser directamente feito à CPCJ ou à polícia.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:52 [primeiramente, não rezear proc..]
(67:67) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

primeiramente, não rezear proceder à denúncia e saber que o pode fazer mesmo de forma anónima e directamente para a CPCJ, a qual dará seguimento ao processo.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:53 [Qualquer entidade que tenham a..]
(68:68) (Super)
Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

Qualquer entidade que tenham a seu cargo a segurança dos cidadãos (P.S.P, G.N.R...) é um possível alvo do reportar de uma situação, dando

o enquadramento processual à questão.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:54 [depende dos casos e da urgênci..]
 (70:70) (Super)
 Codes: [Experiências em sala de aula_Procedimento]

depende dos casos e da urgência destes, sendo que a CPCJ é a entidade de referência para casos desta natureza.

Code: Percepções e representações_Auto-representação {5-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:1 [ao julgar como maus-tratos inf..]
 (4:4) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

ao julgar como maus-tratos infantis o que provoca dor, ferimentos ou a morte da criança.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:2 [contudo esquece tudo aquilo qu..]
 (5:5) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

contudo esquece tudo aquilo que vai para além do visível e que não deixa marca, pelo menos evidente.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:3 [O sofrimento e os danos são do..]
 (6:6) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

O sofrimento e os danos são dois dos pontos fundamentais desta realidade.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:4 [pois os maus-tratos são o resu..]
 (7:7) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

pois os maus-tratos são o resultado de actividades exercidas sobre a criança as quais fogem ao tido como normal e /ou aceitável.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:5 [É todo um conjunto de actos, i..]
 (9:9) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Auto-representação]

É todo um conjunto de actos, isolados ou combinados, realizados por um agressor, conhecido ou não da criança, os quais, podendo ser palpáveis ou não, terão sempre alguma consequência,

Code: Percepções e representações_Diagnóstico {5-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:6 [É algo muito variável, pois ju..]
 (12:12) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

É algo muito variável, pois julgo que depende do tipo de maus-tratos de que a criança é vítima.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:7 [que os maus-tratos físicos, po..]
 (13:13) (Super)
 Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

que os maus-tratos físicos, porque normalmente deixam marcas, são mais facilmente identificáveis

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:8 [Julgo que quanto mais conhecer..]
(14:14) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Julgo que quanto mais conhecermos esta realidade mais facilmente será possível identificar possíveis casos.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:9 [Considero que um bom conhecime..]
(16:16) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

Considero que um bom conhecimento da criança e do tema é essencial.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:10 [O docente deve estar alerta pa..]
(17:17) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Diagnóstico]

O docente deve estar alerta para possíveis situações que possam surgir e não ter ideias pré estabelecidas sobre determinados contextos familiares

Code: Percepções e representações_Dificuldades {5-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:11 [falta algumas estruturas de ba..]
(73:73) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

falta algumas estruturas de base, ao nível das escolas, para que o profissional se sinta mais seguro perante esta temática.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:12 [Ao nível profissional, julgo q..]
(74:74) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

Ao nível profissional, julgo que ainda existe grande dificuldade perante a identificação dos casos

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:13 [Muitos docentes ainda agem, qu..]
(75:75) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

Muitos docentes ainda agem, quando o fazem, um pouco por "olhómetro", sem terem bases para uma avaliação das situações

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:14 [a principal falta de apoio se ..]
(77:77) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

a principal falta de apoio se sente nas estruturas de suporte ao docente, quer para efectuação de uma detecção mais precisa, quer dos tramites legais resultantes das denúncias efectuadas.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:15 [A classificação de uma dada oc..]
(78:78) (Super)
Codes: [Percepções e representações_Dificuldades]

A classificação de uma dada ocorrência como fenómeno de maus-tratos é ainda, dependendo da natureza dos mesmos (pois ninguém tem dúvidas, por exemplo, perante um caso de abuso sexual) algo subjectivo, o que não deixa de ser um risco para a criança, que pode ver assim prolongada uma situação. Por isso, achava importante um maior apoio na tarefa de catalogar estas ocorrências.

Code: Percepções e representações_Facilidades {0-0}

Code: Percepções e representações_Formação {5-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:16 [Estas lacunas possivelmente se..]
(82:82) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

Estas lacunas possivelmente seriam evitadas se existisse formação na área

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:17 [Eu já tive alguma formação, du..]
(83:83) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

Eu já tive alguma formação, durante o curso, dentro de uma disciplina. Até então, não me sentia tão preparada para falar deste tema, por isso acho importante investir na formação.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:18 [Penso que a formação é importa..]
(84:84) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

Penso que a formação é importante, quer durante o curso quer na formação contínua de professores.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:19 [Esse pensamento de senso comum..]
(85:85) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

Esse pensamento de senso comum é que me assusta, pois um caso não detectado significa uma criança em sofrimento ou até um risco. Por outro lado, uma denúncia errada pode levar ao desmembramento de uma família.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:20 [investir-se na formação, para ..]
(87:87) (Super)

Codes: [Percepções e representações_Formação]

investir-se na formação, para a qual todos devem ser incentivados a participar, talvez, como ocorre com as acções e Matemática e ultimamente de Língua Portuguesa, com um carácter de reciclagem e actualização de saberes.

Code: Procedimentos em caso de maus tratos_Conhecimento {0-0}

Code: Procedimentos em caso de maus tratos_Formas de acção {0-0}

Code: Referenciação_Catalogação {0-0}

Code: Referenciação_Denúncia {6-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:38 [Penso que sempre que estejamos..]
(47:47) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Penso que sempre que estejamos perante um caso que suspeitemos de maus-tratos, independentemente da natureza deste, não podemos ficar indiferente. Contudo, se o mesmo colocar em risco a integridade física ou emocional da criança (causando-lhe sofrimento), teremos que denunciar.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:39 [julgo que jamais hesitaria em ..]
(48:48) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

julgo que jamais hesitaria em denunciar um caso de abuso sexual e de ofensas corporais (maus-tratos físicos)

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:40 [julgo que se continua a denunci..]
(49:49) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

julgo que se continua a denunciar somente os casos mais graves de maus-tratos, caso das violações e dos maus-tratos físicos.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:41 [as situações de negligência se..]
(50:50) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

as situações de negligência severa não podem ser omitidas e por isso devem ser denunciadas (sempre que tenham falhado todas as tentativas junto da família, ou quando não exista aproximação possível com esta). Evidentemente que um abuso sexual é gravíssimo e penso que ninguém hesitará em denunciá-lo.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:42 [existem jovens perante os quai..]
(51:51) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

existem jovens perante os quais as famílias se desvinculam totalmente, não comparecendo na escola, deixando que este frequente espaços inadequados para a sua idade e mantenha relações ditas "perigosas". Assim, nestas situações julgo que é fundamental a denúncia das ocorrências, de forma a quebrar o "ciclo" que o menor vivencia.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:43 [Creio que toda a forma de mole..]
(52:52) (Super)

Codes: [Referenciação_Denúncia]

Creio que toda a forma de molestação sexual é condenável, sendo impossível não proceder à sua denúncia

Code: Referenciação_Factores potencializadores {6-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:32 [Penso que sim, ainda que nem s..]

(38:38) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Penso que sim, ainda que nem sempre seja taxativo que uma determinada família é mais propensa a desenvolver no seu seio um quadro de maus-tratos do que uma outra. Contudo, creio que famílias desestruturadas revelam uma maior propensão, sendo que muitas das vezes os pais não estavam preparados para assumirem a sua função.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:33 [Mais do que desestruturadas, j..]
(39:39) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Mais do que desestruturadas, julgo que também essas famílias viveram ou podem viver quadros de risco como toxicodependências ou situações de exclusão social.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:34 [Nem sempre as crianças e os jo..]
(42:42) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Nem sempre as crianças e os jovens se tornam naquilo que os pais "sonham" para elas, facto que numa mente desestruturada pode levar a sentimentos que podem resultar em violência.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:35 [Claro que existem factores pot..]
(40:40) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Claro que existem factores potencializadores. Os estudos que li sobre este assunto, parecem indicar que aquele que agride, infelizmente, tem elevada possibilidade de ser um potencial agressor. Por isso considero que ter sido alvo de maus-tratos pode ser um dos principais factores.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:36 [Se uma criança nasce de uma si..]
(41:41) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Se uma criança nasce de uma situação em que não foi desejada, numa família já de si com problemas (como toxicodependências), certamente encontra factores de risco.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:37 [Quando a família tem problemas..]
(43:43) (Super)
Codes: [Referenciação_Factores potencializadores]

Quando a família tem problemas, nomeadamente entre os cônjuges, com o álcool ou outras drogas, certamente que encerra em si factores que podem "ajudar" à ocorrência de fenómenos de maus-tratos.

Code: Referenciação_Indicadores {11-0}

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:21 [Estes podem passar por quadros..]
(29:29) (Super)
Codes: [Referenciação_Indicadores]

Estes podem passar por quadros de tristeza, choro sem causa aparente... e outros.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:22 [Por vezes pode não existir sin..]
 (30:30) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Por vezes pode não existir sinais muito evidentes mas, dependendo do tipo de maus-tratos, podem existir marcas no corpo, ferimentos, cortes...

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:23 [Se a criança frequentar a esco..]
 (31:31) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Se a criança frequentar a escola, uma mudança repentina no seu rendimento escolar pode ser algo que nos leve a pensar na possibilidade de poder existir algum problema

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:24 [Quando a criança revela receio..]
 (32:32) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Quando a criança revela receio de ser tocada, acariciada pelos adultos

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:25 [o contrário também poderá suce..]
 (33:33) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

o contrário também poderá suceder, ou seja, a criança procura um contacto constante, o que pode evidenciar uma forte carência afectiva ou a habituação a um contacto excessivo com o adulto.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:26 [fala de assuntos que não são s..]
 (34:34) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

fala de assuntos que não são supostos serem do seu conhecimento (cariz sexual), tal poderá revelar que está a viver um quadro de risco

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:27 [Se perante nós surgir uma cria..]
 (21:21) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Se perante nós surgir uma criança que é abusada sexualmente ou que sofre agressões físicas

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:28 [Toda a criança que é desprezada..]
 (22:22) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

Toda a criança que é desprezada está a viver uma situação que considero de inequívocos maus-tratos, os quais pela falta de responsabilidade dos pais pode levar a outros acontecimentos, como seja o abuso sexual, que é um caso evidente.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO. RTF - 10:29 [A agressão sexual é uma das pi..]
 (23:23) (Super)
 Codes: [Referenciação_Indicadores]

A agressão sexual é uma das piores situações de maus-tratos, nomeadamente pelas consequências que provoca.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:30 [O uso desmedido de força físic..]

(24:24) (Super)
Codes: [Referenciação_Indicadores]

O uso desmedido de força física sobre a criança (que quase nunca é isolado mas que tende a ser repetido) e a total falta de interesse para com a criança.

P10: GRUPO DE DISCUSSÃO.rtf - 10:31 [para mim a mais inequívoca de.]
(26:26) (Super)
Codes: [Referenciação_Indicadores]

para mim a mais inequívoca de ser tida como maus-tratos é a que envolve a agressão sexual.

Code: Sim, à CPCJ do concelho de Maf.. {0-0}

ANEXO N

Cartilha Epidemiológica

(Faleiros et al., 2009)

POR FAVOR, LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Nesta cartilha solicita-se que você forneça algumas informações a respeito das crianças que tem actualmente na sua sala/turma (no presente ano, bem como certas características sócio-demográficas da sua família. Esta informação permite realizar um levantamento global, visando dimensionar a problemática dos maus-tratos infantis e ajudá-lo, enquanto profissional de educação a identificar e lidar com esta problemática.

Neste sentido, é fundamental que seja fornecida informação o mais concreta possível, pensando em cada uma das crianças com as quais trabalha.

TIPOS DE MAUS-TRATOS

Para orientar as suas respostas, apresentamos, seguidamente, a definição e alguns critérios para a identificação de 10 (dez) tipos de maus-tratos que uma criança pode sofrer no seio da sua família. Ao ler atentamente cada uma, reflecta se algum dos seus alunos se enquadra nos mesmos.

1. Maus-tratos físicos (MF)

Quando na criança se observa marcas de golpes (palmadas), hematomas, queimaduras, fracturas, feridas, sinais de mordedura humana e outras sequelas de supostos acidentes domésticos.

2. Abandono Físico (AF)

A criança está permanentemente suja, a sua alimentação e vestuário são insuficientes e inadequadas; ela passa longos período sozinha, sem cuidado ou supervisão de um adulto responsável; sofre acidentes devido à falta de supervisão; observa-se falta de assistência repetidas e injustificadas em relação a questões escolares;

tem problemas físicos ou necessidades médicas não atendidas ou a ausência de controle médico periódico.

3. Abuso Sexual (AS)

Refere-se aos casos nos quais a criança é utilizada pelos seus pais ou tutores, para realizar alguma forma de contacto sexual ou como objecto de estimulação sexual. Inclui também as crianças nas quais o abuso é realizado por outros parentes, sem ser protegido pelos adultos que são directamente responsáveis por ela.

4. Maus-tratos Emocionais (ME)

Neste caso, os pais exercem sobre a criança uma desvalorização verbal crónica (permanente); humilhações constantes; realizam ameaças de abandono e/ou castigos vexatórios; interferem negativamente no desenvolvimento de relações sociais com outras crianças (impedindo, dificultando ou expondo a criança nas suas interacções com os colegas); são frios e repudiam a criança (descartando iniciativas de contacto afectivo da parte da criança); não mostram interesse pelos problemas da criança na escola (nem em outros ambientes); têm expectativas desmedidas em relação à criança (em termos de rendimento/performance) e castigam-na por não cumprir essas expectativas.

5. Abandono Emocional (AE)

Refere-se às situações em que ocorrem faltas persistentes de respostas às expressões emocionais e comportamentos da criança que visam proximidade e interacção com os pais/adultos responsáveis; ausência de iniciativa de interacção e contacto por parte de alguma figura adulta responsável/estável.

6. Mendicidade (Men)

A criança é utilizada esporádica ou habitualmente pelos pais, cuidadores ou tutores para mendigar, com o objectivo de contribuir para a economia familiar; ou sem ser utilizado pelos seus pais ou cuidadores, exercem mendicidade por iniciativa própria, de forma habitual ou esporádica.

7. Trabalho Infantil (TI)

Os pais ou cuidadores designam, de maneira obrigatória, a criança para a realização contínua de trabalhos, domésticos ou não, que excedem os limites do habitual, que deveriam ser realizados pelos pais e que interferem nas actividades e necessidades sociais e escolares da criança; os designam para obter um benefício económico para os pais ou a estrutura familiar.

8. Corrupção (CO)

Os pais ou responsáveis facilitam e reforçam pautas de conduta anti-sociais ou desviantes como, por exemplo, premiando a criança por roubar, facilitando o seu consumo de drogas e /ou álcool, iniciando a criança em contactos sexuais com outras crianças e/ou adultos, ou na prostituição. Enfim, impedindo a normal integração social da criança.

9. Participação da criança em acções de delito com a sua família (ADel)

Os pais utilizam a criança para ajudar na realização de acções ilícitas como, por exemplo, guardar ou transportar objectos roubados, drogas...

10. Falta de controlo parental sobre a conduta dos filhos (CP)

Os pais ou cuidadores mostram uma total incapacidade para controlar e manejar o comportamento da criança; ignoram o lugar onde a criança está ou com quem está, não estabelecem (ou não conseguem estabelecer) horários para a criança cumprir; as regras combinadas não são respeitadas; consideram que não “podem mais com o filho(a) tão difícil”, mas não solicitam ajuda externa.

11. Outros tipos de maus-tratos (Outros)

Se você tem observado alguma forma de maus-tratos que não foi mencionada anteriormente, e que considera relevante, deve tentar fazer a descrição da mesma no quadro que se apresenta.



		Casos					
Identificação da criança	1						
Sexo- M ou F	M						
Idade	9						
Adiamento/Reprovação	SIM						
Sabe se recebe Atenção/Seguimento da CPCJ ou de outro órgão de protecção ou assistência? Sim/Não/Não sei	NÃO						
Tipos de Maus-tratos							
Maus –tratos físicos	X						
Abandono Físico							
Abuso sexual							
Maus-tratos emocionais							
Abandono emocional	X						
Mendicidade							
Trabalho infantil							
Corrupção							
Acções delituosas							
Falta de controle							
Outro							
<u>C</u> erteza ou <u>S</u> suspeita	C						
Características das Crianças							
Diz ou parece sentir muito medo, ser muito medroso(a)							
Diz ter pesadelos							
Chora muito e/ou à toa							
Parece hiperactivo(a) (apresentando grande dificuldade de manter a atenção e concentração na tarefa/actividade e agitação motora)	X						
É agressivo(a) nas interacções, bate, briga e é destrutiva (ou vingativa)	X						
Tem problemas escolares devido a dificuldades de aprendizagem	X						
Apresenta um comportamento desadequado para a sua idade (relativo, por exemplo, à fala, ao controle dos esfíncteres, à motricidade...)							
Parece apresentar um distúrbio mental (ou deficiência) É estranho(a).							

Confia pouco nos outros, não cria relações afectivas com os outros /parece ter dificuldade para se entregar)	X						
Tem dificuldade para fazer amizade com os colegas.							
Isola-se facilmente ou fica demasiado quieta							
É disruptivo(a) (perturba muito/sempe a organização da sala, o andamento da aula).	X						
Não é cooperativa, não se comporta de forma a colaborar.	X						
É impulsiva (passa muito rapidamente à acção, apresentando uma dificuldade de reflexão apropriada para a idade)	X						
Parece ter baixa auto-estima							
Parece não ter interesse em aprender, mostra-se sem atenção, motivação e envolvimento nas actividades de sala de aula	X						
Reclama frequentemente que está doente ou com dor							
Tem dificuldades para resolver problemas interpessoais (falta de habilidades)	X						
Fica com “raiva” quando não consegue realizar tarefas	X						
É evitado pelos colega, é impopular nas relações sociais							
Agarra-se ao adulto ou é muito dependente							
É tímido (a) ou envergonhado (a)							
Frequentemente, fica como o olhar parado, parece que está no “mundo da Lua”							
É pouco activo, move-se com lentidão, tem falta de energia							
Parece deprimido, triste ou infeliz							
Falta à escola frequentemente, aparentemente sem necessidade							
Outros problemas/dificuldades*							
Características da família							
A PARTIR DE AGORA USE X PARA PRESENTE, A PARA AUSENTE OU NS PARA NÃO SEI							
Problemas psíquicos em um ou ambos os pais	NS						
Atraso mental em um ou ambos os pais	NS						
Alcoolismos em um ou ambos os pais	X						

Adição de estupefacientes em um ou ambos os pais	NS						
Atitudes de delito em um ou ambos os pais	NS						
Enfermidade física prolongada em um ou ambos os pais	NS						
Desemprego/instabilidade no trabalho dos adultos responsáveis	X						
Dificuldades económicas graves ou moderadas	X						
Família monoparental (apenas um dos pais mora e responsabiliza-se pela criança)	A						
Separação ou divórcio dos pais	NS						
Violência conjugal, agressão física e/ou verbal entre os pais	NS						
Baixo nível de escolaridade dos pais	X						
Isolamento social da família, observado pela escassez de relações sociais mantidas	NS						
Vive em locais de grande aglomeração/promiscuidade	X						
Vive num bairro com grande incidência de violência (considerado perigoso)	X						
Ansiedade/depressão em um ou ambos os pais	NS						
Pais maltratados na sua infância	NS						
Número total de filhos (indique quantos, ou não sei)	2						

*Descreva sucintamente:

ANEXO O

Declaração dos Direitos da Criança

Adoptada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de Novembro de 1959

PRINCÍPIO 1º

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer excepção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

PRINCÍPIO 2º

A criança gozará de protecção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidade e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objectivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

PRINCÍPIO 3º

Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.

PRINCÍPIO 4º

A criança gozará os benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, tanto à criança como à mãe, serão proporcionados cuidados e protecção especiais, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica adequadas.

PRINCÍPIO 5º

À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados os tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

PRINCÍPIO 6º

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afecto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança da tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

PRINCÍPIO 7º

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário.

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a directriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

PRINCÍPIO 8º

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber protecção e socorro.

PRINCÍPIO 9º

A criança gozará protecção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objecto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

PRINCÍPIO 10º

A criança gozará protecção contra actos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

ANEXO P

Constituição da República Portuguesa (Excertos)

CAPÍTULO I

Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 24.º

(Direito à vida)

1. A vida humana é inviolável.

Artigo 25.º

(Direito à integridade pessoal)

1. A integridade moral e física das pessoas é inviolável.

2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

Artigo 36.º

(Família, casamento e filiação)

.

5. Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.

6. Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.

Artigo 67.º**(Família)**

1. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

2. Incumbe, designadamente, ao Estado para protecção da família:

a) Promover a independência social e económica dos agregados familiares;

b) Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade;

c) Cooperar com os pais na educação dos filhos;

d) Garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes;

e) Regulamentar a procriação assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana;

f) Regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares;

g) Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado;

h) Promover, através da concertação das várias políticas sectoriais, a conciliação da actividade profissional com a vida familiar.

Artigo 68.º

(Paternidade e maternidade)

1. Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica.

Artigo 69.º

(Infância)

1. As crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.

2. O Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.

3. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.

ANEXO Q

Código Penal Português (Excertos)

Artigo 15º

Negligência

Age com negligência quem, por não proceder com o cuidado a que, segundo as circunstâncias, está obrigado e de que é capaz:

- a) Representar como possível a realização de um facto que preenche um tipo de crime mas actuar sem se conformar com essa realização; ou
- b) Não chegar sequer a representar a possibilidade de realização do facto.

Artigo 18º

Agravação da pena pelo resultado

Quando a pena aplicável a um facto for agravada em função da produção de um resultado, a agravação é sempre condicionada pela possibilidade de imputação desse resultado ao agente pelo menos a título de negligência.

Artigo 136º

Infanticídio

A mãe que matar o filho durante ou logo após o parto e estando ainda sob a sua influência perturbadora, é punida com pena de prisão de 1 a 5 anos.

Artigo 138º

Exposição ou abandono

1 - Quem colocar em perigo a vida de outra pessoa:

a) Expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que ela, só por si, não possa defender-se; ou

b) Abandonando-a sem defesa, sempre que ao agente coubesse o dever de a guardar, vigiar ou assistir;

2 - Se o facto for praticado por ascendente ou descendente, adoptante ou adoptado da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.

3 - Se do facto resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

Artigo 152º

Maus tratos e infracção de regras de segurança

1 - Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação, ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

a) Lhe infligir maus tratos físicos ou psíquicos ou a tratar cruelmente;

b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou

c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos;

é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos,.

Artigo 153º

Ameaça

1 - Quem ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais

de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.

2 - Se a ameaça for com a prática de crime punível com pena de prisão superior a 3 anos, o agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

1 - O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 172º

Abuso sexual de crianças

1 - Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo consigo ou com outra pessoa, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

2 - Se o agente tiver cópula, coito anal ou coito oral com menor de 14 anos é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

3 - Quem:

a) Praticar acto de carácter exibicionista perante menor de 14 anos; ou

b) Actuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa obscena ou de escrito, espectáculo ou objecto pornográficos;

c) Utilizar menor de 14 anos em fotografia, filme ou gravação pornográficos; ou

d) Exibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio os materiais previstos na alínea anterior;

é punido com pena de prisão até 3 anos.

4 - Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos

Artigo 174º

Actos sexuais com adolescentes

Quem, sendo maior, tiver cópula, coito anal ou coito oral com menor entre 14 e 16 anos, abusando da sua inexperiência, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.